Diário Eletrônico
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
e-DJF2R
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

CADERNO JUDICIAL TRF - Data de Disponibilização: quinta-feira, 23 de março de 2017
Data de Publicação: sexta-feira, 24 de março de 2017

Assessoria de Recursos

BOLETIM: 2017000129

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0009808-12.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.009808-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 13/02/2017 13:01
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGRAVADO: JOANA D' ARC ARAUJO ALVES
AGRAVADO: ILHA VIANA LAURINDO
AGRAVADO: LIGIA DA PENHA MIRANDA DE AZEVEDO
AGRAVADO: JANDERSON FRANÇA LACERDA
AGRAVADO: JOSÉ MILTON SOARES
ADVOGADO: RODRIGO LOPES BRANDÃO
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
Originário: 0000235-98.2014.4.02.5006 - 5ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0004096-07.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.004096-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 09/01/2017 18:33
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: ANDRE MYSSIOR
ADVOGADO: ERICO DA GAMA TORRES
AGRAVADO: RAIMUNDA MACEDO DA SILVA
AGRAVADO: MARLENE MARIA DA SILVA
AGRAVADO: ERONITA FRANCISCA FELIPE SANTIAGO
AGRAVADO: CREUNICE COURA DA SILVA
AGRAVADO: OSMAR DOS SANTOS MARQUES
AGRAVADO: ANTONIO RUFINO AHNERT
AGRAVADO: NELZA GONÇALVES DOS SANTOS
AGRAVADO: ISABEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO: EUNICE BATISTA GOMES ARAUJO
ADVOGADO: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
ADVOGADO: RODRIGO LOPES BRANDÃO
Originário: 0000228-09.2014.4.02.5006 - 3ª Vara Federal Cível

ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0008867-28.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008867-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 13/02/2017 13:01
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: MARIA DE LOURDES NUNES PIONTKOVSKY
AGRAVANTE: NACELIO ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
ADVOGADO: LEONARDO CAMANHO CAMARGO
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: ALFRIZIO CARLOS TRINDADE NETO
PARTE AUTORA: ANDRE MORROT HEMERLY
PARTE AUTORA: ROBERTO BATALHA
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
Originário: 0095009-58.2016.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000130

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0154071-97.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.154071-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 26/12/2016 12:50
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: MARIA DE LOURDES ESTEVES SILVA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0154071-97.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0103822-79.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.103822-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 25/01/2017 17:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ERNANDES CELESTINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARA POSE VAZQUEZ
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0103822-79.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0152630-81.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.152630-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 13/02/2017 15:16
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SHIRLEY CLEMENTE MAIA
ADVOGADO: ADRIANO PINTO MACHADO
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0152630-81.2014.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0008382-62.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008382-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 24/01/2017 16:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LUIZ CARLOS DA CUNHA FILHO
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
AGRAVADO: LUIZ CLAUDIO DA CUNHA
AGRAVADO: VERA LUCIA CHAGAS DE ALMEIDA
AGRAVADO: MARIZA BARROSO VASCONCELOS

AGRAVADO: JURANDYR JOAQUIM DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000703-33.2012.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000131

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0144268-27.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.144268-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/12/2016 16:11
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AUGUSTINHO LUIZ DIAS
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
Originário: 0144268-27.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001781-77.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.001781-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/12/2016 13:47
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS ANTONIO MAYER BERNARDES
ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Originário: 0001781-77.2012.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0146998-65.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.146998-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 19/12/2016 12:24
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA DE LOURDES LOPES MELO
ADVOGADO: ENEAS FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: EVANDA FERREIRA DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 3º VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0146998-65.2014.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0008086-63.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008086-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/12/2016 16:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: BENEDITO GURGEL DE ALBUQUERQUE E SILVA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0008086-63.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

SUBSECRETARIA DA 1a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

IV - APELAÇÃO CÍVEL2013.50.06.100207-2

Nº CNJ	:	0100207-75.2013.4.02.5006
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE	:	**SEBASTIÃO FERREIRA CASSIMIRO**
ADVOGADOS	:	OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
APELADO	:	**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
PROCURADOR	:	SEM PROCURADOR

ORIGEM : 1ª VARA JUSTIÇA FEDERAL SERRA/ES (201350061002072)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. RENÚNCIA À APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO POSTERIOR À APOSENTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE NOVA APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO). IMPOSSIBILIDADE.

1. O custeio do sistema previdenciário é norteado pelos princípios da universalidade, da solidariedade, do equilíbrio financeiro e atuarial (arts. 194, 195 e 201 da Constituição da República), razão pela qual o recolhimento de contribuições posteriores à inativação, por ter retornado o aposentado ao mercado de trabalho, não gera, necessariamente, qualquer direito à prestação pecuniária por parte da Previdência Social ao segurado jubilado, ressalvadas as hipóteses legais, como previsto na parte final do § 2º do artigo 18 da Lei nº 8.213/91. Precedente da 1ª Seção Especializada.

2. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, **por unanimidade, em negar provimento ao recurso**, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 / 10 /2014 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal – Relator

****Republicação de Acórdão conforme determinação do Exmo. Sr. Relator, nos termos da r.decisão de fls.470, proferida nos autos eletrônicos nº 0100207-75.2013.4.02.5006**

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0100207-75.2013.4.02.5006 Número antigo: 2013.50.06.100207-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 10/02/2017 14:22

Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

APELANTE: SEBASTIÃO FERREIRA CASSEMIRO

ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0100207-75.2013.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Decisão

Tendo em vista a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0012951-09.2015.4.02.0000, passo a analisar a petição de fls. 224-228.

Com razão o peticionante. Compulsando os autos, constato que, de fato, na petição inicial (fl. 01), houve pedido expresso do advogado Older Vasco Dalbem de Oliveira para que as intimações e publicações fossem direcionadas em seu nome e que, consoante cópia do Diário de Justiça (fl. 251) e da certidão de julgamento de fl. 211, constou na publicação do acórdão, como advogados do apelante, Drs. Ariella Dutra Lima e Outros, ou seja, não houve publicação em nome do Dr. Older Vasco, como havia expressamente requerido.

Desse modo, retifique-se a autuação do processo para constar, como advogado do apelante, o Dr. Older Vasco Dalbem de Oliveira, e republique-se o acórdão proferido pela 1ª Turma Especializada deste Tribunal (fl. 212), reabrindo-se o prazo recursal, devendo ser desconsiderada a certidão de trânsito em julgado de fl. 217.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal

(T211734)

BOLETIM: 175981

IV - APELACAO CIVEL 538657 2011.02.01.017824-1

Nº CNJ	:	0017824-67.2011.4.02.9999
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE	:	EREMITA ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	MARCIO EMERSON ALVES PEREIRA E OUTRO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	RODRIGO STEPHAN DE ALMEIDA
ORIGEM	:	1A. VARA ESTADUAL - PEDRO CANARIO/ES (051100008732)

D E C I S Ã O

Interpôs Eremita Alves de Oliveira Recurso Especial em face do v. acórdão que, em ação objetivando a concessão de aposentadoria rural, negou provimento à apelação da parte autora, mantendo a extinção do feito, sem resolução do mérito, por ausência de prévio requerimento administrativo.

Encaminhou, então, o Exmo. Desembargador Federal Vice-Presidente desta Corte, quando da análise de admissibilidade do recurso, os autos ao órgão julgador originário, na forma do disposto no artigo 543-C do Código de Processo Civil, por entender que as questões jurídicas debatidas nesta sede recursal já foram objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.369.834/SP, tendo o v. acórdão impugnado adotado entendimento diverso daquele constante no referido *leading case.*

Foi, então, determinado o sobrestamento do feito, para que a parte autora fosse intimada pessoalmente a dar entrada no pedido administrativo de benefício.

Entretanto, embora intimados pessoalmente tanto a parte autora, quanto o patrono constituído, ambos quedaram-se inertes, não havendo, portanto, qualquer reparo a fazer no acórdão em questão.

Cabe, ainda, destacar que a autora declarou que nunca havia proposto ação contra o INSS e que sequer conhecia o patrono da causa.

Diante disso, impõe-se manter o v. acórdão que extinguiu o feito, sem julgamento do mérito.

Encaminhem-se os presentes autos à Douta Vice-Presidência desta Corte.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

Relator

BOLETIM: 2017000293

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0102652-32.2014.4.02.5006 Número antigo: 2014.50.06.102652-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/06/2016 16:11
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SEBASTIAO GONCALVES DO AMARAL
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
Originário: 0102652-32.2014.4.02.5006 - 1ª VF Serra
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0102652-32.2014.4.02.5006 (2014.50.06.102652-4)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x SEBASTIAO GONCALVES DO AMARAL
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0163299-96.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.163299-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/05/2015 19:56
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: ADEMIR MAGNO DE ALMEIDA
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0163299-96.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0163299-96.2014.4.02.5101 (2014.51.01.163299-6)

ADEMIR MAGNO DE ALMEIDA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0169259-33.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169259-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/05/2015 07:44
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: PAULO FORTUNATO
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0169259-33.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0169259-33.2014.4.02.5101 (2014.51.01.169259-2)
PAULO FORTUNATO E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0020002-94.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.020002-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/06/2015 13:04
Gabinete 03

Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: JOAO CAROLINO DE SOUZA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0020002-94.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0020002-94.2015.4.02.5101 (2015.51.01.020002-3)
JOAO CAROLINO DE SOUZA x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0116122-48.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.116122-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/06/2015 10:41
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: NILDETE BARBOSA XAVIER
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0116122-48.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0116122-48.2014.4.02.5001 (2014.50.01.116122-5)
NILDETE BARBOSA XAVIER E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria

1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0018152-05.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.018152-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2015 16:45
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: MARIA DA CONCEICAO DAS NEVES
ADVOGADO: LEONARDO ZICCARELLI RODRIGUES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0018152-05.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0018152-05.2015.4.02.5101 (2015.51.01.018152-1)
MARIA DA CONCEICAO DAS NEVES E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0031155-72.2016.4.02.5107 Número antigo: 2016.51.07.031155-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/10/2016 14:44
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARGARIDA DA COSTA FERREIRA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ITABORAI/RJ
Originário: 0031155-72.2016.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0031155-72.2016.4.02.5107 (2016.51.07.031155-3)

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x MARGARIDA DA COSTA FERREIRA

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 152, VI, CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0009007-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009007-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição Dirigida - 02/09/2016 19:14
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: GERALDO VECCHI - ESPÓLIO
ADVOGADO: MARCOS AURELIO FRANCO VECCHI
Originário: 0518629-83.2006.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0009007-62.2016.4.02.0000 (2016.00.00.009007-3)

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x GERALDO VECCHI - ESPÓLIO

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 152, VI, CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

BOLETIM: 2017000294

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0005251-05.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.005251-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 20/10/2015 09:51

Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MARIA CLOTILDES DIAS GUIMARAES

ADVOGADO: NADIA OLIVEIRA PEGADO

Originário: 0005251-05.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0005251-05.2015.4.02.5101 (2015.51.01.005251-4)

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x MARIA CLOTILDES DIAS GUIMARAES

ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

p/SANDRO VIEGAS DA SILVA

Diretor da Subsecretaria

da 1ª Turma Especializada

Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0501062-24.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.501062-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 24/08/2015 11:15

Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: SEVERINO JOSE DO NASCIMENTO

ADVOGADO: ACHILLES BRETAS JUNIOR

Originário: 0501062-24.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0501062-24.2015.4.02.5101 (2015.51.01.501062-5)

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x SEVERINO JOSE DO NASCIMENTO

ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso

Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0012332-05.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.012332-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2015 19:00
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JOSE LUIZ MACIEL
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0012332-05.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0012332-05.2015.4.02.5101 (2015.51.01.012332-6)

JOSE LUIZ MACIEL E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0066202-53.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.066202-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 25/11/2015 20:23

Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SERGIO SOUZA DE ANDRADE
ADVOGADO: TATIANE LEAL ROCHA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ
Originário: 0066202-53.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0066202-53.2015.4.02.5104 (2015.51.04.066202-1)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x SERGIO SOUZA DE ANDRADE
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0108532-83.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.108532-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2015 09:23
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ALBERONI GARCIA DA SILVA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0108532-83.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0108532-83.2015.4.02.5001 (2015.50.01.108532-0)
ALBERONI GARCIA DA SILVA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

BOLETIM: 2017000295

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0083442-55.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.083442-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/01/2016 19:45
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: NEUZA HORTA DINIZ
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
Originário: 0083442-55.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0083442-55.2015.4.02.5104 (2015.51.04.083442-7)
NEUZA HORTA DINIZ E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
p/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

BOLETIM: 2017000296

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0044152-76.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.044152-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 11:46
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: RITA DE CASSIA CUNHA SOLERA ZECCHIN

ADVOGADO: FERNANDO THOMPSON BANDEIRA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0044152-76.2014.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Despacho
Abra-se vista dos autos à defesa de Rita de Cássia Cunha Solera Zecchin, para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.
Com estas nos autos, ao M.P.F., para contrarrazões e parecer.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215735)

BOLETIM: 2017000297

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0000844-77.2011.4.02.5106 Número antigo: 2011.51.06.000844-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/07/2016 06:16
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: RONALD FERNANDO VIEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000844-77.2011.4.02.5106 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
EMENTA

PENAL. ESTELIONATO. USO DE ATESTADO MÉDICO FALSO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. REDUÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. PENA DE MULTA. PROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. A materialidade e a autoria restaram devidamente comprovadas em desfavor da apelante. Inicialmente, frise-se que, a respeito do atestado médico referido na denúncia, o seu suposto signatário, em declaração firmada nos autos e depoimento em juízo, afirma que o mesmo não é de sua autoria.

2. Na fixação da pena de multa deverão ser levadas em consideração as circunstâncias elencadas no art. 59 e, principalmente, a situação econômica do réu. Sendo assim, em razão da proporcionalidade com a pena privativa de liberdade, entendo que a pena de multa deverá ser fixada no valor de 20 (vinte) dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, de forma que seja possível ao réu honrar o seu pagamento e assim atender a finalidade da lei, não se tornando uma sanção inútil.

3. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que figuram as partes acima indicadas, decide a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso do réu, nos termos do voto do Relator.

Rio de janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000298

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0023967-85.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.023967-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/04/2015 11:55
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: MARIA JOSE ALVES SANTOS
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0023967-85.2012.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0023967-85.2012.4.02.5101 (2012.51.01.023967-4)
MARIA JOSE ALVES SANTOS E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados à parte recorrida – Maria José Alves Santos, para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos pelo INSS.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Ação Rescisória - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002127-20.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002127-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 14:00
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR: CLAUDIO MARCELO PIRES PEREIRA
ADVOGADO: MARCO TULIO RODRIGUES DA SILVA
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0056736-35.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR : CLAUDIO MARCELO PIRES PEREIRA
ADVOGADO : MARCO TULIO RODRIGUES DA SILVA
RÉU : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O
Trata-se de ação rescisória proposta por CLAUDIO MARCELO PIRES PERALTA, com pedido de liminar, objetivando rescindir a decisão monocrática proferida pelo Excelentíssimo Juiz da 3ª Vara Federal de Volta Redonda - Rio de Janeiro (fls. 44/49), que, nos autos da ação previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na qual requereu a declaração de inexistência de débito previdenciário referente ao beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição por este recebida, com a consequente cassação dos descontos que vêm sendo realizados no valor do beneficio previdenciário pago ao mesmo, bem como a restituição dos valores indevidamente descontados, houve por bem julgar improcedente o pedido formulado ao reconhecer que restou afastada a alegação de que teria sido ressarcido o dano ao INSS por meio da ação penal ajuizada em face de irregularidade na concessão do beneficio previdenciário, aliado ao fato de que o próprio autor teria afirmado que requerera a cessação do beneficio previdenciário obtido de

forma irregular, com o objetivo de ter deferido outro beneficio previdenciário que ora vem recebendo, concluindo o douto Julgador que estaria correta a cobrança realizada pelo INSS.

Alega, em síntese, que a decisão de primeiro grau transitou em julgado em 19/11/2016 (fls. 50), estando, portanto, dentro do prazo legal de dois anos previsto no artigo 475 do novo CPC.

Aduz, ainda, que recebe o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição nº 146.670.274-29 desde 17/12/2008 e que fora notificado quanto à abertura de procedimento administrativo onde se apurou irregularidades na concessão do beneficio de n.º42/120.904.146-1 determinando na conclusão o ressarcimento do erário publico a quantia de R$210.307,98, além de acrescentar que, em ação penal ajuizada pelo Ministério Público Federal ficou definido o valor para ressarcimento do INSS, segundo o qual não se opôs em momento algum.

Realça, outrossim, que no presente caso houve sim o recebimento irregular, porém o segurado efetuou o ressarcimento do erário publico mediante acordo com o MPF em ação penal , conforme definido na ata de audiência.

Assevera, igualmente, que Autor não concorreu para o erro administrativo, sendo que era perfeitamente possível ao INSS verificar os requisitos para cessação do desconto mensal com referido consignado , e, portanto, não pode a parte Autora se ver obrigada a ressarcir valores que restituiu de boa-fé.

Requer, ainda, a antecipação da tutela uma vez que o autor necessitaria da suspensão do desconto do consignado do seu beneficio de aposentadoria para custear a própria vida, ressaltando, ainda, que a verossimilhança teria sido vastamente demonstrada bem como o perigo da demora processual, em face do caráter alimentar do beneficio percebido pelo autor.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, verifica-se que a questão trazida a exame, em sede de ação rescisória, revela, em principio, que o Autor pretende ver concedida a antecipação da tutela, objetivando a cessação do desconto que o INSS vem fazendo nos valores pagos a titulo de aposentadoria por tempo de contribuição, sob a alegação de que se trata de verba alimentar e que já teria sido quitado o valor perante a Autarquia Previdenciária, por ocasião do acordo firmado nos autos da ação penal que tramitou em primeiro grau, em face da irregularidade constatada na concessão do primeiro beneficio previdenciário obtido pelo mesmo.

No entanto, verifica-se que a decisão proferida pelo Eminente Julgador de primeiro grau reconheceu a improcedência da pretensão do segurado, já que o beneficio teria sido suspenso com base em indícios de irregularidades, e que a cobrança dos valores recebidos indevidamente estaria correta, na medida em que a suspensão condicional do processo criminal e a posterior extinção da punibilidade não teria o condão de o eximir de reparar o dano sofrido pela Autarquia Previdenciária.

Vale acrescentar, neste passo, que se verifica da sentença rescindenda que a punibilidade do Autor veio a ser extinta em virtude do cumprimento das condições previstas no artigo 89 da Lei 9099/95, sem, no entanto, ser afastada a autoria ou a materialidade do ilícito cometido, devendo ser observada a independência das instâncias civil e penal.

Com efeito, em sede de liminar, deve o Julgador nortear a sua decisão, baseando-se na existência dos requisitos legais necessários e indispensáveis à sua concessão ou não, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora.

Neste sentido, vale ressaltar que, apesar dos argumentos expendidos pelo Autor, não se vislumbra, nesta sede de cognição, a presença dos requisitos legais necessários e indispensáveis ao deferimento do pedido de antecipação de tutela postulado pela parte Autora, ainda que diante de sua natureza de verba de caráter alimentar.

Em se tratando, inclusive, da excepcional via da ação rescisória que visa desconstituir coisa julgada, através de fatos que implicam em análise de prova, resta inviabilizada a concessão da liminar vindicada.

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Cite-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

PAULO ESPIRITO SANTO

Desembargador Federal

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000299

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0021756-24.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021756-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/12/2015 08:02
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: APARECIDA PINHEIRO PACHECO
ADVOGADO: MARIA CRISTINA SA DE ALMEIDA FENTANES GARCIA
REMETENTE: JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO/RJ
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0021756-24.2015.4.02.9999 (2015.99.99.021756-1)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x APARECIDA PINHEIRO PACHECO
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados à Recorrida, Aparecida Pinheiro Pacheco, para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos pelo INSS.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
P/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

BOLETIM: 2017000300

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
2 - 0808866-43.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.808866-4 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição por Prevenção - 14/03/2017 14:00
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: FRANCISCO VALDONIO FREIRE MELO OLIVEIRA
ADVOGADO: WESLEY COSTA DA SILVA
APELANTE: JOAO VICTOR CHAGAS
ADVOGADO: CLEBER RIBEIRO GRATON
APELANTE: RENAN QUEIROZ DE ALMEIDA
ADVOGADO: MARIA LIGIA JABLONCA JANNUZI
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0808866-43.2010.4.02.5101 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Despacho
Abra-se vista dos autos às defesas de João Victor Chagas e Francisco Valdonio Freire Melo Oliveira, para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.
Com estas nos autos, ao M.P.F., para contrarrazões e parecer.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215735)

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0022886-33.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.022886-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 13:10
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: ANDREIA XAVIER DE BRITO
APELANTE: ANDRE CERQUEIRA FRAGOSO
ADVOGADO: RICARDO AUGUSTO DOS REIS COUTINHO

APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0022886-33.2014.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Despacho
Abra-se vista à defesa de André Cerqueira Fragoso e Andréia Xavier de Brito, para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.
Com estas nos autos, ao M.P.F., para contrarrazões e parecer.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215735)

BOLETIM: 2017000301

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0002245-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002245-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/03/2017 14:11
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
IMPETRANTE: LEANDRO DE ANDRADE MEUSER
IMPETRANTE: JOAO PEDRO JUNIOR
PACIENTE: MAURICIO RIBEIRO DE SA PEREIRA
ADVOGADO: LEANDRO DE ANDRADE MEUSER
ADVOGADO: JOAO PEDRO JUNIOR
IMPETRADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PETROPOLIS/RJ
Originário: 0022575-22.2017.4.02.5106 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
DECISÃO
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por LEANDRO DE ANDRADE MEUSER e outro, em favor de MAURÍCIO RIBEIRO DE SÁ PEREIRA, indicando como autoridade coatora o MM. Juízo da 2ª Vara Federal de Petrópolis/SJRJ, e infirmando prisão preventiva ainda não ratificada nos autos n.º 0022575-22.2017.4.02.5106.

Alegam os impetrantes, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante no dia 28/01/2017 pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 171 e 288 do CP, por terem se utilizado de cartão de crédito de terceiro para adquirir 2 aparelhos telefônicos. Asseveram que a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva pelo MM. Juízo Estadual de Plantão com base apenas na gravidade abstrata do crime e com referência a tipo penal distinto (tráfico de drogas), sem atender às circunstâncias autorizadoras ou demonstrar sua necessidade.
Asseveram que o MM. Juízo Estadual, em razão do correu FELIPE ser funcionário público federal, trabalhando nos correios e sendo em tese atribuída à sua função a facilidade no acesso aos cartões de crédito, declinou de sua competência, de modo que a prisão fora decretada por autoridade incompetente.
Aduziram ainda que, distribuído o feito ao MM. Juízo da 2ª vara Federal de Petrópolis/SJRJ e pendendo pedido de liberdade provisória (fls. 51/61), os autos foram remetidos ao MPF que ofereceu denúncia em 01/03/2017, estando o processo concluso desde 02/03/2017 sem recebimento da denúncia ou ratificação da prisão preventiva pela autoridade competente, estando nessas condições preso o paciente, desde 28/01/2017, sob excesso de prazo.
Assim, requerem, liminarmente, o relaxamento da prisão, eis que ilegal, com a imediata soltura do paciente e, no mérito a revogação da prisão preventiva.
O habeas corpus foi instruído com documentos às fls. 14/103.
Relatados. Decido.
A concessão de liminar em habeas corpus é medida cautelar excepcional e deve ocorrer se a ilegalidade e abuso de poder estiverem absolutamente evidenciados do simples relato inicial. Entretanto, se o relato inicial do habeas corpus merecer algum confronto mais detido com os fundamentos da decisão do juiz que se combate, o caso é de processamento do writ.
De plano, cabe frisar que, muito embora a decisão impugnada tenha sido proferida por Juiz Estadual (fls. 72/73), houve declínio de competência e os autos já foram distribuídos no âmbito da Justiça Federal, atribuídos ao MM. Juízo da 2ª Vara Federal de Petrópolis/SJRJ (fl. 103), de modo que, mantida até o momento a custódia preventiva por Juiz Federal, compete a esta Corte apreciá-la, ao menos no alegado excesso de prazo sem ratificação.

Todavia, avaliando a prisão preventiva e as circunstâncias do caso, a princípio, não constato flagrante ilegalidade ou razões que permitam, de plano, revogá-la.

Com relação à alegada incompetência, constata-se que o flagrante envolvia a compra de aparelhos telefônicos em lojas do varejo local utilizando-se de cartões que não teriam chegado aos seus titulares. Isso não é um fato que de plano, indique competência federal. Na verdade, tal competência decorreu do fato (revelado após as prisões) de que um dos acusados se valia de sua função como funcionário dos correios para obter tais cartões e suas senhas. Portanto, a princípio, a sistemática de apreciação dos fatos foi adequada, iniciando-se a apuração em âmbito estadual com o declínio de competência diante de fato apurado que a alterava. Nada de ilegal a princípio.

No que toca à prisão cautelar decretada, muito embora haja sim referência ao crime de tráfico de drogas, isso retrata claramente um erro material. A custódia preventiva, segundo se lê da decisão de fls. 72/73, se deu em razão do crime ter sido praticado mediante associação criminosa e constatada maior gravidade concreta, diante da apreensão de expressiva quantidade de cartões e cheques com os indiciados bem como correspondências com indicações de senhas.

Já no que se refere ao alegado excesso de prazo, a jurisprudência é assente em afirmar que não resulta de simples cálculo aritmético, podendo ceder frente à complexidade dos fatos e pluralidade de acusados. Nesse viés, a denúncia de fls. 85/96 lista pluralidade de fatos e acusados e fez-se acompanhar de cota ministerial com vários requerimentos (fls. 97/102), alguns dos quais com a explícita referência à necessidade de manutenção da custódia preventiva ao menos até o cumprimento, como é o caso das medidas de busca e apreensão domiciliar pleiteadas.

Portanto, neste primeiro momento e à luz do que consta dos autos, não vejo flagrante ilegalidade na prisão preventiva. Entretanto, há que se recomendar ao MM. Juízo a quo celeridade na apreciação acerca da necessidade ou não da custódia preventiva diante de denúncia já oferecida e do pedido de liberdade provisória pendente, considerando que os autos encontram-se conclusos desde 02/03/2017, como se vê de fl. 103 e se confirmou através de consulta ao sítio eletrônica da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, realizada na data de hoje.

A princípio, também não é o caso de aplicar, liminarmente e inaudita altera pars, medidas cautelares alternativas à prisão, quando o MPF na origem sustenta a necessidade da custódia para fins de realização de diligência e tal pretensão sequer foi aferida na origem, o que repercutiria em supressão de instância.

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR, para determinar que o MM. Juízo da 2ª Vara Federal de Petrópolis /SJRJ aprecie, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao menos o pedido de revogação da prisão preventiva formulado.

Intimem-se.

Comunique-se, por qualquer meio célere, o teor desta decisão ao MM. Juízo a quo, para as providências cabíveis.

Oficie-se à autoridade impetrada, comunicando o teor desta decisão e requisitando informações específicas sobre a situação do paciente, bem como sobre o cumprimento da liminar, ora deferida em parte, a serem acompanhadas das pertinentes cópias, assinalando-se o prazo de até 03 (três) dias.

Com a juntada da resposta, ao MPF.

Após, voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000302

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0000489-49.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000489-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 27/01/2017 18:12
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
IMPETRANTE: FERNANDO AUGUSTO FERNANDES
IMPETRANTE: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
IMPETRANTE: ANDERSON BEZERRA LOPES
IMPETRANTE: ROBERTA CELLI MOREIRA DE ARAUJO
IMPETRANTE: NILSON PIRES VIDAL DE PAIVA
IMPETRANTE: FELIPE CONSONNI FRAGA
IMPETRANTE: LETICIA DE MELLO SAMPAIO
ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO FERNANDES

ADVOGADO: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
ADVOGADO: ANDERSON BEZERRA LOPES
ADVOGADO: ROBERTA CELLI MOREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: NILSON PIRES VIDAL DE PAIVA
ADVOGADO: FELIPE CONSONNI FRAGA
ADVOGADO: LETICIA DE MELLO SAMPAIO
IMPETRADO: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
PACIENTE: OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA
Originário: 0506190-88.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
EMENTA
PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS. CONDENAÇÃO. PRISÃO DOMICILIAR. PRESSUPOSTOS. ART. 318 CPP. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

I - Prisão preventiva. Gravidade concreta dos fatos robustecida pela sentença condenatória com expressiva pena privativa de liberdade. Presença dos pressupostos autorizadores. Prisão preventiva mantida em sede de sentença penal condenatória.

II - Prisão domiciliar. Ausência dos requisitos exigidos pelo art. 318 do CPP. Paciente que antes beneficiado pela medida teria obstruído a instrução, restando novamente convertida em preventiva.

III - Ordem denegada.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em denegar a ordem, nos termos do voto do Desembargador Federal Abel Gomes, vencido o Relator.
Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator p/ acórdão

BOLETIM: 2017000303

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002288-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002288-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/03/2017 17:17
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
AGRAVANTE: MARIA AUXILIADORA RIBEIRO CARVALHO
ADVOGADO: GUILHERME PFEIFER PORTANOVA
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0018251-04.2017.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Despacho
Intime-se o INSS para responder ao agravo, no prazo legal.
Com a resposta nos autos, vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T211734)

SUBSECRETARIA DA 2a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2a REGIÃO
SUBSECRETARIA DA 2a.TURMA ESPECIALIZADA

Data do Expediente: 21/03/2017 CR-10

ATO ORDINATÓRIO (ART. 542, CPC) . Os autos dos processos abaixo relacionados encontram-se nesta E.Subsecretaria da Segunda Turma Especializada, 6º andar, com vista ao(s) Recorrido(s) para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s). (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31-05-2013 - eDJF2R de 06-06-2013).

PROC. : 2008.51.02.003860-1 APELREE
CNJ : 0003860-56.2008.4.02.5102
ORIG : 200851020038601/RJ
REG : 24.10.2011
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PAULO ROBERTO PERES FILGUEIRAS
APDO : TANIA MACHADO DOS SANTOS VIDAL
ADV : LEILA MARIA DOS SANTOS LEITE NUNES
RMTE : JUIZO DA 4A VARA FEDERAL DE NITEROI-RJ
RELATOR : DES.FED. SIMONE SCHREIBER - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
RESP : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC. : 2010.51.01.805150-1 APELREE
CNJ : 0805150-08.2010.4.02.5101
ORIG : 201051018051501/RJ
REG : 13.01.2012
APTE : ALCIDES DE FRANCO MAGALHAES
ADV : ALCIDES DE FRANCO MAGALHAES JUNIOR
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 13A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SIMONE SCHREIBER - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
RESP : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC. : 2014.02.01.004899-1 APELREE
CNJ : 0004899-34.2014.4.02.9999
ORIG : 00008117420118190064/RJ
REG : 28.04.2014
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA DADDARIO ORTIZ
APDO : MIRIAN ADELAIDE ESPINDOLA APRIGIO HENRIQUE
ADV : CARLA CRISTINA FERRAZ PEREIRA DA SILVA
RMTE : JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE VALENCA RJ
RELATOR : DES.FED. SIMONE SCHREIBER - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
RE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

BOLETIM: 175989

V - APELACAO CRIMINAL 12060 2013.51.01.017183-0
Nº CNJ : 0017183-58.2013.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
APELANTE : IMBRA - IMOBILIARIA BRASILEIRA S/A
ADVOGADO : NELIO NOBERTO SEIDL MACHADO E OUTROS
APELADO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO

(201351010171830)

DECISÃO
Fls. 300 e 301: nada a prover, em considerando a certidão de fl. 302.
Publique-se.
Em seguida, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal

BOLETIM: 175991

V - APELACAO CRIMINAL 2008.50.03.000486-5

Nº CNJ	:	0000486-38.2008.4.02.5003
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER
APELANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APELANTE	:	ROBSON HELDER SANTOS SILVA
ADVOGADO	:	OSWALDO AMBROZIO JUNIOR E OUTROS
APELADO	:	OS MESMOS
APELADO	:	RICARDO BORGO FEITOSA
ADVOGADO	:	IGOR PINHEIRO DE SANT'ANNA E OUTROS
ORIGEM	:	1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO MATEUS/ES (200850030004865)

EMENTA
PENAL – PROCESSUAL PENAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES – INTERESSE EM OBTER EFEITOS INFRINGENTES – EMBARGOS DESPROVIDOS.
1 - Ausente omissão e contradição apontadas no julgado, já que este Tribunal se pronunciou sobre os pontos relevantes levantados pela defesa, enfrentando-os com precisão. O embargante deve dirigir seu inconformismo à instância superior pela via recursal própria.
2 - Não procede, portanto, a assertiva de que tal conclusão não poderia ter decorrido da premissa segundo a qual "a tortura foi revestida de maior relevância psicológica do que física e foi perpetrado na clandestinidade, longe dos olhos de testemunhas". Isso porque, referiu-se, então, ao fato de que a jurisprudência, em crime praticados nestas circunstâncias de clandestinidade, autoriza a uma validação ainda maior da palavra da vítima.
3 - Embargos de Declaração desprovidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos Voto do Relator, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março 2017 (data de julgamento).
DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
2ª T. Especializada

V - APELACAO CRIMINAL 2013.51.03.002757-7

Nº CNJ	:	0002757-35.2013.4.02.5103
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER
APELANTE	:	JORGE LUIZ LOURENCO
ADVOGADO	:	ILSE CARLA SAMPAIO DE LEMOS
APELADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (201351030027577)

E M E N T A
PENAL. PROCESSO PENAL. USO DE DOCUMENTO PÚBLICO FALSO. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADA POR MEIOS IDÔNEOS DE PROVA. MOTORISTA DE CAMINHÕES E ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO DE CNH FALSA TIPO “AD”. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. INTENÇÃO

DE BURLAR A LEI. MOTIVO INERENTE A TIPOS PENAIS PROIBITIVOS. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL NÃO CONFIGURADA. EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO. CONFISSÃO QUALIFICADA. ATENUANTE GENÉRICA.
1. CNH falsificada. A materialidade delitiva restou comprovada pelo auto de apreensão e pelo laudo pericial, e a autoria, pela confissão do réu em juízo.
2. O juiz deve aplicar a pena obedecendo, rigorosamente, às etapas descritas no art. 68, do CP, de modo que o critério trifásico seja observado.
3. O desempenho da atividade de motorista de caminhões e ônibus através da utilização de CNH falsa do tipo "AD" deve ser considerado para valorar negativamente as consequências do delito, pois coloca em risco os demais usuários das estradas por aonde trafegar o motorista.
4. A intenção de burlar a lei não configura circunstância judicial desfavorável sob a epígrafe de motivos do delito, porquanto inerente a todas as condutas descritas em tipos penais proibitivos.
5. O efeito devolutivo conferido à apelação criminal interposta pela Defesa é amplo, permitindo que o Tribunal se manifeste sobre matérias não ventiladas nas razões de recurso, sempre que o faça a favor do réu.
6. A confissão do acusado, inobstante eivada de teses defensivas, descriminantes ou exculpantes, deve ser reconhecida, na 2ª fase de dosimetria da pena, como circunstância atenuante, a teor do art. 65, III, "d", do Código Penal, nomeadamente, quando consubstanciar a *ratio decidendi* do decreto condenatório, em conformidade com a súmula 545 do STJ. Precedentes do STJ.
7. Apelação criminal parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO à apelação criminal, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017. (data do julgamento).
SIMONE SCHREIBER
RELATORA

BOLETIM: 2017000339

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0001554-75.2012.4.02.5102 Número antigo: 2012.51.02.001554-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/04/2016 10:47
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ADILSON COITINHO LIBERATO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0001554-75.2012.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói
DESPACHO
À Subsecretaria da 2ª Turma Especializada, para certificar o trânsito em julgado do v. acórdão de fl. 316.
Após, voltem-me conclusos para análise do petitório acostado às fls. 321/325.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

BOLETIM: 2017000340

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0004169-79.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.004169-8 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição por Prevenção - 30/07/2015 17:25
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ANA PAULA DE ABREU E LIMA
ADVOGADO: BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0004169-79.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal
EMENTA
PROCESSUAL PENAL ¿ APELAÇÃO EM EMBARGOS DE TERCEIROS ¿ IMÓVEL ADQUIRIDO ANTES DA DECRETAÇÃO DE SEQUESTRO ¿ JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - ONEROSIDADE DO NEGÓCIO DEMONSTRADA - DECISÃO NULA - VIOLAÇÃO AO POSTULADO DA AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL - RECURO PARCIALMENTE PROVIDO.

I ¿ Hipótese em que o magistrado singular julgou improcedentes os embargos de terceiros, com fulcro no art. 330, I, do CPC, entendendo não haver prova a se produzir em audiência, por se tratar de matéria passível de ser decidida com base nos documentos trazidos aos autos, julgando antecipadamente a lide nos termos do aludido artigo do CPC.

II ¿ Embora, a prova da existência de um negócio oneroso se faça por meio documental e não testemunhal, tenho que foi prematura a decisão de julgar a lide antecipadamente sem a produção probatória requerida pela embargante, porque não se erigiu o veredicto sobre os documentos juntados aos autos.

III - A embargante apresentou como prova, cópia da certidão de registro dos referidos imóveis, escritura de compra e venda do imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro e Declarações de Ajuste do Imposto de Renda, referentes aos anos de 1995 e 1996, que demonstram a sua evolução patrimonial, tenho que são elementos que dariam suporte à conclusão diametralmente oposta àquela a que chegou o magistrado, sumariamente.

IV - Não assiste razão ao Juiz sentenciante quando reflete sobre a ausência de prova da ocorrência do negócio oneroso capaz de se transferir a propriedade de boa-fé à embargante, mesmo que se faça consta o preço da coisa. Assim como não lhe assiste razão a justificativa no grau de parentesco com o acusado de crimes, porque recebidas em doação.

V - Caso o magistrado não se sinta convencido das teses apresentadas na apresentação da demanda, deve proceder à audiência de instrução e julgamento para melhor certificar-se, mas não afirmar de pronto a ausência de prova de negócio oneroso, em flagrante discrepância com elementos insertos aos autos e sem oportunizar à embargante o direito de apresentar suas testemunhas, em manifesta violação aos postulados da ampla defesa e do devido processo legal.

VI ¿ Apelação oposta em embargos de terceiro parcialmente provida.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria', dar parcial provimento ao recurso, nos termos do Relatório e Voto constantes dos autos e que fazem parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2016 (data do julgamento)

DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª T. Especializada

BOLETIM: 2017000341

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001056-80.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001056-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/02/2017 17:18
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: LEONARDO CORREA DA SILVA
ADVOGADO: FABIANE SOARES DOS SANTOS
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0176832-33.2016.4.02.5108 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE

:
LEONARDO CORREA DA SILVA
ADVOGADO
:
FABIANE SOARES DOS SANTOS
AGRAVADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia (01768323320164025108)
Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo/antecipação da tutela recursal, interposto por LEONARDO CORREA DA SILVA, objetivando reformar decisão de 20/01/2017 (fls. 48/49 do processo principal) que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em ação em que se busca o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio doença.

O agravante requer a reforma da decisão agravada sustentando, em síntese, estar incapacitado para o trabalho em virtude dos problemas de saúde que lhe acometem, cuja comprovação pode ser verificada através dos laudos médicos apresentados, além de outros documentos, que demonstram, indiscutivelmente, a verossimilhança do direito alegado.

É o relato do necessário.

Decido.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de antecipação da tutela recursal é possível inferir dos documentos que instruem a inicial os requisitos autorizadores da tutela provisória de urgência (probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – art. 300 do NCPC).

Isso porque verifica-se, pelos documentos constantes nos autos sobretudo os atestados médicos apresentados (fls. 26/27), que o agravante não se encontra em condições de desenvolver suas atividades laborativas, devendo permanecer afastado das mesmas em virtude de ser portador de discopatia degenerativa lombar de L4-L5.

Além disso, não se pode ignorar a atividade extenuante de agente da guarda municipal, função exercida pelo agravante no município de Macaé, que passam horas em pé, usando coturno, cinturão e diversos acessórios de segurança, fato que certamente agravará mais ainda o sofrimento do agravante.

É evidente que não se afirma neste momento processual, que a conclusão da perícia médica do INSS esteja equivocada. O que se afirma é que existem indícios favoráveis ao autor, no sentido da existência de enfermidade que lhe impede de trabalhar, a qual poderá ser afastada no curso da ação principal.

Não se pode ignorar, também, o perigo de dano verificado em favor do agravado, tendo em vista a afetação do bem da vida que se pretende resguardar com a garantia da sua subsistência.

Desse modo, presentes os requisitos, nada impede o recebimento em caráter provisório do benefício previdenciário de auxílio doença, até que seja realizada uma perícia judicial.

Ante o exposto, estando presentes todos os requisitos processuais exigidos para antecipar a tutela recursal, DEFIRO o pedido, com fulcro nos arts. 932, II, e 1.019, I, ambos do NCPC.

Comunique-se, com urgência, o teor desta decisão ao Juízo a quo.

Intime-se o agravado, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal
(sap)

BOLETIM: 2017000342

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0004795-28.2010.4.02.5102 Número antigo: 2010.51.02.004795-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 14/04/2016 12:57
Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: YARA PEREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: PAULO SERGIO LACERDA PINHEIRO
Originário: 0004795-28.2010.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
Processo nº 0004795-28.2010.4.02.5102 (2010.51.02.004795-5)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000151-85.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000151-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/02/2016 09:22
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARIA BARBARA DA SILVA
ADVOGADO: WALAS FERNANDES VITAL
ADVOGADO: ELYANDERSON AUGUSTO F. DE SOUZA
ADVOGADO: EDIVAN FOSSE DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Processo nº 0000151-85.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000151-9)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000327-64.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000327-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/02/2016 12:06
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: HERMÍNIA GOMES PORTELA ALVES
ADVOGADO: RODRIGO CARDOSO SOARES BASTOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Processo nº 0000327-64.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000327-9)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0020699-68.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.020699-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2015 08:54
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MANOEL DOS SANTOS DA CRUZ
ADVOGADO: MANOEL MARTINS ESTEVES
ADVOGADO: AILTON DE OLIVEIRA
ADVOGADO: GRASIELE DA SILVA ESTEVES PEREIRA
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO / RJ
Processo nº 0020699-68.2015.4.02.9999 (2015.99.99.020699-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000684-44.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000684-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/04/2016 09:12
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA DAS NEVES ALEIXO
ADVOGADO: SALERMO SALES DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MARATAÍZES / ES
Processo nº 0000684-44.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000684-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0000324-12.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000324-3 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 26/02/2016 12:35
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
PARTE AUTORA: JOSÉ BASTOS
ADVOGADO: NARITA ALVES ZANOL
ADVOGADO: Grazielly Santos
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPEMIRIM / ES
Processo nº 0000324-12.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000324-3)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0000424-64.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000424-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2016 08:49
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
PARTE AUTORA: HELENO VIEIRA DE PAULA
ADVOGADO: Márcio Vitor Zanão
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE / ES
Processo nº 0000424-64.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000424-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0000520-79.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000520-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/03/2016 10:31
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
PARTE AUTORA: PAULO CEZAR DOS SANTOS ESPÍNDULA
ADVOGADO: FERNANDA CHRISTIANO GARCIA
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO DAS FLORES / RJ
Processo nº 0000520-79.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000520-3)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

BOLETIM: 2017000343

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000020-13.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000020-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/01/2016 06:57
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: LENITA DE SOUZA VENTURA
ADVOGADO: FELIPE DA SILVA SANTIAGO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Processo nº 0000020-13.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000020-5)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000515-57.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000515-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/04/2016 08:51
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANTENOR CASTELIANO
ADVOGADO: Clemilson Rodrigues Peixoto
ADVOGADO: Isabella Marques Magro
Processo nº 0000515-57.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000515-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000810-94.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000810-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/04/2016 09:11
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MARIA JOSÉ VIEIRA DE ABREU
ADVOGADO: WELDER RAMOS PINTO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Processo nº 0000810-94.2016.4.02.9999 (2016.99.99.000810-1)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001192-87.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001192-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/06/2016 06:50
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: KLEBER FASSARELLA
ADVOGADO: ALAN ROVETTA DA SILVA
Processo nº 0001192-87.2016.4.02.9999 (2016.99.99.001192-6)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0020869-40.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.020869-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/07/2015 09:08
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MILTON DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Erica Amorim Gonçalves
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MARATAÍZES / ES
Processo nº 0020869-40.2015.4.02.9999 (2015.99.99.020869-9)

ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0100519-63.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.100519-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 05/05/2015 19:40
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLEMENTE PIMENTA DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: MARIA ELISA MOREIRA PIME NTA
ADVOGADO: ANTONIO JOSE MANSUR
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ
Processo nº 0100519-63.2015.4.02.0000 (2015.00.00.100519-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0002162-87.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002162-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/10/2016 09:35
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VALTANI COSTA ARANHA
ADVOGADO: RODRIGO CARDOSO SORAES BASTOS
REMETENTE: JUIZO DE DIREITO DE MARATAÍZES - COMARCA DE MARAÍZES - ES
Processo nº 0002162-87.2016.4.02.9999 (2016.99.99.002162-2)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

BOLETIM: 2017000344

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

2a.TURMA ESPECIALIZADA

ADITAMENTO DE PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 04 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados no Aditamento a Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 04 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas. Os pedidos de preferência dos processos incluídos em pauta poderão ser feitos, a partir da disponibilização no DJ-E, através do telefone (até às 12 horas do dia da sessão) ou no balcão da Subsecretaria desta 2a. Turma Especializada.

020 - Processo: 0000972-02.2013.4.02.5115 Ap
05.19.27 - Contrabando ou descaminho (art. 334) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: MARIA MADALENA PEREIRA DE ARAUJO
ADV.DAT.: MARIA DE NAZARE GUAPINDAIA CAMPOS
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
ANOTAÇÃO: Será julgado com o 9 da pauta ordinária.
Resultados de Julgamentos Anteriores
21/03/2017 13:00 Adiado

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

SIMONE SCHREIBER

PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DA 3a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

3a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 04 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 04 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0009060-43.2016.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
IMPETRANTE: MARISE VIEIRA EIRAS
ADVOGADO: ANDRE LUIZ PENA FURTADO
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
INCID: 2016.6000.108692-3 - AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE: MARISE VIEIRA EIRAS

002 - Processo: 0001264-64.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: NEUZA SANTOS DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

003 - Processo: 0011324-33.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: BRASI STONE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
AGVDO: MAURICIO SILVA GUIMARÃES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGVDO: JANILCE BARBOSA RODRIGUES
ADVOGADO: EDSON JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

004 - Processo: 0000644-52.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: R F B PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVTE: R F B PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

005 - Processo: 0011317-75.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01.08 - Incidência sobre Previdência Privada - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: CARMEM REGINA DA SILVA DE SOUZA
AGVDO: CRISTINA BOTTINO
AGVDO: JORGE LOPES FERREIRA FILHO
AGVDO: MARIA CRISTINA MENDES
AGVDO: MARIA VASCONCELOS DA SILVA CRUZ COSTA
AGVDO: MARLENE CARDOSO RODRIGUES
ADVOGADO: ANTONIO ADOLAR WOLFF

006 - Processo: 0012113-32.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.10.04 - Obrigação Acessória - Obrigação Tributária - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: MARCUS VINICIUS DOMINGUES CANALI ME - HERO STONE DO BRASIL ME
ADVOGADO: BERNARD MIRANDA LYRA
ADVOGADO: SAMIRA MIRANDA LYRA SCHWARTZ
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

007 - Processo: 0009757-98.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.06 - IPMF/ Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S/A - RENAVE
ADVOGADO: VITOR IORIO ARRUZZO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

008 - Processo: 0008349-72.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02.06 - Retenção na fonte - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: CASARAO LUSTRES LTDA
ADVOGADO: DIOGO MARCUS LEIBAO SALLES
ADVOGADO: FABIO RICARDO SALLES DOS SANTOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2015.6000.076952-1 - AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE: CASARAO LUSTRES LTDA

009 - Processo: 0004990-17.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: PETROS - FUNDAÇÃO PETROS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

010 - Processo: 0009415-53.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: PAULO ROBERTO PIRES DE CAMARGO
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO ZULZKE DE TELLA
ADVOGADO: MARIA LUISA DE A PIRES BARBOSA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: ENGRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS S/A
P.RÉ: ENGRATECH TECNOLOGIA EM EMBALAGENS PLASTICAS S/A

P.RÉ: IRINEU SZPIGEL

011 - Processo: 0006684-21.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: Distribuidora São Mateus de Bebidas Ltda
ADVOGADO: EURICO SAD MATHIAS
AGVDO: Bar e Mercearia Belinassi Ltda.-ME
ADVOGADO: KATIA LEAO BORGES DE ALMEIDA

012 - Processo: 0000644-52.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: R F B PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVTE: R F B PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.6000.014241-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: R F B PRESTACAO DE SERVICOS LTDA

013 - Processo: 0013415-96.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVTE: OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

014 - Processo: 0013415-96.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVTE: OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.6000.006723-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA

015 - Processo: 0100051-02.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: MACCOMEVAP INDÚSTRIA COMÉRCIO TECNOLOGIA ILUMINAÇÃO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA
ADVOGADO: LEANDRO MATTOS DE CERQUEIRA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.105049-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MACCOMEVAP INDÚSTRIA COMÉRCIO TECNOLOGIA ILUMINAÇÃO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA

016 - Processo: 0010536-19.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS - RJ
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

017 - Processo: 0073977-94.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.05.02 - Cofins - Contribuição Social - Tributário
03.05.06 - PIS - Contribuição Social - Tributário
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
03.11.11 - Compensação - Crédito Tributário - Tributário
03.11.13 - Certidão Negativa de Débito (CND) - Crédito Tributário - Tributário
03.14.04 - Inscrição no SPC-CADIN/SERASA e outros - Procedimentos Fiscais - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: PETRO RIO S.A.
APTE: PETRO RIO INTERNACIONAL S/A
APTE: PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO: LEANDRO DAUMAS PASSOS
ADVOGADO: RODRIGO BEVILAQUA DE MIRANDA VALVERDE
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

018 - Processo: 0007850-54.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: MARCELLO MARTINS PENNA AGOSTINI
ADVOGADO: ALESSANDRA KRAWCZUK CRAVEIRO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: BAILEY COM/ E IMP/ LTDA
P.RÉ: GERALDO LUIZ ABREU BAILEY
P.RÉ: MARIO ASSUNCAO FONTES REIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

019 - Processo: 0007469-46.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.05.02 - Cofins - Contribuição Social - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

020 - Processo: 0007965-75.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: FERNANDA RUSSO ALCANTRA DE MOURA
ADVOGADO: BENEDICTO CELSO BENICIO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: HUB COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

021 - Processo: 0009458-87.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: MARIA TEIXEIRA MAC DOWEL DA COSTA
ADVOGADO: NERIVALDO LIRA ALVES

AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: MZ BIS COMERCIO DE ROUPAS LTDA - EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

022 - Processo: 0003896-97.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: ASK PREV CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA
AGVDO: ADRIANO VINHAL SOARES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

023 - Processo: 0104314-14.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01.01 - Incidência sobre PDV - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: MARCIO FERNANDES
ADVOGADO: ULISSES TEIXEIRA DA SILVA FILHO
ADVOGADO: MARIA CHRISTINA KREITLON
INCID: 2017.6000.008439-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
Magistrados Impedidos
DES.FED. CLAUDIA NEIVA

024 - Processo: 0006672-70.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: ROSA MARIA DA FONSECA
ADVOGADO: PEDRO SOLIA PAMPLONA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: GERO ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2016.6000.083890-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ROSA MARIA DA FONSECA

025 - Processo: 0529860-73.2007.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

026 - Processo: 0044415-11.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

027 - Processo: 0146269-48.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOAO DO CARMO JUNIOR
ADVOGADO: FERDINANDO RIBEIRO NOBRE
INCID: 2016.6000.029860-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: JOAO DO CARMO JUNIOR

028 - Processo: 0071948-08.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: FELIPE VIEIRA DA CUNHA
INCID: 2016.6000.033547-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

029 - Processo: 0106797-06.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: FELIPE VIEIRA DA CUNHA
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INCID: 2016.6000.033540-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

030 - Processo: 0007403-16.2007.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ANTONIO ORLANDO DE QUEIROZ MACEDO
ADVOGADO: TAREK MOUSSALLEM
ADVOGADO: RICARDO ALVARES DA SILVA CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: STEFANO VIEIRA MACHADO FERREIRA
ADVOGADO: JOAO PAULO BARBOSA LYRA

031 - Processo: 0006152-55.2010.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: PEMAGRAN PEDRAS MARMORES E GRANITOS LTDA
ADVOGADO: SANDRO VIEIRA DE MORAES
ADVOGADO: HELIO JOÃO PEPE DE MORAES
ADVOGADO: EULA RIBEIRO DE PAULA PERES
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.113896-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

032 - Processo: 0010797-55.2012.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.07.11 - Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Tributário
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MATERNIDADE SANTA PAULA LTDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
APTE: MATERNIDADE SANTA PAULA LTDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
INCID: 2016.6000.038151-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MATERNIDADE SANTA PAULA LTDA

033 - Processo: 0010797-55.2012.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.07.11 - Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Tributário
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MATERNIDADE SANTA PAULA LTDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
APTE: MATERNIDADE SANTA PAULA LTDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
INCID: 2016.6000.044508-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

034 - Processo: 0006033-94.2010.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04.12 - Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: TODOS OS ANJOS MINERACAO LTDA
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO TARDIN
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
APTE: TODOS OS ANJOS MINERACAO LTDA
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO TARDIN
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Observação da DIDRA: Livre distribuição - decisão fl. 50/51. Retificação polo passivo. Decisão fl.56
INCID: 2016.6000.037499-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

035 - Processo: 0006033-94.2010.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04.12 - Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: TODOS OS ANJOS MINERACAO LTDA
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO TARDIN
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
APTE: TODOS OS ANJOS MINERACAO LTDA
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO TARDIN
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Observação da DIDRA: Livre distribuição - decisão fl. 50/51. Retificação polo passivo. Decisão fl.56
INCID: 2016.6000.028569-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: TODOS OS ANJOS MINERACAO LTDA

036 - Processo: 0038481-78.2015.4.02.5120 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04.12 - Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário
03.11.06.04 - Compensação - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MERCADO MINI PREÇO DO REDENTOR LTDA
APTE: MERCADO DOS ANJOS LTDA

APTE: PRIMUS DE BELFORD ROXO CEREAIS MERCEARIA LTDA
APTE: L.A. CEREAIS E MERCEARIA LTDA
APTE: MERCADO JRE DE LAGOINHA LTDA
APTE: MERCADO RIO SÃO PAULO LTDA
ADVOGADO: RODOLPHO DA CUNHA ROMEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO: MONIQUE GONCALVES PINTO DE ARAUJO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU / RJ
INCID: 2017.6000.017015-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

037 - Processo: 0016939-03.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.05 - IPI/ Imposto sobre Produtos Industrializados - Impostos - Tributário
03.11.01.02 - Depósito - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO: BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 13:00 Julgado

038 - Processo: 0063466-37.2016.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.13.01 - Processo Administrativo Fiscal - Processo Administrativo - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
P.AUTORA: SUPERPESA INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO: ALEXANDRE ALFREDO CORDEIRO DE FRANCA
ADVOGADO: FELIPE SARKIS FRANK DO VALE
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

039 - Processo: 0000721-54.2012.4.02.5103 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.11.01.03 - Parcelamento - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COAZE COML/ AZEVEDO LTDA
ADVOGADO: LUCIANA RIBEIRO FREIRE
ADVOGADO: LAIS DOS SANTOS REZENDE
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
Observação da DIDRA: CONFORME DECISÃO DE FLS. 93/94

040 - Processo: 0002890-49.2014.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.11.13.02 - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - Certidão Negativa de Débito (CND) - Crédito Tributário - Tributário
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
P.AUTORA: MINIATURA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO BOTELHO
ADVOGADO: LUANDA BERNARDO DE OLIVEIRA SANTOS SILVA
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
INCID: 2017.6000.012511-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

041 - Processo: 0000173-73.2010.4.02.5111 AC (Processo Eletrônico)
03.02.09 - ITR/ Imposto Territorial Rural - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

APDO: SEVERINO DANTAS MARINHO
ADVOGADO: WILSON SILVEIRA DOS SANTOS
INCID: 2016.6000.084286-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: SEVERINO DANTAS MARINHO

042 - Processo: 0020336-70.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
03.11.13.02 - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - Certidão Negativa de Débito (CND) - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICPAÇÕES S.A
ADVOGADO: LUIZA SAMPAIO DE LACERDA BENJO
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.095857-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
APELANTE: INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICPAÇÕES S.A

043 - Processo: 0001367-42.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.05.15 - Contribuição sobre Açúcar e Álcool - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: COMPANHIA AÇUCAREIRA PARAÍSO
ADVOGADO: DENILSON SALES DE SOUZA
ADVOGADO: VANILDO DA SILVA COSTA JUNIOR
INCID: 2016.6000.014793-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

044 - Processo: 0015223-38.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01.02 - Incidência sobre Aposentadoria - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: CASSIO DOS SANTOS
APTE: SONIA MARIA CURCIO VALENTE
APTE: FRANCES MARGARET COLLEY BROWN
APTE: BERNARD PULLEIN COLLEY BROWN
APTE: ANNA CHRISTINA PULLEIN BROWN
ADVOGADO: FERNANDO NOBREGA MARTINS
APTE: ESPÓLIO DE AFFONSO CARLOS DE SABOIA BANDEIRA DE MELLO
REPRES.: DENISE PRADO BANDEIRA DE MELLO
ADVOGADO: FERNANDO NOBREGA MARTINS
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

045 - Processo: 0010886-40.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.08.04 - Energia Elétrica - Empréstimo Compulsório - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APTE: ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO: RACHEL TAVARES CAMPOS
APDO: PEEQFLEX SERVICOS LTDA
ADVOGADO: HELOISA HARARI MONACO
ADVOGADO: VALÉRIA CRISTINA PENNA EMERICH
INCID: 2016.6000.081385-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

046 - Processo: 0034510-50.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: CARLOS ROGERIO POTZ DE OLIVEIRA

ADVOGADO: RAFAELA RAMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
INCID: 2016.6000.113006-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

047 - Processo: 0023070-91.2011.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: UPWARDS COMERCIO DE MODAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO
INCID: 2017.6000.014874-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

048 - Processo: 0059055-79.2015.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
03.11.06.04 - Compensação - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Tributário
03.11.17 - Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: CHURRASCARIA MFM LTDA
ADVOGADO: RICARDO MICHELONI DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.6000.004576-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CHURRASCARIA MFM LTDA

049 - Processo: 0500322-66.2015.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.04 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
03.11.13.02 - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - Certidão Negativa de Débito (CND) - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
P.AUTORA: PROL STAFF LTDA
ADVOGADO: RAFAEL BASTOS MARTINS
ADVOGADO: GEORGEANA LEAL DE MACEDO REZENDE
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 02ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2016.6000.118962-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

050 - Processo: 0001728-59.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: REAL FOOD ALIMENTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: WILLIAN MONTANHER VIANA
INCID: 2015.6000.100185-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

051 - Processo: 0509593-90.2001.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOSE LUIZ DOMINGOS

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

052 - Processo: 0103212-52.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: FELIPE ITALA RIZK
APTE: MASSAS ALIMENTICIAS FIRENZE S/A
APTE: AGROPECUARIA VIVA MARIA S/A
APTE: CHUMEL IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME
APTE: MANOEL FRANCISCO DE PAULA
APTE: FARINAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA
APTE: FIRE PARTICIPAÇÕES LTDA.
APTE: PÃO GOSTOSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
APTE: CENTRO NORTE AGROPECUARIA LTDA.
APTE: ORGANIZAÇÃO COMERCIAL FORENZA LTDA.
APTE: PALERMO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
APTE: GERALDO TORTELOTE
APTE: LUCIANO BEITE
ADVOGADO: ALBERTO NEMER NETO
ADVOGADO: FELIPE ITALA RIZK
ADVOGADO: BRUNO DA LUZ DARCY DE OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: BIMBO DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: LUIZ ROGERIO SAWAYA BATISTA

053 - Processo: 0036549-15.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SOLOTEC ENGENHARIA S/C LTDA-EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

054 - Processo: 0055906-83.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: BEMBALE COMERCIO DE ARTIGOS DE EMBALAGENS E PRESENTES LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

055 - Processo: 0001822-49.2014.4.02.5106 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MUNICÍPIO DE PETROPOLIS
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - RJ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

056 - Processo: 0002248-93.2012.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: C R TISCORNIA INSTITUTO STELLA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS

057 - Processo: 0002625-64.2012.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
03.12.11 - Contribuição Social - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM

APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: RODOFINO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS

058 - Processo: 0754693-28.1999.4.02.5110 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PAVIQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTD
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA:

059 - Processo: 0002830-93.2012.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: RIO MONITRA PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS

060 - Processo: 0030327-36.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: IGCAP RIO – INDÚSTRIAS GRÁFICAS E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PAPÉIS LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

061 - Processo: 0507187-86.2007.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.11 - PASEP - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: EXTERNATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

062 - Processo: 0172806-81.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: CASTRO NAZARETH ADMINISTRADORA E COR DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

063 - Processo: 0037218-73.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APTE: INTERDATA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
ADVOGADO: JOSE MARCOS GOMES
ADVOGADO: AMAURY FIGUEIREDO NEVES
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

064 - Processo: 0002869-37.2012.4.02.5168 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: TOOT IND E COM DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS

065 - Processo: 0083993-06.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PARQUE PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME
ADVOGADO: EDMAR MAIA DE AZEVEDO SANTOS

066 - Processo: 0516696-17.2002.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12.11 - Contribuição Social - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DISPAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

067 - Processo: 0541204-27.2002.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SILVA E RODRIGO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

068 - Processo: 0090859-30.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: INTERNATIONAL BRASIL EXPORT S/A
ADVOGADO: JULIO CESAR GOMES DA SILVA

069 - Processo: 0509619-20.2003.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: VILEX IMOBILIARIA E AGROPECUARIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

070 - Processo: 0000823-20.2005.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: LAJEOLAJE LTDA
APDO: ELSO LUIZ DOS SANTOS
APDO: FABIANA ROCHA DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: INICIAL/DESP. DE FLS. 35

071 - Processo: 0509004-98.2001.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário

RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JET CARGO SERVICES LTDA
APDO: DALMIR PAULO DA SILVA CUNHA
APDO: DILSON JOSE DA SILVA CUNHA
APDO: LEONARDO CYRILLO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

072 - Processo: 0504196-40.2007.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: A.A. CHRYSTELLO REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

073 - Processo: 0000520-81.2002.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COMERCIO DE CEREAIS E BEBIDAS NOVO TRIANGULO LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: JADIR DOS ANJOS MACHADO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

074 - Processo: 0000720-81.2013.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: USITEC - USINAGEM DE PECAS MECANICAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

075 - Processo: 0002653-56.2012.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: NAPOLIPAN COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

076 - Processo: 0002899-90.2010.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
03.12.19 - Multas - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: TERRAPLANAGENS GERMANO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

077 - Processo: 0003236-45.2011.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.01 - Finsocial - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PLATTIUM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

078 - Processo: 0005688-44.2000.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM

AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COLEGIO MASTER LTDA
RÉU: ANTONIO SANTOS AMARO NUNES
RÉU: ALBERTO CAROLINO PENHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

079 - Processo: 0021088-42.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: BARRA LAR MAGAZINE LTDA
ADVOGADO: JOAO DONATO D'ANGELO

080 - Processo: 0085035-90.1999.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: CENTRAL LAR MAGAZINE LTDA
ADVOGADO: EDMAR MAIA DE AZEVEDO SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

081 - Processo: 0110361-90.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PETER EUGENE MINOGA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

082 - Processo: 0114841-48.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DECIO BARRETO GOMES FILHO
ADVOGADO: LEONARDO PECANHA MOLL

083 - Processo: 0518350-15.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: REDEL EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

084 - Processo: 0521693-43.2002.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ALVORADA S/A IND/ DE VESTUARIOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

085 - Processo: 0527375-08.2004.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM

APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MERCEARIA QUATRO MARIAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
10/06/2015 13:00 Retirado de Pauta

086 - Processo: 0529238-67.2002.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: HENRIQUE REZENDE DE ALBUQUERQUE CESAR
APDO: CRUZADOR S/A IND/ COM/ E CONFECCOES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

087 - Processo: 0530466-04.2007.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: LATICINIOS RENATA LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

088 - Processo: 0534566-70.2005.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: LABORATORIO BRAQUIFAR LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

089 - Processo: 0540640-77.2004.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PANIFICADORA CLASSE E SABOR LTDA - ME
APDO: MARINES FERREIRA DE CARVALHO
APDO: ORLANDO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
APDO: RENATA FERNANDES DE CARVALHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: MIRIAM MENDONÇA DE CARVALHO
APDO: LUIS CESAR FERREIRA DE CARVALHO
ADVOGADO: DANIELA VIEIRA LOPES DE CASTRO
ADVOGADO: WALTER NOGUEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: ROSANGELA DIAS GUERREIRO
Observação da DIDRA: DESP. PG. 51 CUMPRIDO.

090 - Processo: 0585943-61.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DOMINGOS FERREIRA SUB EMPREITEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

091 - Processo: 0594935-11.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM

APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PANIFICACAO NATAL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

092 - Processo: 0594953-32.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: POLIGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
Observação da DIDRA: DESPACHO DE FLS.26

093 - Processo: 0605863-21.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FABRICA ITATIAIA DE TECIDOS S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

094 - Processo: 0063473-68.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SFENG CONSULTORIA E PROJETOS ESTRUTURAIS LTDA
ADVOGADO: JOAO CARVALHO SOUZA

095 - Processo: 0002452-68.2011.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: RODRIGO DOS SANTOS MONTENARIO
ADVOGADO: MARCELO ANDERSON TAVARES PATRICIO

096 - Processo: 0000626-08.2014.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MB5 - COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: ACI HELI COUTINHO
ADVOGADO: ALEXANDRE LOPES LACERDA
ADVOGADO: JOSE MARCIO DINIZ FILHO
ADVOGADO: VALÉRIA ROCHA DA COSTA
ADVOGADO: THIAGO DUARTE DE CAMPOS
ADVOGADO: GRACIELE DE AGUIAR
ADVOGADO: MARCIO ANTONIO CAMPOS MACIEL
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

097 - Processo: 0000900-77.2011.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: CENTRO CLINICO DESTAKE DE SÃO GONÇALO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

098 - Processo: 0067017-21.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.15.02 - REFIS/Programa de Recuperação Fiscal - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: STUP FREYSSINET LTDA
ADVOGADO: ANDRE LUIZ M. E SILVA
APDO: ALBERTO AZEVEDO FERRAO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

099 - Processo: 0510610-25.2005.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SERGIO HONORIO DE FREITAS GUIMARAES FILHO
ADVOGADO: CLAUDIA CRISTINA GOMES FERREIRA DE BEAUCLAIR

100 - Processo: 0521724-92.2004.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: BANCO BRASILEIRO IRAQUIANO S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

101 - Processo: 0036854-04.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: TRANSPORTES HAVARIO LTDA ME
ADVOGADO: ALCINO DA COSTA E SILVA

102 - Processo: 0211092-27.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PUBLIVENDA PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

103 - Processo: 0505989-19.2004.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
Observação da DIDRA: Conf.desp.de fls. 68

104 - Processo: 0004557-02.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: REGINA MACEDO DE CAMARGO PENTEADO - ESPOLIO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

105 - Processo: 0176813-19.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário

03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.11 - PASEP - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ALBUQUERQUE E OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA - EPP
ADVOGADO: GERSON STOCCO DE SIQUEIRA

106 - Processo: 0003567-70.2014.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JAIME SIQUEIRA
ADVOGADO: CLAUDIO ROGERIO FAGUNDES SILVA
ADVOGADO: ROMULO VIEIRA ARAUJO SANTOS
ADVOGADO: RODRIGO NITOLE SOARES
ADVOGADO: LEONARDO FAJARDO WERNECK

107 - Processo: 0000765-75.2009.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APTE: EMPRESA GAZETILHA LTDA
APTE: CÉLIO PIVELDO SIQUEIRA
APTE: NORMA GOMES SIQUEIRA
ADVOGADO: JOSE DARCY BARROS DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO: AMANDA DUQUE RIBEIRO DE ALMEIDA
APDO: OS MESMOS
Observação da DIDRA: INICIAL - DESP. DE FLS. 12/DESPACHO FLS. 62.

108 - Processo: 0010959-41.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOSE RIBAMAR SANTANA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

109 - Processo: 0029517-23.1996.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.05 - IPI/ Imposto sobre Produtos Industrializados - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: GRAPHOS INDL/ GRAFICOS LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

110 - Processo: 0012159-20.1997.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DOUGLAS SEIDEL MOVEIS LTDA
APDO: DOUGLAS SEIDEL DE FREITAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

111 - Processo: 0052454-56.1998.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

APDO: REGIPLAST COM/ E REPRESENTACOES LTDA/ ME
ADVOGADO: GILMAR MIGUEZ DE MOURA

112 - Processo: 0081904-10.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SCOTTON BUFFET E RESTAURANTE LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

113 - Processo: 0009580-03.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: JIBRASIL SERVIÇOS COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA - EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

114 - Processo: 0002314-62.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: INSTITUTO SANTO AFONSO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

115 - Processo: 0002267-88.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: TRAVESSIA DIRECIONAL E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

116 - Processo: 0004395-81.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: CONDOMÍNIO PARQUE DOS EUCALIPTOS 1
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

117 - Processo: 0011893-34.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: RONZONI ROCHAS IMPORT & EXPORT LTDA. - EPP
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA DE ASSIS
ADVOGADO: LUCIANO DE OLIVEIRA ADOLFO
ADVOGADO: GUILHERME GUAITOLINI
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

118 - Processo: 0104368-77.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA

PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
AGVDO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO POTRICK DUARTE

119 - Processo: 0105688-65.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: CASA DE SAÚDE SANTA MÔNICA LTDA
ADVOGADO: FERNANDO MONTESANO SCHETTINO

120 - Processo: 0007584-04.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: JARDIM DE INFANCIA NUVEM DE ALGODAO LTDA. - EPP
ADVOGADO: JOHNNY PEREIRA CAVALARO DE OLIVEIRA

121 - Processo: 0103324-23.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
ADVOGADO: JOSE MAURICIO FERREIRA MOURAO
ADVOGADO: RENATA CUNHA SANTOS PINHEIRO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
Observação da DIDRA: DESP. PG. 1874.

122 - Processo: 0101965-38.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: CARMEN DA CAMARA MONTEIRO
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

123 - Processo: 0101393-82.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: BANCO MÁXIMA S/A
ADVOGADO: PEDRO AFONSO GUTIERREZ AVVAD
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

124 - Processo: 0103579-78.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.05.05 - Seguro acidentes do trabalho - Contribuição Social - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
Observação da DIDRA: Exclusão INSS, inclusão UF-despacho fl. 4707.

125 - Processo: 0106222-09.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: JOSE MARCO MONTEIRO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

126 - Processo: 0104959-39.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.08.02 - Aquisição de combustíveis - Empréstimo Compulsório - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: DROGARIA CENTRAL DO FLAMENGO LTDA.
ADVOGADO: LUIZ GOMES DOS REIS NETO
ADVOGADO: MARCIA LORENZO DA SILVA

127 - Processo: 0011203-39.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: MAC-SILVA MERCANTIL LTDA
ADVOGADO: MANOEL CARLOS DA SILVA NETO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

128 - Processo: 0100106-84.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: VIAÇÃO ESPERANÇA LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

129 - Processo: 0510823-21.2011.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EMPRESAS TRADING
ADVOGADO: PAULO ROBERTO SEREJO CARL
REMETENTE: JUÍZO DA 07° VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

130 - Processo: 0100464-49.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: SELETRANS LTDA
ADVOGADO: VINICIOS LEONCIO
ADVOGADO: MARIA CLEUSA DE ANDRADE
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

131 - Processo: 0547318-45.2003.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DIGITAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

132 - Processo: 0056446-34.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: RRBB COMERCIO DE MODAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

133 - Processo: 0056559-85.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ACIMEC ACIONAMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

134 - Processo: 0533376-43.2003.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: INCOSOLDA COM/ E IMP/ LTDA
ADVOGADO: ANTONIO PADUA PINTO NETO
Observação da DIDRA: VINCULADO AO PROCESSO FÍSICO 20055101506452-5

135 - Processo: 0500351-63.2008.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COML/ COMDIL DE DISCOS TAPES E ACESSORIOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

136 - Processo: 0525249-38.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: VIG-LEX SERVICOS DE VIGILANCIA E GUARDAS LTDA
APDO: DJALMA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

137 - Processo: 0022516-59.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ENGECAU EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

138 - Processo: 0039389-61.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: WILIAM NUNES DE MENEZES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

139 - Processo: 0008129-74.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: ILO MIRANDA BASTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

140 - Processo: 0007599-70.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: C E M COMÉRCIO DE TELEFONES CELULARES LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

141 - Processo: 0103227-23.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.11.01 - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: MED RIO CHECK UP MEDICINA PREVENTIVA LTDA
AGVDO: MED RIO ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA
AGVDO: MED RIO CHECK UP MEDICINA PREVENTIVA LTDA (FILIAL)
ADVOGADO: DANIEL ROCHA MAIA RODRIGUES SILVA
ADVOGADO: ANA CAROLINA RUA RODRIGUEZ ROCHEDO

142 - Processo: 0005952-40.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: ALBUQUERQUE MINERAÇÃO LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

143 - Processo: 0008942-04.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: AGROQUIPE LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

144 - Processo: 0009338-78.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: FERRARI LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

145 - Processo: 0011767-18.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: POSTO DE COMBUSTÍVEL STAFF DA RIO MAGÉ LTDA
ADVOGADO: RENATO ALVES SILVA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

146 - Processo: 0011753-34.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: CONSTRUTORA ELSHADAY LTDA ME
AGVDO: WEDERSON TADEU FERREIRA
AGVDO: ROGERIO DE OLIVEIRA DELATORRE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

147 - Processo: 0004590-03.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
ADVOGADO: MARCOS DE VICQ DE CUMPTICH
ADVOGADO: CRISTIANE IANAGUI MATSUMOTO GAGO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

148 - Processo: 0000796-37.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02.06 - Retenção na fonte - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: AROUCA REPRESENTACOES E COM/ DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO: VINICIUS MAURO TREVIZAN
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

149 - Processo: 0001287-44.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: ARX SUPORTE EIRELLI - EPP
ADVOGADO: CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

150 - Processo: 0014072-72.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: SWDEMAQ ASSISTENCIA TECNICA DE REGISTRADORAS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

151 - Processo: 0001220-79.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: ELETROMEC SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

152 - Processo: 0001217-27.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: MONTEMAQ MANUTENÇÃO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

153 - Processo: 0001225-04.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: NETNORTE PROVEDORES DE INTERNET LTDA-ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

154 - Processo: 0000628-35.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.09.14 - Simples - Impostos e Contribuições Especiais - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: FNC CALCADOS LTDA. - ME
ADVOGADO: NILTON STERCHELE NUNES PEREIRA JUNIOR
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

155 - Processo: 0000582-46.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: ATILAS ARAGAO DE SOUZA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

156 - Processo: 0001889-35.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: ARNOBIO RIBEIRO ROCHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

157 - Processo: 0036232-66.2015.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01.06 - Retenção na fonte - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL

APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

158 - Processo: 0007230-76.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: SYLVIO DE CASTRO
ADVOGADO: ALMYR POLYCARPO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

159 - Processo: 0008673-62.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.01 - Finsocial - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: ALEXANDRE NOGUEIRA PESSANHA
ADVOGADO: FELIPE KERTESZ RENAULT PINTO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

160 - Processo: 0103119-91.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.11.11 - Compensação - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: JOANA VERGINIA LUNZ CUNHA
ADVOGADO: ALEXANDRE SEVERIANO DUARTE
ADVOGADO: ODILCES BRUNO MACHADO
ADVOGADO: GERALDO MAGELA CURTINHAS VIEIRA JUNIOR
Observação da DIDRA: Distribuição por dependência indeferida (exclusão do vínculo) - Redistribuição livre-decisão fl.135/141.>

161 - Processo: 0107257-04.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: HELOISA HELENA KAUTSCHER PEDRINI
ADVOGADO: RODRIGO LOUREIRO MARTINS

162 - Processo: 0002516-73.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: YOLANDA BRANDÃO FONSECA
ADVOGADO: RODRIGO LOUREIRO MARTINS
ADVOGADO: CESAR BARBOSA MARTINS
ADVOGADO: RAFAEL TONELI TEDESCO
ADVOGADO: Mariana Pinho Perim

163 - Processo: 0010416-10.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.11 - PASEP - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário

RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: FS ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.
AGVDO: ENIVALDA ROSA CARNEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

164 - Processo: 0002420-58.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: WILLIAM VERNON PAYNE JR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

165 - Processo: 0107134-06.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: CONSTRUTORA RAVIDE LTDA
AGVDO: ADRIANA CAMPOS BATISTA DA SILVA
AGVDO: CARLOS WERNECK GOMES DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

166 - Processo: 0004295-63.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: FARMÁCIA CENTRAL DE NOVA IGUAÇU LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

167 - Processo: 0105271-15.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.03.13.05 - Taxa de Fiscalização Ambiental - Taxas Federais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: PERLOA DAS TINTAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

168 - Processo: 0108066-91.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.11 - PASEP - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: COOP DOS TRANS.DE PASSAG.URB.DO EST DO RIO DE JANEIRO
AGVDO: RODRIGO VITELBO DA SILVA
AGVDO: MANOEL ERIVAN DA COSTA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

169 - Processo: 0002894-29.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário

RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: LYA RIBEIRO DE BRITO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

170 - Processo: 0001947-23.2014.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: JOSE MAULER NETTO - ESPOLIO
ADVOGADO: CLAUDIO CORTES DE CASTRO
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

171 - Processo: 0510077-95.2007.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ANDRE SANTOS NAVIDIAN
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

172 - Processo: 0510045-90.2007.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOSÉ ROBERTO DO SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

173 - Processo: 0533143-46.2003.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: M.G 1 - COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO: JOAO RAILSON DE PAULA E SOUSA

174 - Processo: 0521679-25.2003.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: CENTRO DE DANCA JAIME AROXA LTDA ME
ADVOGADO: ANDRE ISAAC TEJERO DE SOUZA

175 - Processo: 0535677-21.2007.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: 3 AMIGOS FRUTAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

176 - Processo: 0503728-76.2007.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário

RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ENEIDA LINHARES DE CARVALHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

177 - Processo: 0518957-86.2001.4.02.5101 REOAC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: UNISHIP COMERCIAL EXPORTADORA LTDA
P.RÉ: CARLOS ALBERTO MOREIRA AZEVEDO NEVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

178 - Processo: 0542031-67.2004.4.02.5101 REOAC
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: HIDRO ELÉTRICA SAN TERRA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

179 - Processo: 0029100-36.1997.4.02.5101 APELREEX
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: E. A. DA SILVA IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA
ADVOGADO: JOSE SILVA
ADVOGADO: UBIRANI DUARTE DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

180 - Processo: 0061344-22.1991.4.02.5103 AC
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ILDEFONSO P. RAMOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

181 - Processo: 0061392-78.1991.4.02.5103 AC
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DE PALHINHA COM/ INDÚSTRIA CHAPÉUS E ROUPAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

182 - Processo: 0002362-87.2006.4.02.5103 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL

APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: BENEDITO DA CONCEICAO JUNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

183 - Processo: 0071044-47.1999.4.02.5101 AC
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PIZZARIAS MISTER PIZZA LTDA
ADVOGADO: NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES
ADVOGADO: MILTON FAGUNDES
ADVOGADO: MOACYR DA COSTA NETO

184 - Processo: 0028065-41.1997.4.02.5101 AC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PEDREIRA COPACABANA LTDA
APDO: VICTORINO LUIZ VICENTE FERREIRA - ESPOLIO
ADVOGADO: EDNALDO GAMBOA
APDO: RICARDO DE SOUZA FERREIRA
APDO: ROBERTO DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

185 - Processo: 0043111-07.1996.4.02.5101 AC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MARIO RODRIGUES DA SILVA SAPATARIA - MASSA FALIDA
APDO: MARIO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR - ESPÓLIO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

186 - Processo: 0106589-81.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
ADVOGADO: FREDERICO GUILHERME DORNELLAS PICLUM
Observação da DIDRA: INICIAL ENVIADA PELA WEB/DESPACHO DE FLS 35

187 - Processo: 0001277-28.2013.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
P.AUTORA: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

188 - Processo: 0504060-62.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.12.19 - Multas - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA

PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

189 - Processo: 0134049-43.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ
Observação da DIDRA: INICIAL ENVIADA PELA WEB- DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDENCIA

190 - Processo: 0504111-73.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: FABRICIO MOLINARI MELLO
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: OS MESMOS

191 - Processo: 0505018-48.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

192 - Processo: 0505244-53.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

193 - Processo: 0037807-60.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ

194 - Processo: 0043091-49.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL

APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

195 - Processo: 0181501-24.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.01.02 - Isenção - Limitações ao Poder de Tributar - Tributário
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
03.11.17 - Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ZANDER MARTINS DE AZEVEDO
ADVOGADO: CARLOS DE OLIVEIRA LIMA
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

196 - Processo: 0045909-08.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

197 - Processo: 0500040-19.2015.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ

198 - Processo: 0505042-76.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

199 - Processo: 0511207-91.2005.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: LOCAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

200 - Processo: 0539361-27.2002.4.02.5101 AC
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PADARIA E CONFEITARIA RAINHA DO MALLET LTDA
APDO: AGOSTINHO MADEIRA
APDO: OSMARO MANOEL TRINDADE MADEIRA
APDO: MANOEL AURELIANO DA COSTA FILHO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

201 - Processo: 0525440-64.2003.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FLABER ADMINISTRAÇÃO E COBRANÇA LTDA
ADVOGADO: JOAO LUIZ LOPES SOARES
ADVOGADO: MARISOL BORGES RODRIGUEZ

202 - Processo: 0504944-43.2005.4.02.5101 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: BRUTI LIMPEZA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

203 - Processo: 0000344-03.2016.4.02.9999 AC
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MORMAC COMÉRCIO INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

204 - Processo: 0515850-58.2006.4.02.5101 REOAC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: SEVEL ELETRONICA LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUIZO DA 12ª VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

205 - Processo: 0002194-95.2000.4.02.5103 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PRESTICAMPOS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME
APDO: CLAUDEMIRO DE SIQUEIRA
ADVOGADO: GERALDO VENTURA

206 - Processo: 0535697-12.2007.4.02.5101 AC
03.12.15 - IPI - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JODARK COMERCIO E INDUSTRIA LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

207 - Processo: 0030409-30.1999.4.02.5002 AC
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário

RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: JUSTINO'S UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA
ADVOGADO: JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS
ADVOGADO: ANDRE ARAUJO ALVES DA SILVA
ADVOGADO: CASSIA BERTASSONE DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

208 - Processo: 0020164-42.2015.4.02.9999 AC
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: A J DE OLIVEIRA CEREAIS ME
APDO: ANTÔNIO JORGE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE CARLOS BERNARDES

209 - Processo: 0037716-63.1998.4.02.5101 AC
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: CASA DOS AVIAMENTOS PARA ALFAIATES LTDA
APDO: RONI ARBETMAN
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
ADVOGADO: CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA

210 - Processo: 0001700-33.2016.4.02.9999 AC
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: KADORO MÓVEIS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

211 - Processo: 0541105-86.2004.4.02.5101 AC
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MILTES KLEINPAUL GODOI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

212 - Processo: 0010533-64.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.05.05 - AFRMM/Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S/A
ADVOGADO: FLAVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO
ADVOGADO: SERGIO COELHO E SILVA PEREIRA
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 13:00 Julgado

213 - Processo: 0100022-49.2015.4.02.0000 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LANA REGUEIRA
PAUTA: J.F. CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: VOLT ELÉTRICA LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL MARCUS ABRAHAM

PRESIDENTE

BOLETIM: 175982

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.506959-0

Nº CNJ	:	0506959-48.2006.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	ACOUGUE CHIC DE BRAS DE PINA LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015069590)
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 93/94

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 – Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no julgamento quanto ao reconhecimento da prescrição intercorrente, alegando que, houve equívoco no julgado, ao ser considerada a data do vencimento da obrigação para início da contagem do prazo prescricional, sem a prévia verificação do processo administrativo.
2 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
3 – O voto condutor e sua ementa, com clareza e sem omissões, manifestaram-se no sentido de que o prazo prescricional para ajuizamento da execução fiscal conta-se, nas hipóteses de lançamento por homologação, da data da entrega da declaração ou do vencimento do tributo, o que for posterior (especificamente nos casos em que não há nos autos, comprovação quanto à data da entrega da declaração que originou a cobrança), o termo inicial a ser considerado para a contagem do prazo prescricional é a data do vencimento do crédito tributário anotada na CDA e, assim, tendo sido o executivo fiscal proposto após cinco anos da constituição definitiva do crédito tributário, operou-se a prescrição da pretensão executiva fazendária antes mesmo do ajuizamento da ação.
4 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração. É flagrante que o objetivo da Fazenda é a rediscussão da matéria sob o pálio de suprir o requisito de prequestionamento, o que não se cogita, pois, mesmo com essa finalidade, é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.

5 – Recurso não provido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.531539-6

Nº CNJ	:	0531539-16.2004.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	INTELSERVICE SERVICOS E INFORMATICA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200451015315396)
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 86/87

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO EXECUTADO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. JUNTADA EXTEMPORÂNEA. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 - Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no julgamento quanto à análise da inércia da Exequente, aduzindo que a interpretação conjugada do art. 219, § 1º, do CPC/73 com o artigo 174, I, do CTN, leva à conclusão de que a interrupção da prescrição, pela citação válida, retroage à data da propositura da ação e dessa forma, tendo ocorrido o ajuizamento e o despacho de citação dentro do quinquênio legal não há fundamento jurídico para considerar que a prescrição continua a escoar-se até a citação válida.
2 – A omissão não existe, pois o acórdão embargado encontra-se amparado nos elementos de provas que foram até então apresentados ao julgador. A existência de recurso administrativo voluntário oferecido pelo contribuinte foi comprovada pela ora embargante, apenas nos presentes embargos de declaração, conforme juntada às fls. 96/120.
3 – Clara a pretensão da embargante de rediscutir o mérito da decisão impugnada, o que não se coaduna com as hipóteses previstas para a interposição de embargos de declaração, mormente considerando a inércia da Exequente de, no momento oportuno, trazer aos autos as cópias do recurso voluntário oferecido pelo contribuinte, apresentadas somente nesta avançada fase processual. Ainda que se trate de matéria de ordem pública, uma vez apreciada e não impugnada, incide o instituto da preclusão, uma vez que não se trata de documento novo, ou de impossível apresentação em momento anterior. *(AgRg no REsp 1364690, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 29/05/2015); (TRF - 2ª Região, AC 0055925-89.2012.4.02.5101, Relator: Desembargadora Federal CLÁUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, data do julgamento 14-02-2017).*
4 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
5 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração, pois é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.
6 – Recurso não provido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal

Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2002.51.06.002531-7

Nº CNJ	:	0002531-07.2002.4.02.5106
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	DRIENDL COMUNICACOES LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	CLAUDIO MARIANO
REMETENTE	:	JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE PETROPOLIS-RJ
ORIGEM	:	1A. VARA JUSTIÇA FEDERAL - PETROPOLIS/RJ (200251060025317)
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 104/106

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA EXEQUENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 - Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no julgamento quanto à análise da inércia da Exequente, aduzindo que a interpretação conjugada do art. 219, § 1º, do CPC/73 com o artigo 174, I, do CTN, leva à conclusão de que a interrupção da prescrição, pela citação válida, retroage à data da propositura da ação e dessa forma, tendo ocorrido o ajuizamento e o despacho de citação dentro do quinquênio legal não há fundamento jurídico para considerar que a prescrição continua a escoar-se até a citação válida.
2 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
3 – O voto condutor e sua ementa, com clareza e sem omissões, manifestaram-se no sentido de houve culpa exclusiva da Exequente na demora em promover a citação pontuando que *"(...) a Fazenda não logrou cumprir em tempo hábil a determinação do Juízo para comprovação da responsabilidade da sócia indicada e, nem ao menos requereu a citação editalícia da sociedade no prazo de cinco anos contados a partir da constituição definitiva do crédito tributário, não se desincumbindo, assim, do ônus de localizar o Executado, no curso do prazo prescricional (...)"*.
4 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração. É flagrante que o objetivo da Fazenda é a rediscussão da matéria sob o pálio de suprir o requisito de prequestionamento, o que não se cogita, pois, mesmo com essa finalidade, é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.
5 – Recurso não provido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.596917-5

Nº CNJ	:	0596917-60.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	BORNUS EXPORTACAO E COMERCIO LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0005969174)
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS. 96/97

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 – Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no acórdão uma vez que este não apreciou a questão discutida nos autos à luz do art. 40, da Lei 6.830/80, razão pela qual não há que se falar em fluência do prazo prescricional.
2 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
3 – O voto condutor e sua ementa, com clareza e sem omissões, manifestaram-se no sentido de que houve absoluta inércia da Exequente que, tendo em vista a não localização do devedor, requereu a suspensão do feito, informando que permaneceria na tentativa de obtenção de dados sobre o executado, no entanto, sendo regularmente intimada, não promoveu nenhuma medida apta à satisfação do seu crédito, deixando transcorrer o prazo prescricional incidente na espécie. O v. acórdão ressaltou ainda entendimento pacificado no Eg. Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não se faz necessária a intimação da União do despacho que determinar a suspensão do processo, por ela própria requerida, sendo certo que o arquivamento da execução, decorre automaticamente do transcurso do prazo de um ano do despacho que determina a suspensão, sendo marco inicial da contagem do prazo prescricional.
4 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração. É flagrante que o objetivo da Fazenda é a rediscussão da matéria sob o pálio de suprir o requisito de prequestionamento, o que não se cogita, pois, mesmo com essa finalidade, é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.
5 – Recurso não provido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.073951-2
Nº CNJ : 0073951-92.1999.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : BRASKOREA COM/ IMP/ EXP/ LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900739515)
EMBARGANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS. 52/54

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 – Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no acórdão que incorreu em equívoco ao decretar a prescrição do crédito exequendo.
2 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
3 – O voto condutor e sua ementa, com clareza e sem omissões, manifestaram-se no sentido de que o prazo prescricional para ajuizamento da execução fiscal conta-se, nas hipóteses de lançamento por homologação, da data da entrega da declaração ou do vencimento do tributo, o que for posterior (especificamente nos casos em que não há nos autos, comprovação quanto à data da entrega da declaração

que originou a cobrança), o termo inicial a ser considerado para a contagem do prazo prescricional é a data do vencimento do crédito tributário anotada na CDA. Houve ainda expressa manifestação no tocante à absoluta inércia da Exequente que, tendo vista dos autos, conforme seu próprio requerimento (fls. 25/27), não promoveu nenhuma medida apta à satisfação do seu crédito, deixando transcorrer o prazo prescricional incidente na espécie, sendo ressalvado no julgado, que sequer houve a citação válida do executado no curso da execução e, por se tratar de ação proposta anteriormente à edição da Lei Complementar 118/05, não houve interrupção do curso do prazo prescricional, não cabendo no caso a aplicação do rito da Lei 6.830/80.
4 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração. É flagrante que o objetivo da Fazenda é a rediscussão da matéria sob o pálio de suprir o requisito de prequestionamento, o que não se cogita, pois, mesmo com essa finalidade, é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.
5 – Recurso não provido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.505425-3

Nº CNJ	:	0505425-45.2001.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	TREVO ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200151015054253)
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 59/61

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 – Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no acórdão uma vez que este não apreciou a questão discutida nos autos à luz do art. 40, da Lei 6.830/80, razão pela qual não há que se falar em fluência do prazo prescricional.
2 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
3 – O voto condutor e sua ementa, com clareza e sem omissões, manifestaram-se no sentido de que houve absoluta inércia da Exequente que, tendo em vista a não localização do devedor, requereu a suspensão do feito, informando que permaneceria na tentativa de obtenção de dados sobre o executado, no entanto, não promoveu nenhuma medida apta à satisfação do seu crédito, deixando transcorrer o prazo prescricional incidente na espécie. O v. acórdão ressaltou ainda entendimento pacificado no Eg. Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não se faz necessária a intimação da União do despacho que determinar a suspensão do processo, por ela própria requerida, sendo certo que o arquivamento da execução, decorre automaticamente do transcurso do prazo de um ano do despacho que determina a suspensão, sendo marco inicial da contagem do prazo prescricional.
4 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração. É flagrante que o objetivo da Fazenda é a rediscussão da matéria sob o pálio de suprir o requisito de prequestionamento, o que não se cogita, pois, mesmo com essa finalidade, é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.
5 – Recurso não provido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2001.51.01.507841-5

Nº CNJ	:	0507841-83.2001.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	BATEAU MOUCHE RIO TURISMO LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200151015078415)
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 42/43

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1 – Trata-se e embargos de declaração opostos pela União Federal apontando omissão no acórdão uma vez que este não apreciou a questão discutida nos autos à luz do art. 40, da Lei 6.830/80, razão pela qual não há que se falar em fluência do prazo prescricional.
2 – Os embargos de declaração têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I, II e III do art. 1.022 do CPC/2015. Justificam-se para sanar do v. acórdão embargado, obscuridade, contradição ou omissão quanto ao ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Não se prestam, no entanto, à rediscussão do julgado.
3 – O voto condutor e sua ementa, com clareza e sem omissões, manifestaram-se no sentido de que houve absoluta inércia da Exequente que, intimada para impulsionamento do feito, não promoveu nenhuma medida apta à satisfação do seu crédito, deixando transcorrer o prazo prescricional incidente na espécie.
4 – A toda evidência não há no julgado quaisquer dos vícios que permitem o uso desta espécie recursal. A discordância quanto às conclusões do acórdão não dá margem à oposição de embargos de declaração. É flagrante que o objetivo da Fazenda é a rediscussão da matéria sob o pálio de suprir o requisito de prequestionamento, o que não se cogita, pois, mesmo com essa finalidade, é necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014.
5 – Recurso não provido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELACAO CIVEL 2002.02.01.036490-4

Nº CNJ	:	0036490-34.2002.4.02.9999
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	COMPANHIA TEXTIL FERREIRA GUIMARAES
ADVOGADO	:	RICARDO FERNANDES M. DA SILVEIRA E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	2A. VARA ESTADUAL - VALENCA/RJ (2478)

EMBARGANTE : COMPANHIA TEXTIL FERREIRA GUIMARAES
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS. 122/123

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. RETORNO DOS AUTOS DO STJ. REJULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APONTADA PELA CORTE SUPERIOR OMISSÃO QUANTO À APLICAÇÃO DO ART. 618, I, DO CPCP/73 E ART. 151,IV, DO CTN. LIMINAR QUE SUSPENDEU A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS PROFERIDA POR JUIZ ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE. NÃO PRODUZIU QUALQUER EFEITO. LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA NÃO AFASTADA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. RECURSO PROVIDO TÃO SOMENTE PARA INTEGRÁ-LO.
1 - O Egrégio Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao Recurso Especial nº 467.925/RJ, anulando o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, reconhecendo omissão naquele julgamento em relação à aplicação dos arts. 618, I, do CPC/73 e 151, IV, do CTN, que deve ser suprida.
2 - A hipótese é de embargos à execução fiscal, onde o contribuinte embargante sustentou que possui direito a compensação de créditos-prêmio de IPI com os tributos em cobrança, por força de decisão transitada em julgado, proferida em ação que tramitou na Justiça do Distrito Federal e que, ao tempo em que proposta a execução fiscal, estava coberto por liminar proferida em sede de mandado de segurança impetrado contra ato do Delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro, que impedia o ajuizamento da ação executiva. Os embargos à execução foram julgados improcedentes, tendo o acórdão do julgamento da apelação confirmado o entendimento da sentença *a quo,* no sentido da higidez da CDA.
3 - O voto proferido no julgamento da apelação, embora não tenha sido expresso quanto aos arts. 618, I, do CPC/73 e art. 151, IV, do CTN, deixou claro que a liminar que respaldaria a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em execução seria nula de pleno direito, "*não havendo que se falar em decisão suspensiva da exigibilidade do crédito por força de decisão judicial",* isto porque proferida por juiz absolutamente incompetente - o Juízo da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro e que não se comprovou qualquer vício na CDA, pois *"a compensação que ora se alega como indiscutível, carece de liquidez e certeza, porquanto os valores devidos a título de "crédito-prêmio" de IPI estão em apuração, por meio de liquidação, no Juízo Federal da 4ª Vara do Distrito Federal."*
4 - Se a liminar foi proferida por juiz absolutamente incompetente, ela nunca gerou qualquer efeito, razão pela qual é inaplicável a suspensão prevista no art. 151, IV, do CTN ou qualquer das hipóteses previstas no art. 618, I, do CPC/73: a obrigação nunca foi inexigível, e, por certo, não se comprovou a iliquidez e incerteza do título.
5 - Não há dúvida que o contribuinte tem um crédito compensável, mas o título que lhe conferiu este crédito pende de liquidação, de forma que, ainda que hipoteticamente se admitisse que a liminar deferida no mandado de segurança tivesse produzido algum efeito, é certo que seus termos suspenderam a exigibilidade do crédito efetivamente abordado pela compensação, o que implica a apuração de excedente, como determinado no título judicial transitado em julgado, informação que não consta dos autos. Assim, ausente a liquidação daquela sentença, jamais se poderia aferir se todo o crédito em cobrança seria inexigível.
6 - Confirma-se a iliquidez e incerteza do título judicial transitado em julgado da certidão de fl. 41, onde consta que há execução provisória daquela sentença nos autos de nº 94.12386-8, que tramitam no Distrito Federal. Prevalece, sem dúvida, a liquidez e certeza da CDA, que não foi expressamente afastada.
7 - Recurso provido somente para integrar o julgado. Sem efeitos infringentes. Acórdão mantido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 175984

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2013.02.01.015073-2
Nº CNJ : 0015073-63.2013.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO)
PROCURADOR : NEIDE DEZANE MARIANI

AGRAVADO : LAURINDO MARCHIORI
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : 1 VARA JUSTIÇA FEDERAL LINHARES/ES (200750040001900)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. RENOVAÇÃO DA CONSULTA AO INFOJUD. INDEFERIMENTO MANTIDO. RESP 1.184.765/PA. DIVERGÊNCIA INEXISTENTE. FUNDAMENTO DO INDEFERIMENTO NÃO PELO NÃO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS EXTRAJUDICIAIS, MAS PORQUE NÃO DEMONSTRADA ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE FATO APTA A PERMITIR NOVA QUEBRA DE SIGILO DO EXECUTADO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO.
1 - Em vista do exame de admissibilidade do Recurso Especial interposto pelo INMETRO, os autos retornam da Vice-Presidência desta Corte para reexame do julgamento, por possível divergência com o que restou decidido no julgamento do REsp nº 1.184.765/PA, submetido ao regime dos recursos repetitivos.
2 - Decisão monocrática do então Relator negou seguimento ao recurso, ao fundamento de que o sistema deve ser usado em situações excepcionais, tendo sido deferida a quebra de sigilo anteriormente, sem resultado profícuo, sendo certo que não houve alteração da situação de fato apta a permitir nova quebra de sigilo do contribuinte.
3 - No acórdão paradigma, ficou pacificado que, no caso em que se pretende a penhora de bens (uso do Sistema BacenJud), a determinação do bloqueio de depósitos ou aplicações financeiras do executado prescinde do exaurimento de diligências extrajudiciais pelo credor. Isto porque, com a alteração introduzida pela Lei nº 11.382/2006, a garantia da execução por "dinheiro" ganhou primazia.
4 - A par de o paradigma nada mencionar acerca do INFOJUD, não se desconhece que, por força de seus fundamentos, o STJ vem permitindo a quebra de sigilo com menos rigor, fundado em que o sistema Infojud, tal como o Bacenjud e o Renajud, teriam o objetivo de "*adequar o Poder Judiciário à realidade do processo de informatização, aumentando a efetividade das exceções e contribuindo de maneira mais célere para a localização de bens dos executados*" STJ, RESp 1.347.222, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 28/08/2015). inúmeras decisões monocráticas têm sido proferidas no eg. STJ, no sentido de ser desnecessário o esgotamento de diligências para ter acesso ao sistema da Receita Federal, adotando, para tanto o mesmo fundamento do paradigma apontado, por analogia.
5 - No caso dos autos, a questão é totalmente diversa. Isto porque a consulta ao INFOJUD foi de pronto deferida, em primeira instância, sem a necessidade de esgotamento das diligências administrativas. O que se discute agora é o pedido de renovação da consulta, sem que qualquer alteração na situação de fato tenha se demonstrado.
6 - À época em que inicialmente deferida a consulta, foram juntadas as cinco últimas declarações de imposto de renda do executado, que nada prestaram à continuidade da execução, nem evidenciaram possível fraude ou tentativa de ocultação de bens. Silente por quatro anos, sem nada mais requerer, o INMETRO vem repetir o pleito de nova quebra de sigilo do executado, sem qualquer justificativa.
7 - Permanece o entendimento nesta Corte, no sentido de que, a consulta ao sistema Infojud é medida excepcional, que só deve ser usada quando há suspeita de fraude ou ocultação de bens, e nestes casos, pode ser indeferida mesmo quando não esgotadas as diligências administrativas. Precedentes: *AG 00018677420164020000, LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA;*
8 - Não houve violação ao art. 198, § 1º, do CTN, porque não comprovadas quaisquer das hipóteses previstas em seus incisos, após o prévio deferimento e cumprimento da consulta em momento anterior. Da mesma forma, não se comprovou a presença de qualquer das hipóteses do art. 600 do CPC/73 a justificar a renovação da consulta. Se fraude, ou ocultação de bens houvesse, estas estariam evidentes quando da primeira consulta autorizada, o que não ocorreu.
9 - Da leitura da decisão monocrática do Relator e do acórdão ora impugnado, resta evidente que a decisão que não deferiu a renovação da consulta ao INFOJUD foi mantida, não porque não houve o esgotamento de diligências, mas porque não comprovou a Agravante a presença dos requisitos legais que autorizam nova quebra de sigilo fiscal, quando anteriormente a consulta não apresentou resultado positivo. Inexiste divergência com o paradigma apontado a ser saneada.
10 - Juízo de retratação não exercido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não exercer o juízo de retratação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.258764-4

Nº CNJ	:	0258764-31.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CIA/ SEALCONE DE EMBALAGENS E ARTEFATOS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0002587645)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPI. REGULAR CITAÇÃO E PENHORA DE BEM. INÉRCIA DA EXEQUENTE POR MAIS DE DOZE ANOS APÓS A CITAÇÃO. AFASTADA A SUMULA 106 DO STJ A PARTIR DE 1993. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO. DESNECESSIDADE DE DESPACHO. OITIVA PRÉVIA DA FAZENDA ANTES DA SENTENÇA QUE RECONHECE A PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAR O PREJUÍZO. PRESCRIÇÃO CONFIRMADA.

1 - Trata-se de execução fiscal ajuizada em 1976, objetivando a cobrança de crédito tributário relativo a IPI, no valor, atualizado em 2005 de R$100.550,10. A sentença julgou extinta a execução reconhecendo a prescrição intercorrente, tendo em vista a paralisação do feito, por mais de cinco anos, sem que diligências tenham sido requeridas, mesmo quando a Exequente foi instada, mais de uma vez para promover o andamento do feito. Alega a Apelante que não foi seguido corretamente o rito do art. 40 da LEF, pois não foi ouvida previamente à sentença, nem teve ciência do arquivamento do feito, sendo certo que não permaneceu inerte.

2 - Embora a remessa necessária não tenha natureza jurídica de recurso, a partir do momento em que a sentença é publicada, passa a ter a Fazenda Pública a legítima expectativa de que haverá remessa necessária. Assim, consolidada a situação jurídica com a publicação da sentença, o juízo de admissibilidade da remessa necessária deve ocorrer com base nas regras então vigentes (art. 475 e parágrafos do CPC de 1973). Como o direito controvertido nos autos, atualizado em 05/07/2005, no valor de R$100.550,10, excede a 60(sessenta) salários mínimos e sendo a prescrição matéria fática a ser aferida a cada caso concreto, tenho por interposta e conheço da remessa necessária.

3 - O despacho que ordenou a citação foi proferido em 1976 (fl. 04) e diligência resultou positiva, tendo a executada sido citada na pessoa de OGER PY DA CUNHA GOMES, seu representante legal. Na oportunidade houve a penhora de um imóvel oferecido pela executada, situado na Rodovia Presidente Dutra nº 200 com o respectivo terreno, ficando como fiel depositário dos mesmos o Sr. OGER PY DA CUNHA GOMES. Documentos juntados pelo Oficial de Justiça mostraram como prova da propriedade do bem uma promessa de compra e venda (fl. 7).

4 - Desde a citação até o ano de 09/12/1993, data em que cessaram as redistribuições e apensamentos de feitos da mesma devedora, não se pode imputar inércia da Exequente, estando a demora vinculada aos mecanismos do Judiciário. A partir de 1993, afasta-se a aplicação da Súmula 106 do STJ, porquanto a paralisação do feito foi de exclusiva responsabilidade da exequente, que embora intimada em mais de uma oportunidade a dar continuidade à execução, limitou-se a requerer a suspensão, mesmo ciente da falta de pagamento e dos problemas com o bem penhorado.

5 - A Exequente aceitou imóvel com base em tão só promessa de compra e venda, como se verifica à fl. 7, e nenhuma outra providência tomou ou requereu em busca de outros bens da executada.

6 - Conforme entendimento consolidado pelo STJ, suspenso o curso da execução, com a ciência do Exequente, o arquivamento do feito é automático, não dependendo de despacho formal que o efetive. Súmula 314 do STJ. Precedentes: TRF - 2ª Região, AC 190051017009511, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, DJe 19/02/2016; STJ, AgRg no AREsp 227.638/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, DJe 11/03/2013.

7 - Doze anos se passaram sem que a União Federal tomasse qualquer providência para o prosseguimento da execução. O pedido formulado no ano de 2005 já estava intempestivo.

8 - Com relação à ausência de intimação da Fazenda, previamente à sentença, na hipótese de prescrição intercorrente, cumpre ressaltar que a jurisprudência é uníssona em dar estabelecer que deve ser demonstrado efetivo prejuízo, advindo da referida omissão, o que, no caso, não se comprovou. Precedente: AGRESP 201101915464, HUMBERTO MARTINS, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/02/2012.

9 - Passados mais de 12 anos de suspensão e arquivamento, não há como não reconhecer que houve o curso do prazo previsto em lei, concomitante com a inércia da Exequente, o que implica a ocorrência da prescrição intercorrente, em especial, quando a Exequente foi intimada mais de uma vez a apresentar elementos para a continuidade do feito e, quando veio a fazê-lo, já havia se consumado a prescrição.

10 - Remessa necessária tida por interposta e desprovida. Recurso de apelação desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, desprover a remessa necessária e o recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.157496-4

Nº CNJ	:	0157496-31.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CIA/ SEALCONE DE EMBALAGENS E ARTEFATOS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0001574965)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPI. REGULAR CITAÇÃO E PENHORA DE BEM. INÉRCIA DA EXEQUENTE POR MAIS DE DOZE ANOS APÓS A CITAÇÃO. AFASTADA A SUMULA 106 DO STJ A PARTIR DE 1993. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO. DESNECESSIDADE DE DESPACHO. OITIVA PRÉVIA DA FAZENDA ANTES DA SENTENÇA QUE RECONHECE A PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAR O PREJUÍZO. PRESCRIÇÃO CONFIRMADA.
1 - Trata-se de execução fiscal ajuizada em 1979, objetivando a cobrança de crédito tributário relativo a IPI, no valor, atualizado em 2005 de R$61.900,59. A sentença julgou extinta a execução reconhecendo a prescrição intercorrente, tendo em vista a paralisação do feito, por mais de cinco anos, sem que diligências tenham sido requeridas, mesmo quando a Exequente foi instada, mais de uma vez para promover o andamento do feito. Alega a Apelante que não foi seguido corretamente o rito do art. 40 da LEF, pois não foi ouvida previamente à sentença, nem teve ciência do arquivamento do feito, sendo certo que não permaneceu inerte.
2 - Embora a remessa necessária não tenha natureza jurídica de recurso, a partir do momento em que a sentença é publicada, passa a ter a Fazenda Pública a legítima expectativa de que haverá remessa necessária. Assim, consolidada a situação jurídica com a publicação da sentença, o juízo de admissibilidade da remessa necessária deve ocorrer com base nas regras então vigentes (art. 475 e parágrafos do CPC de 1973). Como o direito controvertido nos autos, atualizado em 05/07/2005, no valor de R$61.900,59, excede a 60(sessenta) salários mínimos e sendo a prescrição matéria fática a ser aferida a cada caso concreto, tenho por interposta e conheço da remessa necessária.
3 - O despacho que ordenou a citação foi proferido em 1979 (fl. 04) e diligência resultou positiva, tendo a executada sido citada na pessoa de OGER PY DA CUNHA GOMES, seu representante legal. Na oportunidade houve a penhora de um imóvel oferecido pela executada, situado na Rodovia Presidente Dutra nº 200 com o respectivo terreno, ficando como fiel depositário dos mesmos o Sr. OGER PY DA CUNHA GOMES.
4 - Desde a citação até o ano de 09/12/1993, data em que cessaram as redistribuições e apensamentos de feitos da mesma devedora, não se pode imputar inércia da Exequente, estando a demora vinculada aos mecanismos do Judiciário. A partir de 1993, afasta-se a aplicação da Súmula 106 do STJ, porquanto a paralisação do feito foi de exclusiva responsabilidade da exequente, que embora intimada em mais de uma oportunidade a dar continuidade à execução, limitou-se a requerer a suspensão, mesmo ciente da falta de pagamento e dos problemas com o bem penhorado.
5 - Conforme entendimento consolidado pelo STJ, suspenso o curso da execução, com a ciência do Exequente, o arquivamento do feito é automático, não dependendo de despacho formal que o efetive. Súmula 314 do STJ. Precedentes: TRF - 2ª Região, AC 190051017009511, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, DJe 19/02/2016; STJ, AgRg no AREsp 227.638/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, DJe 11/03/2013.
6 - Doze anos se passaram sem que a União Federal tomasse qualquer providência para o prosseguimento da execução. O pedido formulado no ano de 2005, além de repetitivo em parte, já estava intempestivo.
7 - Com relação à ausência de intimação da Fazenda, previamente à sentença, na hipótese de prescrição intercorrente, cumpre ressaltar que a jurisprudência é uníssona em dar estabelecer que deve ser demonstrado efetivo prejuízo, advindo da referida omissão, o que, no caso, não se comprovou. Precedente: AGRESP 201101915464, HUMBERTO MARTINS, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/02/2012.
8 - Passados mais de 12 anos de suspensão e arquivamento, não há como não reconhecer que houve o curso do prazo previsto em lei, concomitante com a inércia da Exequente, o que implica a ocorrência da

prescrição intercorrente, em especial, quando a Exequente foi intimada mais de uma vez a apresentar elementos para a continuidade do feito e, quando veio a fazê-lo, já havia se consumado a prescrição.
9 - Remessa necessária tida por interposta e desprovida. Recurso de apelação desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.208120-7

Nº CNJ	:	0208120-84.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CIA/ SEALCONE DE EMBALAGENS E ARTEFATOS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0002081202)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPI. REGULAR CITAÇÃO E PENHORA DE BEM. INÉRCIA DA EXEQUENTE POR MAIS DE DOZE ANOS APÓS A CITAÇÃO. AFASTADA A SUMULA 106 DO STJ A PARTIR DE 1993. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO. DESNECESSIDADE DE DESPACHO. OITIVA PRÉVIA DA FAZENDA ANTES DA SENTENÇA QUE RECONHECE A PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAR O PREJUÍZO. PRESCRIÇÃO CONFIRMADA.
1 - Trata-se de execução fiscal ajuizada em 1977, objetivando a cobrança de crédito tributário relativo a IPI, no valor, atualizado em 2005 de R$43.125,92. A sentença julgou extinta a execução reconhecendo a prescrição intercorrente, tendo em vista a paralisação do feito, por mais de cinco anos, sem que diligências tenham sido requeridas, mesmo quando a Exequente foi instada, mais de uma vez para promover o andamento do feito. Alega a Apelante que não foi seguido corretamente o rito do art. 40 da LEF, pois não foi ouvida previamente à sentença, nem teve ciência do arquivamento do feito, sendo certo que não permaneceu inerte.
2 - Embora a remessa necessária não tenha natureza jurídica de recurso, a partir do momento em que a sentença é publicada, passa a ter a Fazenda Pública a legítima expectativa de que haverá remessa necessária. Assim, consolidada a situação jurídica com a publicação da sentença, o juízo de admissibilidade da remessa necessária deve ocorrer com base nas regras então vigentes (art. 475 e parágrafos do CPC de 1973). Como o direito controvertido nos autos, atualizado em 05/07/2005, no valor de R$43.125,92, excede a 60(sessenta) salários mínimos e sendo a prescrição matéria fática a ser aferida a cada caso concreto, tenho por interposta e conheço da remessa necessária.
3 - O despacho que ordenou a citação foi proferido em 1977 (fl. 02), cumprido apenas em 1980. A diligência resultou positiva, tendo a executada sido citada na pessoa de OGER PY DA CUNHA GOMES, seu representante legal. Na oportunidade houve a penhora de um imóvel oferecido pela executada, situado na Rodovia Presidente Dutra nº 200 com o respectivo terreno, ficando como fiel depositário dos mesmos o Sr. OGER PY DA CUNHA GOMES.
4 - Desde a citação até o ano de 09/12/1993, data em que cessaram as redistribuições e apensamentos de feitos da mesma devedora, não se pode imputar inércia da Exequente, estando a demora vinculada aos mecanismos do Judiciário. A partir de 1993, afasta-se a aplicação da Súmula 106 do STJ, porquanto a paralisação do feito foi de exclusiva responsabilidade da exequente, que embora intimada em mais de uma oportunidade a dar continuidade à execução, limitou-se a requerer a suspensão, mesmo ciente da falta de pagamento e dos problemas com o bem penhorado.
5 - Conforme entendimento consolidado pelo STJ, suspenso o curso da execução, com a ciência do Exequente, o arquivamento do feito é automático, não dependendo de despacho formal que o efetive. Súmula 314 do STJ. Precedentes: TRF - 2ª Região, AC 190051017009511, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, DJe 19/02/2016; STJ, AgRg no AREsp 227.638/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, DJe 11/03/2013.
6 - Doze anos se passaram sem que a União Federal tomasse qualquer providência para o prosseguimento da execução. O pedido formulado no ano de 2005 já estava intempestivo.

7 - Com relação à ausência de intimação da Fazenda, previamente à sentença, na hipótese de prescrição intercorrente, cumpre ressaltar que a jurisprudência é uníssona em dar estabelecer que deve ser demonstrado efetivo prejuízo, advindo da referida omissão, o que, no caso, não se comprovou. Precedente: AGRESP 201101915464, HUMBERTO MARTINS, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/02/2012.
8 - Passados mais de 12 anos de suspensão e arquivamento, não há como não reconhecer que houve o curso do prazo previsto em lei, concomitante com a inércia da Exequente, o que implica a ocorrência da prescrição intercorrente, em especial, quando a Exequente foi intimada mais de uma vez a apresentar elementos para a continuidade do feito e, quando veio a fazê-lo, já havia se consumado a prescrição.
9 - Remessa necessária tida por interposta e desprovida. Recurso de apelação desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.259626-8

Nº CNJ	:	0259626-02.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CIA/ SEALCONE DE EMBALAGENS E ARTEFATOS
ADVOGADO	:	ERMINIO FERRERO FERRERO
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0002596261)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPI. REGULAR CITAÇÃO E PENHORA DE BEM. INÉRCIA DA EXEQUENTE POR MAIS DE DOZE ANOS APÓS A CITAÇÃO. AFASTADA A SUMULA 106 DO STJ A PARTIR DE 1993. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO. DESNECESSIDADE DE DESPACHO. OITIVA PRÉVIA DA FAZENDA ANTES DA SENTENÇA QUE RECONHECE A PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAR O PREJUÍZO. PRESCRIÇÃO CONFIRMADA.
1 - Trata-se de execução fiscal ajuizada em 1977, objetivando a cobrança de crédito tributário relativo a IPI, no valor, atualizado em 2005 de R$94.014,21. A sentença julgou extinta a execução reconhecendo a prescrição intercorrente, tendo em vista a paralisação do feito, por mais de cinco anos, sem que diligências tenham sido requeridas, mesmo quando a Exequente foi instada, mais de uma vez para promover o andamento do feito. Alega a Apelante que não foi seguido corretamente o rito do art. 40 da LEF, pois não foi ouvida previamente à sentença, nem teve ciência do arquivamento do feito, sendo certo que não permaneceu inerte.
2 - Embora a remessa necessária não tenha natureza jurídica de recurso, a partir do momento em que a sentença é publicada, passa a ter a Fazenda Pública a legítima expectativa de que haverá remessa necessária. Assim, consolidada a situação jurídica com a publicação da sentença, o juízo de admissibilidade da remessa necessária deve ocorrer com base nas regras então vigentes (art. 475 e parágrafos do CPC de 1973). Como o direito controvertido nos autos, atualizado em 05/07/2005, no valor de R$94.014,21, excede a 60(sessenta) salários mínimos e sendo a prescrição matéria fática a ser aferida a cada caso concreto, tenho por interposta e conheço da remessa necessária.
3 - O despacho que ordenou a citação foi cumprido em 1972 (fl. 09). A diligência resultou positiva, tendo a executada sido citada na pessoa de OGER PY DA CUNHA GOMES, seu representante legal. Na oportunidade houve a penhora de um imóvel oferecido pela executada, situado na Rodovia Presidente Dutra nº 200 com o respectivo terreno, ficando como fiel depositário dos mesmos o Sr. OGER PY DA CUNHA GOMES.
4 - Desde a citação até o ano de 09/12/1993, data em que cessaram as redistribuições e apensamentos de feitos da mesma devedora, não se pode imputar inércia da Exequente, estando a demora vinculada aos mecanismos do Judiciário. A partir de 1993, afasta-se a aplicação da Súmula 106 do STJ, porquanto a paralisação do feito foi de exclusiva responsabilidade da exequente, que embora intimada em mais de uma oportunidade a dar continuidade à execução, limitou-se a requerer a suspensão, mesmo ciente da falta de pagamento e dos problemas com o bem penhorado.
5 - Conforme entendimento consolidado pelo STJ, suspenso o curso da execução, com a ciência do Exequente, o arquivamento do feito é automático, não dependendo de despacho formal que o efetive. Súmula 314 do STJ. Precedentes: TRF - 2ª Região, AC 190051017009511, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, DJe 19/02/2016; STJ, AgRg no AREsp

227.638/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, DJe 11/03/2013.
6 - Doze anos se passaram sem que a União Federal tomasse qualquer providência para o prosseguimento da execução. O pedido formulado no ano de 2005 já estava intempestivo.
7 - Com relação à ausência de intimação da Fazenda, previamente à sentença, na hipótese de prescrição intercorrente, cumpre ressaltar que a jurisprudência é uníssona em dar estabelecer que deve ser demonstrado efetivo prejuízo, advindo da referida omissão, o que, no caso, não se comprovou. Precedente: AGRESP 201101915464, HUMBERTO MARTINS, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/02/2012.
8 - Passados mais de 12 anos de suspensão e arquivamento, não há como não reconhecer que houve o curso do prazo previsto em lei, concomitante com a inércia da Exequente, o que implica a ocorrência da prescrição intercorrente, em especial, quando a Exequente foi intimada mais de uma vez a apresentar elementos para a continuidade do feito e, quando veio a fazê-lo, já havia se consumado a prescrição.
9 - Remessa necessária tida por interposta e desprovida. Recurso de apelação desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.258766-8

Nº CNJ	:	0258766-98.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CIA/ SEALCONE DE EMBALAGENS E ARTEFATOS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0002587661)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPI. REGULAR CITAÇÃO E PENHORA DE BEM. INÉRCIA DA EXEQUENTE POR MAIS DE DOZE ANOS APÓS A CITAÇÃO. AFASTADA A SUMULA 106 DO STJ A PARTIR DE 1993. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO. DESNECESSIDADE DE DESPACHO. OITIVA PRÉVIA DA FAZENDA ANTES DA SENTENÇA QUE RECONHECE A PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAR O PREJUÍZO. PRESCRIÇÃO CONFIRMADA.
1 - Trata-se de execução fiscal ajuizada em 1975, objetivando a cobrança de crédito tributário relativo a IPI, no valor, atualizado em 2005 de R$103.390,39. A sentença julgou extinta a execução reconhecendo a prescrição intercorrente, tendo em vista a paralisação do feito, por mais de cinco anos, sem que diligências tenham sido requeridas, mesmo quando a Exequente foi instada, mais de uma vez para promover o andamento do feito. Alega a Apelante que não foi seguido corretamente o rito do art. 40 da LEF, pois não foi ouvida previamente à sentença, nem teve ciência do arquivamento do feito, sendo certo que não permaneceu inerte.
2 - Embora a remessa necessária não tenha natureza jurídica de recurso, a partir do momento em que a sentença é publicada, passa a ter a Fazenda Pública a legítima expectativa de que haverá remessa necessária. Assim, consolidada a situação jurídica com a publicação da sentença, o juízo de admissibilidade da remessa necessária deve ocorrer com base nas regras então vigentes (art. 475 e parágrafos do CPC de 1973). Como o direito controvertido nos autos, atualizado em 05/07/2005, no valor de R$103.390,39, excede a 60(sessenta) salários mínimos e sendo a prescrição matéria fática a ser aferida a cada caso concreto, tenho por interposta e conheço da remessa necessária.
3 - O despacho que ordenou a citação foi proferido em 17/09/1975 (fl. 04). A diligência resultou positiva, tendo a executada sido citada na pessoa de OGER PY DA CUNHA GOMES, seu representante legal. Na oportunidade houve a penhora de um imóvel oferecido pela executada, situado na Rodovia Presidente Dutra nº 200 com o respectivo terreno, ficando como fiel depositário dos mesmos o Sr. OGER PY DA CUNHA GOMES.
4 - Desde a citação até o ano de 09/12/1993, data em que cessaram as redistribuições e apensamentos de feitos da mesma devedora, não se pode imputar inércia da Exequente, estando a demora vinculada aos mecanismos do Judiciário. A partir de 1993, afasta-se a aplicação da Súmula 106 do STJ, porquanto a paralisação do feito foi de exclusiva responsabilidade da exequente, que embora intimada em mais de uma

oportunidade a dar continuidade à execução, limitou-se a requerer a suspensão, mesmo ciente da falta de pagamento e dos problemas com o bem penhorado.
5 - Conforme entendimento consolidado pelo STJ, suspenso o curso da execução, com a ciência do Exequente, o arquivamento do feito é automático, não dependendo de despacho formal que o efetive. Súmula 314 do STJ. Precedentes: TRF - 2ª Região, AC 190051017009511, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, DJe 19/02/2016; STJ, AgRg no AREsp 227.638/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, DJe 11/03/2013.
6 - Doze anos se passaram sem que a União Federal tomasse qualquer providência para o prosseguimento da execução. O pedido formulado no ano de 2005 já estava intempestivo.
7 - Com relação à ausência de intimação da Fazenda, previamente à sentença, na hipótese de prescrição intercorrente, cumpre ressaltar que a jurisprudência é uníssona em dar estabelecer que deve ser demonstrado efetivo prejuízo, advindo da referida omissão, o que, no caso, não se comprovou. Precedente: AGRESP 201101915464, HUMBERTO MARTINS, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/02/2012.
8 - Passados mais de 12 anos de suspensão e arquivamento, não há como não reconhecer que houve o curso do prazo previsto em lei, concomitante com a inércia da Exequente, o que implica a ocorrência da prescrição intercorrente, em especial, quando a Exequente foi intimada mais de uma vez a apresentar elementos para a continuidade do feito e, quando veio a fazê-lo, já havia se consumado a prescrição.
9 - Remessa necessária tida por interposta e desprovida. Recurso de apelação desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 175986

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.010915-4

Nº CNJ	:	0010915-66.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDENCIA
ADVOGADO	:	TATIANA SUMAR SURERUS DE CARVALHO E OUTROS
APELANTE	:	ICATU HARTFORD SEGUROS S/A
ADVOGADO	:	CAROLINA DE OLIVEIRA LOUREIRO E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010109154)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1 – Não existe vício a ser sanado, por se depreender que a matéria posta nos autos restou clara e explicitamente apreciada, donde concluir que a pretensão de rejulgamento da causa, na via estreita dos embargos declaratórios, mostra-se inadequada.
2 – Não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão fracionário do Tribunal pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, em que restaram explicitados os motivos concretos da incidência das normas aplicáveis ao processo em análise.
3 – Vício inexistente. Inadmissível a pretensão de se reabrir a discussão de matéria já decidida, por meio dos embargos declaratórios. Impropriedade da via eleita.
4 – Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000136

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0101944-62.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101944-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/06/2014 14:01
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: JOSIAS CARDOSO DOS SANTOS
ADVOGADO: RONALDO CANDIDO SOARES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0006389-65.2005.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
JOSIAS CARDOSO DOS SANTOS
ADVOGADO(S)
:
RONALDO CANDIDO SOARES
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL (00063896520054025001)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JOSIAS CARDOS DOS SANTOS contra decisão interlocutória que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade.

Nas razões recursais, a agravante sustenta que há prescrição intercorrente do crédito tributário, pelo fato de ter transcorrido mais de sete anos entre a data da citação da empresa e o seu redirecionamento, bem como não está a demanda revestida de título líquido, certo e exigível, condições basilares para o processo de execução.

A agravada, em contrarrazões, requer a manutenção da decisão agravada ao fundamento de que a decisão agravada enfrentou todas as questões postas e deu a correta solução para a hipótese, dentro do espectro de discricionariedade do juízo, em perfeito alinho com a legislação pertinente e a jurisprudência sobre o tema e suficientemente fundamentada, de acordo com os elementos levados à apreciação do julgador, mesmo porque a discussão suscitada pelo excipiente foge ao estreito âmbito de cabimento da exceção de pré-executividade, ultrapassando o espectro de cognição da mesma, não sendo esta a via própria para sua apreciação.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante não se mostram suficientes para macular o título executivo que lastreia a execução fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta à análise em sede de Embargos à Execução, com observância da dialética processual que a matéria requer.

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, debates mais aprofundados exigem a propositura de processo de conhecimento, que seja possível, em tese, a produção de provas.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1º DA RESOLUÇÃO 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA A

COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decisão publicada em 11/11/2014. II. A decisão proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1º da Resolução STJ 17/2013, não viola o princípio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito será distribuído, nos termos da referida Resolução. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, não havia elementos probatórios suficientes para demonstrar, em Exceção de Pré-executividade, a ocorrência da prescrição intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos à efetiva comprovação da prescrição intercorrente, pelo fato de a citação editalícia ter ocorrido 17 anos após o ajuizamento da Execução Fiscal, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)"

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo a quo rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dilação probatória. 2. O agravante alega, em síntese, a ocorrência da prescrição, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constituição dos créditos, em 2002, e a data do ajuizamento da ação, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorrência da prescrição em sede de exceção de pré- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a matéria demanda dilação probatória, uma vez que a exequente alega ocorrência de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos à Execução. 4. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula n. 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, que seus débitos estavam com a exigibilidade suspensa por decisão judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso está a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)"

Por tais razões, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0104787-97.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104787-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2014 16:31

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: MDC TRADING COMPANHY LTDA - ME
ADVOGADO: NERIVALDO LIRA ALVES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0026229-71.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
MDC TRADING COMPANHY LTDA - ME
ADVOGADO(S)
:
NERIVALDO LIRA ALVES
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
08ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00262297120134025101)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por MDC TRADING COMPANHY LTDA - ME contra decisão interlocutória que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade.

Nas razões recursais, a agravante sustenta que o instituto da exceção de pré-executividade tem cabimento no caso em tela, pois há ausência de liquidez e certeza das CDA's em razão da compensação de valores pagos indevidamente à auxílio-acidente, auxílio-doença, férias e adicional de férias (1/3) com os demais créditos tributários, bem como da iliquidez e incerteza da CDA em relação aos valores devidos à título de contribuição ao INCRA, da contribuição ao SEBRAE, da taxa SELIC e da multa excessiva. A interposição da exceção de pré-executividade se justifica pelo fato de versar a matéria sobre questão de nulidade processual, sendo que o juiz pode conhecer de ofício.

A agravada, em contrarrazões, requer a manutenção da decisão agravada ao fundamento de que a decisão agravada enfrentou todas as questões postas e deu a correta solução para a hipótese, dentro do espectro de discricionariedade do juízo, em perfeito alinho com a legislação pertinente e a jurisprudência sobre o tema e suficientemente fundamentada, de acordo com os elementos levados à apreciação do julgador.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante não se mostram suficientes para macular o título executivo que lastreia a execução fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta à análise em sede de Embargos à Execução, com observância da dialética processual que a matéria requer.

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, a matéria deve ser discutida em seara própria, ante a impossibilidade de dilação probatória em sede de exceção de pré-executividade.

Acrescente-se que nas razões recursais se constata um sem número de pontos levantados que melhor se prestam à analise nos embargos à execução.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1º DA RESOLUÇÃO 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA A COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decisão publicada em 11/11/2014. II. A decisão proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1º da Resolução STJ 17/2013, não viola o princípio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito será distribuído, nos termos da referida Resolução. Precedentes do

STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, não havia elementos probatórios suficientes para demonstrar, em Exceção de Pré-executividade, a ocorrência da prescrição intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos à efetiva comprovação da prescrição intercorrente, pelo fato de a citação editalícia ter ocorrido 17 anos após o ajuizamento da Execução Fiscal, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)”

“PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo a quo rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dilação probatória. 2. O agravante alega, em síntese, a ocorrência da prescrição, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constituição dos créditos, em 2002, e a data do ajuizamento da ação, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorrência da prescrição em sede de exceção de pré- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a matéria demanda dilação probatória, uma vez que a exequente alega ocorrência de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos à Execução. 4. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula n. 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, que seus débitos estavam com a exigibilidade suspensa por decisão judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso está a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)”

Por tais razões, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0104977-60.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104977-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/09/2014 23:45
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: CASA DE SAÚDE SANTA MARIA LTDA.
ADVOGADO: ROBERTA MARTINS ALVES GUIMARAES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0525206-04.2011.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
CASA DE SAÚDE SANTA MARIA LTDA.
ADVOGADO(S)
:
ROBERTA MARTINS ALVES GUIMARAES
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
07ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (05252060420114025101)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por CASA DE SAÚDE SANTA MARIA LTDA contra decisão interlocutória que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade.

Nas razões recursais, a agravante sustenta que a exceção de pré-executividade se vale para arguição de ausência dos requisitos essenciais aos títulos executivos, quais sejam, certeza, liquidez e exigibilidade, sendo, portanto, a prescrição, fenômeno que impede a exigibilidade do crédito tributário. A Fazenda Pública não rebateu a prescrição alegada e comprovada nos autos.

A agravada, em contrarrazões, requer a manutenção da decisão agravada ao fundamento de que a prescrição em tela versa sobre fundo de direito, que exige a apuração das datas dos atos praticados para se estabelecer os marcos temporais, e cabe ao contribuinte o ônus de trazer aos autos a cópia do processo administrativo fiscal que deu origem à cobrança do débito.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante não se mostram suficientes para macular o título executivo que lastreia a execução fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta à análise em sede de Embargos à Execução, com observância da dialética processual que a matéria requer.

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, se faz necessária a juntada da declaração entregue ao Fisco, já que as DCTFs que configuram os lançamentos e ensejaram as cobranças foram entregues em datas não esclarecidas nos autos, o que impede aferir-se, com segurança, quando se constituiu o crédito e começou a fluir o prazo prescricional, tanto mais se tiver havido declaração retificador, que, em regra, substitui a original e, por isso mesmo, projeta para frente o termo inicial do prazo.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1º DA RESOLUÇÃO 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA A COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decisão publicada em 11/11/2014. II. A decisão proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1º da Resolução STJ 17/2013, não viola o princípio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito será distribuído, nos termos da referida Resolução. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento

de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, não havia elementos probatórios suficientes para demonstrar, em Exceção de Pré-executividade, a ocorrência da prescrição intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos à efetiva comprovação da prescrição intercorrente, pelo fato de a citação editalícia ter ocorrido 17 anos após o ajuizamento da Execução Fiscal, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)"

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo a quo rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dilação probatória. 2. O agravante alega, em síntese, a ocorrência da prescrição, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constituição dos créditos, em 2002, e a data do ajuizamento da ação, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorrência da prescrição em sede de exceção de pré- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a matéria demanda dilação probatória, uma vez que a exequente alega ocorrência de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos à Execução. 4. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula n. 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, que seus débitos estavam com a exigibilidade suspensa por decisão judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso está a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)"

Por tais razões, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0105364-75.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105364-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2014 17:08

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: Rozilda de Oliveira Bulcão

ADVOGADO: ERNESTO CESAR LEMOS DA SILVA

ADVOGADO: CLAUDIO SEBASTIAO CIMA

ADVOGADO: JAIBEL MARTINS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0019949-21.2012.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

ROZILDA DE OLIVEIRA BULCÃO

ADVOGADO(S)
:
ERNESTO CESAR LEMOS DA SILVA, CLAUDIO SEBASTIAO CIMA, JAIBEL MARTINS
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00199492120124025101)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ROZILDA DE OLIVEIRA BULCÃO contra decisão interlocutória que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade.

Nas razões recursais a agravante sustenta que cometeu erro material no preenchimento da declaração de imposto de renda, haja vista ter recebido "alimentos" por conta de ação judicial. Salienta que a execução fiscal deve se paralisada, bem como o expurgo das multas aplicadas.

A agravada, em contrarrazões, requer a manutenção da decisão agravada ao fundamento de que o artigo 204 do CTN estabelece que a "dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída". A CDA apresenta todos os requisitos legais elencados na lei, não se vislumbrando nenhuma nulidade formal evidente, sendo que a nulidade material depende de dilação probatória, insuscetível em sede de pré-executividade.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante não se mostram suficientes para macular o título executivo que lastreia a execução fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta à análise em sede de Embargos à Execução, com observância da dialética processual que a matéria requer.

Ademais, na própria decisão agravada está consignado que o débito originou-se por erro material cometido pela exequente, ora agravante, no preenchimento de sua declaração de imposto de renda, que já foi retificada, contudo, se torna imprescindível a juntada do processo administrativo que originou o débito cobrado.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1º DA RESOLUÇÃO 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA A COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decisão publicada em 11/11/2014. II. A decisão proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1º da Resolução STJ 17/2013, não viola o princípio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito será distribuído, nos termos da referida Resolução. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, não havia elementos probatórios suficientes para demonstrar, em Exceção de Pré-executividade, a ocorrência da prescrição intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos à efetiva comprovação da prescrição intercorrente, pelo fato de a citação editalícia ter ocorrido 17 anos após o ajuizamento da Execução Fiscal, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão

diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)"

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo a quo rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dilação probatória. 2. O agravante alega, em síntese, a ocorrência da prescrição, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constituição dos créditos, em 2002, e a data do ajuizamento da ação, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorrência da prescrição em sede de exceção de pré- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a matéria demanda dilação probatória, uma vez que a exequente alega ocorrência de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos à Execução. 4. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula n. 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, que seus débitos estavam com a exigibilidade suspensa por decisão judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso está a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)"

Por tais razões, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0106560-80.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.106560-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2014 12:31
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: IGCAP RIO – INDÚSTRIAS GRÁFICAS E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PAPÉIS LTDA.
ADVOGADO: NERIVALDO LIRA ALVES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0509290-27.2011.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
IGCAP RIO – INDÚSTRIAS GRÁFICAS E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PAPÉIS LTDA.
ADVOGADO(S)
:
NERIVALDO LIRA ALVES
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM

:
07ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (05092902720114025101)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por IGCAP RIO – INDÚSTRIAS GRÁFICAS E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PAPÉIS LTDA contra decisão interlocutória que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade.

Nas razões recursais a agravante sustenta que a exceção foi proposta objetivando o reconhecimento da prescrição do débito tributário, contudo não há como prosperar a decisão recorrida, pois foi demonstrada a existência de vícios na constituição da CDA, o que conduz à sua extinção ante o lapso prescricional. As execuções fiscais foram distribuídas em 16/09/2011, sendo que o período da dívida compreende 12/2002 a 02/2003 e 07/1999 a 11/1999. Observando as CDAs, constata-se que o ajuizamento da presente ação se deu após o prazo de cinco anos estabelecido no artigo 174 do CTN, contado da data da constituição definitiva dos créditos consubstanciados nas referidas certidões.

A agravada, em contrarrazões, requer a manutenção da decisão agravada ao fundamento de que a exceção de pré-executividade é um excepcional meio de defesa específico do processo de execução, em que o executado pode ofertar sua objeção, requerendo a extinção e/ou modificação do processo por falta de preenchimento dos requisitos legais, desde que desnecessária a dilação probatória, provando-se de plano, por prova documental inequívoca, a inviabilidade da execução.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante não se mostram suficientes para macular o título executivo que lastreia a execução fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta à análise em sede de Embargos à Execução, com observância da dialética processual que a matéria requer.

Ademais, em análise das CDAs juntadas ao processo eletrônico, verifico que a constituição do crédito tributário se deu por declaração do contribuinte, sendo certo que na decisão agravada o juízo de piso fez menção à necessidade de constar prova da data em que a declaração foi entregue.

Acrescente-se que as DCTFs foram entregues em datas não esclarecidas nos autos, o que reforça a tese da necessidade de dilação probatória, o que afasta a utilização do instituto da exceção de pré-executividade.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1º DA RESOLUÇÃO 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA A COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decisão publicada em 11/11/2014. II. A decisão proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1º da Resolução STJ 17/2013, não viola o princípio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito será distribuído, nos termos da referida Resolução. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, não havia elementos probatórios suficientes para demonstrar, em Exceção de Pré-executividade, a ocorrência da prescrição intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos à efetiva comprovação da prescrição intercorrente, pelo fato de a citação editalícia ter ocorrido 17 anos após o ajuizamento da Execução Fiscal, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de

05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)"

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo a quo rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dilação probatória. 2. O agravante alega, em síntese, a ocorrência da prescrição, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constituição dos créditos, em 2002, e a data do ajuizamento da ação, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorrência da prescrição em sede de exceção de pré- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a matéria demanda dilação probatória, uma vez que a exequente alega ocorrência de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos à Execução. 4. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula n. 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, que seus débitos estavam com a exigibilidade suspensa por decisão judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso está a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)"

Por tais razões, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0107159-19.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.107159-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 11/11/2014 14:19
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SERRAVERDE SHOPPING CENTER LTDA
ADVOGADO: HELBER ANTONIO COELHO NOGUEIRA
Originário: 0601422-48.1998.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
SERRAVERDE SHOPPING CENTER LTDA
ADVOGADO
:
HELBER ANTONIO COELHO NOGUEIRA
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Nova Friburgo (06014224819984025105)
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL, onde a agravante requer a reforma da decisão interlocutória que indeferiu o pedido de redirecionamento para os sócios-gerentes/administradores nos autos da execução fiscal (processo originário n. 06014224819984025105) proposta pela recorrente, em face da sociedade empresária, para a cobrança de crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, consubstanciado em CDA que aparelha o processo de execução.

Como razões recursais, a Agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. A recorrente se insurge contra a decisão interlocutória proferida nos autos da execução fiscal supracitada que excluiu os sócios gerentes/administradores Sueli De Souza Loyola e Noel Erthal Loyola. Alega que a decisão vergastada, contudo, deve ser reformada, por não se coadunar com o disposto no art. 135, III, do CTN, bem como com o entendimento consolidado no verbete n. 435 da Súmula de Jurisprudência do STJ. Alega que, em face da sociedade empresa devedora, foram ajuizadas diversas execuções fiscais onde alguns sócios teriam sido incluídos com fulcro na redação do art. 13 da Lei n. 8.620/93, enquanto nas demais houve pedido de redirecionamento da execução fiscal para os sócios em razão de indícios de dissolução irregular. Sustenta que, não obstante ter sido declarada a inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 8.620/93, seria possível manter os sócios no polo passivo da execução, diante da dissolução irregular da empresa já comprovada nas outras demandas ajuizadas perante a mesma pessoa jurídica. Assevera que, ajuizada a Execução Fiscal em epígrafe, para a satisfação do crédito tributário exequendo, o mandado de citação, penhora e avaliação restou frustrado na sua efetividade, em face da não localização da executada no endereço declinado ao Fisco (doc. anexo). Com a resposta negativa e mantendo a Empresa o mesmo endereço já diligenciado perante os cadastros da Receita Federal, a União pleiteou o redirecionamento da execução para fazer incluir no polo passivo os sócios-administradores porquanto ambos detêm poderes de administração e gerência nos termos do estatuto social. Assevera que o redirecionamento da execução fiscal tem respaldo no verbete n. 435 da Súmula de Jurisprudência do STJ. Não obstante isso, o órgão a quo indeferiu o pedido de redirecionamento sob o fundamento de que a empresa estaria na situação de ativa. Com fulcro em tais argumentos, requer o provimento do agravo de instrumento, de modo que a decisão impugnada seja reformada e sejam incluídos no polo passivo da execução fiscal os sócios-gerentes/administradores com fulcro no art. 135, III, do CTN e do verbete n. 435 da Súmula de Jurisprudência do STJ.

O agravo de instrumento foi instruído com as peças facultativas e obrigatórias, conforme a legislação vigente no momento em que interposto o recurso.

As contrarrazões foram colacionadas aos autos.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Decido.

Estão presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos do recurso, o que autoriza a realização do juízo de mérito recursal, à luz da legislação vigente à época da interposição do agravo de instrumento.

Passo a apreciar, monocraticamente, o agravo de instrumento, conforme autoriza o art. 932, V, alínea "a" do CPC/2015.

Destaca-se, ab initio, que não é o caso de sobrestar o recurso e o processo, porquanto não se trata da questão tratada no tema 962, onde se discute, em sede de regime do julgamento de recursos repetitivos no STJ, acerca da possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.

No caso vertente, os sócios-gerentes/administradores encontravam-se no momento da presumida dissolução irregular, requerendo a Fazenda o redirecionamento da execução fiscal em relação aos mesmos.

Em que pese o entendimento esposado na decisão impugnada, a jurisprudência hodierna, ao interpretar o alcance da responsabilidade tributária pessoal do sócio-gerente/administrador, prevista no art. 135, III, do CTN, consolidou-se no sentido de que ela se estende àquele que se encontrava na gerência/administração da sociedade no momento da dissolução irregular, independentemente de gerir ou administrar a empresa à época do fato gerador ou do vencimento do tributo, sendo a certidão negativa de citação da sociedade empresária, por esta não ter sido localizada em seu domicílio fiscal, sem comunicação de alteração ou encerramento aos órgãos competentes, indício apto e suficiente para o redirecionamento da cobrança, por presunção relativa de dissolução irregular da sociedade, à luz do entendimento consolidado no verbete n. 435 do STJ.

A conclusão supracitada alinha-se com o entendimento firmado pela Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo - EAg 1.105.993/RJ (Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 01/02/2011), que se posicionou no sentido de que "o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade, pressupõe a permanência do sócio na administração da empresa ao tempo da ocorrência da dissolução".

Os recentes julgados do STJ estão em consonância exata com tal entendimento:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE EXECUTADA. REDIRECIONAMENTO A SÓCIO-GERENTE.

CONDIÇÃO: EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, NO MOMENTO DA SUA DISSOLUÇÃO IRREGULAR. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, POR INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Trata-se de Agravo interno, interposto contra decisão publicada

em 12/08/2016, que, por sua vez, julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. A jurisprudência da Segunda Turma do STJ, até recentemente, orientava-se no sentido de que a autorização judicial do redirecionamento de Execução Fiscal, em face de sócio-gerente, estaria subordinada a dois requisitos cumulativos: a) que o referido sócio-gerente tivesse exercido o encargo, ao tempo em que se deu o inadimplemento do tributo; b) que o referido sócio-gerente tivesse permanecido no exercício do encargo, durante a dissolução irregular da sociedade.

III. Entretanto, a Segunda Turma do STJ veio a alterar, em parte, esse entendimento, de modo a condicionar a responsabilização pessoal de sócio-gerente a um único requisito, ou seja, encontrar-se o referido sócio no exercício da administração da sociedade, no momento da sua dissolução irregular.

IV. Nos termos do mencionado precedente inovador, "o pedido de redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular ou em ato que presuma sua ocorrência - encerramento das atividades empresariais no domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes (Súmula 435/STJ) -, pressupõe a permanência do sócio na administração da sociedade no momento dessa dissolução ou do ato presumidor de sua ocorrência, uma vez que, nos termos do art. 135, caput, III, CTN, combinado com a orientação constante da Súmula 435/STJ, o que desencadeia a responsabilidade tributária é a infração de lei evidenciada na existência ou presunção de ocorrência de referido fato. Consideram-se irrelevantes para a definição da responsabilidade por dissolução irregular (ou sua presunção) a data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, bem como o momento em que vencido o prazo para pagamento do respectivo débito" (STJ, REsp 1.520.257/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/06/2015).

V. Com efeito, a Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos EAg 1.105.993/RJ (Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 01/02/2011), firmou o entendimento de que "o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade, pressupõe a permanência do sócio na administração da empresa ao tempo da ocorrência da dissolução".

VI. Nos presentes autos, que versam sobre Embargos à Execução Fiscal, ao manter a sentença de procedência do pedido inicial, a fim de excluir o autor da ação, ora agravado, do polo passivo da Execução, ao fundamento de ausência de elementos a indicar a sua permanência no quadro social da sociedade empresária executada,quando da dissolução irregular da referida sociedade, o Tribunal de origem não afrontou o art. 135, III, do CTN, tampouco a Súmula 435/STJ. Pelo contrário, observou a orientação jurisprudência predominante nesta Corte.

VII. Aplica-se, ao caso, o entendimento consolidado na Súmula 83 desta Corte, in verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". O referido enunciado aplica-se também aos recursos interpostos com base na alínea a do permissivo constitucional.

VIII. Agravo interno improvido.

(STJ; AgInt no REsp 1609232 / SC; Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; Segunda Turma; Data do julgamento 07/02/2017; Dje 15/02/2017)

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 135 DO CTN. PRESUNÇÃO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR NOS TERMOS DA SÚMULA 435/STJ. REDIRECIONAMENTO AO SÓCIO-GERENTE QUE EXERCIA ESSE ENCARGO POR OCASIÃO DO ATO PRESUMIDOR DA DISSOLUÇÃO. POSSIBILIDADE. DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR OU VENCIMENTO DO TRIBUTO. IRRELEVÂNCIA.

1. A Segunda Turma do STJ, por ocasião da apreciação do REsp 1.520.257/SP, firmou entendimento de que o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade ou de sua presunção, deve recair sobre o sócio-gerente que se encontrava no comando da entidade no momento da dissolução irregular ou da ocorrência de ato que presuma a sua materialização, nos termos da Súmula 435/STJ, sendo irrelevantes a data do surgimento da obrigação tributária (fato gerador), bem como o vencimento do respectivo débito fiscal.

2. Ademais, o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa é cabível apenas quando demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou ao estatuto ou,

no caso de dissolução irregular da empresa, não se incluindo o simples inadimplemento de obrigações tributárias.

3. Verifica-se que o acórdão ora combatido decidiu em consonância com o entendimento desta Casa de que a transferência de responsabilidade pela dissolução irregular ou pela prática de ato presumidor de sua ocorrência, nos termos do art. 135, III, do CTN, em sintonia com a Súmula 435 do STJ, deve recair sobre os sócios-gerentes (gestores) que ostentavam essa qualidade no momento da prática de referido ato (dissolução irregular) ou de outro apto a presumir sua ocorrência,

independentemente da data da ocorrência do fato gerador do tributo ou da data de vencimento desta exação.

4. Agravo Interno não provido.

(STJ; AgInt no AREsp 632520 / SC; Segunda Turma; Ministro HERMAN BENJAMIN; Data do julgamento: 02/02/2017; DJe 03/03/2017)

O fato de a sociedade se encontrar ativa, não afasta a presunção relativa de dissolução irregular da empresa, vez que esta não foi encontrada em seu domicílio fiscal, o que autoriza o redirecionamento da execução fiscal aos sócios-gerentes/administradores à luz do art. 135, III, do CTN e, sobretudo do entendimento jurisprudencial consolidado no verbete n. 435 do STJ.

Ante o exposto, dou provimento ao agravamento de instrumento, nos termos do art. 932, V, alínea "a" do CPC/2015, para que sejam incluídos no polo passivo da execução fiscal os sócios-gerentes/administradores Sueli De Souza Loyola e Noel Erthal Loyola, para fins de responsabilidade tributária pessoal pelos débitos tributários da sociedade empresária, mediante redirecionamento da execução fiscal, com fulcro no art. 135, III, do CTN.

Comunique-se o órgão a quo acerca da presente decisão.

Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0107549-86.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.107549-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 19/11/2014 17:59

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: TJ COMÉRCIO E ATACADISTA DE FRUTAS E LEGUMES LTDA

ADVOGADO: MARCIO MATTOS CARNEIRO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0116937-36.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL

APELANTE

:

TJ COMÉRCIO E ATACADISTA DE FRUTAS E LEGUMES LTDA

ADVOGADO

:

MARCIO MATTOS CARNEIRO

APELADO

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional

ORIGEM

:

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (01169373620144025101)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por TJ COMÉRCIO E ATACADISTA DE FRUTAS E LEGUMES LTDA contra a decisão interlocutória que rejeitou a exceção de pré-executividade nos autos do processo originário n. 01169373620144025101, execução fiscal ajuizada pela UNIÃO FEDERAL, ora agravada, para a cobrança crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, no valor consubstanciado na CDA que aparelha o processo de execução.

Como razões recursais, a parte Agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Narra que a decisão recorrida rejeitou a exceção de pré-executividade, entendendo o juízo a quo pela impossibilidade da adoção de tal via para arguir a extinção do crédito tributário pelo pagamento, diante da necessidade de dilação probatória. Contudo, alega a parte agravante, haveria elementos suficientes para o acolhimento da extinção do crédito tributário pelo pagamento.

O agravo de instrumento foi devidamente instruído com as peças obrigatórias e facultativas para apreciação do recurso.

A UNIÃO FEDERAL, em contrarrazões, pugna pelo desprovimento do agravo de instrumento. Sustenta a agravada que a decisão recorrida alinha-se com o entendimento jurisprudencial no sentido de não ser a exceção de pré-executividade a via adequada para apreciação de extinção do crédito tributário quando não há elementos suficientes nos autos que comprovem de plano tal situação, ensejando, na espécie, dilação probatória.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Decido.

Estão presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos do agravo de instrumento, o que autoriza o juízo de mérito recursal.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o comando normativo do art. 932, IV, alínea "b", do CPC/2015.

Conforme entendimento pretoriano, "a regra, na execução fiscal, é a de que o executado deverá alegar toda a matéria útil à defesa nos embargos do devedor (Lei n° 6.830, de 1980, art. 16, §2º). Excepcionalmente, admite-se a exceção de pré- executividade, no âmbito da qual, sem o oferecimento da penhora, o executado pode obter um provimento, positivo ou negativo, sobre os pressupostos do processo ou sobre as condições da ação (...)" (STJ – 2ª Turma – ROMS n° 9980/1999-SP – rel. Min. ARI PARGENDLER - DJ de 04/05/1999, p. 00100).

A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva, desde que não demandem dilação probatória (exceção secundum eventus probationis) (REsp 1.110.925/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 22.04.2009, DJe 04.05.2009).

O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a arguição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, que prescindam de dilação probatória, entendimento que se encontra consolidado na sistemática de julgamento de recursos repetitivos, quando da apreciação do REsp 1136144 / RJ; Rel. Min. Luiz Fux; Primeira Seção; Dje de 01/02/2010.

No caso concreto, a exceção de pré-executividade oposta pelo Executado notadamente veicula matéria própria de Embargos à Execução, porquanto requer dilação probatória para aferir se, efetivamente, houve a extinção do crédito tributário pelo pagamento, em razão do alegado erro material no recolhimento. Não sendo prescindível a dilação probatória para a solução da vexata quaestio, no caso concreto, a exceção de pré-executividade revela-se inadequada.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fulcro no art. 932, IV, alínea "b", do CPC/2015.

Transitada em julgado a presente decisão, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado – Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0108111-95.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108111-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/12/2014 17:19

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: CONSTRUTORA BANDEIRANTES LTDA

ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL

Originário: 0010536-71.2004.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

RELATOR

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL

AGRAVANTE

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO
:
CONSTRUTORA BANDEIRANTES LTDA
ADVOGADO
:
CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
ORIGEM
:
2ª Vara Federal de Execução Fiscal (00105367120044025001)
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL, onde a agravante requer a reforma da decisão interlocutória que indeferiu o pedido de redirecionamento para os sócios-gerentes/administradores Marcelo Contarato Ramos e Benedito Rangel, nos autos da execução fiscal (processo originário n. 00105367120044025001) proposta pela recorrente, em face da CONSTRUTORA BANDEIRANTES LTDA, para a cobrança de crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, consubstanciado em CDA que aparelha o processo de execução.

Como razões recursais, a Agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Assevera que, ajuizada a Execução Fiscal em epígrafe, para a satisfação do crédito tributário exequendo, o mandado de citação, penhora e avaliação restou frustrado na sua efetividade, em face da não localização da executada no endereço declinado ao Fisco (doc. anexo). Com a resposta negativa e mantendo a Empresa o mesmo endereço já diligenciado perante os cadastros da Receita Federal, a União pleiteou o redirecionamento da execução para fazer incluir no polo passivo os sócios-administradores Marcelo Contarato Ramos, CPF nº. 069.673.557-16, e Benedito Rangel, CPF nº. 794.506.447-72, porquanto ambos detêm poderes de administração e gerência nos termos do estatuto social anexo. Assevera que o redirecionamento da execução fiscal tem respaldo no verbete n. 435 da Súmula de Jurisprudência do STJ. Não obstante isso, o órgão a quo indeferiu o pedido de redirecionamento sob o fundamento de que a inclusão no polo passivo, para fins de responsabilidade tributária pessoal, prevista no art. 135, III, do CTN, não ser possível para o sócio-gerente/administrador que não figurava na empresa com poderes de gerência à época do fato gerador ou vencimento da exação, vale dizer, que somente ingressou na sociedade após tal fato, em que pese figurar no momento em que restou configurado o indício da dissolução irregular da sociedade. Com fulcro em tais argumentos, requer o provimento do agravo de instrumento, de modo que a decisão impugnada seja reformada e sejam incluídos no polo passivo da execução fiscal os sócios-gerentes/administradores Marcelo Contarato Ramos e Benedito Rangel, com a responsabilidade tributária pessoal pelos débitos tributários, com fulcro no art. 135, III, do CTN.

O agravo de instrumento foi instruído com as peças facultativas e obrigatórias, conforme a legislação vigente no momento em que interposto o recurso.

CEZAR AUGUSTO VILLAR DE MELLO e MANUELA ANDIÃO VILLAR DE MELLO ofereceram contrarrazões.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Decido.

Estão presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos do recurso, o que autoriza a realização do juízo de mérito recursal, à luz da legislação vigente à época da interposição do agravo de instrumento.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o art. 932, V, alínea "a" do CPC/2015.

Destaca-se, ab initio, que não é o caso de sobrestar o recurso e o processo, porquanto não se trata da questão tratada no tema 962, onde se discute, em sede de regime do julgamento de recursos repetitivos no STJ, acerca da possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.

No caso vertente, os sócios-gerentes/administradores encontravam-se no momento da presumida dissolução irregular, requerendo a Fazenda o redirecionamento da execução fiscal em relação aos mesmos.

Em que pese o entendimento esposado na decisão impugnada, a jurisprudência hodierna, ao interpretar o alcance da responsabilidade tributária pessoal do sócio-gerente/administrador, prevista no art. 135, III, do CTN, consolidou-se no sentido de que ela se estende àquele que se encontrava na gerência/administração da sociedade no momento da dissolução irregular, independentemente de gerir ou administrar a empresa à época do fato gerador ou do vencimento do tributo, sendo a certidão negativa de citação da sociedade empresária, por esta não ter sido localizada em seu domicílio fiscal, sem comunicação de alteração ou encerramento aos órgãos competentes, indício apto e suficiente para o redirecionamento da

cobrança, por presunção relativa de dissolução irregular da sociedade, à luz do entendimento consolidado no verbete n. 435 do STJ.

A conclusão supracitada alinha-se com o entendimento firmado pela Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo - EAg 1.105.993/RJ (Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 01/02/2011), que se posicionou no sentido de que "o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade, pressupõe a permanência do sócio na administração da empresa ao tempo da ocorrência da dissolução".

Os recentes julgados do STJ estão em consonância exata com tal entendimento:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE EXECUTADA. REDIRECIONAMENTO A SÓCIO-GERENTE. CONDIÇÃO: EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, NO MOMENTO DA SUA DISSOLUÇÃO IRREGULAR. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, POR INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Trata-se de Agravo interno, interposto contra decisão publicada

em 12/08/2016, que, por sua vez, julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. A jurisprudência da Segunda Turma do STJ, até recentemente, orientava-se no sentido de que a autorização judicial do redirecionamento de Execução Fiscal, em face de sócio-gerente, estaria subordinada a dois requisitos cumulativos: a) que o referido sócio-gerente tivesse exercido o encargo, ao tempo em que se deu o inadimplemento do tributo; b) que o referido sócio-gerente tivesse permanecido no exercício do encargo, durante a dissolução irregular da sociedade.

III. Entretanto, a Segunda Turma do STJ veio a alterar, em parte, esse entendimento, de modo a condicionar a responsabilização pessoal de sócio-gerente a um único requisito, ou seja, encontrar-se o referido sócio no exercício da administração da sociedade, no momento da sua dissolução irregular.

IV. Nos termos do mencionado precedente inovador, "o pedido de redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular ou em ato que presuma sua ocorrência - encerramento das atividades empresariais no domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes (Súmula 435/STJ) -, pressupõe a permanência do sócio na administração da sociedade no momento dessa dissolução ou do ato presumidor de sua ocorrência, uma vez que, nos termos do art. 135, caput, III, CTN, combinado com a orientação constante da Súmula 435/STJ, o que desencadeia a responsabilidade tributária é a infração de lei evidenciada na existência ou presunção de ocorrência de referido fato. Consideram-se irrelevantes para a definição da responsabilidade por dissolução irregular (ou sua presunção) a data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, bem como o momento em que vencido o prazo para pagamento do respectivo débito" (STJ, REsp 1.520.257/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/06/2015).

V. Com efeito, a Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos EAg 1.105.993/RJ (Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 01/02/2011), firmou o entendimento de que "o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade, pressupõe a permanência do sócio na administração da empresa ao tempo da ocorrência da dissolução".

VI. Nos presentes autos, que versam sobre Embargos à Execução Fiscal, ao manter a sentença de procedência do pedido inicial, a fim de excluir o autor da ação, ora agravado, do polo passivo da Execução, ao fundamento de ausência de elementos a indicar a sua permanência no quadro social da sociedade empresária executada,quando da dissolução irregular da referida sociedade, o Tribunal de origem não afrontou o art. 135, III, do CTN, tampouco a Súmula 435/STJ. Pelo contrário, observou a orientação jurisprudência predominante nesta Corte.

VII. Aplica-se, ao caso, o entendimento consolidado na Súmula 83 desta Corte, in verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". O referido enunciado aplica-se também aos recursos interpostos com base na alínea a do permissivo constitucional.

VIII. Agravo interno improvido.

(STJ; AgInt no REsp 1609232 / SC; Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; Segunda Turma; Data do julgamento 07/02/2017; Dje 15/02/2017)

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 135 DO CTN. PRESUNÇÃO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR NOS TERMOS DA SÚMULA 435/STJ. REDIRECIONAMENTO AO SÓCIO-GERENTE QUE EXERCIA ESSE ENCARGO POR OCASIÃO DO ATO PRESUMIDOR DA DISSOLUÇÃO. POSSIBILIDADE. DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR OU VENCIMENTO DO TRIBUTO. IRRELEVÂNCIA.

1. A Segunda Turma do STJ, por ocasião da apreciação do REsp 1.520.257/SP, firmou entendimento de que o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade ou de sua presunção, deve recair sobre o sócio-gerente que se encontrava no comando da entidade no momento da dissolução irregular ou da ocorrência de ato que presuma a sua materialização, nos termos da Súmula 435/STJ, sendo irrelevantes a data do surgimento da obrigação tributária (fato gerador), bem como o vencimento do respectivo débito fiscal.

2. Ademais, o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa é cabível apenas quando demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou ao estatuto ou,

no caso de dissolução irregular da empresa, não se incluindo o simples inadimplemento de obrigações tributárias.

3. Verifica-se que o acórdão ora combatido decidiu em consonância com o entendimento desta Casa de que a transferência de responsabilidade pela dissolução irregular ou pela prática de ato presumidor de sua ocorrência, nos termos do art. 135, III, do CTN, em sintonia com a Súmula 435 do STJ, deve recair sobre os sócios-gerentes (gestores) que ostentavam essa qualidade no momento da prática de referido ato (dissolução irregular) ou de outro apto a presumir sua ocorrência, independentemente da data da ocorrência do fato gerador do tributo ou da data de vencimento desta exação.

4. Agravo Interno não provido.

(STJ; AgInt no AREsp 632520 / SC; Segunda Turma; Ministro HERMAN BENJAMIN; Data do julgamento: 02/02/2017; DJe 03/03/2017)

Ante o exposto, dou provimento ao agravamento de instrumento, nos termos do art. 932, V, alínea "a" do CPC/2015, para que sejam incluídos no polo passivo da execução fiscal os sócios-gerentes/administradores Marcelo Contarato Ramos e Benedito Rangel, para fins de responsabilidade tributária pessoal pelos débitos tributários da sociedade empresária, mediante redirecionamento da execução fiscal, com fulcro no art. 135, III, do CTN.

Comunique-se o órgão a quo acerca da presente decisão.

Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0006072-49.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006072-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 13/06/2016 12:51

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: SOC/ BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA

ADVOGADO: BRENO GARCIA DE OLIVEIRA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0049412-66.2016.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

SOC/ BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA

ADVOGADO(S)

:

BRENO GARCIA DE OLIVEIRA

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

32ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (00494126620164025101)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de liminar em sede de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.

Às fls. 185 dos autos eletrônicos há juntada de ofício nº 0055.000058-0/2017 comunicando que nos auto principais, processo nº 0049412-66.2016.4.02.5101, foi prolatada sentença julgando parcialmente procedente o pedido da autora, ora agravante.

Por tais razões, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento pela perda de objeto.

P.I. Decorrido o prazo recursal baixem os autos à Vara de Origem com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
JUIZ FEDERAL CONVOCADO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001901-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001901-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 09/03/2017 11:37
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: BRASILCENTER COMUNICAÇÕES LTDA.
ADVOGADO: MARCOS ANDRE VINHAS CATAO
ADVOGADO: RONALDO REDENSCHI
ADVOGADO: JULIO SALLES COSTA JANOLIO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0029278-18.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
BRASILCENTER COMUNICAÇÕES LTDA.
ADVOGADO(S)
:
MARCOS ANDRE VINHAS CATAO, RONALDO REDENSCHI, JULIO SALLES COSTA JANOLIO
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
06ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (00292781820164025101)
DECISÃO
Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação a ensejar a atribuição de efeito suspensivo ativo requerido.
A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.
Do exposto, indefiro, por ora, o pedido de efeito suspensivo ativo requerido.
Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1019, II, do CPC/15.
Solicitem-se informações.
Posteriormente, voltem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0101779-78.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.101779-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/02/2016 14:28
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: ALVARO VAZ DA SILVA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1° VARA CENTRAL DE DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
ALVARO VAZ DA SILVA
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
()
DECISÃO
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101767-64.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria, e, de acordo com informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.
Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101767-64.2015.4.02.0000, determino à DIDRA o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0101779-78.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 2017000137

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000817-38.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.000817-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.068085-6
Distribuição-Sorteio Automático - 14/01/2015 14:57
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: MARCIO ARTHUR LERRO RIBEIRO - ESPOLIO
ADVOGADO: FERNANDO RIBAS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000817-38.2013.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. PRESCRIÇÃO. PRECLUSÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.
1. Inexiste a omissão apontada, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.
2. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, deseja o recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.
3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).
4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000770-24.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000770-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.050547-7
Distribuição-Sorteio Automático - 10/07/2014 15:38
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
ADVOGADO: ALEXANDRE MAGNO MAGALHAES VIEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL (RFFSA-REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A)
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000770-24.2014.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A. COBRANÇA DE IPTU. EXTINÇÃO DA SOCIEDADE. SUCESSÃO PELA UNIÃO. DIREITOS E OBRIGAÇÕES. IMUNIDADE RECÍPROCA. INAPLICÁVEL. STF. REPERCUSSÃO GERAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Inexistem os vícios apontados no acórdão embargado, sendo certo que omissão haveria caso não ocorresse a apreciação das questões de fato e de direito relevantes para o deslinde da causa.

2. Com base em alegações de omissão, deseja a recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0107866-82.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.107866-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.056063-0
Distribuição por Prevenção - 01/09/2015 11:23
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: IMPORTADORA VPG TÊXTIL LTDA
ADVOGADO: ROBERTO PASSOS BOTELHO
ADVOGADO: ARISTIDES MACHADO MATIAS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0107866-82.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. BASE DE CÁLCULO. ICMS. INCLUSÃO. STJ. RECURSO REPETITIVO. FATURAMENTO. RECEITA BRUTA. VALOR DA OPERAÇÃO. STF. REPERCUSSÃO GERAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Inexistem os vícios apontados no acórdão embargado, sendo certo que omissão haveria caso não ocorresse a apreciação das questões de fato e de direito relevantes para o deslinde da causa.

2. Com base em alegações de omissão, deseja a recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.

3. O STJ ratificou o entendimento de que o ICMS integra a base de cálculo do PIS e da COFINS sob o regime dos recursos repetitivos, no julgamento do REsp nº 1.144.469/PR, que ocorreu em momento posterior à publicação do acórdão impugnado.

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0009228-78.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009228-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.089694-8
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 12/01/2015 17:50
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: COMPANHIA PORTUARIA BAIA DE SEPETIBA
APELANTE: VALE MANGANES S/A
APELANTE: FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FVRD
APELANTE: VALESUL ALUMINIO S/A
APELANTE: FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S/A
APELANTE: URUCUM MINERACAO S/A
APELANTE: MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA S/A
ADVOGADO: RODRIGO JACOBINA BOTELHO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-RJ
Originário: 0009228-78.2010.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexistem as omissões apontadas, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.

2. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, deseja a recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela UNIÃO FEDERAL, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001435-26.2013.4.02.5120 Número antigo: 2013.51.20.001435-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.039529-9
Distribuição-Sorteio Automático - 15/12/2014 13:37
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: VILA DE AROUCA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO: LAURO MARIO PERDIGAO SCHUCH
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/RJ
Originário: 0001435-26.2013.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO. LEI 10.865/04. ACRÉSCIMO. ICMS - IMPORTAÇÃO. VALOR DA PRÓPRIA CONTRIBUIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. REPERCUSSÃO GERAL. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. AFASTADA. COMPENSAÇÃO. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Não há qualquer omissão ou obscuridade a suprir, na medida em que a compensação requerida pela parte autora, ora embargada, foi limitada pelo Magistrado a quo no momento em que acolheu parcialmente tal pedido, tendo sido expressamente indicada na sentença a impossibilidade de acolhimento integral da pretensão concernente à compensação com quaisquer outros tributos federais.

2. Este Tribunal manteve integralmente a sentença recorrida, inclusive quanto ao julgamento, em parte, do pedido relativo à compensação, motivo pelo qual não havia fundamento para o provimento parcial da remessa necessária nesse particular.

3. A despeito do diligente requerimento formulado pela União Federal, não há qualquer modificação a se fazer em sede de embargos de declaração, tendo sido o pedido de compensação acolhido parcialmente, na forma do artigo 74 da Lei nº 9.430/97, com a limitação elencada no parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 11.457/07, tal como indicado na sentença e no acórdão em comento.

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0007894-67.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.007894-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.085613-0
Distribuição por Prevenção - 01/10/2015 17:41
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: RPP ALIMENTOS RIO SUL LTDA
ADVOGADO: ERNESTO JOHANNES TROUW
ADVOGADO: FABIO FRAGA GONCALVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0007894-67.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.
1. Inexistem as omissões apontadas, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.
2. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, desejam as recorrentes modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.
3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).
4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela IMPETRANTE e pela UNIÃO FEDERAL, na forma do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0014163-25.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014163-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.078007-9
Distribuição para Órgão Julgador - 18/03/2016 12:40
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: ELINOX COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE AÇO INOXIDÁVEL LTDA.
APELANTE: ELINOX COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE AÇO INOXIDÁVEL LTDA - FILIAL
ADVOGADO: FERNANDO DE JESUS IRIA DE SOUSA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0014163-25.2014.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DESTINADAS A TERCEIROS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INOCORRÊNCIA. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO.
1. Há omissão a suprir quanto à aplicação do parágrafo único do art. 47 do CPC/73 às contribuições destinadas a terceiros e à exigibilidade das aludidas contribuições sobre as verbas indenizatórias, por força

da remessa necessária, apesar das questões não terem sido suscitadas pela União Federal no recurso de apelação.

2. ¿Não existe litisconsórcio necessário entre SESI, SESC, SENAC, SENAI, SEBRAE, INCRA e FNDE nas ações em que se discute a desoneração do empregador do recolhimento de contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias. A União é responsável pela cobrança e pelo gerenciamento das contribuições sociais questionadas. Legitimidade da FAZENDA NACIONAL para figurar no polo passivo da demanda.¿ (TRF ¿ 1ª Região, 8ª Turma, AC 00733716020134013400, Rel. Des. Fed. MARIA DO CARMO CARDOSO, e-DJF1 de 26/02/2016).

3. As conclusões referentes às contribuições previdenciárias também se aplicam às contribuições a terceiros, uma vez que a base de cálculo também é a folha de salários (Nesse sentido: STJ, REsp 1553982, Rel Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 01/05/2016, decisão monocrática).

4. No que se refere à incidência da contribuição previdenciária patronal e das contribuições destinadas a terceiros sobre os valores pagos a título de férias gozadas, salário-maternidade, faltas justificadas/abonadas, horas-extras e seu respectivo adicional e à não incidência sobre os valores pagos a título de prêmio ou abono assiduidade, inexistem as omissões apontadas, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.

5. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, desejam as recorrentes modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.

6. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

7. Embargos de declaração da União Federal conhecidos e providos em parte, sem alteração da conclusão. Embargos de declaração das impetrantes desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela União Federal e NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração das impetrantes, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0117892-42.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.117892-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.104424-4

Distribuição-Sorteio Automático - 05/04/2016 17:07

Gabinete 09

Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: NOGARO COMERCIAL LTDA

ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA DE ASSIS

ADVOGADO: GUILHERME GUAITOLINI

ADVOGADO: DEBORA BRITO SILVA

ADVOGADO: JORGE ELIAS ZUCOLOTO JUNIOR

ADVOGADO: PEDRO PAULO MENEZES JUNIOR

ADVOGADO: ISABELLA SANTOS ANDRADE

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

Originário: 0117892-42.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexistem as omissões apontadas, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.

2. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, deseja a recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela UNIÃO FEDERAL, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Remessa Ex Offício - Turma Espec. II - Tributário
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0111799-97.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.111799-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095836-6
Distribuição-Sorteio Automático - 07/04/2015 17:28
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
PARTE AUTORA: ESAB - ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: ALINE ANGELI RIBEIRO
ADVOGADO: VICTOR QUEIROZ PASSOS COSTA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0111799-97.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste a omissão apontada, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.

2. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, deseja a recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela UNIÃO FEDERAL, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0008672-77.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008672-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Agravo interno) 2016.6000.015891-2
Distribuição-Sorteio Automático - 12/08/2015 12:30
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: ROSSI RESIDENCIAL S.A.
ADVOGADO: PAULO SIGAUD CARDOZO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0118151-37.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de agravo interno interposto contra a decisão monocrática que julgou prejudicado o agravo de instrumento, visando à reforma da decisão que indeferiu a inicial quanto à inclusão, no polo passivo, do INCRA, SEBRAE, SENAC e SESC, diante da prolação de sentença nos autos do mandado de segurança originário.

2. A superveniência do julgamento da apelação interposta no processo originário, em que foi proferida a decisão agravada, faz desaparecer o interesse recursal.

3. Agravo de interno não conhecido.

AC Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0011291-77.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.011291-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Agravo interno) 2015.6000.098569-0
Distribuição-Sorteio Automático - 14/10/2015 17:50
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: ALTINO TEIXEIRA DE CARVALHO
ADVOGADO: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0025412-27.2001.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. APOSENTADORIA ANTERIOR À LEI 7713/89.

1- Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto, mantendo a decisão que determinou a transformação em pagamento definitivo à União dos depósitos referentes à parcela do Imposto de Renda, incidente sobre o resgate de verbas recolhidas a título de fundo previdenciário.

2- No julgamento do recurso repetitivo REsp n°1.012.903/RS, o STJ consolidou o entendimento de ser indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 01/01/89 a 31/12/1995 (vigência da Lei n° 7.713/88).

3- Diante desse raciocínio, que foi seguido na decisão monocrática e naquela proferida pelo juízo a quo, verifica-se que, a princípio, aqueles que se aposentaram antes da vigência da Lei n° 7.713/88 não fariam jus à isenção do imposto de renda, uma vez que, sendo suas contribuições anteriores à Lei n° 7.713/88, não sofreram tributação a título de imposto de renda, não havendo, portanto, bis in idem.

4- Precedentes: STJ, AÇÃO RESCISÓRIA 4088, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRASEÇÃ, DJE 18/06/2013; TRF2, AMS 200151010208953 - 65345, Rel. Juiz Fed. Conv. RENATO CESAR PESSANHA DE SOUZA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 20/10/2011; TRF2, AG 200902010052214, Rel. Juíza Fed. Conv. SANDRA CHALU BARBOSA, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 28/11/2013; TRF2, AC 2007.51.01.031524-3, Rel. DES. FED. LANA RIGUEIRA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 22/06/2016.

5- Agravo Interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.
(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0012615-05.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012615-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Agravo interno) 2016.6000.036483-0

Distribuição por Prevenção - 16/11/2015 19:22

Gabinete 09

Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A

AGRAVADO: ATE III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ADVOGADO: GERSON STOCCO DE SIQUEIRA

Originário: 0128437-65.2015.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBAS RECEBIDAS NOS 15/30 DIAS ANTECEDENTES AO DEFERIMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.230.957/RS, submetido ao regime do recurso repetitivo, firmou entendimento no sentido de que não incide a contribuição previdenciária sobre as verbas pagas nos quinze primeiros dias de afastamento do empregado nos casos de auxílio-doença ou auxílio-acidente, sobre o terço constitucional de férias e sobre o aviso prévio indenizado, estando a decisão agravada em consonância com o citado julgado do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo interno conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno, nos termos do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLAUDIA NEIVA
Desembargadora Federal

SUBSECRETARIA DA 4a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
4a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos FÍSICOS abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 4 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001 2000.51.01.532496-3 AC RJ 621117
CNJ : 0532496-56.2000.4.02.5101 03.04.04 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRI
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : FARMACIA AREIA BRANCA LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00002 1999.51.01.070000-0 AC RJ 625861
CNJ : 0070000-90.1999.4.02.5101 03.04.02.02 - COFINS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁ
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : IMPORTADORA GUARAPARI DE CEREAIS LTDA E OUTROS
ADV : FRANCISCO ANTONIO CHAGAS E OUTRO

00003 1997.51.01.069572-0 AC RJ 587632
CNJ : 0069572-79.1997.4.02.5101 03.02.02 - IRPJ/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IMPOSTOS - TRI
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : AZALEIA CONSERVACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00004 1900.51.01.604932-0 AC RJ 623384
CNJ : 0604932-18.1900.4.02.5101 03.14 - PROCEDIMENTOS FISCAIS - TRIBUTÁRIO
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : COMERCIAL RIVER LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00005 2001.51.01.540568-2 AC RJ 628478
CNJ : 0540568-95.2001.4.02.5101 03.04.02.02 - COFINS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁ
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : MULTI SERVI ASSESSORIA DE SERVICOS LTDA - MASSA FALIDA E

OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO

00006 2004.51.01.507071-5 AC RJ 622947
CNJ : 0507071-85.2004.4.02.5101 03.02.02 - IRPJ/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IMPOSTOS - TRI
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : P A INSTALACOES MANUTENCOES AUTOMACAO LTDA E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO

00007 1900.51.01.213007-3 AC RJ 627364
CNJ : 0213007-14.1900.4.02.5101 03.04.04 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRI
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CONSTRUTORA AMBAR S A
ADV : SEM ADVOGADO

00008 2001.51.01.509045-2 AC RJ 627973
CNJ : 0509045-65.2001.4.02.5101 03.04.02 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRIO
RELATOR : DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ARATU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00009 2007.51.01.500769-1 AC RJ 527387
CNJ : 0500769-35.2007.4.02.5101 03.04.04 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRI
RELATORA : DES.FED. LETICIA MELLO
APTE : INTERSIX TECHNOLOGIES S/A
ADV : LUIZ EDUARDO COELHO WEAVER E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00010 2009.50.01.012029-3 (MS) APELREEX ES 526941
CNJ : 0012029-10.2009.4.02.5001 03.11.11 - COMPENSAÇÃO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTÁRIO
RELATORA : DES.FED. LETICIA MELLO
APTE : VITORIA APART HOSPITAL S/A
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00011 2010.51.03.001323-1 (MS) APELREEX RJ 541948
CNJ : 0001323-16.2010.4.02.5103 03.04.04 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRI
RELATORA : DES.FED. LETICIA MELLO
APTE : COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPEIS
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS

APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00012 2010.51.04.001710-5 (MS) APELREEX RJ 583705
CNJ : 0001710-28.2010.4.02.5104 03.11.01 - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE - CRÉDITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTÁ
RELATORA : DES.FED. LETICIA MELLO
APTE : AUTO POSTO ESAL LTDA E OUTROS
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00013 2007.51.01.502127-4 APELREEX RJ 527389
CNJ : 0502127-35.2007.4.02.5101 03.04.04 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRI
RELATORA : DES.FED. LETICIA MELLO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ROBERTO VENTRIGLIA
ADV : ALBERTO SALEM FERNANDES E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 4A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00014 2010.50.01.006064-0 REOAC ES 510647
CNJ : 0006064-17.2010.4.02.5001 03.07.11 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS - CONTRIBUIÇÕES PR
RELATORA : DES.FED. LETICIA MELLO
PARTEA : SMS ASSISTENCIA MEDICA ESPECIALIZADA
ADV : PAULO CESAR CAETANO E OUTRO
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

PRESIDENTE

BOLETIM: 175956

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2008.51.01.508642-0

Nº CNJ	:	0508642-52.2008.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	EUROBARRA RIO LTDA
ADVOGADO	:	SERGIO SAHIONE FADEL E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200851015086420)

D E S P A C H O
Intimem a Embargada para que apresente contrarrazões aos embargos de declaração opostos pela União Federal.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
MARIO ANTONIO MANHÃES DE ANDRADE
Assessor de Juiz - Mat. 11972
(art. 203, §4º do CPC)

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.04.002728-5

Nº CNJ	:	0002728-21.2009.4.02.5104
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - CSN
ADVOGADO	:	MARCOS ANDRÉ VINHAS CATÃO E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA-RJ
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200951040027285)

DESPACHO
Por precaução, intimem-se as partes sucessivamente, a começar pela COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL, para se manifestarem no prazo de cinco dias, deferindo-se vista dos autos à autora, se requerida. Nada sendo pedido pelos litigantes, certifique-se o trânsito em julgado e baixem-se os autos ao Juízo de Origem, para arquivamento, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 15.03.2017.
LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.50.01.005946-6

Nº CNJ	:	0005946-41.2010.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO
APELANTE	:	UNIMED VITORIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO	:	PAULA REGINA GUERRA DE RESENDE E OUTROS
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201050010059466)

D E S P A C H O
Intimem a Embargada para que apresente contrarrazões aos embargos de declaração opostos pela União Federal.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
MARIO ANTONIO MANHÃES DE ANDRADE
Assessor de Juiz - Mat. 11972
(art. 203, §4º do CPC)

IV - APELACAO CIVEL 2010.51.01.008685-0
Nº CNJ : 0008685-75.2010.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO
APELANTE : LE SAC COMERCIAL CENTER COUROS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ DE SOUZA LIMA NETO E OUTROS
APELADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051010086850)

D E S P A C H O
Intimem a Embargada para que apresente contrarrazões aos embargos de declaração opostos pela União Federal.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
MARIO ANTONIO MANHÃES DE ANDRADE
Assessor de Juiz - Mat. 11972
(art. 203, §4º do CPC)

BOLETIM: 175988

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2012.02.01.009672-1
Nº CNJ : 0009672-20.2012.4.02.0000
RELATOR : JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
AGRAVANTE : COLEGIO PRINCESA IZABEL REDENTORA S/C LTDA E OUTRO
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA E OUTRO
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900364031)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DIVERSA DA DEVEDORA PRINCIPAL. POSSIBILIDADE. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA A PESSOA DO SÓCIO. REQUISITOS DO ART. 135, INCISO III, DO CTN PREENCHIDOS. DECISÃO DO JUÍZO *A QUO* LASTREADA NO CONTEÚDO PROBATÓRIO DOS AUTOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. A decisão agravada reconheceu a formação de grupo econômico entre a devedora principal, Colégio Princesa Isabel Redentora S/C Ltda, e o Curso Princesa Isabel Redentora S/C Ltda, com base em robusta prova documental, tendo embasamento jurídico nas normas do art. 2º, §2º, da CLT c/c art. 124, inciso I, do CTN c/c art. 30, inciso IX, da Lei nº 8.212/1991.
2. O Agravante não era administrador do Curso Princesa Isabel Redentora S/C Ltda, nem do Colégio Princesa Isabel Redentora S/C Ltda, à época dos fatos geradores dos créditos tributários exequendos. Apesar de tal circunstância, há elementos de prova contundentes, quanto à ocorrência de planejamento tributário ilícito, durante a gestão do Sr. Guilherme de Queiroz Silveira, diretamente relacionado à impossibilidade de satisfação da dívida, através do patrimônio da devedora principal, fundamento suficiente para a responsabilização subjetiva do Agravante, com fulcro no art. 135, inciso III, do CTN.
3. As teses recursais não abalaram a decisão agravada.
4. Agravo desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2013.02.01.016567-0

Nº CNJ : 0016567-60.2013.4.02.0000
RELATOR : JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
AGRAVANTE : PAULO DE SOUZA CALDAS
ADVOGADO : JOSE MANUEL SILVA DE BRITO E OUTRO
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900364031)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA A PESSOA DO SÓCIO. MATÉRIA RESOLVIDA POR DECISÃO PRECLUSA. REDISCUSSÃO DO TEMA ATRAVÉS DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXCUTIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. A responsabilização do Agravante por dívida tributária do Colégio Princesa Isabel Redentora S/C Ltda, devedora principal, foi estabelecida pelo Juízo *a quo*, em decisão publicada em 04.06.2012.
2. A exceção de pré-executividade, protocolada em 28.01.2013, busca reabrir a discussão do tema, por meio de argumentos que deveriam ter sido deduzidos, através de recurso oposto contra aquele *decisum*, dentro do prazo estabelecido pelo art. 522 do CPC/1973. A decisão ora agravada, que rejeitou tal exceção, se reporta à publicada em 04.06.2012.
3. A matéria foi resolvida, em desfavor do Agravante, por decisão que está preclusa, sendo inviável sua rediscussão.
4. Agravo desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro,14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2011.02.01.009291-7
Nº CNJ : 0009291-22.2011.4.02.9999
RELATOR : JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : GUIMA'S REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : 1A. VARA ESTADUAL - RIO DAS FLORES/RJ (00001378620078190048)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO NÃO COMPUTADO DURANTE PARALISAÇÃO DO FEITO POR DELONGA IMPUTÁVEL AO MECANISMO DA JUSTIÇA. PRESCRIÇÃO INTEGRAL NÃO CONFIGURADA. APELAÇÃO PROVIDA.
A redação atual da norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN somente é aplicável às ações propostas, antes de 09.06. 2005, se o despacho que determinou a citação dos devedores tiver sido prolatado sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, circunstância não configurada no caso dos autos, pois a citação da devedora principal foi determinada em 08.03.2004 (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
Tratando-se de créditos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o termo inicial do prazo prescricional deve ser contado a partir do dia posterior à confissão de débito feita pelo sujeito passivo, mediante as declarações apresentadas no período de 21.05.1999 a 12.02.2004.
Quando do ajuizamento da execução fiscal (24.04.2007), já havia se consumado o lustro prescricional integral relativo aos créditos tributários constituídos pelas declarações recepcionadas no período de 21.05.1999 a 06.02.2002.
As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
Com relação aos demais créditos tributários, a prescrição não restou configurada. O prazo prescricional não pode ser computado no período de 25.04.2007 a 07.09.2008, durante o qual o trâmite processual ficou estagnado em torno, apenas, da eventual necessidade de recolhimento da taxa judiciária.
Inobstante o despacho que determinou a citação somente tenha sido prolatado após o decurso do prazo de cinco anos da constituição definitiva dos créditos tributários, não restou configurada a inércia da credora,

razão porque a propositura da execução fiscal tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).
Apelação parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1994.51.01.018928-9

Nº CNJ	:	0018928-40.1994.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	DYNA ENGENHARIA S/A E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9400189281)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. REDAÇÃO HODIERNA DO ART. 40, §4º, DA LEI Nº 6.830/1980. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RECONHECIMENTO EX OFFICIO. NORMA DE NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO ÀS AÇÕES EM CURSO. ATO FORMAL DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS APÓS DECURSO DO PRAZO DO ART. 40, §2º, DA LEI 6.830/1980. DESNECESSIDADE. ENUNCIADO Nº 314 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FALHA DO MECANISMO DO PODER JUDICIÁRIO NÃO CONFIGURADA. RECURSO DESPROVIDO.
1. A redação do §4º, do art. 40, da LEF tem natureza processual, aplicável, assim, às execuções fiscais propostas antes da vigência da Lei nº 11.051/2004 (STJ; Segunda Turma; Relator: Min. HERMAN BENJAMIN; AGARESP 201502304928; DJE: 30/05/2016).
2. Transcorrido o prazo de suspensão da execução fiscal, previsto pelo art. 40, §2º, da Lei nº 6.830/1980, é desnecessária a prolação de ato formal de arquivamento do feito, consoante o Enunciado nº 314 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
3. Os autos tramitaram por mais de dez anos, sem nenhum requerimento de diligência formulado pela União, configurando inércia da Exequente. Não houve falha do mecanismo da Justiça, que chancele aplicação do Enunciado nº 106 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
4. Prescrição intercorrente consumada.
5. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1992.51.01.084412-0

Nº CNJ	:	0084412-70.1992.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	DIVIPLEX DIVIPLAN DECORAÇOES, COMERCIO E INDUSTRIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9200844120)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO JULGADO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO PRESCRICIONAL NÃO COMPUTADO DURANTE PARALISAÇÃO DO FEITO POR FALHA IMPUTÁVEL AO MECANISMO DA JUSTIÇA. PRESCRIÇÃO INTEGRAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS CONFIGURADA.
1. As razões recursais impugnam a decretação de prescrição intercorrente, hipótese diversa da que ensejou a prolação da sentença atacada (prescrição originária), impondo-se, assim, a inadmissibilidade do recurso.
2. A norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN, com a redação atribuída pela Lei Complementar nº 118/2005, aplica-se a ações propostas, antes de 9 de junho de 2005, desde que o despacho que determinou a citação tenha sido prolatado sob a vigência de tal diploma (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
3. O prazo prescricional não pode ser computado, no período de 07.11.1992 a 23.06.1994 e 23.02.1999 a 03.05.1999, durante o qual o trâmite processual foi paralisado por falha imputável ao Judiciário (Enunciado nº 106 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).
4. Não obstante a desconsideração do período de 07.11.1992 a 23.06.1994 e de 23.02.1999 a 03.05.1999, o prazo capitulado pelo art. 174, *caput*, do CTN transcorreu *in totum*, inocorrente hipótese interruptiva de seu curso. Prescrição integral configurada.
5. O despacho que determinou a citação do executado por edital, em julho de 2005, apesar de proferidos sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, não interferem no cômputo do prazo prescricional, porque exarados depois de transcorrido *in totum* o lustro do art. 174, *caput*, do CTN.
6. As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
7. Os despachos que determinam a suspensão do processo, com base no art. 40 da Lei nº 6.380/1980, não interferem no lustro da prescrição direta, por ausência de previsão no art. 151 do CTN. Tal norma influi, apenas, no lustro da prescrição intercorrente, que sequer começou a fluir *in casu*.
8. A desatualização dos endereços dos Executados, junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas, não era óbice intransponível para a interrupção do prazo prescricional. Frustradas as tentativas de citação pessoal, competia à Exequente requerer a citação por edital, dentro do prazo estabelecido pelo art. 174, *caput*, do CTN (Enunciado nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). Quando o requerimento de citação por edital foi formulado, os créditos já estavam extintos (art. 156, inciso V, do CTN).
9. O art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.830/1980 deve ser interpretado em sintonia com o art. 8º, inciso I, do mesmo diploma, razão por que a determinação de citação por edital não é automática, depende de requerimento da Exequente.
10. Configurada a inércia da credora, a propositura da execução fiscal não tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).
11. Prescrição integral consumada.
12. Apelação cível inadmitida e remessa necessária desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em inadmitir a apelação cível e negar provimento à remessa necessária, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1983.51.01.587993-6

Nº CNJ	:	0587993-51.1983.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	LUCILENE BOUTIQUE - MASSA FALIDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0005879930)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. REDAÇÃO HODIERNA DO ART. 40, §4º, DA LEI Nº 6.830/1980. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RECONHECIMENTO EX OFFICIO. NORMA DE NATUREZA

PROCESSUAL. APLICAÇÃO ÀS AÇÕES EM CURSO. ATO FORMAL DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS APÓS DECURSO DO PRAZO DO ART. 40, §2º, DA LEI 6.830/1980. DESNECESSIDADE. ENUNCIADO Nº 314 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REQUERIMENTOS DE DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. NÃO INTERFERÊNCIA NO FLUXO DO PRAZO PRESCRICIONAL. FALHA DO MECANISMO DO PODER JUDICIÁRIO NÃO CONFIGURADA. RECURSO DESPROVIDO.
1. A redação do §4º, do art. 40, da LEF tem natureza processual, aplicável, assim, às execuções fiscais propostas antes da vigência da Lei nº 11.051/2004 (STJ; Segunda Turma; Relator: Min. HERMAN BENJAMIN; AGARESP 201502304928; DJE: 30/05/2016).
2. Transcorrido o prazo de suspensão da execução fiscal, previsto pelo art. 40, §2º, da Lei nº 6.830/1980, é desnecessária a prolação de ato formal de arquivamento do feito, consoante o Enunciado nº 314 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
3. Requerimentos para realização de diligências infrutíferas não interferem no cômputo do prazo prescricional (STJ; Primeira Turma; Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; AGARESP: 201202322280; DJE: 30.11.2015).
4. Transcorridos mais de seis anos da primeira decisão que determinou a suspensão do processo, sem que tenham sido localizados bens para satisfação dos créditos exequendos, consumou-se a prescrição intercorrente.
5. Não houve falha do mecanismo da Justiça, que chancele aplicação do Enunciado nº 106 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
6. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.06.085354-0

Nº CNJ	:	0085354-14.1997.4.02.5106
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CONFECCOES AMI LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (9700853543)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO NÃO COMPUTADO DURANTE PARALISAÇÃO DO FEITO POR FALHA IMPUTÁVEL AO MECANISMO DA JUSTIÇA. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. SUSPENSÃO DO LUSTRO POR HIPÓTESES DIVERSAS DA PREVISTAS PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CRFB. DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS NOS ENDEREÇOS CONSTANTES DO CNPJ. EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO HÁBIL PARA INTERROMPER A FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. REQUERIMENTO DE CITAÇÃO POR EDITAL INTEMPESTIVO. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTEGRAL CONFIGURADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A redação atual da norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN somente é aplicável às ações propostas, antes de 09.06.2005, se o despacho que determinou a citação dos devedores tiver sido prolatado sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, circunstância não configurada no caso dos autos, pois a citação da devedora principal foi determinada em 01.12.1995 (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
2. O prazo prescricional não pode ser computado, no período de 20.09.1997 a 09.09.1998, durante o qual o trâmite processual foi paralisado por falha imputável ao Poder Judiciário (Enunciado nº 106 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça). Contabilização retomada, pelo período residual do lustro, a partir de 10.09.1998.
3. As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
4. A desatualização dos endereços dos Executados, junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas, não era óbice intransponível para a interrupção do prazo prescricional. Frustradas as tentativas de citação pessoal,

competia à Exequente requerer a citação por edital, dentro do prazo estabelecido pelo art. 174, *caput*, do CTN (Enunciado nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). Quando o requerimento de citação por edital foi formulado, os créditos já estavam extintos (art. 156, inciso V, do CTN).
5. O art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.830/1980 deve ser interpretado em sintonia com o art. 8º, inciso I, do mesmo diploma, razão por que a determinação de citação por edital não é automática, depende de requerimento da Exequente.
6. Configurada a inércia da credora, a propositura da execução fiscal não tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).
7. Prescrição integral consumada.
8. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.06.085356-3

Nº CNJ	:	0085356-81.1997.4.02.5106
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CONFECCOES AMI LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (9700853560)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO NÃO COMPUTADO DURANTE PARALISAÇÃO DO FEITO POR FALHA IMPUTÁVEL AO MECANISMO DA JUSTIÇA. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. SUSPENSÃO DO LUSTRO POR HIPÓTESES DIVERSAS DAS PREVISTAS PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CRFB. DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS NOS ENDEREÇOS CONSTANTES DO CNPJ. EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO HÁBIL PARA INTERROMPER A FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. REQUERIMENTO DE CITAÇÃO POR EDITAL INTEMPESTIVO. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTEGRAL CONFIGURADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A redação atual da norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN somente é aplicável às ações propostas, antes de 09.06. 2005, se o despacho que determinou a citação dos devedores tiver sido prolatado sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, circunstância não configurada no caso dos autos, pois a citação da devedora principal foi determinada em 01.12.1995 (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
2. O prazo prescricional não pode ser computado, no período de 20.09.1997 a 09.09.1998, durante o qual o trâmite processual foi paralisado por falha imputável ao Poder Judiciário (Enunciado nº 106 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça). Contabilização retomada, pelo período residual do lustro, a partir de 10.09.1998.
3. As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
4. A desatualização dos endereços dos Executados, junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas, não era óbice intransponível para a interrupção do prazo prescricional. Frustradas as tentativas de citação pessoal, competia à Exequente requerer a citação por edital, dentro do prazo estabelecido pelo art. 174, *caput*, do CTN (Enunciado nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). Quando o requerimento de citação por edital foi formulado, os créditos já estavam extintos (art. 156, inciso V, do CTN).
5. O art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.830/1980 deve ser interpretado em sintonia com o art. 8º, inciso I, do mesmo diploma, razão por que a determinação de citação por edital não é automática, depende de requerimento da Exequente.
6. Configurada a inércia da credora, a propositura da execução fiscal não tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).

7. Prescrição integral consumada.
8. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.06.701447-2

Nº CNJ	:	0701447-66.1998.4.02.5106
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CONFECCOES AMI LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (9807014476)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. SUSPENSÃO DO LUSTRO POR HIPÓTESES DIVERSAS DAS PREVISTAS PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CRFB. DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS NOS ENDEREÇOS CONSTANTES DO CNPJ. EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO HÁBIL PARA INTERROMPER A FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. REQUERIMENTO DE CITAÇÃO POR EDITAL INTEMPESTIVO. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTEGRAL CONFIGURADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A redação atual da norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN somente é aplicável às ações propostas, antes de 09.06. 2005, se o despacho que determinou a citação dos devedores tiver sido prolatado sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, circunstância não configurada no caso dos autos (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
2. As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
3. A desatualização dos endereços dos Executados, junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas, não era óbice intransponível para a interrupção do prazo prescricional. Frustradas as tentativas de citação pessoal, competia à Exequente requerer a citação por edital, dentro do prazo estabelecido pelo art. 174, *caput*, do CTN (Enunciado nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). Quando o requerimento de citação por edital foi formulado, os créditos já estavam extintos (art. 156, inciso V, do CTN).
4. O art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.830/1980 deve ser interpretado em sintonia com o art. 8º, inciso I, do mesmo diploma, razão por que a determinação de citação por edital não é automática, depende de requerimento da Exequente.
5. Configurada a inércia da credora, a propositura da execução fiscal não tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).
6. Prescrição integral consumada.
7. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.06.085352-6

Nº CNJ	:	0085352-44.1997.4.02.5106
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA

APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : CONFECCOES AMI LTDA E OUTRO
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : 2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (9700853527)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO NÃO COMPUTADO DURANTE PARALISAÇÃO DO FEITO POR FALHA IMPUTÁVEL AO MECANISMO DA JUSTIÇA. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. SUSPENSÃO DO LUSTRO POR HIPÓTESES DIVERSAS DAS PREVISTAS PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CRFB. DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS NOS ENDEREÇOS CONSTANTES DO CNPJ. EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO HÁBIL PARA INTERROMPER A FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. REQUERIMENTO DE CITAÇÃO POR EDITAL INTEMPESTIVO. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTEGRAL CONFIGURADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A redação atual da norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN somente é aplicável às ações propostas, antes de 09.06. 2005, se o despacho que determinou a citação dos devedores tiver sido prolatado sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, circunstância não configurada no caso dos autos, pois a citação da devedora principal foi determinada em 01.12.1995 (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
2. O prazo prescricional não pode ser computado, no período de 20.09.1997 a 09.09.1998, durante o qual o trâmite processual foi paralisado por falha imputável ao Poder Judiciário (Enunciado nº 106 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça). Contabilização retomada, pelo período residual do lustro, a partir de 10.09.1998.
3. As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
4. A desatualização dos endereços dos Executados, junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas, não era óbice intransponível para a interrupção do prazo prescricional. Frustradas as tentativas de citação pessoal, competia à Exequente requerer a citação por edital, dentro do prazo estabelecido pelo art. 174, *caput*, do CTN (Enunciado nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). Quando o requerimento de citação por edital foi formulado, os créditos já estavam extintos (art. 156, inciso V, do CTN).
5. O art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.830/1980 deve ser interpretado em sintonia com o art. 8º, inciso I, do mesmo diploma, razão por que a determinação de citação por edital não é automática, depende de requerimento da Exequente.
6. Configurada a inércia da credora, a propositura da execução fiscal não tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).
7. Prescrição integral consumada.
8. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.10.006958-3
Nº CNJ : 0006958-30.2005.4.02.5110
RELATOR : JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : METALÚRGICA HELINOX CAXIENSE LTDA E OUTROS
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : 1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO JOAO DE (200551100069583)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECLARAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRAZO

DO ART. 174, CAPUT, DO CTN TRANSCORRIDO ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO. FALHA NO MECANISMO DA JUSTIÇA NÃO CONFIGURADA. ENUNCIADO Nº 106 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA INAPLICÁVEL. PRESCRIÇÃO INTEGRAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. O prazo prescricional para cobrança de créditos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e não pagos pelo sujeito passivo, começa a fluir da data de vencimento da exação ou do protocolo da declaração, o que ocorrer por último (STJ; Primeira Turma; Relatora: REGINA HELENA COSTA; AGRESP: 1355722; DJE: 11/05/2016).
2. A execução fiscal foi proposta, em 14.06.2005, mais de cinco anos depois das datas de vencimento dos créditos tributários (12.02.1997 a 10.02.2000), termo *a quo* do prazo prescricional (art. 174, *caput*, do CTN).
3. A prescrição consumou-se por inércia da própria exequente, não configurada falha do Poder Judiciário, que chancele a aplicação do Enunciado nº 106 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.10.002124-0

Nº CNJ	:	0002124-81.2005.4.02.5110
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	METALÚRGICA HELINOX CAXIENSE LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO JOAO DE (200551100021240)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECLARAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRAZO DO ART. 174, CAPUT, DO CTN TRANSCORRIDO ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO. FALHA NO MECANISMO DA JUSTIÇA NÃO CONFIGURADA. ENUNCIADO Nº 106 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA INAPLICÁVEL. PRESCRIÇÃO INTEGRAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. O prazo prescricional para cobrança de créditos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e não pagos pelo sujeito passivo, começa a fluir da data de vencimento da exação ou do protocolo da declaração, o que ocorrer por último (STJ; Primeira Turma; Relatora: REGINA HELENA COSTA; AGRESP: 1355722; DJE: 11/05/2016).
2. A execução fiscal foi proposta, em 03.05.2005, mais de cinco anos depois das datas de vencimento dos créditos tributários (12.02.1997 a 10.02.2000), termo *a quo* do prazo prescricional (art. 174, *caput*, do CTN).
3. A prescrição consumou-se por inércia da própria exequente, não configurada falha do Poder Judiciário, que chancele a aplicação do Enunciado nº 106 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.070046-2

Nº CNJ	:	0070046-79.1999.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MESBLA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA E OUTROS

ADVOGADO : HAMILTON PRISCO PARAISO JUNIOR E OUTROS
APELADO : JANETE GOMES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900700465)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO QUE DETERMINA CITAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO NÃO COMPUTADO DURANTE PARALISAÇÃO DO FEITO POR FALHA IMPUTÁVEL AO MECANISMO DA JUSTIÇA. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. SUSPENSÃO DO LUSTRO POR HIPÓTESES DIVERSAS DAS PREVISTAS PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CRFB. DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS NOS ENDEREÇOS CONSTANTES DO CNPJ. EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO HÁBIL PARA INTERROMPER A FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. CITAÇÃO POR EDITAL NÃO REQUERIDA. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTEGRAL CONFIGURADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A redação atual da norma do art. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN somente é aplicável às ações propostas, antes de 09.06. 2005, se o despacho que determinou a citação dos devedores tiver sido prolatado sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, circunstância não configurada no caso dos autos, pois a citação da devedora originária foi determinada em 16.11.1999 (STJ; Segunda Turma; Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES; AGARESP 201403111716; DJE: 20/08/2015).
2. O prazo prescricional não pode ser computado, no período de 17.11.1999 a 03.07.2000, durante o qual o trâmite processual foi paralisado por falha imputável ao Poder Judiciário (Enunciado nº 106 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça). Contabilização retomada, pelo período residual do lustro, a partir de 04.07.2000.
3. O despacho que determinou a citação dos sócios da devedora originária, em 10.10.2007, apesar de proferido sob a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, não interfere no cômputo do prazo prescricional, porque exarado depois de transcorrido *in totum* o lustro do art. 174, *caput*, do CTN.
4. As causas de suspensão do prazo prescricional, previstas em lei ordinária, diversas das arroladas pelo art. 151 do CTN, não se aplicam à cobrança de créditos de natureza tributária, sob pena de afronta à norma do art. 146, inciso III, alínea b, da CRFB.
5. A desatualização dos endereços dos Executados, junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas, não era óbice intransponível para a interrupção do prazo prescricional. Frustradas as tentativas de citação pessoal, competia à Exequente requerer a citação por edital, dentro do prazo estabelecido pelo art. 174, *caput*, do CTN (Enunciado nº 414 do Superior Tribunal de Justiça), o que não foi solicitado.
6. O art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.830/1980 deve ser interpretado em sintonia com o art. 8º, inciso I, do mesmo diploma, razão por que a determinação de citação por edital não é automática, depende de requerimento da Exequente.
7. Configurada a inércia da credora, a propositura da execução fiscal não tem efeito interruptivo da prescrição (art. 219, §1º, do CPC/1973 c/c 174 do CTN), consoante entendimento consolidado pela Egrégia Corte (STJ; Segunda Turma; Relator: Ministro OG FERNANDES; REsp: 1551729; DJE: 13/11/2015).
8. Prescrição integral consumada.
9. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 4.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 175992

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.738332-9
Nº CNJ : 0738332-31.1900.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : TIPOGRAFIA E PAPELARIA JOFELEITE LTDA E OUTRO
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0007383320)

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente execução fiscal, proposta em face TIPOGRAFIA E PAPELARIA JOFELEITE LTDA E OUTRO, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC/1973, c/c do art. 40, §4º da Lei nº 6.830/80, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança.
2. A exequente/apelante alega, em síntese, que a instância *a quo* arquivou os autos sem intimação da Fazenda Federal, motivo pelo qual, entende estar configurado erro material a eivar de nulidade a sentença ora recorrida, que extinguiu o feito com base no art. 40, §4º da Lei nº 6.830/80.
3. Trata-se de crédito exequendo constituído por auto de infração, com notificação do contribuinte em 26/06/1984, e vencimento entre 01/67 e 06/71 (fl.03). A ação foi ajuizada em 17/02/1986 (fl.02), e o despacho citatório foi proferido em 18/02/1986 (fl.02) A citação positiva ocorreu em 13/03/1986 (fl.07-v), interrompendo o fluxo do prazo prescricional, que retroagiu à data da propositura da ação. Em 23/07/1986 (fl.19-v), a penhora resultou negativa. A Fazenda Nacional, então, requereu a suspensão do feito executivo (fl.11), deferida em 27/02/1987 (fl.11), nos termos do artigo 40 da Lei nº 6830/80. Intimada a se manifestar em 25/01/2001 (fl.90), a Fazenda Nacional não comprovou a existência de causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional.
4. Da data da citação, em 13/03/1986 (fl.07-v), até a data da prolação da sentença, em 15/03/2013 (fl.92), transcorreram mais de 27 (vinte e sete) anos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora.
5. Em que pese tenham havido vários requerimentos da Fazenda Nacional (fls.11, 61, 67, 72, 83-84, 91) , inclusive, alguns deles, após o feito executivo ter sido suspenso (fl.11), com pedido da Fazenda Nacional em 06/08/1986 (fl.11), nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de se localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito executivo.
6. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.
7. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.
8. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.
9. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.
10. Valor da Execução Fiscal: Cr$ 5.379.470,00 (fl.02)
11. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.50.01.000797-0
Nº CNJ : 0000797-98.2009.4.02.5001
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

APELANTE : UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : GIUCAFÉ EXPORTAÇÃOO E IMPORTAÇÃO LTDA E OUTROS
ADVOGADO : PAULO CESAR CAETANO E OUTRO
REMETENTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA-ES
ORIGEM : 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200950010007970)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE : UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EMBARGADA : GIUCAFÉ EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. E OUTROS
AC. EMBARGADO : FLS. 1.045/1.046

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NÃO OBSERVÂNCIA. ART. 5º, INCISOS LIV E LV, CF/88. CONTRADITÓRIO. AMPLA DEFESA. RECURSO VOLUNTÁRIO. OMISSÃO E OBSCURIDDE NÃO VERIFICADAS NO *DECISUM.* EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. Os embargos de declaração prestam-se, exclusivamente, para sanar omissão, obscuridade ou contradição, de modo a integrar o *decisum* recorrido, *ex vi* do disposto no art. 1.022, do NCPC e, ainda, para a correção de inexatidões materiais.
2. No caso em exame, da leitura do v. acórdão atacado e do respectivo voto condutor, verifica-se que inexistem razões que autorizem o manejo da via eleita.
3. A controvérsia na presente ação mandamental refere-se à aferição do direito líquido e certo dos impetrantes, ora embargados, ao processamento e julgamento do recurso voluntário interposto no âmbito do Processo Administrativo nº 11543.004307/2003-10.
4. Ao contrário do alegado pela embargante, o v. *decisum* impugnado concluiu de forma clara, coerente, fundamentada, de acordo com a documentação acostada aos autos, que a determinação da Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro/RJ, de intimação dos corresponsáveis tributários no processo administrativo, foi claramente descumprida, revelando inobservância, por parte da Administração Tributária, do devido processo legal; que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 5º, inciso LIV, que: *"ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal";* que no âmbito da Administração, sempre que a providência administrativa a ser tomada implicar controvérsia ou, especialmente, sanção, torna-se obrigatória a aplicação do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal que garante aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; que embora o nome dos corresponsáveis não conste da inscrição na Dívida Ativa da União, não figurando os mesmos como executados na execução fiscal nº 2008.50.01.007149-6, permanecem formalmente apontados como responsáveis pelo crédito tributário, o que justifica seja garantido o devido processo legal, com o recebimento do recurso voluntário, se cumpridos os demais requisitos de admissibilidade, com o consequente encaminhamento ao órgão competente para o processamento e julgamento; que mesmo havendo indícios de responsabilidade tributária das empresas impetrantes, e de seus sócios, pela formação de grupo econômico de fato e sonegação fiscal, a apuração da atividade ilegal dos recorridos não pode inviabilizar o amplo direito de defesa no âmbito do processo administrativo nº 11543.004307/2003-10, sob pena de cerceamento de defesa e desrespeito às garantias constitucionais; que embora não tenha havido o desmembramento do Processo Administrativo nº 11543.004307/2003-10, como determinado pela Administração Tributária às fls. 868/869, a execução fiscal nº 2008.50.01.007149-6 foi regularmente ajuizada em face da empresa J.D. COMISSÁRIA DE CAFÉ LTDA, devendo ser garantido o seu regular prosseguimento e julgamento.
5. Verifica-se, portanto, que as questões pertinentes ao exame da controvérsia foram devidamente analisadas, de acordo com os elementos existentes nos autos, não se vislumbrando, na espécie, omissão ou qualquer outro vício no *decisum* recorrido que justifique o acolhimento dos aclaratórios.
6. Consoante entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça, *"os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida"* (EDcl no AgRg no AREsp 859.232/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016).
7. Convém ressaltar, por fim, que efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deve a recorrente fazer uso do recurso próprio.
8. Embargos declaratórios conhecidos e desprovidos.
A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do Relatório e Voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1975.51.01.248278-0

Nº CNJ	:	0248278-56.1975.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	E S ALVARES
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0002482789)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. PRESCRIÇÃO. DESPACHO CITATÓRIO ANTERIOR À LC 118/2005. INÉRCIA DA EXEQUENTE. INOCORRÊNCIA DA CITAÇÃO ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. CTN, ART. 174, INCISO I C/C ART. 156, INCISO V C/C ART. 113, § 1º . TRANSCORRIDOS MAIS DE CINCO ANOS ININTERRUPTOS DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face E S ALVARES, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC, com fulcro no art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80, por reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão executiva.
2. A exequente/apelante alega, em síntese, que a execução foi suspensa sem menção à legislação aplicada, visto que não utilizou-se do permissivo legal, que está positivado no art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80, para caracterizar a prescrição intercorrente.
3. Trata-se de crédito exequendo referente ao período de apuração ano base/exercício de 1972/1973, com vencimento entre 04/72 e 03/74, e notificação ao contribuinte em 20/02/1975 (fl.03). A ação foi ajuizada em 06/06/1975 (fl.02), e o despacho citatório proferido em 09/06/1975 (fl.02). Verifica-se que, diante da tentativa frustrada de citação (fl.07), a Fazenda Nacional requereu a suspensão do feito executivo, em 30/08/1978 (fl.08), que foi deferido em 24/11/1978 (fl.10). Intimada a se manifestar na forma do §4º do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, em 11/11/1999 (fl.32), a União não comprovou a ocorrência de causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional. Em razão da impossibilidade de se localizar a executada e seus representantes legais, o D.Juízo *a quo* determinou o arquivamento do feito, em 24/08/2000 (fl.36).
4. Em 04/03/2013, ainda sem que houvesse sido efetivada a citação, os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença (fl.37).
5. No caso, verifica-se que entre a data da constituição definitiva do crédito tributário, 20/02/1975, e a data da prolação da sentença, em 04/03/2013, transcorreram mais de 38 (trinta e oito) anos e não foi efetivada a citação da parte executada.
6. Em se tratando de créditos que ostentam natureza tributária, somente após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 118, em 09 de junho de 2005, é que o despacho citatório proferido em execução fiscal tem o condão de interromper o curso do prazo prescricional; antes dessa data, deve ser aplicado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 174 do Código Tributário Nacional, na sua redação original, ou seja, era necessária a "*citação pessoal feita ao devedor*" para interromper a prescrição, e não apenas o despacho do juiz determinando a realização do ato citatório.
7. No caso em análise é, pois, inegável a inércia da Fazenda em promover a citação antes do decurso do prazo prescricional quinquenal, contado desde a data da constituição do crédito até a prolação da sentença extintiva. É ônus do exequente informar corretamente o local onde o executado pode ser encontrado para receber a citação, assim como a localização dos bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o lustro legal. A Fazenda Nacional, com facilidade, poderia ter realizado pesquisa, p. ex., em lista telefônica, nos Distribuidores Judiciais, na Junta Comercial, na Receita Federal, nos cartórios de registro de imóveis etc., de modo a viabilizar a satisfação de seu crédito. Não o fez.
8. Nos termos dos artigos 156, inc. V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, a qualquer tempo e grau de jurisdição, assim como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções

Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ
9. Valor da Execução Fiscal: Cr$ 25.674,29 (fl.02).
10. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1983.51.01.580135-2

Nº CNJ	:	0580135-66.1983.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	L DEL RIO ABOAL ARTEFATOS DE COURO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0005801354)

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. SUSPENSÃO ART. 40 LEI Nº 6.830/1980. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença prolatada nos autos da presente Execução Fiscal, proposta em face de L DEL RIO ANOAL ARTEFATOS DE COURO, que julgou extinto o processo em razão da prescrição intercorrente, com fundamento no que dispõe o artigo 40, §4º (e §5º) , da Lei n. 6.830/1980.
2. A exequente/apelante alega, em síntese, que a sentença recorrida deve ser reformada para que se afaste a prescrição reconhecida, uma vez que não foi observada a sistemática estabelecida no art. 40 da Lei n. 6830/1980, e que, tratando-se de contribuição previdenciária, seria necessária a inércia da exequente por mais 30 (trinta) anos, o que não se verificou na hipótese.
3. Trata-se de execução de crédito proveniente de dívidas de contribuições previdenciárias. Como cediço, o prazo prescricional dessas contribuições sofreu várias modificações em razão de sua natureza jurídica. Assim, durante a vigência da Constituição Federal de 1946 (art. 157, inciso XVI), as contribuições previdenciárias ostentavam natureza social, sendo o prazo prescricional disciplinado pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS) no art. 144: "*O direito de receber ou cobrar as importâncias que lhes sejam devidas, prescreverá, para as instituições de previdência social, em trinta anos*".
4. Com a entrada em vigor do Código Tributário Nacional (1º de janeiro de 1967), as contribuições previdenciárias assumiram natureza jurídica de tributo, sujeitando-se aos prazos decadencial e prescricional de cinco anos. Com o advento da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, as contribuições previdenciárias perderam a natureza de tributo, mas, somente com a edição da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, é que o prazo prescricional trintenário foi restabelecido (artigo 2º, § 9º). Por força da Constituição da República de 1988, as contribuições voltaram a possuir natureza jurídica de tributo (artigo 149 e artigo 195), aplicando-se-lhes, novamente, as disposições do CTN, concernentes aos prazos decadencial e prescricional.
5. Conforme se verifica da glosa acima, o crédito em execução foi constituído em 17/05/1983 (fl.03), época em que não possuía natureza jurídica de tributo, e submetia-se ao prazo prescricional de 30 (trinta) anos. Dessa forma, depreende-se que a presente demanda foi ajuizada no prazo legal, em 06/09/1983 (fl. 02), e que o prazo prescricional foi interrompido pelo despacho citatório (Lei n. 6.830/1980, §2º do art. 8º), proferido em 14/09/1983 (fl.02). No que tange à análise do prazo referente à prescrição intercorrente, em se tratando de execuções fiscais, a jurisprudência já firmou entendimento no sentido de que, será aplicada ao caso, a norma vigente à época do suspensão/arquivamento do feito executivo.
6. *In casu,* após a interrupção do prazo prescricional pelo despacho citatório, o D.Juízo *a quo* determinou a suspensão do processo em 20/03/1990 (fl.42), a pedido Fazenda Nacional (41-v), nos termos do art. 40 da Lei n. 6.830/1980. Dessa forma, à época da suspensão do feito executivo, a prescrição referente às contribuições previdenciárias já era regida pelo atual Sistema Tributário, submetendo-se ao prazo quinquenal. Da data em que a Fazenda Nacional fez o pedido da suspensão (05/03/1990 - fl.41-v), até a

data da prolação da sentença, em 30/01/2013 (fl.66), transcorreram quase 23 (vinte e três) anos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora.
7. Em que pese tenham havido requerimentos da exequente, nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito executivo. Como se sabe, é ônus do exequente informar corretamente a localização dos bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo prescricional. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.
8. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo prescricional intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da prescrição intercorrente é medida que se impõe.
9. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de qualquer causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução.
10. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.
11. Valor da execução fiscal em 06/09/1983: CR$ 10.477.159,19 (fl.02).
12. Valor atualizado em 02/04/2002: R$ 14.063,93 (fl.58).
13. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.537707-1

Nº CNJ	:	0537707-05.2002.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CONFECCOES DISKIN LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	DECIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL-RJ (200251015377071)

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. SUSPENSÃO NA FORMA DO ART.40, § 4º da Lei n. 6.830/1980. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face de CONFECÇÕES DISKIN E OUTRO, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC/1973, c/c art. 40, §4º da Lei n. 6.830/1980, por reconhecer a rescrição do crédito em cobrança.
2. A exequente/apelante alega, em síntese, que a sentença recorrida deve ser reformada, visto que o parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei nº 6.830/80, somente poderia produzir efeitos nas execuções fiscais propostas, com o surgimento da desídia ou inércia da parte credora. Defende, assim, que não há que falar na ocorrência da prescrição intercorrente, no caso em tela, porquanto o impulso processual fora devidamente demandado por parte da credora.

3. Trata-se de crédito exequendo referente ao período de apuração ano base/exercício de 1997/1998 (fls.04-10), com vencimento entre 10/04/1997 a 12/01/1998. A ação foi ajuizada em 26/09/2002 (fl.02), e o despacho citatório proferido em 28/02/2003 (fl.11). Verifica-se que a citação foi efetivada em 03/06/2003 (14-v), interrompendo o fluxo do prazo prescricional, que retroagiu à data da propositura da ação (Precedentes: REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 21/05/2010; AgRg no REsp 1237730/PR, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 01/03/2013). Em 18/05/2004 (fl.22), diante da penhora positiva (fl.15), a Fazenda Nacional requereu o leilão do bem indicado, que foi deferido pelo D.Juízo *a quo* em 22/07/2004 (fl.24) No entanto, as duas tentativas de expropriação do bem em hasta pública foram frustradas (fls.36 e 37), e o D.Juízo *a quo* determinou a suspensão da execução em 20/08/2007 (fl.44), nos termos do art. 40, § 4º da Lei n. 6.830/1980. Verifica-se, também, que a Fazenda Nacional requereu a citação em desfavor do sócio da executada, em 26/09/2007 (fls.45-46), que, deferida (fls.48-50), resultou negativa (fl.53).
4. Em 29/09/2014 (fls.84-92), os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença.
5. Da data do último auto de leilão negativo (25/11/2005 - fl.37), até a data da prolação da sentença, em 29/09/2014 (fls.84-92), transcorreram mais de 06 (seis) anos, sem que houvessem sido localizados outros bens sobre os quais pudesse recair a penhora.
6. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.
7. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.
8. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.
9. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.
10. Valor da Execução Fiscal em 26/09/2002: R$ 116.628,50 (fl.02)
11. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.213827-8

Nº CNJ	:	0213827-33.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	HELITEC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0002138271)

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. SUSPENSÃO ART. 40 LEI Nº 6.830/1980.TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face de HELITEC COMERCIO E

INDUSTRIA LTDA, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC/1973, c/c art.40, §4º da Lei nº 6.830/80, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança.
2. A exequente/apelante alega, em síntese, que a sentença recorrida deve ser reformada, tendo em vista que não houve despacho do Magistrado *a quo* para determinar a suspensão ou o arquivamento dos autos, entendendo que deva ser afastada a prescrição intercorrente.
3. Trata-se de crédito exequendo referente ao período de vencimento entre 12/1972 e 07/1974 (fl.03). A ação foi ajuizada em 31/03/1976 (fl.02), e o despacho citatório proferido em 20/04/1976 (fl.05). A citação foi efetivada em 29/07/1976 (fl.12), interrompendo o prazo prescricional, que retroagiu à data de ajuizamento. Em 19/12/1980 (fl.14), a penhora ocorreu positiva. A Fazenda requereu o leilão do bem constrito em 04/07/1984 (fl.25), que, embora positivo em 03/06/1985 (fl.36), não foi suficiente para saldar a totalidade do débito em execução, conforme às fls. 50-51 e 52-57. Conforme se verifica, da data da adjudicação do bem em valor inferior ao crédito em cobrança (fl.44), até a data da sentença em 15/03/2013 (fl.87), transcorreram mais de 6 (seis) anos ininterruptos, sem que houvessem sido localizados outros bens passíveis de penhora para saldar o débito ora executado.
4. Sendo assim, apesar dos vários requerimentos da Fazenda Nacional (fls. 28-v; 67; 72-73; 76; 79) nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de se localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito executivo, antes de decorrido o lustro prescricional.
5. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.
6. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.
7. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.
8. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.
9. Valor da Execução Fiscal em 31/03/1976: Cr$ 248.830,25 (fl.02)
10. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017(data do julgamento)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

AGRAVO INTERNO EM APELACAO CIVEL 2001.51.15.001949-1

Nº CNJ	:	0001949-14.2001.4.02.5115
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	DURVAL GALDINO DE SOUZA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	1 VARA JUSTIÇA FEDERAL TERESOPOLIS/RJ (200151150019491)

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	:	DURVAL GALDINO DE SOUZA

DECISÃO AGRAVADA : DECISÃO DE FLS. 123-127

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. . EXECUTADO FALECIDO ANTES DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA CDA. SOMENTE ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA E PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL OU FORMAL. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAR O SUJEITO PASSIVO (SÚMULA 392 E RESP 1.045.472/BA, REL. MIN. LUIZ FUX, DJE 18.12.2009, JULGADO SOB O REGIME DO ARTIGO 543-C DO CPC). RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de agravo interno, oposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão de fls. 123-127, proferida com base no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil/1973, que negou seguimento à apelação da União, mantendo extinção do feito executivo em razão, nos termos do art. 267, incisos IV e VI do CPC/1973.
2. A recorrente alega, em síntese, que, a decisão vergastada deve ser reformada, tendo em vista, que o Juízo Estadual de Teresópolis já havia deferido a retificação da distribuição da presente execução fiscal, para que constasse o espólio" do executado no polo passivo da demanda, desde 09/10/1984. Aduz, outrossim, que a revogação indevida da decisão judicial que determinou a retificação do polo passivo da demanda, padece de qualquer razoabilidade, uma vez que revisou provimento que vigorava há quase trinta anos, e, ainda, que haveria a preclusão para o reexame da matéria.
3. Na hipótese, a decisão ora agravada manteve a extinção do processo executivo, em razão da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, tendo em vista que a demanda foi ajuizada em face de pessoa falecida.
4. Depreende-se que o executado, faleceu em data anterior a 11/11/1983, e que seu falecimento em 25/12/1976 (fl. 53), portanto, precedeu à data do ajuizamento da presente demanda, conforme certidão lavrada pelo Oficial de Justiça de 08/11/1985 (fl. 18v.) e certidão de óbito (fl. 53). Como se sabe, nesses casos não é possível a regularização do pólo passivo da demanda.
5. Não procede, de igual forma, a alegação de que a matéria estaria preclusa, tendo em vista que já houve decisão judicial a respeito, na qual foi determinada a alteração do polo passivo da demanda, para fazer constar o "espólio de DURVAL GALDINO DE SOUZA". Isso porque, trata-se de matéria de ordem pública, cognoscível a qualquer tempo e grau de jurisdição, sendo, portanto, insuscetível de preclusão nas instâncias ordinárias. Precedentes.
6. Agravo interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2010.51.01.010950-2

Nº CNJ	: 0010950-50.2010.4.02.5101
RELATOR	: DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO
APELANTE	: EUTELSAT DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: IVAN LUIZ SOBRAL CAMPOS E OUTROS
APELADO	: UNIÃO / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	: TRIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051010109502)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	: EUTELSAT DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: IVAN LUIZ SOBRAL CAMPOS E OUTROS
EMBARGADA	: UNIÃO / FAZENDA NACIONAL

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. RENDIMENTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS. REMESSAS AO EXTERIOR. DESCABIMENTO. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, ERRO. REQUISITOS DO ARTIGO 1022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
Sustenta e embargante que o v. acórdão é omisso uma vez que *(i)* não analisou a aplicação, na hipótese, do artigo 98 do CTN; *(ii)* não considerou os termos do Parecer PGFN/CAT nº 2363/2013, que "*consignou*

entendimento exatamente igual ao defendido pela ora Apelante"; e *(iii)* que deve prevalecer, na hipótese, o disposto no artigo 7º, da Convenção celebrada entre Brasil e França, promulgada pelo Decreto nº 70.506/72.

Sabe-se que os embargos de declaração têm alcance limitado, porquanto serve apenas à correção de omissão, obscuridade ou contradição no *decisum*, sendo, ainda, admitidos para a retificação de erro material. É, portanto, instrumento processual que visa remediar pontos que não estejam devidamente claros, seja em razão da falta de análise de um determinado aspecto considerado fundamental, seja por haver contradição ou obscuridade nos pontos já decididos, de tal sorte que o antecedente do desfecho decisório não se harmoniza com a própria decisão, que, com efeito, torna-se ilógica (*STJ, EDcl no AgRg no REsp 1597129/PR, DJe 17/10/2016; STJ, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 803611/PR, DJe 24/10/2016*).

Admite-se, ainda, a interposição dos aclaratórios para fins de prequestionamento da matéria impugnada, visando ao acesso às instâncias superiores. Entretanto, mesmo com esta finalidade, os embargos devem observância aos requisitos previstos no artigo 1022 do CPC/2015 (obscuridade, contradição, omissão), não sendo recurso hábil ao reexame da causa, conforme pretende o embargante (*STJ, EDcl no AgRg no MS 21601/DF, Primeira Seção, DJe 22/11/2016*).

Na hipótese, a embargante, não se conformando com o resultado, busca, tão somente, rediscutir tema decidido pelo julgado embargado. Não há, no *decisum* guerreado, qualquer contradição, omissão ou obscuridade a merecer o ajuste pretendido pela recorrente, nos termos do art. 1.022 do CPC/15.

Conforme consignado no voto condutor do v. acórdão guerreado, o artigo 7º, da Convenção promulgada pelo Decreto nº 70.506/72, cuja finalidade era evitar a dupla tributação e a evasão fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento, conquanto preveja tratamento diferenciado para várias modalidades de rendimentos, não inclui, dentre eles, a prestação de serviços técnicos. Assim, uma vez que a Convenção não fixou os conceitos de rendimentos e lucros a que alude, é necessário buscá-los na legislação interna.

Não há, na referida Convenção, tratamento especial para pagamento de serviços; portanto, aplica-se ao caso a tributação. Noutro dizer, se os valores remetidos pela autora às empresas estrangeiras não se enquadrarem em alguma categoria específica referida pela convenção, serão tributáveis no Brasil. Precedentes desta Corte Regional. Portanto, inafastável, *in casu,* a retenção na fonte do imposto de renda sobre as remessas de valores relativos à remuneração de serviços técnicos, como quer a impetrante.

Noutro eito, quanto a necessidade de expressa manifestação de dispositivos constitucionais e/ou infraconstitucionais apontados pela embargante, filio-me ao entendimento do C. STJ, no sentido de que "*quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia é desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes*" (*STJ, AgRg-AREsp 717.080/RS, DJe 18/08/2015; STJ, Edcl-Edcl-RMS 23914/ES, DJe 17/03/2015*).

O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, sendo imprescindível apenas que no aresto recorrido a tese tenha sido discutida, mesmo que suscitada em embargos de declaração (*STJ, AgRg-AREsp 692.980/RJ, DJe 16/06/2015*).

Os efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deverá lançar mão do recurso próprio.

Embargos de declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a QUARTA TURMA ESPECIALIZADA do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Desembargador FERREIRA NEVES, que fica fazendo parte integrante presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2004.50.01.011827-6

Nº CNJ	:	0011827-09.2004.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	GIUCAFÉ EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	PAULO CÉSAR CAETANO E OUTRO
REMETENTE	:	JUÍZO DA 2A VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200450010118276)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	:	GIUCAFÉ EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. E OUTRO

EMBARGADA : UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
AC. EMBARGADO : FLS. 288/289

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO DE FATO. ART. 124, I, CTN. INEXSITÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. DECISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. INDEPENDÊNCIA. AUTUAÇÃO FISCAL MANTIDA. OMISSÃO NÃO VERIFICADA NO *DECISUM.* EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. Os embargos de declaração prestam-se, exclusivamente, para sanar omissão, obscuridade ou contradição, de modo a integrar o *decisum* recorrido, *ex vi* do disposto no art. 1.022, do NCPC e, ainda, para a correção de inexatidões materiais.
2. No caso, da leitura do v. acórdão atacado e do respectivo voto condutor, verifica-se que as questões pertinentes ao exame da controvérsia foram devidamente analisadas, de acordo com os elementos existentes nos autos, não se vislumbrando, na espécie, omissão ou qualquer outro vício no *decisum* recorrido que justifique o acolhimento dos aclaratórios.
3. O v. *decisum* impugnado concluiu de forma clara, coerente, fundamentada que e em consonância com as decisões proferidas nos recursos administrativos nºs 36202.001462/2004-57 e 36202.003692/2003-70, relativos, respectivamente, aos Autos de Infração nºs 35.538.287-3 e 35.538.286-5, que restou caracterizada a existência de grupo econômico de fato entre as embargantes e J. D. Comissária de Café LTDA., eis que configurado forte vínculo entre as mesmas, o que enseja o reconhecimento da responsabilidade solidária das recorrentes pelos débitos constantes dos autos de infração referenciados, não tendo as ora embargantes apresentado qualquer elemento que pudesse afastar a presunção de legalidade dos autos de infração, bem como as considerações constantes dos recursos administrativos mencionados; que o fato de terem sido proferidas decisões conflitantes em sede administrativa - eis que, na impugnação oposta em face das Notificações Fiscais de Lançamento de Débito nºs 0035.538.284-9 e 0035.538.285-7 a Administração Tributária desconsiderou, por maioria, a existência de grupo econômico - não tem o condão de vincular a análise feita pelo Poder Judiciário, haja vista a independência existente entre as instâncias administrativa e judicial; que, no caso, há indícios da formação de grupo econômico de fato, que se caracteriza quando duas ou mais empresas estão sob a direção, o controle ou a administração de outra, compondo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, ainda que cada uma delas tenha personalidade jurídica própria; que nesses casos, as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes da legislação previdenciária, nos termos do art. 30, inciso IX, da Lei nº 8.212/91 e da norma do art. 124, I, do CTN.
4. Consoante entendimento do E. STJ, manifestado sob a égide do Novo Código de Processo Civil, o julgador não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pela parte, quando encontre motivo suficiente para proferir sua decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. Precedente: EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016.
5. Os embargos de declaração, ainda que opostos com o fim de prequestionamento da matéria, devem observância aos requisitos previstos do art. 1.022 do NCPC (obscuridade, contradição, omissão), não sendo recurso hábil ao reexame da causa, como pretendem as embargantes.
6. Ademais, segundo o Novo Código de Processo Civil (art. 1.025), um dos efeitos do julgamento dos embargos de declaração é o prequestionamento ficto, segundo o qual, serão considerados *"incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existente erro, omissão, contradição ou obscuridade"*. Sendo assim, pela sistemática do art. 1.025 do NCPC, a simples oposição de embargos de declaração é suficiente ao prequestionamento da matéria constitucional e legal suscitada pela embargante, possibilitando o acesso aos vias recursais superiores. (Precedente desta E. Quarta Turma Especializada: TRF da 2ª Região. EF nº 201402010023519. Decisão de 25/10/2016, disponibilizada em 07/11/2016. Relatora Desembargadora Federal Leticia Mello).
7. Embargos declaratórios conhecidos e desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do Relatório e Voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.10.004794-5

Nº CNJ	:	0004794-53.2009.4.02.5110
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCURADOR	:	MARCELO DE ANDRADE FAUSTINO
REMETENTE	:	JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200951100047945)

E M E N T A

MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÕES CONSIDERADAS NÃO DECLARADAS. MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. DESCABIMENTO. RECURSO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 9.784/1999. PRAZO DE DEZ DIAS. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA NA ESPÉCIE. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA PROVIDAS

1. Com a edição da Lei n.º 10.637/2002, que deu nova redação ao art. 74, §2º, da Lei n.º 9.430/96, a compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

2. Na hipótese de não homologação, é cabível a apresentação de manifestação de inconformidade e recurso ao Conselho de Contribuintes, instrumentos hábeis à suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto pendentes de julgamento definitivo, nos termos do art. 151, III, do CTN.

3. No caso em questão, no entanto, o despacho decisório de fls. 61 aprovou o Parecer EQMACO nº 015/2009 e considerou não declaradas as compensações autuadas no Processo Administrativo nº 13746.001469/2008-50, pela impossibilidade de restituição ou ressarcimento do crédito pleiteado, em razão da decadência. Assim, em se tratando de hipótese de compensações não declaradas, cujos créditos foram indeferidos pela autoridade competente, as decisões não se sujeitam à manifestação de inconformidade. (Precedentes do STJ).

4. Não obstante, a inadmissibilidade da manifestação de inconformidade não gera inconstitucionalidade, desde que ao contribuinte seja assegurada a interposição de recuso administrativo.

5. A Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, prevê, em seu art. 56, *caput* e §1º, que *"das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito"* e que *"o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior".*

6. Na presente hipótese, ao Município apelado foi facultada a interposição do Recurso Hierárquico à Superintendência da Receita Federal da 7ª Região Fiscal, que foi interposto em 1º/07/2009 (fls. 62-64). No entanto, ao interpor o referido recurso, o recorrente não observou o prazo legal previsto no art. 59 da Lei nº 9.784/99, segundo o qual, *"salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida".*

7. O recorrido tomou conhecimento do Parecer EQMACO nº 015/2009 em 09/06/2009, interpondo o recurso apenas em 01/07/2009, fora do prazo estabelecido no art. 59 da Lei nº 9.784/99, razão pela qual foi o mesmo inadmitido por intempestividade.

8. Portanto, à vista dos documentos carreados aos autos, verifica-se que não há ilegalidade ou abuso de poder no ato que inadmitiu o recurso interposto pelo apelado, eis que proferido com a observância das normas aplicáveis à espécie, não havendo que se falar em desrespeito ao princípios do contraditório e da ampla defesa, tampouco em violação ao princípio da segurança jurídica, razão pela qual deve ser reformada a r. sentença de primeiro grau que determinou o prosseguimento e a análise do recurso ("manifestação de inconformidade") apresentado pelo impetrante no Processo Administrativo nº 13746.001469/2008-50.

9. Apelação e remessa necessária providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÕES CONSIDERADAS NÃO DECLARADAS. MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. DESCABIMENTO. RECURSO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 9.784/1999. PRAZO DE DEZ DIAS. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA NA ESPÉCIE. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA PROVIDAS

1. Com a edição da Lei n.º 10.637/2002, que deu nova redação ao art. 74, §2º, da Lei n.º 9.430/96, a compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.
2. Na hipótese de não homologação, é cabível a apresentação de manifestação de inconformidade e recurso ao Conselho de Contribuintes, instrumentos hábeis à suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto pendentes de julgamento definitivo, nos termos do art. 151, III, do CTN.
3. No caso em questão, no entanto, o despacho decisório de fls. 61 aprovou o Parecer EQMACO nº 015/2009 e considerou não declaradas as compensações autuadas no Processo Administrativo nº 13746.001469/2008-50, pela impossibilidade de restituição ou ressarcimento do crédito pleiteado, em razão da decadência. Assim, em se tratando de hipótese de compensações não declaradas, cujos créditos foram indeferidos pela autoridade competente, as decisões não se sujeitam à manifestação de inconformidade. (Precedentes do STJ).
4. Não obstante, a inadmissibilidade da manifestação de inconformidade não gera inconstitucionalidade, desde que ao contribuinte seja assegurada a interposição de recuso administrativo.
5. A Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, prevê, em seu art. 56, *caput* e §1º, que *"das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito"* e que *"o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior".*
6. No presente hipótese, ao Município apelado foi facultada a interposição do Recurso Hierárquico à Superintendência da Receita Federal da 7ª Região Fiscal, que foi interposto em 01/07/2009 (fls. 62-64). No entanto, ao interpor o referido recurso, o recorrente não observou o prazo legal previsto no art. 59 da Lei nº 9.784/99, segundo o qual, *"salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida".*
7. O recorrido tomou conhecimento do Parecer EQMACO nº 015/2009 em 09/06/2009, interpondo o recurso apenas em 01/07/2009, fora do prazo estabelecido no art. 59 da Lei nº 9.784/99, razão pela qual foi o mesmo inadmitido pela intempestividade.
8. Portanto, à vista dos documentos carreados aos autos, verifica-se que não há ilegalidade ou abuso de poder no ato que inadmitiu o recurso interposto pelo apelado, eis que proferido com a observância das normas aplicáveis à espécie, não havendo que se falar em desrespeito ao princípios do contraditório e da ampla defesa, tampouco em violação ao princípio da segurança jurídica, razão pela qual deve ser reformada a r. sentença de primeiro grau que determinou o prosseguimento e a análise do recurso ("manifestação de inconformidade") apresentado pelo impetrante no Processo Administrativo nº 13746.001469/2008-50.
9. Apelação e remessa necessária providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.532797-3

Nº CNJ	:	0532797-32.2002.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	GARCEZ MOVEIS E DECORACOES LTDA ME
ADVOGADO	:	SEVERIANO DE FRANCA MEDEIROS FILHO E OUTROS
ORIGEM	:	NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251015327973)

E M E N T A

EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. SUSPENSÃO NA FORMA DO ART.40 DA LEI Nº 6.830/80. ARQUIVAMENTO. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS.

DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face METALFLEX GARCEZ MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA ME, com fundamento no art. 219, §5º, do CPC, c/c art.1º da Lei nº 6.830/80, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança.

2. A exequente/apelante alega, em síntese, que a sentença recorrida deve ser reformada, uma vez que, no caso dos presentes autos, não se pode imputar à recorrente culpa pela paralisação do feito, bem como não está demonstrada a inércia da Fazenda Nacional. Aduz, ainda, que *"os pagamentos espontâneos, embora não estejam previstos em lei como causas de suspensão, podem ser considerados como tal por analogia. O uso da analogia em Direito Tributário pode ser considerado aqui, por tratar-se de situação excepcional, onde há risco de perda do crédito público."*

3. Trata-se de crédito exequendo referente ao período de apuração ano base/exercício de 1997/1998, com vencimento entre 10/07/97 e 12/01/98 (fls.04-08). A ação foi ajuizada em 26/09/2002 (fl.02), e o despacho citatório foi proferido em 29/01/2003 (fl.09). Em 13/03/2003 (fl.13), diante da citação negativa, o D.Juízo *a quo* suspendeu a execução, nos temos do art.40 da Lei nº 6.830/80, com intimação da Fazenda Nacional em 09/06/2003 (fl.14). Verifica-se que a executada voluntariamente compareceu aos autos, em 15/05/2006 (fls.60-61), efetivando a citação, e interrompendo o fluxo do prazo prescricional, que retroagiu à data da propositura da ação. Em 08/08/2007, o D.Juízo *a quo* determinou o arquivamento dos autos, com intimação da Fazenda Nacional, em 29/08/2007 (fl.75).

4. Em 09/10/2012 (fls.103-105), os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença. Da data da citação, em 15/05/2006 (fls.60-61), até a data da prolação da sentença, em 09/10/2012 (fls.103-105), transcorreram mais de 6 (seis) anos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudessem satisfazer o crédito executivo, tampouco a perspectiva de se atingir o patrimônio do devedor nesse lapso temporal.

5. Em que pese tenham havido vários requerimentos da Fazenda Nacional (fls. 16, 29, 34-36, 72, 97-98), inclusive, alguns deles, após o feito executivo ter sido suspenso em 13/03/2003, com intimação da Fazenda Nacional em 09/06/2003, nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de se localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito. Ademais, da data do arquivamento, em 08/08/2007 (fl.75), até a data da prolação da sentença, em 09/10/2012 (fls.103-105), persistiu a situação fática da inércia do credor em informar outros bens que pudessem sanar a presente dívida executiva.

6. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.

7. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.

8. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.

9. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

10. Não prospera, também, a alegação de que os pagamentos espontâneos feitos pela executada, devam ser considerados, por analogia aos parcelamentos, como causa suspensiva do prazo prescricional. O STJ já decidiu, no sentido de que os referidos parcelamentos, não possuem o condão de influenciar na contagem do prazo prescricional.

11. Valor da Execução Fiscal: R$ 7.243,12 (fl.02)

12. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO CIVEL 2005.51.01.013065-9

Nº CNJ	:	0013065-20.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	:	GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO E OUTROS
APELADO	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200551010130659)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO DE TRIBUTO. PAGAMENTO POR MEIO DE CHEQUES. COMPROVAÇÃO INEXISTENTE. ART.162, I, §2º, DO CTN. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA OBJETIVA DO CONTRIBUINTE. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Cuida-se de apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedentes os pedidos da parte autora, que objetivavam a declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes, visando afastar a obrigação de recolhimento dos créditos tributários consubstanciados nos Procedimentos Administrativos nºs 10730.004210/2004-18 e 10730.004147/2004-10, bem como a anulação dos créditos constituídos por meio desses processos.
2. A controvérsia existente no presente caso diz respeito à validade dos pagamentos de DARF's, efetuados pela apelante por meio de três cheques, cujos valores foram debitados em sua conta-corrente, não havendo confirmação da arrecadação nos registros eletrônicos da Receita Federal.
3. A apelante alega que calculou o IRRF, o IRPJ e a CSLL por ela devidos, relativos aos períodos-base de junho, agosto e setembro de 2003, e emitiu três cheques do Banco HSBC BANK BRASIL S/A, no qual possuía conta-corrente, nominativos à Receita Federal, para o pagamento dos respectivos Documentos de Arrecadação de Receita Federal (DARF's); que os aludidos pagamentos foram tempestivamente realizados em agência bancária do então Banco BANERJ S/A (atual Banco Itaú S/A), que na ocasião figurava como Agente Arrecadador da Receita Federal. Sustenta que os cheques atendiam os requisitos legais e os valores neles expressos foram debitados de sua conta; que, no entanto, em 07/03/2005, foi surpreendida pelo recebimento de duas notificações da Secretaria de Receita Federal do Brasil - SRFB para que promovesse o recolhimento dos débitos dos referidos tributos, com os acréscimos de juros de mora e multa, sendo que nas notificações constava a informação de que o Banco BANERJ S/A não havia reconhecido os pagamentos mediante DARF's em seus registros originais; que há comprovação nos autos da quitação dos referidos tributos, não havendo motivos para que lhe seja exigido novo recolhimento, tendo em vista que o não repasse dos valores pelo Banco BANERJ S/A à Receita Federal não pode invalidar o pagamento efetuado.
4. Não obstante o alegado, consta dos autos que a Delegacia Especial de Instituições Financeiras no Rio de Janeiro (DEINF) realizou auditoria bancária junto ao Banco BANERJ S/A, cuja conclusão foi pelo não reconhecimento dos DARF's acostados às fls. 37-41, diante da constatação de que as autenticações apostas nos mesmos não conferiam com os registros originais daquela instituição bancária (fls. 124-129). Por sua vez, consultando-se os documentos de fls. 198/199, 224/225 e, mais especificamente, o de fls. 227 (Ofício nº 014/2009, datado de 18/06/2009, do Banco do Brasil, dirigido ao Juízo da 3ª Vara Federal de Niterói) verifica-se que os valores dos cheques relativos aos DARF's de fls. 41 foram processados a crédito da empresa ASSISTANCE ASSESSORIA COMERCIAL ESPECIALIZADA, CNPJ 02.430.334/0001-20. No referido ofício, são ainda solicitados outros dados para identificação do destino dos valores constantes dos demais DARF'S.
5. No caso, não há nos autos prova da quitação dos tributos, tampouco de que os valores constantes dos referidos DARF's ingressaram em conta do Tesouro Nacional, não havendo como se reconhecer a extinção dos créditos pelo pagamento, como requerido pela recorrente.
6. Ademais, a responsabilidade objetiva do contribuinte pelo adimplemento da obrigação tributária decorre do disposto no art. 162, I, §2º, segundo o qual, o crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado, não sendo suficiente a simples emissão nominativa do documento (Precedente do TRF da 3ª Região).
7. Como bem ressaltado pelo Ministério Público Federal em seu parecer, *"(...)as provas constantes dos autos conduzem à conclusão de que os valores não foram destinados ao Tesouro Nacional, como a própria autora admite, não tendo ocorrido, portanto, pagamento dos tributos devidos".*
8. *In casu*, não há como prosperar a pretensão recursal, devendo ser mantida a r. sentença recorrida.
9. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - REMESSA EX OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2005.51.01.007905-8

Nº CNJ	:	0007905-14.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
PARTE AUTORA	:	MARINE PRODUCTION SYSTEMS LTDA
ADVOGADO	:	TATIANA SIMÕES DOS SANTOS E OUTROS
PARTE RÉ	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:	JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE NITERÓI-RJ
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200551010079058)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. AÇÃO CAUTELAR. DEPÓSITO JUDICIAL. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES. *PERICULUM IN MORA* E *FUMUS BONI IURIS*. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ART. 151, II, DO CTN. EXPEDIÇÃO DE CPDEF. EFEITOS NEGATIVOS DA MORA DO PROVIMENTO DE MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL AFASTADOS. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA.
1. Cuida-se de remessa necessária de sentença que julgou procedente o pedido de depósito judicial dos valores correspondentes aos créditos tributários constantes dos Procedimentos Administrativos nºs 10730.004210/2004-18 e 10730.00414-10 (objeto da ação ordinária nº 2005.51.01.013065-9, em apenso), suspendendo a exigibilidade dos mesmos e determinando a expedição de certidão de regularidade fiscal.
2. O depósito judicial previsto no art. 151, II, do CTN é direito subjetivo do contribuinte e quando realizado no valor correspondente ao montante integral da dívida, suspende a exigibilidade do crédito tributário e possibilita a expedição de Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPDEN).
3. Na hipótese em exame, estão presentes os pressupostos autorizadores do deferimento da medida cautelar (*periculum in mora* e o *fumus boni iuris*) que tem por finalidade evitar as consequências negativas da mora até o julgamento da ação principal.
4. O depósito pretendido pela requerente foi efetuado nos termos exigidos pela lei, não tendo a Fazenda Nacional interposto recurso contra a sentença remetida, que deve ser mantida por seus próprios fundamentos, assegurando-se à empresa requerente a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, até o julgamento final da ação ordinária nº 2005.51.01.007905-8, bem como a expedição de CPDEN, desde que não hajam outros débitos fiscais que a impeçam.
5. Remessa necessária desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017(data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1985.51.01.733856-1

Nº CNJ	:	0733856-67.1985.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	FOTOLITO BENE LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0007338562)

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. SUSPENSÃO NA FORMA DO ART.40 DA LEI Nº 6.830/80. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face FOTOLITO BENE LTDA, na forma do art. 269, IV, do CPC, pelo decreto de prescrição intercorrente, tal como autorizado pelo art.40, §4º, da Lei nº 6.830/30, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança.
2. A exequente/apelante alega, em síntese, que, por falha do cartório judiciário, que não deu o correto cumprimento ao comando expresso pelo magistrado *a quo*, a Fazenda Nacional foi impedida de abertura de vista dos autos para análise do andamento processual, bem como reforça o entendimento de que a ausência de intimação implicaria em ofensa ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, à vista da grave consequência que pode advir, qual seja, a extinção do feito em razão do decurso do prazo prescricional. Aduz, também, que deve ser aplicado ao caso, a inteligência da Súmula 106 STJ, uma vez que houve omissão, inércia ou negligência na condução da Fazenda Nacional quanto ao andamento da execução, visto que a paralisação temporária da movimentação deste executivo fiscal foi de culpa única e exclusiva dos mecanismos judiciários, sendo um despropósito lhe atribuir culpa, sobretudo por que não deu causa para tal.
3. Trata-se de crédito referente ao período de apuração ano base/exercício de 1982/1983, com vencimento entre 03/1982 e 08/1983 (fls.04-08), constituído por notificação ao contribuinte em 14/07/1983 (fl.04). A ação foi ajuizada em 03/12/1985 (fl.02), e o despacho citatório proferido em 06/12/1985 (fl.02). Verifica-se que, após a primeira tentativa frustrada de citação (fl.12-v), a exequente requereu a citação em desfavor dos sócios da executada em 12/05/1988 (fl.21), que, deferida, resultou positiva, em 18/07/1989 (fl.27).
4. Em 27/06/1995 foi efetuada a penhora sobre o direito de uso da linha telefônica pertencente à executada (fl.50 e 50-v), no entanto, tal penhora foi desconstituída, tendo em vista tal bem já ter sido arrematado em outra execução fiscal (fl.73). Intimada, a União devolveu os autos sem manifestação (fl.75).
5. Da data em que a União tomou ciência de que a linha telefônica penhorada já havia sido arrematada,16/03/1998 (fl.74-v), até a data da prolação da sentença, em 04/02/2013 (fls.93-94), transcorreram quase 15 (quinze) anos, sem que houvessem sido localizados outros bens sobre os quais pudesse recair a penhora.
6. Em que pese tenha havido vários requerimentos da exequente (fls. 75, 77, 87-89), inclusive, alguns em data posterior ao feito executivo ter sido suspenso, em 25/04/2000 (fl.78), a pedido da Fazenda Nacional em 21/03/2000 (fl.76-v) , nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito executivo.
7. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.
8. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.
9. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.
10. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.
11. Valor da execução fiscal em 06/12/1985: Cr$ 6.531.746 (fl.24).
12. Valor atualizado em 01/07/1996: R$ 15.073,91 (fl.58).
13. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO CÍVEL 617680 1999.51.01.039964-6

Nº CNJ	:	0039964-65.1999.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	PACARD INFORMÁTICA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900399641)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. PRESCRIÇÃO. DESPACHO CITATÓRIO ANTERIOR À LC 118/2005. INÉRCIA DA EXEQUENTE. INOCORRÊNCIA DA CITAÇÃO ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. CTN, ART. 174, INCISO I C/C ART. 156, INCISO V C/C ART. 113, §1º. TRANSCORRIDOS MAIS DE CINCO ANOS ININTERRUPTOS DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO DESPROVIDAS.

1. Trata-se de remessa necessária, que entendo existente, e de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença prolatada nos autos da presente Execução Fiscal, proposta em face de PACARD INFORMÁTICA e outros, que julgou extinto o processo em razão da prescrição do crédito em cobrança, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC/1973 c/c art. 40, §4º da LEF (fls. 54/55). A exequente/apelante alega (fls. 56/64), em síntese, que não há que cogitar a prescrição na hipótese, uma vez que não houve inércia da exequente. Sustenta, ainda, que a sistemática do art. 40 e seus parágrafos da LEF não foi aplicada corretamente, e que as formalidades exigidas pela Lei não foram observadas.

2. Como cediço, o prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreu várias modificações em razão de sua natureza jurídica. Com efeito, por força da Constituição da República de 1988, as contribuições voltaram a possuir natureza jurídica de tributo (artigo 149 e artigo 195), aplicando-se-lhes, novamente, as disposições do CTN, concernentes aos prazos decadencial e prescricional. Destarte, quanto aos créditos com fatos geradores posteriores à entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, prevalece o prazo quinquenal, previsto no Código Tributário Nacional, para a constituição e para a cobrança dos créditos decorrentes das contribuições destinadas à seguridade Social.

3. Na hipótese, observa-se que se trata de crédito exequendo relativo a contribuições previdenciárias, referentes aos períodos de apuração ano base/exercício de 1996/1997 e 1993/1998, constituídos em 31/10/1998 (fl. 09) e 19/11/1998 (fl. 17), respectivamente. Assim, ambos os créditos se consolidaram após a promulgação da Constituição Federal da República de 1988. A ação foi ajuizada em 01/03/1999 e o despacho citatório proferido em 22/03/1999 (fl. 21). Verifica-se que, diante das tentativas frustradas de citação (fls. 24; 27 e 29-v), e em razão da impossibilidade de se localizar a executada e seus representantes legais, o d. Juízo a quo determinou a suspensão do processo, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, em 20/02/2001 (fl. 30), com intimação da Fazenda Nacional em 08/03/2001 (fl. 30-v). Somente em 15/10/2008, após transcorridos mais de 07 anos ininterruptos sem que a Fazenda Nacional atuasse positivamente no feito, e após o transcurso de mais de 05 anos da constituição definitiva do crédito em cobrança, a exequente voltou a se manifestar no feito executivo (fl. 38). Intimada a se manifestar (fl. 37-v), a União requereu a expedição de novo mandado de citação dos co-responsáveis (fl. 38), sendo deferido pelo Juízo monocrático (fl. 48). Entretanto, antes que fosse cumprida a determinação, novamente intimada para se manifestar acerca do prazo prescricional previsto no art. 40 da LEF (fl. 53), a exequente alegou inexistir nos autos despacho de arquivamento ou suspensão nos termos do referido artigo (fl. 53-v). Em 06/11/2013, ainda sem que houvesse sido efetivada a citação, os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença (fls. 54/55).

4. O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (RESP nº 1120295/SP) firmou entendimento no sentido de que, em execução fiscal, a citação válida ou o despacho citatório, dependendo do caso, interrompe a prescrição e essa interrupção retroage à data da propositura da ação, salvo, segundo a Corte, se houver inércia da exequente entre a data do ajuizamento e a efetiva citação (AgRg no REsp 1237730/PR).

5. No caso em análise é, pois, inegável a inércia da Fazenda em promover a citação antes do decurso do prazo prescricional quinquenal, contado desde a data da constituição do crédito até a prolação da sentença extintiva. É ônus da exequente informar corretamente o local onde o executado pode ser encontrado para receber a citação, assim como a localização dos bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo prescricional.

6. Nos termos dos arts. 156, inciso V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu pronunciamento *ex officio*, a qualquer tempo e grau de jurisdição.

7. Valor da Execução Fiscal em 17/11/1998: R$181.510,64 (fl. 03).

8. Remessa necessária e apelação desprovidas.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à remessa necessária e à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000097

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0545682-44.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.545682-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/11/2015 09:03
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FELIPE CAMARGO JUNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0545682-44.2003.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0545682-44.2003.4.02.5101 (2003.51.01.545682-0)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: FELIPE CAMARGO JUNIOR
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0509944-53.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.509944-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/11/2015 08:55
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FABRICIO MENEZES RAPOSO RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0509944-53.2007.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0509944-53.2007.4.02.5101 (2007.51.01.509944-5)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: FABRICIO MENEZES RAPOSO RODRIGUES
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

BOLETIM: 2017000104

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0116282-64.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.116282-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 25/10/2016 16:57
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: DUARTE PINHEIRO E NESI ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: OSWALDO DUARTE DE SOUZA
ADVOGADO: MARIA DE OLIVEIRA DUARTE
ADVOGADO: RENATA SILVA PINHEIRO CONCEICAO
ADVOGADO: CLAUDIA NESI LOPES
ADVOGADO: VIVIANE SOARES DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0116282-64.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE
:
DUARTE PINHEIRO E NESI ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO
:
OSWALDO DUARTE DE SOUZA, MARIA DE OLIVEIRA DUARTE, RENATA SILVA PINHEIRO CONCEICAO, CLAUDIA NESI LOPES, VIVIANE SOARES DA SILVA
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (01162826420144025101)
DESPACHO
Nos termos do artigo 1.023, § 2º, do CPC, intime-se DUARTE PINHEIRO E NESI ADVOGADOS ASSOCIADOS para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração opostos pela FAZENDA NACIONAL, no prazo de cinco dias.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ ANTONIO SOARES
Desembargador Federal
(T215536)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0004918-93.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.004918-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 10/05/2016 13:58
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: ELIAS GOMES
ADVOGADO: JOSE CARLOS AUDIFACE DE BRITO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0119624-20.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR
:

LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE
:
ELIAS GOMES
ADVOGADO
:
JOSE CARLOS AUDIFACE DE BRITO
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (01196242020134025101)
DESPACHO

Em petição protocolada em 06.03.2017 Elias Gomes; por seu advogado nos autos do agravo em que contende com a União Federal, tendo sido provido o recurso para desbloqueio da quantia ate 40 salários mínimos, requer que este Relator oficie ao Banco Itaú para cumprir o julgado.

Considerando que o acórdão julgado na sessão de 07.02.2017, por unanimidade, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pelo ora requerente, determinando o desbloqueio dos valores penhorados em sua conta bancária até o limite de quarenta salários mínimos (ciência da Fazenda Nacional em 13.03.2017), oficie-se para que o Juízo da 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ dê cumprimento à decisão desta Turma Especializada (exegese do artigo 516, inciso II, do CPC).

Transcorrido os prazos processuais ordinários, certifique-se o trânsito e baixem-se os autos, observados os procedimentos de praxe.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ ANTONIO SOARES
Desembargador Federal
(T215536)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0006654-49.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006654-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 27/06/2016 12:44
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
PARTE RÉ: MARIA ANGELA CAMPELO INOJOSA DE ANDRADE
PARTE RÉ: GASTÃO WAGNER
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
Originário: 0100972-81.1992.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
RELATOR
:
LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE
:
CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO
:
RICARDO GOMES DE MENDONCA
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL E OUTROS
ADVOGADO
:

Procurador da Fazenda Nacional, RICARDO GOMES DE MENDONCA
ORIGEM
:
02ª Vara Federal de Campos (01009728119924025103)
Decisão

Trata-se de pedido de reconsideração (fls. 89/90) interposto pela CIA USINA DO OUTEIRO, em face da decisão proferida às fls. 86/87, que não conheceu do agravo de instrumento, nos termos do art. 932, III, do CPC, por entender que houve duplicidade de recursos.

De fato, assiste razão ao agravante. A decisão agravada objeto do presente agravo de instrumento foi proferida no executivo fiscal nº 92.0100972-0, enquanto que o agravo de nº 0006655-34.2016.4.02.0000, mencionado na decisão às fls. 86/87, se opôs à decisão proferida no executivo fiscal de nº 92.0100970-4, conforme se constata das respectivas petições de agravo e suas peças.

Sendo assim, passo à análise do agravo.

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por CIA. USINA DO OUTEIRO, em face da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da execução fiscal de n.º 92.0100972-0, que rejeitou a exceção de pré-executividade, por entender não ter havido o curso do lapso prescricional.

Esclarece que o Juízo a quo deixou de declarar a prescrição sob duas premissas: primeiro, que houve recurso administrativo e que seu julgamento definitivo seria o marco inicial do lapso prescricional; segundo, que a data da propositura da ação executiva fiscal seria o marco interruptivo do prazo prescricional, por entender que a demora na citação teria se dado em virtude de "mecanismos do Judiciário".

Informa que houve recurso de ofício no processo administrativo, sendo aquele apresentado pela própria autoridade administrativa.

Afirma que é a impugnação ou o recurso administrativo ofertado pelo sujeito passivo, não uma mera "decisão" administrativa, que suspende a exigibilidade do crédito tributário, muito menos ainda, um recurso de ofício, posto que um ato administrativo unilateral nestes moldes não tem o condão de suspender o fluxo do prazo prescricional.

Aduz que a obrigação tributária em questão foi exigida da agravante pela notificação em 02/07/1987, isto sem qualquer ressalva, a não ser a possibilidade de a agravante apresentar defesa, o que, na hipótese vertente, não ocorreu.

Alega a data da exigência contida na referida notificação é, sem sombra de dúvida, o marco inicial pra a fluência do prazo prescricional, sendo que qualquer outra interpretação esbarraria na finalidade precípua do instituto da prescrição, que é a de resguardar a segurança jurídica.

Ressalta não ser plausível que a agravada possa burlar a própria essência do instituto da prescrição, criando embaraços ao desfecho da controvérsia administrativa, mediante a interposição de recursos de ofício.

Salienta também que, ao tomar a data da propositura da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, a decisão agravada terminou por afastar a incidência da norma tributária específica suscitada pela agravante, qual seja: artigo 174, do CTN, em sua redação primitiva; sem, todavia, justificar os critérios que a tanto a conduziu, nem indicar as razões para obstar sua aplicação, a representar inobservância do comando do § 2º, do, do artigo 489, do Novo CPC.

Assevera que essa opção se afigura mais incompreensível ainda quando se sabe que a dívida tem nítida natureza tributária, a atrair, pois, a aplicação das regras integrantes do Estatuto Tributário Nacional, e que o seu artigo 174, em sua redação primitiva, vigente à época dos fatos em apreço, dispunha que a interrupção do lapso prescricional só ocorreria através da citação.

Destaca que demonstrou cabalmente, na forma do art. 333, II, do CPC/73 e do art. 373, I, do NCPC, o fato constitutivo de seu direito em ver declarada a prescrição, v. g. o transcurso do prazo quinquenal, enquanto que a agravada, por seu turno, não se desincumbiu de provar qualquer fato extintivo, modificativo ou impeditivo da ocorrência da prescrição.

Consigna à época da ocorrência da prescrição em 01/07/1992, considerada a data da constituição definitivamente do crédito indicada na própria CDA - 02/07/1987 –, o Código de Processo Civil preceituava que cumpria à parte autora promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a ordenar (§ 2° do art. 219), e mais, que, não sendo citada a parte ré, o Juiz prorrogaria o prazo até o máximo de 90 dias, desde que a parte o requeresse (§ 3° do art. 219), sendo esta a redação do Estatuto Processual Civil ao tempo da consumação da prescrição.

Sustenta houve verdadeira inação da exequente, aqui Agravada, sua inércia plenamente caracterizada, tal como aqui demonstrado, e, desta forma, outra via não há que não a de se reconhecer o perecimento do direito de agir.

Argumenta a antiga redação do artigo 174 do CTN, vigente ao tempo dos fatos em questão, definiu, de modo expresso, o marco interruptivo da prescrição como sendo o da citação, sendo inaplicável, portanto, as normas estipuladas na Lei Instrumental Civil, não só pelo princípio da hierarquia das leis, já que ambas têm o mesmo patamar, mas também em virtude da especialidade do Estatuto Tributário sobre a matéria.

Requer seja atribuído efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento para suspender a decisão agravada.

É o relato do necessário. Passo a decidir.

O artigo 1019, inciso I, 1ª parte do Código de Processo Civil permite ao relator do agravo de instrumento a atribuição de efeito suspensivo, caso estejam presentes a relevância da fundamentação e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação.

Desse modo, para se suspender os efeitos da decisão recorrida, mister que estejam configurados o fumus boni iuris e o periculum in mora.

Trata-se de ação executiva fiscal proposta pela Fazenda Nacional para cobrança de débitos tributários, inscritos em dívida ativa em nome de CIA. USINA DO OUTEIRO. Tendo sido oposta exceção de pré-executividade, o Juízo de origem a rejeitou, por entender não ter havido o transcurso do prazo prescricional.

A exceção de pré-executividade é instrumento destinado à defesa do executado, sempre que houver matéria de ordem pública, cognoscível de ofício, a impedir o prosseguimento da ação executiva.

O uso desse instrumento pressupõe que a matéria alegada seja evidenciada mediante simples análise da petição, não sendo admissível dilação probatória, que somente seria cabível em sede de embargos à execução, após seguro o Juízo.

O curso normal que traçou o legislador para a defesa judicial do executado passa ao largo da possibilidade de ilações desprendidas de contexto rígido, sem prazos próprios nem disciplina comum, o que só contribui para criar o caos na administração da justiça em detrimento da adequada tutela jurisdicional.

A jurisprudência encontrou um razoável consenso acerca dos motivos em que é cabível o manejo da via pretendida. Veja-se acórdão da lavra do Em. Min Luiz Fux, verbis:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. (LEI Nº 6.830/80. ART. 16, § 3º). EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGÜIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE. DESPACHO CITATÓRIO. ART. 8º, § 2º, DA LEI Nº 6.830/80. ART. 174, DO CTN. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA.

(...)

2. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva.

3. O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a argüição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, desde que não demande dilação probatória (exceção secundum eventus probationis).

4. Consectariamente, a veiculação da prescrição em exceção de pré-executividade é admissível. Precedentes (RESP 388000/RS; DJ DATA:18/03/2002, Relator Min. JOSÉ DELGADO; e RESP 537617/PR, DJ DATA:08/03/2004, Relator Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI).

5. Recurso Especial improvido.

(REsp 680776/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.02.2005, DJ 21.03.2005 p. 289).

No que se refere à prescrição, é sabido que o prazo prescricional de 5 anos é contado a partir da constituição definitiva do crédito, a teor do art. 174, caput, do CTN:

"a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva".

Na hipótese dos autos, observa-se que a constituição definitiva se deu com o julgamento final do processo administrativo que se deu em 05/1989, iniciando o curso do lapso prescricional que somente se esgotaria em 05/1994.

Nesse sentido, segundo o magistério de Leandro Paulsen1:

"Torna-se definitivo o lançamento quando o contribuinte, notificado, deixa de impugnar, intimado da decisão, deixa de recorrer ou é intimado da decisão final não mais sujeita a recurso. De tais termos é que se conta o prazo prescricional".

A teor do disposto no art. 42 do Decreto nº 70.235/72, são definitivas as decisões em âmbito administrativo:

I - de primeira instância esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.

II - de segunda instância de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem sua interposição;

III - de instância especial.

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

In casu, diferentemente do afirmado nas razões de agravo, o crédito tributário foi constituído em 05/1989, data da decisão definitiva no âmbito administrativo, considerada definitiva eis que não mais sujeita a recurso, seja ele voluntário ou de ofício. Considerando que a demanda foi proposta em 18/03/1992 e a citação da executada ocorreu em 11/02/1994, antes, portando, do decurso do prazo prescricional.

Assim, não se verifica a plausibilidade do direito alegado pelo agravante, um dos requisitos indispensáveis para a concessão da medida liminar, razão pela qual deixo de apreciar o periculum in mora, o qual, por si só, não é suficiente para a suspensão da decisão agravada.

Posto isso, dou seguimento ao agravo, exercendo reconsideração em relação à primeira decisão que não o conheceu e, desta forma, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO ao presente agravo de instrumento.

Intime-se a agravada para apresentar resposta no prazo de 15 dias, conforme artigo 1019, inciso II do CPC.

Dispensada a intervenção do Ministério Público Federal, consoante verbete n.º 189 da súmula do STJ.

Publique-se e intimem-se.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal

(T215472)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0006839-87.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006839-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 30/06/2016 14:13

Gabinete 11

Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: NIBRASA CONSTRUTORA LTDA

AGRAVADO: REINALDO DE CASTRO FILHO

ADVOGADO: RAPHAEL GOMES AMARAL

AGRAVADO: MARCIA MARIA DIMETRE FERNANDES ARRUDA

ADVOGADO: OSWALDO MONTEIRO RAMOS

AGRAVADO: GERALDO FERREIRA FERNANDES

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0510791-16.2011.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2a REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Nº 0006839-87.2016.4.02.0000 (2016.00.00.006839-0)

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL X NIBRASA CONSTRUTORA LTDA E OUTROS

Despacho

Em razão da possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, apresente a parte embargada as contrarrazões.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

LUIZ ANTONIO SOARES

DESEMBARGADOR FEDERAL

RELATOR

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0008071-37.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008071-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 29/07/2016 17:20

Gabinete 11

Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE: ELIANA PINTO ESTEVES

AGRAVANTE: ERNESTO PINHEIRO

AGRAVANTE: EULER MOREIRA DA SILVEIRA

AGRAVANTE: JOSÉ AMARO

AGRAVANTE: ROMERO DE JESUS FREIRE SILVA

ADVOGADO: GARY DE OLIVEIRA BON ALI

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0029137-53.2003.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2a REGIÃO
Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Nº 0008071-37.2016.4.02.0000 (2016.00.00.008071-7)
ELIANA PINTO ESTEVES E OUTROS X UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Intime-se a agravante para que junte aos autos virtuais as peças indispensáveis para a compreensão da lide, conforme salientado pela União Federal em suas contrarrazões recursais, de modo a instruir o presente agravo de instrumento, nos termos dos artigos 1.017, §3º c/c 932, parágrafo único do CPC/15.

Após, retornem os autos à União Federal para apresentação de novas contrarrazões, caso entenda conveniente.

Por fim, devolvam os autos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)
LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0013206-30.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013206-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 20/12/2016 15:10
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CABO FRIO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO - RJ
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0173683-29.2016.4.02.5108 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pelo MUNICÍPIO DE CABO FRIO, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 18-22) proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0173683-29.2016.4.02.5108, por meio da qual o douto Juízo da 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia indeferiu a liminar pleiteada pelo autor, ora agravante, objetivando que a ora agravada realize o desbloqueio integral das verbas de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devidas ao Município de Cabo Frio – RJ, em detrimento do estado de calamidade pública financeira deflagrada; ou, alternativamente, seja determinado que a Ré mantenha o bloqueio somente no percentual limítrofe de 15%, em obediência ao art. 5º, § 4º, da Lei nº 9.639/98.

Conforme narrado na peça recursal:

"O Município de Cabo Frio distribuiu ação judicial ordinária com pedido de tutela de urgência no dia 07/12/2016 visando a tutela jurisdicional com escopo de viabilizar o desbloqueio das verbas de Fundo de Participação dos Municípios.

Insurgiu contra a retenção feita pela União Federal, nos repasses devidos ao Município de Cabo Frio a título de FPM, considerando, em síntese: o estado de calamidade financeira do Município; a impossibilidade de continuidade de prestação de serviços públicos essenciais em detrimento da falta de verba; os atrasos salariais, verba alimentar devida aos servidores municipais; os limites para retenção do FPM; a natureza da verba de repatriação dos municípios, que é recebida através do FPM; e da impossibilidade de aderir ao parcelamento do débito perante a União na via administrativa."

O agravante alega, em síntese, que o prolator da r. decisão recorrida deixou de ponderar os interesses envolvidos, bem como de apreciar os limites da retenção do FPM, nos moldes do § 4 do art. 5º da Lei 9.639/1998.

Argumenta, ainda, que "com relação à fundamentação do decisório no que tange a ausência de pedido administrativo de parcelamento do débito, sequer houve a abordagem do que dispõe o artigo 39 da Lei 12.865/13, eis que, conforme previsão legal, é imperioso que se faça o pagamento imediato de 20% do débito para que, então, seja apreciado o pedido de parcelamento em até 60 (sessenta) vezes. Ocorre que o Município de Cabo Frio não dispõe de tal numerário que corresponde aos 20% para dar como entrada ao pedido de parcelamento, razão pela qual restou impossível aderir ao referido parcelamento".

O agravante resume as razões do pedido de reforma da r. decisão guerreada no seguinte, in verbis:

a) os requisitos do artigo 300, CPC estão devidamente cumpridos, sendo imperiosa a concessão da tutela de urgência;

b) a situação peculiar de calamidade das finanças do Município de Cabo Frio exige um tratamento cauteloso e pormenorizado a respeito da ponderação dos interesses envolvidos;

c) as verbas tidas pela REPATRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS foram indevidamente submetidas à retenção, pois é repassada aos cofres públicos municipais através do FPM, mas em nada se confunde sua natureza jurídica com aquele recurso. Ou seja, não se aplica a exceção do art. 160, parágrafo único, inciso I da CF, à verba a título de repatriação dos municípios;

d) não foram obedecidos os limites impostos pelo art. art. 5º, § 4º, da Lei 9.639/1998;

e) a análise judicial quanto a viabilidade de parcelamento do débito independe de prévio requerimento na via administrativa, sendo certo que o requerimento não foi realizado diretamente à Fazenda Nacional por insuficiência do montante de 20% do débito, necessário para adesão ao parcelamento.

Ao final, formulou seu seus pedidos, verbis:

"Por todas as considerações relevadas, pede-se, em CARÁTER DE URGÊNCIA, seja conhecido e provido o presente Agravo de Instrumento, inaudita altera pars, a fim de reformar a decisão prolatada pela 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia, mormente o indeferimento da tutela de urgência, acolhendo-se este recurso para determinar que:

a) a União Federal realize o DESBLOQUEIO de R$ 2.844.155,91 (dois milhões oitocentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos) atinente a REPATRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS;

b) a União Federal realize o DESBLOQUEIO INTEGRAL das verbas de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devidas ao Município de Cabo Frio – RJ, em detrimento do estado de calamidade pública financeira deflagrada;

c) alternativamente, caso não provida a alínea "b", que a União Federal mantenha o bloqueio somente com relação à 15% (quinze por cento) da verba FPM, com respaldo nos limites fixados pelo art. 5º, § 4º, da Lei nº 9.639;

d) alternativamente, caso não providas as alíneas "b" ou "c", que este douto Tribunal Regional Federal autorize a submissão do débito perante à União Federal em virtude dos recolhimentos de PASEP ao parcelamento em 60 (sessenta) vezes, determinando o pagamento dos 20% de entrada (nos moldes do art. 39, II da Lei 12.865/13) com a verba retida do FPM, realizando, por consequência, o desbloqueio do remanescente.

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

Do r. decisum guerreado destaco, verbis:

"Pelo que se depreende da inicial e dos documentos carreados aos autos, às fls. 48/61, verifica-se a existência de dívidas, a título de PASEP, tal como admitido pelo próprio demandante na exordial, desde setembro de 2015.

Na hipótese dos autos, de certo, restou demonstrado que o Município está impedido de receber o repasse do Fundo de Participação dos Municípios por inadimplência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), conforme fls. 48/61.

Destarte, a teor da nova redação do art. 160, parágrafo único, inciso I, da CF/88 (EC nº 29/2000), é autorizado a União condicionar a entrega de recursos aos Municípios ao pagamento de seus créditos, bem assim os de suas autarquias. Portanto, sendo obrigatória a contribuição dos Municípios para o PASEP e encontrando-se este inadimplente, configura-se legítima a retenção da aludida contribuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM pela Ré.

Quanto à alegada inobservância ao limite de retenção, no percentual de 15%, previsto no §4º, do art. 5º da Lei 9.639/98, não vislumbro, de igual forma, qualquer irregularidade por parte da Ré. Isso porque o Município restringiu-se a meras alegações, vez que não juntou aos autos qualquer documento hábil a comprovar que tenha efetuado, junto à União, pedido de eventual acordo para pagamento, que pudesse justificar a retenção do fundo em 15%, conforme disposto em lei.

Abaixo, transcrevo precedentes dos Tribunais Superiores acerca do tema:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO PELO MUNICÍPIO. RETENÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PELA UNIÃO. POSSIBILIDADE. ART. 160, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DA CF. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. AGRAVO IMPROVIDO. I - A ausência de recolhimento da contribuição para o PASEP pelos Estados, Distrito Federal e Municípios autoriza a União, nos termos do art. 160, parágrafo único, I, da Constituição, a reter cotas do Fundo de Participação daqueles entes federados até que eles comprovem a quitação do débito. Precedentes. II - Desnecessidade

de prévia constituição do crédito tributário da União como requisito para bloquear os repasses devidos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, na forma do art. 160 da CF. Precedentes. III - Agravo regimental improvido.

(RE-AgR 589105, RICARDO LEWANDOWSKI, STF.) (g.n.)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - BLOQUEIO DE VERBAS - DÉBITO PERANTE O INSS - IMPOSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DOS VALORES 1. A retenção das verbas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios é medida prudente que visa garantir que os débitos tributários serão devidamente quitados. A Constituição Federal, em seu Art. 160, parágrafo único, inciso I, excepciona a vedação ao bloqueio das verbas do Fundo nos casos em que há inadimplência do Município, inclusive perante as autarquias, como ocorre no caso vertente. 2. Assim, encontrando-se a dívida garantida pelos valores do Fundo, nada obsta a expedição da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa - CPDEN. 3. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido.

(AG 200702010064372, Desembargadora Federal CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, TRF2 - QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::30/08/2011 - Página::283/284.) (g.n.)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - RETENÇÃO - ART. 160, I, DA CF - AUTARQUIA - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO - CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE - OBRIGAÇÕES DECLARADAS EM GFIP. EXIGIBILIDADE. 1. O art. 160 da Constituição Federal, em seu parágrafo único, inciso I, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 29/00, autoriza a União a condicionar a entrega de recursos aos Municípios ao pagamento de seus créditos, bem assim os de suas autarquias. No âmbito infraconstitucional, tal possibilidade é prevista no art. 38, § 9º da Lei n.º 8.212/91. 2. Dessarte, o repasse das verbas do FPM está condicionado à inexistência de débitos frente aos entes federativos, no caso, perante o INSS. 3. As obrigações previdenciárias foram apuradas por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social (GFIP), preenchida pelo próprio Município, "instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário" (artigo 32, IV, § 2°, da Lei n° 8.212/91). 4. A exigibilidade do crédito previdenciário acha-se constituída mediante lançamento realizado pelo próprio Município ao preencher a GFIP. 5. Apelação e Remessa Oficial a que se dá provimento.

(APELREEX 00196596720044036100, DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA, TRF3 - SEXTA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:11/03/2011 PÁGINA: 812. FONTE - REPUBLICACAO:.) (g.n.)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ORDINÁRIA - RETENÇÃO DE VALORES DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO (FPM) - EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS - DESBLOQUEIO DAS RETENÇÕES: IMPOSSIBILIDADE (CF, ART. 160, PARÁGRAFO ÚNICO - PROVAS DE ILEGALIDADE DA RETENÇÃO: INEXISTÊNCIA. (07) 1. A teor da nova redação do art. 160, parágrafo único, da CF/88 (EC nº 03/93), que permitiu à União e suas autarquias a retenção das receitas tributárias passíveis de repartição (art. 157 a art. 158 da CF/88), constitucional o bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para fins de pagamento de créditos da União, tanto aqueles advindos de Termo de Amortização de Dívida Fiscal - TADF, adesão a parcelamento, quanto os derivados de obrigações tributárias correntes inadimplidas. 2. Tratando-se de ente público, não pode ser negada ao município a expedição de CPD-EN e sua exclusão do CADIN, seja porque, ajuizada ação discutindo o débito, não é obrigado a oferecer bens em garantia para fins de suspender a exigibilidade, seja porque o INSS já faz uso do bloqueio para quitar seus débitos correntes 3. Apelação provida em parte apenas para autorizar a expedição de CPD-EN e a exclusão do município do CADIN.

(APELAÇÃO 2007.38.11.003718-6, DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, TRF1 - SÉTIMA TURMA, e-DJF1 DATA:27/03/2015 PAGINA:6686.) (g.n.)

Outrossim, pelo que se infere das reportagens apresentadas, às fls. 33/34, resta claro que a situação de descontrole apresentada nas contas do Município não é nova, pois, denotam que os atrasos nos salários dos servidores estão ocorrendo, ao menos, desde meados de 2015. Já quanto à retenção do FPM, segundo planilha apresentada pela contadoria do próprio demandante, está ocorrendo desde março de 2016 (fls. 21). Frise-se que não foi juntado documento emitido pela União para corroborar a referida planilha.

Dessa feita, demonstrados nos autos a legitimidade da retenção do FPM, pela União, para salvaguardar seus créditos e a inexistência de elementos de prova acerca de qualquer irregularidade na retenção do respectivo fundo, não vislumbro que as alegações autorais e os documentos juntados até o momento sejam suficientes para a concessão da medida vindicada, sem a oitiva da União.

Em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas. Acolho-as, por isso, como razão de decidir, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, o ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

À luz do quanto dito, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Intime(m)-se o(s) agravado(s), nos termos e para os fins do art. 1019, II, do NCPC.

Findo o prazo para apresentação das contrarrazões, colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0013207-15.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013207-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/12/2016 19:01

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: LOCANTY SERVICOS LTDA

ADVOGADO: LEANDRO BARBOSA DE MELLO CHAVES

Originário: 0117138-57.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (fls. 128-147) proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0117138-57.2016.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, deferiu parcialmente a antecipação da tutela, requerida pela autora, ora agravada, para: "Determinar a suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos pela impetrante a título de: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento dos empregados doentes ou acidentados; b) adicional de 1/3 de férias; c) aviso prévio indenizado; e d) vale transporte pago em dinheiro."

A agravante alega, preliminarmente, ausência dos elementos essenciais para a concessão da tutela de urgência (CPC, art. 300). No mérito, sustenta, em apertada síntese, que tais rubricas constituem a base de cálculo das contribuições previdenciárias, pois "devem ser entendidas no conceito de salário, de remuneração, bastando que se defina salário como sendo 'verbas pagas em decorrência do contrato de trabalho', e não meramente contraprestação pelo trabalho." Argumenta, ainda, que "as únicas verbas que no contrato de trabalho podem assumir autêntica natureza indenizatória continuam excluídas da incidência de contribuição previdenciária, sendo elas: as diárias não excedentes a 50% da remuneração e as férias indenizadas. As restantes, mesmo quando denominadas de indenização, não tem esta natureza, caracterizando-se como liberalidade pagas pelo empregador."

Por tais alegações, requer a concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, nos moldes do art. 1019, I, do CPC, e, ao final, o provimento integral ao recurso, a fim de que seja reformada a r. decisão agravada.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso, com relação aos valores do vale transporte pagos em dinheiro, "diante da ausência de argumentação recursal", e, na parte conhecida, por seu improvimento. (fls. 36-42).

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

A r. decisão agravada acha-se em consonância com a jurisprudência consolidada nos Tribunais Superiores, no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre tais verbas, por ostentarem natureza indenizatória, a saber: valores pagos a título de: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento dos empregados doentes ou acidentados; b) adicional de 1/3 de férias; c) aviso prévio indenizado; e d) vale transporte pago em dinheiro.

Nesse sentido, inter plures, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO

PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

2.2 Aviso prévio indenizado.

A despeito da atual moldura legislativa (Lei 9.528/97 e Decreto 6.727/2009), as importâncias pagas a título de indenização, que não correspondam a serviços prestados nem a tempo à disposição do empregador, não ensejam a incidência de contribuição previdenciária.

A CLT estabelece que, em se tratando de contrato de trabalho por prazo indeterminado, a parte que, sem justo motivo, quiser a sua rescisão, deverá comunicar a outra a sua intenção com a devida antecedência. Não concedido o aviso prévio pelo empregador, nasce para o empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço (art. 487, § 1º, da CLT). Desse modo, o pagamento decorrente da falta de aviso prévio, isto é, o aviso prévio indenizado, visa a reparar o dano causado ao trabalhador que não fora alertado sobre a futura rescisão contratual com a antecedência mínima estipulada na Constituição Federal (atualmente regulamentada pela Lei 12.506/2011). Dessarte, não há como se conferir à referida verba o caráter remuneratório pretendido pela Fazenda Nacional, por não retribuir o trabalho, mas sim reparar um dano. Ressalte-se que, "se o aviso prévio é indenizado, no período que lhe corresponderia o empregado não presta trabalho algum, nem fica à disposição do empregador. Assim, por ser ela estranha à hipótese de incidência, é irrelevante a circunstância de não haver previsão legal de isenção em relação a tal verba" (REsp 1.221.665/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23.2.2011).

A corroborar a tese sobre a natureza indenizatória do aviso prévio indenizado, destacam-se, na doutrina, as lições de Maurício Godinho Delgado e Amauri Mascaro Nascimento. Precedentes: REsp 1.198.964/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 4.10.2010; REsp 1.213.133/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 1º.12.2010; AgRg no REsp 1.205.593/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 4.2.2011; AgRg no REsp 1.218.883/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 22.2.2011; AgRg no REsp 1.220.119/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 29.11.2011.

2.3 Importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio- doença.

No que se refere ao segurado empregado, durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao empregador efetuar o pagamento do seu salário integral (art. 60, § 3º, da Lei 8.213/91 com redação dada pela Lei 9.876/99). Não obstante nesse período haja o pagamento efetuado pelo empregador, a importância paga não é destinada a retribuir o trabalho, sobretudo porque no intervalo dos quinze dias consecutivos ocorre a interrupção do contrato de trabalho, ou seja, nenhum serviço é prestado pelo empregado. Nesse contexto, a orientação das Turmas que integram a Primeira Seção/STJ firmou-se no sentido de que sobre a importância paga pelo empregador ao empregado durante os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença não incide a contribuição previdenciária, por não se enquadrar na hipótese de incidência da exação, que exige verba de natureza remuneratória. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.100.424/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18.3.2010; AgRg no REsp 1074103/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 16.4.2009; AgRg no REsp 957.719/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 2.12.2009; REsp 836.531/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.8.2006.

[...]

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ.

(REsp 1.230.957/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 18/03/2014).

DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E SOBRE OS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE. RESP 1.230.957/RS, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. PRECEDENTES.

1. A Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.230.957/RS, de Relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, pelo rito previsto no art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento no sentido da não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias e os quinze primeiros dias de auxílio-doença.

2. Também não incide a debatida exação sobre os quinze primeiros dias de pagamento do auxílio-acidente, diante de seu caráter indenizatório. Precedentes:EDcl no REsp 1310914/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/06/2014, AgRg no AREsp 102.198/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 29/04/2014, AgRg no AREsp 90.530/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/04/2014.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.025.839/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 01/09/2014).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. APLICAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL FAZENDÁRIO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS E QUINZE PRIMEIROS DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NÃO INCIDÊNCIA. RESP 1.230.957/RS SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVOS REGIMENTAIS NÃO PROVIDOS.

1. "Admite-se receber embargos declaratórios, opostos à decisão monocrática do relator, como agravo regimental, em atenção aos princípios da economia processual e da fungibilidade recursal" (EDcl nos EREsp 1.175.699/RS, Corte Especial, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 6/2/12).

2. A Primeira Seção desta Corte ao apreciar o REsp 1.230.957/RS, processado e julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, confirmou a não incidência da contribuição previdenciária sobre os primeiros 15 dias do pagamento de auxílio-doença e sobre o adicional de férias, por configurarem verbas indenizatórias.

3. Não incide contribuição previdenciária sobre as verbas devidas a título de auxílio-acidente, que se revestem de natureza indenizatória (REsp 1.149.071/SC, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 22/09/10).

4. Embargos de declaração da Transportadora Gobor Ltda recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. Agravo regimental da Fazenda Nacional não provido.

(EDcl no REsp 1.310.914/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 13/06/2014).

ROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. NÃO INCIDÊNCIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC.

I - A Primeira Seção desta Corte, ao julgar, em 26.02.2014, o Recurso Especial n. 1.230.957/RS, submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, consolidou o entendimento segundo o qual não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, tampouco sobre os primeiros quinze dias do auxílio-doença.

II - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

III - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.270.301/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 11/05/2015).

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II, DO CPC. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE AUXÍLIO-DOENÇA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. VALE-TRANSPORTE DEVIDO AO TRABALHADOR.

1. Não se configurou a ofensa ao art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.230.957/RS, sob o rito dos Recursos Repetitivos, Relator Min. Mauro Campbell Marques, decidiu que não cabe contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, os primeiros 15 dias do auxílio-doença e o terço constitucional de férias.

3. O STJ, adotando posicionamento do Supremo Tribunal Federal, firmou a compreensão segundo a qual não incide contribuição previdenciária sobre o vale-transporte devido ao trabalhador, ainda que pago em pecúnia, tendo em vista sua natureza indenizatória.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.614.585/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 07/10/2016).

Assim sendo, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, reconheço a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, o ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Intime(m)-se o(s) agravado(s), nos termos e para os fins do art. 1019, II, do NCPC.

Findo o prazo para apresentação das contrarrazões, colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0000460-96.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000460-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 26/01/2017 17:15

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL - EOM

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

Originário: 0157057-53.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (fls. 600-602) proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0157057-53.2016.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, deferiu o pedido de tutela de evidência, formulado pela autora, ora agravada, para, verbis: "determinar à União que suspenda a exigibilidade do crédito oriundo da inclusão das parcelas referentes ao terço constitucional de férias gozado/indenizado na base de incidência das contribuições previdenciárias da parte autora, até decisão ulterior, bem como que se abstenha de inscrever os débitos no CADI-SIAFI ou qualquer outro cadastro similar e que efetue a retirada de tais débitos se as inscrições já tiverem ocorrido."

A agravante sustenta, em apertada síntese, a legalidade e constitucionalidade da exigência da contribuição previdenciária incidente sobre as parcelas referentes ao terço constitucional de férias pagas aos empregados da empresa ora agravada.

Por tais alegações, requer a suspensão dos efeitos da decisão recorrida.

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

Do r. decisum guerreado destaco, verbis:

"É o relatório. Passo a decidir

Dispõe o art. 311, II, do CPC, que "a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante".

Estão preenchidos os requisitos indicados no dispositivo referido.

[...]

Em análise do caso concreto, observa-se que as parcelas referidas na inicial - "adicional constitucional de 1/3 nas férias gozadas e/ou indenizadas" – possuem natureza ressarcitória/indenizatória, e, portanto, não integram a base de incidência das contribuições previdenciárias.

Tem-se, ainda que, no REsp 1.230/957/RS, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ decidiu que "no que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97)", e, "em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa)" (STJ, Primeira Seção, REsp 1230957/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 18/03/2014)

Portanto, o pedido prescinde de dilação probatória, amparando-se, ademais, na orientação pacificada por ocasião de julgamento de recurso repetitivo pelo STJ.

Por fim, esclareço que a suspensão da exigibilidade do crédito discutida nestes autos e ora determinada deve produzir os efeitos que são a ela inerentes."

Como visto, a r. decisão agravada acha-se em consonância com a jurisprudência consolidada no eg. Superior Tribunal de Justiça.

Nessas condições, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas na r. decisão guerreada, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, a ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

À luz do quanto dito, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Intime(m)-se o(s) agravado(s), nos termos e para os fins do art. 1019, II, do NCPC.

Findo o prazo para apresentação das contrarrazões, colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0000894-85.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000894-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/02/2017 20:03

Gabinete 11

Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: MULTIMIX REFRIGERAÇÃO LTDA.

ADVOGADO: DIOGO MARCUS LEIBAO SALLES

ADVOGADO: FABIO RICARDO SALLES DOS SANTOS

Originário: 0136019-82.2016.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional

APELADO

:

MULTIMIX REFRIGERAÇÃO LTDA.

ADVOGADO

:

DIOGO MARCUS LEIBAO SALLES, FABIO RICARDO SALLES DOS SANTOS

ORIGEM

:

27ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01360198220164025101)

DESPACHO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, em face da decisão proferida nos autos do Habeas Data nº 0136019-82.2016.4.02.5101, pelo Juízo Federal da 27ª Vara do Rio de Janeiro. Figura como agravada: MULTIMIX REFRIGERAÇÃO LTDA.

A decisão agravada deferiu a liminar, determinando à autoridade apontada como coatora, in casu, o Delegado da Receita Federal do Brasil da DRF/RJO II, que fornecesse a ora agravada informações (extratos e saldo) referentes a pagamentos de tributos e contribuições federais constantes no Sistema de Conta-

Corrente de Pessoa Jurídica - SINCOR, o Sistema de Conta Corrente de Pessoa Jurídica - CONTACORPJ, ou onde estiverem registrados, com indicação dos créditos não alocados (disponíveis), se existentes.

A agravante alega, em síntese, que: 1) a decisão agravada diverge do disposto nos arts. 1°, parágrafo único, e 7°, da Lei n° 9.507/1997 (que dispõem sobre as hipóteses de cabimento do Habeas Data), bem como da jurisprudência consolidada por este egrégio TRF da 2? Região, que se assentou, claramente, no sentido do não cabimento da referida ação constitucional para acesso pelo contribuinte a informações de uso exclusivo da Administração Tributária, tais como aquelas contidas no SINCOR ou no CONTACORPJ; 2) o presente agravo de instrumento merece ser provido, a fim de que seja extinto o processo originário, sem resolução do mérito, uma vez que não verificadas quaisquer das hipóteses de cabimento da referida ação constitucional, conforme descrito nos arts. 1°, parágrafo único, e 7°, da Lei n°9.507/1997 (art. 485, IV, nCPC), cassando-se, por via de consequência, a liminar ora impugnada.

É o relatório.

Como não há pedido de efeito suspensivo neste agravo de instrumento, intime-se a agravada para apresentar resposta, nos termos do art. 1019, II, do CPC.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal

(T215456)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0001005-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001005-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 15:15

Gabinete 11

Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: J C FRAGOSO REPAROS ME EPP

ADVOGADO: RODRIGO COELHO SAGGIORO

Originário: 0007824-97.2017.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé

RELATOR

:

LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO

:

J C FRAGOSO REPAROS ME EPP

ADVOGADO

:

RODRIGO COELHO SAGGIORO

ORIGEM

:

01ª Vara Federal de Macaé (00078249720174025116)

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, em face da decisão proferida pelo Juízo Federal da Vara de Macaé/RJ, no autos da ação ordinária nº: 0007824-97.2017.4.02.5116, que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 300 do CPC e art. 151, III, do CTN, em razão da interposição de recurso administrativo pelo agravado.

A agravante alega, em síntese, que: 1) a RFB em Macaé elaborou um parecer fundado no questionamento formulado pelo agravado (Manifestação de Inconformidade) quanto ao crédito tributário em cobrança, pois o contribuinte afirma que houve erro de interpretação do julgador ao remeter a parte não contestada para a unidade local competente para prosseguimento da cobrança, já que entende que, enquanto não houver julgamento pelo CARF da parte impugnada, todos os débitos devem constar na condição de suspensão da exigibilidade; 2) justifica o agravado que ao impugnar as multas de 75%

aplicadas sobre todos os créditos principais, estas (multas acessórias) caminham conjuntamente com o principal, restando ambos impugnados e sob o amparo da suspensão de exigibilidade; 3) o contribuinte, optante pelo SIMPLES NACIONAL, foi excluído com efeitos a partir de 01/03/2012, conforme Ato Declaratório Executivo nº 03, de 20/02/2015, controlado no processo administrativo nº 19396.720003/2015-80, contra o qual não apresentou Manifestação de Inconformidade, resultando na definitividade da exclusão daquele regime especial a partir daquela data; 4) de acordo com trecho do acórdão nº 02-68.955, da lavra da 10ª Turma da DRJ/BHE, tem-se a justificativa legal a embasar a afirmação de não instauração da fase litigiosa de parte dos créditos tributários que compõem o auto de infração; 5) "em direito tributário, tanto o crédito quanto os respectivos juros e multas são considerados obrigação tributária principal, pois o enquadramento de uma obrigação tributária como principal depende exclusivamente do seu conteúdo pecuniário. Multa tributária não é tributo, representa sanção por ato ilícito, mas a obrigação de pagá-la tem natureza tributária"; 6) existem multas sem vínculo com a obrigação principal, ou seja, existe o lançamento de multa autônoma sem o consequente lançamento do imposto ou tributo; 7) só fica caracterizada a suspensão de exigibilidade do crédito tributário se o sujeito passivo impugnar ou recorrer da imposição tributária principal, TRIBUTO ou CONTRIBUIÇÂO, com provas a embasar seus argumentos e, em razão disto, a penalidade aplicada também fica sobrestada; 8) o raciocínio contido no item anterior não vale para situação inversa em que haja impugnação somente da penalidade pecuniária, pois esta (multa) decorre de ilícito praticado, surge com o consequente lançamento de ofício; 9) se não há resistência em face da cobrança do tributo, não há suspensão dessa cobrança.

É o relatório. Passo a decidir.

Conforme afirmou a agravante, "só fica caracterizada a suspensão de exigibilidade do crédito tributário se o sujeito passivo impugnar ou recorrer da imposição tributária principal, TRIBUTO ou CONTRIBUIÇÂO com provas a embasar seus argumentos e, em razão disto, a penalidade aplicada também fica sobrestada".

No entanto, em sendo a parcela do crédito impugnado referente à multa indicada perfeitamente destacável do tributo, não há razão para suspensão da exigibilidade deste, mas, apenas, da referida parcela da multa. Portanto, o valor do tributo, que não foi impugnado administrativamente, pode ser perfeitamente exigido.

A título de argumentação, cumpre destacar que o novo Código de Processo Civil admite o cumprimento de sentença da parte incontroversa dos pedidos reconhecidos por sentença, ainda que pendente recurso de apelação sobre outras questões.

Do mesmo modo, se há uma dívida parcialmente questionada, pode-se afirmar que a parte não impugnada, que é incontroversa, pode ser cobrada na forma da lei.

Posto isso, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo a este agravo, para suspender a decisão agravada em relação à parte da dívida não questionada no recurso administrativo.

Intime-se a agravada para apresentar resposta nos termos do art. 1019, II, do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal

(T215456)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001234-29.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001234-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 16/02/2017 16:05

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: RB3 MILLENIUM VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA

Originário: 0182443-85.2016.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 37-38) proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0182443-85.2016.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro, deferiu parcialmente a antecipação da tutela, verbis: "para determinar à União que deixe de exigir da Autora o recolhimento da contribuição previdenciária, especificamente sobre as verbas pagas a título de: valores pagos nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e auxílio-acidente; aviso prévio indenizado e terço constitucional de férias."

A agravante sustenta, em apertada síntese, a legalidade e constitucionalidade da incidência das contribuições previdenciárias sobre as aludidas rubricas. Argumenta, outrossim, que se trata de verbas de natureza salarial; logo, compõem a base de cálculo das contribuições para o custeio da seguridade social.

Por tais alegações, requer, liminarmente, "seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso ou o seu imediato provimento, com a comunicação ao MM. Juiz a quo, consoante faculdade prevista no art. 1.019, I, do nCPC, determinando, via de consequência, a suspensão dos efeitos da decisão agravada."

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

Do r. decisum guerreado destaco, verbis:

"2. Fundamentação.

As questões em exame foram objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, na sistemática dos recursos repetitivos, nos termos das teses assentadas no REsp 1.230.957 (julgado em 26/02/2014).

Com efeito, não incide contribuição previdenciária a cargo das empresas: sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e auxílio-acidente; aviso prévio indenizado; terço constitucional de férias.

Por outro lado, a Autora não informa se o auxílio-alimentação e ajuda de custo são pagos in natura ou em dinheiro, pontos essenciais para a análise da incidência da contribuição. Indefiro, portanto, o pedido de medida de urgência sobre essas parcelas.

Nesses termos, revela-se presente a plausibilidade jurídica da tese defendida pela Autora, máxime pelo fato de que o Superior Tribunal de Justiça já ter se pronunciado, de forma definitiva, para pacificar a questão jurídica controvertida. Ademais, o fumus boni iuris mostra-se claramente na possibilidade de a Fazenda Pública deflagrar administrativamente a exigência dos créditos, com a imposição das consequências legais previstas, a induzir a situação de irregularidade fiscal da Postulante."

A r. decisão agravada acha-se em consonância com a orientação jurisprudencial do eg. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre tais verbas, por ostentarem caráter indenizatório, a saber: valores pagos nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e auxílio-acidente; aviso prévio indenizado e terço constitucional de férias.

Nesse sentido, inter plures, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

2.2 Aviso prévio indenizado.

A despeito da atual moldura legislativa (Lei 9.528/97 e Decreto 6.727/2009), as importâncias pagas a título de indenização, que não correspondam a serviços prestados nem a tempo à disposição do empregador, não ensejam a incidência de contribuição previdenciária.

A CLT estabelece que, em se tratando de contrato de trabalho por prazo indeterminado, a parte que, sem justo motivo, quiser a sua rescisão, deverá comunicar a outra a sua intenção com a devida antecedência. Não concedido o aviso prévio pelo empregador, nasce para o empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço (art. 487, § 1º, da CLT). Desse modo, o pagamento decorrente da falta de aviso prévio, isto é, o aviso prévio indenizado, visa a reparar o dano causado ao trabalhador que não fora alertado sobre a futura rescisão contratual com a antecedência mínima estipulada na Constituição Federal (atualmente regulamentada pela Lei 12.506/2011). Dessarte, não há como se conferir à referida verba o caráter

remuneratório pretendido pela Fazenda Nacional, por não retribuir o trabalho, mas sim reparar um dano. Ressalte-se que, "se o aviso prévio é indenizado, no período que lhe corresponderia o empregado não presta trabalho algum, nem fica à disposição do empregador. Assim, por ser ela estranha à hipótese de incidência, é irrelevante a circunstância de não haver previsão legal de isenção em relação a tal verba" (REsp 1.221.665/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23.2.2011).

A corroborar a tese sobre a natureza indenizatória do aviso prévio indenizado, destacam-se, na doutrina, as lições de Maurício Godinho Delgado e Amauri Mascaro Nascimento. Precedentes: REsp 1.198.964/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 4.10.2010; REsp 1.213.133/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 1º.12.2010; AgRg no REsp 1.205.593/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 4.2.2011; AgRg no REsp 1.218.883/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 22.2.2011; AgRg no REsp 1.220.119/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 29.11.2011.

2.3 Importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio- doença.

No que se refere ao segurado empregado, durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao empregador efetuar o pagamento do seu salário integral (art. 60, § 3º, da Lei 8.213/91 com redação dada pela Lei 9.876/99). Não obstante nesse período haja o pagamento efetuado pelo empregador, a importância paga não é destinada a retribuir o trabalho, sobretudo porque no intervalo dos quinze dias consecutivos ocorre a interrupção do contrato de trabalho, ou seja, nenhum serviço é prestado pelo empregado. Nesse contexto, a orientação das Turmas que integram a Primeira Seção/STJ firmou-se no sentido de que sobre a importância paga pelo empregador ao empregado durante os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença não incide a contribuição previdenciária, por não se enquadrar na hipótese de incidência da exação, que exige verba de natureza remuneratória. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.100.424/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18.3.2010; AgRg no REsp 1074103/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 16.4.2009; AgRg no REsp 957.719/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 2.12.2009; REsp 836.531/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.8.2006.

[...]

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ.

(REsp 1.230.957/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 18/03/2014).

DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E SOBRE OS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE. RESP 1.230.957/RS, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. PRECEDENTES.

1. A Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.230.957/RS, de Relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, pelo rito previsto no art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento no sentido da não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias e os quinze primeiros dias de auxílio-doença.

2. Também não incide a debatida exação sobre os quinze primeiros dias de pagamento do auxílio-acidente, diante de seu caráter indenizatório. Precedentes:EDcl no REsp 1310914/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/06/2014, AgRg no AREsp 102.198/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 29/04/2014, AgRg no AREsp 90.530/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/04/2014.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.025.839/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 01/09/2014).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. APLICAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL FAZENDÁRIO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS E QUINZE PRIMEIROS DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NÃO INCIDÊNCIA. RESP 1.230.957/RS SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVOS REGIMENTAIS NÃO PROVIDOS.

1. "Admite-se receber embargos declaratórios, opostos à decisão monocrática do relator, como agravo regimental, em atenção aos princípios da economia processual e da fungibilidade recursal" (EDcl nos EREsp 1.175.699/RS, Corte Especial, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 6/2/12).

2. A Primeira Seção desta Corte ao apreciar o REsp 1.230.957/RS, processado e julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, confirmou a não incidência da contribuição previdenciária sobre os primeiros 15 dias do pagamento de auxílio-doença e sobre o adicional de férias, por configurarem verbas indenizatórias.

3. Não incide contribuição previdenciária sobre as verbas devidas a título de auxílio-acidente, que se revestem de natureza indenizatória (REsp 1.149.071/SC, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 22/09/10).

4. Embargos de declaração da Transportadora Gobor Ltda recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. Agravo regimental da Fazenda Nacional não provido.

(EDcl no REsp 1.310.914/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 13/06/2014).

ROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. NÃO INCIDÊNCIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC.

I - A Primeira Seção desta Corte, ao julgar, em 26.02.2014, o Recurso Especial n. 1.230.957/RS, submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, consolidou o entendimento segundo o qual não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, tampouco sobre os primeiros quinze dias do auxílio-doença.

II - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

III - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.270.301/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 11/05/2015).

Assim sendo, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas. Acolho-as, por isso, como razão de decidir, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, o ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Intime(m)-se o(s) agravado(s), nos termos e para os fins do art. 1019, II, do NCPC.

Findo o prazo para apresentação das contrarrazões, colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0001372-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001372-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 20/02/2017 18:50

Gabinete 11

Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE: WOLFGANG ECKER

AGRAVANTE: GOLDEN GATE DE RESENDE SERVICOS LTDA

ADVOGADO: AFFONSO JOSE SOARES FILHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

PARTE RÉ: FIGLIOTTI TRANSPORTE E COMERCIO LTDA

ADVOGADO: JULIANA CALAZANI DA SILVA

Originário: 0000525-37.2010.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

RELATOR

:

LUIZ ANTONIO SOARES

AGRAVANTE

:

WOLFGANG ECKER E OUTRO

ADVOGADO

:

AFFONSO JOSE SOARES FILHO

AGRAVADO

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL E OUTRO

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional, JULIANA CALAZANI DA SILVA

ORIGEM

:
01ª Vara Federal de Resende (00005253720104025109)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por WOLFGANG ECKER e Golden Gate de Resende Serviços Ltda, em face da decisão proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Resende/RJ, nos autos da execução fiscal nº 00005253720104025109, que deferiu a inclusão do primeiro agravante no pólo passivo da execução fiscal.

Os agravantes alegam, em síntese, que: 1) para a inclusão de qualquer um dos sujeitos elencados no artigo 135 do CTN no pólo passivo da obrigação tributária, é obrigatório que fique provado que esse terceiro praticou atos dolosos ou fraudulentos, ou contrários ao estatuto social; 2) no momento do lançamento, estabelecido no art. 142 do CTN, é que deverá ficar comprovado a presença dos requisitos necessários para a atribuição de responsabilidade tributária a terceiros, em substituição a responsabilidade pelo crédito tributário de origem da pessoa jurídica; 3) no âmbito do processo administrativo tributário é que o Fisco poderá comprovar a prática de atos fraudulentos ou contrários ao contrato social por parte do terceiro acusado; 4) o redirecionamento da execução ao responsável tributário constante no art. 135 do CTN, impõe a necessidade de demonstração da prática de atos infracionais, sendo o ônus desta prova do Fisco; 5) a alegação apontada na decisão de que a segunda agravante teria sido dissolvida irregularmente não procede, uma vez que a empresa mantém seu domicilio na cidade de Resende, RJ,tanto que vinha emitindo notas fiscais de serviços que prestou no decorrer do período apontado na certidão do Oficial de Justiça.

É o relatório. Passo a decidir.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido de que a responsabilização pessoal do sócio-gerente, com base no artigo 135, III, do Código Tributário Nacional, só tem lugar se comprovado que o sócio agiu com excesso de mandato ou infringência à lei ou estatuto, ou, ainda, na hipótese de dissolução irregular da empresa.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 135 DO CTN. PRESUNÇÃO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR NOS TERMOS DA SÚMULA 435/STJ. REDIRECIONAMENTO AO SÓCIO-GERENTE QUE EXERCIA ESSE ENCARGO POR OCASIÃO DO ATO PRESUMIDOR DA DISSOLUÇÃO. POSSIBILIDADE. DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR OU VENCIMENTO DO TRIBUTO. IRRELEVÂNCIA.

1. A Segunda Turma desta Corte, por ocasião da apreciação do REsp 1.520.257/SP, firmou entendimento de que o redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade ou de sua presunção, deve recair sobre o sócio-gerente que se encontrava no comando da entidade no momento da dissolução irregular ou da ocorrência de ato que presuma a sua materialização, nos termos da Súmula 435/STJ, sendo irrelevantes a data do surgimento da obrigação tributária (fato gerador), bem como o vencimento do respectivo débito fiscal.

2. Ademais, o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa é cabível apenas quando demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou ao estatuto, ou, no caso de dissolução irregular da empresa, não se incluindo o simples inadimplemento de obrigações tributárias.

3. Verifica-se que o acórdão ora combatido decidiu em consonância com o entendimento desta Casa, no sentido de que a transferência de responsabilidade pela dissolução irregular ou pela prática de ato presumidor de sua ocorrência, nos termos do art. 135, III, do CTN, em sintonia com a Súmula 435 do STJ, deve recair sobre os sócios-gerentes (gestores) que ostentavam essa qualidade no momento da prática de referido ato (dissolução irregular) ou de outro apto a presumir sua ocorrência, independentemente da data da ocorrência do fato gerador do tributo ou da data de vencimento desta exação.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 868.622/SC, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016)

Cumpre destacar que o simples inadimplemento da obrigação tributária não transfere a responsabilidade da dívida fiscal ao sócio-gerente, ao administrador ou ao diretor da empresa, por não ser considerado ato praticado com excesso de poderes, infração à lei ou contrato social.

No tocante à hipótese de dissolução irregular, Luiz Felipe Silveira Difini expõe o seguinte:

Convencionou-se chamar dissolução irregular o ato pelo qual os sócios, em vez de liquidar legalmente a sociedade, fazendo o respectivo distrato (ou, se contencioso, pela ação própria de liquidação de sociedades, ainda regulada pelos arts. 655 a 674 do CPC de 1939) e providenciando seu registro, simplesmente fecham o estabelecimento e dividem (ou dissipam) o estoque (bens sociais), sem saldar obrigações pendentes, inclusive fiscais. Sem dúvida, há aí infração à lei (que dispõe sobre a forma de liquidação de sociedades) e ao contrato social (que dispõe sobre a forma de liquidação e partilha - Código

Civil, art. 1.035), de que participam todos os sócios que dispõem irregularmente sobre o destino dos bens sociais, gerando sua responsabilidade.

(Manual de Direito Tributário - 3ª ed. São Paulo, Ed. Saraiva, p. 219.

Nesse caso, a justificativa para o redirecionamento é a ocorrência de dissolução irregular da empresa.

Com efeito, para que se possa responsabilizar o sócio pela dissolução irregular, é condição essencial que este tenha exercido poderes de gerência/administração na sociedade e detenha tais poderes quando da ocorrência dos indícios da extinção irregular, ou seja, o redirecionamento da execução com base nesse fundamento deve-se dar com relação aos sócios-gerentes/administradores contemporâneos à época em que se verificaram os sinais de dissolução irregular da empresa.

Nesse sentido os precedentes do STJ: AgRg no AgRg no REsp 776154/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 19-10-2006; AgRg no REsp 910383/RS, 2ª Turma, rel. Min. Humberto Martins, DJ de 16-06-2008; REsp 1017732 / RS, 2ª Turma, rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 07-04-2008.

Cumpre ressaltar, no entanto, a desnecessidade de prova cabal de tal situação, sendo suficiente a existência de indícios para o redirecionamento da execução, tais como a ausência de bens para penhora, abandono do estabelecimento comercial (o que não se confunde com a mera mudança de sede da empresa) e cessação dos negócios societários.

Nesse sentido, a Súmula 435 do STJ, verbis:

Súmula 435: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

Na hipótese, a decisão que deferiu o redirecionamento para o sócio-gerente baseou-se na certidão do Oficial de Justiça, de que a sociedade não foi localizada em seu domicílio fiscal, gerando, assim, a presunção de encerramento irregular da sociedade. Tal constatação autoriza o redirecionamento da execução contra os sócios com poderes de gestão, conforme fundamentação supra.

Conforme consta da decisão proferida pelo juízo a quo em embargos de declaração, proferida nos autos da execução fiscal: "Em defesa, aduz a embargante que apenas alterou seu endereço, exercendo suas atividades na sala 504, contudo, no mandado executório da sociedade, também constou a indicação da referida sala. No referido mandado, o endereço indicado foi: Av. Castelo Branco, 355 – sala 501, 504 a 506, Campos Elíseos. Logo, a diligência foi negativa no endereço indicado pelo próprio embargante.

Desse modo, não merece ser deferido o efeito suspensivo pleiteado.

Posto isso, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo a este agravo de instrumento.
Intime-se a agravada para apresentar resposta, nos termos do art. 1019, II, do CPC/2015.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ ANTONIO SOARES
Desembargador Federal
(T215456)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001514-97.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001514-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/02/2017 13:37
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: CARLOS ANDRADE SOUZA
ADVOGADO: THIAGO MAHFUZ VEZZI
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0504308-91.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE
:

CARLOS ANDRADE SOUZA
ADVOGADO
:
THIAGO MAHFUZ VEZZI
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
06ª Vara Federal do Rio de Janeiro (05043089120164025101)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CARLOS ANDRADE SOUZA, em face da decisão proferida nos autos do mandado de segurança nº 05043089120164025101, pelo Juízo Federal da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que indeferiu o pedido de liminar concernente à suspensão dos efeitos da decisão administrativa que determina a exigência do crédito tributário até que se tenha o desfecho do processo administrativo nº 15586.720135/2015-13.

O agravante alega, em síntese, que: 1) impetrou mandado de segurança em face da decisão da autoridade fiscal, que determinou a cobrança de débito tributário que aguarda decisão no âmbito administrativo, vez que pendente de julgamento recurso interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"); 2) o Auto de Infração é relativo a Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), relativo aos anos-calendário 2010, 2011 e 2012, supostamente devidos em decorrência de omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica e omissão de rendimentos de trabalho recebidos de pessoa jurídica, acrescido de multa de ofício qualificada de 150% e juros de mora; 3) a ação fiscal foi levada a efeito, autorizada pelo Mandado de Procedimento Fiscal nº 08.1.06.00-2013-00551-6, que culminou no Processo Administrativo de nº 15586.720135/2015-13; 4) após o devido trâmite legal, a 19ª Turma de Julgamento da DRJ/RJO Rio de Janeiro – RIO DE JANEIRO proferiu o Acórdão nº 12-82.067 (Doc. 2) julgando improcedente a sua Impugnação ao auto de Infração; 4) constou na decisão que parte do crédito tributário, no importe de R$ 334.400,00 (trezentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), acrescido de multa de R$ 501.600,00 (quinhentos e um mil e seiscentos reais) totalizando R$ 836.000,00 (oitocentos e trinta e seis mil reais), referente à "Omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de CESSÃO DE DIREITOS FINANCEIROS DE ATLETA PROFISSIONAL", não teria sido impugnada especificamente, e que sobre esta parcela ainda incidiria multa qualificada de 150% e juros moratórios; 5) interpôs recurso voluntário em face do acórdão, de modo que a matéria objeto da autuação fiscal aguarda análise pelo Tribunal Administrativo competente ("CARF"); 6) "foi surpreendido com o conteúdo da intimação do referido Acórdão, de n. ARF/PGE/154/2016, que determinou, no caso de ausência de pagamento do débito, o encaminhamento à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional para cobrança executiva. Tal ato caracteriza clara afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa, devido processo legal e contraditório, além da legislação tributária em vigor"; 7) o ato coator contra o qual se insurge consiste na determinação para que o contribuinte faça recolhimento de tributo ainda não definitivamente julgado pelo CARF, e não contra o mérito da referida decisão administrativa, contra a qual apresentou o recurso competente; 8) não se alegue que o crédito cobrado se restringe à matéria não impugnada expressamente, uma vez que sobre o valor do principal foi aplicada a multa qualificada de 150% prevista no parágrafo 1º do artigo 44 da Lei n. 9.430/96, que foi inequivocamente combatida na impugnação e no Recurso Voluntário.

É o relatório. Passo a decidir.

É sabido que só fica caracterizada a suspensão de exigibilidade do crédito tributário se o sujeito passivo impugnar ou recorrer da imposição tributária principal, TRIBUTO ou CONTRIBUIÇÂO com provas a embasar seus argumentos e, em razão disto, a penalidade aplicada também fica sobrestada.

No entanto, em sendo a dívida relativa a "omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de cessão de direitos financeiros de atleta profissional" e de "omissão de rendimentos recebidos em decorrência do DIREITO DE IMAGEM", tendo sido impugnada administrativamente apenas esta última parcela, não há razão para suspensão da exigibilidade da primeira parcela (omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de cessão de direitos financeiros de atleta profissional), mas, apenas, da referida parcela referente à omissão de rendimentos recebidos em decorrência do DIREITO DE IMAGEM. Portanto, o valor do tributo/multa/juros, que não foi impugnado administrativamente, pode ser perfeitamente exigido. Essa é a conclusão que se extrai do acórdão objeto do recurso administrativo, em cujo voto consta o seguinte (fls. 39 do mandado de segurança):

"Preliminarmente, cumpre esclarecer que o contribuinte, na peça impugnatória, não se manifestou sobre a parte da infração relativa a 'Omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de CESSÃO DE DIREITOS FINANCEIROS DE ATLETA PROFISSIONAL', limitando-se a discorrer, em sua impugnação, sobre o lançamento baseado na omissão de rendimentos recebidos em decorrência do DIREITO

DE IMAGEM. Dessa forma é de se considerar aquela parte do lançamento, conforme o disposto no art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1992, com redação dada pelo art. 67 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, como não impugnada e, portanto, não litigiosa."

A título de argumentação, cumpre destacar que o novo Código de Processo Civil admite o cumprimento de sentença da parte incontroversa dos pedidos reconhecidos por sentença, ainda que pendente recurso de apelação sobre outras questões.

Do mesmo modo, se há uma dívida parcialmente questionada, pode-se afirmar que a parte não impugnada, que é incontroversa, pode ser cobrada na forma da lei.

Por outro lado, conforme afirmou o juízo a quo, poderá a agravante obter a suspensão da exigibilidade do crédito tributário mediante o depósito em dinheiro da importância que lhe está sendo exigida pelo Fisco, perante o juízo a quo, na forma do art. 151, II, do CTN.

Posto isso, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo a este agravo.

Intime-se a agravada para apresentar resposta nos termos do art. 1019, II, do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal

(T215456)

BOLETIM: 2017000105

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

20 - 0072062-06.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.072062-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:33

Gabinete 10

Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: NASCON ENGENHARIA E COM/ LTDA MASSA FALIDA

ADVOGADO: JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO

ADVOGADO: LUIS ALEXANDRE CIVITARESE COUTO DE ASSIS

ADVOGADO: RAONI CRUZ CHAVES

Originário: 0072062-06.1999.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATORA

:

LETICIA MELLO

APELANTE

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional

APELADO

:

NASCON ENGENHARIA E COM/ LTDA MASSA FALIDA

ADVOGADO

:

JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO, LUIS ALEXANDRE CIVITARESE COUTO DE ASSIS, RAONI CRUZ CHAVES

ORIGEM

:

02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00720620619994025101)

DECISÃO

Recebo a apelação nos seus efeitos legais.

Publiquem. Intimem.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LETICIA DE SANTIS MELLO

Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0001225-02.2004.4.02.5116 Número antigo: 2004.51.16.001225-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/02/2016 18:46
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LIMA E BARRETO COMERCIO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001225-02.2004.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
LIMA E BARRETO COMERCIO LTDA
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Macaé (00012250220044025116)
DESPACHO
Manifeste-se a Apelada em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0505798-66.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.505798-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/08/2015 10:08
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ALMAR ALUMINIO IND/ COM/ S/A
APELADO: JOHANNES DREYER
APELADO: HEINRICH GRUNE
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
Originário: 0505798-66.2007.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
ALMAR ALUMINIO IND/ COM/ S/A,JOHANNES DREYER,HEINRICH GRUNE
ADVOGADO
:
JOSE OSWALDO CORREA
ORIGEM
:
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05057986620074025101)
DESPACHO
Manifeste-se o Apelado em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0012355-24.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.012355-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 12:49
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: OSWALDO DE SOUZA
ADVOGADO: FABIO GOMES DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0012355-24.2010.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
OSWALDO DE SOUZA
ADVOGADO
:
FABIO GOMES DE OLIVEIRA
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
07ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00123552420104025101)
DESPACHO
Manifeste-se o Autor em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0001412-65.2012.4.02.5104 Número antigo: 2012.51.04.001412-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/06/2016 13:44
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: HORAS ALEGRES CRECHE ESCOLA S/C LTDA ME
ADVOGADO: VILMAR FARIA DE ALVARENGA
Originário: 0001412-65.2012.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
HORAS ALEGRES CRECHE ESCOLA S/C LTDA ME
ADVOGADO
:
VILMAR FARIA DE ALVARENGA
ORIGEM
:
03ª Vara Federal de Volta Redonda (00014126520124025104)
DESPACHO
Manifeste-se a Apelada em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0006102-15.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.006102-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/07/2014 20:44
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: ZENDA ELETRICA HIDRAULICA LTDA
ADVOGADO: CELIO SALLES BARBIERI JUNIOR
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0006102-15.2013.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
ZENDA ELETRICA HIDRAULICA LTDA
ADVOGADO
:
CELIO SALLES BARBIERI JUNIOR
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00061021520134025101)
DESPACHO
Manifeste-se a Apelante em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0066775-03.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.066775-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/07/2016 12:58
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO: RICARDO KRAKOWIAK
ADVOGADO: LEO KRAKOWIAK
ADVOGADO: LEO KRAKOWIAK
Originário: 0066775-03.2015.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO
:
RICARDO KRAKOWIAK, LEO KRAKOWIAK, LEO KRAKOWIAK
ORIGEM
:
28ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00667750320154025101)
DESPACHO
Manifeste-se a Apelada em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0057976-64.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.057976-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 15:33
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SOCOL AGENCIA DE TRANSPORTES LTDA
APELADO: MANOEL MONTEIRO PINTO SALES
ADVOGADO: ROGERIO ALVES DE ALMEIDA
ADVOGADO: ANDRE WERNER VIANNA FERREIRA DIAS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0057976-64.1998.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
SOCOL AGENCIA DE TRANSPORTES LTDA,MANOEL MONTEIRO PINTO SALES
ADVOGADO
:
ROGERIO ALVES DE ALMEIDA, ANDRE WERNER VIANNA FERREIRA DIAS
ORIGEM
:
02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00579766419984025101)
DECISÃO
Recebo a apelação nos seus efeitos legais.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0509314-26.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.509314-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 09/03/2017 11:55
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ONESIO RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0509314-26.2009.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:

ONESIO RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05093142620094025101)
DECISÃO
Recebo a apelação nos seus efeitos legais.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0090019-63.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.090019-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/01/2016 11:12
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: CIMENTOS DO BRASIL S/A - CIBRASA
APELANTE: CIA/ AGRO INDL/ DE GOIANA
APELANTE: ITAPICURU AGRO INDL/ S/A
APELANTE: ITAPETINGA AGRO INDL/ S/A
APELANTE: ITAPESSOCA AGRO INDL/ S/A
APELANTE: ITAPAGE S/A - CELULOSE PAPEIS E ARTEFATOS
APELANTE: IBACIP - IND/ BARBALHENSE DE CIMENTO PORTLAND S/A
APELANTE: ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A
APELANTE: CIA/ INDUSTRIAS BRASILEIRAS PORTELA
ADVOGADO: MARIA FERNANDA GOUVEIA
ADVOGADO: ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES
APELANTE: ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO: RODRIGO LOURENCO DA COSTA MAIA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0090019-63.2012.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
CIMENTOS DO BRASIL S/A - CIBRASA,CIA/ AGRO INDL/ DE GOIANA,ITAPICURU AGRO INDL/ S/A,ITAPETINGA AGRO INDL/ S/A,ITAPESSOCA AGRO INDL/ S/A,ITAPAGE S/A - CELULOSE PAPEIS E ARTEFATOS,IBACIP - IND/ BARBALHENSE DE CIMENTO PORTLAND S/A,ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A,CIA/ INDUSTRIAS BRASILEIRAS PORTELA,ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A,UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
MARIA FERNANDA GOUVEIA, ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES, RODRIGO LOURENCO DA COSTA MAIA, Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
OS MESMOS
ADVOGADO
:
ORIGEM
:
20ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00900196320124025101)

DESPACHO
Manifeste-se a Autora em contrarrazões aos embargos de declaração da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0001365-57.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.001365-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2014 15:33
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: TEMPO LIVRE MOTOS LTDA
ADVOGADO: JOAO ALBERTO WHEHAIBE JUNIOR
ADVOGADO: CRISTINE AZEVEDO WHEHAIBE
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ
Originário: 0001365-57.2013.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
TEMPO LIVRE MOTOS LTDA
ADVOGADO
:
JOAO ALBERTO WHEHAIBE JUNIOR, CRISTINE AZEVEDO WHEHAIBE
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
03ª Vara Federal de Volta Redonda (00013655720134025104)
DESPACHO
Manifeste-se a União em contrarrazões aos embargos de declaração, no prazo de 5 (cinco) dias.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0021111-17.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.021111-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/03/2014 18:08
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: SINDICATO DA IND/ DE INSTALACOES ELETRICAS GAS HIDRAULICAS E SANITARIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDISTAL
ADVOGADO: EDUARDO VIEIRA DE SOUZA GOMES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0021111-17.2013.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
SINDICATO DA IND/ DE INSTALACOES ELETRICAS GAS HIDRAULICAS E SANITARIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDISTAL,UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
EDUARDO VIEIRA DE SOUZA GOMES, Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
OS MESMOS
ADVOGADO
:
ORIGEM
:
15ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00211111720134025101)
DESPACHO
Manifestem-se as partes em contrarrazões aos embargos de declaração, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, a iniciar pela Autora.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0145636-71.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.145636-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/01/2015 14:15
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: DELITROP RESTAURANTE LTDA.
APELANTE: CITTA DELÍRIO RESTAURANTE LTDA.
ADVOGADO: EDUARDO VIEIRA DE SOUZA GOMES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0145636-71.2013.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
DELITROP RESTAURANTE LTDA.,CITTA DELÍRIO RESTAURANTE LTDA.
ADVOGADO
:
EDUARDO VIEIRA DE SOUZA GOMES
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
11ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01456367120134025101)

DESPACHO
ManifesteM-se as partes em contrarrazões aos embargos de declaração, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, a iniciar pela Autora.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0131997-49.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.131997-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/04/2015 15:32
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
APELANTE: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
ADVOGADO: RENATO BARTOLOMEU FILHO
ADVOGADO: LEONARDO VIEIRA BOTELHO
ADVOGADO: PATRICIA SALGADO SETTE MATTANA
ADVOGADO: RENATA NASCIMENTO STERNICK
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0131997-49.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
LETICIA MELLO
APELANTE
:
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A,CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A,UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
RENATO BARTOLOMEU FILHO, LEONARDO VIEIRA BOTELHO, PATRICIA SALGADO SETTE MATTANA, RENATA NASCIMENTO STERNICK, Procurador da Fazenda Nacional
APELADO
:
OS MESMOS
ADVOGADO
:
ORIGEM
:
01ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01319974920144025101)
DESPACHO
Manifeste-se a Apelante em contrarrazões ao agravo interno da União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publiquem. Intimem.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0100369-19.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.100369-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/04/2014 12:49
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: GEORGE HENRIQUE MOREIRA DELHAM
AGRAVANTE: PAUL FREDERICK DUVAL
ADVOGADO: RUBENS BRANCO DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0536197-49.2005.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Despacho

Observo que a decisão agravada entendeu pela dissolução irregular da empresa executada, com base na certidão do Sr. Oficial de Justiça (fl. 82-verso), que não localizou a executada no endereço indicado nos autos.

Considerando que os agravantes alegam que a aludida diligência foi realizada em local diverso do endereço da empresa, tal peça é essencial para o deslinde da controvérsia.

Em pesquisa ao site da Justiça Federal na primeira instância, pelo sistema Apolo, não foi possível ter acesso às peças processuais do processo originário tendo em vista tratar-se de processo físico.

Desta forma, intimem-se os agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntarem aos presentes autos a cópia da certidão negativa do oficial de justiça, lançada à fl. 82-verso.

Após, voltem-me os autos conclusos.
Intime(m)-se.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0100371-86.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.100371-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/04/2014 12:27
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: GEORGE HENRIQUE MOREIRA DELHAM
AGRAVANTE: PAUL FREDERICK DUVAL
ADVOGADO: RUBENS BRANCO DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0030667-34.1999.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Despacho

Observo que a decisão agravada (cópia fl. 355) entendeu pela dissolução irregular da empresa executada, "diante da não localização da empresa executada nos autos do processo em apenso, conforme Certidão Negativa de fls. 82 verso, acostada aos autos de n. 2005.51.01.536197-0, datada de 29/05/2006".

Considerando que os agravantes alegam que a aludida diligência foi realizada em local diverso do endereço da empresa, tal peça é essencial para o deslinde da controvérsia.

Em pesquisa ao site da Justiça Federal na primeira instância, pelo sistema Apolo, não foi possível ter acesso às peças processuais do processo originário tendo em vista tratar-se de processo físico.

Desta forma, intimem-se os agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntarem aos presentes autos a cópia da certidão negativa do oficial de justiça, lançada à fl. 82-verso dos autos n. 2005.51.01.536197-0.

Após, voltem-me os autos conclusos.
Intime(m)-se.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0006833-17.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.006833-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 24/06/2015 16:38
Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
ADVOGADO: VICTOR HUMBERTO MAIZMAN
Originário: 0041140-25.2012.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pela AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR-ANS, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 439 e 445), proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0041140-25.2012.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, deferiu a antecipação da tutela, para suspender a cobrança do crédito questionado, por reconhecer que a autora efetuou o depósito do montante integral do tributo questionado.

A apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo foi postergada para após o contraditório (fl. 47).

Informações prestadas pelo douto Juízo de primeiro grau, às fls. 50.

Contrarrazões apresentadas pela União/Fazenda Nacional, às fls. 55-58.

O Ministério Público Federal afirmou ser desnecessária sua intervenção no feito (fl. 59).

Em resumo, é o relatório.

Decido.

O presente recurso perdeu o objeto.

Consultando a página eletrônica deste Tribunal, verifiquei que foi prolatada sentença, nos autos da ação originária (fls. 463-465), que JULGOU IMPROCEDENTE o pedido, com base no artigo 487, I, do CPC.

Tendo em vista a superveniência da r. sentença, que julgou extinto o feito com resolução do mérito, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto em razão da superveniente falta de interesse recursal.

Nesse sentido, inter plures, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INCIDENTAL. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.

1. Há dois critérios para solucionar o impasse relativo à ocorrência de esvaziamento do conteúdo do recurso de agravo de instrumento, em virtude da superveniência da sentença de mérito, quais sejam: a) o da cognição, segundo o qual o conhecimento exauriente da sentença absorve a cognição sumária da interlocutória, havendo perda de objeto do agravo; e b) o da hierarquia, que pressupõe a prevalência da decisão de segundo grau sobre a singular, quando então o julgamento do agravo se impõe.

2. Contudo, o juízo acerca do destino conferido ao agravo após a prolatação da sentença não pode ser engendrado a partir da escolha isolada e simplista de um dos referidos critérios, fazendo-se mister o cotejo com a situação fática e processual dos autos, haja vista que a pluralidade de conteúdos que pode assumir a decisão impugnada, além de ensejar consequências processuais e materiais diversas, pode apresentar prejudicialidade em relação ao exame do mérito.

3. A pedra angular que põe termo à questão é a averiguação da realidade fática e o momento processual em que se encontra o feito, de modo a sempre perquirir acerca de eventual e remanescente interesse e utilidade no julgamento do recurso.

4. Ademais, na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/10/2015, DJe 19/11/2015).

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento, o que faço com fundamento no artigo 932, III, do NCPC (correspondente ao artigo 557, caput, do CPC/1973) e no artigo 44, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.

Transcorrido o prazo recursal e feitas as anotações e comunicações de praxe, providencie-se a baixa do recurso no sistema processual eletrônico e seu arquivamento, observados os procedimentos previstos na Resolução TRF2-RSP-2014/00006.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0014191-33.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.014191-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/12/2015 16:34
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: MI MONTREAL INFORMÁTICA S/A
AGRAVANTE: PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA
ADVOGADO: JOAO LUIZ PINTO DA NOBREGA
ADVOGADO: CAROLINA BARROS CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0143306-33.2015.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por MI MONTREAL INFORMÁTICA S/A E OUTRO, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 27-30), proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0143306-33.2015.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro indeferiu o pedido de antecipação da tutela, na qual pugnam pela suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes à contribuição sobre o salário maternidade, determinado-se à ré que se abstenha, enquanto pendente a presente demanda, de impor sanções e penalidades às autoras em virtude do não recolhimento da exação em referência.

A apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo foi postergada para após o contraditório (fl. 36).

Informações prestadas pelo douto Juízo de primeiro grau, às fls. 40-41.

Contrarrazões apresentadas pela União/Fazenda Nacional, às fls. 43-52.

O Ministério Público Federal afirmou ser desnecessária sua intervenção no feito (fls. 53-54).

Em resumo, é o relatório.

Decido.

O presente recurso perdeu o objeto.

Consultando a página eletrônica deste Tribunal, verifiquei que foi prolatada sentença, nos autos da ação originária (fls. 859-868), que julgou IMPROCEDENTE O PEDIDO, com base no artigo 487, I, do CPC.

Tendo em vista a superveniência da r. sentença, que julgou extinto o feito com resolução do mérito, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto em razão da superveniente falta de interesse recursal.

Nesse sentido, inter plures, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INCIDENTAL. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.

1. Há dois critérios para solucionar o impasse relativo à ocorrência de esvaziamento do conteúdo do recurso de agravo de instrumento, em virtude da superveniência da sentença de mérito, quais sejam: a) o da cognição, segundo o qual o conhecimento exauriente da sentença absorve a cognição sumária da interlocutória, havendo perda de objeto do agravo; e b) o da hierarquia, que pressupõe a prevalência da decisão de segundo grau sobre a singular, quando então o julgamento do agravo se impõe.

2. Contudo, o juízo acerca do destino conferido ao agravo após a prolatação da sentença não pode ser engendrado a partir da escolha isolada e simplista de um dos referidos critérios, fazendo-se mister o cotejo com a situação fática e processual dos autos, haja vista que a pluralidade de conteúdos que pode assumir a decisão impugnada, além de ensejar consequências processuais e materiais diversas, pode apresentar prejudicialidade em relação ao exame do mérito.

3. A pedra angular que põe termo à questão é a averiguação da realidade fática e o momento processual em que se encontra o feito, de modo a sempre perquirir acerca de eventual e remanescente interesse e utilidade no julgamento do recurso.

4. Ademais, na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/10/2015, DJe 19/11/2015).

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento, o que faço com fundamento no artigo 932, III, do NCPC (correspondente ao artigo 557, caput, do CPC/1973) e no artigo 44, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.

Transcorrido o prazo recursal e feitas as anotações e comunicações de praxe, providencie-se a baixa do recurso no sistema processual eletrônico e seu arquivamento, observados os procedimentos previstos na Resolução TRF2-RSP-2014/00006.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0007836-70.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007836-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 25/07/2016 17:02

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: GRAN COFFEE COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

ADVOGADO: GIULIANO DIAS DE CARVALHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0088186-68.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por GRAN COFFEE COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 41-42), proferida nos autos do Mandado de Segurança nº. 0088186-68.2015.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, deferiu, apenas, parcialmente o pedido liminar, "determinando à Autoridade Impetrada, ou quem lhe faça as vezes, que se abstenha da prática de qualquer ato tendente a impor sanções à Impetrante, por não oferecer à tributação o terço constitucional de férias e o aviso prévio indenizado, nos estritos termos da presente decisão ". Indeferiu o pleito antecipatório em relação ao RAT ajustado e contribuições para terceiros.

A apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo foi postergada para após o contraditório (fl. 51).

Contrarrazões apresentadas pela União/Fazenda Nacional, às fls. 53-57.

O Ministério Público Federal afirmou ser desnecessária sua intervenção no feito (fls. 58-59).

Em resumo, é o relatório.

Decido.

O presente recurso perdeu o objeto.

Consultando a página eletrônica deste Tribunal, verifica-se que foi prolatada sentença, nos autos da ação originária (fls. 270-277 c/c 286-287). Transcrevo, abaixo, o dispositivo sentencial:

"elo exposto, CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA, nos termos da fundamentação supra, confirmando a liminar e extinguindo o processo com julgamento de mérito, na forma do artigo 487, I do CPC, para o fim de reconhecer a inexigibilidade das contribuições sociais sobre: terço constitucional de férias e aviso prévio indenizado.

Declaro o direito da Impetrante de compensar, com tributos da mesma espécie, integralmente os valores, corrigidos pela taxa SELIC desde a data do pagamento indevido, respeitada a prescrição quinquenal.

Tendo em vista a superveniência da r. sentença, que julgou extinto o feito com resolução do mérito, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto em razão da superveniente falta de interesse recursal.

Nesse sentido, inter plures, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INCIDENTAL. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.

1. Há dois critérios para solucionar o impasse relativo à ocorrência de esvaziamento do conteúdo do recurso de agravo de instrumento, em virtude da superveniência da sentença de mérito, quais sejam: a) o da cognição, segundo o qual o conhecimento exauriente da sentença absorve a cognição sumária da interlocutória, havendo perda de objeto do agravo; e b) o da hierarquia, que pressupõe a prevalência da decisão de segundo grau sobre a singular, quando então o julgamento do agravo se impõe.

2. Contudo, o juízo acerca do destino conferido ao agravo após a prolatação da sentença não pode ser engendrado a partir da escolha isolada e simplista de um dos referidos critérios, fazendo-se mister o cotejo com a situação fática e processual dos autos, haja vista que a pluralidade de conteúdos que pode assumir a decisão impugnada, além de ensejar consequências processuais e materiais diversas, pode apresentar prejudicialidade em relação ao exame do mérito.

3. A pedra angular que põe termo à questão é a averiguação da realidade fática e o momento processual em que se encontra o feito, de modo a sempre perquirir acerca de eventual e remanescente interesse e utilidade no julgamento do recurso.

4. Ademais, na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/10/2015, DJe 19/11/2015).

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento, o que faço com fundamento no artigo 932, III, do NCPC (correspondente ao artigo 557, caput, do CPC/1973) e no artigo 44, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.

Transcorrido o prazo recursal e feitas as anotações e comunicações de praxe, providencie-se a baixa do recurso no sistema processual eletrônico e seu arquivamento, observados os procedimentos previstos na Resolução TRF2-RSP-2014/00006.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

29 - 0008765-06.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008765-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 25/08/2016 11:57

Gabinete 10

Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO

AGRAVANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE MULTMIDIA - CBM

ADVOGADO: ROBERTO SELVA CARNEIRO MONTEIRO FILHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

PARTE RÉ: JORNAL DO BRASIL S/A

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0514828-96.2005.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO

AGRAVANTE

:

COMPANHIA BRASILEIRA DE MULTMIDIA - CBM

ADVOGADO

:

ROBERTO SELVA CARNEIRO MONTEIRO FILHO

AGRAVADO

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL,JORNAL DO BRASIL S/A

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional, SEM ADVOGADO

ORIGEM

:

11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05148289620054025101)
DESPACHO
Intimem a Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0009132-30.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009132-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/09/2016 16:56
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: EMASA MINERACAO S/A
AGRAVADO: JORGE LUIZ SEGUIN
ADVOGADO: GILBERTO DE MIRANDA AQUINO
Originário: 0503703-68.2004.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO
AGRAVANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO
:
EMASA MINERACAO S/A,JORGE LUIZ SEGUIN
ADVOGADO
:
GILBERTO DE MIRANDA AQUINO
ORIGEM
:
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05037036820044025101)
DESPACHO
Intimem a Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LETICIA DE SANTIS MELLO
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0009581-85.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009581-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/09/2016 15:57
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: VANCO BRASIL EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL LTDA
ADVOGADO: HUMBERTO LUCAS MARINI
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0095891-20.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por VANCO BRASIL EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL LTDA, objetivando a reforma da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº. 0095891-20.2016.4.02.5101 (2016.51.01.095891-0), por meio da qual o douto Juízo da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, indeferiu a tutela liminar pretendida pela impetrante, para que a autoridade impetrada aprecie os pedidos de restituição realizados administrativamente.

A apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo foi postergada para após o contraditório (fl. 45).

Contrarrazões apresentadas pela União/Fazenda Nacional, às fls. 54-61.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo de instrumento (fls. 65-74).

Informações prestadas pelo douto Juízo de primeiro grau, às fls. 76-81.

Em resumo, é o relatório.

Decido.

O presente recurso perdeu o objeto.

Conforme a informação prestada pelo douto Juízo a quo (fls. 76-81), foi prolatada sentença nos autos da ação originária. Transcrevo, abaixo, o dispositivo sentencial:

"Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, na forma do artigo 487, inciso I do CPC, e CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA, para determinar que a autoridade coatora, no prazo de 60 dias, conclua a apreciação dos pedidos de restituição indicados na inicial.

Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios, na forma do artigo 25 da Lei 12.016/09.

Sentença sujeita ao reexame necessário, por força do artigo 14, § 1º da Lei 12.016/09."

Tendo em vista a superveniência da r. sentença, que julgou extinto o feito com resolução do mérito, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto em razão da superveniente falta de interesse recursal.

Nesse sentido, inter plures, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INCIDENTAL. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.

1. Há dois critérios para solucionar o impasse relativo à ocorrência de esvaziamento do conteúdo do recurso de agravo de instrumento, em virtude da superveniência da sentença de mérito, quais sejam: a) o da cognição, segundo o qual o conhecimento exauriente da sentença absorve a cognição sumária da interlocutória, havendo perda de objeto do agravo; e b) o da hierarquia, que pressupõe a prevalência da decisão de segundo grau sobre a singular, quando então o julgamento do agravo se impõe.

2. Contudo, o juízo acerca do destino conferido ao agravo após a prolatação da sentença não pode ser engendrado a partir da escolha isolada e simplista de um dos referidos critérios, fazendo-se mister o cotejo com a situação fática e processual dos autos, haja vista que a pluralidade de conteúdos que pode assumir a decisão impugnada, além de ensejar consequências processuais e materiais diversas, pode apresentar prejudicialidade em relação ao exame do mérito.

3. A pedra angular que põe termo à questão é a averiguação da realidade fática e o momento processual em que se encontra o feito, de modo a sempre perquirir acerca de eventual e remanescente interesse e utilidade no julgamento do recurso.

4. Ademais, na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/10/2015, DJe 19/11/2015).

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento, o que faço com fundamento no artigo 932, III, do NCPC (correspondente ao artigo 557, caput, do CPC/1973) e no artigo 44, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.

Transcorrido o prazo recursal e feitas as anotações e comunicações de praxe, providencie-se a baixa do recurso no sistema processual eletrônico e seu arquivamento, observados os procedimentos previstos na Resolução TRF2-RSP-2014/00006.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0009755-94.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009755-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2016 17:06
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: JAP SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/C LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: PAULO DE SOUZA LUCAS
ADVOGADO: MARE BARREIRO CABANELAS
AGRAVADO: ALEXANDRE DUARTE FEIJÓ
AGRAVADO: JOSE LUIZ SCARAMELLO
ADVOGADO: REGINA CLAUDIA SCARAMELLO HADLICH PINTO
Originário: 0002899-16.2002.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
D E S P A C H O

Vistos. Tendo em vista a afetação, pelo C. STJ, do REsp n. 1.377.019, para julgamento pelo sistema dos recursos repetitivos (art. 1.036 do CPC/2015), comunicada pelo Ofício STJ 0441/2016-NUGEP, de 03.10.2016, em que a matéria neles debatida relaciona-se ao tema controvertido nestes autos, qual seja, na "possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto à posterior dissolução irregular da sociedade empresária" (TEMA 962), fica suspenso o curso deste feito, até o julgamento do aludido recurso.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0011575-51.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011575-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/11/2016 22:08
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UMBERTO RAFAEL SANFILE VINCI
ADVOGADO: NERIVALDO LIRA ALVES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: LEFISA IMP/ E EXP/ LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0517817-70.2008.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por UMBERTO RAFAEL SANFILE VINCI, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 39-44) proferida nos autos da Execução Fiscal n. 0517817-70.2008.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro rejeitou a exceção de pré-executividade oposta pelo coexecutado, ora agravante.

O agravante sustenta, em apertada síntese, que não é parte legítima para figurar no polo passivo da execução, porquanto não está comprovado que praticara atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos. Alega, também, que a CDA não preenche os requisitos legais, ante a ausência da tipificação legal, falta de cópia do processo administrativo e de notificação do devedor para pagamento do crédito tributário.

Por tais alegações, requer que seja determinada suspensão da execução fiscal, até julgamento final deste recurso. Ao final, seja dado provimento ao agravo, excluindo o recorrente do polo passivo da execução fiscal e condenando a União ao pagamento de honorários advocatícios.

A apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal foi postergada para após o contraditório. (fl. 143).

Em contrarrazões (fls. 146-151), a União/Fazenda Nacional sustenta, em resumo, os fundamentos da decisão agravada.

Examinados, decido acerca da antecipação da tutela recursal vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

Do r. decisum guerreado destaco, verbis:

"Cuida-se de execução fiscal em face de LEFISA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. para cobrança de créditos tributários constituídos por auto de infração em 07.10.1998.

A executada não foi localizada em seu domicílio fiscal para ser citada, conf. certidão negativa de diligência datada de 02.02.2009, fl. 91.

Requerimento de citação por edital às fls. 93-94.

Citação por edital cumprida em 19.03.2014, fl. 110.

Requerimento de penhora on line deferido e cumprido com diligência negativa.

Requerimento de indisponibilidade indeferido às fls. 136-138.

Agravo de instrumento parcialmente provido, fls. 160-161.

Requerimento de redirecionamento realizado em 05.03.2015, fls. 163-169.

Decisão deferindo a inclusão do ora requerente à fl. 180.

É o relatório. Decido.

[...]

No caso concreto, o excipiente alega: (i) prescrição e (ii) ilegitimidade passiva.

Quanto à prescrição, essa estaria configurada em razão da fluência do prazo quinquenal entre o término do prazo para impugnação do auto de infração e a data do ajuizamento da execução fiscal.

A alegação do excipiente não se faz acompanhar de prova inequívoca, visto que a instauração de contencioso administrativo, com a impugnação do auto de infração, suspende a exigibilidade do crédito tributário (art. 14 do Decreto 70.235/1972 c/c art. 151, III, do CTN).

Rejeito, assim, a alegação de prescrição.

Quanto à alegação de ilegitimidade passiva, baseada em extinção regular da sociedade executada, nos termos do arts. 1.102 e ss. do Código Civil, que trata do procedimento de liquidação, tal alegação também não está acompanhada da devida comprovação documental.

[...]

Por fim, o redirecionamento da execução fiscal se deu no curso do prazo prescricional quinquenal contado da citação editalícia, conforme relatado.

[...]."

Nessas condições, tendo em vista que a exceção de pré-executividade foi rejeitada por falta de comprovação das alegações do excipiente, em relação à prescrição e à dissolução regular da sociedade executada, e que o redirecionamento da execução fiscal se deu dentro do prazo prescricional, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas na r. decisão guerreada, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, o ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0011890-79.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011890-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 14/11/2016 17:19

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: RAYCOL TELEFONIA E SOM
AGRAVADO: FRANCISCO CARLOS LIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 98-102) proferida nos autos da Execução Fiscal n. 0010734-29.2011.8.19.0031, por meio da qual o douto Juízo da Central de Dívida Ativa da Comarca de Maricá-RJ indeferiu o pedido de redirecionamento do feito para o sócio administrador da sociedade executada, sob o fundamento de que não restou caracterizado nenhum ato concreto do sócio que ensejasse sua responsabilização.

A agravante invoca o art. 135, inciso III, do CTN, bem como precedentes do eg. STJ, e argumenta, em resumo, que "uma vez constatada a dissolução irregular da sociedade, assim certificada por oficial de justiça, deve ser autorizado o redirecionamento da execução fiscal para os sócios administradores contemporâneos a esta dissolução."

Por tais alegações, requer que seja determinada a inclusão do sócio FRANCISCO CARLOS LIRA DOS SANTOS no polo passivo da execução.

A apreciação do pedido de antecipação da tutela recursal foi postergada para após o contraditório (fl. 113).

O prazo para contrarrazões transcorreu in albis (fl. 115).

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

A r. decisão guerreada indeferiu o requerimento de inclusão do sócio administrador no polo passivo da execução fiscal, sob o fundamento de que não restou caracterizado nenhum ato concreto do executado que ensejasse a sua responsabilização ou que evidenciasse a existência de fraude, desvio das finalidades da empresa ou seu esvaziamento patrimonial.

Nessas condições, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas na r. decisão guerreada, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, a ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0012511-76.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012511-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/11/2016 18:57
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: MILTONZALEM RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO: PAULO ROBERTO SCALZER
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001097-40.2012.4.02.5006 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por MILTONZALEM RIBEIRO DA SILVA, objetivando a reforma da decisão (fls. 107-108) proferida nos autos da Execução Fiscal n. 0001097-40.2012.4.02.5006, por meio da qual o douto Juízo da 1ª Vara

Federal de Execução Fiscal de Vitória/ES rejeitou a exceção de pré-executividade oposta pelo coexecutado, ora agravante.

Conforme relatado na r. decisão agravada, verbis:

"Trata-se de exceção de pré-executividade ajuizada por MILTONZALEM RIBEIRO DA SILVA (fls. 69/74), sustentando sua ilegitimidade passiva no presente feito, tendo em vista que comunicou a paralisação temporária de suas atividades às Receitas Federal e Estadual e também a Junta Comercial, tendo indicado endereço de seu sócio para recebimento de correspondências, e considerando não existir qualquer outra prova nos autos que comprove que o requerente tenha praticado qualquer ato infracional previsto no artigo 135 do CTN.

Em resposta, a União (fls. 102/106), afirma que a paralisação disfarça uma verdadeira dissolução irregular, uma vez que o excipiente nem sequer indicou bens da devedora principal sobre os quais poderia recair a penhora. Por fim, requer seja rejeitada a exceção de pré-executividade, com o prosseguimento da execução."

Por tais alegações, sustentadas neste agravo de instrumento, requer que seja determinada suspensão da execução fiscal, até julgamento final deste recurso. Ao final, seja dado provimento ao recurso, excluindo o recorrente do polo passivo da execução fiscal e condenando a União ao pagamento de honorários advocatícios.

A apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal foi postergada para após o contraditório. (fl. 18).

Em contrarrazões (fls. 22-27), a ANVISA sustenta, em resumo, os fundamentos da decisão agravada.

Examinados, decido acerca da antecipação da tutela recursal vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

Do r. decisum guerreado destaco, verbis:

"Em regra, é a pessoa jurídica que deve arcar com as consequências do não cumprimento da obrigação tributária. No entanto, é pacífico, na jurisprudência, inclusive do e. Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível a citação do administrador como responsável tributário, nos termos do artigo 135, III, CTN, se houver dissolução irregular da sociedade.

No caso em tela, verifica-se que a sociedade apresentou declaração de inatividade perante a Receita Federal em 10.09.2012 (fl. 82), data anterior à diligência de citação realizada pelo oficial de justiça (fl. 15), o que afasta a aplicação do enunciado da súmula nº 435 do STJ ("Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente."), visto que a empresa deixou de funcionar temporariamente, alterou seu domicílio fiscal e comunicou ao Fisco sua inatividade, o que não se enquadraria em nenhuma das hipóteses hábeis ao redirecionamento da execução fiscal.

No entanto, insta registrar que a tese da "paralisação temporária de atividades" somente pode gerar efeitos se a empresa permanecer solvente, ou seja, se disponibilizar patrimônio suficiente para fazer frente às dívidas existentes.

Assim não fazendo, presume-se a dilapidação do patrimônio e de sua própria empresa à margem da lei, restando a informação ora prestada pelo sócio aos órgãos arrecadadores e de registro mera antecipação do fato constatado pelo oficial de justiça, sem o condão de ilidir a dissolução da pessoa jurídica, incidindo a responsabilização do artigo 135, III, do CTN."

Nessas condições, ante a presunção de dilapidação do patrimônio e da própria empresa à margem da lei, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas na r. decisão guerreada, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, o ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0012715-23.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012715-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/12/2016 12:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: IMOBILIÁRIA SANTA HELOISA LTDA - ME
ADVOGADO: LUIZ CARLOS MARQUES CORREA
AGRAVADO: LYGIA MARIA PIEDADE COSTA
AGRAVADO: LÚCIA MARIA COSTA LEANDRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002309-19.2014.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (fls. 370-372) proferida nos autos da Execução Fiscal n. 0002309-19.2014.4.02.5106, por meio da qual o douto Juízo da 1ª Vara Federal de Petrópolis, por entender válido o parcelamento alegado pela executada, indeferiu o pedido de redirecionamento do feito para os sócios administradores da sociedade executada.

A agravante argumenta, em resumo, que: 1) é inaplicável à hipótese o dispositivo invocado na decisão recorrida (Lei n. 10.522/2002, art. 12, § 1º, II), uma vez que o parcelamento alegado pela executada é o "Parcelamento da Reabertura da Lei n. 11.941/2009"; 2) os comprovantes de recolhimento, juntados pela executada, não comprovam a regularidade do parcelamento; 3) os documentos juntados "ressoa prejudicado, face à denegatória decisão administrativa"; 4) o aludido parcelamento especial (Reabertura da Lei n. 11.941/2009) é complexo, não se pode afirmar, antes de sua consolidação, quais os débitos estão parcelados; e 5) "ao se valer do princípio da menor onerosidade na execução e os postulados da boa-fé e proteção da confiança do contribuinte, a decisão agravada representa grave e indisfarçável ruptura à legalidade exigida pela parte final do art. 155-A do CTN e pelos arts. 5º, II, e art. 37, caput, do Texto Constitucional."

Aduz, ainda, a necessidade de dilação probatória, em sede de ação autônoma ou embargos à execução, para dirimir a questão controvertida, não podendo ser decidida no bojo da execução fiscal.

Por tais alegações, requer que seja concedido, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão agravada, no que diz respeito ao sobrestamento do feito originário, e que seja deferida a antecipação da tutela recursal, a fim de que seja acolhido o pleito de redirecionamento da execução fiscal para as sócias administradoras da sociedade executada.

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

A r. decisão guerreada indeferiu o requerimento de inclusão das sócios-gerentes da devedora no polo passivo da execução fiscal, por entender válido o parcelamento alegado pela sociedade executada.

O r. decisum guerreado está assim fundamentado, verbis

Às fls. 301/302, a parte executado veio aos autos informar a ocorrência do parcelamento dos créditos tributários objetos da presente execução. Instada a se manifestar, a Fazenda Nacional informa que os débitos exequendos não estão parcelados, propondo o seguimento da execução com o redirecionamento aos seus sócios-administradores (fls. 322).

Pois bem. A questão cinge-se em relação à consolidação ou não dos valores devidos pela parte executada, Imobiliária Santa Heloísa LTDA. Pelos documentos trazidos aos autos, houve o pedido de parcelamento dos débitos tributários em 10/12/2013 (fls. 366), sendo que desde então, ou seja, há aproximadamente três anos, a executada vem pagando regularmente as parcelas (vide comprovantes de fls. 332/363).

Por sua vez, a Fazenda traz aos autos documentos da Receita Federal (fls. 324 - documento idêntico ao de fls. 98) indicando que o interessado aderiu ao parcelamento nos termos da Lei 11.941, sendo que, contudo, até o presente momento ainda não resta perfectibilizada a consolidação.

Dispõe o art. 12, § 1º, II, da Lei 10.522, alterado pela Lei 11.941/09, referindo-se ao pedido de parcelamento, que considera-se automaticamente deferido quando ocorrido o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data do pedido de parcelamento sem que a Fazenda Nacional tenha se pronunciado, ou seja, realizado o pedido de parcelamento, tem a Fazenda 90 (noventa) dias para se pronunciar sobre o mesmo.

Nota-se que até o presente momento, passados três anos, não houve, ao que parece pelo documento de fls. 366, qualquer manifestação conclusiva sobre o parcelamento em questão, salvo que o mesmo de fato ocorreu, mas não podendo indicar, segundo a Fazenda, em relação a quais débitos se trata.

Ora, pelos comprovantes de arrecadação já anunciados, a executada recolhe mensalmente cerca de R$ 1.778,56 (recibo referente ao mês de agosto do presente ano (fl. 363) aos cofres públicos, sem que Fazenda saiba a que título recebe? Ainda, traz a executada documento que teria apresentado no processo administrativo nº 10735451162/2001-61, pedindo providências em relação aos créditos cobrados na presente execução, pois foram objeto de parcelamento. Calha observar que em nenhum momento a Fazenda Nacional se insurgiu contra tal documento.

Assim, não parece crível, ao ver deste magistrado, que passados três anos do parcelamento com pagamentos regulares não saiba o credor a que título recebe os valores. Por oportuno, não merece prosperar a alegação de fls. 322 que coloca que os débitos executados não se encontram parcelados, conforme a anexa decisão proferida pela RFB nos autos do respectivo processo administrativo, haja vista que, na análise da citada decisão administrativa (decisão de fls. 324 - já mencionada), apenas vislumbra-se que faltaria a consolidação do parcelamento, não havendo qualquer indicação de que o parcelamento realizado se refere a outros débitos, por exemplo.

Ademais, não custa lembrar que toda a presente discussão se dá em razão de inscrições realizadas no âmbito do referido processo administrativo: 10735451162/2001-61, o qual é indicado como supedâneo da CDA que dá embasamento a este executivo (fls. 1). Pergunta-se: se o parcelamento foi realizado e indicado no âmbito desse processo administrativo, a quais débitos poderiam estar relacionados os pagamentos das parcelas?

Por fim, não se deve perder de vista o princípio da menor onerosidade na execução, presente no art. 805 do CPC, bem como os princípios da boa-fé e proteção da confiança do contribuinte, em virtude dos diversos pagamentos já efetuados a titulo de parcelamento.

Por todo o exposto, tenho por válido o parcelamento indicado pela parte executada, devendo ser suspensa a presente execução fiscal, nos termos do art. 151, VI, do CTN, e art. 922 do CPC, pelo prazo de 1 (um) ano. Findo o prazo, dê-se vista à Fazenda pelo prazo de 30 dias para aferir a continuidade ou não do parcelamento.

Assim sendo, considerando que há nos autos documentos que indicam que a contribuinte aderiu ao parcelamento, nos termos da Lei 11.941, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas. Acolho-as, por isso, como razão de decidir, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, a ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

À luz do quanto dito, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Intime(m)-se o(s) agravado(s), nos termos e para os fins do art. 1019, II, do NCPC.

Findo o prazo para apresentação das contrarrazões, colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0012910-08.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012910-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 12/12/2016 12:18

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: WORKSHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA

ADVOGADO: LEONARDO SOARES FERNANDES

ADVOGADO: RAFAEL GARCIA DE SENA

Originário: 0000099-09.2007.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (fls. 217-218) proferida nos

autos da Execução Fiscal n. 0000099-09.2007.4.02.5116, por meio da qual o douto Juízo Federal da 1ª Vara de Macaé indeferiu o pedido de inclusão dos sócios da executada no polo passivo da ação, sob o fundamento de que transcorreu o prazo prescricional para o redirecionamento da execução fiscal.

A agravante sustenta, em resumo, que "não houve negligência por parte da exequente na condução do processo, de sorte que não se pode falar em prescrição intercorrente na hipótese vertente." Alega, outrossim, que o redirecionamento foi requerido dentro do prazo quinquenal, contado da ciência da dissolução irregular da sociedade executada. Logo, pelo princípio da actio nata, aplicável no caso, não ocorreu a prescrição.

Por tais alegações, requer que seja determinada a inclusão dos sócios administradores no polo passivo da execução fiscal.

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

A r. decisão guerreada indeferiu o requerimento de inclusão dos sócios-gerentes no polo passivo da execução fiscal, sob o fundamento de que transcorreu o prazo prescricional para o redirecionamento da execução fiscal.

Com efeito, o eg. STJ possui entendimento no sentido de que, ainda que a citação válida da pessoa jurídica interrompa a prescrição em relação aos responsáveis solidários, no caso de redirecionamento da execução fiscal, é possível que ocorra a prescrição em relação aos sócios-gerentes, administradores ou diretores, de modo a não tornar imprescritível a dívida fiscal. (AgRg no REsp 1.477.468/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2014 e AgRg no REsp 1.173.177/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/6/2015).

Nessas condições, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas na r. decisão guerreada, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, a ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Intime(m)-se o(s) agravado(s), nos termos e para os fins do art. 1019, II, do NCPC.

Findo o prazo para apresentação das contrarrazões, colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0012950-87.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012950-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 12/12/2016 14:32

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: NIELSON OLEGARIO DE JESUS

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0526081-18.2004.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 128-129) proferida nos autos da Execução Fiscal n. 0064195-59.1999.4.02.5101, por meio da qual o douto Juízo da 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro indeferiu o pedido de redirecionamento do feito para o sócio gerente da sociedade executada, por entender que havia operado a prescrição para o redirecionamento do processo executivo para os corresponsáveis.

A agravante argumenta, em resumo, que "não há que se falar em prescrição em relação à executada ou coobrigados, na medida em que sendo a empresa e os sócios devedores solidários, a causa que interrompe a prescrição em relação a um deles comunica-se aos demais. É esta a inteligência do art. 125, III, do CTN."

Afirma que "o mero transcurso do prazo quinquenal, contado da ciência da dissolução irregular da pessoa jurídica, não constitui, por si só, hipótese incontestável para inviabilizar o redirecionamento da demanda executiva."

Sustenta, ainda, que, em momento algum, a Exequente quedou-se inerte ou deixou de proceder ao devido andamento do processo executivo.

Aduz, também, que não há dualidade de prazos prescricionais, ou seja, não estando a dívida prescrita em relação à pessoa jurídica, também não está em relação aos sócios-gerentes, administradores ou diretores.

Por tais alegações, requer que seja determinada a inclusão do sócio-gerente (NIELSON OLEGÁRIO DE JESUS, CPF 298.979.807-25) no polo passivo da execução de.

Examinados, decido acerca da liminar vindicada.

Consoante cediço, a antecipação dos efeitos da tutela recursal em agravo de instrumento, é cabível apenas em situações excepcionais, notadamente quando configurados, simultaneamente, ambos os requisitos fixados pelo Codex processual civil, a saber: a) a verossimilhança do direito invocado, consubstanciada na plausibilidade dos fundamentos do recurso; e b) o risco de dano grave e irreparável ao direito afirmado.

A r. decisão guerreada indeferiu o requerimento de inclusão do sócio-gerente no polo passivo da execução fiscal, sob o fundamento de que já havia transcorrido mais de cinco anos entre a data da dissolução irregular da sociedade executada e o pedido de redirecionamento do feito.

Com efeito, o eg. STJ possui entendimento no sentido de que, ainda que a citação válida da pessoa jurídica interrompa a prescrição em relação aos responsáveis solidários, no caso de redirecionamento da execução fiscal, é possível que ocorra a prescrição em relação aos sócios-gerentes, administradores ou diretores, de modo a não tornar imprescritível a dívida fiscal. (AgRg no REsp 1.477.468/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2014 e AgRg no REsp 1.173.177/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/6/2015).

Nessas condições, em exame perfunctório, próprio deste momento processual, tenho por acertadas as razões expostas na r. decisão guerreada, reconhecendo, por conseguinte, a ausência da verossimilhança do direito substancial invocado na peça recursal.

De outro lado, a ora agravante não logrou demonstrar situação de real e iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação a direito, em razão da demora no processamento e julgamento deste recurso.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito antecipatório.

Colha-se o parecer do douto Ministério Público Federal.

Oportunamente, voltem-me os autos conclusos.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0013137-95.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013137-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/12/2016 16:50

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

AGRAVANTE: MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO

ADVOGADO: JOSIANE QUEIROZ MELLO NOGUEIRA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0169206-69.2016.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, objetivando a reforma da decisão (cópia às fls. 73-74), proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0169206-69.2016.4.02.5105, por meio da qual o douto Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Friburgo/RJ indeferiu a tutela antecipada, requerida pelo autor, ora agravante, objetivando a

inclusão, na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, dos valores arrecadados a título da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/16.

O Agravante informou, à fl. 107, que requereu junto ao Juízo de origem a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, e parágrafo 5º, do CPC. Informou, também, "que o depósito dos valores decorrentes das multas do programa de repatriação de recursos do exterior foi feito no final do ano de 2016, após a edição da Medida Provisória 753, de 19/12/2016."

Em resumo, é o relatório.

Decido.

O presente recurso perdeu o objeto.

Consultando a página eletrônica deste Tribunal, verifiquei que foi prolatada sentença, nos autos da ação originária, homologando o pedido de desistência formulado pelo autor (fl. 116). Verbis:

"Tendo em vista o peticionado pela parte autora, homologo por sentença a desistência requerida pela empresa pública, na forma do art. 200, parágrafo único c/c art. 485, VIII do CPC.

Custas de lei. Sem honorários.

Informe ao relator do agravo de instrumento sobre a prolação desta sentença.

Após, nada mais sendo requerido, arquivem-se com baixa na distribuição.

P.R.I"

Tendo em vista a superveniência da r. sentença, que julgou extinto o feito, na forma do art. 200, parágrafo único c/c art. 485, VIII do CPC, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto em razão da superveniente falta de interesse recursal.

Nesse sentido, inter plures, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INCIDENTAL. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.

1. Há dois critérios para solucionar o impasse relativo à ocorrência de esvaziamento do conteúdo do recurso de agravo de instrumento, em virtude da superveniência da sentença de mérito, quais sejam: a) o da cognição, segundo o qual o conhecimento exauriente da sentença absorve a cognição sumária da interlocutória, havendo perda de objeto do agravo; e b) o da hierarquia, que pressupõe a prevalência da decisão de segundo grau sobre a singular, quando então o julgamento do agravo se impõe.

2. Contudo, o juízo acerca do destino conferido ao agravo após a prolatação da sentença não pode ser engendrado a partir da escolha isolada e simplista de um dos referidos critérios, fazendo-se mister o cotejo com a situação fática e processual dos autos, haja vista que a pluralidade de conteúdos que pode assumir a decisão impugnada, além de ensejar consequências processuais e materiais diversas, pode apresentar prejudicialidade em relação ao exame do mérito.

3. A pedra angular que põe termo à questão é a averiguação da realidade fática e o momento processual em que se encontra o feito, de modo a sempre perquirir acerca de eventual e remanescente interesse e utilidade no julgamento do recurso.

4. Ademais, na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/10/2015, DJe 19/11/2015).

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento, o que faço com fundamento no artigo 932, III, do NCPC (correspondente ao artigo 557, caput, do CPC/1973) e no artigo 44, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.

Transcorrido o prazo recursal e feitas as anotações e comunicações de praxe, providencie-se a baixa do recurso no sistema processual eletrônico e seu arquivamento, observados os procedimentos previstos na Resolução TRF2-RSP-2014/00006.

Intime(m)-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(Assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

BOLETIM: 2017000106

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

4a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 04 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos ELETRÔNICOS abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 04 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0000040-28.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.08.04 - Energia Elétrica - Empréstimo Compulsório - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: LCV PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.
ADVOGADO: WILLIANS DUARTE DE MOURA
AGVDO: SAUP ADMINISTRAÇÃO E GERTÃO DE ATIVOS LTDA.
ADVOGADO: BRUNO CALFAT
INCID: 2017.6000.006265-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: SAUP ADMINISTRAÇÃO E GERTÃO DE ATIVOS LTDA.

002 - Processo: 0001054-81.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: STURGIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-EPP
ADVOGADO: ANTONIO WANIS FILHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.096341-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: STURGIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-EPP

003 - Processo: 0101935-03.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: BARRALI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: PEDRO SOLIA PAMPLONA
ADVOGADO: CRISTIANA SOUZA DE NOBREGA
INCID: 2016.6000.043787-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: BARRALI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

004 - Processo: 0105753-60.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: MARCO APOLO DA SILVA RAMIDAN
ADVOGADO: RAFHAEL CAROL SILVA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.111465-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

005 - Processo: 0004171-80.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)

03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: HIDROVEG INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
ADVOGADO: VINICIUS MAGNI VERCOZA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.053195-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: HIDROVEG INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA

006 - Processo: 0012387-30.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.03 - II/ Imposto sobre Importação - Impostos - Tributário
03.02.05 - IPI/ Imposto sobre Produtos Industrializados - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: TROP COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - FILIAL ITAJAÍ
AGVDO: TROP COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - FILIAL SP
AGVDO: TROP COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - FILIAL RECIFE
ADVOGADO: RICARDO MARTINS RODRIGUES
INCID: 2016.6000.065428-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

007 - Processo: 0005927-27.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: JORGE ZAKI KHOURI
ADVOGADO: SERGIO ANTONIO MEDA
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2016.6000.071559-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: JORGE ZAKI KHOURI

008 - Processo: 0012656-69.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: PARINVEST CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO: VINICIUS MAGNI VERCOZA
ADVOGADO: ALVARO FERNANDES ANDRADE DE SOUSA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: GRAFFITI AUTOMÓVEIS LTDA
P.RÉ: ARMANDO SANTONE
ADVOGADO: MARCIO SERGIO DOS ANJOS ISSA
INCID: 2016.6000.071936-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: PARINVEST CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA

009 - Processo: 0103212-54.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.12.08 - IRPJ - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: DOVER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO: HUMBERTO ESMERALDO BARRETO FILHO
ADVOGADO: NATANAEL MARTINS
ADVOGADO: MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.071245-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: DOVER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

010 - Processo: 0108561-38.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.05 - Salário-Educação - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário

03.04.03.01 - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: ROSANA SANTOS
ADVOGADO: PEDRO SOLIA PAMPLONA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.096554-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ROSANA SANTOS

011 - Processo: 0010141-61.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: RM MARMI E GRANITI LTDA
ADVOGADO: ALEX SANDRO STEIN
INCID: 2016.6000.069964-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

012 - Processo: 0011173-04.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
ADVOGADO: VINICIUS MAGNI VERCOZA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.071942-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

013 - Processo: 0008142-39.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: MAURA FERREIRA
REPRES.: GUILHERME FERREIRA MATOS
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.6000.005316-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

014 - Processo: 0019388-37.1988.4.02.5101 AP
07.04.01 - Insalubridade - Segurança e Medicina no Trabalho - Trabalho
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
AGVTE: JONIPERO GERALDO BARBOSA
ADVOGADO: SERGIO GALVAO
ADVOGADO: LEONARDO MELLO SAYAO CARDOZO
AGVDO: CASA DA MOEDA DO BRASIL
ADVOGADO: NILSON PAULINO

015 - Processo: 0015407-18.2016.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
P.AUTORA: MARIA CANDIDA GOMES NETA
ADVOGADO: SIDNEI MENDES DA SILVA
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUIZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

016 - Processo: 0093664-91.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário

03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: DANIELLE RIBEIRO UCHOA
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

017 - Processo: 0015282-26.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.11.06.04 - Compensação - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SOCIEDADE RADIO EMISSORA METROPOLITANA
APDO: CONSULTOR ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO LTDA
APDO: ANGLO AMERICANO ESCOLAS INTEGGRADAS LTDA
ADVOGADO: VANY ROSSELINA GIORDANO

018 - Processo: 0027215-25.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: MARCELO DE PAULA MARSILLAC
ADVOGADO: MARCELO DE PAULA MARSILLAC
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

019 - Processo: 0507419-59.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: VARIG S/A (VIACAO AEREA RIO GRANDENSE) - MASSA FALIDA
ADVOGADO: ALINE GONCALVES GUIDORIZZI MUNIZ
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

020 - Processo: 0500144-98.2007.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FLUMAR TRANSPORTES FLUVIAIS E MARITIMOS S/A
APDO: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA
APDO: TRANSCHEM AGENCIA MARITIMA LTDA
APDO: JOAO BAPTISTA BARCELOS PIRES FERRAO
APDO: BRUNO BASTOS LIMA ROCHA
APDO: YVES FRANÇOIS CONJAUD
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DE JESUS REIS
ADVOGADO: RENATO SODERO UNGARETTI
ADVOGADO: GUILHERME SCORZELLI

021 - Processo: 0004779-02.2000.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SEMOBRAS SOC/ EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA
APDO: BARCELLOS LUIZ ALVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

022 - Processo: 0511009-25.2003.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

APDO: A.L.P. COMUNICAES SOC/ CIVIL LTDA
APDO: ARIOSTO LOPES PADUA
ADVOGADO: VITOR DE MIRANDA PADUA
APDO: VILMA LOPES PADUA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

023 - Processo: 0546699-18.2003.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: INTERACAO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: RAUL OLIVEIRA DE CASTRO
ADVOGADO: LEONARDO PECANHA MOLL
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

024 - Processo: 0521569-31.2000.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PALCO ALIMENTOS E COM/ LTDA
ADVOGADO: ROMINA MONTANO VIDAL
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

025 - Processo: 0002265-89.2003.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SERVIÇO AUTONOMO HOSPITALAR DE VOLTA REDONDA
APDO: RICARDO JORGE DE PERCIA NAME
APDO: REINALDO HIDALGO FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: INICIAL

026 - Processo: 0081554-22.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.01 - Finsocial - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MASSA FALIDA-FACHADA CONFECCOES LTDA
APDO: DAWID SZLOMA LAJTERER
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

027 - Processo: 0093568-38.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.01 - Finsocial - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: TAVARES EMPRESA DE ROUPAS LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

028 - Processo: 0544438-80.2003.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: GAOMON CONSTRUCOES LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

029 - Processo: 0512447-57.2001.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COML/ IMP/ ATENAS RIO LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
P.RÉ: CARMEM FERREIRA DA MOTA
P.RÉ: MANOEL FERREIRA DA SILVA JUNIOR
Observação da DIDRA: Cumprido o despacho de fls. 37.

030 - Processo: 0526976-08.2006.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: KYREI IND/ COM/ LTDA
APDO: ADELSON PECANHA NOVAES
APDO: FERNANDO FRANCISCO PECANHA NOVAES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

031 - Processo: 0501897-56.2008.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: THALWEG CONSULTORIA E PROJETOS GEOLOGICOS LTDA
APDO: ALEX ALVES LARA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

032 - Processo: 0541808-51.2003.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: C M PUBLICIDADE LTDA
ADVOGADO: ROSIMAR FIGUEIREDO LESSA

033 - Processo: 0510194-57.2005.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: QUIMICA SELO AZUL LTDA
ADVOGADO: MARLENE FERREIRA CABRAL
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

034 - Processo: 0084524-92.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: KRETA RIO DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA
ADVOGADO: ANDRE LUCENA DE ARAUJO

035 - Processo: 0082396-02.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COML/ S C LTDA ME
APDO: CESAR PAIM BORTOLUZZI
APDO: ISMAR ROBERTO LORENZATTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

036 - Processo: 0002691-23.2011.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.11 - PASEP - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: B K N CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
APDO: MARCO ANTONIO OLIVEIRA E SILVA
APDO: JOSE GERALDO DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

037 - Processo: 0134873-74.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12.14 - Imposto de Importação - Dívida Ativa - Tributário
03.12.19 - Multas - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: Colégio Pentágono Ltda.
ADVOGADO: ALBERTO DA COSTA MAIA

038 - Processo: 0004245-27.2006.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FLIR MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

039 - Processo: 0589335-09.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ACOUGUES YPIRANGA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

040 - Processo: 0541466-40.2003.4.02.5101 APELREEX
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DROGARIA GEANE DE VISTA ALEGRE LTDA
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS MENDES DE FREITAS
ADVOGADO: ALEXANDRE ANTONIO LEO
ADVOGADO: MARCIO GIORGI DA MATTA MELO
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

041 - Processo: 0025682-90.1997.4.02.5101 AC
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: TRANSPORTADORA CATEDRAL SANTANA LTDA
APDO: LEONARDO DOS PASSOS MEDEIROS
APDO: MARIA HELENA MELO MEDEIROS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

042 - Processo: 0535749-13.2004.4.02.5101 AC

03.05.02 - Cofins - Contribuição Social - Tributário
03.05.06 - PIS - Contribuição Social - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JF REFORMAS GERAIS LTDA
APDO: JORGE ANTONIO COSTA DE MENDONCA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

043 - Processo: 0001454-37.2016.4.02.9999 AC
03.14 - Procedimentos Fiscais - Tributário
03.15.02 - REFIS/Programa de Recuperação Fiscal - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SMART ENGLISH SCHOOL LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

044 - Processo: 0066899-45.1999.4.02.5101 AC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COLUMBIA ASSESSORIA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
APDO: MODESTO CLARO NETO
APDO: CARLOS DE SOUZA LEAL
ADVOGADO: DOUGLAS RESENDE MOREIRA
ADVOGADO: FABIO HADDAD DOS SANTOS
ADVOGADO: CHARLES DE ANDRADE PIRES

045 - Processo: 0066384-78.1997.4.02.5101 REOAC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: UTILEX COMERCIAL LTDA
P.RÉ: WAGNER MAYA BARREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

046 - Processo: 0037574-25.1999.4.02.5101 REOAC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: N Z ENGENHARIA LTDA
P.RÉ: PEDRO ZONTAK
P.RÉ: ESTER ZONTAK
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

047 - Processo: 0107812-19.2015.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.02.07 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ARTECA VITÓRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: ROBERTO PASSOS BOTELHO
ADVOGADO: ARISTIDES MACHADO MATIAS
REMETENTE: JUIZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
INCID: 2017.6000.002364-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: ARTECA VITÓRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

048 - Processo: 0002475-46.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
03.02.01.08 - Incidência sobre Previdência Privada - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
03.11.17 - Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: JOAO REGIS DE OLIVEIRA JUNIOR
APTE: RUBENS EVANGELISTA DA COSTA
APTE: MARIA ILZA SILVA DE SOUZA
APTE: JOSE GUILHERME DO NASCIMENTO SOUZA
APTE: ALCIO FERREIRA PASSOS
APTE: GETULIO GILBERTO MENDES DA SILVA
APTE: EDISON ONORIO MIRANDA RANGEL
APTE: CARLOS ALBERTO CURTO
APTE: AMERICO MARTINS DA SILVA
APTE: ALVANIR DE NADAI
ADVOGADO: RICARDO CORREA DALLA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
Observação da DIDRA: REJEITADA a dependência - redistribuição livre - decisão fl.118.->
INCID: 2016.6000.109262-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ALCIO FERREIRA PASSOS

049 - Processo: 0503062-70.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: OS MESMOS
INCID: 2016.6000.056593-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

050 - Processo: 0013707-26.2010.4.02.5001 REOAC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: S.W. CUNHA & CIA LTDA EPP
ADVOGADO: KATIA LEAO BORGES DE ALMEIDA
Observação da DIDRA: Despacho de fl. 253.
INCID: 2016.6000.011233-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

051 - Processo: 0006419-13.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
APTE: LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS BARONESA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.044561-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS BARONESA LTDA

052 - Processo: 0043875-90.1996.4.02.5101 REOAC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. FERREIRA NEVES
P.AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: CENTRO EDUCACIONAL SÃO MARCELINO LTDA
P.RÉ: INÁCIO MARCELINO DE OLIVEIRA
P.RÉ: ELIANE DE ALMEIDA OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE VALDECIR VALCANAIA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEEDRAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
INCID: 2016.7404.003577-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

053 - Processo: 0012229-38.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: FUNDAÇÃO JOSE THEODORO DE ANDRADE
ADVOGADO: RAFAEL CAETANO CASOTTI

054 - Processo: 0010539-71.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.08.01 - Aquisição de veículos automotores - Empréstimo Compulsório - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: TIANÁ AUTOMÓVEIS LTDA
AGVDO: TIANÁ LOCADORA LTDA
AGVDO: VITOR JOSÉ CASTRO FIGUEIRA
AGVDO: JANDYRA RODRIGUES FIGUEIRA
ADVOGADO: FABIO DE ABREU CONTI

055 - Processo: 0009192-03.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: JOSE PERICLES COUTO ALVES
AGVDO: MIOMIR DAVIDOVIC LEAL
ADVOGADO: JOSE PERICLES COUTO ALVES
P.AUTORA: ANTONIO MARCOS SETUNE PINTO
ADVOGADO: JOSE PERICLES COUTO ALVES

056 - Processo: 0007342-11.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: CLIMBTEC SERVIÇOS TÉCNICOS EM ALTURA LTDA. - EPP
ADVOGADO: GILBERTO FRAGA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

057 - Processo: 0007971-82.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: PLASTIX INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PLATICOS LTDA - ME
AGVTE: VALTER MOROZ
CUR. ESP.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

058 - Processo: 0009178-19.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: NORMA GOMES SIQUEIRA

ADVOGADO: JOSE DARCY BARROS DE OLIVEIRA NETO
AGVDO: EMPRESA GAZETILHA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA:

059 - Processo: 0009973-25.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: EL JARDIN GRILL RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO: EVERTON FERREIRA JORDAO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ: LUIS MARIA LAMO
P.RÉ: CLAUDIO FERREIRA DE MOURA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

060 - Processo: 0012389-63.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: MORIFER-TELEMARKETING E SERVIÇOES LTDA
AGVDO: ITAIR RODRIGUES FERRERIA
ADVOGADO: PATRICIA WANDERKOKE GONCALVES

061 - Processo: 0012595-77.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: INQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA SANTO ANTÔNIO S/A
ADVOGADO: EDUARDO JOSE DE ARRUDA BUREGIO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: SUISSA INDL/ COML/ LTDA
ADVOGADO: RICARDO MICHELONI DA SILVA

062 - Processo: 0012981-10.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO: V. BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

063 - Processo: 0007465-41.2016.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04.12 - Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário
03.11.06.04 - Compensação - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: N UTRITION IMPORT COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPLEMENTOS LTDA
ADVOGADO: AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR
ADVOGADO: JOSE ANTONIO NEFFA JUNIOR
ADVOGADO: VICTOR HADDAD NADER FAFÁ
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

064 - Processo: 0041247-64.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
03.03.15.01 - Taxa de Coleta de Lixo - Municipais - Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

065 - Processo: 0536104-23.2004.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: WARNER - CHAPPELL EDICOES MUSICAIS LTDA
ADVOGADO: VINICIUS MAGNI VERCOZA

066 - Processo: 0506555-26.2008.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: 3 S AUTO CAPAS LTDA ME
APDO: SIUMAR DA SILVA MARCAL
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

067 - Processo: 0533392-89.2006.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: COLEGIO LUSO CARIOCA LTDA
APDO: ARAPUAN MEDEIROS DA MOTTA
APDO: AQUILINO MORAES
APDO: HAIDE MONTEIRO DA MOTTA
APDO: ESPOLIO DE AUGUSTA DA MOTTA MORAES RP/ P/ AQUILINO DA MOTTA MORAES
APDO: AUGUSTA DA MOTTA MORAES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

068 - Processo: 0582358-98.1900.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.05.06 - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: SOCIEDADE TECNICA DE ELETRONICA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

069 - Processo: 0085686-69.1992.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ALBERTO DE MATTOS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: GIRASOL SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO: JOSE CRISTINO DE SOUZA
P.RÉ: CARLOS AUGUSTO DA CUNHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

070 - Processo: 0065418-47.1999.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12.11 - Contribuição Social - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CAFÉ E BAR ANDRÉ LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

APDO: CARLOS EUGENIO CORREA DE SOUZA
ADVOGADO: CLAUDIO RODRIGUES MORGANTI FERREIRA
APDO: MARCO ANTONIO RAMOS PARADELLA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: JOAQUIM GOMES DE SÁ
ADVOGADO: LUIZ GONCALVES DA LUZ
Observação da DIDRA:

ANOTAÇÃO: JULGAMENTO ANULADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
22/04/2015 14:00 Retirado de Pauta
16/06/2015 14:00 Retirado de Pauta
25/08/2015 14:00 Julgado

071 - Processo: 0067275-65.1998.4.02.5101 AC
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: IMPÉRIO LISAMAR S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
APDO: JOSÉ DE PAIVA
APDO: MANUEL VIEIRA DA CUNHA PEIXOTO
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA

072 - Processo: 0500289-76.2015.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.15.02 - REFIS/Programa de Recuperação Fiscal - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
P.AUTORA: VIGA 233 INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO: ROMULO PINTO MARTINS
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE MACAÉ / RJ
Observação da DIDRA: ORIUNDO DO PLANTÃO

073 - Processo: 0150941-02.2014.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
03.02.02 - IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Tributário
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.11.06.04 - Compensação - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Tributário
03.13.01 - Processo Administrativo Fiscal - Processo Administrativo - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
P.AUTORA: REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
ADVOGADO: RICARDO FERNANDES MAGALHAES DA SILVEIRA
ADVOGADO: RAPHAEL SILVA BARBOSA
ADVOGADO: SONILTON FERNANDES CAMPOS FILHO
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Observação da DIDRA: INCLUSÃO NO POLO PASSIVO CONFORME DESPACHO FLS.143.

074 - Processo: 0009621-67.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: DREI MARC PRODUÇÕES LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.6000.016684-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

075 - Processo: 0061314-50.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES

APTE: INNOVA RIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ADVOGADO: WASHINGTON RAMOS MARTINS BROCHADO
ADVOGADO: WASHINGTON MARINHO BROCHADO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL-RJ
APTE: INNOVA RIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ADVOGADO: WASHINGTON RAMOS MARTINS BROCHADO
ADVOGADO: WASHINGTON MARINHO BROCHADO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL-RJ
INCID: 2017.6000.014059-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: INNOVA RIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

076 - Processo: 0061314-50.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: INNOVA RIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ADVOGADO: WASHINGTON RAMOS MARTINS BROCHADO
ADVOGADO: WASHINGTON MARINHO BROCHADO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL-RJ
APTE: INNOVA RIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ADVOGADO: WASHINGTON RAMOS MARTINS BROCHADO
ADVOGADO: WASHINGTON MARINHO BROCHADO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL-RJ
INCID: 2017.6000.019437-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

077 - Processo: 0546232-39.2003.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PAULO ROGERIO DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.7404.001325-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

078 - Processo: 0053872-31.1995.4.02.5102 AC
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FORNECEDORA DE CARNES GAÚCHA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.7404.001216-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

079 - Processo: 0067329-36.1995.4.02.5101 AC
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: CENTRO DE PESQUISAS DE ASSISTÊNCIA INTEGRADA A MULHER E A CRIANÇA

APDO: HÉLIO AGUINAGA
APDO: LIA AGUINAGA JUNQUEIRA KROPSOR
ADVOGADO: CELSO FERREIRA
ADVOGADO: ANA PAULA LIMOEIRO SILVA SCHULT
INCID: 2017.7404.001443-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

080 - Processo: 0020630-64.2007.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: LUIZ CARLOS MACHADO SAMPAIO
ADVOGADO: ROSANA ALVES RAMOS
ADVOGADO: MARIA AMELIA CORDEIRO LIMA MAUAD
ADVOGADO: IVE BEZERRA JARDIM
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.7404.001335-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

081 - Processo: 0002004-32.2016.4.02.9999 AC
03.12 - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOÃO AUGUSTO DE SANT'ANA COMÉRCIO DE CAFÉ E CEREAIS
APDO: JOÃO AUGUSTO DE SANT'ANA
ADVOGADO: ROSELI MACHADO BRAGA
ADVOGADO: CARLOS MAGNO DE JESUS VERISSIMO
INCID: 2017.7404.001321-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

082 - Processo: 0012125-46.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.04 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: DRQ GRÁFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVTE: DRQ GRÁFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.119790-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: DRQ GRÁFICA E EDITORA LTDA

083 - Processo: 0012125-46.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.02.04 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
AGVTE: DRQ GRÁFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGVTE: DRQ GRÁFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2017.6000.019270-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: DRQ GRÁFICA E EDITORA LTDA

084 - Processo: 0521128-16.2001.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MIRIAN PINHO BALBINO
ADVOGADO: WADYSON CAMEL
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO CUZZUOL

085 - Processo: 0001796-70.2008.4.02.5103 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: OSMAR PASSEADO DIAS FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

086 - Processo: 0523097-17.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.12.07 - IRPF - Dívida Ativa - Tributário
03.12.19 - Multas - Dívida Ativa - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: NIMEY ARTEFATOS DE COURO LTDA
ADVOGADO: FRANCISCO FERNANDO SARAIVA
INCID: 2016.6000.095017-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: NIMEY ARTEFATOS DE COURO LTDA

087 - Processo: 0025420-47.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.02.02 - Cofins - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.04.02.07 - PIS - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.11.01.02 - Depósito - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
03.11.13.02 - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - Certidão Negativa de Débito (CND) - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: M R T I COM/ ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA
ADVOGADO: RENATA DE PAOLI GONTIJO
ADVOGADO: MARIANA FERREIRA FINEBERG DE ANGELIS
ADVOGADO: GUSTAVO REBELLO HORTA

088 - Processo: 0109537-34.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.02.11 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

089 - Processo: 0521478-91.2007.4.02.5101 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
03.02.03 - II/ Imposto sobre Importação - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DIANA AYDEE VILLALBA LEAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

090 - Processo: 0525428-16.2004.4.02.5101 AC
03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOãO CARLOS EPIFANIO DA MATA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.7404.000079-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

091 - Processo: 0001654-05.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.05.02 - Cofins - Contribuição Social - Tributário
03.05.06 - PIS - Contribuição Social - Tributário
RELATOR: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGVTE: MANOEL CARDOSO DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO: DIOGO SANTESSO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
INCID: 2016.6000.015458-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MANOEL CARDOSO DOS SANTOS FILHO

092 - Processo: 0008256-12.2015.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
07.07 - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Trabalho
RELATOR: DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES
PAUTA: DES.FED. LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
IMPETRANTE: ESPÓLIO DE DOMAR CAMPOS
IMPETRANTE: ESPÓLIO DE MARIA ISABEL CARDENAS DE CAMPOS
IMPETRANTE: ANA CARDENAS DE CAMPOS
IMPETRANTE: MAURO CÁRDENAS DE CAMPOS
IMPETRANTE: MARIA CARDENAS DE CAMPOS
IMPETRANTE: IVO CARDENAS DE CAMPOS
ADVOGADO: HUMBERTO JANSEN MACHADO
IMPETRADO: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
25/10/2016 14:00 Retirado de Pauta
13/12/2016 14:00 Retirado de Pauta
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL FERREIRA NEVES

PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DA 5a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
5a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 4 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 14:00 horas. Os processos adiados neste dia poderão ser julgados nas sessões subsequentes.

00001 1994.51.01.005002-0 AC RJ 410377
CNJ : 0005002-89.1994.4.02.5101 01.03.01 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINIS
RELATOR : DES.FED. ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA : DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : XEROX DO BRASIL LTDA
ADV : ADRIANA ASTUTO PEREIRA E OUTROS
OBSERVAÇÃO : PEDIDO DE VISTA DO DR ANDRÉ FONTES

00002 2006.51.01.020582-2 AC RJ 598102
CNJ : 0020582-42.2006.4.02.5101 01.03.08 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ATOS ADMINISTRATIVOS - ADMIN
RELATOR : DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE : JULIO CESAR BARONI DE BARROS
ADV : PAULO EDUARDO AFFONSO FERREIRA E OUTROS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

INCID. : 2014044711 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : JULIO CESAR BARONI DE BARROS

00003 2008.50.01.010501-9 AC ES 586768
CNJ : 0010501-72.2008.4.02.5001 01.03.01.03 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DE A
RELATOR : DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APTE : ELISEU IOSHITO SUZUKI
ADV : FABRICIO DE OLIVEIRA CAMPOS E OUTROS
APDO : OS MESMOS

00004 2010.51.01.000662-2 APELREEX RJ 565385
CNJ : 0000662-43.2010.4.02.5101 01.11.03.01 - ÍNDICE DA URP FEV/1989 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROV
RELATOR : DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE : IRIO DORIA E OUTROS
ADV : MARCO ANTONIO NOEL GALLICCHIO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ

INCID. : 2015009315 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : IRIO DORIA
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00005 2010.51.01.000662-2 APELREEX RJ 565385
CNJ : 0000662-43.2010.4.02.5101 01.11.03.01 - ÍNDICE DA URP FEV/1989 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROV
RELATOR : DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE : IRIO DORIA E OUTROS
ADV : MARCO ANTONIO NOEL GALLICCHIO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ

INCID. : 2015011491 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00006 2014.02.01.005038-9 AG RJ 242368
CNJ : 0005038-10.2014.4.02.0000 01.12.01.03 - REINTEGRAÇÃO - REGIME - SERVIDOR

PÚBLICO MILITAR - ADM
RELATOR : DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : LEILA DA SILVA CLEMENTE
ADV : ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL E OUTROS

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000226

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

5a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 04 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos eletrônicos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 04 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0020032-76.2008.4.02.5101 APELREEX
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: RAFAELLA LEMOS RODRIGUES
ADVOGADO: MILTON PAULO NEMY JUNIOR
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ

002 - Processo: 0019268-32.2004.4.02.5101 APELREEX
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ROBERTO DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO: JOSE PERICLES COUTO ALVES
ADVOGADO: MIOMIR DAVIDOVIC LEAL
ADVOGADO: IGOR PECANHA COUTO ALVES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

003 - Processo: 0000937-08.2009.4.02.5107 AC (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: EVALDO VIEIRA DE MORAES
APTE: CARLOS HENRIQUE MIRANDA
APTE: FRANCISCO JOSE TEIXEIRA DA SILVA
ADVOGADO: ROGERIO RIBEIRO DOMINGUES
APTE: SERGIO ALBERTO SOARES
ADVOGADO: WILLIAM RONALDO ROSA GUIMARAES
APTE: COSME JOSE SALES
ADVOGADO: AUGUSTO CESAR D'ALMEIDA SALGADO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APDO: OS MESMOS

004 - Processo: 0005154-07.2012.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
02.10.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: LIGIA BONILHA
APDO: AFONSO AUGUSTO MOREIRA DE SOUSA
APDO: ADRIANA FIGUEIREDO CORREA DA COSTA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO FERREIRA NEVES

005 - Processo: 0014142-89.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ANDRÉ FONTES
AGVTE: FABRICIO GASPAR RODRIGUES
ADVOGADO: FABRICIO GASPAR RODRIGUES
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
AGVDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROMOTOR DE JUSTIÇA
P.RÉ: JOSE CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO
P.RÉ: DANILO GOMES
P.RÉ: FRANCISCO ALVES RANGEL FILHO
P.RÉ: PAULA MARTINS PORTO
P.RÉ: BARBARA BARROCAS
P.RÉ: FLÁVIA AZEVEDO NUNES
P.RÉ: JEFERSON TEIXEIRA TERRA
P.RÉ: OSMAR DE OLIVEIRA SILVA
P.RÉ: SERGIO RICARDO SIMOES DE FARIA
P.RÉ: ANTÔNIO CARLOS PALMA MARTINS
P.RÉ: JÂNIA MARIA LACERDA FERREIRA
P.RÉ: TATIANE PINA CABRAL CONDESSA MADUREIRA
P.RÉ: DEBORA VIEIRA DE OLIVEIRA
P.RÉ: CAROLINNE OLIVEIRA DE ANDRADE
P.RÉ: LÍDIA ZIMBARDI
P.RÉ: ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE EVENTOS
P.RÉ: MÔNICA SIMÕES DE ARAÚJO
P.RÉ: INSTITUTO DE GESTÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS - IGEPP
P.RÉ: AMADEU AUGUSTO DE AZEVEDO MOREL
P.RÉ: OLIVAS PLANEJAMENTO, ASSESSORIA E SERVIÇOS S/C LTDA
P.RÉ: NUCLEO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL - SALUTE SOCIALE
P.RÉ: TUFI SOARES MERES
P.RÉ: ROSIMAR GOMES BRAVO E OLIVEIRA
P.RÉ: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AMICUS CURIAE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: LUAN FERNANDES CORDEIRO
ADVOGADO: RAMON TEIXEIRA DE SOUSA

006 - Processo: 0006814-97.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ANA CAROLINA DIAS LANZARINI DE CARVALHO
ADVOGADO: FRANCINNY DELFINO DE MENDONCA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

007 - Processo: 0011749-88.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: REGINA LUCIA MENDES DA SILVA
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
INCID: 2017.6000.016535-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

008 - Processo: 0006496-91.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02.02 - Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: LUIZ CARLOS DE CARVALHO FERREIRA
AGVTE: CLAIR BERTINI
AGVTE: HILMA CELIA SAMPAIO DE BASTOS
AGVTE: JOSAFA ALVES COSTA
AGVTE: ROSELENE CONTAO BRAUER
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2017.6000.010977-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LUIZ CARLOS DE CARVALHO FERREIRA

009 - Processo: 0017478-42.2016.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: HILDEBRANDO SILVA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2017.6000.010658-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: HILDEBRANDO SILVA

010 - Processo: 0000310-44.2013.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
02.16.03 - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ELIETE AMBROZIO
ADVOGADO: GLAUCO CAPDEVILLE FAJARDO SAMPAIO
ADVOGADO: DELTON PEDROSO BASTOS JUNIOR
APDO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2017.6000.009022-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ELIETE AMBROZIO

011 - Processo: 0009419-90.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.09 - Remoção - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ELAINE MARTINS LAGOAS DA CRUZ

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE BRISOLLA CAETANO
INCID: 2017.6000.013516-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

012 - Processo: 0008899-33.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: FATIMA AGRA ALVES DA SILVEIRA
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
ADVOGADO: MARIO ORLANDO FERREIRA STOQUE
INCID: 2017.6000.018007-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: FATIMA AGRA ALVES DA SILVEIRA

013 - Processo: 0012759-42.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: MARLON FELIPPE ALMEIDA CARDINOT
AGVTE: FC DE FRIBURGO COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO: LEANDRO JOSE TEIXEIRA SIMAO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SILVIA MERI DOS SANTOS GOTARDO
P.RÉ: MARCO ANTONIO ALMEIDA CARDINOT
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.016286-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: FC DE FRIBURGO COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA

014 - Processo: 0010551-85.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
AGVDO: REGINALDO AUGUSTO PICOLI
AGVDO: MARIA PERPETUA PICOLI
ADVOGADO: MARCELO PICOLI
INCID: 2017.6000.013065-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

015 - Processo: 0010850-62.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.02.02 - Crédito Educativo - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: CARLOS VALERIO VIEIRA
AGVDO: SANDRA CRISTINA GUERRA AZEVEDO
AGVDO: ALEXANDRE GUERRA AZEVEDO
ADVOGADO: VANDER LOUZADA DE ARAUJO
INCID: 2017.6000.009929-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

016 - Processo: 0010737-11.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.04.02 - Cédula de crédito bancário - Espécies de títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: ROBERTO DE FREITAS RANGEL
AGVTE: VANESSA DE MARTIN RODRIGUES MARQUES
ADVOGADO: WESCLEY LUBE SEGATO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
INCID: 2017.6000.016710-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ROBERTO DE FREITAS RANGEL

017 - Processo: 0009433-74.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: LUIZ ANTONIO DA COSTA CARVALHO CORREA DA SILVA
ADVOGADO: FLAVIO ZVEITER
ADVOGADO: MARIANA BURITY MARTINS
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
Observação da DIDRA:

INCID: 2017.6000.014735-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

018 - Processo: 0030915-09.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CRISTINA HELENA DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: SERGIO SOLLE DE FIGUEIREDO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ROBERTO PAULO OLIVEIRA AZEVEDO
INCID: 2017.6000.018880-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CRISTINA HELENA DE SOUZA OLIVEIRA

019 - Processo: 0000340-79.2013.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.05.12.03 - Reintegração de Posse- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS
APDO: NELSON ESPINDOLA DE AGUIAR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2016.6000.116370-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A

020 - Processo: 0031094-69.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ALTAMIR JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA COUTO
APDO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2017.6000.013340-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

021 - Processo: 0011973-95.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: ARTUR DE FREITAS PIRES NETO
AGVTE: CARLOS HENRIQUE EINLOFT NETO
AGVTE: FRANCISCO EUDES DE BRITO LUNA
AGVTE: PAULO PAULISTA GONCALVES
AGVTE: ROBERTO DE OLIVEIRA COELHO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/02/2017 14:00 Retirado de Pauta

022 - Processo: 0059310-40.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo

RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS
APDO: MAISE MARIA DOS SANTOS
APDO: LUZINELMA VELOZO GONCALVES
APDO: LIDIA DE SOUZA CABRAL
APDO: JOSE CARLOS MEDEIROS FERNANDES
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO

023 - Processo: 0000988-33.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.05.01 - Hipoteca - Direitos Reais sobre Coisas Alheias - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: JOSE ANTONIO RAIA DE OLIVEIRA
AGVTE: MARCIA PRADO GONCALVES RAIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE MANOEL FERNANDES VENTURA
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LENISA MONTEIRO DANTAS CARNEIRO

024 - Processo: 0013331-95.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGVTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES
AGVDO: MARIO CESAR MARTINIANO DA SILVA
AGVDO: ANILDA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ELIANA FERNANDES COSTA

025 - Processo: 0013380-38.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.09 - Compra e venda - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CAIXA CONSÓRCIOS S.A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
ADVOGADO: GUSTAVO MIRANDA DA SILVA
APTE: ZORAIDE MARIA ELISA POSTIGLIONI MAIA
ADVOGADO: ALCINO BARATA
APDO: OS MESMOS
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO

026 - Processo: 0001020-38.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: SÉRGIO LUIZ CONTREIRO ME
AGVTE: SÈRGIO LUIZ CONTREIRO
ADVOGADO: MARCIANIA GARCIA ANHOLLETI
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
Observação da DIDRA:

027 - Processo: 0007834-74.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: VALDELICE PEREIRA DE ARAUJO MESQUITA
APTE: CARLOS HENRIQUE MACHADO DE MESQUITA
ADVOGADO: KAMYLO COSTA LOUREIRO
ADVOGADO: GUILHERME MACHADO COSTA
ADVOGADO: EDUARDO SANTOS SARLO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS
P.RÉ: MESQUITA & MESQUITA LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: Reclassificação Prov.64/2009 de 24/09/2009-despacho fl.54.>

028 - Processo: 0012301-25.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: LUISA CRISTINA DE ALENCAR SANTOS
REPRES.: ROSINA CRISTINA DE ALENCAR SANTOS
ADVOGADO: MARIA DAS GRACAS CARVALHO LEAL
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

029 - Processo: 0117882-29.2015.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: HERALDO HENRIQUE DE LIMA
ADVOGADO: CELSO LAZARO DE ASSIS RIBEIRO JUNIOR
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KARINE VOLPATO GALVANI

030 - Processo: 0094376-81.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CÁSSIA WALÉRIA DIAS
ADVOGADO: ZELSON LUIZ PINHEIRO TENORIO
ADVOGADO: CAROLINA FERNANDES DE ALMEIDA FIGUEIREDO
Observação da DIDRA: SUBSTITUIÇÃO DA POLICIA RODOVIARIA FED. PELA UNIÃO FED. NO POLO PASSIVO CONF. DECISÃO FLS. 264
ALTER. DO VALOR DA CAUSA P/ 10000 REAIS CONF. DEC. FLS. 291

031 - Processo: 0012224-16.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SINFITO-RJ)
ADVOGADO: MARCIO CARVALHO DE SA
ADVOGADO: ELAINE CRISTINA MONTENEGRO DE PAULA BASTOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

032 - Processo: 0001765-57.2012.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CARREFOUR COM/ E IND/ LTDA (FILIAL)
ADVOGADO: SERGIO MIRISOLA SODA
ADVOGADO: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES

033 - Processo: 0013252-19.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.04.02 - Cédula de crédito bancário - Espécies de títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: BAD BOY RJ FACÇÕES LTDA ME
AGVDO: JONATAN MATIAS DE SILVA
AGVDO: LEONARDO MUCY GIRARDI

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

034 - Processo: 0000727-68.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
AGVDO: RAPHAEL GOMES DO AMARAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

035 - Processo: 0001926-28.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: GAMAL KHODR JALOUL
AGVDO: IGUAÇU POLO COM. DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

036 - Processo: 0023666-02.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.08 - Ex-combatentes- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: DALTON SALES PEIXOTO
ADVOGADO: DJANYRA DE CASSIA VIANA PESSOA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

037 - Processo: 0152231-18.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ADELIA BEZERRA NOVAES
ADVOGADO: MARCELO FERREIRA DA FONSECA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

038 - Processo: 0000039-31.2014.4.02.5006 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: MARIA HILDA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: MARCIO GARCIA DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

039 - Processo: 0011749-59.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SUELI GRAM DE AZEVEDO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

040 - Processo: 0045959-63.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CARMELIA DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADO: BRUNA ALEXANDRA ARANTES CARDOSO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APDO: OS MESMOS

APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

041 - Processo: 0000856-73.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ANA LUCIA SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA

042 - Processo: 0015032-90.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CYRENE DE OLIVEIRA RODRIGUES
ADVOGADO: MARIA SOCORRO TEIXEIRA HEUSELER
ADVOGADO: VILANIR PEREIRA DA COSTA DARTORA

043 - Processo: 0085813-98.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARIA SOCORRO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: ANTONIO LUIZ SANTANA

044 - Processo: 0062041-09.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARIA LUCIA DA SILVA
ADVOGADO: AMARO GERSON MIGUEL VIEIRA

045 - Processo: 0116489-38.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CARLOS COUTINHO BATALHA
ADVOGADO: RENATO BERTOLA MIRANDA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
ADVOGADO: FABIO EDUARDO DA SILVA LEOPOLDINA
ADVOGADO: GUSTAVO CAMPOS SCHWARTZ
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS

046 - Processo: 0093859-42.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: RAFAEL CAPAZ GOULART
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

047 - Processo: 0003737-51.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: SALATEL SISNANDE DOS SANTOS
ADVOGADO: ARCANJA DIAS DE BARROS OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

048 - Processo: 0001150-28.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.01.06 - Adidos e Adjuntos - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: MATHEUS VENTTURAZZI BALBINOT
ADVOGADO: ANDREIA MADEIRO ANELHE
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

049 - Processo: 0007020-19.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.06 - Ressarcimento ao SUS - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL-FRG
ADVOGADO: SERGIO COELHO E SILVA PEREIRA
ADVOGADO: ADRIANA DE LOURDES ANCELMO
ADVOGADO: MARCELO CURY ATHERINO
ADVOGADO: PAULA MENNA BARRETO MARQUES
APTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS

050 - Processo: 0014330-71.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ANDRÉ LUIZ PERES LOPES
ADVOGADO: JOÃO PAULO DA SILVA ANTAL
ADVOGADO: SILVIO LUIS CORDEIRO
APDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Observação da DIDRA: INCL. DAS AUTOR. COATORAS E DO NOVO VALOR CAUSA CONF. DEC. FLS. 1995

051 - Processo: 0011830-09.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: ALZEMIR MARIA DA CONCEICAO
ADVOGADO: CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO
ADVOGADO: ALFREDO HILARIO DE SOUZA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

052 - Processo: 0000154-67.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APDO: CARLOS RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: 2º RECURSO
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/01/2015 13:00 Julgado

053 - Processo: 0056550-18.2015.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: DAYANA SAMPAIO RAMOS MEIRELES
ADVOGADO: NATAL DO CARMO AZEVEDO CHAVES
APDO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
APDO: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
ADVOGADO: RODRIGO MAGALHÃES DE OLIVEIRA

054 - Processo: 0097091-62.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: ADRIANA GOMES SOBRAL
ADVOGADO: ALESSANDRA CHRISTINA DE MACEDO
ADVOGADO: MARIA MARTA GUIMARAES
APDO: RKVEGA PARTICIPAÇÕES S.A.
ADVOGADO: MIGUEL COSTA VAN HOMBEECK
ADVOGADO: AMAURY COSTA
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

055 - Processo: 0097889-23.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARIA MARTA GUIMARAES
APDO: CAROLINA ISABEL M DE M E NOVAES JORNALISMO E MARKETING
ADVOGADO: CECILIA MENDES DE MAGALHAES E NOVAES
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

056 - Processo: 0021193-48.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: YOLANDA BITTENCOURT NOGUEIRA
ADVOGADO: RONALDO GONCALVES CARVALHO
REMETENTE: Juízo da 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 03VF/RJ
INCID: 2017.6000.018925-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

057 - Processo: 0013003-68.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.04.02 - Cédula de crédito bancário - Espécies de títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: KARPOS CONFECÇÕES LTDA EPP
AGVTE: LARISSA BARBOSA ANDRIKOPOULOS
AGVTE: ANADETTE BARBOSA ANDRIKOPOULOS
ADVOGADO: LUCIANO COMPER DE SOUZA
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCIANO COMPER DE SOUZA
INCID: 2017.6000.020424-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: KARPOS CONFECÇÕES LTDA EPP

058 - Processo: 0000210-86.2013.4.02.5114 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.02 - Alienação fiduciária - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: MÁRCIO MENDONÇA DE ARAÚJO
ADVOGADO: ANA PAULA DOS SANTOS TEIXEIRA GONCALVES
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS

059 - Processo: 0000478-20.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.04 - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: NEUSA CARVALHO RESPEITA
ADVOGADO: DARLENE BELLO DA SILVA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

060 - Processo: 0000890-48.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)

01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN-RJ
ADVOGADO: ERNESTO JULICH LEITE DE OLIVEIRA
AGVDO: IVONE EVANGELISTA CABRAL
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS ARAUJO LOPES

061 - Processo: 0001011-76.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: PROTESTE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
ADVOGADO: WILLIAM TAKACHI NOGUCHI DO VALE
AGVDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI

062 - Processo: 0000786-49.2012.4.02.5006 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: EDINEUZA MUNIZ SILVA
ADVOGADO: ESMERALDO A L RAMACCIOTTI
ADVOGADO: JÚLIO CÉZAR LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

063 - Processo: 0120675-02.2014.4.02.5111 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01.01 - Multa Ambiental - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ARTHUR PEIXOTO NETO
ADVOGADO: VILMAR LUIZ GRACA GONCALVES
ADVOGADO: IVAN TAUIL RODRIGUES
APDO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

064 - Processo: 0028991-55.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.13.11 - Classificação - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: FUNDAÇÃO BIO-RIO
ADVOGADO: CHRISTIANN NOGUEIRA GENU LEAO
APDO: LUCIANO COELHO DE MAGALHAES
ADVOGADO: AMANDA PEREIRA DE MAGALHAES
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ

065 - Processo: 0012190-41.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.05.01.01 - Locação/ Permissão de Uso - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: CONCESSIONARIA INFRABARRA LTDA.
ADVOGADO: RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS
ADVOGADO: JOSE RENATO SOARES BITENCOURT
ADVOGADO: VERENA REVERDY LEMOS
AGVDO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: HUMBERTO CESTARO TEIXEIRA MENDES
ADVOGADO: FELIPE VIEIRA DA CUNHA

066 - Processo: 0019900-14.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.08.21 - Arrendamento Residencial - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: BARBARA FERREIRA FONSECA
ADVOGADO: FERNANDO EDUARDO DE ARAUJO ALVES
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO

APDO: PATRIMAR ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: ANA CHRISTINA DE VASCONCELLOS MOREIRA
ADVOGADO: FABIANO CAMPOS ZETTEL
APDO: DALLAS CONSTRUÇÕES E EMPREEDIMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

067 - Processo: 0010730-19.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: DANIELE MOREIRA MORAES
ADVOGADO: THIAGO RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO: ANNA CAROLINA BORGES DE OLIVEIRA
AGVDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVTE: DANIELE MOREIRA MORAES
ADVOGADO: THIAGO RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO: ANNA CAROLINA BORGES DE OLIVEIRA
AGVDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2017.6000.013017-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

068 - Processo: 0010730-19.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: DANIELE MOREIRA MORAES
ADVOGADO: THIAGO RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO: ANNA CAROLINA BORGES DE OLIVEIRA
AGVDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVTE: DANIELE MOREIRA MORAES
ADVOGADO: THIAGO RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO: ANNA CAROLINA BORGES DE OLIVEIRA
AGVDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2017.6000.016143-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

069 - Processo: 0502713-04.2009.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: WALTER HUGO SANDALL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.022726-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

070 - Processo: 0001476-85.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.13.06 - Prova de Títulos - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGVDO: ERICA CINDRA DE LIMA
ADVOGADO: GUSTAVO SEABRA SANTOS

071 - Processo: 0012147-07.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGVTE: GIOVANI MAZIOLI GONÇALVES
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE NEVES COUTINHO DA SILVA
ADVOGADO: LEONARDO BARBOSA CAMANHO DA SILVEIRA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

072 - Processo: 0009094-71.1998.4.02.5101 AC
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: PEDRO GONÇALVES - ESPÓLIO
ADVOGADO: CECILIA MIGNONE MODESTO LEAL
ADVOGADO: EDUARDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA E SILVA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCIA RODRIGUES CAETANO
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
INCID: 2017.7404.001154-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: PEDRO GONÇALVES - ESPÓLIO

073 - Processo: 0002479-85.2016.4.02.9999 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: BERTOLDO NUNES GOMES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.7404.001616-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
APELANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL

074 - Processo: 0024724-84.2009.4.02.5101 AC
01.05.02.02 - Taxa de Ocupação - Terras Públicas - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CARIOCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
ADVOGADO: GLAUCUS PIMENTA DE SOUSA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2017.7404.001026-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CARIOCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

075 - Processo: 0070273-06.1998.4.02.5101 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: BAZAR E FERRAGENS PASESI LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.7404.001662-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

076 - Processo: 0000259-16.2006.4.02.5101 AC
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES

APTE: TERASAKI DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: CHERYL BERNO
APDO: OS MESMOS
ANOTAÇÃO: PEDIDO DE VISTA DO DR ALUISIO MENDES
Resultados de Julgamentos Anteriores
12/01/2016 14:00 Retirado de Pauta
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas
14/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

077 - Processo: 0011325-22.2008.4.02.5101 AC
01.08.01.03 - Juros - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: SARAH MOTTA LIMA LEÃO DE AQUINO
ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: MARILDA AMORIM VIANNA
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Retirado de Pauta

078 - Processo: 0009046-48.2003.4.02.5001 APELREEX
01.06 - Intervenção na Propriedade - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LURDES PEDRINHA CAIADO FRAGA
APDO: HONÓRIO HERMETO FRAGA - ESPÓLIO
ADVOGADO: ALEMER JABOUR MOULIN
ADVOGADO: LUCIANA MERCON VIEIRA
ADVOGADO: JORGE EDUARDO IGLESIAS LOPES
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERALCÍVEL DE VITÓRIA / ES

079 - Processo: 0929713-31.1900.4.02.5101 AC
01.06.01 - Desapropriação - Intervenção na Propriedade - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ASSTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INDL/ E AGRICOLA FAZENDAS BARRA GRANDE S/A
ADVOGADO: NISOMAR LUSTOSA DOURADO E SILVA
Observação da DIDRA: 2º RECURSO

080 - Processo: 0010410-70.2008.4.02.5101 AC
02.08.13 - Linha de Crédito - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: ALEXANDRE ALVES RODRIGUES SOBRINHO
ADVOGADO: FERNANDA SILVA DO AMARAL
APDO: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: DANIEL AYRES KALUME REIS
ADVOGADO: LORENA DE CASTRO ABREU E SILVA
INCID: 2017.7404.001160-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ALEXANDRE ALVES RODRIGUES SOBRINHO

081 - Processo: 0025695-79.2003.4.02.5101 AC
02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AUTOR: RADIOBRAS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A
ADVOGADO: NATALIA COTA DE MIRANDA
ADVOGADO: BIANCA MESQUITA DE CASTILHO BARBOSA

RÉU: HELIO SCUDIERI
ADVOGADO: EDUARDO MACHADO DOS SANTOS
INCID: 2017.7404.000887-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: HELIO SCUDIERI

082 - Processo: 0008884-24.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APTE: JUREMA LURDES GIOVANELLA VICENZI
APTE: JOSE MODESTO NETO
APTE: JOSE MARIA VASCONCELOS DA SILVA
APTE: JOSE AUGUSTO DENIZ
APTE: JOSE ADAIR MENDES POIER
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
APDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Observação da DIDRA: 2º RECURSO
Resultados de Julgamentos Anteriores
04/08/2015 13:00 Julgado

083 - Processo: 0011189-55.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CCCPMM - CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: GELMO DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

084 - Processo: 0005298-19.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: FLAVIO PEREIRA DE MELO
AGVTE: LUCIANA CLAUDIA DAVEL DE MELO
ADVOGADO: ANDRÉ CASOTI LOUZADA
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEBASTIÃO TRISTÃO STHEL
ADVOGADO: ALESSANDRO ANDRADE PAIXÃO
P.RÉ: VASQUEZ INDUSTTRIA COMERCIO DE IMOVEIS LTDA
P.RÉ: MARIA APARECIDA LOPES DE MELO
P.RÉ: ADEMIR PEREIRA DE MELO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

085 - Processo: 0005650-74.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.02.02 - Crédito Educativo - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
AGVDO: FELIPE SANTOS LEOPOLDINO DA SILVA
ADVOGADO: BRUNO DA SILVA DUBOC
AGVDO: MARIA APARECIDA DOS SANTOS BORGES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

086 - Processo: 0007088-38.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CYNTHIA TANNURE COELHO
ADVOGADO: Mônica Tannure Coelho Guimarães
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA CHAGAS
P.RÉ: ODONTOLOGIA MEIRA BRITTO LTDA
P.RÉ: FRANCISCO MEIRA BRITTO JUNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

087 - Processo: 0160390-47.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APDO: CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE CASTRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/02/2017 14:00 Retirado de Pauta

088 - Processo: 0008837-90.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RJ
ADVOGADO: RACHEL QUINTANA RUA DUARTE
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
AGVDO: ALBERTO RIAL DE POLY
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

089 - Processo: 0009022-31.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RJ
ADVOGADO: RACHEL QUINTANA RUA DUARTE
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
AGVDO: ARTUR OLIMPIO DE BARROS NETO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

090 - Processo: 0007223-50.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRI - CRC/RJ
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
AGVDO: ELSON RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

091 - Processo: 0008511-33.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.01.09 - Promoção- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CARLOS ALBERTO MALLET SARAIVA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

092 - Processo: 0007586-37.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02.07 - Quintos/Décimos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ADALTON AMADEU BASTOS
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

093 - Processo: 0010380-31.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ELIAS OLIVEIRA DE ABREU
ADVOGADO: ANDRE LUIZ NOGUEIRA DE MACEDO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO

094 - Processo: 0003502-25.2007.4.02.5103 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: GENTIL LICASÁLIO ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

095 - Processo: 0001868-96.2004.4.02.5103 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: GENTIL LICASÁLIO
APDO: GENTIL LICASÁLIO ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

096 - Processo: 0526488-19.2007.4.02.5101 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: DEISE DE OLIVEIRA FERREIRA
APDO: CLAUDIA ANDRADE LIMA
APDO: AVIÁRIO TAILANDIA LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

097 - Processo: 0005492-87.2014.4.02.0000 AG
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
AGVDO: CONSULT PLANEJAMENTO E CONTROLE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

098 - Processo: 0000740-05.2004.4.02.5115 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
ADVOGADO: ELAINE BARBOSA CAMARGO
APDO: SUPER RURAL AGROPECUÁRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
APDO: LUIZ FERNANDO PEREIRA RAMOS
APDO: MARIA ALICE DE MOURA RAMOS
ADVOGADO: JULIA MARIA DE MOURA RAMOS

099 - Processo: 0000195-07.2005.4.02.5112 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ
ADVOGADO: LUIS EDUARDO DE ATHAYDE VIEIRA
ADVOGADO: ISIS MARINHO ROSSI OFFREDI BRAGA
ADVOGADO: ALMIR FERREIRA JUNIOR
APDO: ÂNGELO ALBERTO DE A. FIGUEIREDO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

100 - Processo: 0503333-60.2002.4.02.5101 AC

01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1ª REGIÃO - CORECON / RJ
ADVOGADO: PAULO ROBERTO PIRES PEREIRA
ADVOGADO: MANOEL MESSIAS PEIXINHO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO CACAU DE BRITO
APDO: JOSÉ RAUL SANT'ANNA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

101 - Processo: 0501874-76.2009.4.02.5101 APELREEX
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
02.19.02.01 - Enriquecimento sem causa - Atos unilaterais - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: FÁTIMA CRISTINA DE OLIVEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
INCID: 2016.7404.004435-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 0047740-62.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANA CLAUDIA VILLA NOVA PESSANHA DE SOUZA
APDO: VERA TIEDEMANN
APDO: BERNARDO TIEDEMANN
ADVOGADO: BERNARDO TIEDEMANN
Resultados de Julgamentos Anteriores
20/10/2015 14:00 Julgado
08/03/2016 14:00 Julgado
28/06/2016 14:00 Julgado

103 - Processo: 0004354-51.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: JEFFERSON LACERDA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

104 - Processo: 0003364-71.2011.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN-RJ
ADVOGADO: CAROLINA CARVALHO EFFGEN
APDO: ARACELIA BERNARDINO DUTRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

105 - Processo: 0102856-57.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 6ª REGIÃO
ADVOGADO: JULIANO MENDONÇA GONZAGA
APDO: CIRA CRISTINE PENA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

106 - Processo: 0103094-76.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário

RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 6ª REGIÃO
ADVOGADO: JULIANO MENDONÇA GONZAGA
APDO: ROGÉRIO SUHET DE CARVALHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

107 - Processo: 0102996-91.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 6ª REGIÃO
ADVOGADO: JULIANO MENDONÇA GONZAGA
APDO: DJALMA JUAREZ MAGALHÃES FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

108 - Processo: 0011864-81.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
ADVOGADO: MARIANA RAMOS SENA DOS SANTOS
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
AGVDO: PAULO CESAR DE OLIVEIRA SABINO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

109 - Processo: 0118430-23.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: ANTONIO ELITON PINHEIRO ESTEVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

110 - Processo: 0016380-79.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 13 REGIAO - ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APDO: ERNANI MOTTA DE MEDEIROS FURTADO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

111 - Processo: 0012703-46.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: MARIA MARQUES FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

112 - Processo: 0147685-18.2014.4.02.5112 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RJ
ADVOGADO: MARCELA CARNEIRO MENDES ALVES SAGNELLI
ADVOGADO: RACHEL QUINTANA RUA DUARTE
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
APDO: CARLOS TIRADENTES DE OLIVEIRA (F. IND)
ADVOGADO: RAFAEL SOUZA SANTIAGO

113 - Processo: 0027755-73.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN-RJ
ADVOGADO: CAROLINA CARVALHO EFFGEN
APDO: REGINA CELIA VIEIRA SANTOS GOMES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

114 - Processo: 0000553-51.2014.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APDO: MUNICIPIO DE TRES RIOS - PREFEITURA
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS - RJ

115 - Processo: 0000198-41.2014.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
APDO: MUNICIPIO DE TRES RIOS - PREFEITURA
ADVOGADO: VALESCA TEIXEIRA PAULINO GOMES JARDIM

116 - Processo: 0000576-94.2014.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APDO: MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: CARLA LEITE SARDELLA

117 - Processo: 0000575-12.2014.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APDO: MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: CARLA LEITE SARDELLA

118 - Processo: 0000090-12.2014.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)

01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APDO: MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA

119 - Processo: 0000309-07.2014.4.02.5119 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DA CUNHA JUNIOR
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: DENISE BRAITO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.011882-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

120 - Processo: 0000304-82.2014.4.02.5119 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: AGRISULFLU AGRICOLA SUL FLUMINENSE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.011881-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

121 - Processo: 0032265-21.2016.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: T DUARTE FONTANA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.011883-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

122 - Processo: 0009612-08.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: WALTER GUIMARAES PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.019141-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

123 - Processo: 0012658-76.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: SEBASTIÃO TRISTÃO STHEL
ADVOGADO: ALESSANDRO ANDRADE PAIXAO
APDO: DANIELE DOS SANTOS RIOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.019549-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

124 - Processo: 0026483-39.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
APDO: MOD ELO IMPORTADORA LTDA
APDO: AUGUSTO CEZAR RANGEL
APDO: JOÃO AUGUSTO FERNANDES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.019807-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

125 - Processo: 0013156-38.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: ELENICE DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.020027-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

126 - Processo: 0009209-39.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
ADVOGADO: RODRIGO PIRES FERRAZ DOS SANTOS
AGVDO: JOIR TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
AGVDO: VLADIMIR FERNANDES FIGUEIREDO
AGVDO: DIEGO OSCAR PACHECO DE ARAÚJO
ADVOGADO: JULIANA BUMAHCAR
ADVOGADO: VITOR HUGO ERLICH VARELLA
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO REIS LOURENCO
INCID: 2017.6000.011914-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

127 - Processo: 0514891-19.2008.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.03.13.01 - Taxa Anual por Hectare - Taxas Federais- Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: JULIO COACY PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

128 - Processo: 0022600-55.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: R S NUNES EXTRACAO DE MINERAIS - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

129 - Processo: 0000252-16.2014.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil

RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APDO: JOSÉ LUIZ PACHECO COPPE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.013646-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

130 - Processo: 0002157-85.2011.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.23 - Financiamento privado da educação e/ou pesquisa
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARCELO MENDES DA COSTA
APTE: ANTONIO MENEZES CARDOSO
APTE: LETICIA MARIA ANDRADE CARDOSO
ADVOGADO: ANTONIO GOMES DA SILVA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA
INCID: 2017.6000.012923-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ANTONIO MENEZES CARDOSO

131 - Processo: 0005484-36.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
APDO: RAQUEL RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO: DIEGO CARDOSO DE ARAUJO AMORIM
P.RÉ: PAULO RODRIGUES IMOVEIS
ADVOGADO: PAULO RODRIGUES ALVES DA SILVA

132 - Processo: 0000168-37.2013.4.02.5114 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CHARLES COZZOLINO
ADVOGADO: MICHELE MACEDO DELUCA ALVES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

133 - Processo: 0030896-03.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.01 - Gratificações da Lei 8.112/90 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRISTINA LUIZA ALVES BARAUNA DO AMARAL
ADVOGADO: CORINA ELOISA DA SILVA
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA:

134 - Processo: 0044981-28.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JEOVA JACINTO DE SOUZA
ADVOGADO: ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

135 - Processo: 0041112-57.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DINAMICA CONSULTORIA EM CONSTRUÇÃO CIVIL E INCORPORAÇÕES LTDA

ADVOGADO: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

136 - Processo: 0000101-14.2013.4.02.5004 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02 - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MYCHEL SCARAMUSSA SOSSAI
ADVOGADO: ROGER GOZZER CIMADON
APDO: FACULDADE PITAGORAS - SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCACAO - SOCE
ADVOGADO: GILBERTO BARROS DE BRITO

137 - Processo: 0043344-42.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CARLOS FREDERICO DUTRA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES

138 - Processo: 0103381-30.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.07 - Isonomia - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ESTHER DE OLIVEIRA PINHO GONÇALVES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

139 - Processo: 0115233-51.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DARLICE MARIA DA SILVA
ADVOGADO: JOSE PAULO THOME MORAES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

140 - Processo: 0008371-61.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARILSON ANTUNES DA SILVA
ADVOGADO: GARY DE OLIVEIRA BON ALI
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: IANE RIOS ESQUERDO
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
INCID: 2017.6000.015686-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MARILSON ANTUNES DA SILVA

141 - Processo: 0008902-84.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APDO: RODALEX PECAS E SERVICOS PARA VEICULOS LTDA
APDO: WELLIGTON FREITAS LIMA
APDO: CELIO ALONSO DA SILVA MACEDO
ADVOGADO: MOIZES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: PAMELA VIANNA RIBEIRO VIEIRA INACIO
INCID: 2017.6000.015863-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

142 - Processo: 0005285-71.2015.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.06.01 - Desapropriação - Intervenção na Propriedade - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: AUTOPISTA FLUMINENSE S/A
ADVOGADO: GUSTAVO GARCIA PINHEIRO
P.AUTORA: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: PROPRIETÁRIO DESCONHECIDO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

143 - Processo: 0000707-36.2013.4.02.5006 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: CONSERVIX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS AGUIAR LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

144 - Processo: 0121831-55.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.13.02 - Documentação - Concurso Público/Edital - Administrativo
01.13.10 - Escolaridade - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APDO: DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
ADVOGADO: GUSTAVO DO AMARAL MARTINS
ADVOGADO: ALEXANDRE ORTIGAO SAMPAIO BUARQUE SCHILLER

145 - Processo: 0143267-70.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.05.06 - Responsabilidade Civil do Militar - Indenização ao Erário - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
APDO: MARCELO MARQUES MALHEIROS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

146 - Processo: 0001974-39.2005.4.02.5001 AC
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ARLINDO CORNELIO DA MOTTA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

147 - Processo: 0540539-74.2003.4.02.5101 AC
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PROMEGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO: JOSÉ NICODEMOS CAVALCANTI DE OLIVEIRA
Observação da DIDRA:

148 - Processo: 0012471-75.2013.4.02.9999 AC
01.05.12.04 - Taxa de Ocupação- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ADVOGADO: BRUNO RUA BAPTISTA

149 - Processo: 0002461-67.2009.4.02.5001 AC
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOSE BITTENCOURT CERQUEIRA
ADVOGADO: LAURA MARIA DE SOUZA PESSOA
Observação da DIDRA:

150 - Processo: 0009514-02.2009.4.02.5001 AC
01.05.01.03 - Taxa de Ocupação - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ZALIPE ABRAHAO FERREIRA
APDO: JOSE CARLOS FERREIRA
ADVOGADO: MARCOS VINICIUS ABRAHAO FERREIRA

151 - Processo: 0001311-37.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LUCIANE ANDREA POLETTI SANTANA
APTE: MARCIO WILSON POLETTI
ADVOGADO: LEANDRO ROSA AREAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

152 - Processo: 0009603-25.2009.4.02.5001 APELREEX
01.05.01.02 - Terreno de Marinha - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
01.05.01.03 - Taxa de Ocupação - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CARLOS AUGUSTO GOMES NESPOLI
ADVOGADO: VITOR DE PAULA FRANÇA
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA - ES

153 - Processo: 0000760-59.2009.4.02.5005 REOAC (Processo Eletrônico)
06.05.03.01 - Inclusão indevida em cadastro de inadimplentes - Indenização por dano moral - Responsabilidade do Fornecedor - Consumidor
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: MUNICIPIO DE ECOPORANGA
ADVOGADO: SERGIO MENEZES DOS SANTOS
P.RÉ: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE COLATINA/ES
Observação da DIDRA:

154 - Processo: 0014492-51.2011.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
01.05.01.02 - Terreno de Marinha - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APDO: ANTONIO DUARTE QUEIROZ
ADVOGADO: GISELLE CUNHA LOUVEM
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA / ES

155 - Processo: 0000437-78.2010.4.02.5115 AC (Processo Eletrônico)
01.06.02 - Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/41 - Intervenção na Propriedade - Administrativo
01.06.13 - Restituição de área - Intervenção na Propriedade - Administrativo
08.05.18 - Obrigação de Fazer/Não Fazer - Liquidação/Cumprimento/Execução - Direito Processual
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: BIANCA CHARLES COSTA
ADVOGADO: EMANUELA LIMA MELLO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ: VALDECI DE MELO COSTA
ADVOGADO: EMANUELA LIMA MELLO

156 - Processo: 0002947-11.2012.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ADALBERTO PEREIRA
ADVOGADO: VANILCE BARCELLOS BRAGANCA GOMEZ
APDO: CRECI - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS
ADVOGADO: IDALECIO BARBOSA OLIVEIRA

157 - Processo: 0004872-10.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: LES1 SERVICOS DE LIMPEZA LTDA ME
ADVOGADO: RICARDO BIANCARDI AUGUSTO FERNANDES

158 - Processo: 0004337-81.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: C & C PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME
ADVOGADO: RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI
ADVOGADO: MARCOS GIACOMELLI CARDOSO

159 - Processo: 0002477-70.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
APDO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

160 - Processo: 0000558-87.2011.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CIMOBRAS - INDUSTRIA DE MOLAS BRASILEIRAS LTDA
ADVOGADO: NERIVALDO LIRA ALVES
ADVOGADO: CLARISSA PINTO MASULLO DA COSTA
ADVOGADO: ALEXANDRE DE CARVALHO AYRES

APDO: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

161 - Processo: 0014387-31.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: POSTO DE GASOLINA ILHA LTDA
ADVOGADO: WALDER MARCELINO DE ARAUJO
APDO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

162 - Processo: 0132902-26.2015.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.06 - Ressarcimento ao SUS - Saúde - Serviços - Administrativo
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: UNIMED SUL CAPIXABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: JOAO APRIGIO MENEZES

163 - Processo: 0510252-50.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DEO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA/RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APDO: UPS SCS LOGISTICA BRASIL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

164 - Processo: 0007717-20.2011.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: MAGDA HELENA MALACARNE
APDO: IONARA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE SERRA-ES
Observação da DIDRA: Redistribução conforme Despacho à fl. 7.

165 - Processo: 0136134-74.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APDO: CLEISE LOUREIRO FARIA VERAS FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

166 - Processo: 0105291-04.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: FRANCISCO CARLOS PIO DE OLIVEIRA
APDO: CRISTIANO CAMPELO SODRE
ADVOGADO: Rosemberg Campelo Sodré

167 - Processo: 0061608-73.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES VELLOSO
APDO: MARCELO LOBATO LECHTMAN
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: 2º RECURSO
Resultados de Julgamentos Anteriores
29/09/2015 14:00 Julgado

168 - Processo: 0015248-22.2009.4.02.5101 AC
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: C. M. O. C.
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: J. B. L. F.
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
Observação da DIDRA:

169 - Processo: 0077194-43.2015.4.02.5114 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NUBIA COZZOLINO
ADVOGADO: AIDE RAQUEL DA MATA SOARES PACHECO
APDO: MUNICIPIO DE MAGE
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE MAGÉ - RJ

170 - Processo: 0003873-54.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
AGVDO: MÁRIO ÂNGELO DE CARVALHO HONÓRIO
ADVOGADO: WILSON TAVARES DE CARVALHO
AGVDO: CONSTRUTORA H.G. DE TERESOPOLIS LTDA - EPP
AGVDO: CASA H. G. LTDA
AGVDO: CLAUDIA SILVA DE CARVALHO
AGVDO: JOSÉ CARLOS GONÇALVES GUIMARÃES
ADVOGADO: ADRIANO FERNANDES DE PINHO
AGVDO: JOSÉ NILTON RODRIGUES
AGVDO: ROGÉLIO GONÇALVES MACIEL
AGVDO: MINIMERCADO E PADARIA OLIVEIRÃO DE TERESÓPOLIS LTDA
AGVDO: RÚSTICA DE TERESÓPOLIS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
ADVOGADO: DAVID FERNANDEZ PERRUC
AGVDO: JOSÉ LUIZ GUEDES
AGVDO: CONSTRUTORA ALGARVE DE TERSÓPOLIS LTDA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS MOTTA DE GOMES TOSTES
AGVDO: ALBACETE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE LAZER LTDA
ADVOGADO: ISABELLE BAIRRAL PERLINGEIRO
AGVDO: RAIZ FORTE HORTIGRANJEIROS LTDA - EPP
AGVDO: HORTIFRUTI QUITANDINHA LTDA
AGVDO: FERNANDA DE ALMEIDA CARVALHO
ADVOGADO: ARTHUR LEONARDO MOTTA DE GOMES TOSTES
AGVDO: RODOLFO LUIZ CHAUFFAILLE
ADVOGADO: RENATO JOSE DE ALMEIDA REIS
AGVDO: CENTRO CARDIOLÓGICO DE PETRÓPOLIS LTDA
AGVDO: NÉLIO GOMES JÚNIOR
ADVOGADO: FERNANDO MONTESANO SCHETTINO
AGVDO: MARCELO SILVA MORAES
AGVDO: LUCIANE LOPES MORAES
ADVOGADO: CLAUDIO JOSE LOPES DA SILVEIRA
AGVDO: MARCOS JOSÉ BRAGA DE REZENDE

ADVOGADO: PAULO VINICIUS MOTTA DE GOMES TOSTES
AGVDO: DERALDO EIRAS
ADVOGADO: CLOVIS MURILLO SAHIONE DE ARAUJO
AGVDO: OSCAR SALGUEIRO DE CASTRO
ADVOGADO: FABIANA CORREA DE CASTRO LEAL
AGVDO: GERALDO MÁRCIO PRATA
ADVOGADO: ADRIANA ROSA DE LIMA FERNANDES DE OLIVEIRA
AGVDO: SERVAL - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA ME
ADVOGADO: STELLA MARIS LACERDA DE MORAES
AGVDO: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: ANDRE LUIZ SOARES COSTA
AGVDO: WILTON SILVA COSTA
ADVOGADO: MARLI LIMA MAGALHAES
AGVDO: TECNOSONDA S/A
ADVOGADO: JOSE GUILHERME BERMAN CORREA PINTO
AGVDO: MÁRCIO LIMA DA ROSA
ADVOGADO: JOAO BATISTA IRENE DE MENESES
AGVDO: ADRIANO DUARTE TANURE
ADVOGADO: ANA PAULA VIEIRA DE MATOS
AGVDO: MARIO LUIZ DE OLIVEIRA DESTRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
20/09/2016 14:00 Retirado de Pauta

171 - Processo: 0013824-03.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: RAIMUNDA ALFAIA DA SILVA
ADVOGADO: LEONARDO PECANHA MOLL
INCID: 2015.6000.020241-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: RAIMUNDA ALFAIA DA SILVA

172 - Processo: 0143718-32.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.01 - Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ADERMEVAL SOUZA SANTOS
ADVOGADO: FERNANDA APARECIDA DORA DE CARVALHO
ADVOGADO: HUGO LEONARDO VELLOZO PEREIRA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
INCID: 2015.6000.041642-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ADERMEVAL SOUZA SANTOS

173 - Processo: 0041718-85.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUCIMAR DE MELO MACHADO
ADVOGADO: LEONARDO FERREIRA HEFFER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUCIMAR DE MELO MACHADO
ADVOGADO: LEONARDO FERREIRA HEFFER
INCID: 2015.6000.055823-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
AGRAVANTE: LUCIMAR DE MELO MACHADO

174 - Processo: 0041718-85.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo

RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUCIMAR DE MELO MACHADO
ADVOGADO: LEONARDO FERREIRA HEFFER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUCIMAR DE MELO MACHADO
ADVOGADO: LEONARDO FERREIRA HEFFER
INCID: 2015.6000.064867-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LUCIMAR DE MELO MACHADO

175 - Processo: 0117461-33.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.01 - Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ANTONIO CATHARINO SOARES
ADVOGADO: HUGO LEONARDO VELLOZO PEREIRA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DELMAR REINALDO BOTH
INCID: 2015.6000.057446-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ANTONIO CATHARINO SOARES

176 - Processo: 0105683-03.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.07.09 - Planos Econômicos - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
01.08.01.03 - Juros - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EVANDRO RABELLO BACELLAR
APTE: RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA
APTE: MARIA DE LOURDES CARDOSO FIALHO
ADVOGADO: FERNANDA APARECIDA DORA DE CARVALHO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: HUGO LEONARDO VELLOZO PEREIRA
INCID: 2015.6000.058029-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: EVANDRO RABELLO BACELLAR

177 - Processo: 0009230-63.2001.4.02.5101 AC
01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APTE: ROMULO FONTENELLE MORBACH
ADVOGADO: PEDRO ELOI SOARES
APDO: OS MESMOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO: ALTAMIR CAETANO DA MOTTA
APDO: LUIZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA
ADVOGADO: JOSE CALIXTO UCHOA RIBEIRO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APTE: ROMULO FONTENELLE MORBACH
ADVOGADO: PEDRO ELOI SOARES
APDO: OS MESMOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO: ALTAMIR CAETANO DA MOTTA
APDO: LUIZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA
ADVOGADO: JOSE CALIXTO UCHOA RIBEIRO

INCID: 2016.7404.001608-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LUIZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA

178 - Processo: 0009230-63.2001.4.02.5101 AC
01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APTE: ROMULO FONTENELLE MORBACH
ADVOGADO: PEDRO ELOI SOARES
APDO: OS MESMOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO: ALTAMIR CAETANO DA MOTTA
APDO: LUIZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA
ADVOGADO: JOSE CALIXTO UCHOA RIBEIRO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APTE: ROMULO FONTENELLE MORBACH
ADVOGADO: PEDRO ELOI SOARES
APDO: OS MESMOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO: ALTAMIR CAETANO DA MOTTA
APDO: LUIZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA
ADVOGADO: JOSE CALIXTO UCHOA RIBEIRO
INCID: 2016.7404.001505-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: PEDRO ELOI SOARES

179 - Processo: 0013074-75.2013.4.02.0000 AG
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: LUIZ ANTONIO DA COSTA CARVALHO CORREA DA SILVA
ADVOGADO: FLAVIO ZVEITER
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
INCID: 2016.7404.002262-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LUIZ ANTONIO DA COSTA CARVALHO CORREA DA SILVA

180 - Processo: 0011744-43.2013.4.02.0000 AG
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: MARIA AUXILIADORA DE VASCONCELLOS
ADVOGADO: WALTER COUBE LANGSDORFF NETO
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
INCID: 2016.7404.002271-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MARIA AUXILIADORA DE VASCONCELLOS

181 - Processo: 0005522-48.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SIVEIRA RIBEIRO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: JULIANA DIAS GUERRA FERREIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOSE ALVES MACHADO
ADVOGADO: JOSE ALVES MACHADO
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2016.6000.062872-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: SIVEIRA RIBEIRO E ADVOGADOS ASSOCIADOS

182 - Processo: 0106270-65.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ANTONIO PAULO RIEMPST DE MENEZES
ADVOGADO: RODRIGO LOUREIRO MARTINS
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2016.6000.112738-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ANTONIO PAULO RIEMPST DE MENEZES

183 - Processo: 0015827-33.2010.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CARLOS PEREIRA SILVA
ADVOGADO: JOSE ALBERTO ALVES DINIZ
REMETENTE: JUIZO DA 32ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

184 - Processo: 0002114-03.2011.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.03.02.04 - Segurança e Medicina do Trabalho- Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: PETROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADVOGADO: JULIANA CORREA AZEVEDO VAZ
ADVOGADO: PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA DE BARCELLOS
ADVOGADO: JULIANA CORREA AZEVEDO VAZ
APTE: WILSON SONS LOGISTICA LTDA
ADVOGADO: SILVANA PACHECO LOPES DE ALMEIDA
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

185 - Processo: 0006397-57.2010.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: VERGINIA MAZZONI TAMPASCO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
Observação da DIDRA: DESP FLS 57

186 - Processo: 0810776-71.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NEY AMERICANO REGO
ADVOGADO: JANETE DOS SANTOS GONCALVES
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

187 - Processo: 0001640-83.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARILEIDE BESERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: JANETE JANE DA CONCEICAO BARBOSA GERMANO DOS SANTOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ

188 - Processo: 0003578-25.2011.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)

02.10 - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: STIL MOVEIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
18/02/2016 13:00 Julgado

189 - Processo: 0001682-10.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: YAMARA MOTTA DA SILVA
APTE: WANDER VIEIRA DE SOUZA
APTE: WELLINGTON DA SILVA PEREIRA
APTE: WILSON MARIO ZANOTTI
APTE: WOLMER PINHEIRO MOTEKOSKI
APTE: ZENAIDE SILVA RIBEIRO
ADVOGADO: MARCELO MATEDI ALVES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: Rejeitada a dependência - redistribuição livre - despacho fl.186.->
Baixa em Vicentina-litispendência - decisão fl. 192.

190 - Processo: 0014080-09.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.19 - Residência Médica - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.12.01 - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: CHRISTIANE BORBA TEIXEIRA
ADVOGADO: LUCIANA FERREIRA CUQUEJO
APDO: OS MESMOS

191 - Processo: 0106724-34.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Civil
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ERLY DE OLIVEIRA CRUZ
ADVOGADO: DOUGLAS MOREIRA DA SILVA
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

192 - Processo: 0506344-43.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
01.11.05.02 - Responsabilidade Civil / Indenização ao Erário - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: MARIA LUCIA COUTO CORREA PINTO
ADVOGADO: CLAUDIO RODRIGO GUEDES FERRO LAMEGO
P.RÉ: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

193 - Processo: 0004242-23.2006.4.02.5101 APELREEX
01.11.02.07 - Quintos/Décimos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 16ª VARA - RJ

194 - Processo: 0008017-12.2007.4.02.5101 AC
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EUCI MARIA DA SILVA CARVALHO
APTE: EUZA MARA DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO: ANDREIA AVELAR CLEMENTE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

195 - Processo: 0001484-86.1997.4.02.5101 AC
01.12.01.05 - Anistia Política - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOSE LUCIO DE SILVA
ADVOGADO: GERSON LUCCHESI

196 - Processo: 0001955-71.2012.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: IMBE CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: FREDERICO GONCALVES RIBEIRO NETO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

197 - Processo: 0006159-33.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CLAUDIA MARIA FERNANDES DE MELLO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

198 - Processo: 0010997-88.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: IRACEMA ADEODATO MAGESKI
ADVOGADO: ANA IZABEL VIANA GONSALVES
ADVOGADO: VINICIUS BIS LIMA

199 - Processo: 0100559-79.2012.4.02.5002 APELREEX (Processo Eletrônico)
02.20 - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MINERACAO CAPIXABA LTDA
ADVOGADO: GLAUCIA SCARAMUSSA BACHIETTE
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

200 - Processo: 0041111-72.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.01 - Garantias Constitucionais - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: PROTEX SEGURANÇA LTDA
ADVOGADO: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

201 - Processo: 0005844-34.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.12.01.01 - Recrutamento e Concurso - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo

RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APDO: ANDRESSA RIBEIRO DE MELO
ADVOGADO: WAGNER PEREIRA DA CRUZ
ADVOGADO: TATIANA PEREIRA DA CRUZ DE MOURA
APTE: PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
ADVOGADO: TAISA OLIVEIRA MACIEL

202 - Processo: 0027861-64.2015.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.13.02 - Documentação - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO DUQUE ESTRADA DE SOUZA
ADVOGADO: ANTONIO AUGUSTO CORSINO DE AZEVEDO TEIXEIRA
P.RÉ: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 23ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

203 - Processo: 0001801-02.2011.4.02.5002 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.02.03 - Colação de Grau - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: JESUS ROCHA DA SILVA
ADVOGADO: AGISSE MELCHIADES DE S. FILHO
P.RÉ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
ADVOGADO: RUBENVAL BRAGA FRANCO
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

204 - Processo: 0107009-84.2014.4.02.5158 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: GISELE AMARAL OROSKY
ADVOGADO: FELIPE AUGUSTO DE GOES DOS SANTOS MELO
REMETENTE: JUÍZO DA 2º VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ

205 - Processo: 0008001-77.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.03.03 - Matrícula Escolar - Ensino Fundamental e Médio - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LUCAS DA CUNHA MOTA
REPRES.: FABIOLA FARIAS BAPTISTA DA CUNHA
ADVOGADO: DOLORES DE JESUS FERREIRA
APDO: COLEGIO PEDRO II
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

206 - Processo: 0490287-18.2013.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.02 - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: VALMIR JHONATTA ALMEIDA BARBOSA
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
ADVOGADO: NELSON MENDES DA SILVA
P.RÉ: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Observação da DIDRA: ORIUNDO DO PLANTÃO

207 - Processo: 0001978-20.2012.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.02 - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO
ADVOGADO: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA
APDO: VANESSA DA SILVA FERREIRA ARAUJO
ADVOGADO: MOISES LAURIANO DE SANTANA

REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE NITEROI-RJ

208 - Processo: 0009950-10.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LUCAS KELLER PONCE DA MOTTA
ADVOGADO: RAPHAEL CONCEICAO DE AGUIAR
REMETENTE: JUIZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

209 - Processo: 0001681-25.2012.4.02.5001 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.02.03 - Colação de Grau - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: RENATA DE AVILA CAIAFFA
ADVOGADO: RALFF CARNEIRO SANTOS
P.RÉ: SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPIRITO SANTO - UNIDADE VILA VELHA - ENSINO SUPERIOR - SEDES/UVV-ES
ADVOGADO: MARCIA REGINA DA SILVA NUNES
REMETENTE: JUIZO DA 4A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

210 - Processo: 0001521-63.2013.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.02.03 - Colação de Grau - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE VITORIA LTDA - FDV
ADVOGADO: BRUNO DA LUZ DARCY DE OLIVEIRA
APDO: FLAVIA MURAD NEFFA LOUREIRO
ADVOGADO: JOAO PAULO BARBOSA LYRA
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Observação da DIDRA: Rejeição dependência-livre redistribuição-decisão fl. 256.

211 - Processo: 0006179-93.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: DANIEL OLIVEIRA BONN
ADVOGADO: CELSO PEREIRA

212 - Processo: 0003678-06.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: LETICIA MENDES PEREIRA
REPRES.: MARIA EFIGÊNIA MENDES DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

213 - Processo: 0106705-39.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.02.02 - Crédito Educativo - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA
ADVOGADO: JOSINA GRAFITES DA COSTA
ADVOGADO: NALU YUNES MARONES DE GUSMAO
AGVDO: ANDRÉ PONTE MARQUES
ADVOGADO: MARIANA DE QUADROS KRYGIER
ADVOGADO: JANAINA FERREIRA FERNANDES

214 - Processo: 0000232-95.2014.4.02.5119 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: VINICIUS PIRES CORREIA
ADVOGADO: IVAN GUSTAVO JUNIO SANTOS TRINDADE

ADVOGADO: DANIELA ISLANEY SOUZA MELO
ADVOGADO: CAMILA SANTOS MACEDO
ADVOGADO: MARINA GONZAGA HORBYLON
ADVOGADO: PATRICIA MARIS DA SILVA SALES
APDO: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA
ADVOGADO: LUCIANA SILVA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
ADVOGADO: ANDREIA DOS SANTOS CUNHA
ADVOGADO: JORGE LUIZ PEREIRA DE MEDEIROS

215 - Processo: 0500134-64.2015.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.11.01.21 - Posse e Exercício - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LUCAS DA SILVA BASTOS TEIXEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: INICIAL

216 - Processo: 0000047-96.2010.4.02.5119 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.02.03 - Colação de Grau - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.04.02.11 - Mensalidades - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: MILLENE FONSECA DA SILVA
ADVOGADO: MAGALY CORREA LAZZOLI
P.RÉ: FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA
ADVOGADO: SERGIO AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAI-RJ

217 - Processo: 0162050-89.2014.4.02.5108 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUIZ EDUARDO CUNHA DE ALMEIDA
ADVOGADO: FELIPE AUGUSTO DE GOES DOS SANTOS MELO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERALDE SAO PEDRO DA ALDEIA / RJ

218 - Processo: 0010278-80.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.04.02.17 - Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARIA APARECIDA DA SILVA CORRÊA
ADVOGADO: RODRIGO REIS MAZZEI
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PROFESSOR NELSON ABEL DE ALMEIDA
CUR. ESP.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

219 - Processo: 0000198-57.2012.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.02.17 - Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: TAMIRIS GIACOMIN PRALON
ADVOGADO: WELLINGTON RIBEIRO VIEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 5A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

220 - Processo: 0003293-11.2013.4.02.5050 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo

01.04.02.13 - Ingresso na Universidade - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DEIDRIANO ALEIXO MILLI
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

221 - Processo: 0023027-18.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.04.03 - Ensino Fundamental e Médio - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CARLOS ROBERTO DIAS RUSSO
ADVOGADO: DANIELLE SOUZA GOMES PINHEIRO
ADVOGADO: ELISANGELA CORREIA ALVES
APDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ
APDO: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

222 - Processo: 0047310-13.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.13.02 - Documentação - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: GRAZIELLY XAVIER DE ASSIS ALVES
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
APTE: COLEGIO PEDRO II
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

223 - Processo: 0005092-62.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.01 - Recrutamento e Concurso - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: VANESSA BORGES DIAS DOS SANTOS MORGADO
ADVOGADO: BRUNO GUIMARAES DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

224 - Processo: 0012105-55.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: JOSE RAIMUNDO RABELO SILVA
AGVTE: DALVA DO CARMO NEVES GOMES
AGVTE: DELIZETE DE FREITAS MAZIM ESCOBAR
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGVDO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

225 - Processo: 0013139-65.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.17 - Aposentadoria - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ELIZABETH SCHNABL GONCALVES MOREIRA GARBAYO
ADVOGADO: MIOMIR DAVIDOVIC LEAL
AGVDO: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCDOR: Procurador do Banco Central do Brasil

226 - Processo: 0032661-09.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APDO: MARIA ANTONIA PEREIRA GOMES CRUZ REP/ ROZANE DA SILVA
ADVOGADO: ANDRESSA SILVA DE ABREU

227 - Processo: 0001090-55.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: APARECIDA MARIA CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

228 - Processo: 0009373-04.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: SABRINA DE QUEIROZ ALVES
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas
31/01/2017 14:00 Julgado

229 - Processo: 0011397-05.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: RITA DE CASSIA ALVES BRUNET
AGVTE: CARLOS ALBERTO ALVES BRUNET
AGVTE: ISAIAS ALVES BRUNET
AGVTE: ALEX DA FONSECA BRUNET
AGVTE: SIMONE BRUNET
AGVTE: LUCIANA DA FONSECA BRUNET
AGVTE: MAURO BRUNET
AGVTE: MARTA BRUNET DO NASCIMENTO
AGVTE: JURACI DA SILVA
AGVTE: CLAUDIA REGINA DA SILVA
AGVTE: CARLOS LINDOLFO DA SILVA
AGVTE: JORGE RAMOS
AGVTE: CARLOS JOSE DA COSTA
AGVTE: NAZIR PEREIRA DE CASTRO
AGVTE: HELIO AIRES DE SOUZA
AGVTE: HELIO LUSCHER SILVA
AGVTE: PEDRO PEREIRA DE LIMA
AGVTE: JOSE FRANCISCO DA SILVA
AGVTE: ALIANDRO DA FONSECA BRUNET
AGVTE: JAIR WANICK DE SOUZA
AGVTE: GILMAR DE SOUZA RAMOS
AGVTE: IGNES DA FONSECA BRUNET
AGVTE: OLINDA DA CONCEIÇÃO LUSTOZA DE ALMEIDA
AGVTE: JAIRO BRUNET
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

230 - Processo: 0009320-23.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: JOSE PAULO RIBEIRO BARRETO
ADVOGADO: RENATA SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO: HUGO CORTINES LAXE
ADVOGADO: CARIM CRISTINA GERBASI

AGVDO: ORLANDO RAMOS VIEIRA
ADVOGADO: TANIA MARIA GOMES PADILHA
ADVOGADO: PAULO ROBERTO GOMES FERREIRA
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

231 - Processo: 0012111-62.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: POSTO ASA DELTA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

232 - Processo: 0000690-41.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: NOEMIA DE AZEVEDO SIQUEIRA
ADVOGADO: MANOELA MARTINS SANTOS
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

233 - Processo: 0001527-96.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ASSIBGE - SINDICATO NACIONAL
AGVTE: GILIA GRANDI FERREIRA
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

234 - Processo: 0002137-64.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
AGVDO: ONDINA PERROTA
ADVOGADO: MAGDA HRUZA DE SOUZA ALQUERES FERREIRA
ADVOGADO: HENRIQUE COUTO FERREIRA

235 - Processo: 0001198-84.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA

236 - Processo: 0001498-46.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: LUIZ CARLOS DELOMO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
P.AUTORA: EDSON BERTO DE MEDEIROS
P.AUTORA: JOSE FERREIRA DOS PASSOS
P.AUTORA: ARI DELCIO CAVEDON
P.AUTORA: JOSÉ WILLIAM PESSOA DUAVI
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA

237 - Processo: 0011805-93.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: IZA DE FATIMA AMARAL MOURA
ADVOGADO: FLAVIO LEAL DE SOUZA PIRES

238 - Processo: 0012191-26.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.16.03 - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ANANIAS BRAGANÇA DA SILVA
ADVOGADO: SANDRO LIMA GUIMARAES
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

239 - Processo: 0016480-35.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.16.04.01 - Aquisição - Propriedade - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARLI LIMA DA PAIXÃO
ADVOGADO: SERGIO SOLLE DE FIGUEIREDO
APDO: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
APDO: LUCIO HELIO GONCALVES DA COSTA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

240 - Processo: 0137653-91.2013.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CIPA INDL/ DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA
ADVOGADO: PATRICIA DOTTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE LUIZ MATTHES
ADVOGADO: LEANDRO JOSE GIOVANINI CASADIO
ADVOGADO: KLAUS E RODRIGUES MARQUES
APDO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

241 - Processo: 0009609-53.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.04.02 - Cédula de crédito bancário - Espécies de títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: DISTRIBUIDORA DE GELO E BEBIDAS ENSANTOS LTDA
AGVTE: EDSON NASCIMENTO SANTOS
AGVTE: DAIANA COSTA GAMMARO
ADVOGADO: AURELIO CARLOS DE SOUZA JUNIOR
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
Observação da DIDRA:

242 - Processo: 0010050-68.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: DIREÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
ADVOGADO: LUCINEIA VINCO
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

243 - Processo: 0009763-08.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

AGVTE: PRO SALUTE SERVICOS PARA A SAUDE LTDA
ADVOGADO: AUREANE RODRIGUES DA SILVA PINESE
AGVDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

244 - Processo: 0010624-91.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.29 - Previdência privada - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: FUNCEF-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS
ADVOGADO: RENATA MOLLO DOS SANTOS
AGVDO: LUIZ ALFREDO ROCHA BARCELLOS
AGVDO: MARIA TORRES BARBOSA
AGVDO: CECILIA ALVES DE ARAUJO
ADVOGADO: RUBEM DE FARIAS NEVES JUNIOR
P.RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS
Observação da DIDRA:

245 - Processo: 0012836-85.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
AGVDO: OTÁVIO KUSTER
ADVOGADO: ELIOMAR BUFON LUBE

246 - Processo: 0013528-84.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ARTHUR JOAQUIM DE CARVALHO
ADVOGADO: Cláudio M. Henrique Daólio
ADVOGADO: DANIEL RIBEIRO DA SILVA AGUIAR
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: ORIUNDO DO PLANTÃO

247 - Processo: 0108456-61.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: OLAM BRASIL LTDA.
ADVOGADO: ROBERTA DE AMORIM LIMA
ADVOGADO: VANESSA GRANATO LISBOA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

248 - Processo: 0106828-37.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.05.05 - Recursos Minerais - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: EMPRESA DE MINERAÇÃO DE AGUAS DE SANT´ANNA LTDA
ADVOGADO: NADIR PATROCINIO VIEIRA

249 - Processo: 0013530-54.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.08.21 - Arrendamento Residencial - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
AGVDO: SONILDA NAZARE GOMES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

250 - Processo: 0012716-42.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)

01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Civil
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCDOR: Procurador do Banco Central do Brasil
AGVDO: CARMEN LUCIA MEIRELES MAIA GUTTMMAN BICHO
ADVOGADO: JORGE ROBERTO DE OLIVEIRA CUNHA

251 - Processo: 0000449-04.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.05.12.04 - Taxa de Ocupação- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ANGELA MARIA TOMMASI PRETTI
ADVOGADO: ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

252 - Processo: 0012767-53.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.05.12.03 - Reintegração de Posse- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
AGVDO: MARIA ALICE GAIA GIOVANINI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

253 - Processo: 0001987-20.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: JORGE MOREIRA CABRAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

254 - Processo: 0001536-92.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ROSANGELA FERREIRA DA SILVA LIMA
AGVDO: SANDRA FERREIRA DA SILVA LIMA
ADVOGADO: ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL

255 - Processo: 0002708-69.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICIENCIA E MUTUO SOCORRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

256 - Processo: 0000645-71.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.08.05 - Seguro - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLA BORBA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
AGVDO: SILVIO SOUZA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: UBIRANI DE SOUZA BRAGA

257 - Processo: 0002219-66.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: FEDERAL DE SEGUROS S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: BRUNO SILVA NAVEGA

AGVDO: SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

258 - Processo: 0002655-88.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: MIRIAM RODRIGUES
ADVOGADO: CARLA PAIXAO INDALENCIO
Resultados de Julgamentos Anteriores
12/07/2016 14:00 Julgado

259 - Processo: 0000549-90.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: DELIMA COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
ADVOGADO: ANDRE CESAR REBELO ARAUJO
AGVDO: IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

260 - Processo: 0000664-14.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: DELIMA COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
ADVOGADO: ANDRE CESAR REBELO ARAUJO
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

261 - Processo: 0000308-19.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ENAVI REPAROS NAVAIS LTDA.
ADVOGADO: VITOR IORIO ARRUZZO
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

262 - Processo: 0005615-79.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.09 - Derivados de Petróleo/postos de combustíveis/ comercialização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: AUTO POSTO PATROCINIO DE SALINAS LTDA
ADVOGADO: MARCELO BARBOSA DA SILVA SCHUENCK
APDO: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

263 - Processo: 0014890-92.2013.4.02.0000 AG
02.16.04.02 - Condomínio - Propriedade - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONDOMINIO VIVENDA DE TOMAS COELHO
ADVOGADO: JOSE DIAS DE ARAUJO MACHADO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO

264 - Processo: 0008664-42.2011.4.02.0000 AG
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL MARECHAL RONDON
ADVOGADO: ADALBERTO ROCHA MACHADO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO

265 - Processo: 0008697-27.2014.4.02.0000 AG

02.19.03.29 - Previdência privada - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
ADVOGADO: IVAN TAUIL RODRIGUES
AGVDO: AUREA MARIA BRANDÃO GONÇALVES
ADVOGADO: LUIZ AUGUSTO BELLINI

266 - Processo: 0007603-44.2014.4.02.0000 AG
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: IVAN RAMOS CASTRO
ADVOGADO: DOUGLAS CAVALCANTI TORRES GUERRA

267 - Processo: 0004613-17.2013.4.02.0000 AG
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: IRMA BASTOS DOS SANTOS CARVALHO
ADVOGADO: ANA IZABEL VIANA GONSALVES

268 - Processo: 0004639-78.2014.4.02.0000 AG
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: JUSSARA REIS
ADVOGADO: CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO

269 - Processo: 0001052-48.2014.4.02.0000 AG
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: LAURINDA PONTES DE ALMEIDA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO

270 - Processo: 0005947-23.2012.4.02.0000 AG
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: FELIPE FERNANDES DE CHRISTO
AGVDO: RESTAURANTE CRISTIANE LTDA - ME
ADVOGADO: CLOVIS SAHIONE ARAUJO

271 - Processo: 0004132-20.2014.4.02.0000 AG
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: MARIA OLIVEIRA NERY
ADVOGADO: WENDY OLIVEIRA NERY

272 - Processo: 0003972-63.2012.4.02.0000 AG
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ELMO LUIZ CAMPO DALL'ORTO

ADVOGADO: ANA IZABEL VIANA GONSALVES

273 - Processo: 0003009-26.2010.4.02.0000 AG
01.06.01 - Desapropriação - Intervenção na Propriedade - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: LIGHTGER LTDA
ADVOGADO: BRUNO PINHEIRO BARATA

274 - Processo: 0003814-42.2011.4.02.0000 AG
01.15.01.03 - Metrológica- Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PONTO DE ENCONTRO DE FERRAMENTAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

275 - Processo: 0007622-50.2014.4.02.0000 AG
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: COMERCIO DE ROUPAS EPORAZAN LTDA
AGVDO: FRANCISCO VIEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

276 - Processo: 0008491-47.2013.4.02.0000 AG
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: ILCA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA

277 - Processo: 0013200-96.2011.4.02.0000 AG
01.11.17 - Aposentadoria - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: ANA LUIZA SALLES
ADVOGADO: BRUNO MORENO CARNEIRO FREITAS
AGVDO: COLEGIO PEDRO II
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

278 - Processo: 0013422-64.2011.4.02.0000 AG
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ISBELIA KAHL DE BARBA
ADVOGADO: PAULO CESAR CARNEIRO ALVES FILHO

279 - Processo: 0005314-73.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: GERALDO MARTINHO DOS SANTOS
ADVOGADO: MARTA ROSE VIMERCATI SCODINO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ÍTALO SCARAMUSSA LUZ

280 - Processo: 0503064-40.2010.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ADVOGADO: ANNA PRISCILA MORYSCOTT DE AZEVEDO BATISTA
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

281 - Processo: 0000137-83.2014.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APDO: MUNICIPIO DE PATY DO ALFERES
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA

282 - Processo: 0000392-42.2012.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
01.11 - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ESPOLIO DE NILSON LUIZ BARETO PEIXOTO REP/ P/ ROSANI PINHEIRO PEIXOTO
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO

283 - Processo: 0133444-47.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.08 - Ex-combatentes- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARIA ELOIZA DOS SANTOS DIAS
ADVOGADO: DANIELLA GONÇALVES DANIEL

284 - Processo: 0003036-90.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JORGE MOREIRA ROSA
APTE: WELLINGTON DOS SANTOS MOREIRA ROSA
APTE: ADRIANA DOS SANTOS MOREIRA ROSA
APTE: ALEXANDRE DOS SANTOS MOREIRA ROSA
ADVOGADO: VALDIR PAES LOUREIRO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA
Observação da DIDRA: INCLUSÃO NO POLO ATIVO DAS PESSOAS DISCRIMINADAS NO DESPACHO FLS. 73

285 - Processo: 0050017-80.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NAIR DE SOUZA GOMES
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI

286 - Processo: 0003439-16.2011.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ESPÓLIO DE: CÂNDIDO JOSÉ DO ROSÁRIO
ADVOGADO: GERALDO ZAMBOTI
ADVOGADO: MARIA RUBIA RODRIGUES DE ARAUJO MARTINS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

287 - Processo: 0027767-19.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: GENTIL EDSON MAINARD BORGES
APTE: MARIA AMELIA MAYNARD BORGES
APTE: LUIZ CLAUDIO MENDES BORGES
APTE: JORGE ALEXANDRE MENDES BORGES
APTE: HERBERT LUIZ DO NASCIMENTO BORGES
APTE: ROSSANA LUCIA DO NASCIMENTO BORGES
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

288 - Processo: 0011618-79.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04 - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EUNICE VIANNA VIEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

289 - Processo: 0105455-62.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APTE: MARIA RODRIGUES RIBEIRO
APTE: TEREZINHA ATANASIO DA SILVA
APTE: GEORGINA SEVERA DE AGUIAR MATTOS
APTE: ALMERINDA MARIA DE JESUS
APTE: ANDRE ANDRADE VIZ
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

290 - Processo: 0046723-88.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: HELOISA MARIA BARBOSA - ESPÓLIO
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

291 - Processo: 0047339-58.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JANDAYRA DE SOUZA ROCHA
ADVOGADO: WELLINGTON BAESSO DE LIMA
ADVOGADO: JAQUELINE DE SOUZA RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

292 - Processo: 0011436-93.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EDMEA DE FARIAS MACHADO
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

293 - Processo: 0029457-83.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: FRANCISCA ALEXANDRINA DE ALENCAR
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
APDO: OS MESMOS

294 - Processo: 0004925-59.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.16.03 - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LUCY DUARTE DARÉ
ADVOGADO: RENATO GOMES GIANORDOLI
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

295 - Processo: 0001046-92.2013.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
APDO: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE (HOSPITAL DE URURAI - SMS)
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

296 - Processo: 0004396-62.2011.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: IND/ COM/ DE LUXE LTDA
ADVOGADO: MARCELO VILLELA DE CUNHA GOMES

297 - Processo: 0000592-56.2011.4.02.5112 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APDO: MUNICIPIO DE NATIVIDADE
ADVOGADO: ELSON FABRI JUNIOR

298 - Processo: 0044797-72.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APTE: MADALENA DE ALMEIDA CAMPOS
APTE: LENI DE JESUS GULLO
APTE: LUCIANE GASPAR GUEDES
APTE: LUIZ CARLOS DE ARAUJO SILVA
APTE: JOCELENE AMALHEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

299 - Processo: 0001454-27.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

AGVTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: NILZA TEREZINHA TOCZEK
AGVDO: MARIA CONCEIÇÃO DOS S SILVA
AGVDO: WALDICEIA PILLI
AGVDO: JOAO RODRIGUES PINTO
AGVDO: JOSÉ BATISTA MELO
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO

300 - Processo: 0045804-02.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ELVIRA FERREIRA GONCALVES
ADVOGADO: CARLOS TEOFILO MANSUR
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: DECISÃO FLS. 407/408 AUTOS PRINCIPAIS
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

301 - Processo: 0138329-32.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: GERONCIO BAPTISTA
ADVOGADO: ARTHUR DE FREITAS ANTONIO
APDO: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
APDO: SMARPOL SERVICOS MARITIMOS E PORTUARIOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Julgado

302 - Processo: 0149182-94.2014.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA IFF FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: NEUSA MARIA CARVALHO DA SILVA
APDO: HELIO MARTINS
APDO: MARILIA SIQUEIRA DA SILVA
APDO: MARCIA RODRIGUES RANGEL
APDO: Roseni Maria Santos de Souza
APDO: JORGE DOS REIS GOMES DE SOUZA
APDO: ELISETE RAMOS GONCALVES
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

303 - Processo: 0026034-81.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UFRJ - SINTUFRJ
APTE: AZENILDO PINHEIRO NAVEGA
APTE: WEBBER GABRIEL ZOPELLARI
APTE: LUIZ FERNANDO LEIS FERREIRA
APTE: LUIS CARLOS DO ESPIRITO SANTO
APTE: RICARDO STORINO
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

304 - Processo: 0161946-90.2016.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ELZA MARIA TEIXEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

305 - Processo: 0164467-65.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NADIA ALCI FIGUEIREDO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

306 - Processo: 0011113-94.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.17 - Aposentadoria - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: JOSEPHINA BELTRÃO DE BARROS
ADVOGADO: JULIO CEZAR ORNELLAS MARTINS
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

307 - Processo: 0005213-07.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.03 - Posse - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SOLANGE VIGUINI COUTO
ADVOGADO: IRAN MARTINS BASTOS
ADVOGADO: RENATO GOMES GIANORDOLI
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: Exclusão nome partes polo passivo-despacho fl.189.>

308 - Processo: 0004381-71.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.05.01.02 - Terreno de Marinha - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INGRID DANIEL DIAS
ADVOGADO: PABLO QUEIROZ AGUETE
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

309 - Processo: 0004379-04.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.03 - Indenização por Dano Ambiental - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MANOEL DO NASCIMENTO
ADVOGADO: PABLO QUEIROZ AGUETE
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

310 - Processo: 0010119-60.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CLAUDIA DE FATIMA DE OLIVEIRA MOURO

APTE: ASSIPEN - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGETICAS E NUCLEARES
ADVOGADO: DANIELA COLETO TEIXIERA DA SILVA
APDO: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

311 - Processo: 0003956-98.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: AVIGNON COML/ E IMP/ LTDA
APTE: REUVEN LEWKOWICZ
APTE: CAIO LEWKOWICZ
APTE: ALEX LEWKOWICZ REP/ P/ REUVEN LEWKOWICZ
APTE: ANDRE LEWKOWICZ REP/ P/ REUVEN LEWKOWICZ
ADVOGADO: LEANDRO EDUARDO CAPALBO COCA
APDO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO GABINA DE MEDEIROS

312 - Processo: 0001479-93.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03 - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: HILCA DE CASTRO FERNANDES
ADVOGADO: ENDERSON BELLOTE MACHADO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VICTOR NEVES E FIGUEIREDO
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
APDO: BELISSIMO INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOFADOS LTDA
APDO: MAGNO DE OLIVEIRA ANDRADE
APDO: CARLOS ALBERTO DE CASTRO FERNANDES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDENCIA

313 - Processo: 0004383-41.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: OLYMPIA - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
APTE: SUELENI SKLIAS
APTE: NICOLI SKLIAS DA SILVA
ADVOGADO: ERICK JOSE GUIMARAES DE ANDRADE
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
ADVOGADO: WAGNER DE FREITAS RAMOS
ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS
ADVOGADO: RODOLFO PRANDI CAMPAGNARO
ADVOGADO: RENATO MIGUEL
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO SOBREIRA
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA CHAGAS
ADVOGADO: LEONARDO JUNHO GARCIA
ADVOGADO: CRISTIANO TEIXEIRA PASSOS
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE

314 - Processo: 0000883-46.2012.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
02.08.13 - Linha de Crédito - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: HELOISA SAO THIAGO DA COSTA PEREIRA
ADVOGADO: STELA MACIEL E DAER
APDO: UP TO DATE INGLES E INF DE VR LTDA
APDO: JOSE CARLOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

315 - Processo: 0000335-11.2014.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

316 - Processo: 0006465-45.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CARLOS JEHOVAH ALVES FERNANDES
ADVOGADO: LIDIANY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: FABIANO JOSE FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: Inclusão Município V.Velha polo passivo-decisão fl.73.>

317 - Processo: 0005629-98.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: SILVIO JOSÉ DE SOUZA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

318 - Processo: 0006580-92.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: MUNICIPIO DE COLATINA
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
AGVDO: LILIANE TOMAZ DE SOUZA BALMANT
AGVDO: NIELSEN BALMANT
AGVDO: ALVARO TOMAZ DE SOUZA BALMANT
REPRES.: NIELSEN BALMANT
ADVOGADO: LILIANE TOMAZ DE SOUZA BALMANT

319 - Processo: 0007366-39.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: NAIRA LUZIA AMORIM
ADVOGADO: VANESSA AMORIM SANTOS
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

320 - Processo: 0169035-95.2014.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)

01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: LAIR ALVES
REPRES.: FERNANDA SANTOS ALVES
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 23ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

321 - Processo: 0011197-95.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: JOAQUIM DESSANNE CARLOS LARANJA GONÇALVES
REPRES.: LEONARDO MENNA BARRTO LARANJA GONÇALVES
ADVOGADO: DEMIAN DA SILVEIRA LIMA GUEDES
ADVOGADO: RODRIGO DA PAZ FERREIRA DARBILLY
ADVOGADO: GLAUCIA CORTI TAVARES

322 - Processo: 0006324-52.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: SILVIO JOSÉ DE SOUZA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
02/08/2016 14:00 Julgado

323 - Processo: 0153976-67.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARIA JOSÉ DE PONTES MAIA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

324 - Processo: 0001480-36.2013.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA
REPRES.: LIDIANE VIANA FRANCISCO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
Observação da DIDRA: TUTELA

325 - Processo: 0008646-45.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADVOGADO: RENAN LEGAY VERMELHO
ADVOGADO: MARCIA MARIA NEVES CORREA
AGVDO: BELMIRO FERREIRA GONÇALVES
REPRES.: BELMIRO FONTOURA FERREIRA GONCALVES
ADVOGADO: BRUNO ARIAS MENDES

326 - Processo: 0043151-22.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: ILÍDIO ROSA RODRIGUES
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

327 - Processo: 0131298-92.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: NICOLE MARTINS DE ANDRADE
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

328 - Processo: 0146444-76.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ANTONIA FELIX DA CONCEIÇÃO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/09/2016 14:00 Julgado

329 - Processo: 0006597-93.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CARLOS CASTELO MASCARENHAS JUNIOR

ADVOGADO: DEMETRIO TADEU DE SOUSA FURTADO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

330 - Processo: 0008621-94.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.08 - Medicamentos/comercialização/utilização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: ANDRE NOBREGA BARBOSA DA FONSECA
APDO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

331 - Processo: 0012845-46.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.04.04.03 - Convênio Médico - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARARAS
ADVOGADO: LUIZ SERGIO LEONARDI FILHO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

332 - Processo: 0008424-76.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.03 - Convênio Médico - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - CAPESESP
ADVOGADO: PAULO COELHO DE OLIVEIRA JUNIOR
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

333 - Processo: 0000529-31.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
AGVDO: CELINA MOREIRA DA CRUZ
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

334 - Processo: 0001183-52.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: VERA LUCIA COUTO DE SOUZA
ADVOGADO: DENNIS CINCINATUS
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ESTADO DE SÃO PAULO
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGVDO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP - INSTITUTO DE QUIMICA - SÃO CARLOS
PROCDOR: PROCURADOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Resultados de Julgamentos Anteriores
01/03/2016 14:00 Julgado
20/09/2016 14:00 Retirado de Pauta

335 - Processo: 0000491-19.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo

RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: LEDIR DOS SANTOS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ

336 - Processo: 0004002-26.2014.4.02.5110 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APTE: MUNICIPIO DE SAO JOAO DE MERITI
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI - RJ
APDO: ROSE CONCEIÇÃO COSTA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Julgado

337 - Processo: 0000315-51.2013.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.08 - Medicamentos/comercialização/utilização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: A NOSSA DROGARIA DE CAXIAS LTDA
ADVOGADO: VICENTE NOGUEIRA
ADVOGADO: DANIELLE BITTENCOURT CRUZ
APDO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ASS.LITIS.: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

338 - Processo: 0018147-22.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.02 - Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
01.04.04.03 - Convênio Médico - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIMED DE ARARAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO: RODRIGO FORCENETTE
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

339 - Processo: 0002440-14.2011.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: MYRIAN MACHADO GALVAO PEREIRA
ADVOGADO: ANA PAULA BARBOSA DE MELO
P.RÉ: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ

340 - Processo: 0145702-80.2013.4.02.5156 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.10.04.05 - Indisponibilidade de Bens - Prefeito - Organização Administrativa - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: VICENTE DE PAULO VIEIRA DE ALBUQUERQUE

ADVOGADO: ANTONIO SALVADOR BORGES DOS REIS MONIZ DE ARAGAO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS/RJ

341 - Processo: 0012334-15.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: BRENO EMANUEL SILVA FAGUNDES
REPRES.: VALBER FAGUNDES
ADVOGADO: SANDRA ORTIZ DE ABREU
ADVOGADO: DANIEL FERREIRA GOMES PERCHON
ADVOGADO: RAFAELA AMBIEL CARIA
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/02/2017 14:00 Julgado

342 - Processo: 0012040-60.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ROGERIO ALMEIDA ALVES
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

343 - Processo: 0010253-75.2016.4.02.5050 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: GIL DE ALMEIDA E SILVA
ADVOGADO: BERTHA DOS SANTOS PAIGEL
Observação da DIDRA: Retificação classe, valor da causa p/ redistribuição-decisão fl. 37/39.

344 - Processo: 0012690-09.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.01.06 - Produtos Industrializados/comercialização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MULTI INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
ADVOGADO: DANIEL JOSE DE BARROS
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

345 - Processo: 0002666-14.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARCOS ANTONIO JOSE DA ROCHA
ADVOGADO: ANTONIO AGOSTINHO DA SILVA
APDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ERLAN DOS ANJOS OLIVEIRA DA SILVA

346 - Processo: 0017368-04.2010.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.07.03.01 - Desembaraço Aduaneiro - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FRANCISCA CAPORALI PENA ANDRES
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ

347 - Processo: 0022051-84.2010.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.07.03 - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ANTONIO IVAN DA SILVA TAVARES
ADVOGADO: CINTIA LOPES BARCELLOS
REMETENTE: JUIZO DA 10ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

348 - Processo: 0020505-67.2012.4.02.5151 AC (Processo Eletrônico)
01.03.02 - Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LEONARDO MOREIRA
ADVOGADO: LEONARDO MOREIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

349 - Processo: 0006564-40.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ORDEM DOS MUSICOS DO BRASIL - CONSELHO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: KATUSUKE IKEDA
APDO: MARCOS AURELIO DA CUNHA LYRIO
APDO: MARCELO PEREIRA MARQUES
APDO: MARCELO CRELIER
ADVOGADO: ADRIANA DE FARIA CORBO
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ

350 - Processo: 0015149-76.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.15 - Registro/Porte de Arma de Fogo - Revogação e anulação de ato administrativo - atos administrativos - administrativo - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: RAFAEL MONTEIRO TANNÚS
ADVOGADO: JUAREZ DOS SANTOS PEREIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

351 - Processo: 0162952-42.2014.4.02.5108 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARCELO MARCOS BARROS TAVARES
ADVOGADO: FELIPE AUGUSTO DE GOES DOS SANTOS MELO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA / RJ

352 - Processo: 0000754-41.2012.4.02.5104 APELREEX (Processo Eletrônico)
02.19.03.28 - Prestação de serviços - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: FUNDAÇÃO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
ADVOGADO: LUIZ DANIEL ACCIOLY BASTOS
REMETENTE: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Observação da DIDRA: INICIAL

353 - Processo: 0008341-98.2013.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.05.05 - Recursos Minerais - Domínio Público - Administrativo
01.05.05.01 - Direito de Lavra / Pesquisa - Recursos Minerais - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARMOLAQ MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA ME
ADVOGADO: FELIPE MARTINS SILVARES COSTA
ADVOGADO: EZUS RENATO SILVA CARDOSO
REMETENTE: JUÍZO DA 3º VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES

354 - Processo: 0001242-39.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.02.01 - Inspeção Fitossanitária - Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: INTERCONTINENTAL TRANSPORTATION (BRASIL) LTDA
ADVOGADO: RUBEN JOSE DA SILVA ANDRADE VIEGAS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ

355 - Processo: 0004842-34.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.07.03.01 - Desembaraço Aduaneiro - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: TASSUAN COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ADVOGADO: CLOVIS FERRO COSTA JUNIOR
ADVOGADO: CLAUDIO EDUARDO BARBOSA LEMOS COSTA
ADVOGADO: HENRIQUE LAVALLE DA SILVA FARIA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

356 - Processo: 0147080-08.2014.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.03.01.15 - Registro/Porte de Arma de Fogo - Revogação e anulação de ato administrativo - atos administrativos - administrativo - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: WENDEL MARCOS BITTENCOURT DE ALMEIDA E SILVA
ADVOGADO: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL - RJ

357 - Processo: 0506150-53.2009.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
APDO: DROGARIA FAZMAIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

358 - Processo: 0103594-42.2015.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ELSON CANHAÇO RUELES
APTE: MARIA DAS DORES PACHECO RUELES
ADVOGADO: EVANDRO ABDALLA
APTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick

APDO: OS MESMOS

359 - Processo: 0000872-53.2013.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.17 - Loterias/Sorteio - Revogação e anulação de ato administrativo - atos administrativos - administrativo - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.17.01 - Execução Contratual - Contratos Administrativos - Administrativo
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LOTERIA DE PROGNOSTICOS DE PARAIBA DO SUL LTDA
ADVOGADO: ROBERTO CARLOS BARBOSA DE CARVALHO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES

360 - Processo: 0064856-28.2015.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
02.01.01 - Imóveis/Móveis - Bens - Civil
02.08.21 - Arrendamento Residencial - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
APDO: JOSE RAIMUNDO ALVES DE LIMA
ADVOGADO: MONICA MARIA CHAVES DE SOUZA

361 - Processo: 0003165-41.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: BRUNNA RAMOS CUNHA
ADVOGADO: DULCINÉIA ZUMACH LEMOS PEREIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: TÜV RHEINLAND DO BRASIL L LTDA
ADVOGADO: SÉRGIO PINHEIRO MARÇAL
P.RÉ: EMI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

362 - Processo: 0001831-04.2013.4.02.5152 AC (Processo Eletrônico)
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: MOZART COSTA GUIMARAES
APDO: SANDRO PINHEIRO MORGADO
ADVOGADO: FABIO JORGE DE TOLEDO

363 - Processo: 0141648-08.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.05.04 - Impedimento/Detenção/Prisão - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ALEX MENDES DE MENDONCA
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS

364 - Processo: 0042865-49.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.10.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LAIS SILVA DE SOUZA
ADVOGADO: EURIDECE RODRIGUES DE AGUIAR

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO RANGEL CORDEIRO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

365 - Processo: 0012604-67.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SALETE GUILHERME CLARISMUNDO
APTE: LUIZ CLARISMUNDO DA SILVA
APTE: MARCOS LUIZ GUILHERME CLARISMUNDO
ADVOGADO: FRED WILSON PEREIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

366 - Processo: 0009740-61.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.14.08 - Serviço Militar - Afastamento - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARIA ROSANGELA SANTOS DOS ANJOS
APTE: TATIANE SANTOS DOS ANJOS
APTE: ANA CAROLINE SANTOS DOS ANJOS
APTE: JULIANE SANTOS DOS ANJOS
APDO: ALEXANDRE LIMA DOS ANJOS JUNIOR
ADVOGADO: GLEICE CRISTIANE MAZZER DA SILVA AMORIM
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: NOVO VALOR ATRIBUIDO À CAUSA R$ 502.538,00, CONFORME DESPACHO DE FLS. 388

367 - Processo: 0522842-11.2001.4.02.5101 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: PADARIA E CONFEITARIA PIRAMIDE LTDA
APDO: JAQUELINE DA SILVA NOVAES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: JULIO RAIMUNDO DA SILVA

368 - Processo: 0002067-67.2003.4.02.5002 APELREEX
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REG. DE ENGEN. ARQUIT. E AGRON. - CREA/ES
ADVOGADO: EUSTÁQUIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTTI
APDO: PEREIRA ARMAZENS GERAIS LTDA
APDO: DUILIO PEREIRA DAS NEVES
APDO: PETERLI ARMAZENS GERAIS LTDA
APDO: ANTONIO PETERLE
APDO: PAZINI ARMAZENS GERAIS LTDA
APDO: GELCO ANTONIO PAZINI
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS CALEGARIO
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

369 - Processo: 0009955-77.2011.4.02.0000 AG
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
AGVDO: COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S/A
ADVOGADO: MARCELO DE QUEIROZ PIMENTEL

370 - Processo: 0533514-78.2001.4.02.5101 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: EMERBRAS COMERCIO EXPORTACAO DE PEDRAS PRECIOSAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

371 - Processo: 0054652-10.1991.4.02.5102 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: REFRIGERACAO HOFFMANN SERVICOS E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

372 - Processo: 0004883-51.2012.4.02.9999 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REG. DE ENGEN. ARQUIT. E AGRON. - CREA/ES
ADVOGADO: MAGDA HELENA MALACARNE
APDO: EDIVALDO NOGUEIRA AMORIM
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

373 - Processo: 0003949-23.2010.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: DURMON DOS REIS PIMENTEL
ADVOGADO: MAURO SERGIO DOS SANTOS LOUREIRO
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA / ES
Observação da DIDRA: Inclusão de parte - Despacho fl. 63.
Modificação de classe, exclusão de objeto e modificação de assunto p/ redistribuição - 120/121.
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

374 - Processo: 0001893-63.2014.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EMERSON CASTELLO BRANCO SIMENES
ADVOGADO: DIEGO ALVES DE CARVALHO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ROBERTO PAULO OLIVEIRA AZEVEDO

375 - Processo: 0002960-37.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.07.02 - Acidente de Trânsito - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: PORTO SEGURO CIA/ DE SEGUROS GERIAS
ADVOGADO: JORGE ANTONIO DANTAS SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Retirado de Pauta

376 - Processo: 0001176-19.2012.4.02.5103 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ADENILSON RIBEIRO DE ALMEIDA
ADVOGADO: LUIZ FELIPE SARDENBERG CARDOSO DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 01 ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

377 - Processo: 0011911-88.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: COLEGIO PEDRO II
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LUVIAH DE CARVALHO BISPO
ADVOGADO: MARIA JOSEILDA FERREIRA GOMES

378 - Processo: 0001183-51.2011.4.02.5101 AC
01.02.04 - Erro Médico - Responsabilidade Objetiva - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ELIANE DA SILVA ROCHA
ADVOGADO: SERGIO PORTO COSTA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

379 - Processo: 0008335-04.2007.4.02.5001 APELREEX
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APTE: ERIC NORONHA MARTINS MAIA
ADVOGADO: JOSE CARLOS NUNES VIEIRA
APDO: OS MESMOS
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-ES

380 - Processo: 0014102-43.2009.4.02.5101 AC
01.04.04.03 - Convênio Médico - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: GEORGE AUGUSTO CARVANO
APDO: LIDIANE FERREIRA FAUSTO DOS SANTOS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

381 - Processo: 0025405-98.2002.4.02.5101 AC
01.02.07.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ALOISIO PEDRO ALEXANDRINO
APTE: EDNEA MARIA DA CONCEICAO
APTE: MARCELO DA CONCEICAO
ADVOGADO: RONALD CARDOSO DE CASTRO GUIMARAES
APDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

382 - Processo: 0021562-57.2004.4.02.5101 AC
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.04 - Erro Médico - Responsabilidade Objetiva - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JOSE CARLOS PELOSI RAMOS
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS FELISBINO RAMOS

APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUIZ ROBERTO MENEGATTI
ADVOGADO: RENATO MILAGRES NEVES DE SOUZA CORREA
APDO: IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTOS
ADVOGADO: ALDO DOS SANTOS PINTO
ADVOGADO: MARISTELLA DEL PAPA SANTERINI CAIADO

383 - Processo: 0010638-11.2009.4.02.5101 AC
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: FRANCISCO ERIALDO FARIAS LIRA
ADVOGADO: ANTONIO PAULO BARCA RODRIGUES BARBOSA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO

384 - Processo: 0022723-59.2015.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
APDO: CLAUDIA CORREIRA DE LIMA OLIVEIRA
ADVOGADO: HILARIO FRANKLIN PINTO DE SOUZA

385 - Processo: 0004540-68.1999.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: MULTI SERVICE LTDA
CUR. ESP.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

386 - Processo: 0012732-29.2009.4.02.5101 APELREEX
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ROBERTA PEREIRA RIBEIRO
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO GUIMARAES AVENA
APDO: JULIA RIBEIRO CORNELIO
REPRES.: ROBERTA PEREIRA RIBEIRO
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO GUIMARAES AVENA
REMETENTE: JUÍZO DA 32ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ

387 - Processo: 0005694-29.2010.4.02.5101 AC
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.06.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CATIA DA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO: FABIANA DAVID DE CARVALHO
APDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

388 - Processo: 0003392-58.2009.4.02.5102 AC
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NERE DE SOUZA SCHWARTZ
ADVOGADO: JORGE BULCAO COELHO

ADVOGADO: BRUNO ROBERTO TEODORO BARCIA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

389 - Processo: 0002815-49.2010.4.02.5101 AC
01.02.04 - Erro Médico - Responsabilidade Objetiva - Administrativo
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ELISAINE SOUZA ALVES
ADVOGADO: CELIA DESTRI
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

390 - Processo: 0014525-03.2009.4.02.5101 AC
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ANDRE LUIZ DA SILVA ALMEIDA
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
APDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

391 - Processo: 0010510-53.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: JOSE MARIO BERNABE
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES

392 - Processo: 0016187-64.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: VINICIUS SECCHIN DE MELO
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES

393 - Processo: 0010509-68.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: TATIANA OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES

394 - Processo: 0134869-12.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: FABIELLE CASTELAN MARQUES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES

395 - Processo: 0006488-49.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JEFFERSON OLIVEIRA ANDRADE
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES

APDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

396 - Processo: 0000483-54.2011.4.02.5108 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ANNY RODRIGUES FIGUEIREDO
ADVOGADO: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

397 - Processo: 0003128-85.2012.4.02.5118 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CONCEIÇÃO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO: SHANA MACHADO FRANCO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ

398 - Processo: 0000877-82.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOSE SOARES DE ARAUJO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ

399 - Processo: 0017791-61.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: IRACEMA FERREIRA DA SILVA MATTOS DE BARCELOS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

400 - Processo: 0001023-86.2012.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: VERA COELHO FERNANDES
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO LARCHER
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ

401 - Processo: 0117204-71.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SEBASTIAO GUEDES FILHO
ADVOGADO: LUCIA MARIA CESAR MATOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

402 - Processo: 0021464-09.2003.4.02.5101 APELREEX
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: TEREZINHA ALVES FERREIRA
ADVOGADO: SIDNEY LISBOA CHAVES

ADVOGADO: ALEX SANDRO PIRES SIMOES
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ

403 - Processo: 0005979-85.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: VANIA REGINA MONTEIRO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

404 - Processo: 0151825-31.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANA MARIA BRAGA CAMPOS
ADVOGADO: FERNANDA FERNANDES SPINELLI
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANA MARIA BRAGA CAMPOS
ADVOGADO: FERNANDA FERNANDES SPINELLI
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2016.6000.120194-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

405 - Processo: 0151825-31.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANA MARIA BRAGA CAMPOS
ADVOGADO: FERNANDA FERNANDES SPINELLI
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANA MARIA BRAGA CAMPOS
ADVOGADO: FERNANDA FERNANDES SPINELLI
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2017.6000.006874-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

406 - Processo: 0040042-05.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.04.05 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARCOS BARBOSA
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
INCID: 2017.6000.016348-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

407 - Processo: 0009362-66.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.31 - Irredutibilidade de Vencimentos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: Cleusa Antonio de Oliveira
ADVOGADO: ULISSES BORGES DE RESENDE
P.RÉ: ENCARREGADO DA DIVISAO DE ANALISE E ACERTO DE CONTAS CIVIS E PARCELAS ESPECIFICAS DA MARINHA DO BRASIL
P.RÉ: DIRETOR DO SERVICO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2017.6000.015830-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

408 - Processo: 0115109-68.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANTONIO CARLOS FREITAS DA SILVA
REPRES.: ISABEL CRISTINA DA ROCHA FREITAS
ADVOGADO: THALLYTA SOUZA SILVA
INCID: 2017.6000.015201-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

409 - Processo: 0007427-05.2011.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: TEREZINHA LEAL CORREA
ADVOGADO: OSVALDO HULLE
INCID: 2017.6000.015072-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

410 - Processo: 0000539-84.2011.4.02.5109 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: DIONELIA BENEDICTO
ADVOGADO: KLEBER LUIS DE SOUSA
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE RESENDE-RJ
INCID: 2017.6000.015270-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

411 - Processo: 0146478-17.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.05.02 - Responsabilidade Civil / Indenização ao Erário - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: DIRSON DE CASTRO ABREU
ADVOGADO: ADRIANA FELIPPE ROSALBA
REMETENTE: JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2017.6000.013599-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

412 - Processo: 0007764-83.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ROBERTO DE SOUZA PINTO
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
INCID: 2017.6000.014998-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

413 - Processo: 0001002-47.2011.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SONIA LUZIA SOUZA DE ANDRADE
APDO: REGINA MARIA PERALTA DAWES SOARES
APDO: MARCIO DE ASSIS FERREIRA
APDO: EVANIA MARIA PASSOS
APDO: ALICE ROCKERT MARQUES
APDO: ALTAIR SILVEIRA RUIZ
APDO: ALBA REGINA DA SILVA DE FARIA
ADVOGADO: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
INCID: 2017.6000.015348-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

414 - Processo: 0000683-48.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: REGINA CELIA LINS CASTINEIRA
ADVOGADO: ALEXANDRA BORGES DE ALMEIDA AMADO
REMETENTE: JUÍZO DA 1'7ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
INCID: 2017.6000.015529-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

415 - Processo: 0078334-18.2015.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: IARA CIRCE MANA COUTINHO
ADVOGADO: CARLOS RENATO DE CAMPOS GUEDES
INCID: 2017.6000.014277-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: IARA CIRCE MANA COUTINHO

416 - Processo: 0073081-85.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARIA DO ROSÁRIO PAIXÃO
REPRES.: LYRA PAIXAO
ADVOGADO: ANGELO BRUNO HOERTEL NEGRI
APDO: LYRA PAIXAO
ADVOGADO: ANGELO BRUNO HOERTEL NEGRI
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
INCID: 2017.6000.015580-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

417 - Processo: 0146771-84.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ALBANO DIAS CUNHA
ADVOGADO: MARIA AMELIA CORDEIRO LIMA MAUAD
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
INCID: 2017.6000.014532-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ALBANO DIAS CUNHA

418 - Processo: 0001792-97.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CECILIA RIBEIRO NOVAES
ADVOGADO: CESAR JOSE MELLO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARIA NICE DA SILVA - ESPOLIO
REPRES.: NILCEA ALVES DA SILVA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO SILVA
INCID: 2017.6000.014661-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CECILIA RIBEIRO NOVAES

419 - Processo: 0020432-52.2016.4.02.5120 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LUIZ CARLOS MARQUES DA SILVA
ADVOGADO: ANDRE MOREIRA RODRIGUES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/ RJ

420 - Processo: 0009397-82.2003.4.02.5110 AC
01.11.04.05 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NEIA MARIA DA COSTA SANTOS
APTE: MARIO NETTO DE ARAUJO
APTE: ARMANDO DE ALMEIDA
APTE: MANOEL ALVES DOS SANTOS
APTE: ABNADA ALVES DE OLIVEIRA
APTE: JOSE SOARES DA SILVA
APTE: LUCIA DORNELES DOS SANTOS
APTE: MARIO ANTONIO DOS SANTOS
APTE: MANOEL DE ARAUJO FIUZA
ADVOGADO: GISELE DE SOUZA DO AMARAL
APTE: NEUZA MARIA LOPES DE CARVALHO VIEIRA
APTE: MARIA SANDRA DE CARVALHO LOPES
APTE: VALDIR ANTONIO DE CARVALHO
ADVOGADO: SUZANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

421 - Processo: 0010629-78.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

APTE: ODETTE MIRANDA BARBOZA
APTE: OSMIRA MIRANDA BARBOZA
ADVOGADO: HUMBERTO SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

422 - Processo: 0110734-33.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.37 - Isonomia/Equivalência Salarial - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ROSANGELA FERREIRA CASTELO RODRIGUES
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

423 - Processo: 0089083-33.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.07 - Fundo de Pensão/Previdência Complementar - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EMILIO XAVIER DE MARINS
ADVOGADO: MARCIO TRANCOSO DE VASCONCELLOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

424 - Processo: 0014851-21.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NEUZA CERQUEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO CABRAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: ELAINE KER MARRARA

425 - Processo: 0184043-15.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EDSON GONCALVES DO NASCIMENTO FILHO
ADVOGADO: ELIANE DE OLIVEIRA XAVIER
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

426 - Processo: 0014877-87.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: IVONE TENORIO DE MEDEIROS - ESPOLIO
REPRES.: CLAUDIO ROMULO DOS SANTOS
ADVOGADO: CLAUDIO ROMULO DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ

427 - Processo: 0026845-85.2009.4.02.5101 AC
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

APTE: RAIMUNDA SILVA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: ELCO LUIS FONTES PADILHA
APDO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

428 - Processo: 0015203-52.2008.4.02.5101 APELREEX
01.11 - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ALDO DA LUZ PEREIRA
ADVOGADO: PAULO EDUARDO BORGES DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ

429 - Processo: 0015739-87.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
04.01.08 - Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie/Concessão/Conversão/Restabelecimento - Previdenciário
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LIDICE MARA BRAGA
ADVOGADO: CONCEICAO DE MARIA RABELO DE A LINS E MEDEIROS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

430 - Processo: 0041553-38.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.01 - Gratificações da Lei 8.112/90 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ANTONIO GABRIEL DE OLIVEIRA ALVAREZ
ADVOGADO: RODRIGO SCHETTINI ALVAREZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

431 - Processo: 0001353-09.2014.4.02.5104 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.03.03 - Matrícula Escolar - Ensino Fundamental e Médio - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-IFRJ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MILENA CRISTINA DE SOUZA LEAL DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/J

432 - Processo: 0000096-26.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: RICARDO C. DE OLIVEIRA FILHO REP/ P/ CRISTINA M. DA COSTA OLIVEIRA
ADVOGADO: JULIO CESAR DE MOURA
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ

433 - Processo: 0500026-07.2016.4.02.5005 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA GILDÁSIO AMADO (CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO - UNESC)
ADVOGADO: IGOR DE VASCONCELOS
ADVOGADO: HUDSON AUGUSTO DALTO
ADVOGADO: WALERIA DEMONER ROSSONI
APDO: MELISSA LOURENÇO PALERMO
ADVOGADO: AGOSTINHO LOPES DE MATTOS

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE COLATINA/ES

434 - Processo: 0017673-61.2012.4.02.5151 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.04.02.13 - Ingresso na Universidade - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: FERNANDA NASCIMENTO SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

435 - Processo: 0001499-27.2012.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.14.11 - Edital - Licitações e Contratos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CRISTIANE DA CUNHA QUEIROZ VIEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Observação da DIDRA: 16/07/2012 - INCLUSAO POLO PASSIVO CONF FL 40.

436 - Processo: 0011030-18.2013.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.13.02 - Documentação - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: FREDERICO LUIZ RIGONI E SILVA
ADVOGADO: CYNTHIA KAROLINE BEZERRA GOMES
ADVOGADO: GILSON GOMES JUNIOR
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES

437 - Processo: 0009445-53.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.11 - Nomeação / Posse / Exercício - Servidor Público Civil - Administrativo
01.13.07 - Realização de Etapas - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: THASSIA DA SILVA MELLO ROCHA
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
ADVOGADO: RENATA BRASIL ROCHA CARDOSO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

438 - Processo: 0100680-30.2014.4.02.5005 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.03.03 - Matrícula Escolar - Ensino Fundamental e Médio - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: MICAEL HENRIQUE FELLER SANTOS
ADVOGADO: ALFREDO DA LUZ JÚNIOR
P.RÉ: REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
P.RÉ: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO A 1º VARA FEDERAL DE COLATINA/ES
Observação da DIDRA: Alterado conf. det. na r. Sentença de fls. 113/117 dos autos.

439 - Processo: 0000004-86.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.13.07 - Realização de Etapas - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: RENATO LEVI DANTAS JALES
ADVOGADO: JOÃO MELO NETO
APDO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APDO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

Observação da DIDRA: Processo recebido em plantão às 12:00hs, recebido por e-mail.
Recebido do plantão dia 07/01/2014.

440 - Processo: 0004115-50.2013.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.01.06 - Reintegração - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: BERNADETH SEIXAS DOS SANTOS
ADVOGADO: ROWENA FERREIRA TOVAR
REMETENTE: JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

441 - Processo: 0023782-13.2013.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: VANIA RIBEIRO LIMA
ADVOGADO: LENON DE MENDONCA JUND
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ

442 - Processo: 0007815-59.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.11 - Nomeação / Posse / Exercício - Servidor Público Civil - Administrativo
01.13.07 - Realização de Etapas - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ROBSON SANCHEZ CANO
ADVOGADO: ELIA MARTA SAMUEL
APDO: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VINICIUS BARROS REZENDE

443 - Processo: 0004259-83.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.13.08 - Anulação e Correção de Provas / Questões - Concurso Público / Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: BRUNO ARCANJO
ADVOGADO: IGOR PINHEIRO DE SOUZA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

444 - Processo: 0014111-43.2011.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.13.08 - Anulação e Correção de Provas / Questões - Concurso Público / Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APTE: CAMILA FRANCO DE CARVALHO
ADVOGADO: GOTARDO GOMES FRIÇO
APDO: ANDRE GOMES LIMA
ADVOGADO: CARLOS GUILHERME MACEDO PAGIOLA CORDEIRO
REMETENTE: JUIZO DA 5A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

445 - Processo: 0004608-18.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.13 - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CAMILA PEREIRA DIAS
ADVOGADO: JOAO PAULO CASTRO CARVALHO
APDO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

446 - Processo: 0011833-69.2011.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.04.02.06 - Freqüência às Aulas - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

APTE: ISMAEL PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: RENATA MILHOLO CARREIRO AVELLAR
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Observação da DIDRA: Rejeitada a dependência - Redistribuição livre - despacho fl.84.-> Retificação nome parte polo passivo - fl.126/136.->

447 - Processo: 0147180-73.2013.4.02.5108 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: NATALIA MATTOS RESENDE
ADVOGADO: FELIPE AUGUSTO DE GOES DOS SANTOS MELO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

448 - Processo: 0000025-08.2014.4.02.5116 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.03.03 - Matrícula Escolar - Ensino Fundamental e Médio - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: FABIO CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO: VALERIO GONCALVES DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE MACAÉ/RJ

449 - Processo: 0003821-03.2010.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SERGIO SALLES FERREIRA
ADVOGADO: VINICIUS PINHEIRO DE SANT'ANNA
REMETENTE: JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
Observação da DIDRA: Livre distribuição - despacho fl. 679.
Inclusão polo passivo - decisão fl. 733.

450 - Processo: 0008980-78.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.13.06 - Prova de Títulos - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LUIZ EDUARDO MONTEIRO NOGUEIRA
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

451 - Processo: 0015239-35.2010.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.13.01 - Percentual de Vagas para Deficientes - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: NATALIA FERRAZ THOME DE AZEVEDO
ADVOGADO: Antonio Henrique Martinelli Vidal
REMETENTE: JUIZO DA 5A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

452 - Processo: 0020617-60.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.19 - Residência Médica - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARIANA RODRIGUES BARCELOS
ADVOGADO: MATHEUS RODRIGUES BARCELOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

453 - Processo: 0041932-76.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.03 - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ROBSON TRIBOLI DOS SANTOS
ADVOGADO: Márcia Sturm
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ

454 - Processo: 0007097-67.2009.4.02.5101 AC
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: JONATAS ROBERTO OLIVEIRA ALVES
ADVOGADO: JORGE GABRIEL DANTAS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

455 - Processo: 0006129-71.2008.4.02.5101 AC
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: GERALDO SIQUEIRA BRANCO
ADVOGADO: MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES GUERRA

456 - Processo: 0013020-11.2008.4.02.5101 APELREEX
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MOYSES DIAMANTINO
ADVOGADO: ILANA FERREIRA DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ

457 - Processo: 0002039-17.2008.4.02.5102 AC
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARCELO VESPAZIANO WALDEZ
APTE: CINTIA PAEZ WALDEZ
ADVOGADO: ADALBERTO FELIX DE OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

458 - Processo: 0001165-31.2005.4.02.5104 AC
01.11.01.06 - Reintegração - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANDERSON DE ANDRADE GOMES
ADVOGADO: ROSANE ROSA
Observação da DIDRA:

459 - Processo: 0015208-55.2000.4.02.5101 AC
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ADENICE DIAS CAVALCANTE
ADVOGADO: PAULO ROBERTO BOGACKI MARROCOS
APDO: MARIA MARCELINO MEDEIROS
ADVOGADO: REGINA CELIA GOMES
APDO: DAMIANA DIAS MEDEIROS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

460 - Processo: 0019156-24.2008.4.02.5101 AC
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: RAFAEL MAURICIO REIS DO NASCIMENTO
ADVOGADO: MARCELO MANOEL DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

461 - Processo: 0019836-48.2004.4.02.5101 AC
01.12.02.11 - Reserva Remunerada - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MANOEL NUNES MACHADO
ADVOGADO: GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

462 - Processo: 0006253-20.2009.4.02.5101 APELREEX
01.12.01.05 - Anistia Política - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: NELMA DOS SANTOS MELLO
ADVOGADO: FELIZUMIR DIAS RIBEIRO
REMETENTE: JUIZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

463 - Processo: 0003671-47.2009.4.02.5101 AC
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: DAVID MORAES SALCEDO
ADVOGADO: ARTHUR ALVES DA COSTA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

464 - Processo: 0026412-23.2005.4.02.5101 AC
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
01.12.06 - Acidente em Serviço - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: DAVID HUGO MONTEIRO DA SILVA
ADVOGADO: HAYLTON FERREIRA CARNEIRO
APDO: OS MESMOS

465 - Processo: 0027692-58.2007.4.02.5101 AC
01.12.04.01 - Reforma - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARCELO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
11/10/2016 14:00 Julgado

466 - Processo: 0017789-96.2007.4.02.5101 AC
01.12.04.01 - Reforma - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO

APTE: THIAGO VILLA RODRIGUES
ADVOGADO: TANIA MARIA GOMES PADILHA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

467 - Processo: 0503971-05.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01 - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: VANDSON DE SOUZA REQUENGO
ADVOGADO: ERIKA DE LIMA E CIRNE RAPOSO
Observação da DIDRA: ORIUNDO DA 10ª VARA FEDERAL DE RECIFE-PE - PROC Nº 0804665-2020164058300

468 - Processo: 0000533-04.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: HAROLDO FELICIO DE OLIVEIRA SILVA FILHO
ADVOGADO: VALDEIR PEREIRA GOMES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

469 - Processo: 0148382-72.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NELSON LUIZ DOS SANTOS MATTOS JUNIOR
ADVOGADO: HILTON VILLASANTI ROMERO JUNIOR
ADVOGADO: JOANA ARAUJO PINTO DA CUNHA FERNANDES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

470 - Processo: 0008045-72.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.09 - Promoção- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.12.02.18 - Auxílio-invalidez - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ALAN OLIVEIRA ARRAIS
ADVOGADO: ANDREU WILSON PEREIRA LEANDRO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

471 - Processo: 0006099-94.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: NATERCIA GONCALVES DA SILVA VILLELA
ADVOGADO: IVANO CORREA DE CARVALHO
ADVOGADO: IGOR RIBEIRO GONCALVES SILVA COSTA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUZIA SILVA DE SOUZA
ADVOGADO: CAROLINA ALMEIDA DE OLIVEIRA LOURO
ADVOGADO: MARCOS CEZAR WANDERLEY LOURO

472 - Processo: 0000288-56.2012.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.12.01.01 - Recrutamento e Concurso - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.13.07 - Realização de Etapas - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
P.AUTORA: RENATO MOREIRA CISCOTTO

REPRES.: VALDIR DANELON CICCOTTO
ADVOGADO: SHIRLEY RODRIGUES RAMOS
ADVOGADO: SOLANGE DOS SANTOS GUIMARAES
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZDA DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

473 - Processo: 0000888-27.2010.4.02.5108 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARIA MIRACI TELES
ADVOGADO: SEVERINO DO RAMO DAS NEVES SILVA
Observação da DIDRA: PEDIDO DE ANTECIPAÇAO DE TUTELA

474 - Processo: 0140841-51.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.02.18 - Auxílio-invalidez - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ANA GAMA PINHEIRO VIEIRA
ADVOGADO: ALBERTO LUIZ DA COSTA CANTUARIA
REMETENTE: JUIZO DA 15ª VARA FEDERAL - RJ

475 - Processo: 0044090-07.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: WILLIAM GONZAGA DE CASTRO
ADVOGADO: ALDO GOMES DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

476 - Processo: 0013290-64.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.09 - Promoção- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: EDMILSON SILVA AREIAS
ADVOGADO: ARNALDO FREIRE DE LIMA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

477 - Processo: 0005769-97.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.10 - Promoção / Quadro de acesso - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: PAULO GOMES DA SILVA FILHO
ADVOGADO: DULCE DO SOCORRO DA SILVA MOTA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

478 - Processo: 0000558-82.2014.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ZILMAR MARINHO VILLAÇA MOTÉ
APTE: JANAINA MARINHO VILLAÇA
APTE: VILMAR MARINHO VILLAÇA MARCONDES
ADVOGADO: SEBASTIAO LUIZ DE FREITAS FILHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/04/2015 13:00 Julgado

24/01/2017 14:00 Julgado

479 - Processo: 0007539-62.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.10 - Serviço Militar dos Profissionais da Saúde - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: BRUNO LUIZ MIOLO
ADVOGADO: ALEXANDRE MENEZES MELLO
REMETENTE: Juízo da 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 30VF/RJ

480 - Processo: 0050257-69.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.01.04 - Estabilidade - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.10 - Promoção / Quadro de acesso - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: AMAURY LOPES SURCIN
ADVOGADO: REGINALDO PEIXOTO LOURENCO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

481 - Processo: 0000930-75.2012.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LEANDRO DA SILVA BATISTA
ADVOGADO: JESIMIEL RODRIGUES DA SILVA

482 - Processo: 0012558-83.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.12.02.15 - Assistência Médico-Hospitalar - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ENIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCELO DA SILVA TROVAO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

483 - Processo: 0059360-86.2010.4.02.5151 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARCO ANTONIO DE SOUZA - ESPOLIO
ADVOGADO: IVONETE SILVA DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 32ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Retirado de Pauta

484 - Processo: 0002561-66.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: BUENO DEMETRIO ARAGÃO
ADVOGADO: UBIRANI DUARTE DOS SANTOS
ADVOGADO: VIVIANE DUARTE NIZZO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

485 - Processo: 0103915-71.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.01.09 - Promoção- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARLON MANOEL DOS SANTOS
ADVOGADO: NUBIA MARINHO DE SOUZA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

486 - Processo: 0049613-97.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LAURA AMELIA PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: FREDERICO DE MOURA LEITE ESTEFAN
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

487 - Processo: 0089581-95.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.09 - Promoção- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: FRANCISCO PAULO LEITE CORREIA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

488 - Processo: 0110833-62.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.15 - Assistência Médico-Hospitalar - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: LEONARDO SAMPAIO SILVEIRA
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

489 - Processo: 0108923-29.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: MARLENE QUINTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANA PAULA GONCALVES CLARO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

490 - Processo: 0017828-54.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: IZABELLA DE CARVALHO MARTINGIL
ADVOGADO: MARCOS BARROS ESPINOLA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: DESP FLS 66

491 - Processo: 0183095-73.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: FLAVIO DO NASCIMENTO SILVA
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

492 - Processo: 0040314-96.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.08 - Ex-combatentes- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: PAULA PEREIRA SAD
ADVOGADO: FRANCISCO GREGORIO DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

493 - Processo: 0002947-51.2011.4.02.5108 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: ALADIA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: EISENHOWER DIAS MARIANO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

494 - Processo: 0008398-73.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.01.02 - Anistia Política - Garantias Constitucionais - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: SHIRLEY DIAS SOARES
ADVOGADO: ROGERIO RIBEIRO DOMINGUES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/02/2017 14:00 Adiado
21/02/2017 14:00 Retirado de Pauta

495 - Processo: 0505891-24.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
APDO: DROGARIA 24 HORAS DE DEL CASTILHO LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

496 - Processo: 0015716-49.2010.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
APTE: RENATA CIDADE BORGES
ADVOGADO: MAURO DANTAS PINTO GUIMARAES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Julgado

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000230

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0011993-94.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.011993-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 08/01/2015 19:00
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: UASCAR DE SOUZA CARVALHO
ADVOGADO: SANDRO EUSTAQUIO DE CARVALHO
Originário: 0011993-94.2011.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0011993-94.2011.4.02.5001 (2011.50.01.011993-5)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0012297-84.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.012297-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/01/2016 20:00
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CELSO PAULO SANTELLA DABARIAN
ADVOGADO: LEONARDO DABARIAN
APELANTE: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: NELSON LUIZ MACHADO LAMEGO
APELADO: COML/ DABARIAN LTDA ME
APELADO: LEONOR SANTELLA DOS SANTOS
ADVOGADO: LEONARDO DABARIAN
APELADO: BANCO ROYAL DE INVESTIMENTO S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO: PERMINIO OTTATI DE MENEZES
APELADO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: NELSON LUIZ MACHADO LAMEGO
APELADO: CELSO PAULO SANTELLA DABARIAN
ADVOGADO: LEONARDO DABARIAN
Originário: 0012297-84.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0012297-84.2011.4.02.5101 (2011.51.01.012297-3)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0005146-91.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.005146-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/01/2017 17:47
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: JESSE VELMOVITSKY
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA MAROUVO
Originário: 0005146-91.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0005146-91.2016.4.02.5101 (2016.51.01.005146-0)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0006111-78.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.006111-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/08/2016 17:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS - CEBRASPE
ADVOGADO: MARIA LUÍZA SALLES BORGES GOMES
ADVOGADO: DANIEL BARBOSA SANTOS
Originário: 0006111-78.2016.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0006111-78.2016.4.02.5001 (2016.50.01.006111-6)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0100851-58.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.100851-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 08/01/2015 18:39
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: KATIA DO PRADO VALLADARES
ADVOGADO: SAMARA SERRA DA SILVA
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
Originário: 0100851-58.2012.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0100851-58.2012.4.02.5101 (2012.51.01.100851-9)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0116713-37.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.116713-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 04/11/2016 16:40
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LUCIANO DA CONCEIÇÃO LEANDRO
ADVOGADO: ALMIR VICENTE PINHEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO: ROSILENE CAETANO DA SILVA CORREA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ
Originário: 0116713-37.2015.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0116713-37.2015.4.02.5110 (2015.51.10.116713-2)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0017223-08.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.017223-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/11/2016 13:52
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: DIEGO DA COSTA BARROS
ADVOGADO: ANDRE JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DE SAO JOAO DE MERITI/RJ
Originário: 0017223-08.2016.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0017223-08.2016.4.02.5110 (2016.51.10.017223-9)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0000490-34.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000490-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/01/2017 15:05
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: WENDEL JOSÉ DE FREITAS DIAS
ADVOGADO: KLEBER ELEUTERIO MONTEIRO JUNIOR
AGRAVADO: UNIVERSIDADE DE VILA VELHA - UVV
ADVOGADO: VINICIUS BERTOLDO ALVES
Originário: 0001997-62.2017.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0000490-34.2017.4.02.0000 (2017.00.00.000490-2)
ATO ORDINATÓRIO

Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

BOLETIM: 2017000231

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0007576-26.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.007576-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 19/06/2015 16:38
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: MANOEL SEVERINO DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE TELES FAGUNDES
ADVOGADO: FABRICIO MONTEIRO PORTO
ADVOGADO: CELSO HADDAD LOPES
ADVOGADO: ERLANE DOS SANTOS NASCIMENTO
APELADO: ALVARO GONCALVES FIGUEIREDO FILHO
ADVOGADO: EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO
ADVOGADO: DANIELA DE AGUIAR LOBAO
ADVOGADO: RICARDO VASCONCELLOS SANFIM CARDOSO
ADVOGADO: VANIA VALENTINA NAYLOR FALCAO
ADVOGADO: CAMILA DE SA CHIGANER
APELADO: MARCIO DEITOS
ADVOGADO: GLORIA REGINA FELIX DUTRA
ADVOGADO: LUIZ PAULO DE BARROS CORREIA VIVEIROS DE CASTRO
APELADO: KLEDER BARBOSA MACIAS
ADVOGADO: LUCIANA PEREIRA DIOGO
ADVOGADO: MARCIO LUIS GONCALVES DIAS
ADVOGADO: JOSE GUILHERME RODRIGUES DA COSTA
ADVOGADO: RODRIGO LUIZ PESSOA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: NILSON PAULINO
ADVOGADO: CLAUDIO VINICIUS REIS DE AZEVEDO
ADVOGADO: MARCIA COSTA MARTINS
ADVOGADO: ROMULO HENRIQUES LESSA
APELADO: PLANEAR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO: FERNANDO ANTÔNIO MARINHO PEREIRA
APELADO: COOPERATIVA DE TRABALHO DE ESPECIALISTAS LTDA
ADVOGADO: FÁBIO JOSÉ MACCIOTTI COSTA
APELADO: CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
ADVOGADO: LUCIANA PEREIRA DIOGO
ADVOGADO: GABRIELLA NERY BARROS
Originário: 0007576-26.2010.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0007576-26.2010.4.02.5101 (2010.51.01.007576-0)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0017664-16.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.017664-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/08/2016 12:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ALCEU DE FREITAS COSTA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0017664-16.2016.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0017664-16.2016.4.02.5101 (2016.51.01.017664-5)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000545-13.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.000545-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 17/10/2016 12:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ALFREDO BOECHAT MARQUES
ADVOGADO: MARCELO ROQUE ANDERSON MACIEL AVILA
REMETENTE: JUÍZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0000545-13.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0000545-13.2014.4.02.5101 (2014.51.01.000545-3)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0058913-75.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.058913-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/03/2016 16:38
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AMIR ITABORAY ALONSO
ADVOGADO: RODRIGO DA COSTA GOMES
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0058913-75.2015.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0058913-75.2015.4.02.5102 (2015.51.02.058913-0)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0086744-04.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.086744-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 02/09/2016 18:43
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUCY MUNIZ CALDAS
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0086744-04.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0086744-04.2015.4.02.5101 (2015.51.01.086744-3)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0121935-22.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.121935-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 27/04/2016 13:45
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: Kely Bazzarella Fonseca
ADVOGADO: ARTHUR OLIVEIA RAMALHO
REMETENTE: Juízo da 6ª Vara Federal Cível - 6VFCI-VIT/ES
Originário: 0121935-22.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0121935-22.2015.4.02.5001 (2015.50.01.121935-9)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0051740-66.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.051740-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/12/2016 11:50
Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PAULO CESAR AUGUSTO DE SOUZA
ADVOGADO: VERA LUCIA MARQUES CALDAS
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0051740-66.2016.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0051740-66.2016.4.02.5101 (2016.51.01.051740-0)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0006886-61.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006886-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 01/07/2016 12:32
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG
ADVOGADO: ANTONIO VICTOR ASSED ESTEFAN GOMES
ADVOGADO: GILMAR CARVALHO PEREIRA JUNIOR
ADVOGADO: MONICA FERNANDA NUNES DA CONCEICAO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
ADVOGADO: JOAO DE CAMPOS GOMES
Originário: 0000691-94.2014.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0006886-61.2016.4.02.0000 (2016.00.00.006886-9)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0007198-37.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007198-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 11/07/2016 14:20
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: IRACI MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO: HERIMAR BATTISTA SANTANA
Originário: 0002602-79.2006.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0007198-37.2016.4.02.0000 (2016.00.00.007198-4)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0009470-04.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009470-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/09/2016 17:34
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: JOSE DIAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: ANTONIO PORFIRIO RAMOS
AGRAVADO: JOAQUIM ONOFRE DE SOUZA
AGRAVADO: JOSE GOMES MARTINS
AGRAVADO: MANOEL RIBEIRO
AGRAVADO: REGINA GOMES DE CARVALHO
AGRAVADO: ROSA AMELIA DOS SANTOS SILVA
AGRAVADO: RUBENS SOARES DE MENEZES
AGRAVADO: WILTON VIEIRA SANDES
ADVOGADO: DENIZE MACIEL PEREIRA
Originário: 0022287-90.1997.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0009470-04.2016.4.02.0000 (2016.00.00.009470-4)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

BOLETIM: 2017000232

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0012432-97.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012432-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 29/11/2016 13:28
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO: DANIELA DOS SANTOS BARBOSA
Originário: 0163238-70.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE SOLDADOS. DECISÃO LIMINAR QUE DETERMINA O RECEBIMENTO E O PROCESSAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE CANDIDATO. DISPOSIÇÃO EDITALÍCIA QUE PREVÊ A EXCLUSÃO NA HIPÓTESE DE ATRASO. AGRAVO PROVIDO.

1. Medida liminar que garantiu o recebimento e o processamento de documentação, com a consequente participação nas demais fases da seleção, de candidato que alega ter se atrasado dois minutos para a etapa de entrega de documentos.

2. Rotina castrense, pautada por critérios rigorosos de hierarquia e disciplina. Previsão editalícia expressa que impõe a eliminação do certame em casos de atraso dos candidatos. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A flexibilização das regras do edital após a realização da seleção pública afronta o princípio da isonomia. No mesmo sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00053530320104025101, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 28.4.2014.

3. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000233

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0000682-64.2011.4.02.5112 Número antigo: 2011.51.12.000682-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/05/2015 16:34
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ALAIR PESSANHA SALLES - ESPÓLIO
REPRESENTANTE: BRUNO GONÇALVES SALLES
ADVOGADO: SERGIO LUIS DE SOUZA ALVES
Originário: 0000682-64.2011.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0000682-64.2011.4.02.5112 (2011.51.12.000682-7)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0000604-05.2013.4.02.5111 Número antigo: 2013.51.11.000604-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/06/2016 13:21
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: ADALBERTO PEREIRA PASSOS
ADVOGADO: ADALBERTO PEREIRA PASSOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000604-05.2013.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0000604-05.2013.4.02.5111 (2013.51.11.000604-9)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0005508-70.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005508-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 25/05/2016 17:37
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: FABRICIO GASPAR RODRIGUES
ADVOGADO: FABRICIO GASPAR RODRIGUES
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROMOTOR DE JUSTIÇA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: JOSE CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO
PARTE RÉ: DANILO GOMES
PARTE RÉ: FRANCISCO ALVES RANGEL FILHO
Originário: 0002799-73.2012.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
D E C I S Ã O
I – Tendo em vista o requerimento de fl. 438, homologo a desistência do recurso manifestada pela agravante, nos termos do artigo 998 do Código de Processo Civil de 2015.
II – Publique-se.
III – Intime-se
IV – Dê-se baixa e arquive-se.
Em 20–3–2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea "a", da Lei nº 11.419-2006)
ANDRÉ FONTES
Relator
Desembargador do TRF da 2.ª Região

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0012375-79.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012375-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/11/2016 12:04
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: LUIZ CLAUDIO MONTEIRO VAZ
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO MONTEIRO VAZ
AGRAVADO: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: LUIZ ZENIRO DE SOUZA
ADVOGADO: ADRIANO PIMENTEL DA SILVA
ADVOGADO: TATIANE FELIX MARREIRO
ADVOGADO: MARCIO DE ALMEIDA CAMARGO
Originário: 0001430-78.2011.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
AGRAVO 0012375-79.2016.4.02.0000
D E S P A C H O
Ref.: Requerimento de fl. 39.
I- Tendo em vista a manifestação contida à fl. 39, subscrita pela advogada da União Andréa Vasconcelos, retifique-se a autuação, para que nela conste como agravada a Fundação Habitacional do Exército-FHE, representada pelo advogado Erik Franklin Bezerra, seguido da expressão "e outros".
II- Após, cumpra-se a parte final da decisão de fls. 34-35.
III- Por fim, voltem-me os autos conclusos.
Em 9-3-2017.
ANDRÉ FONTES
Relator
Desembargador do TRF-2ª Região

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001895-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001895-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:15
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: ANTONIO SERGIO OLIVEIRA SANTANA
ADVOGADO: JOSE ESTEVAM MACEDO LIMA
AGRAVADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
Originário: 0157002-05.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
D E C I S Ã O

I – Trata-se de requerimento de tutela de urgência antecipada nos autos de agravo interposto de decisão em que o Juízo da 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro se declarou incompetente para processar e julgar o mandado de segurança autuado sob o nº 0157002-05.2016.4.02.5101, determinando a remessa do processo para a Justiça do Trabalho.

Segundo se depreende dos autos, o agravante foi admitido, mediante aprovação em concurso público, em 22 de março de 1979 no quadro de empregados da PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Por conseguinte, em 15 de julho de 2015, teve deferido o seu requerimento de adesão ao Plano de Demissão Voluntária promovido por aquela sociedade de economia mista. Ocorre que, antes que fosse homologada a sua adesão ao referido plano, foi demitido por justa causa sob o fundamento de ter incorrido em atos de improbidade e negligência no período em que ocupava as funções de "Gerente Executivo do Compartilhado" e de "Gerente de Recursos Humanos". A fim de tomar conhecimento das imputações que teriam sido atribuídas a ele, requereu a cópia integral da apuração e do procedimento que resultou na sua demissão (CONF 126-2015), não logrando total êxito nesse propósito, pois tais documentos lhe foram entregues contendo tarjas que tornaram incompreensíveis as informações neles contidas. Desse modo, impetrou o mandado de segurança em foi proferida a decisão agravada, com o objetivo de que a autoridade tida por coatora, DIRETOR EXECUTIVO DE RECURSOS HUMANOS DA PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., "promova a entrega imediata da cópia integral dos procedimentos CONF 126/2015, de 15/09/2015 e da apuração conduzida pela área de conformidade, referente ao protocolo Ouvidoria Geral nº. 10167/2015, sem qualquer restrição à visualização do conteúdo".

Com efeito, não afasta a competência da Justiça Especializada o fato da questão tratada no mandado de segurança tangenciar matéria relativa à garantia constitucional do acesso à informação (artigo 5º, inciso XXXIII), bem como referente ao direito ao contraditório e à ampla defesa (artigo 5º, inciso LV); já que o pedido de acesso aos autos do procedimento administrativo tem evidente relação com o vínculo laboral estabelecido entre o impetrante e a PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

No que tange à matéria, convém atentar que a questão discutida nos autos originários se insere na competência da Justiça de Trabalho fixada na redação atual do artigo 114 da Constituição da República, consoante as alterações operadas pela Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004, in verbis:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

[...]

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

Em reforço a tal constatação, também é oportuno remeter ao que já foi decidido pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de conflito negativo de competência, em causa similar à apreciada no presente recurso:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA COMUM. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO PRATICADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPETRANTE EMPREGADO CELETISTA DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL. TEMA AFETO À JURISDIÇÃO TRABALHISTA. AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA PELA EC Nº 45/2004. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

1. Cuida a hipótese de mandado de segurança impetrado por empregado submetido ao regime da CLT em face de presidente de sociedade de economia mista federal empregadora em procedimento administrativo disciplinar que infligiu a pena de demissão ao impetrante.

2. Com a ampliação da competência da Justiça Laboral, promovida pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, passaram a ser cabíveis mandados de segurança impugnando atos de autoridades estatais, ou equiparadas, não integrantes da própria Justiça do Trabalho, sempre que a discussão envolver matéria sujeita à jurisdição especializada.

3. Sob os influxos da nova redação do art. 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter competência para decidir mandados de segurança impetrados contra dirigentes de sociedades de economia mista, no exercício de atribuições de autoridade administrativa, como é o caso de dirigente de entidade da administração pública indireta (CF, art. 37), no exercício de poder disciplinar em relação a empregado celetista.

4. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista.

(Superior Tribunal de Justiça – Segunda Seção – Conflito de Competência nº 129.193 – Relator Ministro Raul Araújo – Julgamento em 28.10.2015 – DJe de 27.11.2015).

Desse modo, à luz dos elementos trazidos até o momento neste agravo e na ação originária, não verifico, por ora, qualquer elemento apto a sustentar a modificação da decisão recorrida, razão porque inexiste fundamento para, neste momento de cognição sumária do recurso, deferir a tutela de urgência pleiteada por ausência de probabilidade do direito invocado (artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015).

Isso posto, indefiro o requerimento de tutela de urgência antecipada.

II - Dê-se imediata ciência do teor desta decisão ao MM. Juízo a quo.

III - Intime(m)-se o(s) agravado(s) para resposta, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil de 2015.

IV - Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, intime-se o Ministério Público, em observância ao artigo 1.019, III, do Código de Processo Civil de 2015.

VI - Após, voltem-me os autos conclusos.

VII – Publique-se.

VIII – Intime-se.

IX – Oficie-se.

Em 20–03–2017.

(assinado eletronicamente – artigo 205, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015)

ANDRÉ FONTES

Relator

Desembargador do TRF da 2.ª Região

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0002232-94.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002232-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/03/2017 13:40

Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: OGX PETRÓLEO E GÁS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADO: SERGIO BERMUDES

Originário: 0107216-89.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES

AGRAVANTE

:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO

:

OGX PETRÓLEO E GÁS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADO

:

SERGIO BERMUDES

ORIGEM

:

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (01072168920164025101)

DESPACHO

À parte agravada, para que se manifeste, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil/2015.

Tratando-se a ação principal de execução fiscal, desnecessária a oitiva do Ministério Público Federal, nos termos da Súmula 189, do STJ.

Após, voltem-me conclusos, para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0002256-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002256-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 17/03/2017 17:49

Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

AGRAVANTE: ANAC - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: MARIELY LEAO LIRA

ADVOGADO: MARCELO CRUZ PEREIRA

Originário: 0003619-84.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES

AGRAVANTE

:

ANAC - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO

:

MARIELY LEAO LIRA

ADVOGADO

:

MARCELO CRUZ PEREIRA

ORIGEM

:

3ª Vara Federal de Execução Fiscal (00036198420144025001)

DECISÃO

Reconheço a prevenção apontada, tendo em vista a anterior distribuição, a este relator, de agravo de instrumento, enquadrando-se, portanto, nas hipóteses do artigo 77, do Regimento Interno desta Corte.

À parte agravada, para que se manifeste, nos termos do art. 527, V, do Código de Processo Civil.

Tratando-se a ação principal de execução fiscal, desnecessária a oitiva do Ministério Público Federal, nos termos da Súmula 189, do STJ.

Após, voltem-me conclusos, para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000234

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0002894-92.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002894-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2016 15:18

Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

AGRAVANTE: ADALBERTO DE OLIVEIRA GUIMARAES

AGRAVANTE: LUIZ PACHECO DRUMOND
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS CORREA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: JOAQUIM MOREIRA DA COSTA
AGRAVADO: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA COSTA
AGRAVADO: CUNHA E IRMÃOS
CURADOR ESPECIAL: NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO
ADVOGADO: NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO
Originário: 0056404-17.1991.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES
AGRAVANTE
:
ADALBERTO DE OLIVEIRA GUIMARAES E OUTRO
ADVOGADO
:
ANTONIO CARLOS CORREA
AGRAVADO
:
UNIAO FEDERAL E OUTROS
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:
04ª Vara Federal de Niterói (00564041719914025102)
DESPACHO

A fim de evitar futura alegação de nulidade, intime-se Newton da Rocha e Silva Filho, curador especial dos agravados Joaquim Moreira da Costa, Maria da Conceição Pereira da Costa e Cunha e Irmãos, conforme requerido às fls. 193/194, para que se manifeste, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil/2015.

Ao final, voltem-me conclusos, para julgamento.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000235

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001854-41.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001854-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:05
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
AGRAVADO: ACILDO JOSÉ ANTÔNIO MARCHEZI
AGRAVADO: MARIA APARECIDA CORADELLO MARCHEZI
ADVOGADO: CARLOS CESAR NUNES DIAS
ASSISTENTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0137651-89.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0001854-41.2017.4.02.0000 (2017.00.00.001854-8)

Republicação do despacho de fl. 67, em razão de ter sido publicado com incorreção o nome do advogado da parte agravada.

D E S P A C H O

I - Intime(m)-se o(s) agravado(s) para resposta, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil de 2015.

II - Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, intime-se o Ministério Público, em observância ao artigo 1.019, III, do Código de Processo Civil de 2015.

III - Após, voltem-me os autos conclusos.

IV – Publique-se.

V – Intime-se.

Em 14–3–2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea "a", da Lei nº 11.419-2006)

ANDRÉ FONTES

Relator

Desembargador do TRF da 2.ª Região

Petição - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000522-39.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000522-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 30/01/2017 15:54

Gabinete 13

Magistrado(a) ANDRÉ FONTES

REQUERENTE: AGNALDO MATTOS ALEGRIA

REQUERENTE: ASTRIDA DE SOUZA ALEGRIA

ADVOGADO: SUZANA DE OLIVEIRA FERREIRA

REQUERIDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

REQUERIDO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO

REQUERIDO: VINICIUS GOLFETO TIAGO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0079006-77.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

D E C I S Ã O

I – Trata-se de embargos de declaração interpostos de decisão (fls. 184-185) que deferiu a liminar no sentido de "atribuir efeito suspensivo à apelação interposta pelas requerentes nos autos da ação nº 0079006-77.2016.4.02.5117, obstando temporariamente, via de consequência, os efeitos do procedimento de execução levado a cabo pela CEF quanto ao imóvel dos requerentes".

Nas razões dos embargos de declaração (fls. 170-173), os requerentes AGNALDO MATTOS ALEGRIA e ASTRIDA DE SOUZA ALEGRIA sustentam, em resumo: 1) "Em que pese o brilhantismo da R. decisão de fls. 164/165, o fato é que a mesma foi omissa pois deixou de se manifestar quanto ao pedido de tutela de urgência formulado"; 2) "conforme narrado nos autos, a arrematação do imóvel em questão foi feita de modo arbitrário, sendo nula de pleno direito"; 3) "conforme narrado nos autos, a arrematação do imóvel em questão foi feita de modo arbitrário, sendo nula de pleno direito"; 4) "o agir arbitrário das Embargadas podem ocasionar aos Embargantes a arbitrária retomada judicial de seu bem, e pior, perda da propriedade do mesmo, sofrendo inclusive risco iminente de ver sua posse turbada, ou até mesmo retirada, com uma simples liminar em ação de reintegração de posse ou imissão na posse"; 5) "em pesquisa feita no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, os Embargantes verificaram que o senhor VINICIUS GOLFETO TIAGO ajuizou ação de Imissão na Posse, processo nº 0042004-79.2016.8.19.0004 que tramita perante a 02ª Vara Cível do Fórum Regional de Alcantara/SG visando a retomada do bem, conforme comprova o documento de fls. 158/159 dos autos"; 6) "se trata de um imóvel residencial, onde reside a nora dos Embargantes com seus dois filhos, netos dos mesmos, que ficou viúva recentemente, sendo certo que os Embargantes tentaram e ainda tem total intenção de ficar com a propriedade e posse deste, já que é o único local onde sua nora possui para residir"; 7) "os documentos comprovam que o imóvel lhes pertencia antes de ser arrematado, sendo certo que a referida arrematação foi feita desrespeitando os ditames legais e constitucionais, conforme amplamente demonstrado na presente, sendo inequívoca a nulidade de todo procedimento executivo baseado no decreto lei em referencia e na legislação que rege a matéria, restando clara a necessidade de anulação do referido ato"; 8) "os Embargantes sofrerão um grave dano, pois podem ser privados do bem indevidamente, caso o juiz da 02ª Vara Cível do Fórum Regional de Alcantara/SG julgue procedente a ação de Imissão na Posse intentada pelo Senhor VINICIUS GOLFETO TIAGO, processo nº 0042004-79.2016.8.19.0004"; 9) "a concessão de tutela de urgência faz-se necessária e conveniente ante o caráter de urgência de tal medida, na qual requerem desde já a concessão de seus efeitos para que sejam os Embargantes mantidos na posse do bem até o final do julgamento do presente litígio, não podendo serem turbados de sua posse, por qualquer ação possessória intentada pelos Embargados, pelo senhor VINICIUS GOLFETO TIAGO, portador da carteira de identidade nº 218050250 da SSP/RJ, inscrito no CPF sob o numero 118.276.717-69 ou qualquer outra pessoa em face do imóvel objeto da presente ação"; 10) "a concessão da tutela de urgência não causará dano algum aos Embargados ou a terceiros se ao final

da demanda, esta for julgada improcedente, ou seja, não há perigo de irreversibilidade uma vez que a qualquer momento poderá ser liberado as restrições judiciais sobre o imóvel, retornando a situação fática ao estado anterior". Ao final, os embargantes requerem que "sejam conhecidos e acolhidos os presentes Embargos de Declaração a fim de que sejam esclarecidas as omissões apontadas, ante os fatos e fundamentos alegados acima".

Contrarrazões da requerida CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (fls. 210-212), aduzindo o seguinte: 1) "a recorrente travou um verdadeiro atropelo processual ao requerer atribuição de efeito suspensivo a uma apelação que sequer subiu ao Tribunal Regional Federal ainda"; 2) "o pedido cautelar formulado em questão é absolutamente impróprio. Não há antecedência deste pedido cautelar. É evidente a inadequação da via eleita pelo autor. Além disso, não possui os requisitos exigidos em uma tutela de caráter antecedente, pois não o é em sua essência"; 3) "A execução extrajudicial em questão finalizou-se em 2011 e a presente demanda foi ajuizada em 12 de junho de 2016, ou seja, mais de 5 anos após a EMGEA ter arrematado o imóvel. Assim, acertada foi a r. sentença ao fulminar a pretensão autoral pela decadência"; 4) "o recorrente ter obtido um efeito suspensivo ativo de uma execução extrajudicial já finda, utiliza-se agora de nova manobra via embargos declaratórios, a fim de ampliar os efeitos da cautelar, obstando o direito de imissão na posse do 3º adquirente de boa-fé que, sequer integra a presente lide"; 5) "Prosseguir nessa discussão inócua é afrontar o princípio da boa-fé e do contraditório, obstruindo o direito de propriedade constitucionalmente assegurado, de um terceiro que sequer foi citado para integrar o pólo passivo desta lide"; 6) "o recorrente já obteve, data vênia, erroneamente o direito almejado, não se prestam os presentes embargos rediscutir matéria já exaustivamente debatida"; 7) "o Recorrente pretende violar, como o manejo de seus embargos declaratórios, o art. 1.022 do CPC, vez que requer o provimento dos embargos de declaração para reexame meritório da demanda, sendo certo que inexiste qualquer omissão ou contradição intrínseca no julgado". Em requerimento final, a embargada salienta: "Demonstrada a total inadmissibilidade dos embargos de declaração opostos, que ofendem o art. 1.022 do CPC, a CAIXA requer que V. Exas. se dignem não conhecer dos embargos, ou, caso conhecidos, que lhes seja negado provimento e mantido in totum o V. Acórdão embargado".

É o relato do necessário. Decido.

Conforme se depreende da inicial de fls. 01-18, os autores AGNALDO MATTOS ALEGRIA e ASTRIDA DE SOUZA ALEGRIA requereram: "I – Seja concedida a LIMINAR a fim de que a Apelação Cível interposta seja recebida no efeito suspensivo; II - A vista do exposto, e considerando a prova inequívoca da verossimilhança das alegações dos Requerentes e o risco de dano irreparável e irreversível (ineficácia do provimento jurisdicional final), requer liminarmente: a) Seja oficiado o cartório de registro de imóveis desta comarca, para que conste a restrição judicial a fim de que se impeça de transferir o imóvel para terceiros; b) liminarmente, requerem que sejam sustados os efeitos do imóvel descrito na matricula sob o nº. 35.946, Registro de Imóveis de São Gonçalo, e seja retornada a propriedade em nome dos ora Requerentes. c) liminarmente, seja vedada a venda ou qualquer outro ônus que possam os Requeridos ou qualquer outra pessoa gravar no imóvel, junto ao seu registro e propriedade, devendo ser deferida a manutenção na posse do imóvel em nome dos Requerentes até o final do litígio" (fls. 16-17).

Na decisão objeto dos embargos de declaração, foi deferida a liminar para atribuir efeito suspensivo à apelação interposta pelas requerentes nos autos da ação nº 0079006-77.2016.4.02.5117, inexistindo pronunciamento quanto ao item II do pedido. Desse modo, assiste razão aos embargantes, impondo-se que seja suprida a omissão do referido pronunciamento com a apreciação dos demais requerimentos liminares feitos pelos autores.

No que tange ao requerimento da alínea "c" do item II do pedido ("c) liminarmente, seja vedada a venda ou qualquer outro ônus que possam os Requeridos ou qualquer outra pessoa gravar no imóvel, junto ao seu registro e propriedade, devendo ser deferida a manutenção na posse do imóvel em nome dos Requerentes até o final do litígio"), não vislumbro óbice ao seu deferimento parcial, já que é decorrência lógica da atribuição do efeito suspensivo à apelação interposta pelos requerentes e objetiva manter a sua posse sobre o imóvel, enquanto não decidida definitivamente a questão referente ao imediato cumprimento da sentença apelada.

Quanto ao requerimento da alínea "b" do item II do pedido ("b) liminarmente, requerem que sejam sustados os efeitos do imóvel descrito na matricula sob o nº. 35.946, Registro de Imóveis de São Gonçalo, e seja retornada a propriedade em nome dos ora Requerentes"), não verifico, por ora, base para o seu deferimento, tendo em vista que diz respeito à própria validade do procedimento de execução que resultou na arrematação do imóvel cuja propriedade era antes dos requerentes. Isso porque tal questão exige uma apreciação mais detida, mormente no que se refere às alegações de ausência de notificação prévia dos mutuários, matéria que também não foi objeto de pronunciamento expresso na sentença apelada. Necessário frisar que tal providência requerida (alínea "b" do item II do pedido) não ostenta o periculum in mora exigido para o seu deferimento, diversamente do que ocorre com requerimentos feito na alínea "c" do item II do pedido, que devidamente objetiva a manutenção da posse do imóvel pelas requerentes.

Quanto ao requerimento da alínea "a" do item II do pedido ("a) Seja oficiado o cartório de registro de imóveis desta comarca, para que conste a restrição judicial a fim de que se impeça de transferir o imóvel para terceiros;"), verifica-se da respectiva Certidão do Registro de Imóveis – RGI (fls. 45-47) que o imóvel

em questão deixou de ser de propriedade dos requerentes desde 2009, por ocasião da sua arrematação em leilão pela EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA, sendo que, posteriormente, em 2016, foi alienado para VINÍCIUS GOLFETO TIAGO, atual proprietário do imóvel. Assim, diante da cadeia dominial atestada na referida certidão, não há como impedir a "transferência do imóvel para terceiros", pois sua propriedade já foi transferida em 2009. Além disso, a exemplo do que foi salientado quanto à alínea "b" do item II do pedido, o deferimento do requerimento da alínea "a" do item II do pedido não é caracterizado pelo perigo na demora alegado pelos autores, tendo em vista que, no cotejo das providências requeridas, a que ostenta efetiva relevância é a referente à manutenção da posse do imóvel pelas requerentes (alínea "c" do item II do pedido).

Quanto às alegações feitas pela embargada CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, não verifico fundamento para inadmitir os embargos de declaração, pois, de acordo com as razões do recurso externadas às fls. 170-173, a impugnação se insere claramente nas hipóteses enumeradas nos incisos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. Demais disso, a aparente inadequação do pedido cautelar realizado pelas requerentes não pode resultar no inadmissão da presente ação, sob pena de imprimir um formalismo exacerbado, o que não se coaduna com a instrumentalidade inerente ao processo civil contemporâneo.

Isso posto, dou provimento aos embargos de declaração para, suprindo a omissão presente na decisão proferida às fls. 184-185, além da atribuição do efeito suspensivo à apelação interposta nos autos da ação nº 0079006-77.2016.4.02.5117 já deferida na decisão embargada, consignar expressamente o deferimento parcial do requerimento feito na alínea "c" do item II do pedido, no sentido da manutenção na posse do imóvel até o julgamento definitivo da presente cautelar.

II – Dê-se imediata ciência do teor desta decisão ao MM. Juízo a quo e do Juízo da 2ª Vara Cível Regional de Alcântara, na qual tramita a imissão na posse autuada sob o nº 004200479.2016.8.19.0004.

III – À DIDRA para incluir no polo passivo da presente cautelar a EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA (co-ré da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF nos autos da ação originária nº 0079006-77.2016.4.02.5117) e VINÍCIUS GOLFETO TIAGO (atual proprietário do imóvel em discussão).

IV – Após, proceda-se à citação, no endereço indicado à fl. 47, de VINÍCIUS GOLFETO TIAGO, para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir (artigo 306 do Código de Processo Civil de 2015).

V - Após, voltem-me os autos conclusos.

VI – Publique-se.

VII – Intime-se

Em 16–03–2017.

(assinado eletronicamente – artigo 205, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015)

ANDRÉ FONTES

Relator

Desembargador do TRF da 2.ª Região

SUBSECRETARIA DA 6a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000219

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0129016-22.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.129016-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 05/07/2016 13:27

Gabinete 16

Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: LUIS GUSTAVO BRITTO VIEIRA

ADVOGADO: FABIO FONTES ESTILLAC GOMEZ

REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES

Originário: 0129016-22.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, (disp. e-DJF2R de 06/06/2013), ficam disponibilizados os presentes autos pelo prazo de 15 dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial / Extraordinário(s) interposto(s). Intime-se.

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

Subsecretaria da 6ª Turma Especializada
\\ 10303

BOLETIM: 2017000220

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0048320-92.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.048320-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6020.000013-0
Redistribuição Livre - 18/10/2016 14:23
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SONIA LINS DE MELLO
APELADO: SEBASTIAO DIAS DE OLIVEIRA
APELADO: TEREZINHA MARIA GALDINO
APELADO: SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLEGIO PEDRO II - SINDSCOPE
ADVOGADO: LUDMILA SCHARGEL MAIA
ADVOGADO: JOSILMA BATISTA SARAIVA
Originário: 0048320-92.2012.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.
1. O acórdão foi claro em afirmar que não houve prescrição da pretensão executória, uma vez que não houve ¿inércia dos exequentes, que deram início à execução em agosto de 2008, antes de transcorrido o prazo prescricional de cinco anos¿.
2. Recentemente decidiu o STJ, a nova regra prevista no § 1º, IV, do artigo 489, do NCPC, entendendo não ser obrigatório o enfrentamento de todas as questões suscitadas pelas partes, quando já possui o juiz motivos para decidir. Precedente: STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585).
3. Mesmo para efeitos de prequestionamento, os embargos de declaração só poderão ser acolhidos, se presente qualquer um dos vícios elencados no art. 1022 do Código de Processo Civil, o que não se constata na situação vertente.
4. Embargos declaratórios não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, de de 2016 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000361-55.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000361-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.085143-0
Redistribuição para Órgão Julgador - 07/06/2016 15:32
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: TURIBIO LUIZ GUIMARÃES DE SALES
ADVOGADO: SYLVIO GUARACIABA DE ALMEIDA FILHO
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A

ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0000361-55.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO INCABÍVEL.

1. Não se encontra tipificado no acórdão unânime, qualquer contradição ou omissão, nos termos dos incisos I e II do artigo 1.022 do CPC, uma vez que inexistem na decisão colegiada, quaisquer proposições que se excluam entre si ou que sejam entre si inconciliáveis e que não estejam coerentes com a conclusão, e, por outro lado, nenhuma questão relevante, como base da decisão recorrida, deixou de ser examinada.

2. Em que pesem seus argumentos, o que na verdade pretende o embargante é a revisão do julgado, o que se apresenta incabível pela via escolhida, uma vez que este recurso não pode substituir o acórdão, mas sim completá-lo no ponto omisso ou esclarecê-lo no ponto obscuro ou evitar eventual contradição. Destarte, qualquer discordância acerca do posicionamento da decisão guerreada não se apresenta como motivo hábil a ensejar a interposição de embargos declaratórios que se restringem às hipóteses expressamente previstas na lei.

3. Inexiste a contradição assinalada, uma vez que a parte autora não teve acolhidos integralmente seus pedidos, eis que a sentença, confirmada pelo acórdão, não lhe deferiu a imediata reintegração na posse de área em questão, localizada na Rodovia BR 393, lado Norte, km 178,60, Travessia Milton de Andrade, nº 617, bairro Barão de Angra, Paraíba do Sul/RJ, e o acórdão, por outro lado, sujeitou a desocupação e a demolição à prévia indenização do réu, ora embargante, ampliando o prazo para que seja efetuada a mudança.

4. O acórdão embargado deve ser mantido, eis que analisou detalhadamente as questões trazidas ao debate, e entendeu, acertadamente, manter a sentença de primeiro grau, ressaltando, entre outras questões, que ¿a hipótese trata de ação demolitória, visando à remoção de construção executada irregularmente dentro da faixa de domínio da Rodovia BR-393, em Paraíba do Sul/RJ (fl. 27)¿ (...). ¿Destarte, uma vez demonstrado, por meio de perícia que a edificação foi erguida em faixa de domínio, área de segurança da rodovia fixada pelo poder público, deve-se confirmar a determinação de desocupação do referido imóvel, bem como a demolição das edificações existentes na faixa de domínio, tal como assinalado no laudo pericial¿. (Grifei).

5. Inocorrente as hipóteses de contradição ou de omissão não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é o prequestionamento de dispositivos e princípios constitucionais que entende a embargante terem sido malferidos, o que evidentemente escapa aos estreitos limites previstos pelo artigo 1.022 incisos I e II do CPC, aos embargos de declaração. (STJ EDcl, no REsp 912036/RS,1ªT. unan., Rel.Min.Luiz Fux, DJ 23/04/2008 p.1).

6. O novo CPC consagrou a tese do prequestionamento ficto em seu artigo 1.025,

todavia, para fins de aplicação do prequestionamento ficto, nos termos do disposto no artigo 1.022 do CPC, é necessário, que tenha ocorrido contradição ou omissão na decisão recorrida, na forma dos incisos I e II, do citado artigo.

7. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000755-98.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.000755-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.119876-4
Distribuição-Sorteio Automático - 02/08/2016 18:18
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ

APELANTE: GILVANETE CASTRO RIBEIRO
ADVOGADO: PEDRO MAYALL GUILAYN
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000755-98.2013.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. DESCONTOS DO INSS. FRAUDE. RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. O acórdão foi claro ao afirmar que a devolução pelo INSS das verbas até então descontadas da autora não é devida, porquanto pende de incerteza a apuração da fraude, da qual alega não ter participado a apelante.

2. Nítido se mostra que os embargos de declaração não se constituem como via recursal adequada para suscitar a revisão na análise fático-jurídica decidida no acórdão.

3. Mesmo para efeitos de prequestionamento, os embargos de declaração só podem ser acolhidos se presentes qualquer um dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não se constata na situação vertente.

4. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0001230-60.2013.4.02.5002 Número antigo: 2013.50.02.001230-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 12:46
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: MINERAÇÃO NEMER LTDA
ADVOGADO: FERNANDA MAIA BRAVO PINHEIRO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001230-60.2013.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

ADMINISTRATIVO. DIREITO MINERÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA. LAVRA SEM AUTORIZAÇÃO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

1. O cerne da questão versa sobre o cabimento da condenação da apelante ao ressarcimento ao erário referente à indevida extração e comercialização de matéria-prima mineral (calcita).

2. Os recursos minerais pertencem à União, devendo sua exploração ser compatibilizada com os princípios norteadores do direito ambiental.

3. Aos mineradores é garantida, apenas, a propriedade do ¿produto da lavra¿ gerado pela extração, que, por sua vez, somente é autorizada ou concedida após rigoroso processo conduzido pela União, verdadeira proprietária de todas as jazidas.

4. O minerador deve apresentar um plano de aproveitamento econômico da jazida, aprovado necessariamente pelo DNPM, nos termos dos arts. 22, V e 30 do Código de Minas, com a previsão de um percentual de aproveitamento, devendo apresentar, ainda, prévio licenciamento ambiental a ser concedido pelos órgãos ambientais estadual e municipal competentes. Aqueles que usurpam o material mineral sem qualquer licença subtraem o minério sem precisar o quanto foi extraído, não pagando a CEFEM, e, na grande parte das vezes, danificando com gravidade o meio ambiente.

5. Quando há extração de minério sem autorização, é dever do Estado coibir tal prática, atentatória à legalidade e lesiva ao patrimônio público, eis que, neste caso, o minerador se assenhora de matéria-prima mineral pública sem promover a geração de riquezas e o desenvolvimento em favor de toda a sociedade, cabendo o ressarcimento ao erário público pela usurpação mineral perpetrada e pelo prejuízo transindividual causado.

6. A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, que encontra previsão constitucional no artigo 20, §1º, da CF/88, foi instituída pela Lei nº 7.990/89 e possui natureza de preço público, como já decidiu o Colendo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº 228.800/DF, apresenta como sujeito passivo aquele que explora a lavra legalmente, não sendo razoável cobrar daquele que extraiu material mineral de forma ilegal o valor que deveria ter recolhido a título de CEFEM.

7. Não se pode conferir àqueles que exploram recursos minerais ilicitamente o mesmo tratamento atribuído aos que se submetem aos requisitos exigidos pela Constituição e pela legislação específica.

8. No caso em comento, de acordo com o Relatório Técnico de Vistoria acostado às fls. 248/253, foi constatada pela União a atividade de lavra sem título autorizativo na área abrangida pelo processo DNPM nº 896.144/2008, tendo sido lavrado em seu desfavor o auto de paralisação nº 32/2009 (fl. 259).

9. A própria ré, em resposta ao Ofício 729/2009 (fls. 257/258), expedido pelo DNPM com vistas à obtenção do quantitativo extraído, informou que iniciou a extração mineral na referida área em abril de 2006, encerrando-a em maio de 2009, tendo consignado em laudo subscrito por Engenheiro de Minas devidamente habilitado que a quantidade estimada de minério útil explorado foi de 315.254,89 toneladas (fls. 277/341).

10. O argumento de que a apelante não seria responsável pela extração ilegal ocorrida de abril de 2006 a fevereiro de 2008, portanto, não procede, o que é corroborado, ainda, pelo fato de que a escritura pública da cessão da exploração da Indústria de Mármores Cavalieri Ltda. à ré foi lavrada em 02/03/2006 (fl. 451).

11. Os documentos anexados aos autos comprovam que a sociedade ré auferiu vantagens pecuniárias em detrimento de bens pertencentes à União, sendo cabível, portanto, sua condenação a ressarcir o erário pelo montante correspondente ao enriquecimento ilícito que auferiu à custa do patrimônio da União.

12. A utilização do FOB para cálculo do valor de mercado da calcita é adequado, pois referida estipulação foi efetuada em documento apresentado pela própria apelante quando da protocolização do pleito de cessão de direitos minerarios junto ao DNPM (fls. 144 e 410).

13. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0021045-37.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.021045-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 27/01/2017 13:15
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARLOS AUGUSTO DE LIMA AMORIM
ADVOGADO: LUDMILA SCHARGEL MAIA
ADVOGADO: RUDI MEIRA CASSEL
Originário: 0021045-37.2013.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

1. Cuida-se de recurso de apelação em face de sentença que julgou improcedentes os embargos à execução oferecidos pela União Federal, fixando o valor devido em 88.205,70, atualizado até agosto/2011, e

condenando o ente ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% do proveito econômico obtido, na forma do artigo 85, § 3º, I, do CPC/2015.

2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.465.535/SP, fixou jurisprudência no sentido de ser a prolação da sentença o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015 no que toca à fixação dos honorários advocatícios (Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJE 22/08/2016).

3. Na hipótese, a data de publicação formal da sentença (22/08/2016) é posterior à entrada em vigor do Código de Processo Civil (18/03/2015), sendo correta, portanto, sua aplicação à fixação dos honorários advocatícios.

4. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0000893-07.2014.4.02.5109 Número antigo: 2014.51.09.000893-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 02/12/2016 14:27
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: SERGIO SODRE DA SILVA
ADVOGADO: ROGERIO DE BARROS LAVARDA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000893-07.2014.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. DANOS AMBIENTAIS. CONSTRUÇÃO. DEMOLIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO.

1. O apelante se insurge, em embargos de terceiro, contra a sentença proferida nos autos da ação civil pública 0000294-20.2004.4.02.5109, transitada em julgado, que condenou sua esposa a demolir construções edificadas em área considerada de preservação permanente, sob a alegação de não poder suportar o ônus da res judicata por não ter integrado o polo passivo do mencionado feito.

2. A ação de responsabilidade civil de infrator ambiental por lesão a direitos difusos, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, possui natureza obrigacional, eis que não discute a posse, propriedade ou qualquer outro direito real que recaia sobre o imóvel.

3. O objeto da demanda é única e simplesmente a condenação da ré em obrigação de fazer consistente na recuperação do meio ambiente degradado, sendo, portanto, desnecessária a citação do cônjuge, a contrario sensu do disposto no art. 73, §1º, I, do CPC, em vigor à época da prolação da sentença (REsp 229.302/PR, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/1999, DJ 07/02/2000, p. 133)

4. Descabimento da rediscussão do mérito de demanda já transitada em julgado.

5. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remssa, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO

Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0126624-37.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.126624-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 15:00
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: DATAPREV-EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREVIDENCIA SOCIAL
ADVOGADO: RUBIA LUANA CARVALHO VIEGAS SCHMALL
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARCIA HELENA BARBOSA GENTIL
ADVOGADO: ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO
Originário: 0126624-37.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. ANISTIA. GOVERNO COLLOR. LEI N.º 8.878/94. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSOS DE APELAÇÃO PROVIDOS.

1. Indenização por danos morais e materiais em razão de danos supostamente causados à parte autora pela dispensa da DATAPREV, decorrente do Plano de Desestatização promovido pelo Poder Executivo Federal durante o Governo Collor, e pela demora de mais de 14 anos para readmiti-la ao emprego.

2. A indenização por dano moral e material, em função do longo período de afastamento, não encontra amparo legal, eis que na sua essência tal indenização configuraria pagamento de remuneração pretérita, expressamente vedado pelo art. 6º da Lei 8.878/97. Efeitos delimitados pela vontade do legislador.

3. Ante a inexistência de comprovação de conduta ilegal ou ilícita por parte das apeladas, descabe a pretendida indenização por danos morais.

4. Prescrição configurada. Aplicação da regra do Decreto 20.910/32. O marco inicial para a contagem do prazo prescricional é a publicação dos decretos que ao suspenderem a anistia concedida teriam ocasionado o dano alegado. Ação ajuizada em 28/05/2014. Precedentes jurisprudenciais.

5. Recursos de apelação providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento aos recursos de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0105919-81.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.105919-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 12:28
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: ANA MARIA DA SILVA MAXIMIANO
APELANTE: MARIA DE LOURDES MOURA DA ROCHA
APELANTE: NEIA COELHO RIBEIRO
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0105919-81.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA . LEIS 8.186/91 E 10.478/02. PARIDADE. EQUIPARAÇÃO COM PLANO DE CARGOS DA VALEC. INCOMPROVAÇÃO DA APOSENTADORIA NA SUBSIDIÁRIA. SENTENÇA MANTIDA.

1. In casu, o que se pretende é o pagamento das pensões das autoras concernente à complementação da aposentadoria concedida aos ferroviários prevista nas Leis de nºs 8.186/1991 e 10.478/2002, equiparado com a remuneração compatível com o cargo ao qual ocuparam os instituidores do benefício à época da aposentadoria na VALEC e não como o baseado em remuneração prevista nos antigos quadros da RFFSA.

2. O referido benefício foi estendido aos ingressantes até 21/03/1991, por força da Lei nº 10.478/02, cujos proventos/pensões devem ser pagos na mesma forma do percebido por ferroviário em atividade, como consectário do princípio da isonomia e comprovadamente implementadas às autoras, às fls. 35, 48 e 64.

3. A divergência principal devolvida a esta Corte ultrapassa existência do direito à aposentadoria complementar onde se visa garantir a paridade, no sentido isonômico do termo, mas consiste em saber se a equiparação com a remuneração dos ferroviários da ativa deve se dar, tomando como referência o plano da extinta RFFSA ou admitindo como paradigma o plano de cargo da VALEC, empresa na qual alegam as autoras terem os instituidores da pensão se aposentado.

4. A legitimidade passiva na hipótese inclui a União Federal e INSS, haja vista tratar-se de direito à aposentadoria composta de parcelas pagas pelo INSS e complementada União, por força da Lei nº 8.186/91, instituidora do benefício. A participação da União Federal no feito se impõe mais ainda em razão de observar tema atinente à previdência pública, assegurada pela União aos servidores de subsidiárias da RFSSA, não diretamente relacionada com relação de emprego, matéria que atrai a competência desta Justiça Federal. Precedentes.

5. Na norma originária, o Decreto nº 956/1969, o benefício foi introduzido em prol dos ferroviários servidores públicos e autárquicos federais, e posteriormente, foi estendido a todos os ferroviários pelas Leis 8.186/91 e 10.478/02, observadas as datas de ingresso no cargo, incluindo os empregados regidos pelas regras celetistas e os ingressos diretamente nas subsidiárias, tal e qual se afigura o caso dos instituidores dos benefícios, cujos ingressos se deram diretamente na RFFSA em 01/07/54, 25/08/58 e 27/08/53, demitidos em 04/06/78, 01/05/76 e 01/01/82, conforme asseveram as apelantes e comprovado nos autos. Portanto, abarcados pela Lei nº 10.478/02, porquanto ingressaram antes de 21/05/1991.

6. O artigo 2º da Lei nº 8.186/91 é cristalino ao afirmar que a complementação é paga em paridade com o cargo correspondente do pessoal em atividade da RFSSA e suas subsidiárias, aos ferroviários admitidos, sob qualquer regime. Autorizaria, portanto, a correspondência com os planos de cargos e salários pertinentes à VALEC, CBTU e demais subsidiárias da RFSSA, caso fosse comprovado o último exercício antes da aposentadoria em uma dessas empresas, o que inexistiu na hipótese vertente.

7. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0120260-15.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.120260-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 12:28
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
APELADO: SALAMON BICARANO

ADVOGADO: MARISA BICARANO
Originário: 0120260-15.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. PAGAMENTO NA REDE BANCÁRIA. VENCIMENTO. EMISSÃO DE NOVO BOLETO PARA INCLUSÃO DE MULTA E JUROS DE MORA. APELO DO CRF/RJ IMPROVIDO.

1. Trata-se de demanda em que pleiteia o embargante a condenação do embargado à emissão de boleto para pagamento do débito existente no valor referente à segunda parcela então acordada e com a utilização dos parâmetros de atualização previstos no art. 7º, parágrafo único da Resolução 533 do Conselho Federal de Farmácia.

2. Conforme consta da cláusula segunda, foi solicitado o parcelamento em duas parcelas, estabelecendo a cláusula quarta que: ¿Após o vencimento incidirá sobre o valor da parcela multa de 2% (dois por cento), a SELIC ¿ Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódio, além do juro de mora de 1% (um por cento) ao mês¿.

3. Ainda que o recorrido tenha deixado de pagar o boleto com vencimento no dia 30/11/2014, no dia útil imediatamente posterior, não observando a impossibilidade de pagamento na rede bancária após o vencimento certo é que poderia quitar o parcelamento, desde que acrescido de multa e juros de mora conforme previsto na disposição contratual mencionada.

6. O apelante não nega ter sido procurado pelo apelado para o fim de que fosse emitido novo boleto para pagamento, para que fossem incluídos, então, os acréscimos decorrentes da sua mora.

7. Ainda que em discordância com as orientações da Resolução 533/2010, pois para o parcelamento do débito em duas parcelas deveria haver um desconto de apenas 79% nos juros e multa, conforme tabela do artigo 7º da Resolução 533 do CFF e não de 99%, desde que o CRF/RJ aceitou os termos de pagamento em duas parcelas dos valores previstos para pagamento em cota única, fica ele vinculado aos seus termos, não podendo agora se eximir da obrigação de emitir novo boleto para pagamento ao argumento de nulidade do ato.

8. Ao aceitar os termos, emitindo os boletos para pagamento, afastou qualquer elemento ilegítimo do acordo pactuado. De outra parte, mesmo tratando-se de liberalidade sua aceitar os termos propostos pelo embargante, obrigou-se nos mesmíssimos termos, não os podendo alterar unilateralmente nem lançar mão de tal alegação para desvincular-se do acordo.

9. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0131350-29.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.131350-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 12:25
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CRF/ES
ADVOGADO: THIAGO COELHO SARAIVA
APELADO: MUNICÍPIO DE VILA VELHA
ADVOGADO: RAQUEL AMARAL HIBNER
Originário: 0131350-29.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. PROFISSIONAL FARMACÊUTICO. DISPENSÁRIO. DESNECESSIDADE.

1. O Município de Vila Velha opôs embargos à execução fiscal promovida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo referente à CDA nº 3118, de 11/05/2015, no montante de R$ 1.871,50, relativa à multa por infração ao art. 24 da Lei nº 3.820/60 e ao artigo 15 da Lei n. 5991/73.

2. A jurisprudência desta Turma afirma-se no sentido de que a presença do profissional farmacêutico é obrigatória para as drogarias e as farmácias, ao revés do que ocorre no caso de dispensário de medicamentos. Entendendo-os como pequena a unidade hospitalar com até 50 (cinquenta) leitos, ao teor da regulamentação específica do Ministério da Saúde. Precedente: TRF2, AC 201451130005602, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON, E-DJF2R 07/01/2016.

3. Em pese a ausência de documentos que forneçam informações sobre a unidade autuada, é incontroverso que a distribuição de medicamentos se dava através de dispensário. Não há, portanto, a necessidade da presença de profissional farmacêutico, configurando a ilegalidade da multa.

4. Inaplicabilidade da Lei n. 13.021/2014, pois o período objeto de fiscalização é anterior à entrada em vigor da norma.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0139259-09.2015.4.02.5168 Número antigo: 2015.51.68.139259-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 18/01/2017 11:36

Gabinete 16

Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ

APELANTE: SERGIO DE OLIVEIRA MOURA

ADVOGADO: JULIO CESAR SILVANO SPAVIER

APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO

Originário: 0139259-09.2015.4.02.5168 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

EMENTA

ADMINISTRATIVO. TAXA DE OBRA. INDENIZAÇÃO EM DANOS MORAIS. APELAÇÃO IMPROVIDA.

Cuida-se de apelação de Sergio de Oliveira Moura, que objetiva a restituição em dobro da cobrança referente à taxa de obra e a indenização em danos morais.

Na planilha da CEF, observa-se que foi efetuada a cobrança relativa à taxa de obra, no período de 15/03/2012 a 15/01/2014, perfazendo os 21 meses, conforme determinado no contrato (item C6 fls. 67). A partir de 15/02/2014, começou a ser realizada a cobrança da amortização do financiamento.

Pela análise dos documentos apresentados pelo recorrente, não foi exibido nenhum dado que comprovasse que a CEF tenha efetuado a entrega das chaves em 11/09/2012. A CEF apresenta planilha esclarecendo que o término da obra ocorreu em 20/01/2014, não se vislumbrando nenhuma irregularidade na cobrança realizada, pois foi feita dentro do período contratado para a obra.

Como não ocorreu o dano material reclamado pelo recorrente, não merece prosperar o seu pedido de devolução em dobro dos valores cobrados, bem como não há indenização em dano moral a ser realizada, pois a cobrança foi realizada corretamente.

Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO

Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000619-08.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.000619-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/10/2016 14:43
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ERONILDES SANTOS DE ANDRADE
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
Originário: 0000619-08.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. DESVIO DE FUNÇÃO. AUXILIAR E TÉCNINCO DE ENFERMAGEM. DECRETO Nº 94.406/87. DESVIO DE FUNÇÃO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Nesta ação, a autora é servidora pública ingressa nos quadros da UFES em 1994 para o cargo de auxiliar de enfermagem e desde então trabalha no Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes ¿ HUCAM, na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal ¿ UTIN, exercendo desde sua posse até sua transferência para Unidade Materno Infantil desde agosto de 2015, funções típicas do cargo de técnico de enfermagem, previstas no art. 10 do Decreto nº 94.406/87, em hipótese de desvio de função.

2. A prática da atividade de enfermagem é permitida somente aos profissionais inscritos no Conselho Regional de Enfermagem e seus cargos pertinentes encontram previsão legal na Lei nº 7.498/86, cujos dispositivos foram regulamentados pelo Decreto nº 94.406/87.

3. Logrou êxito a parte autora em comprovar fato constitutivo do seu direito, na forma do inciso I do art. 373, do CPC, conforme fatos corroborados pelas testemunhas da autora. Noutro turno, não se desincumbiu a apelante de provar o contrário, ao revés, deixou de apresentar documentos e testemunhas que infirmassem as alegações da autora.

4. No desvio funcional o servidor deixa de realizar aquelas funções cometidas ao seu cargo de nomeação para executar outras, próprias de cargo hierarquicamente superior, onde o prejuízo transparece pela diferença remuneratória.

5. Para o Estado é muito difícil a administração de salários, porque as funções são distintas mas a finalidade é a mesma. Para resguardar um mínimo de segurança, no gigantismo de sua máquina administrativa, criou algumas vedações, sob pena de não controlar a disparidade de situações a partir de sentenças judiciais reclassificatórias, sentenças judiciais de equiparação, decisões administrativas sobre desvio de funções, transferenciais, credenciais, empréstimos, etc, sendo a vedação mais significativa, a de equiparação de qualquer natureza, de finalidade moralizadora, como já destacamos, e de base constitucional. Vedado, portanto, o enquadramento no cargo paradigma, mas não, se configurado, o pagamento das diferenças remuneratórias decorrentes do desvio de função.

6. Quanto às alegações da apelante pela minoração da condenação em honorários advocatícios, tenho que não merecem prosperar, ao revés, consoante posicionamento próprio, é praxe pessoal fixar em ao mínimo 10% sobre o valor da condenação o devido pela parte sucumbente com, fins de valorizar o trabalho do profissional da advocacia, no entanto, aqui, como resta ilíquido o valor da condenação e tendo a sentença recorrida fixado tal verba com base em seus percentuais mínimos, sob pena de reformatio in pejus, mantém-se a sentença, também quanto ao ponto.

7. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, de de 2016 (data do julgamento).

SALETE Maria Polita MACCALÓZ
Relatora

7 - 0003711-82.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.003711-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/09/2016 15:36
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: MARCELO GALVÃO MACHADO
ADVOGADO: ELIANE HAMAE SATO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DELMAR REINALDO BOTH
Originário: 0003711-82.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

FGTS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. SUBSTITUIÇÃO DA TR. POR OUTRO ÍNDICE, A PARTIR DE 1999. SUSPENSÃO DAS AÇÕES SOBRE O TEMA: STJ RESP Nº 1.614.874/SC. STF ADIN Nº 5.090.

1.Trata-se de recurso de apelação em face de sentença que julgou antecipadamente a lide, na forma do artigo 355, I do NCPC, julgando improcedente o pedido e condenando a parte autora em custas e honorários, fixados em 10% sobre o valor da causa

2. A matéria em debate nos presentes autos, será objeto de decisão pela 1ª Seção do STJ, nos autos do REsp nº 1.614.874/SC, e a suspensão determinada dirige-se a todas as instâncias da Justiça comum, estadual e federal, inclusive as respectivas Turmas ou Colégios Recursais, visando evitar o trâmite individual de milhares de ações com alto risco de lesão ao princípio da segurança jurídica, diante da possibilidade de prolação de decisões conflitantes.

3. A suspensão decidida no STJ aplica-se ao caso presente, na medida em que o fundamento jurídico da sentença de primeiro grau não se direcionou à matéria constitucional, tal como ocorreu no julgamento do processo nº 0005837-59.2014.403.6100, julgado procedente pelo juiz da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei nº 8.036/90.

4. Por outro lado, importante ressaltar que a sentença apelada foi proferida em 28/06/2016, já na vigência do NCPC que ocorreu em 16/03/2016, destarte observando-se o comando dos artigos 1036 e 1037 do referido diploma legal.

5. Tem-se que o STJ afetou diversos processos como recurso repetitivo e, como regra geral, aplicou o seguinte entendimento: sobrestar todos os processos nos termos do novo CPC apenas se a decisão de afetação for posterior a 18/03/16; e sobrestar apenas os recursos especiais, se a decisão for anterior.

5. Com dito anteriormente, a sentença de primeiro grau foi proferida em 28/06/2016, em data posterior à manifestação do STJ quanto à suspensão de todos os processos atingidos pela afetação, sendo nula, por error in procedendo.

6. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0052543-49.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.052543-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.011571-6
Distribuição-Sorteio Automático - 02/09/2016 16:32
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: GR KRAFT COML/ CORPORATIVA LTDA - ME
APELANTE: MARIA TEREZA SIMOES MORAES
APELANTE: RENATA MORAES LIRA
REPRESENTANTE: GUSTAVO SIMÕES MORAES

ADVOGADO: NILTON STERCHELE NUNES PEREIRA JUNIOR
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
Originário: 0052543-49.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO EXTRA PETITA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Não há que se falar em julgamento extra petita, uma vez que as embargantes, em sua petição inicial, alegam expressamente que ¿há inúmeras cobranças de comissão de permanência, encargo este que se revela excessivo¿. Ademais, a parte alega reiteradamente em sede de apelação a ilegalidade da cobrança da taxa cumulada com outros encargos.

2. O acórdão foi claro em afirmar que ¿é devida a comissão de permanência - instrumento de atualização monetária do saldo devedor, no período de inadimplência e calculada pela taxa média de mercado, desde que limitada à taxa avençada e não cumulada com quaisquer encargos remuneratórios e moratórios¿.

3. Mesmo para efeitos de prequestionamento, os embargos de declaração só poderão ser acolhidos, se presente qualquer um dos vícios elencados no art. 1022 do Código de Processo Civil, o que não se constata na situação vertente.

4. Embargos declaratórios não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, de de 2016 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0077214-39.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.077214-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/01/2017 11:46
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: HENRIQUE PARAISO ALVES
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0077214-39.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. DESUNITIZAÇÃO DE CARGA. DEVOLUÇÃO DE CONTEINER.

1. O cerne da questão cinge-se ao cabimento da desunitização da carga e disponibilização dos contêiners TEMU 4342590 e MSCU 3069460, de propriedade da impetrante, empresa do ramo de transporte marítimo.

2. Na hipótese vertente, após a aplicação da pena de perdimento pela autoridade fazendária, a unidade de transporte de mercadorias continuou retida na alfândega, ensejando o ajuizamento do presente writ.

3. Nos termos do art. 24 da Lei nº. 9.611/98, o contêiner tem como finalidade a realização de transporte de cargas e deve ser entendido como peça autônoma, não se confundindo com a própria carga ou com a embalagem das mercadorias transportadas, inexistindo estes, portanto, identidade ou relação de acessoriedade.

4. É injustificável a retenção por tempo excessivo da unidade de carga, instrumento da exploração da atividade econômica realizada pela apelante, pelo fato de a mercadoria nela contida se encontrar sujeita a procedimento administrativo fiscal em razão de infração administrativa cometida pelo importador.

5. A impetrante não pode, ainda, ser penalizada pela em função da conduta omissiva perpetrada pela autoridade fiscal materializada na demora em ultimar a sanção de perdimento das mercadorias e desunitizar a unidade de carga, eis que ¿a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação¿, conforme expressamente previsto no artigo 5º., inciso LXXVIII, da CRFB/88.

6. Logo, é descabida a retenção, seja pela pendência de processo para a aplicação da pena de perdimento, seja por falta de pagamento das despesas, pois o contêiner não se submete ao resultado final do procedimento administrativo, sendo a alfândega responsável pela destinação dos bens abandonados e, como consequência, pela desunitização da unidade de carga em que se encontram armazenados.

7. Apelação da União e remessa improvidas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0013478-53.2016.4.02.5002 Número antigo: 2016.50.02.013478-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 26/10/2016 17:45
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
PARTE AUTORA: HERBERT MENDES VIANA
ADVOGADO: Brendow Guimarães Viana
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
Originário: 0013478-53.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURO DESEMPREGO. IMPETRANTE TITULAR DE EMPRESA. ATIVIDADES ENCERRADAS. COMPROVADA AUSÊNCIA DE RENDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Trata-se de remessa necessária de sentença concessiva da segurança, impetrada com o fito de obtenção das parcelas do seguro-desemprego, que afastou o óbice apontado administrativamente referente a existência de pessoa jurídica em nome do impetrante, fato que infirmaria um dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, a ausência de aferição de renda pelo desempregado. Inteligência do art. 3º da Lei nº 7.998/90.

2. A sentença concedeu a segurança manteve a decisão que deferiu o pedido ao fundamento segundo o qual se mostrou indevido o enquadramento da situação fática do impetrante no dispositivo legal concernente ao artigo 3º, V, da Lei nº 7.998/90 porquanto o documento de fl. 33 comprova que a sociedade empresária da qual fazia parte o impetrante não efetuou durante todo o ano de 2015 qualquer atividade operacional, culminando com o encerramento de suas atividades em 08/04/2016 (fl. 31).

3. Na hipótese, o impetrante, demitido sem justa causa em 29/11/2015, requereu o seguro-desemprego em 10/03/2016, mas não recebeu nenhuma das cinco parcelas, porquanto seu pedido foi indeferido ao argumento de que auferia renda o desempregado, titular de uma sociedade empresária denominada Kacho S Cosméticos Com e Repres. LTDA ¿ ME.

4. Logrou êxito a parte impetrante em comprovar a ausência de percepção de renda, uma vez que a sociedade empresária da qual fazia parte como titular conjuntamente com seu irmão encontrava-se inoperante em todo ano de 2015, encerrada em abril de 2016, ao tempo do requerimento administrativo protocolado pelo ora desempregado. Precedentes.

5. Remessa necessária desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal

Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0003586-91.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003586-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/04/2016 14:17
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: FELIPE VIEIRA DA CUNHA
AGRAVADO: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO
ADVOGADO: LILIAN RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO: TIAGO DE AZEVEDO GUEDES
Originário: 0025040-08.2016.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
A C Ó R D Ã O

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. CONTROLADOR DE TRÁFEGO AÉREO. APTIDÃO PSICOLÓGICA. EXAME. REPROVAÇÃO.

1. A decisão agravada manteve liminarmente o candidato no concurso público para o cargo de Controlador de Tráfego Aéreo, convencido de sua aptidão psicológica, confirmada no exame médico do Centro de Medicina Aeroespacial¿ Cemal, da Força Aérea Brasileira, não podendo ser alijado do certame pela reprovação em outro exame, pela Unimed, que ¿não o recomendou ao cargo¿.

2. Aprovado nas provas escritas para Controlador de Tráfego Aéreo, o candidato foi reprovado no exame médico, realizado pela Unimed, contratada nos termos do Edital, de caráter eliminatório.

3. Eventual dúvida sobre a aptidão do candidato a cargo de tal responsabilidade deve ser resolvida, por ora, em favor da coletividade, não do indivíduo, até em respeito à previsão editalícia de exame por empresa terceirizada, cujo parecer de não recomendação não foi infirmado pelo candidato, que não compareceu à ¿entrevista devolutiva¿ para ter acesso aos fundamentos da reprovação.

4. Na etapa seguinte do concurso, Curso de Formação, no Cemal, e depois na própria Infraero, o primeiro realizou também seu próprio exame médico-psicológico ¿ não previsto no edital ¿ para aferir a capacidade do candidato de participar do curso, e o considerou apto, resultado que o agravado quer fazer prevalecer .

5. Em tema de concurso público, o princípio nuclear é o respeito ao tratamento isonômico para todos os candidatos que se submeteram ao exame psicológico da Unimed, conforme define e vincula o edital do certame. Afirmar a superioridade do exame do Cemal sobre o laudo da empresa contratada, além de violar regra editalícia obrigatória, expõe o Judiciário ao risco de validar o laudo aeronáutico, sem conhecimento dos critérios nele adotados frente aos critérios da Unimed, responsável pela avaliação de todos os candidatos.

6. O deferimento de liminar sem prova convincente de erro ou dolo do laudo da Unimed, não apenas vulnera o princípio da isonomia, como evidentemente, e sem razão plausível, privilegia o candidato reprovado.

7. Não se pode, contudo, ignorar que a tutela vem produzindo efeitos desde março/2016, com a participação do candidato no ¿Curso de Formação¿ no Cemal, iniciado em 29/2/2016 e com previsão de duração de 4 a 10 meses, e custos estimados em R$ 90mil. Mas o candidato não deve participar da segunda etapa desse ¿Curso de Formação¿, na Infraero, sem data estimada de início.

8. Se, no tempo do processo, ficar evidente o erro ou dolo do laudo da Unimed, o candidato participará da segunda etapa do curso de formação aberto ao ensejo de novos concursos, independente da reparação

dos danos eventualmente sofridos, em ação própria. Não pode o Judiciário imiscuir-se na ordem do concurso, para favorecer este ou aquele candidato.

9. Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do voto da Desembargadora Federal Nizete Lobato Carmo.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2016.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0006749-79.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006749-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 16/11/2016 16:16
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DALILA MARIA JUSTO
ADVOGADO: HUGO OTTONI PASSOS
Originário: 0003222-59.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. FUNASA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATUALIZAÇÃO DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO ÍNDICE DA TR ATÉ A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A controvérsia cinge-se à aplicação do IPCA-E para correção monetária do valor da condenação, tendo em vista que, no presente caso, a Funasa concordou com a incidência da TR sobre os juros de mora.

2. A agravante pede a reforma da decisão, a fim de se aplicar as disposições da Lei nº 11.960/09 a partir de sua edição, ou seja, aplicar a TR como índice também para a correção monetária, por defender a tese de que o art. 1º F da Lei 9.494/97 foi declarado constitucional em relação às parcelas anteriores à data da requisição do precatório.

3. O STF declarou a inconstitucionalidade da aplicação da TR para atualização monetária dos precatórios (art. 1º F da Lei 9.494/97, alterado pela Lei nº 11.960/2009), uma vez que este índice não acompanha as perdas inflacionárias. A decisão do Supremo não abordou a liquidação do crédito.

4. Ministro Luiz Fux, nos autos do RE 870947, esclareceu a tese jurídica fixada nas ADIs 4.357 e 4.425, para melhor orientar os Tribunais sobre o real escopo da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, dispondo expressamente que ¿não foi declarado inconstitucional por completo¿.

5. Esclareceu que a atualização monetária utilizará os dois índices ¿ a TR, no primeiro momento: entre o evento danoso ou o ajuizamento da ação até a condenação da Fazenda Pública. O IPCA-E, na segundo fase, compreendida entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

6. Curvo-me, pois, às orientações proferidas pela Corte Suprema, exaradas em sede de recurso com tema de repercussão geral declarado no RE 870947 RG/SE, devendo ser a TR aplicada até a data da inscrição dos requisitórios, momento a partir do qual, incidirá o IPCA-E.

7. Dou parcial provimento ao presente agravo de instrumento para reformar a decisão de liquidação combatida, acatando em parte o pleito da Funasa, determinando a incidência da taxa de referência (TR) sobre os valores apurados, em sede de liquidação de sentença, até a data da inscrição dos requisitórios, e a partir daí incidirá o IPCA-E.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0006752-34.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006752-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 08/11/2016 15:07
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MARIO WOTIKOSKY NUNES
AGRAVADO: MARTA ANTUNES SOBREIRA NUNES
ADVOGADO: ANTONIO XAVIER SOARES
Originário: 0012941-02.2012.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. FUNASA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATUALIZAÇÃO DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO ÍNDICE DA TR ATÉ A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A controvérsia cinge-se à aplicação do IPCA-E para correção monetária do valor da condenação, tendo em vista que, no presente caso, a Funasa concordou com a incidência da TR sobre os juros de mora.

2. A agravante pede a reforma da decisão, a fim de se aplicar as disposições da Lei nº 11.960/09 a partir de sua edição, ou seja, aplicar a TR como índice também para a correção monetária, por defender a tese de que o art. 1º F da Lei 9.494/97 foi declarado constitucional em relação às parcelas anteriores à data da requisição do precatório.

3. O STF declarou a inconstitucionalidade da aplicação da TR para atualização monetária dos precatórios (art. 1º F da Lei 9.494/97, alterado pela Lei nº 11.960/2009), uma vez que este índice não acompanha as perdas inflacionárias. A decisão do Supremo não abordou a liquidação do crédito.

4. Ministro Luiz Fux, nos autos do RE 870947, esclareceu a tese jurídica fixada nas ADIs 4.357 e 4.425, para melhor orientar os Tribunais sobre o real escopo da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, dispondo expressamente que ¿não foi declarado inconstitucional por completo¿.

5. Esclareceu que a atualização monetária utilizará os dois índices ¿ a TR, no primeiro momento: entre o evento danoso ou o ajuizamento da ação até a condenação da Fazenda Pública. O IPCA-E, na segundo fase, compreendida entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

6. Curvo-me, pois, às orientações proferidas pela Corte Suprema, exaradas em sede de recurso com tema de repercussão geral declarado no RE 870947 RG/SE, devendo ser a TR aplicada até a data da inscrição dos requisitórios, momento a partir do qual, incidirá o IPCA-E.

7. Dou parcial provimento ao presente agravo de instrumento para reformar a decisão de liquidação combatida, acatando em parte o pleito da Funasa, determinando a incidência da taxa de referência (TR) sobre os valores apurados, em sede de liquidação de sentença, até a data da inscrição dos requisitórios, e a partir daí incidirá o IPCA-E.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0007308-36.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007308-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 10/11/2016 17:55
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: LUCIA HELENA MELLO DE LIMA
ADVOGADO: HUGO OTTONI PASSOS
AGRAVADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVADO: MUNICÍPIO DA SERRA
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SERRA - ES
Originário: 0001209-53.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MODIFICAÇÃO DA DATA DO EVENTO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA MATERIAL. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS PELO IPCA-E APÓS A LEI 11.960/2009. INDEFERIMENTO.

1. Agravo de instrumento para rever matéria relativa ao quantum de indenização fixado na decisão recorrida, além da sistemática adotada para o cálculo dos juros; data do evento danoso que gerou a indenização, entendida como janeiro de 1996 e não junho de 2001 e majoração de honorários advocatícios.

2. Imperioso negar o pedido, uma vez que o presente caso encaixa-se no conceito do artigo 502 do CPC e de direito assegurado pela Constituição Federal, que deve preponderar. Conforme assinalou o juízo a quo, a dato do evento danoso foi resolvida na fase de conhecimento, portanto, não cabe mais recurso.

3. Em relação ao quantum debeatur, reputo adequado à espécie, em vista do conjunto probatório trazido aos autos. Claro restou que a agravante faz jus à indenização por ter sido exposta ao agente nocivo e estar abrangida pela sentença da ação civil pública. Ocorre que, não obstante constatado que seu problema de saúde decorreu do evento danoso, as conseqüências não a tornaram incapaz nem temporal, nem definitivamente para o labor, e as seqüelas encontradas são passíveis de tratamento ambulatorial.

4. Quanto aos honorários advocatícios, em que pesem os argumentos da complexidade da causa, há de ser mantido no patamar dos 10% sobre a condenação, pois considero justo, uma vez que a tarefa do causídico restringiu-se à fase de execução, uma vez que se trata de ação civil de autoria do Ministério Público, em defesa de interesses coletivos.

5. No que tange aos juros e a atualização monetária, a EC 62/09, que alterou o §12 do art. 100 da CF, foi objeto das ADIs 4357 e 4425. Após, decisão em sede de questão de ordem das referidas ADIs esclareceu que a atualização monetária utilizará os dois índices ¿ a TR, no primeiro momento: entre o evento danoso ou o ajuizamento da ação até a condenação da Fazenda Pública. O IPCA-E, na segundo fase, compreendida entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

6. Curvo-me, pois, às orientações proferidas do STF, exaradas em sede de recurso com tema de repercussão geral declarado no RE 870947 RG/SE, devendo ser a TR aplicada até a data da inscrição dos requisitórios, momento a partir do qual, incidirá o IPCA-E. Por tratar matéria de ordem pública, os índices de liquidação deverão adequar-se aos parâmetros da Corte Suprema, na parte em que não colidir com o título transitado em julgado.

7. Nego provimento ao agravo de instrumento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0011096-58.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011096-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/10/2016 12:47
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: RAPHAEL TEIXEIRA AMORIM
ADVOGADO: ARTUR SOUZA RAMOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0137326-68.2016.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MILITAR TEMPORÁRIO. LICENCIAMENTO. ESTABILIDADE NÃO COMPROVADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência objetivando a imediata suspensão do Procedimento para Licenciamento de Praça sem estabilidade ¿a bem da disciplina¿, instaurado por determinação da Diretoria de Pessoal da Marinha, ao argumento de que possuiria o agravante estabilidade no cargo, por contar com mais de 10 anos de efetivo serviço militar, bem como teria sido prejudicado em sua defesa por não constar na notificação a razão pela qual o procedimento administrativo teria sido instaurado.

2. Não obstante exista expressa previsão da estabilidade decenal para praças na Lei 6.880/80, não logrou o agravante comprovar o tempo de serviço declarado, sendo certo que, nos termos do artigo 373, I, do CPC, a prova dos fatos incumbe a quem alega. Por outro lado, não se vislumbra na hipótese qualquer violação aos princípios do contraditório e ampla defesa, pois o fato de o assunto não constar de forma especificada na notificação, não tem o condão de impedir a manifestação adequada da parte, ante a possibilidade de total ciência do fato imputado quando do comparecimento no órgão responsável.

3. Consoante jurisprudência predominante, somente é possível a modificação de decisão teratológica ou fora da razoabilidade jurídica, ou em casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu, in casu.

4. Agravo de instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

24 - 0011263-75.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011263-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2016 17:19
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CARLA DA SILVA MARIA
ADVOGADO: CLAUDIA SIMOES LUCAS
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA
Originário: 0133417-21.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. IMÓVEL. SUSTAÇÃO DO LEILÃO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. DESPROVIMENTO.

Agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, contra decisão que indeferiu a suspensão do leilão, para que a ré se abstenha de alienar o imóvel objeto da lide a terceiros ou promover sua desocupação, determinando-se a suspensão de todos os efeitos do leilão.

O mutuário, ao realizar o contrato de financiamento, valendo-se das regras do Sistema Financeiro de Habitação - SFH ou do Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, assume o risco de, em se tornando inadimplente, ter o imóvel objeto do financiamento levado a leilão, razão pela qual está ciente das consequências que o inadimplemento pode acarretar.

Não se encontram presentes os requisitos necessários para que seja deferido o pedido de tutela de urgência, quais sejam, o periculum in mora nem mesmo o fumus boni iuris na alegação da recorrente, tendo em vista a necessidade de dilação probatória, inclusive a juntada do processo de execução, podendo, a toda evidência, ser concedido o pedido de sustação da execução extrajudicial no curso da ação principal.

Agravo de instrumento desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0011365-97.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011365-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2016 17:40
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGRAVADO: ROSEMERE DA SILVA MACHADO
AGRAVADO: JOSE FAUSTINO DOS SANTOS
AGRAVADO: LAURA RIBEIRO PAMPOLIM
AGRAVADO: MARIA SONIA MENDES DA SILVA
AGRAVADO: RITA DE CASSIA FERNANDES FERREIRA
AGRAVADO: JOAO PEREIRA DE SOUZA
AGRAVADO: RUFINO MANOEL GUIMARAES
AGRAVADO: SEVERINO GOMES BEZERRA
AGRAVADO: TANIA MARIA ALVES
AGRAVADO: DILZA VIEIRA NASCIMENTO
AGRAVADO: ALCIMAR ERPES
AGRAVADO: ANTONIO FAUSTINO DE ALMEIDA
AGRAVADO: CLOVES FERREIRA
AGRAVADO: HUGO FERREIRA SA SILVA
AGRAVADO: DENIZETE DE JESUS
AGRAVADO: ELTON MARTINS DA COSTA
AGRAVADO: ERONDINA NOBRE ALVES

AGRAVADO: FRANCISCO LOURENÇO
AGRAVADO: GLEYCE JANE SOARES DA SILVA
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
Originário: 0050116-73.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DO RECURSO.

1. Agravo de instrumento contra decisão que determinou a conversão do rito ordinário para o rito especial dos Juizados Especiais Federais, declarando, por conseguinte, a impossibilidade processual da atuação da CEF como assistente simples em sede do JEF, decidindo ainda pela remessa dos autos para a Justiça Estadual.

2. A irresignação da agravante não se enquadra nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, cujo rol é taxativo, visto que a decisão trata da questão de declínio de competência, não havendo exclusão de litisconsorte.

3. Agravo de instrumento não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro-,-----___de_____de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0011427-40.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011427-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2016 12:12
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGRAVADO: DIOMAZIA SOARES
AGRAVADO: LINDOMAR DOS SANTOS SONSINI
AGRAVADO: MARLENE FERRUGINE
AGRAVADO: MIRANY DE JESUS SANTOS
AGRAVADO: VANDERLEA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
Originário: 0050096-82.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DO RECURSO.

1. Agravo de instrumento contra decisão que determinou a conversão do rito ordinário para o rito especial dos Juizados Especiais Federais, declarando, por conseguinte, a impossibilidade processual da atuação da CEF como assistente simples em sede do JEF, decidindo ainda pela remessa dos autos para a Justiça Estadual.

2. A irresignação da agravante não se enquadra nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, cujo rol é taxativo, visto que a decisão trata da questão de declínio de competência, não havendo exclusão de litisconsorte.

3. Agravo de instrumento não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro-,-----___de_____de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0011437-84.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011437-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2016 15:19
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGRAVADO: GILSON RODRIGUES REIS
AGRAVADO: ROSAURA DO ROSARIO BORGES
AGRAVADO: RIVALINO FERNANDES
AGRAVADO: MAXIMIANO FERREIRA PORTO
AGRAVADO: MARIA DA PENHA MACIEL DUTRA
AGRAVADO: CLEIDE MOURÃO PIRES TOLENTINO
AGRAVADO: ARLETE GOMES DA SILVA
AGRAVADO: ANA MARIA DUARTE DA SILVA
AGRAVADO: ALTAMIRO BASILIO
AGRAVADO: ADELINA ANDRELINO SCHULTZ
ADVOGADO: RODRIGO LOPES BRANDÃO
ADVOGADO: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
Originário: 0050097-67.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DO RECURSO.

1. Agravo de instrumento contra decisão que determinou a conversão do rito ordinário para o rito especial dos Juizados Especiais Federais, declarando, por conseguinte, a impossibilidade processual da atuação da CEF como assistente simples em sede do JEF, decidindo ainda pela remessa dos autos para a Justiça Estadual.

2. A irresignação da agravante não se enquadra nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, cujo rol é taxativo, visto que a decisão trata da questão de declínio de competência, não havendo exclusão de litisconsorte.

3. Agravo de instrumento não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro-,-----___de_____de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0011680-28.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011680-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2016 14:37
Gabinete 16

Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: EULER DE MOURA SOARES FILHO
ADVOGADO: RITA ALCYONE SOARES NAVARRO
ADVOGADO: André Silva Araújo
AGRAVADO: CLEMIR ANTONIO MARTINS
AGRAVADO: DOLAIR IZAIAS GOMES
AGRAVADO: JOSE BELTRÃO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: CLAUDIO RIBEIRO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: NEUZA MARIA MENDES MAIA
AGRAVADO: ROSANGELA JUSTINO
AGRAVADO: HORACIO IAQUI DE PAULA
AGRAVADO: MARIA DA PENHA AMARAL
AGRAVADO: WAGNER NATALINO DA SILVA
AGRAVADO: BENEDITO DOS SANTOS
AGRAVADO: NATHAN COELHO FERREIRA
AGRAVADO: ENILTA LOPES DE PAULA
AGRAVADO: REGINA LUCIA LOPES DAL COL
AGRAVADO: MARIA CANDIDA DA SILVA
AGRAVADO: INACIO NUNES DOS SANTOS
AGRAVADO: CRISTIANO DOS SANTOS BARCELLOS
AGRAVADO: CLAUDENIR MENDES
AGRAVADO: TEREZINHA DE JESUS DA SILVA
AGRAVADO: GERDELEI DE OLIVEIRA RODRIGUES
ADVOGADO: EDUARDO ROCHA
ADVOGADO: LUIZ OTÁVIO PEREIRA GUARÇONI DUARTE
Originário: 0500027-86.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DO RECURSO.

1. Agravo de instrumento contra decisão que determinou a conversão do rito ordinário para o rito especial dos Juizados Especiais Federais, declarando, por conseguinte, a impossibilidade processual da atuação da CEF como assistente simples em sede do JEF, decidindo ainda pela remessa dos autos para a Justiça Estadual.

2. A irresignação da agravante não se enquadra nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, cujo rol é taxativo, visto que a decisão trata da questão de declínio de competência, não havendo exclusão de litisconsorte.

3. Agravo de instrumento não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro-,-----___de_____de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0011702-86.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011702-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2016 14:43
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: GEOVANE DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: THIAGO DA SILVA TEODORO
Originário: 0120262-18.2016.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. MILITAR. TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA. MOTIVO SOCIAL. PROTEÇÃO À FAMÍLIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Agravo de instrumento contra decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, permitindo o deslocamento de militar por motivo social, qual seja, acompanhamento de tratamento de sua mãe, portadora de câncer de mama.

2. O deferimento ou não de liminar ou antecipação dos efeitos da tutela se insere no poder geral de cautela do juiz, que tem melhores condições de verificar a presença dos requisitos necessários à vista dos elementos constantes do processo. Na hipótese, restou devidamente comprovada a necessidade da transferência do agravado, a partir de laudos médicos acostados aos autos, bem como de relatório social emitido pela própria Marinha do Brasil.

3. Não obstante, deve-se ressaltar que o princípio da proteção à família tem primazia sobre outros interesses, inclusive, os da Administração, nos termos do artigo 226 da Constituição Federal. Ademais, não se vislumbra in casu, risco de irreversibilidade da medida para a agravante, pois, caso a ação seja julgada improcedente, a movimentação do agravado poderá ser revertida de imediato.

4. Consoante a jurisprudência predominante[1], somente é possível a modificação de decisão teratológica ou fora da razoabilidade jurídica, ou em casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu, na hipótese, ensejando a manutenção da decisão por seus próprios termos.

5. Agravo de instrumento desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

[1] 1 TRF 2ª Região: 3ª T. AI 2006.02.01.006583-9. Rel. Des. Paulo Freitas Barata. J. em 12.12.2006; 8ª T. AI 2006.02.01.008831-1. Rel. Des. Poul Erik Dyrlund. J. em 14.02.2007.

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0000637-60.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000637-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/02/2017 17:11
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CORE - RJ
ADVOGADO: RACHEL QUINTANA RUA DUARTE
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
AGRAVADO: MOBILITA COMÉRCIO INDUSTRIA E REPRESENTACOES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0090360-50.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

Agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de citação por edital, ao fundamento de que tal modalidade na hipótese atentaria contra os princípios da economia processual e preservação da utilidade da prestação jurisdicional.

A citação por edital se constitui em uma espécie de citação ficta ou presumida, sem que exista a certeza de que o ato alcançará sua finalidade. Seus requisitos se encontram dispostos no art. 257, incisos I

a IV, do NCPC, e tem cabimento nas hipóteses em que o réu se encontre em lugar incerto, não sabido ou em casos expressos em lei.

Por outro lado, não merece prosperar o fundamento esposado no julgado, pois não se vislumbra qualquer economia processual o indeferimento da citação editalícia, prevista tanto no NCPC quanto no artigo 8º, da Lei 6.830/80, razão pela qual deve ser reformada a decisão recorrida, para que a referida citação seja realizada.

Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0000836-82.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000836-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/02/2017 13:52
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
AGRAVADO: SERGIO ROQUE CALISTRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0011798-61.2015.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RENAJUD. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. A utilização do sistema RENAJUD deve ser permitida apenas excepcionalmente, quando esgotadas as diligências extrajudiciais para localização da ré, o que não restou demonstrado nos autos.
2. Consoante jurisprudência, o fato do entendimento adotado ter sido contrário ao interesse da recorrente não autoriza a reforma da decisão.
3. Agravo de instrumento desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro,_____de _____ de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

BOLETIM: 2017000221

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0115263-86.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.115263-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/12/2016 13:53
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: AUDREY TINOCO MAGRO TAVARES DA SILVA
APELADO: SANATORIA RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADO: HERALDO MOTTA PACCA
Originário: 0115263-86.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Manifeste-se a parte embargada em contrarrazões.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

BOLETIM: 2017000222

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0008002-62.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008002-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/10/2015 20:41
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: SANDRA SUELI FERREIRA PINTO BRITO
ADVOGADO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALMEIDA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0008002-62.2015.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Despacho
Tendo em vista que a União Federal informou, às fls. 623, que não vai interpor recurso, determino que a Subsecretaria certifique imediatamente o trânsito em julgado e baixe os autos à origem, onde a execução do julgado poderá ser iniciada, conforme pretendido pela parte autora.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
RELATOR

BOLETIM: 2017000223

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0109561-96.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.109561-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 22/03/2016 12:43
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APELANTE: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AGESILAU FURTADO DE MELO
ADVOGADO: THIAGO FURTADO DE MELO OLIVEIRA
Originário: 0109561-96.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, (disp. e-DJF2R de 06/06/2013), ficam disponibilizados os presentes autos pelo prazo de 15 dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial / Extraordinário(s) interposto(s). Intime-se.
Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

Subsecretaria da 6ª Turma Especializada
\\ 10303

BOLETIM: 2017000224

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0009249-21.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009249-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 06/10/2016 14:01
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: FRANCISCA NUNES DE SOUZA
AGRAVANTE: ERALDO EUGÊNIO BRITO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
ASSISTENTE: ARQPEDRA - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA PEDRA DO SAL
ADVOGADO: ALEXANDRE DE CASTRO CATHARINA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: VENERAVEL ORDEM TERCEIRA DE SAO FRANCISCO DA PENITENCIA
ADVOGADO: PASCOAL BELOTTI NETO
Originário: 0021678-58.2007.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO
À DIDRA para a redistribuição do feito a este gabinete.

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por FRANCISA NUNES DE SOUZA e ERALDO EUGÊNCIO BRITO, contra decisão proferida no curso do processo nº 0021678-58.2007.4.02.5101 (2007.51.01.021678-2), que determinou a expedição do mandado de reintegração de posse em favor de DAMIÃO BRAGA SOARES DOS SANTOS do imóvel ocupado pelos agravantes, em decorrência de sentença que reconheceu sua propriedade como remanescente quilombola, nos moldes do art. 68 do ADCT.

Sustentam os agravantes que não foram chamados a compor a lide na condição de terceiros interessados, tendo em vista que ocupam o imóvel há mais de dez anos e que o cumprimento do mandado de imissão na posse traria prejuízos à sua família, e, principalmente, às suas duas filhas menores de 3 e 6 anos de idade. Aduz que a ação principal se encontra em sede de apelação e que a existência de efeito suspensivo do referido recurso, na forma do art. 1.012 do CPC, impediria a pronta retomada do bem. Atesta a existência de periculum in mora pela iminente possibilidade de perda do imóvel, bem como do fumus boni iuris, consubstanciado no fato de que o efeito suspensivo afasta a produção dos efeitos da sentença enquanto não definitivamente julgada a ação. Pugnam pela atribuição do efeito suspensivo à decisão agravada para o imediato recolhimento dos mandados de imissão na posse do imóvel ocupado pelos agravantes.

É o breve relatório.

Deve ser deferido o efeito suspensivo requerido.

A decisão recorrida determinou a expedição de mandado de imissão na posse em favor de beneficiário da sentença que reconheceu o direito de propriedade com base no art. 68 do ADCT, segundo o qual "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Na hipótese vertente, verifica-se a presença dos requisitos ensejadores do efeito suspensivo, nos termos do artigo 300 do CPC, sendo o fumus bom iuris, consubstanciado no fato de que, enquanto não houver trânsito em julgado, não haverá direito pleno à ocupação do imóvel, objeto da lide. De igual forma, resta presente o periculum in mora, pelo evidente prejuízo que acarretaria a retomada do imóvel caso se entenda pela manutenção do decisum ora agravado, tendo em vista o despejo de uma família com duas filhas menores, com idades entre 3 e 6 anos.

Por outro lado, o deferimento da suspensão dos efeitos da decisão não acarretará qualquer prejuízo ao possível proprietário, tendo em vista que poderá ser imitido na posse a partir do trânsito em julgado. Ademais, há que se considerar que o tempo de julgamento da apelação será suficiente para que os agravantes possam procurar outro imóvel para se estabelecerem com sua família, em caso de confirmação da sentença.

Sendo assim, defiro o efeito suspensivo requerido para que seja recolhido o mandado de imissão na posse tão somente em relação ao imóvel situado na Travessa do Sereno, 11-A, Saúde, Rio de Janeiro, onde habitam os agravantes.

Aos agravados para contrarrazões no prazo legal.

Após, ao Ministério Público Federal.

Cumprido, venham os autos conclusos para julgamento.

Comunique-se ao juízo com urgência.

P.I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado
SALETE MARIA POLITA MACCALÓZ
Desembargadora Federal – Relatora

BOLETIM: 2017000225

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0031575-03.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.031575-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/07/2016 14:03
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: MERCADO DE CARNES ARMAS LTDA - EPP
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS CORREA
ADVOGADO: NELSON FERREIRA DA COSTA
APELADO: CONAB-CIA/ NACIONAL DE ABASTECIMENTO
ADVOGADO: ANDRE MARTINS TOFFANO
ADVOGADO: VIVIEN ARAUJO MARTINS
ADVOGADO: DIOGO CARDOSO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: EDUARDO JOSE DA ROCHA GOMES
ADVOGADO: MICHELLE MOREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: DONES MANOEL DE FREITAS NUNES DA SILVA
ADVOGADO: RAQUEL LEITE RIBEIRO DE OLIVEIRA TAVARES
ADVOGADO: PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: CAROLINA FREIXO PINHEIRO CAVALCANTE GONDIM
ADVOGADO: NEI CALDERON
ADVOGADO: SEBASTIAO ALVES PEREIRA
ADVOGADO: DIOGO OLIVEIRA MUNIZ CALDAS
ADVOGADO: MARCOS CESAR DE SOUZA LIMA
ADVOGADO: MANON WEBER RODRIGUES
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA ROCHA
Originário: 0031575-03.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

Recebidos os embargos de declaração, manifeste-se a parte embargada, no prazo legal.

ALOISIO MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002148-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002148-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/03/2017 18:45
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: LUIZ ANTONIO ANDRADE GONÇALVES
ADVOGADO: MARCELO VALERIO GONCALVES
Originário: 0119965-41.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DESPACHO
Intime-se a parte agravada em cumprimento ao art. 1.019, II, CPC.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0002191-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002191-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 18:03
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: WASHINGTON ANTONIO OLIVEIRA GOMES
ADVOGADO: MARCOS JOSE MILAGRE
Originário: 0000202-17.2014.4.02.5004 - 1ª VF Sao Mateus
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0002199-07.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002199-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 18:52
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: LUCÍLIA SOBRINHO PEREIRA
ADVOGADO: CINTIA CRISTINE DIONISIO COSTA
Originário: 0009737-62.2017.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Intime-se a parte agravada em cumprimento ao art. 1.019, II, CPC.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000226

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0004401-91.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.004401-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.101801-4
Distribuição-Sorteio Automático - 31/05/2016 18:22
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: RAFAELA SOARES COSTA PROTI
ADVOGADO: EVANDRO DE CASTRO BASTOS
ADVOGADO: GUILHERME MIRANDA RIBEIRO
Originário: 0004401-91.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. IMPROVIMENTO.

1. A asserção de que o acórdão embargado descurou de examinar elementos essenciais para a solução da lide, não encontra respaldo, posto ser inegável que, quando do seu julgamento, perquiriu-se acerca dos pontos relevantes deduzidos nesta ação, levando em consideração o ordenamento jurídico pertinente ao caso.

2. Eventual discordância acerca do posicionamento do Órgão Judicante não se apresenta como motivo hábil a ensejar a interposição de embargos declaratórios, ficando o mesmo restrito às hipóteses expressamente previstas na lei.

3. A irresignação da parte relacionada ao fundamento do decisum deve exteriorizá-la através da espécie recursal própria, não sendo os embargos de declaração afetos ao combate dos fundamentos meritórios do exposto no julgado.

4. Mesmo para efeitos de prequestionamento, os embargos de declaração só poderão ser acolhidos, se presentes qualquer um dos vícios elencados no art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, o que não se constata na situação vertente.

5. Embargos declaratórios não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0040954-02.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.040954-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 23/10/2015 14:49
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: LEONARDO LINO FREIRE
ADVOGADO: MARCIA DO ROSARIO ASSIS
ADVOGADO: LEONARDO BARBOSA CAMANHO DA SILVEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0040954-02.2012.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA. MILITAR. PORTADOR DO VIRUS HIV. REFORMA. AUXÍLIO-INVALIDEZ. ISENÇÃO DE IR. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DIFERENCIADA. DANOS MORAIS.

1. A sentença negou auxílio-invalidez, contribuição previdenciária diferenciada e indenização por danos morais, mas condenou a União a reformar o autor com proventos da graduação imediatamente superior a ocupada, com isenção de imposto de renda, e a pagar atrasados desde o diagnóstico de ser portador do vírus HIV, 25/10/2011.

2. A Lei 7.670/88, artigo 1º, acrescentou a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida ¿ SIDA/AIDS ao rol do art. 108, V, da Lei 6.880/80, que por si só autoriza a imediata reforma do militar. O autor, portador do vírus HIV, apresenta sintomas da doença, e a perícia judicial esclareceu que a incapacidade laborativa é total, sendo, por isso, devida a reforma militar na graduação superior, com aplicação do art. 110, § 1º, da Lei 6.880/80.

3. Não faz jus ao auxílio-invalidez o militar reformado que não necessita de internação ou cuidados permanentes de enfermagem, e o simples "acompanhamento médico para o resto da vida" não autoriza a concessão do benefício.

4. A Lei nº 7.713/88, art. 6º, XIV confere isenção de imposto de renda a portador do vírus HIV; que também faz jus à contribuição previdenciária diferenciada, por força do art. 40, § 21, Seção II, Capítulo VII, da Carta Magna, aplicável não apenas aos servidores públicos, mas aos militares. Precedentes.

5. Não há dano moral a ser indenizado. O autor não foi licenciado e não há notícia de ter deixado o Exército sem receber assistência médica. Sem a efetiva configuração do dano moral, por atos da parte ré, com força para alterar aspectos importantes da normalidade psicofísica da vítima, infringindo-lhe dor, angústia, sofrimento, humilhação, desprezo, escárnio, em suma, algum tipo sério de aflição ou padecimento ínsitos nos chamados direitos da personalidade, não se pode cogitar de dano moral indenizável. A doença que acometeu o autor não tem relação causal com o serviço militar. E a sua manutenção na ativa, realizando atividades compatíveis com suas limitações, nem de longe configura conduta reprovável da Administração Militar, ensejadora de dano moral.

6. Remessa necessária, Apelação da União e Apelação da Fazenda Nacional desprovidas. Apelação do autor parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação do autor e, por maioria, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e da União Federal, e à remessa necessária, nos termos do voto da relatora.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

BOLETIM: 2017000227

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0049421-28.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.049421-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/10/2016 14:46
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AUTO POSTO RONDON JUSSARA LTDA
ADVOGADO: JAEME LUCIO GEMZA BRUGNOROTTO
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0049421-28.2016.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

De ordem, dê-se vista ao apelado, conforme determinado Às fls. 208, para ciência da petição de fls. 217/219.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANDRÉA RAMINELLI MARQUES
Assessora Judiciária
mat. 10060

BOLETIM: 2017000228

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0107738-87.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.107738-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2016 18:46
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: DEISE MARIA FURTADO RETONDE DO NASCIMENTO
ADVOGADO: RONNIE PEREIRA
APELADO: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0107738-87.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. CNEN. DIREITO A JORNADA DE 24 HORAS SEMANAIS. LEI 1.234/50. ADICIONAL DE IRRADIAÇÃO IONIZANTE. POSSIBILIDADE.

Cuida-se de ação objetivando o reconhecimento do direito à redução da jornada semanal de 24 (vinte e quatro) horas e ao pagamento das horas extras trabalhadas calculadas sobre o regime semanal de 40 horas por servidora pública ocupante do cargo de técnico de proteção radiológica, integrante da estrutura da CNEM.

Preliminarmente, declara-se a prescrição das parcelas anteriores ao ajuizamento da ação, dada a inexistência de pedido administrativo anterior, em virtude das disposições contidas no Decreto nº 20.910/1932, e em conformidade com a Súmula nº 85/STJ, por tratar-se de relação jurídica de trato sucessivo.

O artigo 1º da Lei nº 1.234/50 abrange todos os servidores públicos, além de ser inadmissível sua leitura de forma exaustiva, mesmo porque, não poderia eximir-se a administração ao pagamento de uma gratificação devida a quem trabalhou de fato em condições adversas, ainda que o servidor designado não fosse ocupante de um dos cargos determinados pelo decreto, ao fundamento de que tanto o adicional de insalubridade quanto a gratificação de raio-x ou adicional de irradiação ionizante são um pagamento obrigatório sempre que verificadas condições adversas à saúde do trabalhado, em graus mínimo, médio e máximo.

Não houve revogação da lei específica nº 1.234/50 pelo RJU, pela simples leitura mais atenta do artigo 70 do referido diploma, assim como não há que se falar de sua não recepção pela Constituição de 1988, em razão de que os limites impostos tocantes à jornada de trabalho não excluem as situações acobertadas pela especialidade, cuja previsão sedia-se ainda mesmo na Lei nº 8.112/90, em seu parágrafo 2º do artigo 19. Precedentes.

É sabido que o pagamento da gratificação de raio-x ou do adicional de irradiação ionizante em comento, efetivado, nesta hipótese, por meio de provas documentais de simples análise, tais como os contracheques colacionados aos autos, não se daria sem a prévia instalação de um procedimento administrativo hábil à verificação das condições de trabalho, até para computo do percentual devido ao servidor em atividade, sendo robusta a prova documental produzida nestes autos favoravelmente ao pleito autoral.

Quanto aos juros e correção monetária aplicam-se os índices previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, até a data da inscrição do requisitório, alinhado com entendimento firmado na Suprema Corte exarado em consequência das repercussões decorrentes do tema versado nas ADIs 4.357 e 4.425.

Devem os juros de mora ser fixados em 1% ao mês até 21.08.2001, data da edição da MP 2.180-35/1 que introduziu o art. 1º-F na Lei 9.494/9; após 21.08.2001 até 29.06.2009 fixados em 6% ao ano, e; pós 29.06.2009, os mesmos aplicados à caderneta de poupança. Precedente do STJ.

Apelação provida, para determinar que a CNEM reduza a carga horária do autor para 24 horas semanais, nos termos da Lei nº 1.234/50, e pague as diferenças salariais, respeitada a prescrição quinquenal, tocantes às horas extras trabalhadas calculadas sobre a jornada de 40 horas semanais efetivamente trabalhadas, com reflexos, nas férias, 13º, repouso semanal remunerado, nos termos do art. 73 da Lei nº 8.112/90; com juros de mora, desde a citação, fixados em 1% ao mês até 21.08.2001, data da edição da MP 2.180-35/1 que introduziu o art. 1º-F na Lei 9.494/9; após 21.08.2001 até 29.06.2009 fixados em 6% ao ano, e; pós 29.06.2009, os mesmos aplicados à caderneta de poupança; e a correção monetária delimitada para a prevalência da TR, prevista na Lei nº 11.960/2009, até a data da expedição do precatório, data a partir da qual incidirá o IPCA-E.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, de de 2016 (data do julgamento).

SALETE Maria Polita MACCALÓZ

Relatora

SUBSECRETARIA DA 7a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000150

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0024120-17.1995.4.02.5101 Número antigo: 1995.51.01.024120-6 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição por Prevenção - 21/10/2015 15:21

Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
APELADO: COHABITAR - COOPERATIVA HABITACIONAL RIO LTDA
ADVOGADO: SERGIO JACO PECANHA
APELADO: MORAES PEREIRA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
ADVOGADO: VERA LUCIA GOMES DE ARAUJO
ADVOGADO: EDWALDO DE SOUZA ABREU
Originário: 0024120-17.1995.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL MOVIDA PELA CEF EM FACE DE COOPERATIVA E DA CONSTRUTORA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, VI, DO CPC. SENTENÇA EXTINTIVA AFASTADA.

1. Apelos interpostos pelos adquirentes de unidades imobiliárias do empreendimento SULACAP I não conhecidos, tendo em vista o acórdão prolatado nos Agravos de Instrumentos n.ºs 0010055-90.2015.4.02.0000 e 0010058-45.2015.4.02.0000.

2. Trata-se de execução que teve início em 21/11/95 proveniente de contratos de mútuo celebrados em 12/03/90, 24/02/92 e 16/10/92, que se destinavam à construção do empreendimento denominado SULACAP I, composto de 224 unidades habitacionais.

3. A exequente em momento algum deixou de diligenciar na busca de meios para satisfação do crédito, o que afasta a conclusão da sentença quanto à falta de interesse de agir. Caso restasse caracterizada a inércia em atender deliberação judicial por 30 (trinta) dias, a situação dos autos se amoldaria à hipótese de extinção do processo, com fulcro no art. 267, III, do CPC/73, a exigir a intimação pessoal, nos termos do § 1º do mesmo dispositivo, como condição para a extinção, com a advertência e respeitado o prazo nele estabelecido, de 48 (quarenta e oito) horas (o prazo foi alterado para 5 dias no CPC/2015 ¿ art. 483, § 1º), sendo-lhe ofertada, por mais uma vez, a oportunidade de se manifestar nos autos, o que sequer ocorreu no caso concreto.

4. A não localização de bens penhoráveis não poderia ser interpretada como falta de interesse agir a ensejar a extinção do processo, sobretudo porque o credor é o maior interessado em obter bens que respondam pela dívida em testilha, sendo o processo de execução o instrumento.

5. O MM. Juiz a quo, sem antes sequer intimar pessoalmente a CEF, entendeu por bem, após longa tramitação do feito (vinte anos), extinguir o processo sem julgamento do mérito, sob o fundamento de que "a credora, há muito, deixou de perseguir seu crédito perante os reais devedores, preferindo, em razão da garantia hipotecária, assumir para si a tarefa de alienar (novamente) as unidades imobiliárias e obter, dos respectivos proprietários, valores para o pagamento da dívida dos executados", quando existe decisão nos autos autorizando justamente a alienação dos imóveis diretamente pela credora, nos termos do art. 685-C do CPC.

6. Em momento algum verifica-se a inércia da CEF. Constata-se, ao longo da tramitação do processo, que houve, diante dos acordos celebrados pela CEF com a COHABITAR, a suspensão do curso da execução pelo Juízo a quo, para fins de satisfação da dívida (CPC, art. 792, caput e parágrafo único). In casu, em razão do descumprimento do acordo pela executada COHABITAR, a CEF optou pela alienação por iniciativa particular, com fulcro no art. 685-C do CPC, o que foi deferido pelo Juízo a quo. Dessa forma, não é correto afirmar que a execução deixou de ter por escopo a satisfação do crédito, pois foi com a anuência do Juízo que a CEF passou a assumir para si a tarefa de alienar as unidades imobiliárias, diante da inércia da COHABITAR em indicar os habilitados à compra dos imóveis, objeto do acordo supramencionado. Tampouco poderia se afirmar que a pretensão da exequente seria promover a regularização da propriedade dos adquirentes do empreendimento SULACAP I, eis que se trata de mero reflexo do procedimento de alienação, e não o seu fim, sendo certo que a própria decisão do Juízo a quo autorizou, uma vez comprovado o pagamento do valor mencionado no acordo extrajudicial, pelos adquirentes, diretamente à credora, fosse autorizada "a expedição pelo Juízo de Ofício, valendo como Carta de Alienação, ao Cartório de Registro de Imóveis, determinando a transferência da propriedade para o adquirente, levantando-se o gravame que onera os respectivos imóveis, ante a expressa anuência da credora", com a ressalva de que caberia aos adquirentes o ônus do referido registro.

7. A sentença invoca, ainda, suposta ineficácia da garantia hipotecária perante terceiros, considerando que "a hipoteca celebrada entre o agente financeiro e a construtora não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel, entendimento cristalizado no Verbete 308 da respectiva Súmula de Jurisprudência do STJ", matéria que só poderia ser apreciada em Embargos de Terceiro.

8. O Juízo não poderia, faltando apenas 26 unidades imobiliárias para alienação, julgar extinto o processo sem resolução do mérito, sem antes oportunizar à CEF a apresentação de nova proposta, conforme requerido nos autos, com autorização para alienação direta dos imóveis que ainda integram a garantia hipotecária. Após a apresentação do requerimento pela exequente, e uma vez autorizada a alienação

direta, os executados deverão ser intimados para que tomem conhecimento, dispondo da oportunidade de efetuar o pagamento da dívida ou indicar outro bem em substituição daquele objeto da penhora. Poderão, ainda, acompanhar todo o procedimento de alienação por iniciativa particular, fiscalizando o valor da venda e a veracidade das informações trazidas ao processo. Esta intimação dos devedores é necessária, inclusive do síndico da massa falida MORAES PEREIRA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. (segunda executada), pois desta forma estará sendo respeitado o princípio do contraditório, evitando assim o cerceamento de defesa.

9. A expedição dos mandados de registro das alienações para o 8º RGI deverá ser requerida no Juízo de 1º Grau.

10. Apelos de CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA COSTA e MARIA AMBROSINA DA SILVA não conhecidos. Apelo da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA (sucessora da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) conhecido e provido. Afastada a sentença extintiva.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer dos apelos de CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA COSTA e MARIA AMBROSINA DA SILVA e dar provimento ao apelo da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA (sucessora da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001896-64.2004.4.02.5103 Número antigo: 2004.51.03.001896-4 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.006100-0
Distribuição-Sorteio Automático - 14/06/2016 10:46
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: ROSEMERY CARDOSO RANGEL AZEVEDO
APELADO: ROSEMERY CARDOSO RANGEL AZEVEDO
ADVOGADO: ROSEANE CABRAL DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO: JULIANO SOARES RANGEL
Originário: 0001896-64.2004.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. ANUIDADE. LEI Nº 6.994/82. LEI Nº 11.000/2004. STF/RE Nº 704.292. ERRO NO LANÇAMENTO. VÍCIO ISANÁVEL.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. O voto condutor é expresso ao se pronunciar sobre a nulidade do título executivo fundado nas Leis nº 6.994/82 e nº 11.000/04 e em resoluções administrativas, bem como na impossibilidade de emenda ou substituição da CDA.

3. O ARE nº 641.243 RG, apontado pelo Conselho, foi reautuado passando assumir o número RE nº 704.292 e foi julgado pelo Órgão Plenário do STF em 19/10/2016, com a seguinte orientação: ¿É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade tributária, lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas, usualmente cobradas sob o título de anuidades, vedada, ademais, a atualização desse valor pelos conselhos em percentual superior aos índices legalmente previstos¿ (Tema 540 ¿ RE 704.292, Rel. Min. DIAS TOFFOLI).

4. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

5. De acordo com o Novo CPC, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001541-86.2006.4.02.5102 Número antigo: 2006.51.02.001541-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 01/02/2017 16:28
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: BAYRON FUTEBOL CLUB
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001541-86.2006.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. UNIÃO. "TAXA DE OCUPAÇÃO". BEM IMÓVEL INSTALADO EM TERRENO DE MARINHA. PRESCRIÇÃO. COGNIÇÃO EX OFFICIO. ART. 219, § 5º, DO CPC. ENUNCIADO Nº 409 DA SÚMULA DO STJ. RESP REPETITIVO. PRAZO QÜINQÜENAL. LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA. RESP REPETITIVO. CAUSA DE SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEF. APLICABILIDADE A CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40 DA LEF. ENUNCIADO Nº 6 DA SÚMULA DO TRF-2. ENUNCIADO Nº 314 DA SÚMULA DO STJ.

- Tratando-se de questão de ordem pública extraída de norma cogente, a hipótese é ontologicamente cognoscível ex officio, sendo aplicável o art. 219, § 5º, do CPC (com nova redação dada, antes da prolação da sentença, por meio do art. 3º da Lei nº 11.280/2006), em sede de execução fiscal, a partir de autorização dada por meio do art. 1º da LEF, conforme consagrado nos termos do Enunciado nº 409 da Súmula do STJ, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.100.156/RJ (Tema nº 134), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, julg. em 10/06/2009.

- Tratando-se de execução fiscal fundada em CDA ¿ certidão de inscrição como dívida ativa não tributária de crédito concernente a "taxa de ocupação" de bem imóvel instalado em terreno de marinha, é aplicável à respectiva pretensão o prazo prescricional de 5 (cinco) anos estabelecido no art. 47, caput, da Lei nº 9.636/1998 (com a redação original; ou com a nova redação dada por meio do art. 3º da MPv nº 1.787/1998, reeditado como o art. 2º da MPv nº 1.858-8/1999, por sua vez convertido no art. 2º da Lei nº 9.821/1999; ou com a dada por meio do art. 1º da MPv nº 152/2003, convertido no art. 1º da Lei nº 10.852/2004) e, mesmo antes, no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 (aplicável por força do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.597/1942, e lido nos termos do Enunciado nº 150 da Súmula do STF, pelo qual ¿prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação¿), este aplicável por analogia (inclusive por não ser qualquer das hipóteses descritas no art. 5º daquela Lei), diante da lacuna dos Decretos-Lei nºs 9.760/1946, 1.561/1977 e 2.398/1987, a partir de autorização dada por meio do art. 4º da LINDB, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.133.696/PE (Tema nº 244), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julg. em 13/12/2010.

- A causa de suspensão do curso desse prazo, pelo máximo de 180 dias (até a data da distribuição da ação) contados da data da inscrição como dívida ativa, estabelecida no art. 2º, § 3º, da LEF, se aplica, inequivocamente, ao crédito não tributário, paralelamente às demais causas estabelecidas no Decreto nº 20.910/1932 e nas Leis nºs 6.830/1980 e 9.636/1998.
- Antes ou depois da interrupção do curso desse prazo conforme o art. 8º, § 2º, da LEF (lido nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula do STJ, e aplicável, pelo critério da especialidade, em detrimento do art. 219, caput, do CPC), é possível a ocorrência de prescrição intercorrente, após a objetiva suspensão da execução fiscal e o fim deste sobrestamento anual, se restar configurada a inércia qualificada da entidade credora, quanto a localização do devedor ou de bens penhoráveis, a partir da data da posterior determinação de arquivamento do feito, conforme o art. 40 da LEF, lido nos termos do Enunciado nº 6 da Súmula do TRF-2, bem como do Enunciado nº 314 da Súmula do STJ.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0018002-39.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.018002-3 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.007106-4
Distribuição para Órgão Julgador - 17/11/2015 17:43
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: DIRAN DIAS SODRE
APELANTE: LEILA SILVA SODRE
ADVOGADO: RONALDO GOTLIB COSTA
ADVOGADO: JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
Originário: 0018002-39.2006.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ¿ LIMITES OBJETIVOS DO RECURSO ¿ RAZOABILIDADE DA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ¿ INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO.

I ¿ Os embargos de declaração constituem recurso hábil para sindicar a existência de obscuridade, contradição ou omissão no bojo de ato judicial decisório, nos estritos termos do art. 1.022 do CPC, descabendo, em sua sede, deduzir-se, de modo apriorístico e incontido, pretensão de reforma substancial do julgado que resta impugnado, vez que dito questionamento transcende os limites objetivos do aludido recurso.

II ¿ Verifica-se que, com sua irresignação, almeja a Embargante promover a rediscussão da questão jurídica já apreciada pelo Órgão Colegiado, de tal sorte a alcançar, ao final, a própria reforma do julgado, já que se mostra razoável a fixação dos honorários advocatícios em R$1.000,00, nos termos do art. 20, §4º, do CPC/73 - aplicável ao caso na medida em que a sentença foi proferida na vigência daquele codex -, considerando que não foi necessária a elaboração de tese jurídica de maior complexidade, dada a natureza da causa e simplicidade do conteúdo fático-jurídico da ação proposta, tampouco foi preciso realizar audiência ou diligências dificultosas.

III ¿ Não se verificando qualquer obscuridade, contradição ou omissão no ato judicial embargado de declaração, descabe falar-se em saneamento e integração daquele por força deste.

IV ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001823-81.2007.4.02.5105 Número antigo: 2007.51.05.001823-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 09/11/2016 15:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: ENERGISA NOVA FRIBURGO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO: LEANDRO JOSE TEIXEIRA SIMAO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0001823-81.2007.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. ENCARGOS FINANCEIROS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS E DA COFINS. REPASSE A CONSUMIDORES. LICITUDE. RESP REPETITIVO. REEXAME. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

- É lícito o repasse de encargos financeiros da contribuição para o PIS e da COFINS a consumidores de energia elétrica pela respectiva concessionária, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.185.070/RS (Tema nº 428), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, julg. em 22/09/2010.
- Recursos interpostos pela concessionária e pela ANEEL providos. Recurso interposto pela MPF não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, em reexame do presente feito, e no exercício de juízo de retratação, dar provimento às apelações interpostas pela concessionária e pela ANEEL e negar provimento à apelação interposta pelo MPF, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000095-89.2008.4.02.5001 Número antigo: 2008.50.01.000095-7 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2017.0021.000001-0
Distribuição por Migração de Sistema - 30/11/2016 15:24
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S/A
ADVOGADO: LUIZ CARLOS PRADO PEREIRA
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - IPEM/ES
ADVOGADO: RENATA MEDICE DE MEDEIROS SALAZAR
Originário: 0000095-89.2008.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INMETRO. IPEM. MULTA ADMINISTRATIVA. CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO. FORMALIDADES. NÃO-APLICABILIDADE DO ART. 10 DO DECRETO Nº 70.235/1972. APLICABILIDADE DO ART. 7º DA RESOLUÇÃO Nº 8/2006 DO CONMETRO.

- É indubitável que o crédito concernente a multa administrativa imposta, a fornecedor de produto ou serviço, pelo INMETRO, tem a qualidade de crédito não tributário, por ser proveniente de aplicação de multa administrativa não tributária, nos termos do art. 39, § 2º, da Lei nº 4.320/1964.
- Por isso, vislumbra-se que não é aplicável a formalidade imposta nos termos do art. 10, IV, do Decreto nº 70.235/1972, concernente à penalidade aplicável, pois seu art. 1º estabelece que "este Decreto rege o processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União [...]".
- Não obstante, continua sendo aplicável a formalidade imposta ao específico auto de infração nos termos do art. 7º, IV, do Anexo da Resolução nº 8/2006 do CONMETRO ¿ editada a partir de autorização dada por meio do art. 3º, "f", da Lei nº 5.966/1973, e do art. 9º, § 3º, da Lei nº 9.933/1999; e parcialmente equivalente àquele artigo do citado Decreto nº 70.235/1972 ¿, concernente à norma infringida.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0012526-49.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.012526-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/08/2015 10:17
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARIA SLAMAD FERNANDES RODRIGUES - ESPÓLIO
ADVOGADO: EDUARDO MORAES GONCALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: EWERTON MARCUS NOGUEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ DE SOUZA COELHO FILHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0012526-49.2008.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ APELAÇÃO CÍVEL ¿ INTEGRALIDADE DE PENSÃO MILITAR ¿ TÍTULO EXEQUENDO - PARCELA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE ¿ JUROS DE MORA ¿ RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA ¿ CREDIBILIDADE DE VALORES APRESENTADOS POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

I ¿ A edição da Portaria Interministerial nº 2826/94, aliado aos princípios que regem a administração pública, comprovam a efetiva integralização das respectivas pensões a partir de 03 de dezembro de 1993.

II ¿ No que se refere ao cômputo dos juros de mora, conisderando a vigência do Código Civil/2002, aplica-se o disposto no Recurso Representativo de Controvérsia ¿REsp 1112746/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2009, DJe 31/08/2009¿, considerando, na presente hipótese que, ¿se a sentença é posterior ao Novo CC e determina juros de 6% ao ano e não houver recurso, deve ser aplicado esse percentual, eis que a modificação depende de iniciativa da parte¿.

III ¿ Os valores apresentados pelo Ministério da Marinha, acompanhados de fichas financeiras sustentam a credibilidade dos cálculos.

IV ¿ Não tendo havido reforma do decisum, prejudicado o pedido de revisão da condenação nos ônus de suvumbência.

V ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rtf

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001568-67.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.001568-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2016 10:33
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FARMÁCIA SEMEADOURO LTDA ME
APELANTE: FERNANDO CESAR FERREIRA
APELANTE: LUIZ GUSTAVO LISBOA PENEDO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
Originário: 0001568-67.2009.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. CITAÇÃO EDITALÍCIA. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO ATUANDO COMO CURADORA ESPECIAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL CONTÁBIL. FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. ART. 44, I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 80/94. NULIDADE.

1. Agravo retido não conhecido, uma vez que não houve pedido de sua apreciação nas contrarrazões da CEF (art. 523, §1º, do CPC de 1973, vigente à época da publicação da sentença).

2. Apelo dos réus interposto pela Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, contra sentença que julgou procedente o pedido, "para condenar os réus ao pagamento de R$ 85.564,61, de acordo com a planilha de fls. 28".

3. Nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar nº 80/90, a Defensoria Pública da União goza da prerrogativa de intimação pessoal com vista dos autos.

4. No caso dos autos, a Defensoria Pública da União não foi intimada pessoalmente quanto à decisão que indeferiu o pedido de produção de prova pericial contábil, tendo havido apenas a publicação por Diário Eletrônico, e, posteriormente, prolatada a sentença apelada. Ocorrência de cerceamento de defesa a impor a nulidade da sentença.

5. Agravo retido não conhecido e apelação dos réus conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, não conhecer do agravo retido e dar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0011789-12.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.011789-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2016 09:23
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CLÁUDIA REGINA D'ELIA FIALHO
ADVOGADO: JOSÉ NICODEMOS CAVALCANTI DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0011789-12.2009.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. PROCEDIMENTO DE DEMARCAÇÃO. CIÊNCIA DO ALIENANTE E DO ADQUIRIENTE. AFORAMENTO OU OCUPAÇÃO. TRANSFERÊNICIA ONEROSA. LAUDÊMIO.

1. Pretende a apelante a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de anulação do processo, de levantamento da Linha do Preamar Médio de 1831, referente ao imóvel adquirido e o cancelamento das dívidas de foros e laudêmios dele decorrentes.

2. Afastada a preliminar de incongruência das razões de apelo, visto que essa não ocorreu. Impossibilitada a apreciação da decadência do direito de cobrar as taxas referentes ao imóvel, uma vez que a notificação de cobrança não está nos autos, assim como a análise da afirmada isenção da configuração de terreno de marinha, decorrente da doação regida pelo Decreto nº 4.105/1868, ante a falta de apresentação dos registro do imóvel.

3. A tese da apelante se firma na existência de precedentes no sentido de que, havendo conhecimento sobre o proprietário registrado na matrícula do imóvel, a ausência de notificação pessoal do interessado na demarcação dos terrenos de marinha configuraria violação ao princípio constitucional da segurança jurídica.

4. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que ¿os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União¿ (enunciado nº 496 da Súmula do STJ). Assim, tais documentos não podem servir para afastar o regime dos bens públicos, servindo de mera presunção relativa da propriedade particular a atrair ¿o dever de notificação pessoal daqueles que constem deste título como proprietário para participarem do procedimento de demarcação da linha preamar e fixação do domínio público¿ (REsp 1183546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 29/09/2010). Ou seja, o entendimento do STJ é no sentido de ser necessária a notificação pessoal dos interessados certos (proprietários à época) no procedimento de demarcação da Linha Preamar.

5. A premissa indicada não favorece a tese da parte autora. Apesar dos registros do imóvel não estarem nos autos, é inconteste que o processo de demarcação da área pertencente à União Federal foi efetuado e colhe-se das declarações da apelante que o então proprietário tinha ciência da caracterização do imóvel como terreno de marinha, pelo menos desde julho/1981, manfestando a aquiescência com a situação ao formalizar o aforamento. A autora tinha pleno conhecimento de que o imóvel negociado era terreno de marinha.

6. A última refutação apresentada fixa-se na possível anulação do contrato de aforamento, como resultado do julgamento do Recurso Especial interposto em face da decisão porferida por esta Corte na AC 0037773-29.1996.4.02.0000. É possivel depreender que a empresa imobiliária ajuizou ações objetivando atacar o contrato de aforamento, contudo, o mérito das demandas não foi analisado. A existência do referido recurso não modifica a conclusão encontrada nos presentes autos.

7. Todo particular que se instalar em terrenos de marinha (art. 20, VII, da CF), seja sob o regime jurídico de enfiteuse ou de ocupação, contrai a obrigação de pagar anualmente à União uma taxa a título de foro ou de ocupação, além de um laudêmio na ocasião da venda do imóvel (transferência onerosa). Precedentes do STJ.

8. Mantém¿se inalterada a sentença que reconheceu a impossibilidade de anulação do procedimento demarcatório promovido em face do proprietário anterior, bem como a ciência inequívoca da adquirente quanto à situação do bem da União Federal e a consequente obrigação de recolhimento dos valores devidos em razão de tal circunstância.

9. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0503393-86.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.503393-5 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.006426-2
Distribuição-Sorteio Automático - 28/08/2015 08:33
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SERVENCO SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO CONTINENTAL LTDA
APELADO: SOCIEDADE DE INCORPORAÇÕES E PARCIPAÇÕES SINCORPA LTDA
ADVOGADO: MARIA ISABEL C. B. DA COSTA CIRNE
Originário: 0503393-86.2009.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. "TAXA DE OCUPAÇÃO". BEM IMÓVEL INSTALADO EM TERRENO DE MARINHA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. INSCRITO COMO OCUPANTE. SUJEITO PASSIVO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. REJULGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. SEDE PROCESSUAL INADEQUADA. EXCEPCIONALIDADE DOS EFEITOS INFRINGENTES. RESOLUÇÃO INTEGRAL, CONSISTENTE E MOTIVADA DA QUESTÃO POSTA EM JUÍZO. CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.

- Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art. 1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.
- O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0002072-43.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.002072-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 25/01/2016 15:58
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: DAIR OLIVEIRA JÚNIOR
ADVOGADO: DANILO BRAZ SILVA FRANÇA DEPOLLO
ADVOGADO: ANA LUIZA BORGES DE CASTRO
ADVOGADO: MARIANA CERDEIRA OLIVEIRA
ADVOGADO: RENATO MENDES DOS SANTOS
APELADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APELADO: CESPE-UNB (CENTRO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002072-43.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PARTICIPAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LIMINAR ANULANDO ANTERIOR, CONCEDIDA NA ESFERA ESTADUAL. EXCLUSÃO DO CERTAME. RESULTADO FINAL. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Trata-se de mandamus pelo qual o apelante busca a reforma da sentença que denegou a segurança com base no artigo 6º, §5º, da Lei nº 12.016/2009, dada a perda superveniente de objeto, tendo em vista o encerramento do certame para o cargo de Defensor Público do Estado do Espírito Santo, no qual, ante o indeferimento da liminar pela Justiça Federal/ES, o candidato ficou desamparado de provimento jurisdicional que garantisse os efeitos de sua participação na prova de tribuna e o prosseguimento nas demais etapas do certame.

2. Após obter aprovação na prova objetiva, o candidato classificou-se para a segunda fase do certame, sendo convocado para realização das provas discursivas P2 e P3. Contudo, foi eliminado do concurso nessa última fase, pois deixou de alcançar a pontuação mínima exigida para aprovação nas provas discursivas. Ocorre que, amparado pela liminar concedida no âmbito estadual, o candidato permaneceu no certame e participou da prova oral realizada em 02/02/2013, na qual alcançou nota 10.0 (dez), consoante Editais 7/2013-DPE/ES, de 20/02/2013, e 8/2013-DPE-ES, de 12/03/2013, acerca dos resultados provisório e final da prova oral de tribuna.

3. Constam dos autos a Portaria nº 382, de 18/09/2013, do Defensor Público Geral do Estado do ES, tornando pública comissão constituída para o IV Concurso Público promovido por aquele órgão para ingresso na carreira de Defensor Público/ES (o candidato concorreu à vaga oferecida pelo II Concurso) e o Edital 17/2013-DPE/ES, de 17/07/2013, publicando o resultado final do certame no qual concorreu o impetrante, dele ausente seu nome.

4. Em que pese o Superior Tribunal de Justiça possuir entendimento segundo o qual o encerramento de validade do concurso não implica, por si só, perda do objeto (cf. AgRg no RMS 35.235 / GO, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/03/2016, e RMS 46.177/ GO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 17/11/2014), no caso concreto, como assinalado pelo Juízo a quo na sentença hostilizada, do ponto de vista fático, mostra-se inviável que o apelante obtenha o direito alegado mediante um provimento judicial, considerando-se sua exclusão do certame antes mesmo do resultado final, em razão da anulação, pela Justiça Federal, da liminar concedida no âmbito estadual, que assegurava sua permanência no certame.

5. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0002133-37.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002133-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/10/2016 08:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: MÁRCIO MENDES MACHADO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. ÓBITO DO EXECUTADO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO.

1. Ordinariamente, quando a morte de qualquer das partes ocorre no curso da ação, o processo deve ser suspenso na forma do art. 265, inciso I, do CPC/1973, aguardando eventual habilitação dos sucessores.

2. In casu, não pode ser adotado tal procedimento, já que o falecimento noticiado aconteceu antes do ajuizamento da execução fiscal. Correta a extinção do feito, mas por fundamento diverso, ante a ausência de capacidade de o morto ser parte e, obviamente, de ser executado judicialmente.

3. Trata-se de hipótese de extinção do processo, sem resolução de mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 267, inciso IV, do CPC/1973).

4. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0019970-36.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.019970-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/06/2015 18:02
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: RAFAEL BENTO CLARO DA SILVA
ADVOGADO: ANGELO BELLO BUTRUS
ADVOGADO: DARLENE BELLO DA SILVA
ADVOGADO: LEANDRO MOURA SARMENTO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0019970-36.2008.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO ATIVO. REFORMA. ACIDENTE EM SERVIÇO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR CUSTEADA INTEGRALMENTE PELO ESTADO. POSSIBILIDADE. AUXÍLIO-INVALIDEZ. DANOS MORAIS. DESCABIMENTO.

1. Pleiteia o autor sua reintegração à Força Aérea Brasileira (FAB) e sua reforma com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, pagamento das diferenças a contar de 15/05/07 acrescidas de juros e correção monetária, dano moral, isenção do pagamento no tratamento das sequelas oriundas do acidente em serviço pelo Fundo de Saúde da Aeronáutica e auxílio-invalidez.

2. A administração militar reconheceu o direito do autor à reforma, concedendo-lhe, inclusive, isenção de imposto de renda.

3. A sentença apreciou pedido diverso do que foi formulado pelo autor, tendo em vista que não consta dentre os pedidos formulados a isenção de imposto de renda.

4. Em se tratando de sentença ultra petita, deve-se reduzir o decisum aos limites do pedido, excluindo-se, desta forma, a extinção do processo sem resolução do mérito quanto à isenção de imposto de renda, visto que, repita-se, referido pleito não consta na petição inicial.

5. O pedido de reforma formulado na inicial se deu administrativamente, o que acarreta a perda superveniente do interesse de agir, culminando na extinção do processo sem julgamento do mérito com base no art. 462 c/c art. 267, VI, ambos do CPC/73. Tal entendimento está em harmonia com o entendimento do STJ (RMS 47370/SE ¿ Rel. Ministro Humberto Martins ¿ Segunda Turma ¿ DJe: 10/08/16; AgRg no AREsp 658.751/RS ¿ Rel. Ministro Sérgio Kukina ¿ Primeira Turma ¿ DJe: 26/03/15; AgRg no REsp 1404431/MG ¿ Rel. Ministro Herman Benjamin ¿ Segunda Turma ¿ DJe: 09/12/13; AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp 58.209/DF ¿ Rel. Ministro Humberto Martins ¿ Segunda Turma ¿ DJe: 13/12/12)

6. O autor foi reformado em decorrência de acidente em serviço, portanto, o art. 26, II, do Decreto nº 92.512/86 reconhece seu direito à assistência médico-hospitalar ser custeada integralmente pelo Estado.

7. No presente caso, a doença incapacitante do autor, por si só, não enseja a concessão do auxílio-invalidez, cuja necessidade de internação prevista em lei não compreende ocasionais internações provisórias. De igual modo, os cuidados permanentes de enfermagem, de que trata a legislação pertinente, pressupõem o acompanhamento contínuo, ininterrupto, por profissional especializado em enfermagem, cuja necessidade não restou comprovada nos autos, e que, de qualquer forma, não se confunde com regular acompanhamento médico especializado, controle periódico de exames, cuidados medicamentosos e necessidade de assistência durante o período de exacerbação do mal.

8. Não há que se falar em dano moral. O fato é que embora o autor tenha sido licenciado ex officio do serviço ativo, foi posteriormente reconhecido pela administração seu direito à reinclusão e reforma, com efeitos financeiros a contar da data em que foi indevidamente licenciado. A configuração do dano moral não pode ser presumida, pois ¿para se presumir o dano moral pela simples comprovação do ato ilícito, esse ato deve ser objetivamente capaz de acarretar a dor, o sofrimento, a lesão aos sentimentos íntimos juridicamente protegidos¿ (STJ, AgRg no REsp 1317211/RS).

9. Não há que se cogitar, portanto, de condenação em honorários advocatícios, diante da sucumbência recíproca, a teor do contido no art. art. 21 do CPC/73.

10. Remessa necessária e apelos conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e aos apelos, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0028456-73.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.028456-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/03/2015 13:40
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: HEGON ROCHA SOEIRO
ADVOGADO: PAULO FERNANDO VILLELA CANTUARIA
ADVOGADO: DENISE FERREIRA ESTRELA
ADVOGADO: ANDREA SANTIAGO VASCONCELOS
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0028456-73.2009.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. LICENCIAMENTO. ACIDENTE EM SERVIÇO. REFORMA. CABIMENTO.

1. Pretende o autor sua reforma, tendo em vista que se encontra definitivamente incapaz para o serviço ativo em razão de acidente em serviço sofrido. O apelante foi incorporado às fileiras do EB em 01/03/07 para prestar o serviço militar obrigatório e licenciado ex officio a contar de 28/02/11, sendo, portanto, militar temporário.

2. Embora o autor tenha, após o acidente sofrido, permanecido no serviço ativo do Exército Brasileiro, obtendo pela Junta de Saúde o parecer de apto para o serviço ativo, a prova pericial não deixa dúvida de que as limitações sofridas pelo autor geram incapacidade definitiva para a atividade militar e, quanto à atividade civil, somente há incapacidade parcial.

3. Nessa linha, ficou demonstrado pelos documentos trazidos aos autos que a enfermidade que acomete o autor foi proveniente de acidente em serviço, que ensejou sua incapacidade definitiva para o serviço ativo, fazendo jus, portanto, à anulação do ato de licenciamento e a reforma ex offício com remuneração calculada com base no soldo integral da graduação que possuía, conforme o disposto nos arts. 106, II; 108, III; 109 do Estatuto dos Militares.

4. Assim, desde quando devida cada parcela, deverá incidir correção monetária com base no IPCAE/IBGE (em razão da extinção da UFIR como indexador, pelo art. 29, § 3º, da Medida Provisória nº 1.973-67/00), conforme estabelece o Manual de Cálculos do Conselho da Justiça Federal (item 4.2.1.1), até a vigência da Lei nº 11.960/09, a partir de quando passa a incidir o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.

5. No que tange aos juros de mora, estes incidem a contar da citação, de acordo com o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09.

6. Remessa necessária conhecida e parcialmente provida. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0004384-85.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.004384-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/01/2016 09:37
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARLOS GUILHERME MORGADO PINTO
ADVOGADO: CYNTHIA MARIA DE CASTRO COUTO
ADVOGADO: RAFAEL CARDOSO BORGES
ADVOGADO: ALEXANDRE DE NORONHA
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0004384-85.2010.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

1. Remessa necessária e apelação interposta contra sentença que julgou procedentes os pedidos formulados nos itens 3 e 4, condenando a ré a "(i) a retroagir os efeitos da Portaria nº 307, de 30 de janeiro de 2007, editada pela Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal (fls. 17/18), à data de 1º de abril de 2006, bem como (ii) a pagar ao Autor as diferenças entre os subsídios dos cargos de Policial Federal de primeira classe e de Policial Federal de segunda classe, vencidas a partir de 1º de abril de 2006, compensadas todas as parcelas eventualmente já adimplidas administrativamente".

2. O art. 5º do Decreto nº 2.565/98, que disciplinava, à época, a progressão funcional dos servidores integrantes da Carreira Policial Federal, estabelecia que os efeitos financeiros da progressão vigorariam a partir de 1º de março subsequente.

3. No caso dos autos, o apelado, Agente da Polícia Federal, completou os cinco anos de efetivo exercício em 21/03/2006, mas sua promoção só foi obtida em janeiro de 2007, com efeitos financeiros a partir de 01/03/2007, conforme certidão anexada aos autos, nos termos do art. 5º do Decreto nº 2.565/98. A data única para a progressão funcional de todos os policiais federais, sem observância do tempo de serviço de cada um, fere o princípio da isonomia, causando prejuízos aos servidores. Precedentes deste Tribunal.

4. Remessa necessária e apelação conhecidas e desprovidas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000151

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0008309-65.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.008309-8 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.006357-6
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2015 10:49
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MARIA DAS GRACAS DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: MARIA DO SOCORRO SUKY OLIVEIRA CONTRUCCI
ADVOGADO: JOSE FRANCISCO FRANCO DA SILVA OLIVEIRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE DE CARVALHO POVOAS DA SILVA
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
ADVOGADO: MARIA LUCIA CANDIOTA DA SILVA
ADVOGADO: MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE DUARTE PISCO
Originário: 0008309-65.2005.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
x
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA QUANTO A UM PONTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. AÇÃO MONITÓRIA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO (CONSTRUCARD). NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL CONTÁBIL.

1. Em relação à tese de omissão quanto à alegação de prescrição intercorrente, sem razão a embargante. O voto acolheu a questão preliminar de cerceamento de defesa, determinando a restituição dos autos à Vara de origem para regular prosseguimento, "para elaboração do laudo pericial, como antes assinalado, a fim de ser julgado adequadamente o pedido da ação", o que afasta a necessidade de análise da tese de prescrição, por se tratar de questão de mérito.

2. No que concerne à alegação de omissão quanto ao pedido de extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, II e III, e §2º, do CPC/1973, em razão da paralisação do processo por mais de um ano, tem razão a embargante. A omissão ventilada há de ser reconhecida, na medida em que o acórdão não tratou tal ponto, não implicando, entretanto, em modificação da conclusão do acórdão, já que não foi cumprido devidamente o disposto no §1º do art. 267 do CPC/1973. Assim, complementa-se o acórdão, sem modificação de sua conclusão, que deu provimento ao apelo da embargante.
3. Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos, sem efeitos infringentes.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000779-32.2009.4.02.5113 Número antigo: 2009.51.13.000779-2 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7652.000022-7
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2015 10:55
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: JULIO CESAR COTRIM
ADVOGADO: JAQUELINE MARIA LEMOS DA SILVA
APELADO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: LUCIANA TAKITO TORTIMA
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000779-32.2009.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. RODOVIA FEDERAL BR-393. CONCESSIONÁRIA ACCIONA. ASSISTENTE ANTT.
1. O acórdão foi claro e expresso quanto à irregularidade do imóvel do apelante, ora embargante, por ter sido construído sobre área não edificante de rodovia federal, sem autorização do Poder Público, razão pela qual se impõe sua demolição. Inexistência de obscuridade.
2. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.
3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000152

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0013064-60.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013064-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/11/2015 18:37
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: CRUSAM CRUZEIRO DO SUL SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A
ADVOGADO: DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0044213-97.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
CRUSAM CRUZEIRO DO SUL SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A
ADVOGADO
:
DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA
AGRAVADO
:
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
23ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00442139720154025101)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CRUSAM CRUZEIRO DO SUL SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A. contra decisão (fls. 355/362) que, no curso da ação declaratória de nulidade de atos administrativos e nulidade de débito ajuizado em face de AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, indeferiu o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela, que objetivava suspender a exigibilidade da dívida prevista na GRU 45.504.047.815-X, no valor de R$ 255.099,76.

A decisão de fls. 380/386 negou seguimento ao recurso, ao fundamento, em síntese, de que (i) o acolhimento do pedido de abstenção de ajuizamento da execução fiscal pela ANS é inviável, pois caracteriza violação ao princípio da inafastabilidade, consagrado no art. 5º, XXXV, da Constituição; e (ii) o STF já asseverou a constitucionalidade do art. 32, da Lei nº 9.656/98, que trata do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde, no julgamento da medida cautelar na ADIN nº 1.931 – DF.

Às fls. 388/425, a agravante interpôs agravo interno contra decisão (fls. 380/386) que negou seguimento ao agravo de instrumento.

Contrarrazões às fls. 428/429, informando que foi proferida sentença de mérito nos autos originários.

Considerando que, nos termos da consulta processual obtida junto ao Sistema de Consulta Processual Apolo, foi proferida sentença nos autos do processo originário (fls. 3.698/3.705 dos autos originários), julgando improcedente o pedido, o presente recurso resta prejudicado, tendo em vista que, conforme entendimento predominante do STJ, a superveniência de sentença acarreta a inutilidade da discussão a respeito do cabimento ou não da liminar.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RADIODIFUSÃO. CONCLUSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. MORA. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO. PERDA DO OBJETO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, quando se verifica a prolação da sentença de mérito.

2. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1380276/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 01/06/2015.)

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento e do agravo interno, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015.

Preclusa esta decisão, comunique-se ao Juízo agravado, procedendo à baixa e arquivamento do processo eletrônico.

P. I.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(abb/eaa)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0005137-09.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005137-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/05/2016 20:19

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: LUIZ FAUSTINO PEREIRA

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

Originário: 0052925-42.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL visando à reforma do decisum (fls. 68/72 dos autos originários) proferido pelo MM. Juiz da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 2016.51.01.052925-6, que deferiu o pedido de antecipação de tutela "para determinar aos réus que tomem as providências necessárias, no sentido de que seja assegurado ao autor o fornecimento do medicamento ABIRATERONA (ZYTIGA) 250MG, para dar continuidade ao tratamento oncológico do demandante, no prazo de 5 dias, a partir da intimação, devendo prestar contas ao Juízo, após o decurso do aludido prazo".

Decisão à fl. 103 indeferindo o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Parecer do MPF às fls. 138/141 opinando pelo desprovimento do recurso.

Acórdão às fls. 144/157 dando provimento ao agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL e excluindo da lide o Estado e o Município do Rio de Janeiro.

Acórdão às fls. 195/201 negando provimento aos embargos de declaração opostos por LUIZ FAUSTINO PEREIRA.

Petição da Defensoria Pública da União às fls. 208/215 comunicando o falecimento da parte autora e a prolação de sentença extinguindo o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, incisos VI e IX, do CPC.

É o breve relatório. Decido.

Pela análise de fls. 322/327 dos autos originários, verifica-se que a ação, na qual foi proferida a decisão interlocutória que ensejou o presente agravo, já foi julgada em primeira instância, tendo sido extinto o feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, IV e IX, do CPC, diante do falecimento da parte autora. Portanto, houve perda de objeto do presente recurso.

Isto posto,

Julgo prejudicado o recurso, nos termos do art. 932, III do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à Vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0012752-50.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012752-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/12/2016 18:23
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: EDMO PIRES MARTINS
ADVOGADO: VINICIUS PINHEIRO DE SANT'ANNA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0035723-61.2016.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
EDMO PIRES MARTINS
ADVOGADO
:
VINICIUS PINHEIRO DE SANT'ANNA
AGRAVADO
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:
5ª Vara Federal Cível (00357236120164025001)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por EDMO PIRES MARTINS contra decisão (fls. 113/114) que indeferiu o a antecipação de tutela, a qual objetivava compelir a ré a reapreciar a classificação do autor no certame, considerando idôneas as informações prestadas (indicação dos atos administrativos) e os documentos apresentados (carteira da Aduana) para a contagem do tempo de atuação como perito, sem apresentação dos atos administrativos de credenciamento instituídos pelo Inspetor-chefe da ALF/VIT e que tenham sido efetivados a partir de 08/11/1989, conforme expresso no Edital, subitens 10.2.3 e 10.3.

O recorrente alega (f. 01/23) que não foi classificado dentro das 25 vagas destinadas à arqueação (conforme quadro do subitem 7.1.7) porque o Inspetor da Alfândega reputou inidônea a documentação apresentada, deixando de lhe atribuir a pontuação correta; que não é razoável exigir a juntada da cópia da publicação dos atos administrativos para comprovar o tempo de credenciamento, pois essa exigência não se extrai do subitem 10.2.3 do Edital, que exige apenas a "apresentação do ato administrativo"; que apresentou cópias das carteiras da Aduana emitidas pela Alfândega, comprovando a efetiva atuação profissional por mais de 20 anos e identificam os atos administrativos; que pretende que se imponha à agravada o reexame do seu pleito administrativo, reputando-se idônea as informações prestadas (indicação dos atos administrativos) e os documentos apresentados (carteira da Aduana) para a contagem do tempo de atuação como perito.

À f. 124, despacho intimando o agravante a regularizar sua representação processual.

Considerando que, conforme Ofício nº ODS. 0007.000101-6/2017, foi proferida sentença nos autos do processo originário (fls. 138/148), julgando improcedente o pedido, por entender que a Administração agiu conforme estrita legalidade, o presente recurso resta prejudicado, tendo em vista que, conforme entendimento predominante do STJ, a superveniência de sentença acarreta a inutilidade da discussão a respeito do cabimento ou não da liminar.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RADIODIFUSÃO. CONCLUSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. MORA. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO. PERDA DO OBJETO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, quando se verifica a prolação da sentença de mérito.

2. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1380276/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 01/06/2015.)

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015.

Preclusa esta decisão, comunique-se ao Juízo agravado, procedendo à baixa e arquivamento do processo eletrônico.

P. I.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal
(abb/eaa)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0000276-43.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000276-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 20/03/2017 17:32
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL UNIAO FEDERAL - GEAP
ADVOGADO: NIZAM GHAZALE
ADVOGADO: CRISTIANE DE CASTRO FONSECA DA CUNHA
AGRAVADO: CILMA DE OLIVEIRA E SILVA
AGRAVADO: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA SILVA
AGRAVADO: MARIA HELENA OLIVEIRA COELHO
AGRAVADO: ALAIR GOMES TAVARES
AGRAVADO: RITA DE CASSIA ANTUNES GUIMARAES
AGRAVADO: ROZANA AGUIAR
AGRAVADO: AQUILES FERRARI
AGRAVADO: ROSANGELA PACHECO TEIXEIRA
AGRAVADO: DOLORES CARVALHO FERNANDES
AGRAVADO: MIRYAN GRAYCE FONSECA OLIVEIRA
AGRAVADO: MARIA GELZA MERIGUETTI PEREIRA
AGRAVADO: MARIA AVANIR ROSA
AGRAVADO: SONIA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA
AGRAVADO: SERGIO COSTA ARAUJO
AGRAVADO: MARIA DAS GRACAS PASSOS RIBEIRO
AGRAVADO: SUELI CARNEIRO SANTOS
AGRAVADO: MARIA AUXILIADORA BOECHAT DE MAGALHAES RIBEIRO
AGRAVADO: VERA RITA CAMARA MONTEIRO
AGRAVADO: OLINTO DELAMICO SARDENBERG
AGRAVADO: MARIA DE FATIMA TAVARES BARCELOS
AGRAVADO: DARIA VASQUEZ CARVALHOSA
AGRAVADO: ARMANDO GATTO
AGRAVADO: ILZA THERESINHA DE JESUS MENNA LINHARES
AGRAVADO: SYLLOS RAMOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: ODALCY LIMA DE OLIVEIRA
AGRAVADO: ELZIO DE CARVALHO
AGRAVADO: FERNANDO DO AMARAL DIAS
AGRAVADO: ARY ANTONIO DA SILVA
AGRAVADO: JOAO ORTIZ PINHA
AGRAVADO: JOAO DAMASCENO RIBEIRO DE MORAES NETTO
AGRAVADO: MIGUEL REBELLO
AGRAVADO: JOSE LEONCIO DE OLIVEIRA NOGUEIRA
AGRAVADO: LINCOLN NERY BAPTISTA
AGRAVADO: REBECA BURCHTEIN
AGRAVADO: RUBEN HOSID BURCHTEIN
ADVOGADO: ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO
Originário: 0026711-93.1988.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

Intimem-se os agravados, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001756-56.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001756-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:00
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: KATIA REGINA AURICH
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ADVOGADO: OSLY DA SILVA FERREIRA NETO
ADVOGADO: CLARA SIMAS VANZAN
ADVOGADO: IGOR SAÚDE IZOTON
Originário: 0036702-23.2016.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
KATIA REGINA AURICH
ADVOGADO
:
MARCELO PACHECO MACHADO, OSLY DA SILVA FERREIRA NETO, CLARA SIMAS VANZAN, IGOR SAÚDE IZOTON
ORIGEM
:
6ª Vara Federal Cível (00367022320164025001)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio contra decisão (fls. 575/578 dos autos originários) que deferiu a antecipação da tutela para suspender o ato administrativo de remoção da autora para Brasília/DF até decisão final no feito.

Entendeu o juízo a quo que, no caso específico dos autos, o instituto recorrente não observou os ditamos de sua própria IN nº 06/2014 (f. 324/330), no que diz respeito às formalidades necessárias para que fosse efetivada a remoção da agravada. Achou que, diante do aparente não preenchimento dos requisitos formais do ato, que não seguiu o iter previsto na norma, afigura-se temerário que a remoção seja materialmente efetivada antes da definição do caso na esfera judicial e que tal efetivação representaria um ônus excessivo para a agravada ao passo que a manutenção de sua atual lotação não configura prejuízo à Administração, já que a servidora teve prorrogado seu afastamento para capacitação até 31/07/2017.

O agravante sustenta (fls. 01/07) que a remoção da autora encontra previsão legal no art. 36, I, da Lei nº 8.112/91, não havendo qualquer ilegalidade no ato; que a modalidade de remoção em tela pode ser realizada mesmo sem concordância do servidor, sendo esta a concretização da supremacia do interesse público; que, em respeito ao princípio da separação de poderes, previsto no art. 2º da CF/1988, não pode o judiciário substituir o administrador em sua tarefa de avaliação do interesse do ente público.

Aduz que não há falar em desvio de finalidade ou ausência de motivação do ato de remoção; que os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e veracidade e que a agravada não comprovou que o ato não tenha sido praticado com fundamento no interessa público; que a alegação de que a remoção teria acontecido pelas denúncias que a agravada fez contra colegas não é capaz de infirmar o ato administrativo.

Assevera que a tutela de urgência foi deferida sem os requisitos necessários, pois, pelos argumentos expostos, não há probabilidade do direito alegado, haja vista a legalidade da remoção; que também não há perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo porque houve a prorrogação do afastamento da agravada para conclusão do mestrado no período de 01/01/2017 à 31/07/2017; que a Portaria de remoção

é de 02/2016 e a ação judicial foi ajuizada somente em 21/11/2016; que deve ser deferido efeito suspensivo ao presente recurso e, ao final, seja reformada a decisão para que prevaleça a remoção da agravada.

Deve ser indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, porque não se mostra relevante a fundamentação.

Com efeito, da análise dos autos originários, percebe-se que: 1) pelo despacho interlocutório proferido no PAD (f. 570/571 dos originários), a servidora/agravada teve sua remoção publicada no boletim de serviço nº 08 de 04/02/2016, no entanto, antes de entrar em exercício na nova localidade, afastou-se para capacitação em programa de pós-graduação no país, de 01/03/2016 a 21/12/2016 (f. 393 dos originários); 2) no Boletim de serviço Nº 68 de 09/12/2016 houve a retificação da Portaria Nº 212, de 08.11.2016, publicada no Boletim de Serviço Nº 63, de 10.11.2016, referente à prorrogação de afastamento para conclusão do Mestrado em Gestão Pública, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, pelo período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de julho de 2017; 3) em razão da decisão recorrida, foi publicada a Portaria nº 26 de 18/01/2017, suspendendo a remoção da servidora até que haja decisão final no processo (f. 588 dos originários).

Assim, ante a ausência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo que implique perda da eficácia da decisão a ser proferida pelo colegiado, já que a licença da agravada foi prorrogada até 31/07/2017, deve ser indeferido o efeito suspensivo.

Ante o exposto, indefiro a suspensão da eficácia da decisão recorrida, por não se mostrar suficientemente relevante a fundamentação do recurso.

Intime-se a agravada (art. 1.019, II, do CPC).

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(eaa)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0001802-45.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001802-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:05

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO

ADVOGADO: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO

AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0010480-26.2009.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

DESPACHO

Intime-se o agravante para regularizar sua atuação no feito, apresentando a devida procuração do advogado Rubens Emídio Costa Krischeke Júnior.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

7 - 0001859-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001859-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS

AGRAVADO: LUIZ OTAVIO DE BRITO VARGAS

AGRAVADO: AGE TRANSPORTE E CONSTRUTORA LTDA

AGRAVADO: ITAMAR CONCEIÇÃO DOS SANTOS

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014558-17.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL visando à reforma da decisão proferida pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos da ação de execução de título executivo extrajudicial - processo nº 0014558-17.2014.4.02.5101 - , proferida nos seguintes termos (fl. 165):

"À CEF para comprovar a publicação do edital, em trinta dias, sob pena de extinção, devendo, na mesma oportunidade, requerer o que entender de direito."

Sustenta que "o CPC em vigor excluiu a publicação do edital em jornal de grande circulação como requisito da citação por edital, como previa o revogado CPC/1973" (fl. 04).

Aduz que "a previsão do parágrafo único do art. 257 do CPC vigente contempla situações excepcionais, em que, 'consideradas as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias', o juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também por outros meios". Acresce que "por se tratar de exceção, a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 257 exige a devida fundamentação, sendo imprescindível que o Juízo identifique a peculiaridade do caso a justificar o tratamento diferenciado, o que não se verifica na decisão agravada". (fl. 07).

Assevera que o periculum in mora está configurado, na medida em que "a Agravante está em vias de ser compelida a arcar com custos desnecessários e irreversíveis, sob pena de extinção do processo" (fl. 04).

Requer, assim, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso "a fim de que seja determinado o prosseguimento do feito, dispensando-se a publicação do edital de citação da parte Agravada em jornal de grande circulação" (fl. 8).

É o breve relatório. Decido.

Verifica-se que a decisão ora agravada carece de fundamentação.

Com efeito, o art. 257 do CPC/2015, ao estabelecer os requisitos da citação por edital, assim preceitua:

"Art. 257. São requisitos da citação por edital:

I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras;

II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos;

III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira;

IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias" - g.n.

Destarte, o parágrafo único do citado art. 257 prevê a possibilidade de o juiz determinar a publicação do edital também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, de forma a que se possa conduzir à efetiva ciência do citando, considerando as peculiaridades do local.

Entretanto, observa-se que o douto juízo de primeira instância, ao deferir a citação editalícia requerida pela ora agravante, estabeleceu providências da Secretaria para a publicação do edital no Diário Oficial, limitando-se a determinar "a CEF quanto ao jornal local" (fl. 152).

A seguir, proferiu-se a decisão agravada, verbis (fl. 165):

"À CEF para comprovar a publicação do edital, em trinta dias, sob pena de extinção, devendo, na mesma oportunidade, requerer o que entender de direito."

Como bem salientado pela agravante, por se tratar de exceção, a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 257 exige a devida fundamentação, sendo imprescindível que o Juízo identifique a peculiaridade do caso a justificar o tratamento diferenciado, o que não se verifica na decisão agravada.

Nota-se que a decisão impugnada não revela, expressamente, as razões pelas o Magistrado visualizou a necessidade de publicação do edital em jornal local, nos termos do parágrafo único do art. 257 do CPC. Nesse contexto, entendo que há nulidade do referido ato, por ofensa ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal, consoante orientação das Cortes Superiores.

A fundamentação das decisões é uma garantia que possibilita o controle dos julgamentos dos órgãos jurisdicionais, em sintonia com a noção moderna de Estado de Direito, evitando-se arbitrariedades. Serve para que as partes e o público conheçam os argumentos do magistrado e tenham condições de verificar se as razões são suficientes para convencê-los de que todos os aspectos foram enfrentados corretamente (entre outros: Michele Taruffo, La Fisionomia della sentenza in Itália, in la sentenza in Europa – Método, Técnica e Stile, Padova: Cedam, 1988, p.189; Jesús Gonzáles Peres, El derecho de la tutela jurisdicional, 3ª edición, Madrid: Civitas, 2001, p. 270; Leonardo Greco, Garantias fundamentais do processo: processo

justo, Estudos de Direito Processual, Ed. Faculdade deDireito de Campos, 2005, p. 254, p. 254-255; Eduardo Arruda Alvim, Curso de Direito Processual Civil, SP: RT, Vol.I, 1999, pp.666-667).

Mutatis mutandis, vale conferir os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - SENTENÇA ANULADA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - RECONHECIMENTO - NULIDADE - OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL - CERCEAMENTO DE DEFESA - DESPROVIMENTO.

1 - A decisão judicial que não apresenta a necessária motivação, por deixar de explicitar o Direito e os fatos determinantes da convicção do julgador, mesmo que sucintamente, afronta o devido processo legal - garantia do Estado Democrático de Direito -, a par de acarretar o cerceamento de defesa dos litigantes, por impedir o embasamento de eventuais recursos.

2 - Desta feita, se a sentença não expôs, de forma clara, as razões do não acolhimento da pretensão da autora, havendo flagrante falta de fundamentação, forçoso reconhecer, assim, a sua nulidade.

3 - Agravo Regimental desprovido".

(STJ, AgRg no Resp 517871, 5ª Turma, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 15/08/2005).

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. NÃO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO POSTA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DA LEI FEDERAL CONFIGURADA. MOTIVAÇÃO INEXISTENTE. "DUE PROCESS OF LAW". ART. 535, CPC. RECURSO PROVIDO.

I - A motivação das decisões judiciais reclama do órgão julgador, pena de nulidade, explicitação fundamentada quanto aos temas suscitados. Elevada a cânone constitucional, apresenta-se como uma das características incisivas do processo contemporâneo, calcado no "due process of law", representando uma "garantia inerente ao estado de direito".

II- É nulo o acórdão que mantém a sentença pelos seus próprios fundamentos, por falta de motivação, tendo o apelante o direito de ver solucionadas as teses postas na apelação".

(STJ, Resp 493625, 4ª Turma, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU 29/09/2003).

É certo que não se exige uma fundamentação longa e exauriente, contudo, ainda que minimamente, o magistrado deve examinar as especificidades do caso concreto.

Preocupado com as decisões falsamente fundamentadas, o art. 489, §1º, do Novo Código de Processo Civil assim dispõe:

"§ 1o Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.".

A rigor, o dispositivo não traz nenhuma grande novidade; apenas esmiúça o dever de fundamentação previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal, trazendo-lhe parâmetros mais seguros de aplicação. Embora alguns questionem o dever de o magistrado enfrentar todos os argumentos deduzidos pelas partes (art. 489, §1º, IV) - o qual, em verdade, decorre do próprio princípio constitucional do contraditório, entendido como a capacidade de influir no resultado do processo - o fato é que, diante do ordenamento jurídico ora vigente, não se pode admitir como devidamente fundamentado o decisum ora impugnado.

Isto posto,

Concedo a atribuição de efeito suspensivo requerido. Comunique-se com urgência.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T210233)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0001860-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001860-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
AGRAVADO: J J SUB EMPREITEIRA DE SANTA CRUZ E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA
AGRAVADO: LUIZ FERNANDO REIDY VINHAIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001049-19.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL visando à reforma da decisão proferida pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos da ação de execução de título executivo extrajudicial - processo nº 0001049-19.2014.4.02.5101 - , proferida nos seguintes termos (fl. 202):

"Mantenho o disposto no Despacho de fls. 180.

A dispensa quanto à publicação em jornal local não é justificada, uma vez que, sendo o edital publicado em tal meio, há maior probabilidade de que os executados venham a ter conhecimento da demanda.

À parte autora, para que providencie a publicação, em dez dias."

Sustenta que "o CPC em vigor excluiu a publicação do edital em jornal de grande circulação como requisito da citação por edital, como previa o revogado CPC/1973" (fl. 04).

Aduz que "a previsão do parágrafo único do art. 257 do CPC vigente contempla situações excepcionais, em que, 'consideradas as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias', o juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também por outros meios". Acresce que "por se tratar de exceção, a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 257 exige a devida fundamentação, sendo imprescindível que o Juízo identifique a peculiaridade do caso a justificar o tratamento diferenciado, o que não se verifica na decisão agravada". (fl. 07).

Assevera que o periculum in mora está configurado, na medida em que "a Agravante está em vias de ser compelida a arcar com custos desnecessários e irreversíveis, sob pena de extinção do processo" (fl. 04).

Requer, assim, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso "a fim de que seja determinado o prosseguimento do feito, dispensando-se a publicação do edital de citação da parte Agravada em jornal de grande circulação" (fl. 8).

É o breve relatório. Decido.

Verifica-se que a decisão ora agravada carece de fundamentação.

Com efeito, o art. 257 do CPC/2015, ao estabelecer os requisitos da citação por edital, assim preceitua:

"Art. 257. São requisitos da citação por edital:

I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras;

II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos;

III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira;

IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias" - g.n.

Destarte, o parágrafo único do citado art. 257 prevê a possibilidade de o juiz determinar a publicação do edital também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, de forma a que se possa conduzir à efetiva ciência do citando, considerando as peculiaridades do local.

Entretanto, observa-se que o douto juízo de primeira instância, ao deferir a citação editalícia requerida pela ora agravante, estabeleceu providências da Secretaria para a publicação do Edital no Diário Oficial, limitando-se a determinar "a CEF quanto ao jornal local" (fl. 191).

A seguir, proferiu-se a decisão agravada, verbis: (fl. 202)

Mantenho o disposto no Despacho de fls. 180.

A dispensa quanto à publicação em jornal local não é justificada, uma vez que, sendo o edital publicado em tal meio, há maior probabilidade de que os executados venham a ter conhecimento da demanda.

À parte autora, para que providencie a publicação, em dez dias."

Como bem salientado pela agravante, por se tratar de exceção, a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 257 exige a devida fundamentação, sendo imprescindível que o Juízo identifique a peculiaridade do caso a justificar o tratamento diferenciado, o que não se verifica na decisão agravada.

Nota-se que a decisão impugnada não revela, expressamente, as razões pelas quais o Magistrado visualizou a necessidade de publicação do edital em jornal local, nos termos do parágrafo único do art. 257 do CPC. Assim, a fundamentação que serve para toda e qualquer decisão, a rigor, não serve para decisão nenhuma e não atende à exigência constitucional.

Nesse contexto, entendo que há nulidade do referido ato, por ofensa ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal, consoante orientação das Cortes Superiores.

A fundamentação das decisões é uma garantia que possibilita o controle dos julgamentos dos órgãos jurisdicionais, em sintonia com a noção moderna de Estado de Direito, evitando-se arbitrariedades. Serve para que as partes e o público conheçam os argumentos do magistrado e tenham condições de verificar se as razões são suficientes para convencê-los de que todos os aspectos foram enfrentados corretamente (entre outros: Michele Taruffo, La Fisionomia della sentenza in Itália, in la sentenza in Europa – Método, Técnica e Stile, Padova: Cedam, 1988, p.189; Jesús Gonzáles Peres, El derecho de la tutela jurisdicional, 3ª edición, Madrid: Civitas, 2001, p. 270; Leonardo Greco, Garantias fundamentais do processo: processo justo, Estudos de Direito Processual, Ed. Faculdade deDireito de Campos, 2005, p. 254, p. 254-255; Eduardo Arruda Alvim, Curso de Direito Processual Civil, SP: RT, Vol.I, 1999, pp.666-667).

Mutatis mutandis, vale conferir os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - SENTENÇA ANULADA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - RECONHECIMENTO - NULIDADE - OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL - CERCEAMENTO DE DEFESA - DESPROVIMENTO.

1 - A decisão judicial que não apresenta a necessária motivação, por deixar de explicitar o Direito e os fatos determinantes da convicção do julgador, mesmo que sucintamente, afronta o devido processo legal - garantia do Estado Democrático de Direito -, a par de acarretar o cerceamento de defesa dos litigantes, por impedir o embasamento de eventuais recursos.

2 - Desta feita, se a sentença não expôs, de forma clara, as razões do não acolhimento da pretensão da autora, havendo flagrante falta de fundamentação, forçoso reconhecer, assim, a sua nulidade.

3 - Agravo Regimental desprovido".

(STJ, AgRg no Resp 517871, 5ª Turma, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 15/08/2005).

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. NÃO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO POSTA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DA LEI FEDERAL CONFIGURADA. MOTIVAÇÃO INEXISTENTE. "DUE PROCESS OF LAW". ART. 535, CPC. RECURSO PROVIDO.

I - A motivação das decisões judiciais reclama do órgão julgador, pena de nulidade, explicitação fundamentada quanto aos temas suscitados. Elevada a cânone constitucional, apresenta-se como uma das características incisivas do processo contemporâneo, calcado no "due process of law", representando uma "garantia inerente ao estado de direito".

II- É nulo o acórdão que mantém a sentença pelos seus próprios fundamentos, por falta de motivação, tendo o apelante o direito de ver solucionadas as teses postas na apelação".

(STJ, Resp 493625, 4ª Turma, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU 29/09/2003).

O contraditório deve ser entendido como o direito que a parte possui de influir na decisão a ser tomada pelo juiz. Com efeito, as partes não possuem apenas o direito de serem ouvidas, de se manifestarem nos autos, mas também de ter seus argumentos devidamente enfrentados pelo magistrado.

É certo que não se exige uma fundamentação longa e exauriente, contudo, ainda que minimamente, o magistrado deve examinar as especificidades do caso concreto.

Preocupado com as decisões falsamente fundamentadas, o art. 489, §1º, do Novo Código de Processo Civil assim dispõe:

"§ 1o Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.".

A rigor, o dispositivo não traz nenhuma grande novidade; apenas esmiúça o dever de fundamentação previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal, trazendo-lhe parâmetros mais seguros de aplicação. Embora alguns questionem o dever de o magistrado enfrentar todos os argumentos deduzidos pelas partes (art. 489, §1º, IV) - o qual, em verdade, decorre do próprio princípio constitucional do contraditório,

entendido como a capacidade de influir no resultado do processo - o fato é que, diante do ordenamento jurídico ora vigente, não se pode admitir como devidamente fundamentado o decisum ora impugnado.

Isto posto,

Concedo a atribuição de efeito suspensivo requerido. Comunique-se com urgência.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T210233)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0002095-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002095-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 14/03/2017 16:04

Gabinete 20

Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE: LAILA MASSI MAGALHÃES FIGUEIREDO

ADVOGADO: RENATO DEL SILVA AUGUSTO

ADVOGADO: HIGOR SIQUEIRA AZEVEDO

AGRAVADO: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH

ADVOGADO: LEONARDO LAGE DA SILVA

ADVOGADO: ADRIANA MARTINELLI MARTINS

ADVOGADO: Fernando Henriques Charchar

Originário: 0036811-37.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE

:

LAILA MASSI MAGALHÃES FIGUEIREDO

ADVOGADO

:

RENATO DEL SILVA AUGUSTO, HIGOR SIQUEIRA AZEVEDO

AGRAVADO

:

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH

ADVOGADO

:

LEONARDO LAGE DA SILVA, ADRIANA MARTINELLI MARTINS, Fernando Henriques Charchar

ORIGEM

:

2ª Vara Federal Cível (00368113720164025001)

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por LAILA MASSI MAGALHÃES FIGUEIREDO contra decisão (fls. 123/129) que, nos autos de ação ordinária ajuizada em face de EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH, declarou a incompetência do juízo para julgamento do feito e determinou a remessa dos autos para a Justiça do Trabalho, com base no art. 114, I, da Constituição Federal.

A autora/agravante requereu sua contratação nos termos do edital nº 03 - do concurso da EBSERH e o pagamento dos efeitos financeiros da contratação retroativos a previsão do edital de convocação (02/12/2016).

Entendeu o juízo a quo que:

1) "conquanto seja possível concluir prima facie que a competência desta Seção Judiciária Federal para processar e julgar o presente caso se estabeleça tão somente por figurar nos presentes autos uma empresa pública federal nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição da República, não se pode olvidar que a Emenda Constitucional nº 45/2004 alterou a redação do art. 114 da Constituição da República de 1988", que passou a prever no inciso I que "as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (sem os destaques do original);

2) no caso examinado, fato é que não se discute relação jurídica de caráter administrativo, travada entre o Poder Público e seus servidores, tampouco contratação por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Carta de 1988 c/c Lei Federal nº 8.745/1993);

3) in casu, o que está a se discutir no presente feito é se o permissivo constitucional para a acumulação de cargos (CF/1988, art. 37, XVI) despreza ou não o sagrado direito do trabalhador de usufruir do necessário repouso entre um dia de trabalho e outro";

4) nessas condições, denota-se que a matéria versada nos autos escapa da competência da Justiça Comum Federal e insere-se no campo do Direito do Trabalho, devendo, por isso, ser enfrentada pela respectiva Justiça Federal especializada, a saber: a Justiça do Trabalho".

A agravante (f. 01/21) alega que a decisão foi omissa quanto ao requerimento de tutela de urgência e declinou da competência para a Justiça do Trabalho; que apesar de não haver previsão no artigo 1.015 do CPC, mostra-se possível e necessário o processamento do presente agravo.

Aduz que foi aprovada e convocada para nomeação e posse em concurso público ministrado pela agravada e ao se apresentar para os exames de saúde, no ato de preenchimento das declarações, informou que trabalhava junto a Secretaria Estadual de Saúde sob o regime de 40 horas semanais com possibilidade de flexibilização do horário; que diante da informação prestada, a agravada sequer aceitou a realização de exames adicionais, sob fundamento de que a agravante excedia a carga horária máxima de trabalho nas duas funções, que seria de 60 horas semanais, que não é funcionária da EBSERH, de modo que não há qualquer relação de trabalho que justifique o declínio de competência; que o art. 37, XVI, alínea c, da Constituição permite a cumulação de dois cargos de profissionais de saúde, sendo a compatibilidade de horário o único requisito exigido; que embora a jornada de trabalho na Secretaria Estadual de Saúde seja de 40 horas, já restou devidamente comprovada a possibilidade de flexibilizar seu horário.

Ante a evidência de fumus boni iuris e periculum in mora, requer a o deferimento do pedido liminar para fixar a competência para julgamento da lide na Justiça Federal, bem como que se determine que a agravada (EBSERH) promova a contratação da agravante, nos termos do edital do concurso, sob pena de multa.

É o relatório.

Primeiramente, de se esclarecer que, apesar de a decisão recorrida ter se referido ao INSS como réu, tal instituto não é parte no processo, tratando-se de mero erro material. Na verdade, o réu da ação é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, empresa pública federal, que promoveu concurso público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em empregos públicos da área assistencial com lotação no Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes da Universidade Federal do Espírito Santo – HUCAM-UFES, conforme CONCURSO PÚBLICO 4/2013-EBSERH/HUCAM-UFES/EDITAL Nº 03 – EBSERH – ÁREA ASSISTENCIAL, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013 (f. 52/62).

Prosseguindo, o recurso não deve ser conhecido.

Com efeito, à míngua de expressa previsão no art. 1.015, do CPC, não é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão que, em ação ordinária, declina da competência.

Como ensina a doutrina:

"Nessa direção, embora a interpretação extensiva seja possível em situações específicas do artigo 1.015, que podem ser antecipadas pela compreensão sistemática do CPC/2015, não se deve, diversamente do modelo do CPC/1973, criar hipóteses de recorribilidade de decisão interlocutória não previstas expressamente no novo CPC.

Não parece haver espaço, dessa maneira, para se reconhecer o cabimento de agravo de instrumento contra decisões que, por exemplo, discutem a competência do juízo, decidam sobre valor da causa, defiram ou indefiram provas na fase de conhecimento ou afastem a aplicação de negócio jurídico processual. Foi clara a opção legislativa em não admitir recurso nestas situações.

Nem se diga, por outro lado, não haver prejuízo em se admitir o agravo de instrumento em situações não antecipadas pelo legislador ou pelos profissionais do direito.

[...]

Assim, a ampliação jurisprudencial dos temas passíveis de serem objeto de agravo pode trazer a reboque a expansão da ocorrência da preclusão imediata do processo.

Imagine-se, por exemplo, um advogado que deixa de interpor agravo de instrumento, por não encontrar a competência entre as matérias relacionadas no artigo 1.015 do CPC/2015, confiando que poderá rediscuti-la na apelação ou em contrarrazões à apelação. Caso adotado o entendimento consagrado pelo relator do agravo de instrumento nº 0003223-07.2016.4.02.0000, acima indicado, este advogado poderia ter a desagradável surpresa de não ver a sua alegação de incompetência apreciada no julgamento da apelação, sob o fundamento de que, em decorrência de interpretação extensiva do art. 1.015, III, a matéria precluiu de imediato."

(ROQUE, Andre Vasconcelos; DELLORE, Luiz; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; MACHADO, Marcelo Pacheco; DUARTE, Zulmar. Hipóteses de agravo de instrumento no novo CPC: os efeitos colaterais da

interpretação extensiva. Disponível em: http://jota.uol.com.br/hipoteses-de-agravo-de-instrumentono-novo-cpc-os-efeitos-colaterais-da-interpretacao-extensiva)

No mesmo sentido, já se manifestou a egrégia 5ª Turma especializada deste Tribunal, entendendo que o agravo de instrumento se torna cabível apenas quando configurada uma das situações descritas na norma, sendo taxativo o rol do artigo 1.015 do CPC (TRF2, 5ª Turma espec., AG 0003815-85.2015.4.02.0000, Rel. Des. Fed. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, E-DJF2R de 8.6.2016.).

Desse modo, a decisão que declinou da competência não é passível de impugnação por meio do agravo de instrumento.

Deixo de aplicar a previsão contida no parágrafo único do art. 932 do CPC, tendo em vista a inexistência de vício sanável.

Ante o exposto, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC.

Preclusa esta decisão, comunique-se ao juízo agravado, procedendo à baixa e arquivamento do processo eletrônico.

P. I.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(abb/eaa)

BOLETIM: 2017000153

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0001165-02.2012.4.02.5002 Número antigo: 2012.50.02.001165-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 05/07/2016 12:48

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

APELANTE: MAURICIO DA ROCHA DONATO

ADVOGADO: LÉLIA MARIA MIRANDA VICTÓRIO

APELANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0001165-02.2012.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

0001165-02.2012.4.02.5002 (2012.50.02.001165-7) - Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

MAURICIO DA ROCHA DONATO x OS MESMOS

ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Certifico e dou fé que, nesta data, de ordem do Exmo. Sr. Relator, foram disponibilizados os presentes autos à(s) parte(s) intimada(s), para oferecer resposta aos embargos de declaração, nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.023, §2º do Código de Processo Civil.

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA

Matr. 10310

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0009115-28.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.009115-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 24/08/2015 12:58

Gabinete 20

Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE: SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA

Originário: 0106194-60.1997.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF
ADVOGADO
:
ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA
ORIGEM
:
02ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01061946019974025101)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 203, § 4º, do CPC)
Intime-se o embargado, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Magali Chahaira da Rocha
Matrícula 15.737
ddr

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001600-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001600-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/03/2017 12:53
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: GERALDO SIMOES SOUTO
AGRAVANTE: HIRALICE HIPOLITO MARINHO
AGRAVANTE: JOSE APARECIDO MENDES DE SOUZA
AGRAVANTE: NADJA EHRICH FRAZETO
AGRAVANTE: JOAQUIM DA SILVA PINHEIRO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0031654-74.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
GERALDO SIMOES SOUTO E OUTROS
ADVOGADO
:
CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO
:
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
21ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00316547420164025101)
ATO ORDINATÓRIO

(Art. 203, § 4º, do CPC)
Intime-se o agravado (art. 1.019, II, CPC).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Magali Chahaira da Rocha
Matrícula 15.737
(abb/eaa)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0002153-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002153-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 19:23
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TRANSNOVA TRANSPORTE LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0128376-16.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
TRANSNOVA TRANSPORTE LTDA.
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal (01283761620154025002)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 203, § 4º, do CPC)
Intime-se a agravada (art. 1.019, II, CPC).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Magali Chahaira da Rocha
Matrícula 15.737
(abb/eaa)

SUBSECRETARIA DA 8a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000212

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

8a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Dia 05 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 05 de ABRIL de 2017, QUARTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0001628-07.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.01.10 - Serviço Militar dos Profissionais da Saúde - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: MARCELO ATAIDE DE AZEVEDO
ADVOGADO: FABIO LUCIANO DE ALMEIDA E SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE MENEZES MELLO
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

002 - Processo: 0004761-57.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.08.03.01 - Registro/Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: JULIANY DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE ROCHA DOS SANTOS
AGVDO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

003 - Processo: 0007467-13.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: JOHNATHAN LOPES DA SILVA
ADVOGADO: FLAVIO FERNANDES TAVARES
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

004 - Processo: 0008150-50.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.17 - Aposentadoria - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: MARLY MOSA PEREIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

005 - Processo: 0007217-77.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
AGVDO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

006 - Processo: 0005093-24.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: ELIANE MARIA DE LIMA DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGVDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

007 - Processo: 0007965-12.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: MARA RUBIA MACHADO RAMALHO
ADVOGADO: ALESSANDRA JOICE RAMALHO NOGUEIRA RONZANI
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGVDO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS

008 - Processo: 0011607-56.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: EULER DE MOURA SOARES FILHO
ADVOGADO: RITA ALCYONE SOARES NAVARRO
ADVOGADO: André Silva Araújo
AGVDO: ADENILSON ALBINO E OUTROS
AGVDO: ALEXANDRE DOMINGOS ALVARENGA BEZERRA
AGVDO: DENISE COSTA CANCELLGLIERE
AGVDO: FLORISVALDO MARTINS FERNANDES
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
Observação da DIDRA:

009 - Processo: 0013087-69.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.31 - Seguro - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick
AGVDO: ADEMILSON ALBINO
AGVDO: ALEXANDRE DOMINGOS ALVARENGA BEZERRA
AGVDO: DELFINA UBALDO MENDONÇA GOMES
AGVDO: DENISE COSTA CANCELLGLIERE
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
P.RÉ: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: André Silva Araújo
Observação da DIDRA:

010 - Processo: 0013346-64.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGVDO: CARLOS ROBERTO FERREIRA CASTRO
AGVDO: CREUZA MARIA PEREIRA MONTEIRO
AGVDO: DEDIMAR AMANCIO DA SILVA
AGVDO: FILEMON SENA LIMA
AGVDO: FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BEZERRA DOS SANTOS
AGVDO: JAIME SOUZA ALVES
AGVDO: MARIA ANIZETE OLIVEIRA LEITE
AGVDO: MARIA CELIA DE ANDRADE
AGVDO: VALERIA PINTO SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
P.RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: JOSE VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR
Observação da DIDRA:

011 - Processo: 0011727-02.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.31 - Seguro - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGVDO: JAIME SOUZA ALVES
AGVDO: VALERIA PINTO SANTOS RIBEIRO
AGVDO: MARIA CELIA DE ANDRADE
AGVDO: MARIA ANIZETE OLIVEIRA LEITE
AGVDO: FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BEZERRA DOS SANTOS
AGVDO: FILEMON SENA LIMA
AGVDO: DEDIMAR AMANCIO DA SILVA
AGVDO: CREUZA MARIA PEREIRA MONTEIRO
AGVDO: CARLOS ROBERTO FERREIRA CASTRO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
Observação da DIDRA:

012 - Processo: 0008160-60.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: CLARA MARIA TOMASI SCARDUA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

013 - Processo: 0012562-87.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: S.L.M.J
ADVOGADO: ANDREIA APARECIDA OLIVEIRA BESSA:15742260881

014 - Processo: 0000532-54.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: ANA CRISTINA DANTAS DE CARVALHO OLIVEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
Observação da DIDRA:

015 - Processo: 0009248-36.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
AGVTE: KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO
AGVTE: ESTEVÃO CORDEIRO BARRETO
AGVTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA BARRETO - ESPÓLIO
AGVTE: LUCAS CORDEIRO BARRETO
AGVTE: WELLINGTON CORDEIRO BARRETO
ADVOGADO: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA
ADVOGADO: ENEAS DOS SANTOS MACHADO
AGVDO: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGVDO: FUNDACAO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DER-RJ

PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGVDO: DELTA CONSTRUCOES S/A
ADVOGADO: ARMANDO MICELI FILHO
ADVOGADO: LUCIANA DA SILVA FREITAS

016 - Processo: 0001946-64.2012.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: MOISES SILVA DE SOUSA
ADVOGADO: MARCO ANTONIO HURTADO
ADVOGADO: ALINE FONTES ROCHA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

017 - Processo: 0006638-98.2014.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES
APDO: RAYSSA VITÓRIA SANTOS DO NASCIMENTO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
P.RÉ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/12/2016 13:00 Retirado de Pauta

018 - Processo: 0182334-42.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: MARIA CRISTINA NARCIZO DOS SANTOS
ADVOGADO: THALLYTA SOUZA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

019 - Processo: 0000520-94.2014.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APDO: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI
ADVOGADO: ANDREA CARLA CINTRA ARAUJO GUEDES BARBOSA

020 - Processo: 0100256-88.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.01 - Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: HELENO RICARDO DA COSTA
ADVOGADO: EDUARDO FERNANDO CHAVES
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO

021 - Processo: 0003654-35.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: ANTONIO TORRES BARCELLOS
ADVOGADO: JOSE PAULO THOME MORAES
APDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

022 - Processo: 0052194-17.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APDO: ANA PAOLA FILARDI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

023 - Processo: 0030104-49.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MICHELE FERREIRA CIPRIANO
REPRES.: CARMEN LUCIA FERREIRA DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

024 - Processo: 0108773-79.2014.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MANOEL FRANCISCO FREITAS BRITO
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
REMETENTE: JUÍZO DA 04° VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ

025 - Processo: 0107560-33.2013.4.02.5115 AC (Processo Eletrônico)
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: SILVIA DE MATTOS VIEIRA MELLO SOUZA
ADVOGADO: RODRIGO MENDES MATTOS
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

026 - Processo: 0105492-84.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MIRAI FERREIRA
ADVOGADO: RODRIGO DA COSTA GOMES
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ

027 - Processo: 0108918-16.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARIA DA GRACA MANHAES BARRETO IGLESIAS
ADVOGADO: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
ADVOGADO: MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO: MARCIO DIOGENES MELO
ADVOGADO: MARCIO MIRANDA DE SOUZA
ADVOGADO: MARCOS NOGUEIRA BARCELLOS
ADVOGADO: MARCELO PUPO RIBEIRO

ADVOGADO: MARIA LUCIA CANDIOTA DA SILVA
ADVOGADO: MARILDA AMORIM VIANNA
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO MURIAS DE MENEZES JUNIOR
ADVOGADO: MAURICIO DE CHATEAUBRIAND LUSTOSA BORGES PEREIRA
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
ADVOGADO: PATRICIA DUARTE DAMATO PERSEU
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO
ADVOGADO: LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
ADVOGADO: LEILA MATHEUS REGA
ADVOGADO: LEONARDO BERNARDES SANT'ANNA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY
ADVOGADO: MARCELLO AUGUSTO HAMDAN RIBEIRO
ADVOGADO: LIGIA BONILHA
ADVOGADO: LUCIA RODRIGUES CAETANO
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA
ADVOGADO: LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
ADVOGADO: VITOR LUIS PEREIRA DE CAMPOS
ADVOGADO: SILVIO FERREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: TERESA DESTRO
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO
ADVOGADO: VANESSA GRENIER FERREIRA DA MOTTA
ADVOGADO: VERONICA TORRI
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: SILVIA MERI DOS SANTOS GOTARDO
ADVOGADO: ÍTALO SCARAMUSSA LUZ
ADVOGADO: ISAAC PANDOLFI
ADVOGADO: BRENO BONELLA SCARAMUSSA
ADVOGADO: GABRIEL FREIRE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO CAETANO RODRIGUES HORTA JUNIOR
ADVOGADO: ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
ADVOGADO: RAFAEL VIEIRA DE BARROS
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
ADVOGADO: ROBERTA MARIANA BARROS DE AGUIAR CORREA
ADVOGADO: ROBERTA MURATORI ATHAYDE
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
ADVOGADO: ROBERTO MUSA CORREA
ADVOGADO: RODRIGO VILLA REAL AYALA
ADVOGADO: ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA
ADVOGADO: SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
ADVOGADO: SANDRO CORDEIRO LOPES
ADVOGADO: SERGIO LUIS FUKS
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA CHAGAS
ADVOGADO: RENATO MIGUEL
ADVOGADO: RODOLFO PRANDI CAMPAGNARO
ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS
ADVOGADO: SERGIO PERINI ZOUAIN
ADVOGADO: WAGNER DE FREITAS RAMOS
ADVOGADO: JOSIANE MENDES GOMES DIAS PINTO
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO: ANA CLAUDIA VILLA NOVA PESSANHA DE SOUZA
ADVOGADO: ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO
ADVOGADO: ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO: ANDRE LUIZ VIVIANI DE ABREU
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
ADVOGADO: ANDREIA DA SILVA PICHONE

ADVOGADO: CRISTIANO TEIXEIRA PASSOS
ADVOGADO: LEONARDO JUNHO GARCIA
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIÊR
ADVOGADO: CLEBER ALVES TUMOLI
ADVOGADO: JOÃO BATISTA MUYLAERT DE ARAUJO JUNIOR
ADVOGADO: ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
ADVOGADO: FREDERICO LYRA CHAGAS
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
ADVOGADO: GIRLANA GRANJA PEIXOTO MOREIRA
ADVOGADO: HELIO RICARDO SOUTINHO PEIXOTO
ADVOGADO: JUSSARA REGINA DOS SANTOS DE FREITAS
ADVOGADO: FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DANIEL BURKLE WARD
ADVOGADO: DANIEL VERSIANI CHIEZA
ADVOGADO: LEONARDO BARBOZA MESQUITA
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
ADVOGADO: FABIANE QUINTAS DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO: FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS
ADVOGADO: CRISTIANO SEABRA DAN
ADVOGADO: FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
ADVOGADO: GRAZIELLA CORCIONE
ADVOGADO: GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO
ADVOGADO: IANE RIOS ESQUERDO
ADVOGADO: IARA COSTA ANIBOLETE
ADVOGADO: ANTHONY ABREU POLASEK
ADVOGADO: CARLA DE CASTRO AMORIM MAURIN KRSULOVIC
ADVOGADO: ANTONIO FREDERICO HELUY DANTAS
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOCAYUVA CARVALHO
ADVOGADO: ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR
ADVOGADO: ANTONIO FELIPPE DA ROCHA
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA
ADVOGADO: CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES
ADVOGADO: CESAR EDUARDO FUETA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
ADVOGADO: CONSUELO CESAR DE OLIVEIRA
APDO: MARCELY SANTOS MONJARDIM
APDO: VILSON FERNANDES DO VALLE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA:

028 - Processo: 0103495-46.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO JUNHO GARCIA
APDO: ALCIMAR SOARES SEPULCHRO
ADVOGADO: BRUNNO TOSE
ADVOGADO: HELTON FRANCIS MARETTO

029 - Processo: 0073582-02.2016.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APDO: KATIA DOMINGUES DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

030 - Processo: 0031607-05.1999.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: MAGDA HELENA MALACARNE
APDO: GILSON COELHO MACHADO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

031 - Processo: 0108759-98.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARIA APARECIDA MARQUES MOREIRA GOMES
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

032 - Processo: 0000309-82.2005.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: JORGE BRAZ DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

033 - Processo: 0001125-64.2005.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROBINSON FURTADO GAMA SOBREIRA
APDO: VANIELI INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA ME
ADVOGADO: JOAO CARLOS ASSAD
ADVOGADO: RICARDO FERRI CARVALHO
ADVOGADO: CARLINDO DE SOUZA NETO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO FREITAS BASCELLOS
ADVOGADO: VICTOR CERQUEIRA ASSAD
ADVOGADO: GEANE CONSOLI

034 - Processo: 0000295-98.2005.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: NOVO MILLENIUM CONSTRUTURA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

035 - Processo: 0033053-43.1999.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: MAGDA HELENA MALACARNE

APDO: LUZIERIS MADEIRA
ADVOGADO: VANILDES NUNES ATHANAZIO

036 - Processo: 0000521-40.2004.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: LUIZ PAULO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

037 - Processo: 0001828-83.2010.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APDO: A S PEREIRA MINIMERCADO ME
APDO: ANDERSON DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

038 - Processo: 0501806-92.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: LUIZ BATISTA BELOTTI
ADVOGADO: MARCELO DO ESPIRITO SANTO BELOTTI
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

039 - Processo: 0042228-98.2012.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.07.03.01 - Desembaraço Aduaneiro - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
P.AUTORA: PROCTER E GAMBLE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: DAIANA KAPPAUN
ADVOGADO: PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA DE BARCELLOS
ADVOGADO: ROBERTO A. ROCHA
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

040 - Processo: 0066797-27.2016.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
P.AUTORA: TELVENT BRASIL S.A.
ADVOGADO: ANNA FLÁVIA DE AZEVEDO IZELLI GRECO
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: Juízo da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 26VF/RJ

041 - Processo: 0003540-98.2011.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DA CUNHA JUNIOR
ADVOGADO: VICENTE NOGUEIRA
APDO: AGROVITA DE ITAPERUNA AGROPECUARIOS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

042 - Processo: 0019779-26.2015.4.02.5107 AC (Processo Eletrônico)
01.03 - Atos Administrativos - Administrativo
01.03.10 - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo

RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: MUNICIPIO DE RIO BONITO-RJ
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA SILVA DRUMOND
APDO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE

043 - Processo: 0015388-21.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.05.01.04 - Foro/Laudêmio - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LEONARDO RABELLO LAIGNIER
APDO: EDUARDO RABELLO LAIGNIER
APDO: MARIO LAIGNIER NETO
APDO: MARIA DA GLORIA THOME RABELLO LAIGNIER
ADVOGADO: SUELI DE PAULA FRANÇA
ADVOGADO: VITOR DE PAULA FRANÇA
ADVOGADO: ARTHUR DAHER COLODETTI
ADVOGADO: MÁRCIA VILLAS BÔAS DE SOUZA MONTEIRO
ADVOGADO: LUIS RENATO DE ABREU ALVES
Observação da DIDRA: Rejeição prevenção-livre redistribuição-decisão fl. 65/66.

044 - Processo: 0135995-25.2014.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
P.AUTORA: ANDRE LUIS MOREIRA
ADVOGADO: PAULO BRUNO NASCIMENTO
P.RÉ: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
REMETENTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

045 - Processo: 0107976-09.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.12 - Jornada de Trabalho - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CLAUDIO DE CARVALHO CONTI
APDO: LUIZ ALFREDO FERNANDES ROLDAO
APDO: MARIA ELIZABETH COUTO MACHADO VIANNA
APDO: MARIA LUIZA DUARTE PINTO GODOY
ADVOGADO: ADRIANO PINTO MACHADO
ADVOGADO: RAFAEL MOTTA FURTADO
ADVOGADO: ALINE MONTEIRO DE CASTRO CAPOBIANGO
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

046 - Processo: 0117404-49.2013.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.11.12 - Jornada de Trabalho - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
P.AUTORA: EDER AUGUSTO DE LUCENA
P.AUTORA: LENE HOLANDA SADLER VEIGA
P.AUTORA: LUCIA MARIA EVANGELISTA DO NASCIMENTO
P.AUTORA: MARCIA PEIXOTO DA SILVA
P.AUTORA: RICARDO PINHEIRO LOBO
ADVOGADO: ADRIANO PINTO MACHADO
ADVOGADO: RAFAEL MOTTA FURTADO
ADVOGADO: ALINE MONTEIRO DE CASTRO CAPOBIANGO
P.RÉ: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

047 - Processo: 0009862-64.2016.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.03.02.02 - Exportação/Vedações - Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo

RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
P.AUTORA: USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.
ADVOGADO: SANDRO MACHADO DOS REIS
ADVOGADO: PEDRO TEIXEIRA DE SIQUEIRA NETO
P.RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

048 - Processo: 0027289-05.2015.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.19 - Auxílio-transporte - Indenização - Sistema remuneratório - Servidor Público Civil - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: ANA LUCIA GOMES GONÇALVES
ADVOGADO: MONICA PESSANHA DOS SANTOS
APDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE - IFF
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Observação da DIDRA: CONFORME DECISÃO DE FL. 32

049 - Processo: 0034524-35.2016.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- CRCRJ
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
APDO: ARNALDO RAMOS PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

050 - Processo: 0000642-92.2009.4.02.5002 REOAC (Processo Eletrônico)
02.19 - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
P.AUTORA: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ: AGROPECUÁRIA CARVALHO DE BRITO S/A
ADVOGADO: HIGNER MANSUR
ADVOGADO: LUCIANA VALVERDE MORETE
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/RJ

051 - Processo: 0012624-30.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

052 - Processo: 0012152-29.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

053 - Processo: 0012157-51.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

054 - Processo: 0009555-87.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo

RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGVDO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

055 - Processo: 0012620-90.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

056 - Processo: 0009550-65.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGVDO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

057 - Processo: 0009554-05.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGVDO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

058 - Processo: 0011685-50.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.04.02 - Cédula de crédito bancário - Espécies de títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: ABELNUTS TI CONSULTORIA LTDA
AGVTE: MARCELO NUNES DE MORAES
AGVTE: SUSI LAZARINI VIANA
ADVOGADO: KATIA CRISTINA BEZERRA DE MENEZES
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DANIEL BURKLE WARD

059 - Processo: 0009552-35.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGVDO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

060 - Processo: 0008709-70.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

061 - Processo: 0007827-11.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: JOSE LUIZ DA CONCEIÇÃO
AGVTE: RICARDO CID DA COSTA

AGVTE: almir franco arnaldo
AGVTE: CELSO GODOY DE AVELLAR
AGVTE: JOÃO BATISTA SALDANHA
ADVOGADO: TULIO ARARIPE DE NEGREIROS FERREIRA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

062 - Processo: 0003976-61.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SKAL CLUBS DO BRASIL - SKAL INTERNACIONAL DO BRASIL
ADVOGADO: ANTONIO GERALDO BETHIOL
AGVDO: EMBRATUR-EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2017.6000.002393-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SKAL CLUBS DO BRASIL - SKAL INT

063 - Processo: 0007032-05.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.09.04 - Execução de Dívida - Sistema Financeiro da Habitação - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: JOSE LUIZ ARAUJO
ADVOGADO: ALVARO RANGEL DE CARVALHO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
P.AUTORA: MARINA TERESA DE ARAUJO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.005734-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: JOSE LUIZ ARAUJO

064 - Processo: 0007627-04.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: UNIÃO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: MANUELLA GARCIA RAMOS
REPRES.: MARILUCE ARÊAS GARCIA RIBEIRO
ADVOGADO: SANDRA ORTIZ DE ABREU
INCID: 2016.6000.113836-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

065 - Processo: 0005451-52.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.16.03.02 - Esbulho/turbação/ameaça - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: ISAURA DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INCID: 2016.6000.103519-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

066 - Processo: 0003706-37.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
AGVDO: ELIAS ALVES CHAVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.016259-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

067 - Processo: 0006746-27.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS
AGVDO: ALAYDE QUINTILIANO DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.016241-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

068 - Processo: 0005414-59.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA
AGVTE: MINERACAO VALE DU GRANITO LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME
AGVTE: MINERACAO GUIDONI LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO GUIDONI LTDA - FILIAL 03
ADVOGADO: LEONARDO MARCEL TAQUETTI
ADVOGADO: MARCOS LUIZ DALMASO PINTO
AGVDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVTE: MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA
AGVTE: MINERACAO VALE DU GRANITO LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME
AGVTE: MINERACAO GUIDONI LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO GUIDONI LTDA - FILIAL 03
ADVOGADO: LEONARDO MARCEL TAQUETTI
ADVOGADO: MARCOS LUIZ DALMASO PINTO
AGVDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2016.6000.095872-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA

069 - Processo: 0005414-59.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGVTE: MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA
AGVTE: MINERACAO VALE DU GRANITO LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME
AGVTE: MINERACAO GUIDONI LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO GUIDONI LTDA - FILIAL 03
ADVOGADO: LEONARDO MARCEL TAQUETTI
ADVOGADO: MARCOS LUIZ DALMASO PINTO
AGVDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVTE: MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA
AGVTE: MINERACAO VALE DU GRANITO LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME
AGVTE: MINERACAO GUIDONI LTDA
AGVTE: MINERAÇÃO GUIDONI LTDA - FILIAL 03
ADVOGADO: LEONARDO MARCEL TAQUETTI
ADVOGADO: MARCOS LUIZ DALMASO PINTO
AGVDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2016.6000.102865-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

070 - Processo: 0003371-18.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
06.04.12 - Telefonia - Contratos de consumo - Consumidor
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGVTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
P.RÉ: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2016.6000.110883-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.

071 - Processo: 0020849-72.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.20.01 - Dano ambiental - Responsabilidade civil - Civil
08.05.18 - Obrigação de Fazer/Não Fazer - Liquidação/Cumprimento/Execução - Direito Processual
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APTE: DIETRICH FUHRKEN BATISTA
ADVOGADO: GUILHERME JUNQUEIRA DE SOUSA LEAL
ADVOGADO: CARLA DE PAULA SOUZA MILIONI
ADVOGADO: OSCAR GRACA COUTO NETO
APDO: OS MESMOS
ASSTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

072 - Processo: 0009377-15.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
APDO: WILSON EUSTAQUIO CASTRO
APDO: ERANDI BARBOSA DE CASTRO
ADVOGADO: THIAGO DE SOUZA BRASIL

073 - Processo: 0002138-48.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APDO: VICENTE CALANDRINI DE AZEVEDO
APDO: ROSALI CONCEIÇAO REZENDE DE AZEVEDO
APDO: JOSE DE CARVALHO REZENDE
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
ADVOGADO: ALEXIS GIULIATTO DE CARVALHO
ADVOGADO: MARCOS VINICIUS DE PELCIANO CARNEIRO

074 - Processo: 0055815-51.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
APDO: ROBERTO TOMIYA NAGOYA
APDO: ANGELA MARIA DA SILVA NAGOYA
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
P.RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

075 - Processo: 0021748-60.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.07.03 - Sustação de protesto - Títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: RM NOR DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: CESAR RODRIGO NUNES
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES

APDO: LRD CONFECCAO DE ROUPAS LTDA. - EPP
ADVOGADO: MARCOS STAMBOWSKY

076 - Processo: 0001340-24.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.16 - - Revogação e anulação de ato administrativo - atos administrativos - administrativo - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.07.03.01 - Desembaraço Aduaneiro - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MILDOT COM/ DE MATERIAIS DE SEGURANÇA EXP/ IMP/ LTDA
ADVOGADO: ARY ARSOLINO BRANDAO DE OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

077 - Processo: 0147827-03.2015.4.02.5107 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: LUIS ANTÔNIO DUARTE DO NASCIMENTO
ADVOGADO: RODRIGO MENDES DE ARAUJO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES

078 - Processo: 0152243-32.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARCIA REGINA VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: WILLIAN CLAUDIO PEREIRA TAGARRO
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ

079 - Processo: 0001222-93.2007.4.02.5002 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.06.02 - Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/41 - Intervenção na Propriedade - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LENA ATHAYDE VELOSO MADUREIRA
APDO: DELTA MADUREIRA FILHO
ADVOGADO: UBALDO MOREIRA MACHADO
ADVOGADO: RENATO PIZZOLATTO
ADVOGADO: TEREZA CRISTINA BORGES MACHADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM / ES

080 - Processo: 0045520-52.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: RODRIGO CRUZ MONTENEGRO
ADVOGADO: THAISA DIAS DE MORAES
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

081 - Processo: 0000034-49.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: LUIZ FELIPE CONDE
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

082 - Processo: 0150815-15.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA

APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: RODRIGO CRUZ MONTENEGRO
ADVOGADO: THAISA DIAS DE MORAES
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

083 - Processo: 0115867-47.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: LUIZ FELIPE CONDE
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

084 - Processo: 0510783-39.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: FERDINANDO VALLE MAGALHAES
ADVOGADO: RAFAEL FAISSOL JANOT DE MATOS

085 - Processo: 0015398-90.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: LUIZ FELIPE CONDE
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

086 - Processo: 0141393-16.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: FREDERICO BALDANZA DA ROCHA E SOUZA
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

087 - Processo: 0053355-28.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: LUIZ FELIPE CONDE
ADVOGADO: RODRIGO CRUZ MONTENEGRO
ADVOGADO: THAISA DIAS DE MORAES
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

088 - Processo: 0813484-65.2009.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
02.19 - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CRISTINA DO CARMO RODRIGUES MARINHO
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
30/09/2015 13:00 Julgado

089 - Processo: 0136028-49.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA

APTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 1A REGIAO
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
APDO: RAFAEL ALEXANDRE LOJA VITORINO
ADVOGADO: RENATA DE OLIVEIRA ESTEVES

090 - Processo: 0135025-97.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.04 - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ÁUREO LUIZ DANTAS DUBOC
ADVOGADO: LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO

091 - Processo: 0157462-26.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: VINICIUS ALBANO DE SOUSA
ADVOGADO: MARIA PAULA SALLES AMARAL
ADVOGADO: ANA LUZIA CAMPOS FERREIRA
ADVOGADO: ERICKA GAVINHO D'ICARAHY
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

092 - Processo: 0006683-93.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.06 - Ressarcimento ao SUS - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SEISA SERVICOS INTEGRADOS DE SAUDE LTDA
ADVOGADO: DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

093 - Processo: 0028509-19.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.15 - Registro/Porte de Arma de Fogo - Revogação e anulação de ato administrativo - atos administrativos - administrativo - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: BRUNO DA SILVA CUNHA
ADVOGADO: JOSE AUGUSTO GUILHERME DE BARROS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

094 - Processo: 0069051-07.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
03.04.02 - Contribuição Social - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.15.03 - SIMPLES - Regimes Especiais de Tributação - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: DENANO SERVICOS DE DISTRIBUICAO LTDA - ME
ADVOGADO: LUIZE COSTA SEBESTYEN
REMETENTE: Juízo da 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - 05VFEF/RJ

095 - Processo: 0140775-71.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: PAULO IKEDA
ADVOGADO: PAULO IKEDA
APDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

096 - Processo: 0176208-73.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: NATHALIA DE ALMEIDA MARQUES
ADVOGADO: CAROLINA GOMES PINTO MAGALHAES SOARES

097 - Processo: 0133698-20.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: EDINALVA BARBOSA DE MORAIS CORREIA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

098 - Processo: 0134938-44.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: MARCELO FAGUNDES DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

099 - Processo: 0133875-81.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: SHEERLEY SALLES SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

100 - Processo: 0131617-60.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
APDO: SUZIMAR JULIA DE SOUZA
APDO: MARLÉCIO DA SILVA ABREU
ADVOGADO: MARGARETE DA SILVA PRATA
P.RÉ: DROGARIA RIO SANTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

101 - Processo: 0158688-66.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APDO: PATRICIA SOUSA BOITEUX
ADVOGADO: PATRICIA SOUSA BOITEUX

102 - Processo: 0068903-59.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
APDO: PROPHYLAXIS CONSULTORIA TECNICA CIENTIFICA LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

103 - Processo: 0073760-48.2016.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
APDO: TRANSMARICA AVALIACAO MEDICO E PSICOLOGICA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

104 - Processo: 0011032-27.2009.4.02.5001 APELREEX
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
03.14.04 - Inscrição no SPC-CADIN/SERASA e outros - Procedimentos Fiscais - Tributário
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: BRASPONTEX COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.
ADVOGADO: RICARDO BARROS BRUM
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-ES

105 - Processo: 0149352-66.2014.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA IFF FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ELIELMA DOS SANTOS FERNANDES
APDO: WANIA MANSO DE ALMEIDA
APDO: LIGIA VASCONCELOS HENRIQUES
APDO: VICENTE MARTINS RANGEL JUNIOR
APDO: MIGUEL GUSTAVO BATISTA GOMES
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
INCID: 2016.6000.119732-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ELIELMA DOS SANTOS FERNANDES

106 - Processo: 0001336-78.2011.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.21 - Posse e Exercício - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: AGNES SILVERIO ARAUJO
ADVOGADO: MARIA GORETTI NAGIME BARROS COSTA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2017.6000.005599-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: AGNES SILVERIO ARAUJO

107 - Processo: 0010358-44.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: KELLY ALVES DA SILVA
ADVOGADO: KARINA ROCHA DA SILVA
APDO: CRMES - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO: MAGDA MARIA BARRETO
INCID: 2016.6000.104188-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: KELLY ALVES DA SILVA

108 - Processo: 0129275-08.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MARIA GORETH DE OLIVEIRA GUIMARÃES
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS AIRES DE ALMEIDA BRAZ

APDO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: MARIANA RAMOS SENA DOS SANTOS
INCID: 2016.6000.119780-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MARIA GORETH DE OLIVEIRA GUIMARÃES

109 - Processo: 0500210-94.2015.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: M E M DE NITEROI PISOS E BLOCOS EIRELI ME
REPRES.: PAULO ROBERTO FIGUEIREDO ALVARES
ADVOGADO: MARCIO VINICIUS DE ALMEIDA OLIVEIRA
APDO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2017.6000.003709-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: M E M DE NITEROI PISOS E BLOCOS EIRELI ME

110 - Processo: 0144642-09.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - IFF
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CELIA MARIA BRAGA DE CARVALHO
APDO: MARILENE DOS SANTOS
APDO: CLARA SIMOES DOS SANTOS CARVALHO
APDO: DOROTEA ALVES SOARES
APDO: SILVIA MARIA SILVEIRA MOREIRA
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
INCID: 2017.6000.002086-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CELIA MARIA BRAGA DE CARVALHO

111 - Processo: 0003626-76.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: PAULO ERNANI SARDINHA DE ANDRADE
APTE: WALTER REGIO DE OLIVEIRA
APTE: VALDINEA DA PENHA MATHIAS
APTE: RUBENS DE OLIVEIRA
APTE: ANDERVAN PAVIOTTI
APTE: MARIA APARECIDA MOREIRA
APTE: MARCIAL CORTES LEMOS
APTE: JOSE ALBERTO DE ANDRADE REIS
APTE: JANDIRA MEROTTO
APTE: JALMIR CEZINI DE ANDRADE
APTE: BRAULINO LACORTE
ADVOGADO: ALESSANDRO DANTAS COUTINHO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2016.6000.120065-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: PAULO ERNANI SARDINHA DE ANDRADE

112 - Processo: 0015108-51.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.01 - Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
PAUTA: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: THEOVICTOR DE SOUZA
ADVOGADO: JOAO PAULO GALVAO DE AQUINO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
INCID: 2017.6000.011800-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: THEOVICTOR DE SOUZA

113 - Processo: 0001445-64.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: ILCEA BAPTISTA ARIOZA
ADVOGADO: FLAVIO CUSANO SILVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2016.6000.114399-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ILCEA BAPTISTA ARIOZA

114 - Processo: 0007133-36.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.16 - Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: VELFE HOLLANDINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO DA SILVA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VICTOR NEVES E FIGUEIREDO
Observação da DIDRA: ORIUNDO DA 74ª VARA TRABALHO/RJ - PROC. 0001211-74.2012.5.01.0074

INCID: 2016.6000.114629-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: VELFE HOLLANDINO DE OLIVEIRA

115 - Processo: 0008850-55.2016.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MAURICIO DELVIVO PAIVA
ADVOGADO: FLAVIA EMILIA SILVA DE OLIVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2016.6000.120033-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MAURICIO DELVIVO PAIVA

116 - Processo: 0018949-78.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.17 - Aposentadoria - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LEIA FARIAS DA SILVA
ADVOGADO: MARCIA MARILIA DOERING
ADVOGADO: ARAO DA PROVIDENCIA ARAUJO FILHO
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Observação da DIDRA: INCLUSÃO DA UNIÃO FEDERAL NO POLO PASSIVO CONFORME DECISÃO FLS. 68 E PETIÇÃO FLS. 75
INCID: 2017.6000.005176-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LEIA FARIAS DA SILVA

117 - Processo: 0033337-54.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
02.20.01 - Dano ambiental - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
P.RÉ: LIVIA VIEIRA CABRAL
P.RÉ: PAOLO VIEIRA CABRAL
P.RÉ: MARISE VIEIRA CABRAL
P.RÉ: SUELI DO CARMO VIEIRA
ADVOGADO: PAOLO VIEIRA CABRAL
ADVOGADO: ANA PAULA ALVES ELIAS
P.RÉ: FERNANDA VIEIRA FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

P.RÉ: FERNANDO AUGUSTO FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
P.RÉ: ROSA DE SOUZA VIEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
P.RÉ: NOEL VIEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
P.RÉ: INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
INCID: 2017.6000.006602-2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE

118 - Processo: 0001442-86.2010.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ANA PAULA FACINI
ADVOGADO: VANDERLAN COSTA
INCID: 2017.6000.005004-5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL

119 - Processo: 0008417-50.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MARIA DA GLORIA CARVALHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SAMARA SERRA DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
INCID: 2016.6000.114972-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MARIA DA GLORIA CARVALHO DE OLIVEIRA

120 - Processo: 0021135-45.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: DEIZA QUINTAS PEREIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2017.6000.001931-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: DEIZA QUINTAS PEREIRA

121 - Processo: 0120428-51.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: ROGERIO COSTA DA SILVA
ADVOGADO: ANTONIO MARIA DE JESUS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2016.6000.110813-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ROGERIO COSTA DA SILVA

122 - Processo: 0103007-20.2015.4.02.5002 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CRMES - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO: MAGDA MARIA BARRETO
APDO: LUIZ GUSTAVO VIEIRA RODRIGUES

ADVOGADO: FLÁVIO DE FIGUEIREDO GUIMARÃES
ADVOGADO: LEANDRO FIGUEIRA VAN DE KOKEN
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
INCID: 2016.6000.079202-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: LUIZ GUSTAVO VIEIRA RODRIGUES

123 - Processo: 0163795-83.2014.4.02.5115 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.02 - Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: VERA LÚCIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 01ª VARA FEDERAL DE TERESÓPOLIS-RJ
INCID: 2016.6000.114903-8 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: VERA LÚCIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

124 - Processo: 0003802-52.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.01.21 - Posse e Exercício - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: DANIELLE JOYCE COSTA VALERIO GUANABARA
ADVOGADO: BERNARDO BRANDAO COSTA
ADVOGADO: LUCIANA PEIXOTO FREITAS VELLOSO BAHIA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

125 - Processo: 0103475-86.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
AGVDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

126 - Processo: 0108677-44.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.03.03 - Reajuste de 45%/ Lei 8.237/91 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: ELZA LAKSCHEVITZ XAVIER ASSUNÇÃO
ADVOGADO: MONICA EYER LOPES DA SILVA
AGVDO: FUNARTE-FUNDACAO NACIONAL DE ARTES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

127 - Processo: 0105366-45.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS S/A DTVM
ADVOGADO: PEDRO GUILHERME GONCALVES DE SOUZA
AGVDO: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

128 - Processo: 0005881-38.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: GECORE COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA.

ADVOGADO: JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
AGVDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

129 - Processo: 0105102-28.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: LEANDRO ALVARO CHAVES
AGVTE: ESPOLIO DE HAROLDO DE CARVALHO CRUZ
ADVOGADO: MAURO SÉRGIO BARBOSA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

130 - Processo: 0004524-23.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.02.02 - Crédito Educativo - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: ERIC COELHO PEDROSA DE FREITAS
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

131 - Processo: 0006515-97.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: MARIA DO ROSÁRIO MARTINS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO

132 - Processo: 0012319-46.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.01.09 - Derivados de Petróleo/postos de combustíveis/ comercialização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: POSTO CENTRAL DE MERITI LTDA
ADVOGADO: VANUZA VIDAL SAMPAIO
ADVOGADO: LUCIANO RAMOS VOLK

133 - Processo: 0010983-07.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: POSTO DE GASOLINA MARUJO LTDA
AGVDO: ALVARO AUGUSTO RODRIGUES MARUJO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

134 - Processo: 0012494-40.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.17 - Aposentadoria - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: LUCY CORREA BALTAR
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGVDO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

135 - Processo: 0000098-94.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: PANIFICADORA MACKENZIE LTDA
AGVDO: FABIO GUIMARAES DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

136 - Processo: 0008337-24.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.11.01.17 - Promoção/Ascensão - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: FERNANDA CRISTINA MERISIO FERNANDES SOARES
ADVOGADO: LUCIANA MARACAT

137 - Processo: 0000048-68.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: QUALIPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

138 - Processo: 0010415-88.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGVDO: LJ VALLE COMERCIO ACESSORIOS V L ME
ADVOGADO: RAPHAEL LUIZ PEIXOTO ATHAYDE
AGVDO: LUCIANA MORAES DE MENDONÇA
AGVDO: JURACI VALLE DEL CORSO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

139 - Processo: 0010988-29.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TAMBA AUTO POSTO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

140 - Processo: 0008482-51.2014.4.02.0000 AG
02.19.07 - Títulos de crédito - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
AGVTE: JOSE CANDIDO PIMENTEL DUARTE
ADVOGADO: JOSE ROBERTO DE CASTRO NEVES
AGVDO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: BRUNO MACHADO EIRAS
Observação da DIDRA: Despacho fl 1539/1768
INCID: 2017.7404.001467-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: JOSE CANDIDO PIMENTEL DUARTE

141 - Processo: 0001371-39.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.04 - Estabilidade - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: VINICIUS SERGIO DE OLIVEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

142 - Processo: 0006787-85.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.01.04 - Desconto em folha de pagamento - Adimplemento e extinção - Obrigações - Civil
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: MARIA JOAQUINA BERNADO
ADVOGADO: EDGAR JESUS COSTA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA

143 - Processo: 0100798-49.2015.4.02.0000 AC (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: HELENO NAZARETH DE MELLO
ADVOGADO: MARCILIA MELLO DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: AUTUADO EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO DO EXMO. DES. FED. GUILHERME DIEFENTHALER

144 - Processo: 0052472-18.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APDO: CELEIDA BENINCASA DA ROCHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

145 - Processo: 0010541-69.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ARNALDO BARRETO DE SOUZA
ADVOGADO: LOURENCO BERNARDINO DE SENNA
ADVOGADO: MARCO ANTONIO DA VEIGA SENNA

146 - Processo: 0033674-02.2016.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
03.11.24 - Juros/Correção Monetária - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
ADVOGADO: MARIANA RAMOS SENA DOS SANTOS

APDO: DÊNIS DE TOLEDO RIBAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

147 - Processo: 0002024-59.2010.4.02.5108 AC (Processo Eletrônico)
02.16.04.03 - Condomínio em edifício - Propriedade - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RAFAEL VIEIRA DE BARROS
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
ADVOGADO: LIGIA BONILHA
ADVOGADO: MAURICIO DE CHATEAUBRIAND LUSTOSA BORGES PEREIRA
APDO: CONDOMINIO CACILDA PEREIRA
ADVOGADO: JUAN IGNACIO CAMPOS LOPEZ

148 - Processo: 0109219-76.2014.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.03.03 - Multas e Sanções - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: NACIONAL AGÊNCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA-ME
ADVOGADO: VALERIA VILLELA BORNICKEL
Observação da DIDRA: INICIAL ENVIADA PELA WEB

149 - Processo: 0015392-68.2010.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
ADVOGADO: EVANDRO DE CASTRO BASTOS
APDO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: Frederico Guilherme P. V. Geiss

150 - Processo: 0001307-36.2013.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: LOJAS CEM S/A
ADVOGADO: EUGENIO JOSE FERNANDES DE CASTRO
APDO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

151 - Processo: 0042640-29.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.07 - Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.08 - Registro Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN-RJ
ADVOGADO: CAROLINA CARVALHO EFFGEN
APDO: COSME VITOR DA ROCHA RUFINO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 26ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

152 - Processo: 0005264-81.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: MARIO EMILIO COUTINHO SARLO
ADVOGADO: FRANCISCO G.M. APOLONIO COMETTI

ADVOGADO: GIOVANA DE AZEVEDO FIDALGO LEAL
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

153 - Processo: 0042766-79.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.14.10 - Habilitação/Registro Cadastral/Julgamento/Homologação - Licitações e Contratos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: BAXTER HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO: EDINEIA SANTOS DIAS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Observação da DIDRA: ORIUNDO DA 9ª VARA DA FAZENDA PUBLICA/RJ - PROC. 0103684-03.2010.8.19.0001

154 - Processo: 0106824-66.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.07 - Quintos/Décimos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: ADRIANO LOPES ALMEIDA TEIXEIRA
APTE: LUIZ HENRIQUE CANDIDO DA SILVA
APTE: ROBERTO RODRIGUES ROSA
ADVOGADO: LUIS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: PETWEB

155 - Processo: 0002215-48.2012.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: ADRIANA GOMES SOBRAL
ADVOGADO: ALESSANDRA CHRISTINA DE MACEDO
APDO: CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
ADVOGADO: SILVIA HELENA GOMES PIVA
ADVOGADO: MAURICIO BELLUCCI
ADVOGADO: SUSETE GOMES BARNÉ
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
ADVOGADO: SANDRO MACHADO DOS REIS

156 - Processo: 0015910-44.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.06 - Ressarcimento ao SUS - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A
ADVOGADO: MARCIO ALEXANDRE MALFATTI
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

157 - Processo: 0001306-51.2013.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: LOJAS CEM S/A
ADVOGADO: EUGENIO JOSE FERNANDES DE CASTRO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

APDO: OS MESMOS

158 - Processo: 0005480-96.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ALCIDES DA PAIXAO BARCELOS
APDO: CARLOS LUIZ BARCELOS
APDO: JOSE NILSON BARCELOS
APDO: SONIA BARCELOS
APDO: VALDOLINO BARCELOS
ADVOGADO: HILDENE JOSE DE ARAUJO FERREIRA

159 - Processo: 0005536-32.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.08 - Ex-combatentes- Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: MARIA DE LOURDES ALVES DE ANDRADE
ADVOGADO: BIANCA MESSIAS MENDES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

160 - Processo: 0045570-78.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOSE EDUARDO DE PAULA OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO: MAURICIO DE BIASI SILVA
REMETENTE: Juízo da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 26VF/RJ

161 - Processo: 0001575-60.2012.4.02.5002 AC (Processo Eletrônico)
03.03.13.01 - Taxa Anual por Hectare - Taxas Federais- Taxas - Tributário
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: RIMALDO FACINI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Julgado

162 - Processo: 0000617-68.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.01.09 - Derivados de Petróleo/postos de combustíveis/ comercialização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA
ADVOGADO: FELIPE SOARES OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 26º VARA FADERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

163 - Processo: 0014003-05.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: HUMBERTO CARVALHO

ADVOGADO: HUMBERTO CARVALHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

164 - Processo: 0001427-49.2013.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UBIRACI RAIMUNDO BARBOSA LIMA
ADVOGADO: AUGUSTO CESAR QUINTELA DE AZEREDO BASTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

165 - Processo: 0002476-60.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: DELCI PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA
ADVOGADO: AQUILES DE AZEVEDO
ADVOGADO: AMANDDA ASSIS BORTOLIN
ADVOGADO: FILIPE TAVARES DE OLIVEIRA NEVES
APDO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CRF/ES
ADVOGADO: THIAGO COELHO SARAIVA

166 - Processo: 0003171-48.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.03.10.01 - Multas e demais Sanções - Infração Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: DIONISIO CORTELETTI
ADVOGADO: THIAGO NADER PASSOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

167 - Processo: 0022024-96.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03 - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
ADVOGADO: CARLOS HUMBERTO OLIVEIRA
APDO: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
ADVOGADO: MIRIAM AZEVEDO HERNANDEZ PEREZ
ADVOGADO: ALESSANDRO MEDEIROS DA COSTA BRUM

168 - Processo: 0005748-96.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFES
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
APDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO DO ESPIRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

169 - Processo: 0000615-98.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.09 - Derivados de Petróleo/postos de combustíveis/ comercialização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: RAIZEN COMBUSTIVEIS S/A
ADVOGADO: GUILHERME BARBOSA VINHAS
ADVOGADO: JOSE MAURO DE BARROS CARDOSO

APDO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

170 - Processo: 0022027-51.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.03 - Convênio Médico - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: CAIXA DE ASSISTENCIA A SAUDE - CABERJ
ADVOGADO: HELGA VAZ TEIXEIRA
ADVOGADO: ANA LUISA PAIVA MAQUIEIRA
ADVOGADO: JOSE MAURICIO PAIVA MAQUIEIRA
APDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

171 - Processo: 0005375-49.2012.4.02.5050 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: TUCURUÍ COMÉRCIO DE MADEIRAS E TRANPORTES LTDA ME
ADVOGADO: LILIANE SOUZA RODRIGUES LIBARDI
REMETENTE: JUÍZO DA 3° VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Observação da DIDRA: adequação de classe p/ redistribuição-decisão fl. 45.>Alteração nome parte polo passivo - decisão fl.49/50.>

172 - Processo: 0001547-04.2013.4.02.5117 REOAC (Processo Eletrônico)
01.03.01.12 - Estabelecimentos Comerciais/Industriais/garantia de funcionamento - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
P.AUTORA: CARVALHO E MUNIZ COM/ DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA
REPRES.: FERNANDO RIBEIRO CARVALHO
REPRES.: JOSÉ MAGALHÃES MUNIZ FILHO
ADVOGADO: CLARA MUNIZ GOMES
P.RÉ: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO/RJ

173 - Processo: 0007888-65.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA E CRUZ DE CARVALHO
APDO: SERGIO LUCIO DE OLIVEIRA E CRUZ
ADVOGADO: LUIZ AFONSO DA SILVA
ADVOGADO: THIAGO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA

174 - Processo: 0002478-30.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: DELCI PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA
ADVOGADO: AQUILES DE AZEVEDO
ADVOGADO: AMANDDA ASSIS BORTOLIN
ADVOGADO: FILIPE TAVARES DE OLIVEIRA NEVES
APDO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CRF/ES
ADVOGADO: THIAGO COELHO SARAIVA

175 - Processo: 0019672-68.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: GILMAR CARVALHO PEREIRA JUNIOR
ADVOGADO: NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA
ADVOGADO: CARLOS DA SILVA FONTES FILHO
APDO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

176 - Processo: 0049943-94.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.14.06 - Contratos - Licitações e Contratos - Administrativo
01.17.04 - Pagamento Atrasado/Correção Monetária - Contratos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: MUNICIPIO DE PATY DO ALFERES
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: CARLOS GUSTAVO PEREIRA BRAGA
ADVOGADO: CARLA LEITE SARDELLA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VERONICA TORRI
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO

177 - Processo: 0115525-07.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.01.01 - Documentos - Registros Públicos - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ARMANDO SALVADOR HURTADO RUIZ
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

178 - Processo: 0008592-44.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01.09 - Derivados de Petróleo/postos de combustíveis/ comercialização sem restrições - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.03.06 - Inquérito/Processo/Recurso Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: GILMAR CARVALHO PEREIRA JUNIOR
ADVOGADO: NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA
APDO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

179 - Processo: 0016662-46.1995.4.02.5101 AC
01.08.04.01 - Liquidação Extrajudicial de Sociedade - Banco Central do Brasil /Econômico/Financeiro - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCDOR: Procurador do Banco Central do Brasil
APDO: FINANCILAR - CIA/ DE CREDITO IMOBILIARIO
APDO: FINANCILAR-LUME CIA/ DE CREDITO IMOBILIARIO
ADVOGADO: RODRIGO DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI
P.RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIO QUARTIN PINTO

180 - Processo: 0516479-03.2004.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.15 - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: JOSE CORREA FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2016.6000.066573-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000223

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0019298-57.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.019298-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 10/02/2017 16:28
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: SONIA REGINA NABINGER DE ALMEIDA SENA
ADVOGADO: PATRICIA NABINGER DE ALMEIDA SENA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
Originário: 0019298-57.2010.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
SONIA REGINA NABINGER DE ALMEIDA SENA
ADVOGADO
:
PATRICIA NABINGER DE ALMEIDA SENA
APELADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
ORIGEM
:
08ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00192985720104025101)
DESPACHO
Diante do teor da certidão de fl. 171, itens I e II, intime-se a apelante para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual e recolher as custas recursais, sob pena de deserção.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 02 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0005547-66.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.005547-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/12/2014 12:42
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: JORGE DA SILVA LOPES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
ADVOGADO: PATRICIA FREYER
Originário: 0005547-66.2011.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
JORGE DA SILVA LOPES
ADVOGADO
:
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
GUSTAVO DAL BOSCO, PATRICIA FREYER
ORIGEM
:
27ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00055476620114025101)
DESPACHO
Retornem os autos à DIDRA para que providencie a retificação da autuação, tão logo seja efetivada a adaptação dos sistemas processuais, referida na informação de fl. 213.
Após, voltem-me conclusos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0019190-91.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.019190-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/05/2016 16:54
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: GUSTAVO ABREU LOBO DE ARAUJO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
Originário: 0019190-91.2011.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO
:
GUSTAVO ABREU LOBO DE ARAUJO
ADVOGADO
:
MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
ORIGEM
:
15ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00191909120114025101)
DESPACHO
Diante da concordância da parte autora com a proposta de parcelamento do débito (fls. 200 e 204), intimem-se as partes para que apresentem o respectivo termo de transação para homologação judicial.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 03 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0007850-19.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.007850-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/11/2016 12:18
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APELADO: ANTONIO GOMES DE ALMEIDA
ADVOGADO: IVAN MENEZES MARTINS
Originário: 0007850-19.2012.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APELADO
:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA
ADVOGADO
:
IVAN MENEZES MARTINS
ORIGEM
:
22ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00078501920124025101)
DESPACHO
Intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre os embargos de declaração de fls. 234/242.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000830-80.2013.4.02.5120 Número antigo: 2013.51.20.000830-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/04/2014 14:34
Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: LEANDRO DE ALMEIDA MORAIS
ADVOGADO: LUCIANO BORDIGNON RODRIGUES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
ADVOGADO: PATRICIA FREYER
Originário: 0000830-80.2013.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
LEANDRO DE ALMEIDA MORAIS
ADVOGADO
:
LUCIANO BORDIGNON RODRIGUES
APELADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
GUSTAVO DAL BOSCO, PATRICIA FREYER
ORIGEM
:
02ª Vara Federal de Nova Iguaçu (00008308020134025120)
DESPACHO
Retornem os autos à DIDRA para que providencie a retificação da autuação, tão logo seja efetivada a adaptação dos sistemas processuais, referida na informação de fl. 411.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0014829-60.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.014829-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/06/2015 15:38
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
ADVOGADO: PATRICIA FREYER
APELADO: WASHINGTON LUIS OLIVEIRA
ADVOGADO: FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA RODRIGUES
Originário: 0014829-60.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
GUSTAVO DAL BOSCO, PATRICIA FREYER
APELADO
:
WASHINGTON LUIS OLIVEIRA
ADVOGADO
:
FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA RODRIGUES
ORIGEM

:
02ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00148296020134025101)
DESPACHO
Retornem os autos à DIDRA para que providencie a retificação da autuação, tão logo seja efetivada a adaptação dos sistemas processuais, referida na informação de fl. 201.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0107910-63.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.107910-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/03/2017 12:08
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APELANTE: GUSTAVO HENRIQUE SANTOS PEREIRA
ADVOGADO: LEONARDO ROCHA DE ALMEIDA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0107910-63.2013.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR DA REPÚBLICA
APELANTE
:
GUSTAVO HENRIQUE SANTOS PEREIRA
ADVOGADO
:
LEONARDO ROCHA DE ALMEIDA
APELADOS
:
OS MESMOS
ADVOGADO
:
ORIGEM
:
07ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01079106320134025101)
DESPACHO
Diante do teor da certidão de fl. 2285, item II, b, intime-se o segundo apelante, GUSTAVO HENRIQUE SANTOS PEREIRA, para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas recursais sob pena de deserção.
Cumprida a referida exigência, dê-se vista ao Ministério Público Federal para, querendo, emitir seu judicioso parecer.
Publique-se e intime-se.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0184836-51.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.184836-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 29/04/2015 16:34
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: DENYS FREDERICO DO NASCIMENTO
APELANTE: MARIA DE FATIMA VIEIRA FARIAS
ADVOGADO: PAULO AFONSO ALVES DA SILVA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0184836-51.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
DENYS FREDERICO DO NASCIMENTO E OUTRO
ADVOGADO
:
PAULO AFONSO ALVES DA SILVA
APELADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
02ª Vara Federal de Duque de Caxias (01848365120144025101)
DESPACHO

Em que pese os termos da certidão de fl. 132, renove-se a intimação da parte autora para se manifestar acerca do despacho de fls. 127.

Após, voltem-me conclusos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0029334-85.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.029334-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 14/11/2016 17:16
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: HYCTANER THOMAZ DE BRIGGS
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0029334-85.2015.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
HYCTANER THOMAZ DE BRIGGS
ADVOGADO
:
JULIANO BIZZO NETTO
APELADO
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO

ORIGEM
:
05ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00293348520154025101)
DECISÃO
Tendo em vista os termos da petição de fl. 232, esclareça o seu subscritor se houve o falecimento da parte autora, ora apelante, providenciando, em caso positivo, a juntada da respectiva certidão.
Publique-se e intime-se.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0038204-28.2016.4.02.5120 Número antigo: 2016.51.20.038204-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/05/2016 14:36
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: ALYSSON PEREIRA GONHI MOREIRA
AUTOR: SERGIO NEVES MOREIRA
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
ADVOGADO: PATRICIA FREYER
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0038204-28.2016.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
ALYSSON PEREIRA GONHI MOREIRA E OUTRO
ADVOGADO
:
GUSTAVO DAL BOSCO, PATRICIA FREYER
APELADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Nova Iguaçu (00382042820164025120)
DESPACHO
Retornem os autos à DIDRA para que providencie a retificação da autuação, tão logo seja efetivada a adaptação dos sistemas processuais, referida na informação de fl. 53.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0003350-42.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003350-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/03/2016 00:01
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: NELSON ALVES CARVALHOSA
ADVOGADO: ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0026834-12.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: NELSON ALVES CARVALHOSA
ADVOGADO: ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ORIGINÁRIO: 1A VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2016.51.01.026834-5)
D E C I S Ã O

Consoante informação obtida através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2017/01439, datado de 23 de fevereiro de 2017, encaminhado a esta relatoria, oriundo do Juízo da Primeira Vara Federal do Rio de Janeiro, verifica-se que foi prolatada sentença na ação principal (Processo nº 2016.51.01.026834-5).

Em casos tais, o Eg. STJ já deixou assentado que deve ser decretada a perda de objeto do recurso de Agravo de Instrumento, interposto contra decisão interlocutória, a qual foi substituída por sentença prolatada de forma superveniente pelo Juízo a quo. É ler:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POPULAR. SENTENÇA PROLATADA. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO.

1. A substituição da decisão interlocutória pela sentença é imediata, ocorrendo no exato momento em que se torna pública, circunstância que remete o debate para o julgamento do acórdão proferido em apelação.

2. A prolação da sentença extintiva da ação popular, ao fundamento de falta de interesse de agir, conduz à prejudicialidade do recurso, que possuía exatamente este fundamento como objeto, ante a ausência de interesse processual.

3. A perda do objeto do recurso pode ser decretada de ofício pelo julgador, não havendo de se falar em ofensa ao princípio do contraditório.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no Ag 1277870/MS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2011, DJe 23/08/2011)

Essa Egrégia Corte Regional Federal, tem entendimento no mesmo sentido. A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE ANUIDADES DE CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. SENTENÇA EXTINTIVA NO PROCESSO ORIGINÁRIO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO. 1. O Juízo a quo, por meio do ofício nº RJ-OFI-2011/06388, comunicou a prolação de sentença na ação objeto do presente recurso, a qual extinguiu o processo, sem resolução do mérito. 2. A superveniente prolação de sentença terminativa, antes do julgamento do mérito do agravo de instrumento, redunda na perda da utilidade do recurso, esvaziando o seu objeto, uma vez que o seu julgamento não mais produzirá repercussão no processo originário. (Precedente: TRF 5ª REGIÃO. AG 101895; DJE de 24/02/2010; rel. Desembargadora Federal Danielle de Andrade e Silva Cavalcanti) 2. Assim, considerando-se o teor da sentença proferida, resta configurada a perda de objeto do presente recurso. 4.Recurso prejudicado."

(Ag de Instrumento 201102010036549, Rel. Des. Fed. JOSÉ FERREIRA NEVES NETO, Terceira Turma Especializada, julgado em 21/06/2011, DJe 16/08/2011)

Por tais fundamentos, JULGO PREJUDICADO o presente Agravo de Instrumento, por perda do objeto, na forma do art. 44, § 1º, I, do Regimento Interno desta Egrégia Corte.

Publique-se. Intime-se.

Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

26 - 0011985-12.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011985-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2016 14:05
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ALOYSIO DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO: LUIS FERNANDO SCHERMA REIS
ADVOGADO: LUIS FILIPE FERRANTE VIEIRA SCHERMA REIS
Originário: 0122538-52.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
AGRAVADO: ALOYSIO DA SILVEIRA REIS
JUÍZO ORIGEM: 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01225385220164025101)
D E S P A C H O

Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária (Agravado) acerca dos Embargos de Declaração opostos pela União com pedido de aplicação de efeito modificativo.

Nesse sentido, in verbis:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."

(STF, Primeira Turma, RE 384031/AL, Relator: Ministro Sepúlveda Pertence, DJ: 06/04/2004, unânime)

Intime-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/T212129

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0001268-04.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001268-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2017 18:52
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA SOARES
AGRAVANTE: DILMA ALVES SOARES
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
AGRAVADO: BANERJ - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: GESTORA DE RECEBÍVEIS TETTO HABITAÇÃO S/A
ADVOGADO: JOSE CARLOS RODRIGUES ROSA
Originário: 0015100-35.2014.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA SOARES
AGRAVANTE: DILMA ALVES SOARES
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
AGRAVADO: BANERJ - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - EM
LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: GESTORA DE RECEBÍVEIS TETTO HABITAÇÃO S/A
ADVOGADO: JOSE CARLOS RODRIGUES ROSA
ORIGINÁRIO: 7A VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2014.51.01.015100-7)
D E S P A C H O

Em observância ao princípio constitucional do contraditório e tendo em vista o que estabelece o artigo 1.023, §2º, do CPC/2015, intimem-se os agravados, ora embargados, para, querendo, manifestarem-se sobre os embargos de declaração manejados às fls. 90/95.

Após, voltem-me conclusos para julgamento dos embargos declaratórios.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0001328-74.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001328-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 20/02/2017 13:59

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: SEMIU SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E INTERNAÇÕES DE URGÊNCIA LTDA.

ADVOGADO: ROBERTA MARTINS ALVES GUIMARAES

AGRAVADO: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA

ADVOGADO: HERALDO MOTTA PACCA

AGRAVADO: HOSPITAL DE CLINICAS INFANTIL LTDA

ADVOGADO: LEONARDO RIBEIRO PESSOA

Originário: 0017338-52.1999.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: SEMIU SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E INTERNAÇÕES DE URGÊNCIA LTDA.

ADVOGADO: ROBERTA MARTINS ALVES GUIMARAES

AGRAVADO: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA

ADVOGADO: HERALDO MOTTA PACCA

AGRAVADO: HOSPITAL DE CLINICAS INFANTIL LTDA

ADVOGADO: LEONARDO RIBEIRO PESSOA

ORIGINÁRIO: 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (99.0017338-4)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, em sede de cumprimento de sentença, reconhecendo a "inexequibilidade da decisão do E. TRF2, diante da ausência de manifestação da União, há mais de quatro anos, quanto à correta identificação dos valores indicados no ofício de fls. 1283", esclareceu ter restado "superada a questão da compensação, que retarda o deslinde desta causa, que tramita neste Juízo desde 1999", determinando "sejam oficiados os MM. Juízos que requereram penhoras no rosto dos presentes autos, para que confirmem o interesse no numerário disponibilizado aos autores, assinalando-se prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para resposta".

Por meio do presente recurso, aduz a agravante, em apertadas linhas, que "trata-se de execução de título judicial, no qual restou consignado o direito das ora agravadas ao recebimento de valores atinentes às diferenças decorrentes da conversão das tabelas de preços do Sistema Único de Saúde – SUS, quando da implantação do Plano Real. Sendo assim, foram expedidas ordens de pagamento em favor das beneficiárias, correspondentes aos seguintes precatórios: PRC20105986, PRC20105987 e PRC201059. Em seguida, foram formulados pelas partes requerimentos de compensação dos débitos fiscais consolidados com o crédito decorrente dos precatórios em comento, conforme se verifica do teor das petições de fls. 1277/1280 e 1293/1351. Neste contexto, a decisão de fls. 1352/1355 entendeu pela impossibilidade de se operar a compensação pretendida, sob os fundamentos de que a sistemática introduzida pela Emenda Constitucional nº 62/2009 não atinge precatórios expedidos antes de iniciada a sua vigência e de que deveria prevalecer o princípio constitucional da segurança jurídica. Contra esta decisão a União se insurgiu por meio do agravo de instrumento acostado às fls. 1404/1419, tendo esse Eg. Tribunal dado provimento ao recurso para determinar o abatimento nos valores requeridos pela União, conforme peças trasladadas às fls. 1454/1457 e fls. 1664/1672. Diante do trânsito em julgado do Acórdão que determinou a compensação, foram iniciados os trabalhos para identificação dos créditos a serem abatidos, tendo a União diligentemente oficiado várias vezes à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Receita Federal, sendo que concomitantemente a parte autora vinha requerendo com insistência ao Juízo a quo o levantamento dos precatórios depositados, o que era indeferido prontamente pelo Juízo primevo diante de várias determinações de penhora no rosto dos autos e das medidas tendentes à ultimação da compensação nos termos assegurados pelo E. TRF-2ª Região, a exemplo da decisão de fls. 1889, in fine. Por meio da decisão de fls. 2115, restaram decididas questões

aduzidas nos embargos declaratórios interpostos por SEMIU SERVIÇO MÉDICO, às fls. 1913/1916, bem como foi determinada a instauração de concurso de credores, ao que a União atravessou a petição de fls. 2132/2133 requerendo que a realização do concurso se desse após decotados dos precatórios depositados os valores apresentados por meio da petição de União e documentos de fl.1919/2101, a fim de que não restasse prejudicado o quanto decidido pelo TRF – 2ª Região no Agravo de Instrumento que assegurou a compensação dos débitos pretendida pela União, conforme decisão transitada em julgado em 18/10/13 (1664/1672). No entanto, de modo inesperado, o douto Juízo a quo proferiu a decisão de fls. 2140/2142 reconhecendo a inexequibilidade do acórdão do E. TRF2, que determinou a compensação dos valores requeridos pela União, diante da suposta ausência de manifestação do ente federal, há mais de quatro anos, quanto à correta identificação dos valores indicados no ofício de fls. 1283, bem como, ainda, pela constatação de que tais débitos, em razão do transcurso de prazo, por certo hoje se encontrariam inscritos em Dívida Ativa e cobrados em execução fiscal. Contra tal decisão se interpõe o presente agravo de instrumento. Por outro lado, diante de omissões e contradições de tal decisão, foram opostos pela União embargos declaratórios de fls.2163/2168, com efeitos infringentes, para que sejam reservados e excluídos do concurso de credores os valores constantes das petições de fls. 1277/1280, 1293/1351 e petição de União e documentos de fl.1919/2101, cuja compensação foi determinada pelo Tribunal, bem como fossem apensados aos autos de origem o agravo de instrumento nº 2011.02.01.012276-4, diante da referência no acórdão de páginas de numeração própria dos autos do referido recurso. A decisão de fls. 2180/2181 negou provimento aos embargos declaratórios, sem, no entanto, apreciar o pedido de apensamento do agravo de instrumento, o que ensejou novos aclaratórios às fls. 2201/2204, novamente rejeitado conforme decisão de fls. 2213, da qual foi a União intimada por meio do termo de remessa de fls. 2215, verso. Deste modo, não resta alternativa senão recorrer a esse Eg. Tribunal para obter a revisão da decisão agravada", argumentando que "a negativa quanto ao pedido de que sejam apensados aos autos de origem o agravo de instrumento nº 2011.02.01.012276-4, onde foi deferida a compensação, cerceia o direito de defesa da União por ser providência reputada necessária para que o ente federal possa exercer plenamente seu contraditório e possa facilitar a identificação dos valores a serem compensados e dar efetividade ao quanto decidido por essa Corte, diante da referência no respectivo acórdão de páginas de numeração própria dos autos do agravo, que irão permitir a delimitação precisa do seu alcance", e que "a negativa de efetivação do abatimento é totalmente contrária ao objetivo almejado pelo acórdão regional de afastar a insegurança jurídica das relações creditícias nas quais a Fazenda Pública esteja envolvida", defendendo, ainda, que "a decisão agravada assevera que o E. TRF da 2ª Região proferiu decisão definitiva a fim de reconhecer a compensação dos valores requeridos pela União às fls. 1277/1280, para depois negar o exercício desse legítimo direito reconhecido por acórdão transitado em julgado, em que restou consignado que os autores aquiesceram de forma expressa, o que se revela incoerente e limitador. A análise mais detida da questão definitivamente afasta qualquer possibilidade de delimitação nos moldes pretendidos pela decisão agravada, devendo os esforços ser direcionados para uma compensação de débitos mais ampla que aquela defendida pelo Juízo primevo. Primeiramente porque a decisão recorrida delimitou a compensação aos valores apontados na petição de fls. 1277/1280, não observando que, na referida petição (fls. 1279), em pese ter apontado os valores que detinha na ocasião, a UNIÃO expressamente ressalvou que 'há outros valores que não pode precisar no momento tendo em vista a adesão ao parcelamento cuja consolidação ainda não está concluída', bem como ressaltou que 'tão logo a União obtenha novas informações a respeito das dívidas que não ostentam essas características se manifestará em juízo para fins de compensação com novas parcelas'. De sua parte, mais adiante nos autos, as autoras, trazendo às fls. 1293/1351 valores consolidados de seus débitos em montantes muitos maiores que aqueles informados à fl. 1279, concordam com a compensação e autorizam a expedição de alvará com o devido abatimento, o que reforça a tese de que a compensação deferida pelo Tribunal não deve se limitar apenas ao valor literal apresentado na referida petição da União, até mesmo por que, no provido agravo interposto pela União contra a decisão do Juízo a quo que indeferiu a compensação foi expressamente pedido o abatimento e contemplado o 'altíssimo valor dos débitos apresentados pelas agravadas, de aproximadamente R$2.000.000,00' (vide fls. 1414), o que é bem maior do que aqueles valores apresentados à fl. 1279, referindo-se àqueles mencionados na petição de concordância dos autores de fls. 1293/1351. Além disso no corpo da fundamentação do agravo (fl. 1411) foi expressamente registrado que as autoras, então recorridas, deixaram clara a sua pretensão de compensar os respectivos débitos e créditos envolvidos, conforme petição de fls. 1277/1280 e 1293/1351, tendo sido proferido, dentro desse espírito e contexto, o acórdão do TRF – 2ª Região de fls. 1453/1453, que deu provimento irrestrito ao agravo da União para 'determinar o abatimento dos valores requeridos às fls. 157/160', tendo o voto de fls. 1459 reconhecido que "não cabe ao juiz impedir o abatimento expressamente consentido pelas agravadas (fls. 173/174 e 195). Portanto, a despeito da discordância União quanto à decisão de Juízo que concluiu que, em nenhuma de suas manifestações conseguiu o ente federal atender satisfatoriamente à determinação judicial para viabilizar a compensação, faz-se necessário sejam apensados aos presentes autos os autos do agravo de instrumento para se identificarem precisamente as páginas que integraram o recurso e as mencionadas no acórdão, viabilizando, assim, seu perfeito cumprimento e alcance, inclusive para comprovar a incorreta ilação da decisão agravada de fls. 2140/2142 de que a compensação se referiria apenas aos débitos noticiados no ofício de fls. 1283. Conforme dito anteriormente,

os débitos noticiados no referido ofício não são os únicos que deverão ser compensados, mas todos aqueles com as quais concordaram as autoras e que foram contempladas na decisão transitada em julgado, dentro do espírito do que restou decidido. Por outro lado, foi ressaltado na decisão embargada que 'referidos valores vieram aos autos desacompanhados de quaisquer informações, não se sabendo a que tributos se referiam, quais os períodos de apuração, as datas dos fatos geradores', e que a única certeza é de que se tratariam de débitos em cobrança relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, ou seja, não abrangeriam créditos tributários já inscritos em Dívida Ativa e cobrados pela PGFN, apontando-se a informação contida no ofício de fls. 1283, datado de 01 de agosto de 2011, que instrui a manifestação de fls. 1277/1280", defendendo que discorda "da decisão agravada quando afirma que a 'não realização da compensação não causará qualquer prejuízo à UNIÃO, pois os valores devidos aos autores serão disponibilizados aos MM. Juízos que requereram penhoras no rosto dos presentes autos'. Ora, não há como se afirmar tal ilação, eis que não há informação nos autos de que os débitos cuja compensação foi determinada estejam sendo cobrados em uma das execuções que resultaram penhora no rosto dos presentes autos, resultando daí um potencial risco de que os débitos não sejam devidamente compensados no precatório a ser levantado, mormente diante do concurso de credores anunciado. Assim, risco também ocorrerá de que a decisão do Tribunal que determinou a compensação reste desatendida, caso se realize o concurso de credores, sem que antes sejam decotados dos precatórios depositados os valores apresentados por meio da petição de União e documentos de fl.1919/2101 e das petições de fls. 1277/1280 e 1293/1351, mormente diante da existência de créditos habilitados no concurso de credores de titularidade diversa da União, que eventualmente possam ter preferência e/ou prelação em relação aos valores a serem compensados", requerendo, ao final, a antecipação dos efeitos da tutela recursal, "a fim de determinar a suspensão do concurso de credores e a destinação de qualquer quantia depositada nos autos originários a Juízos diversos das execuções promovidas pela União e Fazenda Nacional até que sejam perfeitamente identificados e decotados os valores cuja compensação foi determinada pelo Tribunal, devendo, para tanto ser determinado o apensamento dos autos do agravo de instrumento nº 2011.02.01.012276-4, aos autos de origem", bem como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, para que "seja cassada a decisão recorrida, afastando a inexequibilidade do acórdão do TRF-2ª Região reconhecida pelo Juízo primevo, para determinar que os valores a serem compensados sejam destacados dos precatórios depositados e convertidos em renda da União, antes mesmo do concurso de credores determinado e sem submissão a ele, determinando-se ainda o apensamento do autos agravo de instrumento nº 2011.02.01.012276-4, aos autos de origem para viabilizar a melhor identificação do débito a ser compensado".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Neste plano de cognição superficial, em que pese a decisão proferida pelo Juízo a quo, entendo que, in casu, merece acolhida a argumentação apresentada pela parte agravante em razões recursais, ao menos neste momento.

Diante da documentação que instrui o presente recurso, infere-se que, nos autos do agravo de instrumento n.º 2011.02.01.012276-4, a Egrégia Sétima Turma Especializada, em julgamento ocorrido em 18 de abril de 2012, à unanimidade de votos, entendeu por bem, que "no caso vertente, a questão da compensabilidade entre os créditos decorrentes do Precatório objeto da demanda e os débitos da União Federal/Fazenda encontra-se superada, na medida em que não houve impugnação pelas agravadas, conforme art. 31, e parágrafos da Lei nº 12.431/2011", tendo concluído que não caberia "ao juiz impedir o abatimento expressamente consentido pelas agravadas (fls. 173/174 e 195)" (fls. 360/361).

Ressalte-se que, a partir de consulta ao sítio eletrônico deste Eg. Tribunal Regional Federal da Segunda Região, infere-se que o julgado mencionado nas linhas acima transitou em julgado no dia 18/10/2013.

Logo, não obstante a fundamentação externada no decisum agravado, tendo em vista a iminente disponibilização do numerário envolvido, diante de eventual interesse por parte dos "Juízos que requereram penhoras no rosto dos presentes autora", revela-se prudente, ao menos em um exame perfunctório do caso concreto, o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela recursal, consoante requerido pela ora agravante.

Assim sendo, no caso concreto, em função das peculiaridades ressaltadas nas linhas acima, e por força do que restou transitado em julgado, nos autos do agravo de instrumento n.º 2011.02.01.012276-4, por ora, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, ad cautelam, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL, até ulterior apreciação do agravo pela colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal, a fim de determinar a suspensão do concurso de credores e a destinação de qualquer quantia depositada nos autos de origem a Juízos diversos das execuções promovidas pela União e pela Fazenda Nacional, até que sejam identificados os valores cuja compensação restou confirmada por este Eg. TRF-2ª Região, consoante julgamento realizado nos autos do recurso de agravo de instrumento n.º 2011.02.01.012276-4.

Comunique-se, com a urgência que o caso requer, ao juízo agravado.

Após, intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC.

Posteriormente, ao MPF, a fim de que, se assim desejar, atue no feito como custus legis, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0001992-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001992-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 10:06

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: SIMONE PONCIO DA SILVA

ADVOGADO: DIOGO ROBERTO DOMINGUES

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO

Originário: 0009378-15.2017.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE

:

SIMONE PONCIO DA SILVA

ADVOGADO

:

DIOGO ROBERTO DOMINGUES

AGRAVADO

:

CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO

:

RENATA COSTA SILVA BRANDAO

ORIGEM

30ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00093781520174025101)

Despacho

I - Considerando o teor da segunda parte da certidão de fls. 20, intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), oportunidade em que deverá trazer aos autos o devido instrumento de procuração outorgado ao seu advogado.

II - Certificado o resultado da intimação, com ou sem contrarrazões, colha-se a manifestação do Ministério Público Federal (art. 1.019, III, do NCPC/2015).

III - A seguir, voltem os autos conclusos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0002069-17.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002069-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 18:49

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A. – CONCEBRA

AGRAVANTE: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

ADVOGADO: FLAVIO RIBEIRO BETTEGA

ADVOGADO: FERNANDO HENRIQUE CORREIA CURI

AGRAVADO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0012434-56.2017.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A. – CONCEBRA
AGRAVANTE: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
ADVOGADO: FLAVIO RIBEIRO BETTEGA
ADVOGADO: FERNANDO HENRIQUE CORREIA CURI
AGRAVADO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
ORIGINÁRIO: 24A VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2017.51.01.012434-0)
D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A. - CONCEBRA e TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado na petição exordial.

A hipótese é de ação de rito ordinário ajuizada pelas agravantes, em face do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, e da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, objetivando, em síntese, a concessão de "tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 do CPC", a fim de que seja determinada "a suspensão do vencimento da dívida materializada pelo Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0495.1 e todos os seus consectários (v.g., penalidades, vencimento cruzado de outros contratos, inscrição em cadastros de restrição de crédito), até que (i) o BNDES conceda à CONCEBRA o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes", e que seja confirmada, por sentença, a "tutela provisória de urgência consistente na suspensão da obrigatoriedade de entrega do Planejamento Anual de Concessão Ano 2017/2018 (Ano 2), assim como das respectivas obrigações de investimento constantes da Frente de Ampliação e Melhorias e de quaisquer penalidades provocadas pela inércia, até que (i) o BNDES conceda à CONCEBRA o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes", bem como que seja julgado procedente o pedido, "para reequilibrar financeiramente o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0495.1, condenando o BNDES a suportar a extensão de seu prazo de pagamento para 25 anos, com a aplicação de carência de 5 anos, e a incidência de TJLP, vigente à época da licitação, acrescida de 2% ao ano", conforme se depreende da peça inicial (cópia às fls. 50/92).

Por meio do presente recurso, aduzem as agravantes, em apertadas linhas, que "a ação originária pretende suspender, por meio de tutela urgente, a exigibilidade de divida contraída pela primeira Agravante, CONCEBRA, com o Agravado BNDES, vencida em 15.12.2016, e que conta com garantia fidejussória da segunda Agravante, TPI. Os valores são significativos. Somente o principal da divida chega perto de R$ 500.000.000,00. Já há notícia de ajuizamento da execução, embora as Agravantes não tenham sido ainda citadas", e que "têm convicção que a dívida é inexigível. Trata-se de um EMPRÉSTIMO-PONTE, cujo pagamento de uma só vez, tal como agora o BNDES pretende exigir, somente seria viável com recursos de um financiamento de longo prazo (itens 27 a 29). A propósito, além de ter constituído condição de contorno essencial da licitação que resultou na concessão da CONCEBRA, o financiamento de longo prazo chegou a ser aprovado pela diretoria do BNDES ainda em fevereiro de 2016 e a promessa de sua concessão objeto de diversos atos e representações (itens 30 a 34/71 a 79). Não obstante, não houve sua celebração tempestiva, do que resultou a impossibilidade do pagamento do débito do EMPRÉSTIMO-PONTE no seu vencimento, em 15.12.16 – isso apesar de 5 (cinco) prorrogações pactuadas anteriormente, o que não deixa de revelar a percepção do banco em relação a impossibilidade de pagamento deste débito em uma só parcela. Coligada com o pacote de financiamento figura a própria concessão de que é titular a Agravante CONCEBRA. A inviabilidade do acesso da concessionária ao pacote financeiro prometido pelo Poder Público ao tempo da licitação desvirtua toda a economia do CONTRATO DE CONCESSÃO (fls. 185/258). Por derivação, ao menos enquanto perdurar a negativa do BNDES de formalizar o empréstimo de longo prazo ou de postergar o vencimento do EMPRÉSTIMO-PONTE na forma requerida na inicial, a CONCEBRA deve ser exonerada das obrigações de investir em obras de ampliação de capacidade e melhorias até que a questão financeira se viabilize. Vai daí o pedido formulado em face da Agravada ANTT", sustentando que "desde 31.01.14, quando celebrou com a União, por intermédio da ANTT, o CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCEBRA administra extensa malha rodoviária que corta 3 (três) unidades da federação (MG, GO e DF) e

47 (quarenta e sete) municípios. O lote concessionado é muito extenso, compreendendo 1.176,5 kms entre Brasília e Betim-MG, o que por si só revela sua magnitude e importância estratégica. A licitação que culminou na outorga da concessão a CONCEBRA está inserida no contexto da 3a Etapa de Concessões de Rodovias Federais, que por sua vez é uma das iniciativas integrantes do Programa de Investimento em Logística ("PIL")", discorrendo sobre o referido PIL, argumentando que "como instrumento fundamental para viabilizar o PIL, contemporaneamente a convocação da licitação, um pool formado por bancos públicos — capitaneado pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL ("BNDES") e integrado também por BANCO DO BRASIL ("BB") e CAIXA ECONOMICA FEDERAL ("CEF") — assumiu de forma pública o compromisso de desempenhar o papel de principal fomentador dos investimentos em projetos de infraestrutura integrantes do referido programa. Com efeito, os bancos manifestaram, conjunta e formalmente, o seu "apoio aos investimentos relacionados aos projetos dos futuros concessionários", por meio de carta enviada a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em 04.09.13 (fls. 108/110)", e que "Vencida a licitação, e constituída a CONCEBRA como sociedade de propósito específico para desenvolver o projeto, está deu início aos trâmites para a obtenção dos financiamentos prometidos pelos bancos públicos. Com efeito, em 23.01.14, a CONCEBRA pleiteou ao BNDES empréstimo de longo prazo no valor total de R$ 3.605.717.480,00 correspondentes a cerca de 70% dos investimentos financiáveis pelo banco para aquela linha de crédito. Na mesma carta, a CONCEBRA solicitou financiamento de curto prazo, no valor de R$ 1.081.715.244 (fls. 262/294). O BNDES deu prosseguimento ao pedido e, em 01.04.14, menos de três meses depois, enquadrou o empreendimento na modalidade project finance direto, para analisar a viabilidade de apoio financeiro, acenando com a possibilidade de mutuar R$ 3.541.691.000,00 (fls. 297). Em 15.07.14, a CONCEBRA e o BNDES celebraram o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 14.2.0495.1, formalizando o empréstimo-ponte, no valor de RS 1.060.242.000,00 (o "CONTRATO DE FINANCIAMENTO" ou "EMPRÉSTIMO-PONTE", fls. 299/318). A liberação destes recursos ocorreria em seis subcréditos e os aportes se destinariam a realização dos investimentos previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO. O pagamento do empréstimo deveria ocorrer no prazo de 18 meses, mais precisamente em 15.01.16 (Cláusula Sexta do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, fl. 304). O EMPRÉSTIMO-PONTE foi aparelhado com as seguintes garantias: (i) fiança da Agravante TPI; (ii) fiança bancária de emissão do Banco do Brasil, limitada ao valor de R$ 100.000.000,00; e (iii) fiança bancária do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., limitada ao valor de R$ 60.000.000,00. As fianças bancárias, por sua vez, estão contragarantidas pela cessão fiduciária das ações de emissão da CONCEBRA de propriedade da TPI, assim como dos direitos emergentes da concessão, inclusive e sobretudo o fluxo de receitas de pedágio. A despeito de uma série de contratempos que impediram a liberação tempestiva e integral dos sub-créditos integrantes do EMPRÉSTIMO-PONTE – os valores liberados pelo BNDES somaram R$ 498.000.000,00 –, a CONCEBRA seguiu desempenhando com estrito rigor todas as obrigações derivadas do CONTRATO DE CONCESSÃO, com destaque para a assunção de operação e prestação de serviços de apoio ao usuário e, sobretudo, os significativos investimentos. Prova disso foi a autorização, em 11 de junho de 2015, para início de cobrança de pedágio na malha concessionada (fls. 417/429), o que estava subordinado à prévia recuperação do trecho e à realização de relevantes ampliações de capacidade e melhorias, com destaque para a duplicação de 68 Km de rodovias. Este propósito somente foi verificado em razão do comprometimento da CONCEBRA e de sua controladora, a segunda Agravante TPI. Além de viabilizarem a captação de outros recursos mediante financiamentos de curto prazo no setor bancário privado, a TPI aportou na CONCEBRA capital próprio da ordem de R$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), como se infere das demonstrações financeiras da concessionária (fls. 382/415, em particular fls. 403). Os mesmos documentos contábeis revelam que houve investimentos na concessão da ordem de R$ 1.435.932.000,00. Este é o significado da conta denominada "intangível", que figura no ativo do balanço (confira-se a nota explicativa no 10 as DFs) (fls. 397/399)4. Ou seja, todos os recursos levantados pela CONCEBRA, entre capital próprio do controlador e capital de terceiros (dívida), além do caixa gerado no período, foram integralmente aplicados na operação e no financiamento dos investimentos previstos no programa de exploração da rodovia ("PER"), que integra o CONTRATO DE CONCESSÃO como Anexo 2", e que "paralelamente a realização dos investimentos iniciais e as tratativas inerentes aos desembolsos do EMPRÉSTIMO-PONTE, as partes avançavam nas negociações para a celebração do empréstimo de longo prazo, cujo desembolso da primeira parcela pelo financiador era fundamental à quitação do EMPRÉSTIMO-PONTE", bem como que "ao longo das negociações sobre a celebração do empréstimo de longo prazo, que se encontravam em nível bastante avançado, o vencimento do empréstimo ponte foi prorrogado por 4 vezes", "na primeira decisão, o BNDES autorizou um aporte da parcela mais substancial do financiamento, correspondente a R$ 2.516.850.000,00, que seria destinada diretamente a CONCEBRA. Na segunda decisão, o banco permitiu a liberação de R$ 1.071.000.000,00, também provenientes de seus fundos, mas cuja transferência a concessionária ocorreria via repasse de um pool de bancos públicos parceiros, composto por BB, CEF e BDMG. Em ambas as deliberações, a diretoria do BNDES aprovou os financiamentos e a minuta dos contratos a serem celebrados com as Agravantes. A concessão do empréstimo de longo prazo foi inclusive noticiada pelo Portal Brasil, veículo de imprensa do Governo Federal", e que "BNDES e CONCEBRA definiram, entre eles, o cenário para a liberação do financiamento de longo prazo, com o BNDES avocando para si a parcela originalmente atribuída a CEF e mantendo-se, quanto

aos demais bancos, praticamente a mesma participação aprovada por suas respectivas diretorias. As partes acordaram estes termos em reunião realizada em 12.09.16, no BNDES. No dia seguinte, a CEF manifestou de forma lacônica, sem a apresentação de qualquer mínimo fundamento, sua desistência em participar do financiamento do empréstimo de longo prazo (fls. 552). Como é possível constatar da missiva, a CEF limitou-se a alegar que "a operação não obteve aprovação na CAIXA". Diante da inesperada recusa, e de forma a pôr em prática o que haviam definido na reunião de 12.09.16, BNDES e CONCEBRA ainda dilataram, uma última vez, o vencimento do EMPRÉSTIMO-PONTE, então para 15.12.16, por meio do 5o aditivo ao contrato", narrando que "a situação efetivamente caminhava para um breve desfecho, até que uma coligada da CONCEBRA, a CONCER (também controlada pela TPI), teve negado o pedido de prorrogação do vencimento de um outro empréstimo de curto prazo, empregado no desenvolvimento do empreendimento rodoviário Nova Subida da Serra (intervenção prevista no PIL na BR-040, que liga o município do Rio de Janeiro a Juiz de Fora – MG). A partir daquele momento, o BNDES passou a condicionar a assinatura do contrato de financiamento de longo prazo com a CONCEBRA a prestação de garantias adicionais pela concessionária, sua controladora TPI e a CONCER, no âmbito do contrato de empréstimo-ponte celebrado por esta última. Com efeito, em nova reunião realizada em 20.10.16, cujo objetivo era solucionar o impasse, o BNDES passou a exigir da TPI e da CONCER as seguintes condições para permitir o refinanciamento da dívida desta, naquela altura na iminência de vencer, o que acabou ocorrendo em 15.11.16: (i) prestação de fiança corporativa pela TPI; (ii) prestação de fiança pelas pessoas físicas controladoras da TPI; e (iii) hipoteca de um imóvel localizado no Porto de Santos. Embora tais exigências tenham sido ostensivamente formuladas em conexão com o EMPRÉSTIMO-PONTE da CONCER, acabaram também por afetar, de forma oblíqua, a posição da Agravante CONCEBRA no que se refere ao acesso desta ao financiamento principal que lhe fora prometido posto que o banco, como ficaria claro ato contínuo, posicionou-se no sentido de não conceder novos financiamentos em razão da existência de inadimplemento por parte de outra empresa integrante do mesmo grupo empresarial da Agravante", assim como que "diante da resistência do banco a celebração do contrato de longo prazo, asfixiadas financeiramente justamente por aquele de quem esperavam receber o necessário e prometido suporte econômico, as Agravantes passaram a negociar com o BNDES a reestruturação da dívida. O banco, porém, revelou-se intransigente, operando-se o vencimento do EMPRÉSTIMO-PONTE, em 15.12.16, diante da evidente impossibilidade de as Agravantes liquidarem a dívida por meio de um só pagamento bullet. No dia seguinte, o banco declarou abertamente que excutiria as garantias disponíveis a satisfação de seu crédito (fls. 586/587). Com efeito, em 02.01.17, o BNDES executou as fianças bancárias, no valor de R$ 200.668.423,15, prestadas por BB e BDMG, tendo também ajuizado a execução do débito remanescente", tecendo comentários a respeito da decisão agravada, sustentando que "estão, sim, devidamente caracterizadas a superveniência de fatos imprevisíveis que tornam imperativa a revisão dos termos pactuados no Empréstimo-Ponte", e que "a despeito de o BNDES não participar do CONTRATO DE CONCESSÃO (o que, aliás, as Agravantes não questionam), este contrato e o financiamento com o Agravado compõem autêntico monólito negocial, inserido em uma estrutura de project finance constituída com um objetivo comum, insuscetível de análise isolada", e que "busca-se a intervenção judicial revisora da relação jurídica exatamente porque as partes não chegaram a bom termo na negociação que iniciaram", bem como que "a recusa do devedor em aceitar os termos de um aditivo, cujas condições foram fixadas e aprovadas unilateralmente pela diretoria do BNDES, não pode ser encarada como desatendimento a novas 'obrigações pactuadas para propósitos de renegociação da dívida'".

As recorrentes ainda carreiam ponderações sobre "expectativa legítima na contratação do financiamento de longo prazo fundada em atos do banco", "arrependimento extemporâneo - motivos fabricados", "imprevisíveis alterações das circunstâncias", "necessário reequilíbrio do financiamento-ponte dever de renegociar e necessária intervenção judicial", "manifesta coligação contratual - a recusa do BNDES e as repercussões no contrato de concessão", mencionando a cláusula 13ª do "contrato de financiamento-ponte", argumentando, também, a respeito da "frustração na obtenção do financiamento prometido - evento de desequilíbrio na concessão", e carreando considerações sobre "periculum in mora efetivo - antecipação de tutela recursal indispensável", requerendo, ao final, a antecipação dos efeitos da tutela recursal, a fim de que seja determinada a "imediata sustação da exigibilidade da dívida originada do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0495.1 e todos os seus consectários (v.g., penalidades, vencimento cruzado de outros contratos), até o julgamento de mérito deste agravo", bem como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, "para determinar (i) a suspensão da exigibilidade da dívida materializada pelo Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 14.2.0495.1 e todos os seus consectários (v.g., penalidades, vencimento cruzado de outros contratos)", e "(ii) a suspensão dos investimentos em ampliação de capacidade e melhoria do nível de serviços previstos no PER da concessão, até o julgamento definitivo da ação originária".

Petição apresentada pelas agravantes, às fls. 96/97, com a juntada dos documentos de fls. 98/101.

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, o Douto Magistrado de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próximo da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar a presença, ou não, dos requisitos autorizadores da antecipação de tutela. Em outros termos, a concessão de medidas liminares ou de índole antecipatória deve, em princípio,

ser deixada ao prudente arbítrio do juiz, não cabendo a esta Corte, por isso mesmo, se imiscuir em tal seara, salvo em hipóteses excepcionais, que se revelarem muito peculiares (cf. AG n.º 164742, Quinta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. VERA LÚCIA LIMA, DJ de 02.12.2008; AG n.º 135487, Oitava Turma Especializada, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, DJ de 07.06.2005 e AG 146766, Primeira Turma Especializada, Rel. Des. Fed. ABEL GOMES, DJ de 03.02.2009).

In casu, verifico que a decisão agravada, acostada às fls. 43/46, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"1. Relatório.

Cuida-se de ação judicial movida por CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAIS CENTRAIS DO BRASIL S.A. - CONCEBRA e TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A em face do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES e da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, objetivando-se, em sede de tutela antecipada, a concessão de providência destinada a suspender o vencimento da dívida referente ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0195-1, até que o BNDES conceda à empresa CONCEBRA o financiamento de longo prazo e à renegociação dos termos do financiamento.

Como causa de pedir, as Autoras alegam que, em meados de 2012, o Governo Federal lançou a primeira etapa do Programa de Investimento em Logística do Governo Federal ("PIL"). O PIL visou a estimular investimentos em infraestrutura no país, bem como promover o desenvolvimento e integração das malhas rodoviária, ferroviária, portuária e aeroportuária, tornando-as mais eficientes sob o aspecto logístico e atrativas sob a ótica tarifária.

A base dos argumentos expostos pelas Demandantes situa-se na afirmação segundo a qual haveria a obrigação do BNDES em formalizar o contrato de financiamento de longo prazo com a CONCEBRA, em razão (i) da promessa pública formulada antes da concorrência e da aquiescência do banco sobre o financiamento de longo prazo, com a definição exata de seus termos; e (ii) da legítima expectativa incutida na CONCEBRA.

Defendem, também, que a recusa em celebrar o financiamento a longo prazo e a crise financeira sem precedentes que assola o país geraram impacto profundo no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de financiamento, repercutindo diretamente na capacidade de pagamento da CONCEBRA e tornando inviável a quitação do empréstimo-ponte nos termos celebrados.

No que interessa para a análise do pedido de tutela antecipada, é o relatório.

2. Fundamentação.

Importante colocar em destaque que, nos termos do art. 294 do CPC, a tutela provisória pode ser fundamentada em urgência da medida judicial, de modo que o juiz poderá determinar as providências que considerar adequadas para a efetivação da tutela jurisdicional, conforme a previsão do art. 297.

Nos termos do art. 300, caput, do CPC - que disciplina a sistemática da concessão da tutela de urgência - o juiz fica legalmente autorizado a antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, (a) existindo prova inequívoca dos fatos (realidade fática), (b) se convença da probabilidade do direito vindicado na petição inicial (plausibilidade jurídica da tese). Além desse pressuposto, o dispositivo legal também exige a presença do requisito de (c) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ao direito defendido pelo Autor ou ao resultado útil do processo.

Ademais, quando restar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte, ou as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, o art. 311, I e II, do CPC autoriza a concessão da tutela da evidência, situação em que não se exige o fundado receio de dano ao direito ou ao resultado útil do processo.

Ressalte-se, ademais, que essa sistemática de análise de pedido de medidas urgentes e provisórias é aplicada também em sede de mandado de segurança.

Transportando esse entendimento para o presente caso, e mediante um exame meramente perfunctório das alegações autorais, não entrevejo a presença dos requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência pleiteada.

Conforme se pode depreender do relato exposto na petição inicial, os Autores tencionam a suspensão da exigibilidade de créditos (de natureza não tributária) de titularidade do BNDES, decorrentes de contrato de financiamento. Basicamente, sustentam que estariam numa posição jurídica que lhes asseguraria o exercício da faculdade de exigir do BNDES a celebração de contrato de financiamento a longo prazo.

Em linhas gerais, os Postulantes pretendem a celebração de um novo contrato com o BNDES com vistas ao adimplemento de outros contratos de financiamento celebrados com cláusulas menos favoráveis; e atribuem ao próprio BNDES a causa pela necessidade de celebração desses financiamentos com outros bancos.

Com efeito, frisam que, em 15/07/14, a CONCEBRA e o BNDES celebraram o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0495.1, formalizando o empréstimo-ponte, no valor de RS 1.060.242.000,00. A liberação destes recursos ocorreria em seis subcréditos - sendo a segunda, quarta e sexta parcelas disponibilizadas mediante a apresentação de fiança bancária, que respondesse por parte da dívida - e os aportes se destinariam a realização dos investimentos previstos em contrato de concessão.

O pagamento do empréstimo deveria ocorrer no prazo de 18 meses, mais precisamente em 15.01.16. Ressaltam que, todavia, após a primeira parte do financiamento, no valor de R$ 300.000.000,00, não foram liberadas as outras duas parcelas nas datas inicialmente ajustadas, que totalizaram R$ 260.000.000,00. Esse atraso, segundo as Autoras, lhes prejudicou, gerando descompasso no cronograma físico-financeiro das obras (relativas à concessão), o que lhe impôs a contratação de outro financiamento de curtíssimo prazo com outros bancos, em condições menos favoráveis, para fazer frente ao progresso regular das obras, fato que lhe causou endividamento.

Sublinha, ainda, que, "Ainda em maio de 2015, a CONCEBRA recebeu comunicado informando que a CEF não participaria do financiamento de curto prazo. Assim, a despeito da liberação da quarta tranche do empréstimo-ponte em julho daquele ano, sobreveio a necessidade de repactuação das condições iniciais do empréstimo, mediante a celebração do 1º aditivo ao contrato, em 11.09.2015".

Enfim, sustentam que a morosidade do BNDES em dar prosseguimento à operação financeira causava toda a sorte de malogros à CONCEBRA, que seguia arcando com os juros mais elevados do empréstimo-ponte e dos empréstimos de curtíssimo prazo, e permanecia desprovida dos aportes de capital de terceiros substanciais para os investimentos necessários ao projeto, que seriam efetuados via empréstimo de longo prazo.

Nada obstante, em uma primeira aproximação do caso, não me parece clara a ocorrência dos requisitos previstos em lei para autorizar a revisão judicial do contrato, nos termos do arts. 317 e 478 do Código Civil, porque não está colocada de forma evidente qualquer situação de ocorrência de fatos imprevisíveis a implicar desproporção manifesta no negócio jurídico.

Também não restou demonstrada a apontada conexão entre o contrato de financiamento firmado com o BNDES e o contrato de concessão de exploração de rodovias federais.

Denota-se, da análise dos documentos, que o BNDES realizou sucessivas prorrogações do prazo do pagamento da primeira parcela da amortização (fls. 437; 541; 556) e, no documento de fl. 574, a própria parte autora informou que a impossibilidade de pagamento ocorreu, inclusive, por "agravamento acentuado da recessão econômica, de duração e intensidade imprevisíveis, com impacto no tráfego projetado no Plano de Negócios da Concebra", o que não se pode atribuir ao BNDES.

Tem-se, ainda, que o BNDES justificou a impossibilidade de realização de novas operações por pendências de responsabilidade da própria parte autora (fl. 579):

"a crise econômica é um aspecto exógeno que de fato gerou impacto negativo nas receitas da CONCEBRA. Contudo, não é justificativa exclusiva para a situação atual da concessionária, visto que os itens citados no tópico anterior [desistência do negócio pela CEF; deterioração do rating da TPI; negativa dos demais bancos; inadimplência da Concer] são os fatores que efetivamente levaram à impossibilidade de migração para o financiamento de longo prazo."

Posteriormente, ainda, a própria parte autora não atendeu a obrigações pactuadas para propósitos de renegociação da dívida (fl. 580):

"por meio de e-mail enviado em 26/10/2016, o grupo Triunfo manifestou concordância com as condições apresentadas pelo BNDES. O BNDES trabalhou em uma proposta de prorrogação do empréstimo-ponte da CONCER com base na negociação realizada. Não obstante, em 11/11/16, o BNDES foi surpreendido por email da TPI comunicando a negativa quanto à concessão das garantias já negociadas na reunião realizada em 20/10/16 e confirmadas pela TPI no email enviado ao BNDES em 26/10/16. Em virtude da negativa da TPI e consequente inviabilização da assinatura do aditivo contratual nos termos aprovados pela Diretoria do BNDES, o empréstimo-ponte da CONCER venceu em 15/11/2016. A CONCER e a TPI não realizaram pagamento da parcela única e, em decorrência, encontram-se inadimplentes com o BNDES desde então. Diante dessa situação de inadimplência, ficou impossibilitada a viabilização de aprovação de financiamento de longo prazo para a CONCEBRA anteriormente ao vencimento do empréstimo-ponte, em 15/12/2016."

Portanto, não se pode, de plano, responsabilizar o BNDES pelos problemas apontados pela parte autora.

Esse o quadro, afigura-se ausente o requisito de probabilidade jurídica do direito defendido na petição inicial, a conduzir ao indeferimento da tutela judicial de urgência.

3. Conclusão.

Posto isso, e nos termos do art. 300 do CPC, indefiro o pedido de tutela antecipada.

Citem-se os Réus."

Por outro lado, compete frisar, consoante externado pelo Juízo a quo na decisão ora sob censura, que, diante do exame da documentação acostada, constatou-se que o BNDES "realizou sucessivas prorrogações do prazo do pagamento da primeira parcela da amortização", tendo sido destacado que a própria parte agravante, na petição inicial do feito originário, informou que o pagamento tornou-se impossível, diante do "agravamento acentuado da recessão econômica, de duração e intensidade imprevisíveis, com impacto no tráfego projetado no Plano de Negócios da CONCEBRA", circunstância esta que não pode ser atribuída ao BNDES.

Neste cenário, a decisão ora sob censura ainda trouxe à baila a justificativa concedida pelo BNDES, administrativamente, em relação à impossibilidade "de migração para o financiamento de longo prazo",

como pretendem as recorrentes, tendo sido salientado pelo Julgador de primeira instância que o BNDES, posteriormente, esclareceu que "foi surpreendido por email da TPI comunicando a negativa quanto à concessão das garantias já negociadas na reunião realizada em 20/10/16 e confirmadas pela TPI no email enviado ao BNDES em 26/10/16", fato que gerou a inviabilização da assinatura do pretendido aditivo contratual, nos termos aprovados pela Diretoria do BNDES na referida reunião.

Logo, ao que tudo indica, ao menos em sede de um exame perfunctório, inerente ao pleito de antecipação dos efeitos da tutela recursal, deve ser frisado que, inobstante possa ser vislumbrada uma possível operação realizada pelas agravantes na estratégia negocial, consoante verificado pelo Magistrado de primeiro grau de jurisdição, deve ser ressaltado que o BNDES, ora primeiro agravado, não participou do contrato de concessão mencionado pelas recorrentes.

Outro ponto que deve ser destacado, conforme bem observado pelo Juízo a quo, é que a análise realizada no presente momento, se dá em sede de um exame perfunctório, diante das "alegações autorais", havendo a necessidade de uma maior maturação a respeito da matéria em testilha, à luz das particularidades do caso concreto.

Nesse diapasão, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e diante da estreita via cognitiva característica do recurso de agravo de instrumento, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, inobstante as teses jurídicas esposadas pelas recorrentes, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo de primeiro grau.

Assim, por ora, diante dos elementos que instruem o presente processo eletrônico, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL, até ulterior apreciação do agravo pela Colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Novo CPC.

Após, ao MPF, para que, se assim entender necessário, apresente parecer a respeito do tema em voga, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0002143-71.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002143-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 18:15

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: MARIA THEREZA MENEZES MONIZ DE SOUZA

ADVOGADO: GABRIELLA ANDRADE MAGALHAES CALDAS

ADVOGADO: MARCOS VINICIUS GOMES FEU

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0070523-09.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: MARIA THEREZA MENEZES MONIZ DE SOUZA

ADVOGADO: GABRIELLA ANDRADE MAGALHAES CALDAS

ADVOGADO: MARCOS VINICIUS GOMES FEU

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGINÁRIO: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL/RJ (2016.51.01.070523-0)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por MARIA THEREZA MENEZES MONIZ DE SOUZA, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, em sede de execução fiscal, rejeitou exceção de pré-executividade apresentada pela ora agravante.

A hipótese é de execução fiscal ajuizada pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, em face da ora recorrente, objetivando o pagamento do valor equivalente a R$ 59.102,71 (em maio de 2016), referente aos débitos inscritos em Dívida Ativa sob as certidões n.º 7061600159647 e n.º 7061600159728, oriundos, respectivamente, dos processos administrativos n.º 04967601454201619 e n.º 04967601455201655, nos termos descritos na peça exordial (cópia à fl. 11).

Por meio do presente recurso, aduz a agravante, em apertadas linhas, que a "agravada propôs ação de execução fiscal nº. 0070523-09.2016.4.02.5101, em trâmite perante a 06ª Vara de Execuções Fiscais do

Rio de Janeiro objetivando a cobrança de supostos créditos patrimoniais de taxa de ocupação referentes aos anos de 2013 a 2014, no valor total de R$ 59.102,71 (cinquenta e nove mil cento e dois reais e setenta e um centavos), conforme a certidão de dívida ativa em anexo. Ocorre que a Certidão de Divida Ativa em centro não identifica a origem da dívida exigida, sendo impossível, portanto, identifica o suposto lote de terreno de marinha que gerou a pretensa dívida ora exigida", e que a CDA "não contém todos os seus elementos básicos é nula, sendo nula também a execução fiscal dela decorrente, nos termos do artigo 203 do Código Tributário Nacional", transcrevendo os artigos 202, inciso III e 203, do Código Tributário Nacional, e o artigo 2º, §5º, inciso III, da Lei n.º 6.830/80, carreando ponderações a respeito da taxa de ocupação, requerendo, ao final, a concessão de efeito suspensivo, assim como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, "para julgar extinta a execução fiscal n.º 0070523-09.2016.4.02.5101, em trâmite na 06ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, o Douto Magistrado de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próximo da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar o conjunto fático e probatório que lastreiam a presente demanda, ao menos neste momento processual.

In casu, verifico que a decisão agravada, acostada às fls. 44/47, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"A exceção de pré-executividade somente é admitida pela jurisprudência em casos excepcionais, nos quais seja flagrante a ilegalidade do feito executivo, possa haver apreciação ex officio pelo Juiz (matéria de ordem pública) e que digam respeito aos requisitos fundamentais da execução.

Assim, verbi gratia, podem ser objeto da referida exceção as alegações de excesso de execução, prescrição ou ilegitimidade passiva ad causam, mas, dês que tais circunstâncias mostrem-se perceptíveis de plano, sem necessidade de dilação probatória ou análise aprofundada de questões jurídicas.

Quanto à dita nulidade da CDA, a matéria é disciplinada pelos art. 202 a 204 do CTN e art. 2º da LEF. É relevante ressaltar que termo de inscrição da dívida ativa é o documento que formaliza a inclusão do débito no cadastro de dívida ativa, após a observância dos requisitos legais que objetivam propiciar à parte devedora a possibilidade de defesa. Já a certidão de dívida ativa reporta-se ao respectivo termo de inscrição, que a precede e lhe dá sustentação. Nada mais é do que o certificado do crédito titularizado pelo Fisco, relativamente presumido como líquido e certo e com efeito de prova pré-constituída, características que lhe confere o art. 204 do CTN.

Os requisitos legais que a inscrição em dívida ativa deve conter estão previstos no art. 202 do CTN, abaixo reproduzido:

Art. 202. o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

A hipótese de omissão ou ausência de quaisquer destes requisitos poderá implicar na nulidade da inscrição, e conseqüentemente da CDA nela espelhada, desde que reste caracterizado o prejuízo para a defesa do devedor, em clara aplicação do princípio do prejuízo, conhecido pelo brocardo pas de nullité sans grief. A jurisprudência endossa a tese de que somente no caso de comprovado prejuízo para a defesa do devedor é que o vício da inscrição e da CDA deve levar ao reconhecimento da nulidade.

In casu, consta da CDA a forma de constituição do débito, o valor originário da dívida, sua origem e o enquadramento legal da cobrança, bem como a discriminação dos acréscimos legais incidentes sobre a dívida, conforme se pode verificar junto à inicial. Assim, presentes na CDA os comandos legais que fundamentaram a cobrança e tendo em vista que a ausência da identificação do imóvel que deu origem ao crédito tributário não traz qualquer prejuízo ao executado, eis que tal informação pode ser verificada nos autos do procedimento administrativo indicado na própria CDA, não há de se falar em nulidade do título. Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - TAXA DE OCUPAÇÃO - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - DESNECESSIDADE. - DECISÃO MANTIDA.

1 - Agravo de Instrumento interposto contra decisão que, nos autos do executivo fiscal ajuizado para cobrança de débitos relativos à taxa de ocupação, rejeitou a Exceção de Pré-Executividade oposta pelo ora Agravante, ao fundamento de que não restou caracterizada a nulidade da Certidão de Dívida Ativa.

2 - O título executivo acostado ao processo principal apresenta os requisitos mínimos elencados no art. 202 do Código Tributário Nacional e na Lei 6.830/80 aptos ao ajuizamento da Execução Fiscal. A CDA e a petição inicial apresentam o fato e o fundamento jurídico do pedido, estando discriminado e individualizado o crédito, sendo possível verificar com clareza as seguintes informações: o número da inscrição, a natureza

do débito, o valor, a forma de constituição, data de notificação e o número do processo administrativo, bem como o fundamento legal para o cálculo da atualização monetária, juros de mora e encargos.

3 - A jurisprudência desta Corte Regional já expressou entendimento de que, constando o número do processo administrativo na CDA, fica suprida a identificação do imóvel que deu origem ao crédito tributário, este objetivando a cobrança de taxa de ocupação, tendo em vista a ausência de ofensa à ampla defesa e ao contraditório. Precedentes: AC 05026074220094025101, Rel. Des. Fed. GUILHERME DIEFENTHAELER, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 08/05/2015; AC 200951015024272, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, E- DJF2R 15/08/2012; AG 200602010113690, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, DJU 09/10/2009; AG 200702010071844, Rel. Des. Fed. SERGIO SCHWAITZER, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, DJU 30/10/2007; AG 200702010168529, Rel. Juiz Fed. Conv. MARCELO PEREIRA, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, DJU 15/09/2009.

4 - Na hipótese, a ausência de individualização do imóvel no título executivo extrajudicial não revela, em princípio, prejuízo ao Executado eis que tal informação poderá ser verificada, sem qualquer empecilho aparente, nos autos do procedimento administrativo que originou a dívida e cuja numeração foi apontada na própria CDA.

- Agravo de instrumento não provido.

(TRF-2 - AG 201500000042669, Relatora: Desembargadora Federal CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Data de Julgamento: 07/12/2015, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 10/12/2015 - grifos nossos)

EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL DA UNIÃO. EXTINÇÃO DO FEITO POR NULIDADE DA CDA (FALTA DO ENDEREÇO DO IMÓVEL TRIBUTADO). REQUISITO NÃO PREVISTO NO ART. 202 DO CTN E §§ 5º E 6º DO ART. 2º DA LEI N. 6.830/80. APELAÇÃO PROVIDA.

- A questão em debate cinge-se a perquirir sobre a nulidade da certidão de dívida ativa e consequente extinção da execução fiscal, quando ausente a identificação do imóvel que deu origem à cobrança da taxa de ocupação.

- Na espécie, a certidão de dívida ativa, que aparelhou a execução, preenche os requisitos exigidos pelo art. 2º, § 5º, da Lei 6.830/80, senão vejamos: nela estão especificados o nome do devedor, o fundamento legal da dívida, a quantia principal e os encargos, inclusive a disposição legal acerca da atualização, bem como o número do processo administrativo que originou o débito. Dessa forma, a CDA tem elementos suficientes para eventual resistência à execução.

- Nesse passo, a ausência de endereço do imóvel sobre o qual se está cobrando a taxa de ocupação, por si só, não macula o título executivo extrajudicial em análise. A identificação do imóvel pretendida pelo executado pode ser conseguida no processo administrativo que originou o débito, cujo número está devidamente informado na CDA, possibilitando a ampla defesa do executado.

- Com efeito, à luz dos §§ 5º e 6º, do art. 2o, da Lei 6.830/80, a identificação do imóvel não constitui requisito essencial da certidão de dívida ativa, que instrui execução fiscal para a cobrança de taxa de ocupação.

- Recurso provido.

(TRF-2 - AC 200951015027807, Relatora: Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA, Data de Julgamento: 30/09/2015, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 06/10/2015)

A alegação de cerceamento de defesa, em virtude não constar a comprovação de que a executada foi notificada da dívida é matéria que extrapola os estreitos limites da exceção de pré-executividade. Cumpre ressaltar que a CDA é documento suficiente para comprovar o crédito fazendário, não estando a Exequente obrigada a apresentar o processo administrativo junto com a petição inicial, tendo em vista o disposto no art. 6°, § 1°, da Lei n° 6.830/80.

Com efeito, "a juntada do processo administrativo fiscal na execução fiscal é determinada segundo juízo de conveniência do magistrado, quando reputado imprescindível à alegação da parte executada. A disponibilidade do processo administrativo na repartição fiscal impede a alegação de cerceamento de defesa." (STJ - 2ª Turma - REsp n° 201000292464 - rel. Min. ELIANA CALMON - DJe de 08/04/2010).

Portanto, rejeito a exceção de pré-executividade.

Intimem-se, sendo também a exequente para que diga o prosseguimento pretendido."

Convém salientar, conforme destacado pelo Magistrado de primeiro grau de jurisdição, que, a inscrição em Dívida Ativa, consoante o que estabelece o artigo 3º, da Lei n.º 6.830/80, goza da presunção, ainda que relativa, de certeza e liquidez, tendo sido asseverado, que, no caso concreto: "consta da CDA a forma de constituição do débito, o valor originário da dívida, sua origem e o enquadramento legal da cobrança, bem como a discriminação dos acréscimos legais incidentes sobre a dívida, conforme se pode verificar junto à inicial".

Por outro lado, na linha do que restou verificado pelo Julgador de primeira instância, ao que tudo indica, os comandos legais que fundamentam a cobrança do débito em questão estão presentes na CDA adunada a petição inicial da execução fiscal.

Ademais, compete acentuar que, segundo entendimento desta Egrégia Corte, apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a Lei ou com a

orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal, seria justificável sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento (AG 2010.02.01.017607-0, Sexta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E/DJF2R 14/02/2011; AG 2010.02.01.007779-1 Sétima Turma Especializada, Rel. Des. Fed. José Antônio Lisboa Neiva, E-DJF2R 01/02/2011)

Nesse diapasão, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e diante da estreita via cognitiva característica do recurso de agravo de instrumento, inobstante a tese defendida pela agravante, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo a quo.

Assim, por ora, diante dos elementos que instruem o presente processo eletrônico, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, até ulterior apreciação do agravo pela Colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se o agravado para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Novo CPC.

Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0002144-56.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002144-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 18:19

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: DENISE SEICE GIERKENS

ADVOGADO: CAROLINE DE OLIVEIRA LOPES

Originário: 0163012-65.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: DENISE SEICE GIERKENS

ADVOGADO: CAROLINE DE OLIVEIRA LOPES

ORIGINÁRIO: 20A VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2016.51.01.163012-1)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de execução por título extrajudicial, declinou "da competência em favor de uma das Varas Federais de execução Fiscal desta Subseção Judiciária, para processar e julgar", o feito originário.

A partir de consulta ao sítio eletrônico da Justiça Federal - Seção judiciária do Rio de Janeiro, infere-se que a hipótese é de execução por título extrajudicial ajuizada pela ora agravante em face de DENISE SEICE GIERKENS, objetivando, em síntese, o pagamento do valor equivalente a R$ 11.142,12, decorrente de "condenação oriunda do Tribunal de Contas da União".

Por meio do presente recurso, a agravante sustenta, em apertada linhas, que "as condenações do TCU são títulos executivos extrajudiciais por imposição constitucional", mencionando o artigo 71, §3º, da Magna Carta de 1988, aduzindo que "acórdão do TCU não se confunde com Certidão da Dívida Ativa", alegando, também, que "as condenações do TCU ensejam a instauração de execução judicial independentemente de qualquer outra formalidade administrativa", fazendo alusão ao artigo 798, incisos I e II, do CPC, requerendo, ao final, a concessão de efeito suspensivo, "para determinar ao Juízo monocrático o regular processamento da Execução, pelo rito previsto nos artigos 778 e seguintes do Código de Processo Civil, mantendo o processo sob sua competência, até ulterior deliberação da Turma", bem como o provimento ao presente recurso de agravo de instrumento, "reformando-se definitivamente a decisão interlocutória agravada, determinando-se o prosseguimento do processo originário pelo rito executivo previsto no Código de Processo Civil, afastando-se, assim, a competência das Varas de Execução Fiscal".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Inicialmente, deve ser destacado o Enunciado Administrativo n.º 3, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que, visando dirimir algumas situações que venham a surgir em decorrência da transição legislativa quando da aplicação do antigo e do novo CPC, estabelece que "aos recursos interpostos com fundamento no

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Neste cenário, cabe asseverar que a decisão atacável no presente recurso de agravo de instrumento, proferida pelo Julgador de primeiro grau de jurisdição, nos autos do processo originário, foi publicada no e-DJF2R de 03/03/2017, quando já vigente o Novo Código de Processo Civil, que teve o seu primeiro dia de incidência a partir da data de 18/03/2016.

Feitas tais considerações, impende destacar que o artigo 1.015, do Novo Código de Processo Civil, expõe, taxativamente, as hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, in verbis:

"Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade de justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, §1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário."

Nesse diapasão, não obstante as alegações da parte agravante, infere-se que, por escolha do próprio legislador, foi determinado que não cabe a interposição do recurso de agravo de instrumento diante de decisão que versa sobre declínio de competência. No mesmo sentido: Agravo de Instrumento n.º 0006428-44.2016.4.02.0000, Rel. Des. Federal RICARDO PERLINGEIRO, Quinta Turma Especializada deste Eg. TRF-2ª Região, à unanimidade de votos, julgado em 20/09/2016, disponibilizado no E- DJF2R de 26/09/2016; Agravo de Instrumento n.º 0003468-18.2016.4.02.0000, Rel. Des. Federal RICARDO PERLINGEIRO, Quinta Turma Especializada deste Eg. TRF-2ª Região, à unanimidade de votos, julgado em 18/10/2016, disponibilizado no E-DJF2R de 03/11/2016; Agravo de Instrumento n.º 0005988-48.2016.4.02.0000, Rel.(a) Des.(a) Federal NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO, Sexta Turma Especializada, à unanimidade de votos, julgado em 26/10/2016, disponibilizado no E-DJF2R de 09/11/2016.

Por outro lado, insta frisar que o tema em testilha, ainda poderá ser examinado em eventual conflito de competência, caso tal incidente seja instaurado pelo respectivo Juízo da Vara de Execução Fiscal, ao qual for redistribuído o processo principal.

Diante de tais considerações, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, com fulcro no artigo 1.015, do Novo Código de Processo Civil, c/c o artigo 44, §1º, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, uma vez que o recurso manejado é inadmissível, de acordo com as hipóteses de cabimento estabelecidas no diploma processual civil.

Publique-se.

Decorrido in albis o prazo legal, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos ao juízo de origem.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0002172-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002172-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 14:12

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: DEPÓSITO DE GÁS DA ESTRADA PRÉ LTDA-EPP

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0065726-87.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: DEPÓSITO DE GÁS DA ESTRADA PRÉ LTDA-EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ORIGINÁRIO: 4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL/RJ (2016.51.01.065726-0)
D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com pedido de atribuição de efeito suspensivo ativo, alvejando decisão que, em sede de execução fiscal, indeferiu o pedido de "penhora por meio de oficial de justiça de tantos bens quantos bastem para garantir a execução", tendo indeferido, também, o pleito de "intimação do Sr. Marcelo Francisco da Silva, (...), para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, cópia dos Livros Diário e Razão com as operações e movimentação das conas da empresa dos últimos seis meses", dentre outros documentos.

A hipótese é de execução fiscal ajuizada pela ora agravante em face de DEPÓSITO DE GÁS DA ESTRADA PRÉ LTDA - EPP, objetivando o pagamento do valor equivalente a R$ 39.035,52 (em maio de 2016), referente ao débito inscrito em Dívida Ativa sob a certidão n.º 30214032517, no Livro n.º 214, à fl. 3251, oriundo do processo administrativo n.º 4861000865441191, consoante se infere da petição inicial (cópia às fls. 17/18).

Por meio do presente recurso, aduz a agravante, em apertadas linhas, que insurge-se "contra a respeitável decisão do MM. Juiz a quo, exarada nos autos da execução fiscal em epígrafe, que indeferiu o pedido de penhora por meio de Oficial de Justiça, como observância ao disposto no art.831, e nos §§ 1º e 2º do art.836 do CPC; e de intimação do representante legal para apresentar informações fiscais e contábeis da empresa executada, de modo a viabilizar eventual penhora de faturamento ou para confirmar o encerramento irregular", discorrendo sobre "violação aos artigos 7º, inc. II e 10 da Lei nº 6.830/80, e aos artigos 824 e 836, §§ 1º e 2º, todos do CPC - dever de o oficial de justiça descrever e elaborar lista dos bens que guarnecem o estabelecimento", alegando que "não houve diligência de penhora depois do decurso do prazo para pagamento da dívida", e que "a certidão do Oficial de Justiça feita na diligência de citação é absolutamente lacônica", transcrevendo a certidão elaborado pelo Oficial de Justiça, defendendo que a respectiva certidão "não observa o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 836, do CPC", carreando ponderações sobre "violação aos artigos 4º, 77 inc. IV, 772 inc. III, 774 inc. V. 797 e 824 todos do CPC - dever de o executado indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução", tecendo breves consideração, também, sobre 'violação aos artigos 4º, 797 e 824 do CPC, e ao art. 40 da Lei nº 6.830/80 - aplicação retroativa do prazo de suspensão do processo", requerendo, ao final, a atribuição de efeito suspensivo ativo, bem como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento.

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, a Douta Magistrada de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próxima da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar o conjunto fático e probatório que lastreiam a presente demanda, ao menos neste momento processual.

In casu, verifico que a decisão agravada, acostada à fl. 52, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"Indefiro o item 'i' do requerimento às fls. 28/29 por sua ineficácia, tendo em vista que em diligência à sede da empresa, o Oficial de Justiça já atestou a inexistência de bens passíveis de penhora.

Indefiro igualmente o requerimento contido no item 'ii', considerando que a diligência infrutífera de penhora on line indica a ausência de movimentação financeira da empresa Executada. De outro lado, as DCTFs ou declarações do SIMPLES podem ser diligenciadas pela própria Exequente.

Sendo assim, tornem os autos à suspensão determinada às fls. 15/16, pelo prazo remanescente.

Decorrido tal prazo, sem manifestação útil ao prosseguimento da Execução, os autos serão arquivados sem baixa na forma do art. 40, § 2º, da LEF, ficando a Exequente desde já ciente de que não haverá nova intimação acerca do arquivamento, o qual é decorrência automática do decurso do prazo de um ano de suspensão, iniciando-se o cômputo do prazo prescricional do referido arquivamento, nos termos do art. 40, § 4º, da LEF.

Intime-se.

Prazo : 10 (dez) dias.

Conforme previsão legal, somente com a efetiva localização do devedor ou de bens sobre os quais possa recair a penhora, os autos serão desarquivados para o prosseguimento da execução, atentando a Exequente para o fato de que o processo é eletrônico, podendo a Exequente ter acesso a qualquer tempo ao seu inteiro teor e peticionar no momento em que julgar oportuno. Petições requerendo vista ou suspensão por tempo determinado, seguida de nova vista, sequer serão apreciadas por este Juízo, por prejudiciais à celeridade e à economia processual. "

Convém salientar, conforme destacado pelo Magistrado de primeiro grau de jurisdição, que, em relação ao pedido de realização de "penhora por meio de Oficial de Justiça de tantos bens quantos bastem para garantir a execução", diante da certidão aposta pela respectiva Oficial de Justiça, que noticiou no sentido de que não foram encontrados "bens penhoráveis", tal providência, ao que tudo indica será ineficaz,

"tendo em vista que em diligência à sede da empresa, o Oficial de Justiça já atestou a inexistência de bens passíveis de penhora".

Por outro lado, em relação ao pleito de verificação de eventuais "operações e movimentação das contas da empresa dos últimos seis meses", restou esclarecido pelo Julgador de primeira instância que a anterior diligência de penhora on line foi infrutífera, indicando, ainda 'a ausência de movimentação financeira da empresa executada", asseverando que, quanto aos demais documentos, especificamente em alusão as DCTFs ou declarações do SIMPLES, as mesmas "podem ser diligenciadas pela própria Exequente".

Nesse diapasão, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e diante da estreita via cognitiva característica do recurso de agravo de instrumento, inobstante a tese defendida pela agravante, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo a quo.

Assim, por ora, diante dos elementos que instruem o presente processo eletrônico, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO ATIVO, até ulterior apreciação do agravo pela Colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se o agravado para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Novo CPC.

Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

25 - 0002177-46.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002177-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 16:04

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: NIVALDO ARAUJO LIMA

ADVOGADO: MAURO GONCALVES VIEIRA

AGRAVADO: MARIA DE JESUS SOARES REBELO

AGRAVADO: MINERACAO DE GRANITO CAMPUGRANDENSE LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0018856-23.2012.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL

AGRAVADO: NIVALDO ARAUJO LIMA E OUTROS

JUÍZO ORIGEM: 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00188562320124025101) - Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

D E S P A C H O

Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.

Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,

Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.

(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)

/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0002179-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002179-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 16/03/2017 16:58

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DIAMANTINO MARTINS PACHECO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0011256-14.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DIAMANTINO MARTINS PACHECO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ORIGEM: 4A VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL/RJ (2013.51.01.011256-3)
D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de execução fiscal, determinou que "antes de deferir o pedido me questão", o exequente, ora agravante "deverá comprovar que diligenciou e não localizou bens passíveis de penhora".

A hipótese é de execução fiscal ajuizada pelo ora agravante em face de DIAMANTINO MARTINS PACHECO, objetivando, em síntese, o pagamento da quantia equivalente a R$ 587,87 (apurada até maio de 2013), com base na certidão inscrita em dívida ativa sob o n.º 34, no Livro n.º 169, à fl. 34, oriundo do processo administrativo n.º 6086/2010, consoante se infere da peça exordial (cópia às fls. 12/14).

Por meio do presente recurso, aduz a parte recorrente, em sucintas linhas, que "insurge-se o agravante contra a r. decisão do MM. Juiz a quo, exarada nos autos da execução fiscal em epígrafe, que indeferiu o pedido de utilização do convênio de cooperação técnica INFOJUD", argumentando que "a diligência de citação feita por meio de Oficial de Justiça resultou negativa como informa a certidão de fl. 53 do processo originário. Determinada a penhora por meio do Sistema Bacen-Jud, não foi possível o apresamento de dinheiro como confirma o extrato de fls. 69/71 do processo originário. Requerida a citação por meio de edital, o pedido foi indeferido pelo MM. Juízo a quo. Interposto agravo de instrumento, o recurso foi provido e a parte executada citada à fl. 46 do processo originário. Diante dos resultados negativos das diligências feitas pelo oficial de Justiça e por meio do Sistema Bacen-Jud, a parte exequente, ora agravante, providenciou outras pesquisas de besn, e localizou veículo indicado à fl. 68/69 do processo originário. Todavia, o MM. Juiz a quo determinou o levantamento da penhora em razão de suposta venda, não obstante constasse como vendedor Luiz Carlos Correa dos Santos, e proprietário Diamantino Martins Pacheco", alegando haver esgotamento dos "meios disponíveis para localização de bens", carreando considerações a respeito do Sistema INFOJUD, mencionando o artigo 797, do CPC, defendendo que "a pesquisa do Sistema INFOJUD em nada se diferencia das pesquisas feitas por meio dos Sistemas RENAJUD e BACEN-JUD, salvo no aspecto do sigilo fiscal das informações consultadas, o que se resolve por meio do segredo de justiça, sendo certo que a jurisprudência está consolidada no sentido de garantir ao exequente as consultas feitas por meio dos Sistemas RENAJUD ou BACEN-JUD", sustentando, também, que "não se busca transferir ao Poder Judiciário um encargo do credor-agravante", requerendo, ao final, a concessão de efeito suspensivo, assim como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, com "a reforma da respeitável decisão proferida na execução fiscal, para viabilizar a consulta de bens por meio do Sistema INFOJUD".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Neste plano de cognição superficial, à luz do posicionamento que a jurisprudência desta Egrégia Corte Regional vem adotando a respeito do sistema INFOJUD, no sentido de que "a utilização do sistema INFOJUD deve ser permitida apenas em caráter excepcional, quando esgotados os meios disponíveis para localização de bens do devedor" (vide, por exemplo, julgado proferido nos autos do Agravo de Instrumento n.º 2013.02.01.003371-5, relatoria dessa Desembargadora, à unanimidade de votos, publicado no E-DJF2R de 09/07/2013), entendo que não merece acolhida a argumentação apresentada pela parte agravante, ao menos a ponto de legitimar a concessão do efeito pleiteado.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, a Douta Magistrada de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próxima da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar o conjunto fático e probatório que lastreiam a presente demanda, neste momento processual.

Ressalte-se, ainda, consoante entendimento desta Egrégia Corte, que somente em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a Lei ou com orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal, seria justificável sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento (AG 2010.02.01.017607-0, Sexta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. Guilherme Couto, E-DJF2R 14/02/2011; AG 2010.02.01.007779-1, Sétima Turma Especializada, Rel. Des. Fed. José Antônio Lisboa Neiva, E-DJF2R 01/02/2011).

In casu, verifico que a decisão agravada, acostada às fls. 87/89, em que pese sucinta, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"A localização de bens penhoráveis é ônus do credor exequente, o qual deverá diligenciar no sentido de firmar convênios com os órgãos públicos detentores das informações necessárias ao aparelhamento das execuções fiscais, uma vez que é Fazenda Pública, ainda que, em alguns casos, lato sensu.

Não custa lembrar que a consulta aos Registros de Imóveis é providência acessível a qualquer pessoa, não havendo necessidade de intervenção deste Juízo para tanto.

A intervenção judicial mediante a expedição de ofícios e/ou consulta ao sistema INFOJUD somente se justifica em caráter excepcional, quando esgotados todos os meios disponíveis no sentido de localizar bens do executado passíveis de penhora. Confira-se:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENS DO DEVEDOR. INFOJUD. UTILIZAÇÃO EXCEPCIONAL. INDEFERIMENTO. 1. A decisão agravada negou a utilização do INFOJUD para obter as 5 (cinco) últimas declarações de imposto de renda da co- executada forte na inconstitucionalidade da quebra do sigilo fiscal fora do processo penal. 2. As ferramentas eletrônicas de localização de bens, para futura penhora e/ou restrição de uso, nos limites da legalidade constituem, inequivocamente, medidas de moralização das execuções em geral e atendem ao princípio constitucional da duração razoável do processo, que se harmoniza, ainda, ao princípio da efetividade dos direitos postulados em juízo. 3. A excepcionalidade da utilização do INFOJUD justifica-se, porém, por ser ônus do credor a indicação de bens à penhora e o exaurimento das diligências visando a sua localização, observada a ordem preferencial do art. 655, com as vantagens oferecidas pelo art. 615-A, do CPC, não tendo o juízo atribuição funcional de proceder à pesquisa aberta de bens e/ou o paradeiro do devedor/executado. 4. A exequente, instituição financeira centenária, em princípio, dispõe dos meios necessários à persecução de bens do devedor, inclusive e nomeadamente nos registros imobiliário, marítimo e de títulos e documentos, e civil das pessoas jurídicas; juntas comerciais, dentre outras iniciativas ao escopo de desincumbir-se do ônus, a cargo do credor, a cujo interesse creditório submete-se todo o patrimônio do devedor, segundo a dicção do art. 612 do CPC. 5. A CAIXA não comprovou, inequivocamente, ter esgotado as diligências a seu alcance para localizar bens da executada, e o sigilo fiscal é garantia constitucional assegurada ao contribuinte, somente podendo ser quebrado pelo INFOJUD quando houver indiscutível necessidade de intervenção do Judiciário, o que não é o caso. Precedentes. 6. Nas operações ativas, é um risco da atividade bancária a falta de lastro patrimonial dos seus devedores, cabendo, por economia, também à credora, na extinção do processo, lançar a prejuízo o crédito fracassado. 7. Agravo de instrumento desprovido (TRF2, AG 201402010009997, Desembargadora Federal N IZETE LOBATO CARMO, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 26/02/2014.)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ÔNUS DO CREDOR. DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFICIOS À RECEITA FEDERAL E AO DETRAN. INDEFERIMENTO. ENTENDIMENTO DO STJ E DESTA CORTE. 1. Não merece acolhida a irresignação da Agravante. 2. É que, a decisão agravada afina-se com o entendimento jurisprudência, de que, em sede judicial, o deferimento de pedido de expedição de ofício a instituições públicas ou privadas detentoras de informações sigilosas ou não sobre pessoas físicas e/ou jurídicas, com o fito de obtê-las (a) para identificar o paradeiro e a situação jurídica destas, (b) para localizar bens passíveis de constrição judicial executória, ou, ainda, (c) para fins de instrução de processo judicial apenas é viável em hipóteses excepcionais e após a comprovação de que diligenciou o requerente, de modo exaustivo, por seus meios próprios e disponíveis, no sentido de obter ditas informações (TRF- 2ª REG., Agravo Interno no Agravo de Instrumento nº 200502010072232/RJ, Sétima Turma Esp, Relator Juiz Sergio Schwaitzer, DJU de 10/10/2007; TRF- 2a Região, AGT nº 155.041-ES, 5ª Turma, rel. Des. Fed. Antonio Cruz Netto, j. 11/12/2007; STJ, RESP 400598 /RS, Relator(a) Aldir Passarinho Junior, DJ de 01/07/2002; STJ, RESP nº 364.424-RJ, 3ª Turma, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 04/04/2002). 3. Assim, a meu juízo, inexistindo demonstrativo do esgotamento mínimo de diligências, pela Agravante, não há como se dar trânsito à irresignação. 4. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido (TRF2, AG 201002010144962, Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 02/03/2011.)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. OFICIAR À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR PASSÍVEIS DE PENHORA. QUEBRA DE SIGILO FISCAL. EXCEPCIONALIDADE. EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS A CARGO DO CREDOR. NÃO CONFIGURADO. AGRAVO DE INSTR UMENTO DESPROVIDO. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento visando à reforma de decisão que indeferiu pedido de expedição de ofício à Secretaria da Receita Federal, visando obter cópias das últimas declarações de imposto de renda do devedor, ora Agravado, e, consequentemente, as informações acerca de eventuais bens passíveis de penhora. 2. A utilização do sistema INFOJUD (Sistema de Informações ao Judiciário) deve ser permitida apenas excepcionalmente, quando já realizadas diligências extrajudiciais para localização de bens do devedor. O acesso a esse tipo de dados apenas pode ser viabilizado caso restem frustradas as demais tentativas a cargo do credor. 3. No caso concreto, as certidões expedidas pelos 5º e 6º Ofícios de Registro de Distribuição e as Certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição, informam o resultado negativo, sucedendo-se, também, infrutíferas as consultas através do RENAJUD e BACENJUD, sendo que nada mais foi providenciado, exceto requerer a quebra de sigilo fiscal através de expedição de ofício à Secretaria da Receita Federal, pleito que foi indeferido pela decisão agravada. 4. Agravo de Instrumento desprovido (AG 201302010113450, Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 09/12/2013.)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SISTEMA SIGILO FISCAL. NECESSÁRIO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. 1. A jurisprudência firmou-se no sentido de que apenas pode ser viabilizada a utilização do sistema INFOJUD no caso de restarem frustradas as demais tentativas a cargo do credor, por tratar-se de instrumento de acesso a informações fiscais do contribuinte, dados que se encontram em poder do órgão fiscalizador. 2. Para a utilização do sistema RENAJUD, deve a parte exeqüente demonstrar que procedeu às diligências tradicionais ordinárias disponíveis para a localização de bens do executado, sem obter êxito, ou ainda obter confissão através de oficial de justiça em que a parte executada declare nada possuir para garantia da dívida. 3. No caso, resta comprovado o esgotamento das diligências (TRF4, AG 200904000450641, Desembargadora Federal CARLA EVELISE JUSTINO HENDGES, SEGUNDA TURMA, D.E. 10/02/2010.)

Diante do exposto, antes de deferir o pedido em questão, o que entendo como o Poder Judiciário secretariar em favor da parte autora, deverá a Exequente comprovar que diligenciou e não localizou bens passíveis de penhora.

Prazo: 10 (dez) dias, contados em dobro n/f do art. 183 do CPC.

Cumprido o quanto se determina, voltem-me os autos conclusos.

Não havendo atendimento, suspendo o curso da presente Execução Fiscal com fulcro no disposto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, ou até manifestação de uma das partes.

Intime-se.

Prazo : 10 (dez) dias, contados em dobro n/f do art. 183 do CPC.

Decorrido tal prazo, sem manifestação útil ao prosseguimento da Execução, os autos serão arquivados sem baixa na forma do art. 40, § 2º, da LEF, ficando a Exequente desde já ciente de que não haverá nova intimação acerca do arquivamento, o qual é decorrência automática do decurso do prazo de um ano de suspensão, iniciando-se o cômputo do prazo prescricional do referido arquivamento, nos termos do art. 40, § 4º, da LEF.

Conforme previsão legal, somente com a efetiva localização do devedor ou de bens sobre os quais possa recair a penhora, os autos serão desarquivados para o prosseguimento da execução, atentando a Exequente para o fato de que petições requerendo suspensão por tempo determinado, seguida de nova vista, sequer serão apreciadas por este Juízo, por prejudiciais à celeridade e à economia processual."

Ademais, analisando-se a documentação acostada ao presente feito, ao que tudo indica, a situação concreta não parece sinalizar para a ocorrência de esgotamento das diligências no sentido da busca de bens a serem executados no processo originário.

Diante do explanado, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e à luz dos elementos que permeiam os autos, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo de primeiro grau.

Assim, por ora, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, até ulterior apreciação do agravo pela colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC.

Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

23 - 0002188-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002188-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 17:54

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: EMILIO PAULO DE SOUZA

AGRAVANTE: DELSON GONÇALVES TEIXEIRA

ADVOGADO: JORGE PINTO DA SILVA

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: GILBERTO DE CASTRO NUNES FILHO

PARTE AUTORA: FELIPE MARTINS E CRUZ

PARTE AUTORA: BEATRIZ DOMINGUES VIEIRA CANONICE

PARTE AUTORA: JOSE EMILIO SPPEZAPRIA FILHO

ADVOGADO: JORGE PINTO DA SILVA

PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0044434-86.1992.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
EMILIO PAULO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO
:
JORGE PINTO DA SILVA, JORGE PINTO DA SILVA
AGRAVADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
ADVOGADO
:
GILBERTO DE CASTRO NUNES FILHO, ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
26ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00444348619924025101)
Despacho
I - Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC/2015.
II - Certificado o resultado da intimação, com ou sem contrarrazões, colha-se a manifestação do Ministério Público Federal (art. 1.019, III, do NCPC/2015).
III - A seguir, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0002208-66.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002208-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 16/03/2017 19:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0007056-32.2011.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS E OUTRO
ADVOGADO
:

HELIO SIQUEIRA JUNIOR, ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
03ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00070563220114025101)
Despacho
I - Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC/2015.
II - Certificado o resultado da intimação, com ou sem contrarrazões, colha-se a manifestação do Ministério Público Federal (art. 1.019, III, do NCPC/2015).
III - A seguir, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0002238-04.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002238-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/03/2017 16:09
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: ACCESS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA
ADVOGADO: Fabiana Pereira de Belli
AGRAVADO: CBTU-CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: AVANTIA TECNOLOGIA E ENGENHARIA S/A.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0023142-68.2017.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: ACCESS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA
ADVOGADO: FABIANA PEREIRA DE BELLI
AGRAVADO: CBTU-CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: AVANTIA TECNOLOGIA E ENGENHARIA S/A.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ORIGINÁRIO: 7A VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2017.51.01.023142-9)
D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por ACCESS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de mandado de segurança, indeferiu o pedido de liminar formulado na petição exordial.
A partir de consulta ao sítio eletrônico da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, infere-se que a hipótese é de mandado de segurança impetrado pela ora agravante, contra os atos praticados pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, pelo PRESIDENTE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, indicando a pessoa jurídica denominada AVANTIA TECNOLOGIA E ENGENHARIA S/A como litisconsorte passiva necessária, objetivando, em síntese, a concessão de "medida liminar inaudita altera pars, determinando a habilitação da Impetrante, de forma que o processo licitatório tenha regular prosseguimento até seus ulteriores termos. Caso não entenda esse juízo por deferir tal pedido liminar, que, ao menos, defira liminar para suspender o processo licitatório, a assinatura do contrato administrativo, a expedição da ordem de serviço ou mesmo a execução do contrato, conforme o caso, até o julgamento definitivo do presente feito", assim como, ao final, "a concessão da segurança, com a confirmação da liminar ora requerida, de modo a anular a decisão do recurso administrativo, assegurando a habilitação da Impetrante no RDC na forma eletrônica nº 005-2016/GALIC/CBTU-AC e determinando a inabilitação da AVANTIA. Caso não entenda esse juízo pelo concessão de tal segurança, que decrete a nulidade do processo licitatório, a partir do julgamento do recurso administrativo, inclusive a homologação, adjudicação e contrato administrativo, conforme o caso, determinando-se o regular prosseguimento do certame".
Por meio do presente recurso, aduz a agravante, em apertadas linhas, que "resolveu concorrer à licitação RDC na forma eletrônica de nº 005-2016/GALIC/CBTU-AC, lançada pela COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, destinada à contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia elétrica, eletrônica e informática para fornecimento e implantação de um SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO (SME) a ser instalado nas áreas administrativas e nas áreas operacionais e de manutenção, como se observa do edital (doc. 03 da inicial do MS). Ao final da fase de julgamento, a Agravante apresentou o maior desconto (28,700%), totalizando um preço de R$ 9.239.157,61, sendo

convocada para apresentar seus documentos de habilitação e sua proposta, o que fez tempestivamente (doc. 04 da inicial do MS). Ocorre que, para surpresa da Impetrante, ora Agravante, o Primeiro Agravado inabilitou-a, sob os seguintes argumentos (doc. 05 da inicial do MS): 1 – Não atendimento da qualificação econômico-financeira, já que teria apresentado apenas um documento, denominado balanço, referente ao mês de abril de 2016 e não de todo exercício; 2 – Não atendimento da qualificação técnica, já que os atestados apresentados supostamente não atenderiam integralmente aos requisitos da licitação, pois não seriam compatíveis com todas as características nem com a complexidade do sistema objeto do certame em questão. Também foi feita referência a um relatório quanto a eventuais inadequações de materiais/equipamentos propostos, sem, contudo, restar claro da decisão se tal item seria suficiente para inabilitar a Agravante. Posteriormente, a empresa Agravada foi habilitada (doc. 06 da inicial do MS) mesmo apresentando diversos vícios em sua documentação. Contra tal decisão, a Agravante interpôs recurso administrativo (doc. 07 da inicial do MS), impugnando a sua inabilitação, bem assim impugnando a habilitação da empresa Agravada, o que foi devidamente contrarrazoado (doc. 08 da inicial do MS). Acontece que o seu recurso administrativo foi desprovido, pela mesma autoridade que proferiu a decisão recorrida, sem que tenham sido apresentados argumentos suficientes para afastar os fundamentos trazidos pela Agravante contra sua inabilitação e, pior, sem que os fundamentos de inabilitação da empresa Agravada fossem sequer apreciados (doc. 09 da inicial do MS). Indagado pela Agravante se tal recurso seria julgado pela autoridade superior, o Primeiro Agravado respondeu sobre a possibilidade de apresentação de representações e que estas não teriam efeito suspensivo, entremostrando que, na ótica dele teria havido o esgotamento da instância administrativa (doc. 10 da inicial do MS). De toda forma, nas consultas diárias que a Agravante realizou no sistema do Comprasnet sobre o certame em foco sempre constou a informação de que o recurso ainda não teria sido julgado pela autoridade superior, no caso o Segundo Agravado, ou que o recurso estaria pendente de julgamento (doc. 11 da inicial do MS), o que fez com que a Agravante ficasse aguardando tal decisão", argumentando que "diante da demora, ao fazer uma diligência in loco na Comissão de Licitação, a Agravante identificou que sorrateiramente o recurso já teria sido julgado pelo Segundo Agravado e o processo licitatório já estava na iminência de sua conclusão", fazendo alusão ao artigo 7º, incisos I, II e III, da Lei n.º 12.016/2009, defendendo a "ilegalidade da inabilitação do agravante", e "atendimento da qualificação econômico-financeira através do balanço de abertura", sustentando que "apenas em março de 2016, com a constituição da sociedade é que a Agravante passou a ser obrigada a manter a contabilidade de suas operações, o que o fez de imediato, através de seu balanço de abertura, no exercício de abril de 2016", discorrendo, também, sobre "atendimento da qualificação técnica através dos atestados apresentados", apresentando ponderações a respeito da respectiva inabilitação verificada pela Administração Pública, carreando comentários sobre a "ilegalidade da inabilitação da agravante pelo suposto descumprimento das especificações dos materiais", sobre 'as razões de inabilitação da litisconsorte passiva necessária - questão totalmente olvidada na decisão agravada", mencionando o item 5.35.9 do Edital do certame em comento, sustentando que "a AVANTIA, em flagrante descumprimento do edital, não detalhou a composição unitária dos itens, separando o valor do serviço e o valor do material, contrariando a exigência do Edital e do PB10 e o item 5.35.9 do Edital", tecendo considerações, ainda, sobre aspectos de suposta "nulidade da decisão do recurso administrativo por irregularidades formais", defendendo "nulidade do julgamento do recurso administrativo pela ausência de motivação", fazendo menção aos artigos 2º, inciso VII, e 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99, discorrendo, a respeito "da nulidade do processo a contar do julgamento do recurso administrativo".

Por fim, a agravante requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal, "determinando a habilitação da Agravante, de forma que o processo licitatório tenha regular prosseguimento até seus ulteriores termos", e, caso"não entenda esse juízo por deferir tal pedido liminar, que, ao menos, defira liminar para suspender o processo licitatório, a assinatura do contrato administrativo, a expedição da ordem de serviço ou mesmo a execução do contrato, conforme o caso, até o julgamento definitivo do presente feito", requerendo, também, o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, "para conceder a liminar requestada no mandado de segurança, ratificando os termos da tutela antecipada recursal".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, o Douto Magistrado de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próximo da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar a presença, ou não, dos requisitos autorizadores da antecipação de tutela. Em outros termos, a concessão de medidas liminares ou de índole antecipatória deve, em princípio, ser deixada ao prudente arbítrio do juiz, não cabendo a esta Corte, por isso mesmo, se imiscuir em tal seara, salvo em hipóteses excepcionais, que se revelarem muito peculiares (cf. AG n.º 164742, Quinta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. VERA LÚCIA LIMA, DJ de 02.12.2008; AG n.º 135487, Oitava Turma Especializada, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, DJ de 07.06.2005 e AG 146766, Primeira Turma Especializada, Rel. Des. Fed. ABEL GOMES, DJ de 03.02.2009).

In casu, verifico que a decisão agravada, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"ACCESS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA, já qualificada na inicial, impetrou o presente Mandado de Segurança com pedido de liminar contra atos praticados pelos PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU e PRESIDENTE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, em litisconsórcio passivo com a empresa AVANTIA TECNOLOGIA E ENGANHARIA S/A., no âmbito do processo licitatório lançado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e destinado à contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia elétrica, eletrônica e informática para fornecimento e implantação de um sistema de monitoramento eletrônico (SME) (fls. 01/29).

A impetrante objetiva, liminarmente, a sua habilitação no processo licitatório e o regular prosseguimento da licitação. Subsidiariamente, requer o deferimento do pedido liminar para que seja suspensa a licitação, a assinatura do contrato administrativo com a empresa AVANTIA, a expedição de ordem de serviço e a execução do contrato.

Em caráter definitivo, solicitou a anulação da decisão que julgou o recurso administrativo apresentado pela impetrante e a determinação da inabilitação da litisconsorte passiva. Em caso de negativa, requer a decretação de nulidade do processo licitatório em razão do julgamento do recurso administrativo interposto no âmbito da licitação.

Alegou ter sido ilegalmente inabilitada do processo licitatório lançado pela CBTU, uma vez que atendeu às qualificações - econômico-financeira e técnica - necessárias à prestação do serviço e cumpriu as especificações dos materiais previstas no edital.

Postulou a inabilitação da litisconsorte passiva necessária em razão desta não ter realizado o detalhamento da composição unitária dos preços e dos itens de cada serviço e cada material oferecidos pela empresa em sua proposta.

Argumentou pela nulidade da decisão do recurso administrativo apresentado no âmbito do processo licitatório por conta de vícios formais, especificamente a ausência de motivação. Defendeu, ainda, que a decisão desrespeitou os princípios da publicidade e da moralidade da administração pública, o que imporia a nulidade do processo licitatório a partir do momento do julgamento do recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

A impetrante busca a concessão de medida liminar para que seja habilitada novamente no processo licitatório. Subsidiariamente, solicita a suspensão da licitação.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança, quando possível, é condicionada à satisfação, cumulativa e simultânea, dos requisitos previstos no art. 7º, III, da Lei n. 12.016/09, quais sejam, a existência de fundamento relevante e a possibilidade de que do ato impugnado possa resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida somente ao final. Em outras palavras, a concessão de medida liminar em sede de mandado de segurança está atrelada ao disposto naquele dispositivo legal, que possibilita seu deferimento em caso de concomitância da plausibilidade do direito invocado (fumus boni iuris) e do risco de perecimento de tal direito face à urgência do pedido (periculum in mora).

Ao analisar, em primeiro lugar, o pedido inicial da impetrante, relativo à sua habilitação no procedimento licitatório, verifica-se que este não merece prosperar.

Em uma análise perfunctória, própria desta fase processual, conclui-se que os certificados técnicos (fls. 391, 392, 395 e 398) e o balanço de abertura (fls. 373/377) trazidos pela empresa não demonstram, por si só, que restaram atendidas, respectivamente, as qualificações técnica e econômico-financeira, exigidas pelo edital para a habilitação das concorrentes (fls. 307/314, em especial as cláusulas 9.1.5.4.2 e 9.4.2.2).

Os certificados trazidos pela impetrante são relacionados a serviços de magnitude substancialmente inferior àquele objeto do processo licitatório. A título comparativo, a impetrante foi responsável pela instalação de 210, 12, 14 e 16 câmeras em cada um dos serviços anteriormente prestados (fl. 391, 392, 395 e 398, respectivamente), quantidade consideravelmente inferior ao da presente licitação (fls. 36/298).

A impetrante tampouco demonstrou como vários dos produtos mencionados na listagem do parecer técnico da CBTU como impróprios (fls. 607/616) cumpririam as exigências requeridas pelo edital (somente foram mencionados os produtos relativos aos itens 2.6 e 2.7 no recurso da impetrante - fls. 640/645).

No que se refere à ausência de razoabilidade de sua inabilitação em decorrência de sua qualificação econômico-financeira, em caso de empresa recém instituída, o balanço de abertura pode ser considerado documento hábil a demonstrar a idoneidade financeira (Precedente: STJ, REsp 1.381.152, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 01/07/2015).

Todavia, não parece razoável que a apresentação de documentação relativa exclusivamente ao mês de abril de 2016 (fls. 432/436) possa caracterizar a idoneidade financeira de determinada empresa. Assim, não é possível, nesse momento processual e com base exclusivamente naquela documentação, entender que restou atendida a qualificação econômico-financeira necessária à sua habilitação.

Desta maneira, não se mostra presente o requisito da plausibilidade do direito do autor, necessário à concessão de medida liminar.

Por fim, tampouco o requerimento de suspensão do processo licitatório merece prosperar.

Por mais que a decisão do recurso administrativo interposto pela empresa ACCESS (fls. 746/756) traga, em determinados pontos, fundamentação vaga e imprecisa, pelo exposto até o presente momento, estes não são suficientes para impor a anulação da decisão e a suspensão dos procedimentos licitatórios.

Diversos foram os argumentos que levaram a impetrada à decisão de não admissão do recurso administrativo da impetrante, cada um deles apto, por si só, a justificar a sua inadmissão.

Nesse diapasão, suspender o processo licitatório em razão de ausência de motivação, quando há argumentos na decisão isolada e plenamente suficientes para fundamentar a inadmissão da concorrente, acarretaria ônus injustificado e desproporcional ao trâmite do processo e à toda Administração Pública.

Portanto, sem prejuízo de posterior determinação, no momento processual oportuno, para que o impetrado complemente as inconsistências em sua decisão, por inexistente o requisito do periculum in mora, haja vista que o preenchimento das lacunas de fundamentação não alteraria a conclusão da decisão, tampouco nesse ponto merecem prosperar as alegações da impetrante.

Em face do exposto, INDEFIRO A TUTELA LIMINAR, ao menos por ora, visto que ausentes seus requisitos, com fulcro no art. 7°, III, da Lei n° 12.016/09.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora para ciência da presente decisão, bem como para prestar as informações, no prazo legal.

Dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial de ambos os impetrados para, querendo, ingressar no feito, na forma do art. 7º, II, da Lei 12.016/09.

Após, ao Ministério Público Federal.

Posteriormente, venham os autos conclusos para sentença.

Publique-se. Intimem-se."

Por outro lado, compete frisar, consoante externado pelo Juízo a quo na decisão ora sob censura, que, diante do exame da documentação acostada, e em uma "análise perfunctória, própria desta fase processual", constatou-se que "os certificados técnicos (fls. 391, 392, 395 e 398) e o balanço de abertura (fls. 373/377) trazidos pela empresa não demonstram, por si só, que restaram atendidas, respectivamente, as qualificações técnica e econômico-financeira, exigidas pelo edital para a habilitação das concorrentes (fls. 307/314, em especial as cláusulas 9.1.5.4.2 e 9.4.2.2)", tendo sido expressamente destacado que "os certificados trazidos pela impetrante são relacionados a serviços de magnitude substancialmente inferior aquele objeto do processo licitatório", bem como que "a impetrante tampouco demonstrou como vários produtos mencionados na listagem do parecer técnico da CBTU como impróprios (fls. 607/616) cumpririam as exigências requeridas pelo edital", q eu "não parece razoável que a apresentação de documentação relativa exclusivamente ao mês de abril de 2016 (fls. 432/436) possa caracterizar a idoneidade financeira de determinada empresa".

Outro ponto que deve ser destacado, conforme bem observado pelo Julgador de primeiro grau de jurisdição, é que, a partir de exame da decisão administrativa concedida pela primeira agravada, pode ser depreendido que "diversos foram os argumentos que levaram a impetrada à decisão de não admissão do recurso administrativo da impetrante, cada um deles apto, por si só, a justificar a sua inadmissão".

Nesse diapasão, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e diante da estreita via cognitiva característica do recurso de agravo de instrumento, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, inobstante as teses jurídicas esposadas pela recorrente, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo de primeiro grau.

Assim, por ora, diante dos elementos que instruem o presente processo eletrônico, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL, até ulterior apreciação do agravo pela Colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Novo CPC.

Após, ao MPF, para que, se assim entender necessário, apresente parecer a respeito do tema em voga, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0002240-71.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002240-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/03/2017 16:48

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: ANA LUCIA GOMES VIANA MARCONDES

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0176568-37.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ANA LUCIA GOMES VIANA MARCONDES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGINÁRIO: 8A VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2016.51.01.176568-3)
D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pelo SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, DE VIGILÂNCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, DE CURSOS DE FORMAÇÃO E SIMILARES OU CONEXOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado na petição exordial.

A hipótese é de ação de rito ordinário ajuizada pelo ora agravante, em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando, em síntese, a antecipação dos efeitos da tutela, "em caráter liminar, inaudita altera pars", para "determinar a imediata suspensão dos efeitos do parágrafo primeiro do art. 66 da Portaria 3233/2012", e "determinar que o Réu se abstenha de praticar qualquer ato que importe em desobediência à liminar retro", bem como, "no mérito, que seja garantido ao autor a manutenção dos pedidos constantes na tutela antecipada e, que seja o Réu condenado a excluir o contido no parágrafo primeiro do art. 66", nos termos ventilados na peça inicial (cópia às fls. 36/46).

Por meio do presente recurso, aduz o agravante, em apertadas linhas, que o artigo 66, §1º, da Portaria n.º 3233/2012 - DG/DPF "permite que a critério do contratante, a guarnição referida no caput seja reduzida pela metade, quando se tratar de cargas ou valores de pequena monta", sustentando que "beira o absurdo que a Administração Pública, no caso, o Departamento de Polícia Federal que, no exercício de suas atribuições legais, é a responsável por editar normas concretas para a regulação dos serviços de segurança privada, normas estas que devem ser seguidas pelas empresas de vigilância e segurança privada, estabelecendo parâmetros mínimos que devem ser obedecidos, bem como, sendo a DELESP a responsável por realizar as fiscalizações para certeza de que tais normas são devidamente cumpridas, atribua ao particular, no caso, às próprias empresas contratantes dos serviços de escolta, a decisão quanto à redução do quantitativo de vigilantes e, ainda, a avaliação acerca do que seja carga de pequena monta", e que "mesmo que a carga ou os valores transportados sejam de grande monta, os contratantes, no intuito de reduzirem custos, contratam apenas 02 vigilantes para fazer a escolta das mercadorias, colocando em risco a vida dos profissionais, que estão morrendo a cada dia mais no Rio de Janeiro", defendendo, também, que "a redação contida no parágrafo primeiro do artigo 66, além de contrariar o contido no caput, permite que as contratantes avaliem o produto transportado da forma que melhor lhes atenda, ou seja, de acordo com seus interesses e com baixo custo na contratação dos serviços de escolta armada, sendo infundado o argumento da Administração Pública que admite que deixou tal avaliação a critério da contratante, sendo que, conforme cediço, a intenção normativa emanada da Administração Pública deve ser sempre com vistas à finalidade pública, a coletividade e não ao interesse do particular", mencionando o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, transcrevendo trecho da decisão ora sob censura, além de argumentar que "as transportadoras/contratantes, contratam os serviços de escolta armada por exigências contratuais das seguradoras, no entanto, conforme exaustivamente narrado, utilizam-se da previsão contida no parágrafo primeiro do art. 66 para contratar uma guarnição de apenas dois vigilantes, inclusive quando envolve o transporte de carga de grande monta, o que vem submetendo os trabalhadores a situações de extremo risco de vida", requerendo, por fim, a atribuição de efeito suspensivo com a concessão da "tutela de urgência pleiteada", e a suspensão dos "efeitos do parágrafo primeiro do art. 66 da Portaria 3233/2012", assim como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento "para deferir a tutela de urgência no sentido de suspender os efeitos do parágrafo primeiro do art. 66 da Portaria 3.233/2012, até o deslinde da presente demanda".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, a Douta Magistrada de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próxima da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar a presença, ou não, dos requisitos autorizadores da antecipação de tutela. Em outros termos, a concessão de medidas liminares ou de índole antecipatória deve, em princípio, ser deixada ao prudente arbítrio do juiz, não cabendo a esta Corte, por isso mesmo, se imiscuir em tal seara, salvo em hipóteses excepcionais, que se revelarem muito peculiares (cf. AG n.º 164742, Quinta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. VERA LÚCIA LIMA, DJ de 02.12.2008; AG n.º 135487, Oitava Turma Especializada, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, DJ de 07.06.2005 e AG 146766, Primeira Turma Especializada, Rel. Des. Fed. ABEL GOMES, DJ de 03.02.2009).

In casu, verifico que a decisão agravada, acostada às fls. 300/301, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"Conforme já relatado na decisão de fls. 286/287, cuida-se de ação ordinária proposta pelo SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, DE VIGILÂNCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, DE CURSOS DE FORMAÇÃO E SIMILARES OU CONEXOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com pedido de tutela de urgência, em face

da UNIÃO FEDERAL (DELESP) objetivando a suspensão dos efeitos da norma consubstanciada no parágrafo primeiro do art. 66, da Portaria 3.233/2012.

A apreciação da tutela de urgência foi postergada para a vinda da contestação, apresentada, por sua vez, às fls. 294/300, instruída com documentos de fls. 301/303.

Passo a decidir.

A antecipação dos efeitos da tutela foi reproduzida na novel lei processual, denominada tutela de urgência, e encontra-se regulada no artigo 300 do CPC/2015, da seguinte forma:

"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão". (gn)

No caso concreto, não verifico a presença de fundamento relevante para a concessão da tutela de urgência requerida, como a seguir exponho.

Com efeito, a Portaria nº 3233/2012 - DG/DPF, que dispõe sobre as normas relacionadas à segurança privada, em seu art. 66, determina que os vigilantes empenhados na atividade de escolta armada deverão compor uma guarnição mínima de quatro vigilantes, por veículo, já incluído o condutor, todos especialmente habilitados. Seu § 1º ressalva, ainda, que, nos casos de transporte de cargas ou valores de pequena monta, a critério do contratante, a guarnição referida no caput poderá ser reduzida até a metade.

Não obstante a relevância da situação fática narrada, consubstanciada no risco a que se submetem os vigilantes empenhados na atividade de escolta armada, tenho que o contratante, ao optar por reduzir o número de vigilantes, também estará sujeito a um risco maior, uma vez que poderá ter sua carga furtada/roubada.

Assim, em tese, cabe ao contratante analisar o valor que considera de pequena monta e avaliar o prejuízo que poderá vir a ter, caso a carga não seja transportada por um número de vigilantes capazes de protegê-la a contento.

Dessa forma, analisada no plano abstrato, não se vislumbra que a norma impugnada esteja dissociada do seu objetivo, pois tal faculdade revela-se razoável, medindo-se o nexo entre a conduta - transporte de carga ou valores de pequena monta - e a necessidade da contratação de um número menor de profissionais.

Ademais, tampouco se cogita de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, caso a questão venha a ser analisada ao final da ação, após ampla dilação probatória.

Do exposto, INDEFIRO a tutela de urgência requerida.

P. I."

Por outro lado, compete frisar, consoante externado pelo Juízo a quo na decisão ora sob censura, que a norma ora sob questionamento pela parte agravante, examinada em abstrato, não parece restar "dissociada do seu objetivo", uma vez que a faculdade possibilitada pelo texto da mencionada Portaria, revela-se razoável, à luz do nexo estabelecido entre a conduta, configurada no transporte de cargas ou valores de pequena monta, e a necessidade da contratação de um número reduzido de profissionais para tal fim.

Ademais, conforme vislumbrado pela Julgadora de primeiro grau de jurisdição, não se "cogita de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, caso a questão venha a ser analisada ao final da ação, após ampla dilação probatória".

Nesse diapasão, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e diante da estreita via cognitiva característica do recurso de agravo de instrumento, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, inobstante a tese jurídica esposada pelo recorrente, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo de primeiro grau.

Assim, por ora, diante dos elementos que instruem o presente processo eletrônico, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, até ulterior apreciação do agravo pela Colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Novo CPC.

Após, ao MPF, para que, se assim entender necessário, apresente parecer a respeito do tema em voga, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Ação Rescisória - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0008616-10.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008616-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição Livre - 27/09/2016 19:45

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AUTOR: VALDECI DOS SANTOS VIRGILIANO

ADVOGADO: VIVIAN DAYSE ALVES COSTA

RÉU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO

Originário: 0008372-17.2015.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

RELATORA

:

DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA

AUTOR

:

VALDECI DOS SANTOS VIRGILIANO

ADVOGADO

:

VIVIAN DAYSE ALVES COSTA

REU

:

CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO

:

LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO

ORIGEM

:

01ª Vara Federal de Resende (00083721720154025109)

DESPACHO

Defiro a produção de prova documental requerida pela parta autora, concedendo o prazo de 10 (dez) dias para sua juntada.

Após, voltem-me conclusos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Mandado de Segurança - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Mandado de Segurança - Proc. Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho

27 - 0002123-80.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002123-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 19:37

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

IMPETRANTE: JOSE AMARO DA FONTE NEVES

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE DA SILVA

IMPETRADO: INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

IMPETRANTE: JOSE AMARO DA FONTE NEVES

IMPETRADO: INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

D E C I S Ã O

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por JOSE AMARO DA FONTE NEVES em face do INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA – INEP.

Alegou o Impetrante, em síntese, que a parte ré cerceou o seu direito de realizar a matrícula e disputar uma vaga no Sistema de Seleção Unificada – SISU, estando configurado o abuso de poder, já que o Impetrado aplicou critério de eliminação não referenciado nas diretrizes constantes no Edital, violando a segurança jurídica implícita.

É o relatório. Decido.

O Tribunal Regional Federal é competente para processar e julgar Mandado de Segurança Originário apenas contra ato de autoridade elencada no art. 108, I, "c", da Constituição Federal de 1988.

Desta forma, não se pode reconhecer a competência deste Órgão Jurisdicional para julgar Mandado de Segurança impetrado contra a pessoa jurídica indicada na inicial.

Convém ratificar que compete à Turma Especializada deste Tribunal processar e julgar os Mandados de Segurança contra ato de Juiz Federal ou Juiz de Direito no exercício de jurisdição federal, em consonância com o art. 16 do Regimento Interno deste Tribunal.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO PRATICADO POR JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL. ARTIGO 108, INCISO I, ALINEA "c", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTIGO 16, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO TRF DA 2ª REGIÃO. SUCEDÂNEO DE AÇÃO DE COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. SEGURANÇA DENAGADA. - Conforme preceitua o art. 108, I, "c", da Constituição Federal, bem como o artigo 16, inciso II, do Regimento Interno do TRF da 2ª Região, a competência para processar e julgar o mandado de segurança impetrado contra ato praticado por Juiz Federal pertence ao Tribunal Regional Federal ao qual a autoridade está vinculada, sendo desinfluente se o ato impugnado se reveste de natureza jurisdicional ou administrativa. De fato, não tendo o constituinte originário fixado expressa distinção quanto a natureza do ato inquinado coator para fins de fixação da competência, não cabe ao aplicador do direito fazê-lo, à guisa de se mensurar o alcance e o sentido da norma constitucional. (...) - Segurança denegada."

(TRF2, Oitava Turma Especializada, MS 0012585-38.2013.4.02.0000, Rel. Des. Federal VERA LUCIA LIMA, e-DJF2R 07/10/14, unânime)

No caso concreto, além de não ser competência deste Tribunal, também não há competência da Justiça de 1º grau da 2ª Região, por se discutir ato de autoridade com sede em Brasília, conforme indicado na inicial.

Diante do exposto, INDEFIRO A INICIAL, nos termos do artigo 10 da Lei nº 12.016/2009.

Custas na forma da Lei. Sem condenação em honorários.

Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,

Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.

(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)

/mee

BOLETIM: 2017000225

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0004479-27.2010.4.02.5001 Número antigo: 2010.50.01.004479-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/06/2016 14:49

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES

ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES

APELADO: SEBASTIAO DO NASCIMENTO RIBEIRO

ADVOGADO: ALEXANDRE CHARLES DOS SANTOS

Originário: 0004479-27.2010.4.02.5001 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. CREA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA. LEI Nº 5.194/66. MVR. POSTERIOR ATUALIZAÇÃO DO ÍNDICE. INOCORRÊNCIA DE INOVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. RECURSO PROVIDO.

1. Preliminarmente, o mérito da sentença que julgou ilegal a multa administrativa imposta pelo CREA/ES deve ser afastado no que concerne à fixação de infrações, sanções, penalidades e multas por meio de resoluções ou atos administrativos regulamentares, posto que, no caso em tela, as mesmas foram instituídas por lei; da mesma forma, o índice previsto para sua cobrança, o Maior Valor de Referência (MVR) foi atualizado por outros índices, não havendo portanto ilegalidade.

2. A penalidade aplicada ao Apelado possuiu origem no artigo 6º, ¿a¿, da Lei nº 5.194/66, conforme consta expressamente da CDA.

3. O legislador estipulou, no artigo 73, da Lei nº 5.194/66, o denominado ¿maior valor de referência¿ (MVR) para atribuição dos valores devidos pelo cometimento de penalidade administrativa. Posteriormente, o referido índice foi atualizado pela UFIR (Unidade Fiscal de Referência) e, com a edição da Resolução nº 384/1994, do CONFEA, houve a alteração do índice a ser aplicado para atualização das penalidades pecuniárias previstas no artigo 73, da Lei nº 5.194/66, anteriormente estabelecidas em MVR, para UFIR. Com fundamento na referida Resolução, o CREA/ES, por meio do Ato Normativo nº 42/1994, atualizou os valores das multas previstas no artigo 6º, da Lei nº 5.194/66.

4. Os diplomas acima não inovaram no ordenamento jurídico, não havendo a instituição de novas penalidades administrativas. Tais dispositivos cingiram-se, tão somente, à atualização das multas aplicadas, limitando-se à conversão de determinados índices, o que, por si só, não implica em violação ao Princípio da Reserva de Lei para a estipulação de penalidades.

5. Ressalte-se, por fim, que eventual questionamento em relação à fixação dos valores da multa administrativa é matéria afeta à defesa, não podendo ser conhecida de ofício, pelo Magistrado, para extinguir o presente feito.

6. Apelação provida. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada - Relatora.
/lct

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0007671-56.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.007671-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2014 15:24
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APELANTE: PAULO CESAR DA SILVA REIS
APELANTE: CLARICE BARRETO DE SANTANA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0007671-56.2010.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

DIREITO CIVIL. CONTRATOS. FINANCIAMENTO ESTUDANTIL. FIES. EMBARGOS AÇÃO MONITÓRIA. LEGIIMIDADE DO FIADOR. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL. APLICABILIDADE DA TABELA PRICE. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. POSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO, EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. APELAÇÕES CONHECIDAS E DESPROVIDAS. SENTENÇA MANTIDA.

1. Trata-se de Apelações Cíveis interpostas em face da sentença de fls. 212/216, que, nos autos dos Embargos à Ação Monitória interposta por Paulo Cesar da Silva Pires, julgou parcialmente procedentes os

pedidos, para afastar a capitalização dos juros remuneratórios, prevista na cláusula décima quinta do contrato, e determinando que a CEF procedesse à revisão dos valores em cobrança.

2. Tendo o fiador/Apelante se obrigado como "principal pagador", se enquadra no art. 828, II, do Código Civil e art. 829, do mesmo diploma legal.

3. No que tange à ausência de documentos hábeis a instruir o pedido, o contrato firmado entre as partes e seus respectivos aditamentos, os quais não possuem eficácia de título executivo, preenchem o requisito exigido pelos artigos 1.102a e 1.102b do Código de Processo Civil/73, demonstrando, assim, ser plenamente cabível o ajuizamento da presente ação.

4. Quanto à aplicabilidade das normas do Código de Defesa do Consumidor, em se tratando de contrato de Financiamento Estudantil - FIES, o tema possui entendimento sedimento pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual se posiciona no sentido de que nestes contratos não existem relação de consumo. É incontroverso que não se aplica o CDC ao caso em análise.

5. No que se refere à alegada abusividade da Tabela Price, é válido ressaltar que a mesma consiste no método de calcular as prestações devidas em um financiamento, dividindo-as em duas parcelas: uma de amortização e outra de juros, o que não significa, por si só, que a aplicação de juros sobre juros ou a prática do anatocismo seja uma decorrência lógica da incidência da desta tabela. A Súmula nº 121 do STF e a Lei de Usura apenas vedam a prática do anatocismo e não a incidência da Tabela Price.

6. Sobre a questão acerca do permissivo legal para a capitalização dos juros em contrato de financiamento estudantil (FIES), a mesma foi superada pelo advento da alteração no artigo 5º, II, da Lei nº 10.260/2001, pela Lei nº 12.431/2011, de 24 de junho de 2011. Portanto, a partir desta alteração, passou a existir norma expressa autorizando a capitalização mensal de juros nos financiamentos concedidos com recursos do FIES.

7. No mesmo sentido, destaca-se que é legítima a cobrança da pena convencional prevista na cláusula décima nona do contrato em análise, nos termos do artigo 412 do Código Civil/2002, vez que o CDC não é aplicável in casu.Outrossim, o fato de tal cobrança ser concomitante com a multa moratória, da mesma forma, não implica em ilegalidade, porquanto possuem naturezas diversas.

8. Quanto às demais alegações de violação do dever de informação, impossibilidade de fluência de juros moratórios e inexistência da amortização justa dos valores das prestações sobre o saldo devedor, sendo inaplicável, ao caso, o Código de Defesa do Consumidor, caberia à parte que alega comprovar as suas afirmações, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil, o que não ocorreu nos autos, devendo, por esta razão, ser mantida a sentença.

9. Apelaçõesconhecidas e desprovidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos recursos, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada

/aie

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0031793-36.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.031793-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 23/01/2017 14:41
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GEORGE COSTA DE FARIAS
APELADO: IVANETE GOMES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0031793-36.2010.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO COM BASE NO ART. 485, INC. IV DO CPC/15, QUANDO DEVERIA SER PELO ART. 485, INC. III DO CPC/15. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA EXEQUENTE. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.

1. O decisum guerreado extinguiu o processo, com base no artigo 485, inciso IV do CPC/15, entendendo pela ausência de pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do feito.

2. O caso não é de ausência de pressupostos, mas sim de inércia da parte Autora em dar cumprimento à determinação judicial de promover as diligências necessárias ao prosseguimento da execução, que enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, III, do CPC/15. Para tanto, cumpre ao julgador observar a disposição constante do §1º do referido artigo, que preconiza a necessidade de intimação pessoal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro para, em 05 (cinco) dias, providenciar o andamento do feito.

3. Considerando que a extinção do processo não foi precedida da necessária intimação pessoal da Exequente, conforme preceitua o artigo 485, § 1º, do CPC/15, impõe-se a anulação da sentença para que se dê prosseguimento ao feito.

4. Apelação conhecida e provida. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao Recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000666-12.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.000666-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/11/2014 12:50
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE DE CARVALHO POVOAS DA SILVA
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
APELADO: ALEXANDRE MESQUITA DA CRUZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000666-12.2012.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSO CIVIL. MONITÓRIA. INTIMAÇÃO PESSOAL PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO. INÉRCIA DA AUTORA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE COMINAÇÃO DA PENA DE EXTINÇÃO EM CASO DE SILÊNCIO. APELAÇÃO PROVIDA.

1. A Autora foi intimada pessoalmente para dar prosseguimento ao feito, não constando do mandado a cominação expressa de que o feito poderia ser extinto em caso de inércia.

2. O Juizo a quo extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III c/c § 1º do CPC/73, sob o argumento de que a Caixa Econômica Federal não promoveu os atos e diligências que lhe competia.

3. É necessária a cominação expressa, na intimação pessoal, de que o feito será extinto em caso de inércia.

4. Apelação provida. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao Recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001358-17.2012.4.02.5002 Número antigo: 2012.50.02.001358-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 18/03/2016 16:30
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MINACOR MINERACAO LTDA
ADVOGADO: JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE
Originário: 0001358-17.2012.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
E M E N T A

EXECUÇÃO FISCAL. ABANDONO DE CAUSA. ARTIGO 267, III, DO CPC/73. INTIMAÇÃO PESSOAL. ARTIGO 5º, §1º E §6º DA LEI Nº 11.419/2006. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

1. A sentença a quo julgou extinto o processo sem resolução do mérito, com base no art. 267, III c/c §1º, do CPC/73, entendendo que o Autor não promoveu as diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias.

2. A extinção processual devido ao abandono da causa estabelecida no artigo 267, inciso III, do CPC/73, deve ser precedida de intimação pessoal prevista no §1º do mesmo dispositivo. Nessa esteira, a indigitada diligência foi cumprida, vez que houve a intimação eletrônica por confirmação da parte autora, nos moldes do art. 5º, §1º, da Lei nº 11.419/2006, onde o Juízo a quo abriu prazo de 30 (trinta) dias para que o DNPM promovesse as diligências que lhe competiam, sob pena de extinção. Entretanto, a parte interessada quedou-se inerte.

3. Convém salientar que a intimação feita por meio eletrônico, aos cadastrados na forma do artigo 2º, da Lei nº 11.419/06 dispensa a publicação em órgão oficial, devendo ser considerada pessoal, para todos os efeitos legais, a intimação eletrônica por confirmação, conforme preceitua o artigo 5º, §6º, do mesmo diploma legal.

4. Por fim, em se tratando de execuções fiscais, é cabível a extinção do feito sem resolução do mérito, por abandono de causa, quando a parte interessada se mantiver inerte. Precedentes do STJ e deste Egrégio Tribunal.

5. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada - Relatora.
/lct

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0010667-31.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.010667-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/11/2014 18:46
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: JUANIR JOSE DE MELLO

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: MAGDA HELENA MALACARNE
Originário: 0010667-31.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. CREA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA ADMINISTRATIVA. LEI 5.194/66. MVR. POSTERIOR ATUALIZAÇÃO. SEM INOVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A penalidade aplicada ao Apelado possuiu origem no art. 6º, ¿a¿, da Lei 5.194/66, conforme consta expressamente da CDA.

3. O legislador estipulou, no art. 73, da Lei 5.194/66, o denominado ¿maior valor de referência¿ (MVR) para atribuição dos valores devidos nas penalidades administrativas. Posteriormente, o índice foi atualizado pela UFIR (Unidade Fiscal de Referência) e, com a edição da Resolução nº 384/1994, do CONFEA, houve a alteração do índice a ser aplicado para atualização das penalidades previstas no art. 73, da Lei 5.194/66, de MVR para UFIR. Com fundamento na referida Resolução, o CREA/ES, por meio do Ato Normativo nº 42/1994, atualizou os valores das multas previstas no art. 6º, da Lei 5.194/66.

4. Os diplomas acima não inovaram no ordenamento jurídico, não havendo a instituição de novas penalidades administrativas. Tais dispositivos cingiram-se, tão somente, à atualização das multas aplicadas, limitando-se à conversão de determinados índices, o que, por si só, não implica em violação ao Princípio da Reserva de Lei para a estipulação de penalidades.

5. As resoluções, bem como as decisões normativas do CONFEA, visaram não à majoração das multas, mas à recomposição da perda inflacionária, mediante índices fixados pelo Poder Público, não havendo afronta à Súmula 57 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0062676-58.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.062676-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 17:33
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: VERA CRISTINA FERNANDES ABRAHAO
ADVOGADO: MARCOS ANDRE FERREIRA TAVARES
ADVOGADO: DILMA FERREIRA DA COSTA
Originário: 0062676-58.2013.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. OAB. ANUIDADE. ARTIGO 8º, DA LEI Nº 12.514/11. INCABÍVEL. RECURSO PROVIDO.

1. Trata-se de apelação da OAB/RJ objetivando a reforma da sentença a quo que, nos autos da Execução de Título Extrajudicial, julgou extinto o feito, sem resolução do mérito, com base no artigo 8º, da Lei nº 12.514/11, que impede a cobrança judicial de dívida inferior a 4 (quatro) vezes o valor da anuidade.

2. A Ordem dos Advogados do Brasil qualifica-se como entidade dotada de natureza sui generis e independente, sendo categoria impar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito pátrio. Apesar de ser investida de função pública, não integra à Administração Indireta e nem a ela se vincula. Portanto, não há ordem de relação ou dependência entre a referida Ordem e qualquer órgão publico, conforme ficou estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 3.026/DF.

3. As atribuições da OAB não se restringem à representação dos advogados, mas engloba, também, a defesa da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito.

4. A OAB é completamente distinta de todo conselho de fiscalização de profissional liberal, uma vez que não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas, mas também busca cumprir seu objetivo institucional. Em razão de sua própria natureza especial e de sua finalidade constitucional, é correto destacar que as suas contribuições sociais não possuem caráter tributário. Consequentemente, suas anuidades não sofrem as limitações que estão presentes no regime tributário nacional, sendo forçoso reconhecer que a Lei nº 12.514/11 não é aplicável à Ordem dos Advogados do Brasil.

5. Apelação provida para reformar a sentença a quo, determinando o retorno dos autos à Vara de origem para o regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer do Apelo do Exequente e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada.
/lct

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0103595-98.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.103595-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/10/2014 17:35
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLEBER ALVES TUMOLI
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
APELADO: ANTONIO CARLOS AGOSTINHO JUNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0103595-98.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. ABANDONO DE CAUSA. ARTIGO 267, IV, DO CPC/73. INTIMAÇÃO PESSOAL. ARTIGO 5º, §1º E §6º DA LEI Nº 11.419/2006. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

1. A Requerente foi intimada pessoalmente para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção da demanda. Todavia, não cumpriu à determinação judicial.

2. Em razão da sua inércia, o Juízo a quo extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso IV, do CPC/73.

3. Nesses casos, a extinção do processo pressupõe a falta de interesse processual da parte interessada, que restou configurada quando não fomentou o regular andamento da presente ação.

4. Contudo, a extinção processual devido ao abandono da causa estabelecida no artigo 267, inciso IV, do CPC/73, deve ser precedida de intimação pessoal prevista no §1º do mesmo dispositivo, o que foi cumprido, uma vez que houve a intimação eletrônica por confirmação da parte Autora, nos moldes do art. 5º, §1º, da Lei nº 11.419/2006, onde o Juízo a quo abriu prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a Caixa Econômica Federal promovesse as diligências que lhe competiam, sob pena de extinção. Entretanto, quedou-se inerte.

5. Convém salientar que a intimação feita por meio eletrônico, aos cadastrados na forma do artigo 2º, da Lei nº 11.419/06 dispensa a publicação em órgão oficial, devendo ser considerada pessoal, para todos os efeitos legais, a intimação eletrônica por confirmação, conforme preceitua o artigo 5º, §6º, do mesmo diploma legal.

6. Diante da ausência de manifestação da CEF, mostra-se adequada a extinção processual, sem resolução do mérito, uma vez que restou caracterizado o abandono da causa.

7. Apelação conhecida e desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada

/aie

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0125251-74.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.125251-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/02/2016 18:47
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PATRICIA FREYER
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
APELADO: ROSALYN COMERCIO E SOLUCOES LTDA
APELADO: MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0125251-74.2015.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A Caixa Econômica Federal, após a intimação para que recolhesse corretamente as custas iniciais, não cumpriu a determinação judicial, sendo sua inércia certificada nos autos. Ato contínuo, o Juízo a quo indeferiu a Petição Inicial, julgando extinto o feito sem julgamento do mérito, com base no art. 267, I c/c art. 284, ambos do CPC/73.

2. Verifica-se que a Autora quedou-se inerte em promover o correto recolhimento das custas iniciais, deixando de cumprir um dos requisitos essenciais da Petição Inicial, conforme prescreve o artigo 284, do CPC/73. Desta forma, não merece reforma a sentença guerreada, tendo em vista que a Apelante não executou a diligência que lhe competia, impedindo o regular andamento processual.

3. É prescindível a intimação pessoal da parte autora para emendar a inicial ou recolher as custas processuais, bastando sua ciência pela publicação oficial ou qualquer outro meio de comunicação idôneo.

4. Apelação conhecida e desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao Recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada.
/lct

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0104992-29.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104992-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/09/2014 01:08

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS - FUNCEF

ADVOGADO: RENATA MOLLO DOS SANTOS

ADVOGADO: CARLOS OCTAVIO RIBEIRO BANDEIRA DE MELLO

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: CONSUELO CESAR DE OLIVEIRA

AGRAVADO: LEANDRO GRIEP

ADVOGADO: CELSO FERRAREZE

ADVOGADO: GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS

Originário: 0000753-16.2013.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO COMUM FEDERAL. SUSCITADO PERANTE O STJ. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento em face de decisão, nos autos de Ação Reclamatória, que ao receber os autos do Tribunal Regional do Trabalho-TRT da 1ª Região, por declarada incompetência daquela justiça especializada, suscitou conflito negativo de competência, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, a ser dirimido pelo Col. STJ.

2- O interesse recursal deve ser examinado à luz do trinômio necessidade/utilidade/adequação, de modo que a ausência de qualquer destes elementos resulta na ausência de uma das condições do recurso.

3- In casu, não há interesse na prestação jurisdicional vindicada, perdendo o presente recurso o seu objeto, tendo em vista a decisão do STJ no Conflito de Competência, no qual restou decidido competir à Justiça Trabalhista o processamento e julgamento da ação.

4- Eventual decisão no presente recurso implicaria em evidente usurpação de competência de Tribunal Superior, cujas decisões devem ter sua autoridade garantida.

5- Agravo de Instrumento não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO

Juíza Federal Convocada

/lsz/

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0105851-45.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105851-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.054908-3
Distribuição por Prevenção - 09/10/2014 17:53
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: SALVADOR TAVARES
AGRAVADO: ENEIDA TAVARES VIANA DUARTE
AGRAVADO: GESSI DE SANTANA ABREU
AGRAVADO: CARMEN ELBAS NERI DE THUIN
AGRAVADO: CARMEM LUCIA VIEIRA RODRIGUES AZEVEDO
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
ADVOGADO: MONICA PESSANHA DOS SANTOS
Originário: 0000084-06.2012.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.

2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0105993-49.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105993-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/10/2014 16:50
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: SINDICATO DOS TRABALHADOREAS EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-SINTUFRJ
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0105451-25.2012.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ART. 20, §4º DO CPC. AGRAVO IMPROVIDO.

1- Trata-se de Agravo de Instrumento visando a reforma de decisão que, na execução individual oriunda de ação coletiva e referente à incorporação do percentual de 28,86% aos proventos de pensionistas, fixou os honorários advocatícios da fase executiva em R$ 1.000,00, diante da simplicidade da demanda.

2- É pacífico o entendimento no sentido de que "são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas." (Súmula 345 do STJ).

3- Nos termos do Art. 20, § 4º, do CPC/73, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidos o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Assim, o juiz pode arbitrar livremente a verba honorária, desde que o faça com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

4- Na hipótese em análise, tratando-se de matéria repetitiva e de baixa complexidade (incorporação do percentual de 28,86% aos proventos de pensionistas), mostra-se razoável e proporcional ao trabalho advocatício realizado nos autos a fixação dos honorários advocatícios, tal como procedida pelo Juízo de Origem, em R$ 1.000,00 (mil reais), ainda que represente 1,6% do valor da causa (R$ 63.986,67), não se consubstanciando em valor irrisório, pelo que não se justifica a sua majoração.

5- Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO
Juíza Federal Convocada

/lsz/

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0007319-65.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007319-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 07/02/2017 12:45
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: CASA DE SAÚDE SÃO MARCOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0076123-11.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DO OBJETO. ART. 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Hipótese de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que indeferiu o pleito liminar.
2. Precedentes desta Corte e do STJ no sentido de que, sobrevindo sentença nos autos principais, o Agravo fica prejudicado, por perda de objeto e impõe-se a aplicação do inciso III, do art. 932 do CPC/2015.
3. Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não conhecer o recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0010000-08.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010000-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 30/09/2016 17:34
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ
AGRAVADO: SEVERINO DOS RAMOS OLINTO DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0114503-46.2016.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DO OBJETO. ART. 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Hipótese de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que determinou a imediata internação do Agravado.
2. Precedentes desta Corte e do STJ no sentido de que, sobrevindo sentença nos autos principais, o Agravo fica prejudicado, por perda de objeto e impõe-se a aplicação do inciso III, do art. 932 do CPC/2015.
3. Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não conhecer o recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0011960-96.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011960-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/11/2016 18:39
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: OI MÓVEL S.A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060485-35.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PERDA DE OBJETO. ARTIGOS. 1.018, §1º e 932, III DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Hipótese de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que indeferiu o pedido de suspensão do feito.

2. Precedentes desta Corte no sentido de que, reconsiderada a decisão agravada, o Agravo fica prejudicado, por perda de objeto, e impõe-se a aplicação do inciso III, do art. 932, do CPC/2015.

3. Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não conhecer o recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/mee

BOLETIM: 2017000226

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0010042-57.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010042-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2016 15:43
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: POSTO E GARAGEM FRAZÃO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0026366-53.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA DEVEDORA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA OS SÓCIOS. INCLUSÃO NO PÓLO PASSIVO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

1- Trata-se de Agravo de Instrumento visando a reforma de decisão que determinou à Agravante ¿promover o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ, emendando o seu pedido retro e expondo os pressupostos legais para a intervenção de terceiro na lide¿, sob pena de suspensão da Execução Fiscal em comento, pelo prazo máximo de 01 (um) ano ou até a manifestação de uma das partes, conforme art. 40 da Lei 6.830/80

2- O redirecionamento da execução para os sócios/gerentes da empresa para garantia da dívida exequenda, fundado na desconsideração da personalidade jurídica, deve ser aplicado apenas excepcionalmente em face do Princípio da Autonomia Patrimonial da pessoa jurídica, tendo lugar nas hipóteses em que se verifica verdadeiro abuso da personalidade jurídica e de manipulação de sua autonomia

patrimonial, quando os sócios, no intuito de atender a pretensões pessoais, nela se escudam, desvirtuando a sociedade de seus próprios fins e interesse, se esquivando da cobrança de débito. Contudo, também se admite o redirecionamento da execução para os sócios da empresa, nos casos em que houver indícios quanto ao encerramento irregular das atividades comerciais desta, na forma da jurisprudência dominante a respeito da matéria. Precedentes desta Corte. Súmula 435 STJ.

3- In casu, verifica-se a existência de indícios de dissolução irregular, já que o Oficial de Justiça sequer procedeu a citação da parte agravada em razão do posto de combustível encontrar-se ¿fechado, isolado por correntes¿, embora tenha se dirigido ao endereço constante nos registros da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

4- Agravo de Instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada
/mee

Subsecretaria das Seções - 1a Seção Especializada

BOLETIM:

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS
SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS DA PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA
DECISÃO
EXPEDIENTE DO DIA 20/03/2017

INQUÉRITO POLICIAL - SEÇÃO ESPEC. I - 0100597-57.2015.4.02.0000 (2015.00.00.100597-8) – **SEGREDO DE JUSTIÇA**

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO(S)	:	PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
INVESTIGADO	:	**APURAR RESPONSABILIDADE**
ADVOGADO(S)	:	JARNE BUCKER DO NASCIMENTO

Decisão
Remetam-se os autos à Justiça Federal de 1º Grau para processamento do feito, em considerando que o requerido não mais possui prerrogativa de foro(...).
Intime-se o Ministério Publico Federal.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal
Relator

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS
SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS DA PRIMEIRA
SEÇÃO ESPECIALIZADA
DECISÃO
EXPEDIENTE DO DIA 20/03/2017

DESPACHO
Tendo em vista a manifestação do Ministério Público Federal, acostada à fl. 260, (...) declino da competência, nos termos do artigo 109, IV, da CF/88, devendo os autos ser encaminhados ao juízo federal competente.

CNJ.	:	0101150-07.2015.4.02.0000 AÇÃO PENAL - SEGREDO DE JUSTIÇA
AUTOR	:	MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR	:	PROCURADOR DA REPÚBLICA
RÉU	:	E.O.F.
ADVOGADO	:	CARLOS HENRIQUE PEREIRA REGO BRINCKMANN E OUTRO

Dê-se baixa na distribuição.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

BOLETIM: 2017000046

Inquérito Policial - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Inquérito Policial - Procedimentos Investigatórios - Processo Criminal
1 - 0100543-57.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100543-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/06/2016 16:44
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
INVESTIGADO: APURAR RESPONSABILIDADE
RELATOR
:
PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE
:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO
:
Procurador Regional da República
APELADO
:
APURAR RESPONSABILIDADE
Decisão

Trata-se de Inquérito Policial instaurado por requisição do Ministério Público Federal , para apurar possível ocorrência de delitos previstos no artigo 1º, inc. I, do Decreto-Lei nº 201/67 e art. 89 da Lei 8.666/93, envolvendo o então Prefeito de São João de Meriti, Sandro Matos Pereira, relacionados a licitações ocorridas entre 2009 a 2014, realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, conforme informações dos Diários Oficiais.

Às fls. 175, o Ministério Público Federal com assento nesta Corte requereu o declínio de competência do feito para a 1ª instância da Justiça Federal, ao argumento de que o investigado não mais possui foro privilegiado por prerrogativa de função, tendo em vista o término do seu mandato de Prefeito, em 31/12/2016.

Desta forma, não mais subsiste a competência deste Egrégio Tribunal Regional Federal para processar e julgar o feito, uma vez que os §§ 1º e 2º, do art. 84, do CPP foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.

DIANTE DO EXPOSTO, declino da competência desta C. Corte para a Justiça Federal de 1º grau, a quem couber por distribuição, acompanhando o parecer do i. órgão do Ministério Público Federal .

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(T210452)

BOLETIM: 2017000047

Inquérito Policial - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Inquérito Policial - Procedimentos Investigatórios - Processo Criminal
1 - 0100052-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100052-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 13:44
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
INVESTIGADO: APURAR RESPONSABILIDADE
DECISÃO

Acolho a promoção de fls. 48, exarada pela Ilustre Procuradora Regional da República, Drª. ANDRÉA BAYÃO PEREIRA FREIRE, dando conta que ALEX RODRIGUES LEITÃO não mais ostenta foro por prerrogativa de função, não sendo mais Prefeito do Município de DUAS BARRAS/RJ, sendo certo que também não há outros investigados, no IPL em epígrafe, com foro por prerrogativa de função.

Ante o exposto, declino da competência para juízo federal de primeira instância.

Dê-se ciência ao MPF.

Dada baixa na Distribuição, remetam-se estes autos ao Juiz Distribuidor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

Subsecretaria das Seções - 3a Seção Especializada

BOLETIM: 175980

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2008.02.01.014905-9

Nº CNJ	:	0014905-37.2008.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	DEODETE DE SOUZA PINHEIRO E OUTRO
ADVOGADO	:	LUIZ GONZAGA NUNES MACHADO JUNIOR E OUTRO
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010101828)

D E S P A C H O
Fls. 427: Consoante comprovantes de depósito acostados às fls. 423 e 428, expeça-se alvará em favor do patrono das Rés (Dr. Luiz Gonzaga Nunes Machado Júnior).
Retirado o alvará, nada mais sendo requerido, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal – Relator.
/aor/

BOLETIM: 2017000067

Ação Rescisória - Seção Espec. III - Administrativo e Cível
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0018757-93.2013.4.02.0000 Número antigo: 2013.00.00.018757-2 (PROCESSO FÍSICO)(Agravo interno) 2015.7404.001525-4

Distribuição por Migração de Sistema - 04/04/2015 11:56
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AUTOR: MIRIA TEREZA DE SOUZA LIMA
ADVOGADO: ROSANGELA DA CONCEICAO LEAL SILVA
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: MARIA ESTELITA SOARES FIUZA LIMA
ADVOGADO: TANIA DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO: MARIA LUCIA AMARANTE ARAUJO
ADVOGADO: NATALIA SOARES FRANCO
ADVOGADO: ROBERTA TUPINAMBA ARAUJO
Originário: 0025409-04.2003.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AÇÃO RESCISÓRIA. IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DE JUSTIÇA REJEITADA. AUTUAÇÃO EM SEPARADO (ART. 6º DA LEI Nº 1.060/50). FORMALIDADE NÃO CUMPRIDA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. APLICAÇÃO DO ART. 100, CAPUT C/C ART. 337, XIII DO NOVO CODEX. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÃO FINANCEIRA DA IMPUGNADA. ÔNUS DA PARTE INTERESSADA. PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE. SUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS NÃO DEMONSTRADA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA MANTIDA.

- Embora o parágrafo único do art. 7º c/c art. 6º da Lei nº 1.060/50 previsse que a impugnação à gratuidade de justiça seria atuada em separado e processada em apenso, sem suspender o curso da ação, a ré-impugnante não alegou ¿ nem se verifica ¿ qualquer prejuízo sofrido em decorrência da não observância dos dispositivos legais supracitados. À luz dos princípios da instrumentalidade das formas, da celeridade processual e da economia processual, considera-se válida a decisão que rejeitou, nos autos principais, a impugnação oferecida, sendo contraproducente proceder-se à autuação da mesma em separado por mera formalidade já revogada pelo novo Codex, cujos arts. 100, caput e 337, XIII estabelecem que é na contestação que o réu deve impugnar a indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.
- À vista do princípio da imparcialidade, não cabe ao Poder Judiciário suprir a ineficiência da parte, substituindo-a no ônus que lhe incumbe de diligenciar para produzir prova de seu interesse. A intervenção judicial mediante expedição de ofícios somente se admite em casos excepcionais, quando as diligências não estiverem ao alcance da parte interessada pela via extrajudicial, e quando demonstrado por ela que diligenciou exaustivamente e sem êxito no sentido de produzir a prova com seu próprio esforço, esgotando os meios que estão ao seu dispor. Ademais, não há suspeita de falsidade da afirmação de pobreza assinada pela autora e há nos autos evidências de que ela não dispõe de recursos suficientes para pagar as custas, despesas processuais e eventuais honorários de sucumbência.
- Ressalte-se que, uma vez vencida, a autora não ficará isenta do pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que certificar a concessão do benefício, ficar comprovado que a sua situação de hipossuficiência deixou de existir (art. 98, §§ 2º a 4º do novo CPC). À época da concessão da gratuidade de justiça, estava em vigor o art. 12 da Lei nº 1.060/50, que também previa a possibilidade de suspensão da isenção do pagamento no prazo de 5 (cinco) anos, se a parte assistida perdesse a condição de hipossuficiente. Além disso, a gratuidade de justiça pode ser revogada a qualquer tempo no processo, com as consequências impostas pelo art. 100, parágrafo único c/c art. 101, §2º e art. 102, caput e parágrafo único, todos do CPC/2015, se demonstrado que a beneficiária dispunha - e ainda dispõe - de recursos financeiros suficientes.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Subsecretaria do Órgão Especial

BOLETIM: 175972

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2014.02.01.008591-4
Nº CNJ : 0008591-65.2014.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE : IVONE BORBA SALLES
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTROS
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ADRIANA REIS DE PAULA
ORIGEM : 2A. VARA FEDERAL - CABO FRIO/RJ (00190257820118190011)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO STJ. *LEADING CASE.* RESP Nº 1.369.834/SP. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. CONFORME RELATADO, TRATA-SE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE, COM FULCRO NO ARTIGO 1030, INCISO I, ALÍNEA B, DO CPC, NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA ORA AGRAVANTE.
2. *IN CASU*, O RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA JÁ TRANSITOU EM JULGADO, POSSUINDO, PORTANTO, INEGÁVEL DEFINITIVIDADE, O QUE AUTORIZA A OBSERVÂNCIA DO RITO PREVISTO NO ARTIGO 1030, INCISO I, ALÍNEA B, DO CPC.
3. ADEMAIS, O PARADIGMA FOI CORRETAMENTE APLICADO, NÃO MERECENDO REFORMA A DECISÃO AGRAVADA, TENDO EM VISTA QUE A QUESTÃO DEBATIDA NO RECURSO ESPECIAL JÁ FOI OBJETO DE PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO PELO STJ, NO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.369.834/SP, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC/73, E , AINDA, CONSIDERANDO-SE QUE O ENTENDIMENTO ENCAMPADO NO V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NO ALUDIDO *LEADING CASE*.
4. Agravo Regimental Desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2014.02.01.002952-2
Nº CNJ : 0002952-66.2014.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE : DAVI CRUZ
ADVOGADO : THIAGO AARAO DE MORAES E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : 4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (201050010142862)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. VICE-PRESIDÊNCIA. DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DEIXOU O RECORRENTE DE INTERPOR O COMPETENTE AGRAVO INTERNO. NÃO ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 281/STF. INADMISSIBILIDADE DO APELO EXTREMO.
I –No caso em tela, o Recorrente deixou de interpor o competente agravo interno em face da decisão monocrática, previsto no art. 557, § 1º do CPC de 1973, e diretamente interpôs o Recurso Extraordinário, não havendo portanto o referido esgotamento de todas as vias na instância ordinária.

II - Dessa forma, o prévio esgotamento das instâncias recursais ordinárias constitui pressuposto de admissibilidade do Recurso Extraordinário. Súmula 281/STF.
III - Não se mostra lícito interpor recurso extraordinário, exaurindo-se, previamente, perante os órgãos competentes as vias recursais definidas pela legislação processual civil, sob pena, pois, de a inobservância desse pressuposto de admissibilidade recursal específico tornar insuscetível de conhecimento o apelo extremo. Precedentes do STF.
IV - Agravo Interno provido, para inadmitir o Recurso Extraordinário pela ausência do prévio esgotamento das vias ordinárias recursais.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.063062-9

Nº CNJ	:	0063062-79.1999.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CORREGEDOR
APELANTE	:	ANGEL HERRERA LORENZO
ADVOGADO	:	JOSE GUILHERME S. PEREIRA E OUTROS
APELANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	LEONARDO GONCALVES ALMEIDA E OUTROS
APELADO	:	OS MESMOS
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900630629)

EMENTA
AGRAVO INTERNO. DECISÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA. DECISÃO RECORRIDA DE ACORDO COM ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ. RECURSOS REPETITIVOS.
Parte da questão ventilada no presente recurso especial já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento dos REsp n.º 969.129/MG e REsp n.º 1.110.903/PR, sob a sistemática dos recursos repetitivos, assentando que, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a partir da Lei n.º 8.177/91, é permitida a utilização da TR como índice de correção monetária do saldo devedor e que a prática do prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor está de acordo com a legislação em vigor e não fere o equilíbrio contratual. De qualquer modo, o certo é que a decisão inadmitiu o recurso e, assim, o modo de atacá-la não é o agravo interno. As teses jurídicas ventiladas no apelo interposto pela ora agravante, incluindo a questão referente ao anatocismo, ficam no óbice da súmula nº 7 do STJ. Agravo interno desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do relator, negar provimento ao agravo interno.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.

GUILHERME COUTO DE CASTRO
Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região, no exercício da Vice-Presidência (art. 24, *caput* do Regimento Interno desta Corte)

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.004599-1

Nº CNJ	:	0004599-37.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	MARCOS DOS REIS OLIVEIRA
ADVOGADO	:	REGINA ANTONIETA DE LIMA CORTEZ E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:	DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010045991)

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL APRECIADO PELO STJ. TRÂNSITO EM JULGADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
I - A União Federal insurge-se contra a Decisão que consignou a inexistência de Recurso Especial pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça.
II - O presente feito possui dois Recursos Especiais interpostos pela União Federal. O primeiro que se insurge contra o Acórdão que determinou a reintegração do Autor aos quadros da Aeronáutica; e o segundo que ataca o Acórdão que negou provimento ao Agravo Interno interposto contra decisão que concedeu antecipação de tutela ao Autor, determinando a sua imediata reintegração.
III - Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça por força do Agravo, interposto pelo Ente Público, contra a decisão da Vice-Presidência que inadmitiu o segundo Recurso Especial, ocasião em que o STJ negou provimento ao Agravo e, ato contínuo, negou seguimento ao primeiro Recurso Especial, superando, desta feita, a ausência do exame de admissibilidade do recurso pela Vice-Presidência deste E. Tribunal.
IV - Ressalte-se, por oportuno, que a União Federal foi devidamente intimada das decisões proferidas pelo STJ, permanecendo inerte, razão pela qual foi certificado o trânsito em julgado de ambas as decisões.
V - Agravo Regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.514686-4

Nº CNJ	:	0514686-92.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:	SONIA REGINA DE CARVALHO MESTRE
APELADO	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOGADO	:	ENIO VALLE PAIXAO E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 4A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200551015146864)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EXCELSO STF. *LEADING CASE* RE 601.392/PR.
1. TRATA-SE DE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 1030, I, B, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
2. EXTRAI-SE DA LEITURA DOS AUTOS, QUE A PRETENSÃO RECURSAL DO ORA AGRAVANTE ENCONTRA-SE EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RE Nº 601.392/PR, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA.
3.. ASSIM SENDO, NÃO HÁ QUALQUER REPARO À DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, VEZ QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O PARADIGMA ACIMA REFERIDO, O QUE DESÁGUA NO DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL
4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.022493-9

Nº CNJ	:	0022493-26.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	HORACIO ALBERTINI COM/ IND/ MECANICA LTDA
ADVOGADO	:	CLAYTON SALLES RENNO E OUTROS
APELADO	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	JOSE RICARDO PARREIRA DE CASTRO E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010224939)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Aclaratórios opostos em face de v. acórdão proferido pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que não conheceu do Agravo Regimental interposto pelo ora Embargante.

2. Não merece prosperar a alegação de que o acórdão embargado estaria equivocado, pois, diversamente do que alegou a impetrante, está devidamente fundamentado, tendo se limitado a não conhecer do Agravo Regimental interposto por não ter a embargante utilizado a via adequada para a impugnação da decisão que inadmitiu o Recurso Extraordinário anteriormente interposto.

3. Verifica-se, portanto, que não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, apenas não adotando a tese defendida pela Parte Embargante.

4. Embargos de Declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175975

IV - APELACAO CIVEL 2007.50.02.001048-7

Nº CNJ	:	0001048-84.2007.4.02.5002
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	CARLOS AUGUSTO SARDENBERG E OUTRO
ADVOGADO	:	HENRIQUE DA CUNHA TAVARES E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL CACHOEIRO DE ITAPEM/ES (200750020010487)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.

2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.353.826/SP) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.

3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica

jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2013.02.01.009019-0

Nº CNJ	:	0009019-57.2013.4.02.9999
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARCOS ANTONIO BORGES BARBOSA
APELADO	:	QUERUBIM FERNANDES DA CRUZ
ADVOGADO	:	SILNEY SOUZA SILVA E OUTRO
ORIGEM	:	1A. VARA ESTADUAL - NOVA VENECIA/ES (00019946720118080038)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO. RECURSO REPETITIVO. REsp nº 1.205.946/SP. QUESTÕES CORRELATAS NÃO INFORMADAS. SENTIDO PROTELATÓRIO DO AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS RELEVANTES PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que determinou o sobrestamento do Recurso Especial.
2. Alegação de que a matéria do referido recurso é diversa daquela analisada no REsp nº 1.205.946/SP, sob o rito dos recursos repetitivos.
3. Alegação de questões correlatas que não foram explicitadas. Ausência de argumentos relevantes para possível modificação do julgado.
4. Agravo não provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175985

IV - APELACAO CIVEL 2013.51.17.100504-5

Nº CNJ	:	0100504-40.2013.4.02.5117
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	RAULINO DA MOTA
ADVOGADO	:	BERNARDO RUCKER
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:	NARA LEVY
ORIGEM	:	2A. VARA FEDERAL DE SAO GONCALO/RJ (201351171005045)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGADO SEGUIMENTO. RECURSO REPETITIVO. RE nº 564.354/SE. APLICAÇÃO DOS TETOS CONSTITUCIONAIS AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS EM MOMENTO ANTERIOR. AGRAVO NÃO ADMITIDO.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário.
2. Alegação de que a matéria do referido recurso é diversa daquela analisada no RE nº 564.354/SE, sob o rito dos recursos repetitivos.
3. Aplicação dos tetos constitucionais aos benefícios previdenciários concedidos em momento anterior às Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003.
4. Agravo Interno não admitido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não admitir o Agravo Interno, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2013.51.01.113102-4

Nº CNJ	: 0113102-74.2013.4.02.5101
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	: NILZA MARIA D OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO TORRES MOTTA E OUTROS
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA
ORIGEM	: DÉCIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201351011131024)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL SOBRESTADO. NÃO OCORRÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO NO RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DECISÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA DO STJ. SOBRESTAMENTO DO FEITO POR FORÇA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL CONHECIDA PELO STF. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.
I - A questão jurídica debatida no Recurso Especial interposto nestes autos ainda não foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.334.488/SC.
II - Decisão da vice-presidência do STJ que determina o sobrestamento do REsp nº 1.334.488/SC por força do Recurso Extraordinário, com repercussão geral reconhecida, pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 661.256/SC - Tema 503).
III - A Parte Agravante não apresentou qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão ora hostilizada, que deve persistir por seus próprios fundamentos.
IV - Agravo Interno ao qual se nega provimento.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2008.51.06.000456-0

Nº CNJ	: 0000456-82.2008.4.02.5106
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
APELANTE	: FUNDACAO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE
PROCURADOR	: GABRIELA GONZALEZ LIMA
APELADO	: ISIS NOBRE DE ALMEIDA E CASTRO REP/ P/ FERNANDO NOBRE DE ALMEIDA E CASTRO
ADVOGADO	: DANIELE STUMPF
REMETENTE	: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE PETROPOLIS-RJ
ORIGEM	: 2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (200851060004560)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO INTERNO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos Pela Parte Autora em face de v. acórdão proferido pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que não conheceu o Agravo Interno interposto pelo ora Embargante em razão da ausência de pressuposto de cabimento.
2. Compulsando-se os autos, verifica-se que não há erro material a ser sanado, eis que a decisão que inadmitira o Recurso Extraordinário interposto não obstou a subida do apelo extremo em virtude da ausência de preliminar de repercussão geral, conforme decidido pelo Eg. STF no julgamento do ARE nº 748.371/MT, fundamentando-se, ao contrário do alegado, na existência de ofensa constitucional reflexa e na necessidade de reexame de fatos e provas dos autos (enunciados nº 636 e nº 279 da súmula de jurisprudência do STF).
3. A decisão de inadmissibilidade de Recurso Extraordinário enseja a interposição do Agravo disciplinado no artigo 1.042 do Código de Processo Civil, que deve ser processado e julgado pelo Eg. Supremo Tribunal Federal, e não a propositura de Agravo Interno.
4. Assim, a inexistência de erro material ou de qualquer outro vício previsto no Diploma Processual Civil vigente não autoriza o trânsito dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017. (data de julgamento)

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2005.02.01.012950-3

Nº CNJ	:	0012950-73.2005.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AUTOR	:	CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA - CECRERJ
ADVOGADO	:	LILIANE NETO BARROSO E OUTROS
REU	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010192266)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RE. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao RE interposto pela ora embargante.
2. O v. acórdão embargado foi claro no sentido de ter a decisão agravada aplicado corretamente o recurso paradigma nela mencionado, tendo em vista que a controvérsia objeto de debate abarca questão relativa ao cabimento ou não da ação rescisória e a incidência da Súmula nº 343 do STF, *"consoante, inclusive, mencionado pela parte ora agravante no Agravo Regimental interposto em face de decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do Agravo de Instrumento nº 678.630"* (fl. 644).
3. O que uma simples leitura dos Embargos de Declaração opostos demonstra é a nítida intenção da Parte Embargante em atribuir, àqueles, efeitos modificativos, o que não se revela possível considerando-se a ausência de qualquer vício que autorize a sua oposição
4. A simples leitura da Decisão embargada é suficiente para afastar a alegação de omissão e contradição no julgado, inexistindo qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, .

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
RELATOR

BOLETIM: 175990

IV - APELACAO CIVEL 2007.51.01.019718-0

Nº CNJ	:	0019718-67.2007.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	REDE D'OR SAO LUIZ S/A E OUTRO
ADVOGADO	:	LEONARDO MUSSI DA SILVA E OUTROS
APELANTE	:	FLEURY S/A
ADVOGADO	:	LUCIANA CONSTAN CAMPOS E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010197180)

E M E N T A

AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE SOBRESTOU RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOBRE FOLHA DE SALÁRIOS.

I. Trata-se de Agravo Interno interposto por *Rede D´Or São Luiz S.A. e Fleury S.A.*, às fls. 1270/1287, contra a decisão proferida pela Vice-Presidência deste Egrégio Tribunal, às fls. 1262/1264, a qual determinou o sobrestamento do Recurso Especial interposto pela União até pronunciamento definitivo do STJ no REsp 1.230.957/RJ, sobrestado pelo Tema 163 da repercussão geral, e do REsp nº 1.3358.281/SP.

II. O objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, mais precisamente sobre as verbas devidas aos empregados nos quinze primeiros dias que antecedem o pagamento de auxílio-doença.

III. A discussão acerca de tal verba foi objeto do REsp nº 1.230.957/RS (Tema 738), no qual houve determinação da Vice-Presidência do STJ de sobrestamento pelo Tema 163 da repercussão geral do STF (RE nº 593.068/SC).

IV. O alcance da expressão "folha de salários" está sendo debatido nos autos do RE nº 565.160/SC, com repercussão geral reconhecida (Tema 20), havendo, também, determinação, no âmbito do STJ (AREsp 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do citado paradigma pelo STF.

V. Deixo de exercer o juízo de retratação, posto que não apresentado qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão ora objurgada, que deve persistir por seus próprios fundamentos.

VI. Agravo Interno desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE